



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo

JULIANA RAMMÉ

**A COMPREENSÃO DA URBANIDADE PELA
MORFOLOGIA URBANA: AS VILAS DE ITAIPU**

CAMPINAS

2020



JULIANA RAMMÉ

**A COMPREENSÃO DA URBANIDADE PELA
MORFOLOGIA URBANA: AS VILAS DE ITAIPU**

Tese de doutorado apresentada a Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp, para obtenção do título de Doutora em Arquitetura, Tecnologia e Cidade, na área de Arquitetura, Tecnologia e Cidade.

Orientadora: Prof^a Dr^a Silvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA JULIANA RAMMÉ
E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. SILVIA
APARECIDA MIKAMI GONÇALVES PINA

ASSINATURA DA ORIENTADORA

CAMPINAS

2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Área de Engenharia e Arquitetura
Luciana Pietrosanto Milla - CRB 8/8129

R285c Rammé, Juliana, 1984-
A compreensão da urbanidade pela morfologia urbana : as vilas de Itaipu /
Juliana Rammé. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Silvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo.

1. Urbanidade. 2. Vilas operárias. 3. Usina hidrelétrica de Itaipu. 4.
Desenho urbano. 5. Paisagem urbana. I. Pina, Silvia Aparecida Mikami
Gonçalves, 1960-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Urbanity quality comprehension trough urban morphology : the
Itaipu's neighbourhood

Palavras-chave em inglês:

Urbanity

Worker Villages

Itaipu hydroelectric dam

Urban design

Urban landscape

Área de concentração: Arquitetura, Tecnologia e Cidade

Titulação: Doutora em Arquitetura, Tecnologia e Cidade

Banca examinadora:

Silvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina [Orientador]

Evandro Ziggiatti Monteiro

Ana Maria Reis de Goes Monteiro

Milena Kanashiro

Simone Barbosa Villa

Data de defesa: 28-02-2020

Programa de Pós-Graduação: Arquitetura, Tecnologia e Cidade

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-3102-3400>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/9250424471528980>

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA CIVIL, ARQUITETURA E
URBANISMO**

**A COMPREENSÃO DA URBANIDADE PELA MORFOLOGIA
URBANA: AS VILAS DE ITAIPU**

Juliana Rammé

Tese de doutorado aprovada pela Banca Examinadora, constituída por:

Profa. Dra. Silvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina
Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da UNICAMP

Prof. Dr. Evandro Ziggiatti Monteiro
Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da UNICAMP

Profa. Dra. Ana Maria Reis de Goes Monteiro
Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da UNICAMP

Profa. Dra. Milena Kanashiro
Universidade Estadual de Londrina

Profa. Dra. Simone Barbosa Villa
Universidade Federal de Uberlândia

A Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

Campinas, 28 de fevereiro de 2020

Dedico essa tese a minha família, amigas e amigos, mas principalmente à minha mãe e a todas as mulheres que vieram antes de mim e que lutaram para poder estudar e conquistar o lugar onde estou hoje. Dedico, em especial, à minha querida madrinha Laurita, que partiu ano passado, mas que deixou uma semente de amor e esperança em todas nós.

AGRADECIMENTOS

É um desafio muito grande agradecer a todos os seres que estiveram comigo durante o processo de construção dessa tese de doutorado. Quatro anos se passaram, muitas coisas aconteceram e, certamente, muito a agradecer.

Em primeiro lugar quero agradecer à minha família, por todo apoio que sempre tive, mas, sobretudo, pela compreensão que eles tiveram quando precisei me ausentar e abrir mão das suas companhias para poder me dedicar à pesquisa e concluir a tese em tempo. Quero agradecer ao meu querido pai Valdir, por sempre acreditar em mim, por me apoiar em todas as minhas decisões, pelas palavras de incentivo e de afeto e por ser uma fonte de luz e inspiração para minha vida. Ao meu irmão Jacson e à minha cunhada-irmã Jane, por todas as ligações, vídeos-chamadas e conversas fora de hora, muito importantes para dar um gás e continuar produzindo. À minha querida mãe Helena, por sempre estar ao meu lado nos momentos mais importantes da minha vida, por ter me ajudado de tantas formas durante esse período, inclusive financeiramente. Obrigada por cuidar dos meus filhos caninos com tanto amor e carinho e, acima de tudo, obrigada por ser essa mulher forte e incrível que tanto me inspira. Ao meu companheiro Paulo, pela cumplicidade, pelo afeto, pela compreensão, pelas palavras de carinho, por me levar e me buscar tantas vezes da rodoviária e/ou aeroporto de madrugada durante o período em que eu cursava as disciplinas, por me esperar com um feijão quentinho quando eu chegava cansada e com fome, por cuidar dos nossos filhos caninos com tanto carinho sempre que eu precisei me ausentar, por deixar suas coisas de lado e ir me ajudar nos levantamentos de campo, por dividir seu cotidiano comigo e, principalmente, por buscar ser um homem melhor a cada dia. Como parte da minha família, quero agradecer também aos meus filhos caninos, pela companhia, amor e afeto incondicional durante esses últimos dois anos e meio. Eles foram muito importantes no meu cotidiano, pois com eles perto eu nunca me senti sozinha.

Quero agradecer, especialmente, à minha querida irmã Valdilena, que também é minha melhor amiga, por estar ao meu lado sempre, por confiar em mim, por me incentivar, por cuidar de mim, por sorrir e chorar comigo, por me tirar de casa nos momentos que eu mais precisei, por me trazer comida quentinha feita com amor e carinho toda vez que não tive tempo de cozinhar, por dividir comigo seu carro, sua casa, sua vida. Por me arrastar para os passeios de bicicleta e para as aulas de

natação, pois só assim para eu fazer algum exercício e distrair a mente. Por fazer a revisão de português da minha tese durante seu período de férias. Mas, principalmente, por ser essa luz que me inspira, essa mulher batalhadora, inteligente, linda, que luta por seus direitos, que ajuda pessoas e animais e que busca, todos os dias, se transformar em uma pessoa melhor. Eu só sou o que sou porque tenho ela ao meu lado.

Como sou uma pessoa de muita sorte, além dessa família maravilhosa, também tive vários amigos e amigas do meu lado que me ajudaram muito durante todo esse processo e que eu quero citar nominalmente. Às minhas queridas amigas Gabi, Deny e Lu, pela compreensão sempre que precisei me ausentar, pelas palavras de carinho e por sempre estarem ao meu lado, apesar da distância. São tantos anos de amizade, de cumplicidade, de companheirismo, de amor, que tornam minha vida mais leve e feliz. Ao meu amigo Ramon, por ser essa pessoa de alma alegre, pelas conversas e pela eterna parceria. À minha amiga Bianca Jo, por ser essa mulher incrível e inspiradora, por me acolher em sua casa e pela linda amizade que construímos ao longo desses quatro anos. À minha amiga Juliana Frigo pelo carinho e companheirismo, por dividir as tardes comigo, pelas risadas e pelo chimarrão semprequentinho e delicioso. Ao meu amigo Lúcio Freitas por ser uma fonte de inspiração para mim, dentro e fora da academia. Ao meu amigo Egon por dividir comigo as aflições do doutorado. Às minhas amigas Jo, Juci e Bethy, pelas inúmeras conversas sobre bichos, pela cumplicidade e por compreenderem que precisei me afastar de tudo que construímos juntas para poder seguir minha carreira de professora. Mas a luta não acabou, estamos juntas e sempre estaremos. À minha amiga Camilla, por dividir sua casa comigo durante o período que eu precisei estar em Campinas, por me auxiliar nos levantamentos de campo, por me fazer companhia durante todo processo da tese, por cozinhar pra mim, por confiar em mim e, acima de tudo, por estar sempre disposta quando precisei. E por último, quero agradecer do fundo do meu coração às minhas amigas Karen, Val, Camilla e Naíra, que fizeram parte do meu cotidiano durante os dois últimos anos, pois sem elas eu não sei se teria conseguido finalizar essa tese. Mulheres incríveis, alegres, fortes e determinadas, que me inspiram a ser uma pessoa melhor, que sempre me apoiaram incondicionalmente e me deram todo afeto necessário para seguir em frente.

Além dos meus amigos e familiares, não posso deixar de agradecer outras pessoas que foram muito importantes nesse processo. Como os queridos Zezinho e

Fernando, funcionários aposentados da Itaipu Binacional, que no ano de 2019 trabalhavam na estruturação e organização do acervo documental da usina, pelo tratamento carinhoso e respeitoso que eles tiveram comigo durante o período de coleta de dados, pelas conversas informais que me auxiliaram a compreender melhor minha pesquisa e pelo café delicioso que eu tomava por lá. Aos queridos e queridas estudantes de arquitetura e urbanismo da UNILA, Karen, Jonathan, Julia, Douglas, Diana e Tamara, por me ajudarem nos levantamentos de campo e na organização de alguns dados espaciais, o que me auxiliou muito em uma etapa importante da pesquisa. Aos professores e professoras que fizeram parte da minha banca de qualificação e defesa, Evandro Monteiro, Milena Kanashiro, Ana Góes e Simone Villa, pela colaboração na construção dessa tese. Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade, pela possibilidade de realizar meu doutoramento em uma instituição renomada e de qualidade como a Unicamp. Aos amigos que fiz na pós-graduação, Netto, Fernanda e Carol, por me acolherem em suas casas, por cozinhareem pra mim e por me fazerem companhia quando eu estava em Campinas. E por fim, e mais importante, à minha querida orientadora, e também amiga, Silvia Mikami, por ser uma professora cuidadosa e inspiradora, pela confiança depositada no meu trabalho, por me atender sempre que precisei, por me acalmar e tirar minhas dúvidas, por me fazer ter mais dúvidas, por me orientar via Skype e permitir que eu pudesse cursar um doutorado mesmo morando no interior do Paraná, por vir para Foz do Iguaçu e conhecer os objetos de estudo da minha pesquisa, o que contribuiu muito nas nossas orientações e, acima de tudo, pelo ser humano incrível que ela é, pela dedicação que ela tem com sua família, amigos e estudantes e por sempre acreditar, e lutar, por um mundo melhor.

Muito obrigada a todas, todos e todes!

A CIDADE IDEAL

SALTIMBANCOS (1977)

Composição: Chico Buarque,
Sergio Bardotti e Luis Enrique Bacalov

Àquela altura da estrada já éramos quatro amigos.
Queríamos fazer um conjunto, bem.
Queríamos ir juntos à cidade, muito bem.
Só que, à medida que agente ia caminhando,
quando começamos a falar dessa cidade,
fui percebendo que os meus amigos
tinham umas ideias bem esquisitas
sobre o que é uma cidade.
Umas ideias atrapalhadas, cada ilusão.
Negócio de louco...

A cidade ideal dum cachorro
Tem um poste por metro quadrado
Não tem carro, não corro, não morro
E também nunca fico apertado
A cidade ideal da galinha
Tem as ruas cheias de minhoca
A barriga fica tão quentinha
Que transforma o milho em pipoca
Atenção porque nesta cidade
Corre-se a toda velocidade
E atenção que o negócio está preto
Restaurante assando galeto

Mas não, mas não
O sonho é meu e eu sonho que
Deve ter alamedas verdes
A cidade dos meus amores
E, quem dera, os moradores
E o prefeito e os varredores
Fossem somente crianças

A cidade ideal de uma gata
É um prato de tripa fresquinha
Tem sardinha num bonde de lata
Tem alcatra no final da linha
Jumento é velho, velho e sabido
E por isso já está prevenido
A cidade é uma estranha senhora
Que hoje sorri e amanhã te devora
Atenção que o jumento é sabido
É melhor ficar bem prevenido
E olha, gata, que a tua pelica
Vai virar uma bela cuíca

Mas não, mas não
O sonho é meu e eu sonho que
Deve ter alamedas verdes
A cidade dos meus amores
E, quem dera, os moradores
E o prefeito e os varredores
Fossem somente crianças.

RESUMO

Esta pesquisa discute os reflexos das configurações morfológicas das cidades contemporâneas na vida cotidiana das pessoas, sobretudo nos territórios habitacionais. Para isso, é preciso compreender a relação dinâmica que se estabelece entre a estrutura físico-espacial da paisagem urbana e as atividades cotidianas que regem a vida pública, chamada de urbanidade. A caracterização da urbanidade depende da análise conjunta dos seis elementos que a condicionam: a articulação do tecido urbano, a densidade urbana, a diversidade de uso e ocupação do solo, a relação entre o espaço público e o espaço privado, as distâncias intraurbanas e o uso e apropriação nos espaços públicos e coletivos. Desses seis elementos, cinco apresentam características predominantemente físico-espaciais e sua leitura pode ser realizada a partir da identificação das diferentes Regiões Morfológicas que formam a paisagem urbana, que por sua vez, referem-se à classificação dos padrões de repetição encontrados no plano urbano, no tecido edificado e no uso do solo. Nas cidades contemporâneas, esses três complexos têm se estruturado a partir de intensos processos de expansão urbana, como é o caso de Foz do Iguaçu (BR), que teve seu crescimento urbano impulsionado, sobretudo, pela implantação da usina hidrelétrica Itaipu Binacional e pela construção de suas vilas operárias, no Brasil e no Paraguai, a partir da década de 1970. Essas vilas foram divididas em categorias, conforme o nível funcional da classe trabalhadora da empresa, e construídas com diferentes padrões morfológicos que correspondiam a esse *status* social. Sendo assim, esta pesquisa fundamenta-se na hipótese que as diferentes estratégias de desenho urbano adotadas para construção das Vilas de Itaipu apresentam impacto direto na vida cotidiana da população e, por consequência, na caracterização da urbanidade. Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é caracterizar a urbanidade a partir da identificação das diferentes Regiões Morfológicas que compõem a paisagem urbana das Vilas de Itaipu. Por meio de estudo de caso, foi desenvolvido método de leitura que possui três etapas: compreensão dos processos de expansão urbana nos municípios onde foram implantadas as Vilas de Itaipu, identificação das Regiões Morfológicas e, por fim, a relação dessas regiões com os elementos que condicionam a urbanidade. Com isso, conclui-se que a formação e a transformação da paisagem urbana das Vilas de Itaipu analisadas apresentam características distintas, influenciadas, em grande parte, pelo modo como elas foram implantadas, seja pela influência do urbanismo modernista no desenho urbano das vilas destinadas para os técnicos e funcionários administrativos ou pela reprodução de um modelo habitacional segregador vinculado às hidrelétricas e grandes obras, no caso das vilas brasileiras. Além disso, ao analisar os elementos que condicionam a urbanidade, compreendeu-se que, embora a diversidade de uso e ocupação do solo tenha sido identificada como um dos principais elementos que impulsionam a realização de atividades cotidianas nas Vilas de Itaipu analisadas, a organização do plano urbano e as relações entre as áreas edificadas e as áreas dos lotes também assumem importância fundamental na criação de espaços que suportam e incentivam diferentes tipos de práticas sociais, confirmando a hipótese inicial. Por fim, a pesquisa contribui com o desenvolvimento de um método de leitura da urbanidade à luz da morfologia urbana e espera-se que possa contribuir na promoção para formulação e revisão de políticas públicas que busquem por cidades mais humanizadas.

Palavras chave: Urbanidade; Vilas Operárias; Itaipu Binacional; Morfologia urbana; Desenho Urbano.

ABSTRACT

This research discusses the reflexes of the morphological configurations of contemporary cities in people's daily lives, especially in housing territories. To that end, it is necessary to understand urbanity, i.e. the dynamic relation that is established between the physical-spatial structure of the urban landscape and the daily activities that govern public life. The characterization of urbanity depends on the joint analysis of the six elements that condition it: the urban fabric articulation, the urban density, the diversity of land use and occupation, the relation between public and private space, intra-urban distances and the use and appropriation in public and collective spaces. Of these six elements, five present predominantly physical-spatial characteristics and can be read from the identification of the different Morphological Regions that form the urban landscape, which, in turn, refer to the classification of repetition patterns found in the urban plan, in the built up fabric and in the use of the soil. In contemporary cities, these three complexes have been structured based on intense urban expansion processes, as in the case of Foz do Iguaçu (BR), which had its urban growth driven, above all, by the implantation of Itaipu Binacional Hydroelectric Dam and the construction of its workers' villages, in Brazil and Paraguay, from the 1970s onwards. These villages were divided into three categories, according to the functional level of the company's employees, and built with different morphological patterns that corresponded to this social status. Therefore, this research is based on the hypothesis that the different strategies of urban design adopted for the construction of Itaipu Villages may have a direct impact on the population daily and, consequently, on the characterization of urbanity. Thus, the general objective of this research is to characterize urbanity from the identification of the different Morphological Regions that make up the Villages of Itaipu urban landscape. Through a case study, a reading method was developed that has three stages: understanding the urban expansion processes in the municipalities where the Itaipu Villages were implanted, identifying the Morphological Regions and, finally, analyzing the relationship of these regions with the elements that condition urbanity. Thereby, it appears that the formation and transformation of the analyzed Villages of Itaipu urban landscape have distinct characteristics, influenced, in large part, by the way they were implemented, either by the influence of modernist urbanism in the urban design of the villages destined for technicians and administrative employees or by the reproduction of a segregating housing model associated to hydroelectric dams and Brazilians large projects. In addition, when analyzing the elements that condition urbanity, the conclusion is that, although the diversity of land use and occupation has been identified as one of the main elements that drive the realization of daily activities in the analyzed Villages of Itaipu, the organization of the urban plan and the relations between the built areas and the areas of the lots also assume fundamental importance in the creation of spaces that support and encourage different types of social practices, which confirms the initial hypothesis. Finally, this research cooperates with the developing of a method for reading urbanity in the light of urban morphology and it is hoped that it can also contribute to the formulation and reviewing of public policies that seek for more humanized cities.

Keywords: Urbanity; Worker Villages; Itaipu Hydroelectric Dam; Urban Morphology; Urban design.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa dos edifícios históricos	37
Figura 2: O mapa da área central.....	37
Figura 3: Divisão tripartite da paisagem urbana.....	39
Figura 4: Mapa das Regiões Morfológicas de Barrett no Reino Unido em 1970.....	44
Figura 5: Rua Costa Cabral e os três elementos básicos da paisagem urbana.....	47
Figura 6: Os três critérios bilaterais entre os três elementos básicos de Conzen.....	47
Figura 7: Método utilizado para a definição das Regiões Morfológicas	48
Figura 8: Regiões Morfológicas de acordo com o segundo grupo	49
Figura 9: Regiões Morfológicas de acordo com o terceiro grupo	50
Figura 10: Regiões Morfológicas da rua Costa Cabral - Porto	51
Figura 11: Regiões Morfológicas de segundo e terceiro nível.....	51
Figura 12: Comparativo das Regiões Morfológicas da rua Costa Cabral - Porto.....	52
Figura 13: Comparação dos zoneamentos - funcional e por Região Morfológica.....	54
Figura 14: Etapas do procedimento metodológico utilizado na pesquisa.....	114
Figura 15: Metodologia de Regionalização Morfológica da paisagem urbana.....	119
Figura 16: Níveis utilizados para identificação das Regiões Morfológicas	120
Figura 17: Espaço da esfera pública	124
Figura 18: Estrutura metodológica da pesquisa	130
Figura 19: Foto da área urbana de Foz do Iguaçu na década de 1930	136
Figura 20: Foto da área urbana de Foz do Iguaçu na década de 1930	136
Figura 21: Foto da Avenida Brasil em Foz do Iguaçu na década de 1930.....	137
Figura 22: Foto de Foz do Iguaçu na década de 1930.....	137
Figura 23: Foto do Primeiro Batalhão de Fronteira na década de 1930.....	137
Figura 24: Cidades do Oeste do Paraná em 1965	138
Figura 25: Foto da região central de Foz do Iguaçu na década de 1960	139
Figura 26: Foto da região central de Foz do Iguaçu na década de 1960	139
Figura 27: Foto da região central de Foz do Iguaçu na década de 1960	139
Figura 28: Foto da região central de Foz do Iguaçu na década de 1960	140
Figura 29: Foto da região central de Foz do Iguaçu na década de 1970	143
Figura 30: Foto da Avenida Brasil em Foz do Iguaçu na década de 1970.....	143
Figura 31: Foto de Foz do Iguaçu na década de 1970.....	144
Figura 32: Foto de Foz do Iguaçu na década de 1970.....	144
Figura 33: Foto da região central de Foz do Iguaçu na década de 1970	144
Figura 34: Foto aérea da Vila A.....	148
Figura 35: Foto aérea da Vila C.....	148
Figura 36: Implantação original da Vila A	150
Figura 37: Foto aérea Vila A.....	151
Figura 38: Foto aérea da Vila A.....	151
Figura 39: Foto aérea da Vila A.....	151
Figura 40: Foto aérea da Vila A.....	151
Figura 41: Implantação da Vila B.....	152
Figura 42: Foto aérea da Vila B.....	153
Figura 43: Foto aérea da Vila B.....	153
Figura 44: Foto aérea da Vila B.....	153
Figura 45: Foto aérea da Vila B.....	153
Figura 46: Implantação da Vila C – proposta inicial	154
Figura 47: Implantação da Vila C – alterada após implantação LT de Furnas.....	155

Figura 48: Foto aérea da Vila C.....	155
Figura 49: Foto aérea da Vila C.....	155
Figura 50: Foto aérea da Vila C.....	155
Figura 51: Foto aérea da Vila C.....	155
Figura 52: Proposta de Sistema Viário e de Zoneamento.....	158
Figura 53: Taxa de crescimento populacional de Foz do Iguaçu - 1950 e 2017.....	162
Figura 54: Foto do Hospital Costa Cavalcante.....	166
Figura 55: Foto do antigo Clube Floresta.....	166
Figura 56: Foto do Gramadão.....	166
Figura 57: Áreas de lazer da Vila A.....	166
Figura 58: Catedral Diocesana.....	166
Figura 59: Vista aérea do núcleo residencial de Jurumirim-SP.....	167
Figura 60: Vista aérea do núcleo residencial de Ibitinga-SP.....	167
Figura 61: Plano do núcleo residencial de Ilha Solteira.....	168
Figura 62: Vista aérea do núcleo urbano de Porto Primavera.....	168
Figura 63: Loteamentos e condomínios fechados aprovados entre 1980 e 2017... ..	171
Figura 64: Imagem satélite de Porto Iguaçu – ano 2018.....	175
Figura 65: Imagens das Vilas A, B e C do ano de 1979 e 2019.....	178
Figura 66: Implantação da pavimentação asfáltica na Ruta 7 em 1958.....	183
Figura 67: Construção do Lago da República em 1962.....	183
Figura 68: Inauguração da Ponte da Amizade em 1965.....	183
Figura 69: Inauguração da Ponte da Amizade em 1965.....	183
Figura 70: Reportagem sobre a fundação de Presidente Stroessner em 1957.....	183
Figura 71: Maquete do Plano original de Cidade do Leste.....	184
Figura 72: Primeiro edifício em altura de Cidade do Leste.....	185
Figura 73: Primeiro comércio de Cidade do Leste.....	185
Figura 74: Primeira igreja de Cidade do Leste.....	185
Figura 75: Fotos de Cidade do Leste da década de 1960 e início de 1970.....	186
Figura 76: Fotos de Cidade do Leste da década de 1960 e início de 1970.....	186
Figura 77: Fotos de Cidade do Leste da década de 1960 e início de 1970.....	186
Figura 78: Fotos de Cidade do Leste da década de 1960 e início de 1970.....	187
Figura 79: Fotos de Cidade do Leste da década de 1960 e início de 1970.....	187
Figura 80: Projeto da Área 1 - aprovado pela Prefeitura de Cidade do Leste.....	194
Figura 81: Projeto da Área 2 - aprovado pela Prefeitura de Cidade do Leste.....	194
Figura 82: Projeto da Área 3 - aprovado pela Prefeitura de Cidade do Leste.....	195
Figura 83: Projeto da Área 4 - aprovado pela Prefeitura de Cidade do Leste.....	195
Figura 84: Projeto da Área 5 - aprovado pela Prefeitura de Presidente Franco.....	196
Figura 85: Projeto da Área 8 - aprovado pela Prefeitura de Cidade do Leste.....	196
Figura 86: Projeto da Área 6 - aprovado pela Prefeitura de Cidade do Leste.....	197
Figura 87: Projeto da Área 7 - aprovado pela Prefeitura de Cidade do Leste.....	198
Figura 88: Foto aérea da Área 3.....	198
Figura 89: Foto aérea da Área 4.....	198
Figura 90: Foto aérea da implantação da Área 3 e 4.....	199
Figura 91: Foto aérea da implantação da Área 3 e 4.....	199
Figura 92: Foto aérea da implantação da Área 6 - Paraguai.....	199
Figura 93: Foto aérea da implantação da Vila C - Brasil.....	199
Figura 94: Áreas urbanizadas do Departamento Alto Paraná (PY) em 2012.....	205
Figura 95: Sistema Viário da Vila A – Plano urbano de 1975.....	210
Figura 96: Esquema da superquadra tipo proposta para a Vila A.....	211
Figura 97: Traçado urbano da Vila B e do bairro Campos do Iguaçu.....	212

Figura 98: Linha do tempo dos Períodos Morfológicos em Foz do Iguaçu - BR	214
Figura 99: Linha do tempo dos Períodos Morfológicos das cidades paraguaias	215
Figura 100: Seleção das vilas de Itaipu para aplicação do método	218
Figura 101: Implantação da edificação no lote / quadra – Vila C	238
Figura 102: Casa de alvenaria inalterada - Vila A	254
Figura 103: Casa de alvenaria inalterada - Vila A	254
Figura 104: Casa de madeira inalterada - Vila A.....	255
Figura 105: Casa de madeira inalterada - Vila A.....	255
Figura 106: Casa reformada ou substituída - Vila A.....	255
Figura 107: Casa reformada ou substituída -Vila A.....	255
Figura 108: Casa reformada ou substituída - Vila A.....	255
Figura 109: Casa reformada ou substituída - Vila A.....	255
Figura 110: Edificações ao longo do Eixo de Bairro - Vila A	255
Figura 111: Edificações ao longo do Eixo de Bairro - Vila A	255
Figura 112: Espaço de lazer - Vila A	258
Figura 113: Espaço de lazer - Vila A	258
Figura 114: Espaço de lazer - Vila A	258
Figura 115: Espaço de lazer - Vila A	258
Figura 116: Edificação residencial - Área 4	262
Figura 117: Edificação residencial - Área 4	262
Figura 118: Edificação residencial - Área 4	264
Figura 119: Edificação mista com 2 pav. - Área 4	264
Figura 120: Edificação mista com 2 pav. na Área 4	264
Figura 121: Edificação comercial da.....	264
Figura 122: Espaço de lazer - Área 4	265
Figura 123: Espaço de lazer - Área 4	265
Figura 124: Espaço de lazer - Área 4	265
Figura 125: Equipamento público - Área 4	265
Figura 126: Planta da tipologia habitacional implantada na Vila C.....	268
Figura 127: Fachada da tipologia habitacional implantada na Vila C.....	268
Figura 128: Foto da tipologia habitacional implantada na Vila C.....	268
Figura 129: Casa inalterada - Vila C.....	269
Figura 130: Casa inalterada - Vila C.....	269
Figura 131: Construção na frente do lote - Vila C	269
Figura 132: Construção na frente do lote - Vila C	269
Figura 133: Edificação substituída - Vila C.....	270
Figura 134: Edificação substituída - Vila C.....	270
Figura 135: Edificações com 2 pavimentos - Vila C	270
Figura 136: Edificações com 2 pavimentos - Vila C	270
Figura 137: Área de lazer - Vila C	272
Figura 138: Área de lazer - Vila A.....	272
Figura 139: Área verde – Vila C	272
Figura 140: L. T. de Furnas – Vila C.....	272
Figura 141: Edificação original – Área 6.....	275
Figura 142: Edificação original – Área 6.....	275
Figura 143: Edificação original – Área 6.....	275
Figura 144: Edificação modificada ou substituída – Área 6.....	275
Figura 145: Edificação modificada ou substituída – Área 6.....	276
Figura 146: Edificação modificada ou substituída – Área 6.....	276
Figura 147: Costaneira - Área 4	278

Figura 148: Espaço de lazer - Área 4	278
Figura 149: Área livre – Área 4	278
Figura 150: Escola Pública Municipal – Área 4	278
Figura 151: Critérios e variáveis analisadas dentro da articulação do tecido urbano	285
Figura 152: Áreas para circulação de pedestres	286
Figura 153: Áreas para circulação de pedestres	286
Figura 154: Via cul-de-sac alterada	286
Figura 155: Via cul-de-sac sem alteração	286
Figura 156: Via estrutural – Vila A	287
Figura 157: Via estrutural – Área 4	287
Figura 158: Via coletora – Vila A	287
Figura 159: Via coletora – Área 4	287
Figura 160: Via local – Vila A	288
Figura 161: Via local – Área 4	288
Figura 162: Via local – Vila C	289
Figura 163: Via local – Área 6	289
Figura 164: Calçada – Vila A	295
Figura 165: Calçada - Vila A	295
Figura 166: Calçada – Área 4	295
Figura 167: Calçada – Área 4	295
Figura 168: Ciclofaixa – Vila A	295
Figura 169: Ciclo faixa – Área 4	295
Figura 170: Calçada – Área 6	296
Figura 171: Calçada – Área 6	296
Figura 172: Calçada – Vila C	296
Figura 173: Calçada – Vila C	296
Figura 174: Critérios e variáveis analisadas dentro da densidade urbana	298
Figura 175: Densidade construída com base nos índices da Lei de Zoneamento de 2007	300
Figura 176: Critérios e variáveis analisadas dentro da diversidade de uso e ocupação do solo	306
Figura 177: Critérios e variáveis analisadas dentro das distâncias intraurbanas	312
Figura 178: Critérios e variáveis analisadas dentro da relação entre o espaço público e privado	322
Figura 179: Implantação original das edificações na Vila A	323
Figura 180: Implantação original – Vila A	323
Figura 181: Implantação original – Área 4	323
Figura 182: Implantação original das edificações na Vila C e da Área 6	326
Figura 183: Elementos que condicionam a urbanidade	338

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização das vilas de Itaipu	116
Mapa 2: Localização de Foz do Iguaçu na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina.....	134
Mapa 3: Traçado urbano de Foz do Iguaçu em 1974.....	141
Mapa 4: Traçado urbano de Foz do Iguaçu de 1974 com as vilas de Itaipu	146
Mapa 5: Traçado urbano de Foz do Iguaçu em 1979.....	160
Mapa 6: Traçado urbano de Foz do Iguaçu em 2001.....	163
Mapa 7: Traçado urbano de Foz do Iguaçu em 2017.....	172
Mapa 8: Localização de Cidade do Leste, Presidente Franco, Minga Guaçu e Herandárias.....	180
Mapa 9: Traçado urbano de Cidade do Leste, Presidente Franco, Minga Guaçu e Herandárias em 1974.....	188
Mapa 10: Traçado urbano de Cidade do Leste, Presidente Franco, Minga Guaçu e Herandárias com a implantação das vilas de Itaipu entre 1974 e 1979	190
Mapa 11: Traçado urbano de Cidade do Leste, Presidente Franco, Minga Guaçu e Herandárias em 1985.....	201
Mapa 12: Traçado urbano de Cidade do Leste, Presidente Franco, Minga Guaçu e Herandárias em 2017.....	203
Mapa 13: Mapa das Regiões Morfológicas de primeiro nível de Foz do Iguaçu (BR), Cidade do Leste e Hernandárias (PY).....	216
Mapa 14: Mapa das vilas de Itaipu selecionadas	219
Mapa 15: Setores das implantações originais das residências na Vila A.....	221
Mapa 16: Mapa do Zoneamento de Uso e ocupação do solo de 1991 da Vila A....	223
Mapa 17: Mapa do Zoneamento de Uso e ocupação do solo de 2007 da Vila A....	225
Mapa 18: Regiões Morfológicas de segundo nível na Vila A	232
Mapa 19: Regiões Morfológicas de segundo nível na Área 4 (Paraguai)	237
Mapa 20: Mapa do Zoneamento de Uso e ocupação do solo de 1991 da Vila C ...	239
Mapa 21: Mapa do Zoneamento de Uso e ocupação do solo de 2007 da Vila C ...	241
Mapa 22: Regiões Morfológicas de segundo nível na Vila C	245
Mapa 23: Regiões Morfológicas de segundo nível na Área 6 (Paraguai)	249
Mapa 24: Mapa contendo a altura das edificações e o uso do solo na Vila A em 2019	257
Mapa 25: Regiões Morfológicas de terceiro nível da Vila A	261
Mapa 26: Mapa contendo a altura das edificações e o uso do solo na Área 4 em 2019	263
Mapa 27: Regiões Morfológicas de terceiro nível na Área 4 (Paraguai)	267
Mapa 28: Mapa contendo a altura das edificações e o uso do solo na Vila C em 2019	271
Mapa 29: Regiões Morfológicas de terceiro nível da Vila C	274
Mapa 30: Mapa contendo a altura das edificações e o uso do solo na Área 6 em 2019	277
Mapa 31: Regiões Morfológicas de terceiro nível na Área 6 (Paraguai)	280
Mapa 32: Articulação do tecido urbano na Vilas A e Área 4	292
Mapa 33: Articulação do tecido urbano na Vilas C e Área 6	294
Mapa 34: Cheios e vazios das vilas de Itaipu analisadas	301
Mapa 35: Densidade construtiva por Região Morfológica de segundo nível	304
Mapa 36: Diversidade da tipologia construtiva nas vilas de Itaipu analisadas	308

Mapa 37: Diversidade do uso do solo nas vilas de Itaipu analisadas	311
Mapa 38: Raios de abrangência dos equipamentos públicos educacionais nas vilas de Itaipu	316
Mapa 39: Raios de abrangência dos equipamentos públicos de saúde nas vilas de Itaipu	318
Mapa 40: Raios de abrangência das áreas de lazer livres de edificação.....	320
Mapa 41: Relação do espaço público e do espaço privado - Vilas A e Área 4	325
Mapa 42: Relação do espaço público e do espaço privado - Vilas C e Área 6.....	328
Mapa 43: Uso e apropriação dos espaços públicos e coletivos – Vila A.....	331
Mapa 44: Uso e apropriação dos espaços públicos e coletivos – Área 4	333
Mapa 45: Uso e apropriação dos espaços públicos e coletivos – Vila C	335
Mapa 46: Uso e apropriação dos espaços públicos e coletivos – Área 6	337
Mapa 47: Caracterização da urbanidade na Vila A	343
Mapa 48: Caracterização da urbanidade na Área 4	345
Mapa 49: Caracterização da urbanidade na Vila C	347
Mapa 50: Caracterização da urbanidade na Área 6	349

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Crescimento populacional nos municípios onde foram implantadas as vilas de Itaipu (1970/72-1990/92).....	132
Tabela 2: Crescimento populacional de Foz do Iguaçu entre os anos de 1950 e 1970	139
Tabela 3: Crescimento populacional de Foz do Iguaçu entre os anos de 1970 e 2018	142
Tabela 4: Tipologia das edificações nas vilas de Itaipu – Foz do Iguaçu.....	149
Tabela 5: Tipologia das edificações nas vilas de Itaipu – Paraguai	192
Tabela 6: Crescimento populacional nos municípios paraguaios onde foram implantadas as vilas de Itaipu (1982-2012)	202
Tabela 7: População 2012 dos municípios onde foram inseridas as vilas de Itaipu	206
Tabela 8: Porcentagem de áreas públicas e/ou coletivas das vilas de Itaipu	313

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Critérios para identificação das Regiões Morfológicas.....	52
Quadro 2: Principais pesquisadores e contribuições no campo da Morfologia Urbana brasileira.....	58
Quadro 3: Elementos que condicionam a urbanidade a partir da perspectiva de diferentes autores	84
Quadro 4: Elementos que condicionam a urbanidade, suas variáveis e critérios analisados	129
Quadro 5: Equipamentos públicos previstos nos projetos originais das vilas de Itaipu no Paraguai	193
Quadro 6: Setores das implantações originais das residências na Vila A	220
Quadro 7: Elementos do plano urbano utilizados para delimitação das Regiões Morfológicas de 2º nível.....	226
Quadro 8: Regiões Morgológicas de segundo nível da Vila A	227
Quadro 9: Regiões Morgológicas de segundo nível da Área 4	234
Quadro 10: Regiões Morgológicas de segundo nível da Vila C	242
Quadro 11: Regiões Morgológicas de segundo nível da Área 4	247
Quadro 12: Tipologias construtivas implantadas na Vila A	251
Quadro 13: Regiões Morgológicas de terceiro nível da Vila A	259
Quadro 14: Regiões Morgológicas de terceiro nível da Área 4	266
Quadro 15: Regiões Morgológicas de terceiro nível da Vila C	273
Quadro 16: Regiões Morgológicas de terceiro nível da Área 6	279
Quadro 17: Número de padrões morfológicos do Plano Urbano e do Tecido Edificado nas.....	281
Quadro 18: Densidade construída por Região Morfológica na Vila A	302
Quadro 19: Densidade construída por Região Morfológica na Área 4	302
Quadro 20: Densidade construída por Região Morfológica na Vila C	303
Quadro 21: Densidade construída por Região Morfológica na Área 6	303
Quadro 22: Diversidade das tipologias das edificações nas vilas de Itaipu analisadas	307
Quadro 23: Raios de abrangência dos equipamentos públicos de saúde e ensino e das áreas de lazer.....	314
Quadro 24: Elementos que condicionam a urbanidade, suas variáveis critérios analisados	329
Quadro 25: Atividades opcionais e sociais identificadas na Vila A.....	331
Quadro 26: Atividades opcionais e sociais identificadas na Área 4	333
Quadro 27: Atividades opcionais e sociais identificadas na Vila C	334
Quadro 28: Atividades opcionais e sociais identificadas na Área 6	336

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	21
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	30
2.1. A MORFOLOGIA URBANA E A LEITURA DO TERRITÓRIO.....	30
2.2. A URBANIDADE COM ATRIBUTO DA PAISAGEM URBANA.....	56
2.3. TERRITÓRIOS HABITACIONAIS.....	86
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	113
3.1. PROTOCOLO DE LEVANTAMENTO E ANÁLISE	117
4. AS VILAS DE ITAIPU NO CONTEXTO DA EXPANSÃO URBANA.....	131
4.1. A MARGEM ESQUERDA DA ITAIPU BINACIONAL - FOZ DO IGUAÇU	133
4.2. A MARGEM DIREITA DA ITAIPU BINACIONAL – CIDADES PARAGUAIAS.	179
5. AS REGIÕES MORFOLÓGICAS NAS VILAS DE ITAIPU.....	208
5.1. REGIÕES MORFOLÓGICAS DE PRIMEIRO NÍVEL	209
5.2. REGIÕES MORFOLÓGICAS DE SEGUNDO NÍVEL.....	217
5.3. REGIÕES MORFOLÓGICAS DE TERCEIRO E QUARTO NÍVEL.....	250
6. CARACTERIZAÇÃO DA URBANIDADE NAS VILAS DE ITAIPU	284
6.1. ARTICULAÇÃO DO TECIDO URBANO	285
6.2. DENSIDADE URBANA	297
6.3. DIVERSIDADE DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.....	305
6.4. DISTÂNCIAS INTRAURBANAS	311
6.5. RELAÇÃO ENTRE OS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS	321
6.6. USO E APROPRIAÇÃO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E COLETIVOS	328
6.7. CARACTERIZAÇÃO DA URBANIDADE NAS VILAS DE ITAIPU	337
7. CONCLUSÕES	350
REFERÊNCIAS	362

1. INTRODUÇÃO

As cidades se transformam ao longo dos anos influenciadas, sobretudo, pelas ações do ser humano no território. Tais ações são marcadas por forças políticas, sociais e econômicas que se manifestam durante todo processo de evolução das cidades sobre os elementos da paisagem urbana, ou seja, sobre as ruas, as parcelas e os edifícios (OLIVEIRA, 2015; CONZEN 1960). Uma das perspectivas que permite compreender essas transformações é a Morfologia Urbana. A análise morfológica envolve, portanto, a evolução da cidade desde seu assentamento até suas subseqüentes transformações, identificando e descrevendo seus vários componentes (MOUDON, 2015). Analisar a forma urbana, nessa perspectiva, também permite reconhecer os registros das ações civis e públicas e delas apreender qual ideologia norteou a ocupação do solo ao longo do tempo (COSTA e NETTO, 2015).

No entanto, o ambiente construído é diversificado e complexo. Por isso, é importante identificar quais são os padrões reiterados na sua estrutura, formação e transformação, no sentido de compreender como os elementos trabalham em conjunto e como eles atendem as necessidades da cultura humana (KROPF, 2014). Para auxiliar na identificação desses padrões reiterados, Conzen (1960) formulou o conceito de divisão tripartite da paisagem urbana, composta pelo plano urbano, pelo tecido edificado e pelo uso do solo. O plano urbano integra a configuração das ruas, das parcelas e da implantação dos edifícios, em uma representação bidimensional. O tecido edificado, por sua vez, compreende a estrutura do edifício, em uma representação tridimensional. Por fim, o uso refere-se ao tipo de atividade humana desenvolvida no solo ou no edifício. Para Costa e Netto (2015, p. 65), essas três categorias sistemáticas combinadas entre si formam um todo que é a paisagem urbana histórica, composta pelos espaços abertos e construídos, que é a base da investigação morfológica.

Para classificar as características semelhantes encontradas nas combinações desses três complexos da paisagem urbana, Conzen (1960) também desenvolveu o conceito de Região Morfológica, que vem sendo aprimorado por diversos pesquisadores ao longo dos últimos 50 anos. Para Conzen, os três complexos da paisagem urbana apresentam combinações individualizadas em diferentes áreas da cidade e, por isso, elas estabelecem uma medida de homogeneidade que resultam em diferentes Regiões Morfológicas. Nesse sentido,

identificar as Regiões Morfológicas e reconhecer os processos que interferiram na sua configuração em determinado ponto da história, é passo fundamental para se pensar cidades que atendam às necessidades da população de maneira mais efetiva.

A partir deste contexto, a Morfologia Urbana pode ser encarada como uma peça chave na busca por cidades mais humanizadas, que considerem os impactos gerados por determinado padrão morfológico na vida cotidiana das pessoas e, sobretudo, na realização da esfera da vida pública. Esses impactos podem ser identificados a partir da caracterização da urbanidade, que nesta pesquisa é tida como um atributo utilizado para qualificar as interações entre diferentes pessoas nos espaços públicos e coletivos, condicionada pela relação dinâmica que se estabelece entre a estrutura físico-espacial da paisagem urbana e as atividades cotidianas que regem a vida pública. No entanto, essa estrutura físico-espacial não está relacionada apenas com o espaço público em si, mas sim, com todos os elementos que formam a paisagem urbana. Sendo assim, a caracterização da urbanidade depende da análise: (i) da articulação do tecido urbano, (ii) da diversidade de uso e ocupação do solo, (iii) da densidade urbana, (iv) da relação entre espaço público e privado, (v) das distâncias intraurbanas e (vi) do uso e apropriação dos espaços públicos e coletivos.

Por este motivo, a compreensão de determinada fração da paisagem urbana só é possível a partir de uma análise histórica e multiescalar. Ou seja, é preciso considerar as forças políticas, sociais e econômicas que atuaram ao longo do tempo sobre todo território municipal e, por vezes, regional. Uma das principais consequências da atuação dessas forças nas cidades contemporâneas brasileiras têm sido o aumento da segregação socioespacial que vem se consolidando nas últimas décadas, devido aos intensos processos de expansão urbana que tem como premissa a fragmentação ou a dispersão do tecido urbano. Esses processos refletem diretamente na conformação da paisagem urbana como um todo e, por consequência, na configuração dos espaços públicos e coletivos e são, na maioria das vezes, chancelados por leis e projetos públicos, que ao invés de barrar determinados fenômenos, acabam por incentivá-los.

Um exemplo disso pode ser identificado claramente no município de Foz do Iguaçu, localizado na tríplice fronteira entre o Brasil (BR), Paraguai (PY) e Argentina (AR), cujo intenso processo de expansão urbana foi diretamente influenciado pela implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu (UHI) e de suas vilas

operárias, a partir do ano de 1973¹. Para sua construção, a partir de meados de 1970, aproximadamente 40 mil funcionários foram contratados e, sozinhos ou com suas respectivas famílias, chegaram em Foz do Iguaçu, no Brasil, e também nas cidades fronteiriças localizadas no Paraguai (SOUZA, 1998). As oportunidades de emprego que surgiram na época, relacionadas diretamente ou indiretamente com a Itaipu Binacional, atraíram milhares de pessoas para o território fronteiriço, resultando em um aumento populacional de 301,14% em Foz do Iguaçu entre os anos de 1970 e 1980 (IBGE, 1950/2010) e de 92,50% no conjunto de cidades paraguaias afetadas diretamente pela usina entre os anos de 1972 e 1982 (DGEEC, 2002).

Com o objetivo de atrair funcionários e mantê-los produtivos, a Itaipu Binacional ofereceu bons salários, treinamento e infraestrutura de serviços, tais como moradia, escolas, hospitais e espaços de lazer (SBARDELOTTO e CASTANHO, 2017). Nesse contexto, entre os anos de 1975 e 1979 foram construídas onze vilas operárias, denominadas vilas de Itaipu. Três dessas vilas foram construídas no lado brasileiro, em Foz do Iguaçu, enquanto as outras oito vilas foram construídas no lado paraguaio, divididas entre as cidades de Franco, Cidade do Leste e Hernandarias (SOUZA, 1998). As vilas de Itaipu se caracterizaram como os primeiros territórios habitacionais das cidades onde foram implantadas. Tanto no Brasil, quanto no Paraguai, elas foram divididas em três categorias, que variavam de acordo com a função que os funcionários exerciam dentro da empresa: (i) administradores e engenheiros da Usina; (ii) técnicos e funcionários administrativos; e (iii) operários e trabalhadores em postos de serviços. Além disso, cada vila foi construída a partir de diferentes padrões morfológicos, que reforçaram ainda mais a segregação social imposta pela empresa. Essa divisão garantiu que a força de trabalho estivesse mais próxima da empresa, assim como, permitiu uma maior capacidade de controle dos trabalhadores pela empresa (VALDERRAMA e OLIVEIRA, 2008).

Em Foz do Iguaçu, as vilas de Itaipu foram implantadas de maneira segregada, distantes da área urbana consolidada e, também, distantes entre si, baseadas na reprodução de um modelo adotado por diversas indústrias e hidrelétricas brasileiras, responsável por promover alterações importantes na paisagem urbana e

¹ A Itaipu Binacional é uma empresa pública, implantada na divisa entre o Brasil e o Paraguai e de constituição jurídica *sui generis*. Isso porque, de acordo com Cunha (2011), a aplicação da legislação de um país de forma unilateral viola a soberania do outro. Sendo assim, a Itaipu Binacional possui uma legislação própria, baseada no tratado assinado em 1973 por ambos os países.

na forma de habitar de milhares de pessoas desde a década de 1950 (CORREIA, 2010). O distanciamento dessas vilas marcou a relação entre os trabalhadores da usina e os moradores da cidade, reforçado pela concentração de equipamentos de lazer, educação e saúde que fazia com que os moradores não saíssem das vilas para satisfazer as necessidades do seu cotidiano urbano. No Paraguai, contudo, elas foram inseridas de forma contínua e integrada. Ainda que os demais padrões morfológicos utilizados se assemelhassem com as vilas brasileiras, como o tamanho dos lotes e das ruas e as tipologias das edificações, a sua inserção gerou diferentes impactos na paisagem urbana e na configuração de seus espaços públicos e coletivos, assim como nos processos de expansão urbana futuros.

Um estudo preliminar realizado em Foz do Iguaçu constatou que a segregação socioespacial gerada pelas vilas de Itaipu influenciou de maneira efetiva na expansão urbana das décadas posteriores. As áreas habitacionais implantadas nos últimos 20 anos continuaram pactuando com os processos de fragmentação e dispersão urbana, que por sua vez, refletiram na formação de uma área urbana majoritariamente horizontal, com baixa densidade construtiva, uma série de vazios urbanos destinados para o uso agrícola e com grandes avenidas, cuja configuração privilegia os trajetos feitos por veículos particulares, em detrimento dos trajetos feitos a pé, de bicicleta ou, até mesmo, de transporte público. Como reflexo dessa forma urbana, parte significativa desses novos territórios habitacionais se encontram carentes de equipamentos públicos e de áreas livres de lazer, influenciando de maneira negativa no modo de vida da população e na realização da esfera da vida pública (RAMMÉ e PINA, 2018a; RAMMÉ e PINA, 2018b; RAMMÉ e PINA, 2019).

A partir desse contexto, o **problema** identificado nesta pesquisa é que o desenho urbano das cidades contemporâneas, sobretudo de suas áreas habitacionais, tem se afastado cada vez mais da sua dimensão humana e social, fazendo com que os espaços públicos e coletivos percam seu papel como promotor de encontros entre os moradores da cidade e como palco para a realização da esfera da vida pública e das atividades cotidianas. Este modelo de cidade reflete os interesses das ideologias dominantes do neoliberalismo, que rejeitam o espaço público e a vida nas cidades, em detrimento da criação de espaços destinados para suprir apenas as atividades relacionadas à esfera da vida social, caracterizadas pelas relações econômicas de mercado e por um comportamento padrão.

Nos bairros habitacionais este quadro se agrava, uma vez que o uso residencial corresponde à maior porção do território e, por isso, o espaço público assume um papel fundamental na consolidação das relações cotidianas. Além disso, destaca-se a compreensão do conceito ampliado de habitação, onde o morar não se reduz apenas à unidade em si, mas sim à consolidação de uma rede de serviços além-moradia, onde se vivenciam as experimentações coletivas que acontecem no âmbito das relações de vizinhança, consolidando o que se denomina de territórios habitacionais (PELLI, 2006; PAOLI, 2014 e PESSATTI, 2015). Para Coelho (2009), é cada vez mais necessário assumir que a cidade se habita em vários espaços, que vão desde o interior da unidade habitacional até os espaços da cidade, que precisam estar desenvolvidos para o uso público. O autor destaca ainda que as mudanças nos modos de vida transformaram as casas em espaços de solidão e, por isso, a vida urbana se torna cada vez mais fundamental para se viver com diversidade e estímulo. Desta forma, o habitar deve ser entendido numa perspectiva ampla, como entidade viva que contribua para a vida da vizinhança, do bairro e da cidade.

A partir desse contexto, esta pesquisa fundamenta-se na **hipótese** de que as diferentes estratégias de desenho urbano adotadas para a construção das vilas de Itaipu, apresentam impacto direto na vida cotidiana da população e, por consequência, na caracterização da urbanidade. Isso porque, essas estratégias foram responsáveis pela criação de diferentes paisagens urbanas dentro das vilas, que variavam de acordo com a classe funcional dos trabalhadores para qual elas foram destinadas e o país onde elas foram construídas. No caso das vilas brasileiras, as estratégias de desenho urbano adotadas reproduziram os modelos urbanísticos implantados em grande escala pelas indústrias e hidrelétricas do país, cuja dinâmica está pautada na segregação socioespacial e de seus funcionários. Por outro lado, as vilas de Itaipu construídas no Paraguai não seguiram essa lógica, uma vez que elas foram construídas contínuas à malha urbana existente, embora também tenham dividido seus funcionários de acordo com a categoria que eles ocupavam dentro da empresa, assim como no Brasil. Além disso, as vilas destinadas para os técnicos e funcionários administrativos apresentaram fortes indícios do urbanismo modernista, enquanto as vilas destinadas para os operários e trabalhadores em postos de serviços seguiram a lógica economicista. Sendo assim, parte-se da premissa que esses diferentes padrões podem ser lidos e analisados a partir da aplicação do conceito de Região Morfológica, cuja finalidade é levantar e analisar a estrutura físico-espacial da cidade a partir de

uma perspectiva histórica e multiescalar. Ao cruzar este levantamento com os elementos que condicionam a urbanidade, é possível identificar como as estruturas físico-espaciais da cidade interferem nas atividades cotidianas desenvolvidas pela população e, por consequência, nas interações que acontecem entre diferentes pessoas nos espaços públicos e coletivos.

Sendo assim, **objetivo geral** desta pesquisa é *caracterizar a urbanidade a partir da identificação das diferentes Regiões Morfológicas que compõem a paisagem urbana das vilas de Itaipu*. Para alcançar o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Promover a discussão acerca da relação entre a Morfologia Urbana e a urbanidade, bem como compreender os principais conceitos relacionados aos territórios habitacionais, sobretudo às vilas operárias;
- b) Desenvolver uma metodologia com base na literatura sobre o tema para a caracterização da urbanidade em territórios habitacionais;
- c) Compreender os principais processos de expansão urbana nas cidades onde foram implantadas as vilas de Itaipu e sua influência na configuração da paisagem urbana atual;
- d) Identificar as diferentes Regiões Morfológicas que formam a paisagem urbana das vilas de Itaipu;
- e) Relacionar as Regiões Morfológicas com os elementos que condicionam a urbanidade.

Os objetos de estudo desta pesquisa são as vilas de Itaipu construídas no Brasil, por elas representarem um marco na construção dos territórios habitacionais de Foz do Iguaçu, com reflexos significativos na paisagem urbana e no modo de morar da população. É importante destacar que, apesar de as vilas brasileiras representarem o principal recorte desta pesquisa, considerou-se de extrema importância que se ultrapassasse a fronteira entre o Brasil e o Paraguai para compreender melhor os processos de formação e transformação desses territórios e sua influência na caracterização da urbanidade nos diferentes países. Deste modo, são analisadas também duas vilas implantadas nas cidades paraguaias, selecionadas ao longo da pesquisa a partir de fatores sociais e morfológicos que permitiram compreender tais territórios.

Esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa e classifica-se como exploratória. De acordo com seus procedimentos, classifica-se como estudo de caso.

A seleção dos estudos de casos desta pesquisa também traz à tona a discussão sobre os padrões morfológicos reproduzidos historicamente pelas indústrias e hidrelétricas brasileiras na construção de suas vilas operária, assim como, os impactos causados nos centros urbanos em que elas foram implantadas. As vilas operárias tiveram origem em um novo modelo de produção, que modificou as relações de vida, de convivência e de trabalho ao longo de todo século XIX e princípios do século XX (VALDERRAMA e OLIVEIRA, 2008). No Brasil, a construção de moradia por padrões para seus empregados ganhou novos contornos a partir do crescimento da indústria moderna, difundindo-se em larga escala e em diferentes regiões do país (CORREIA, GHOUBAR e MAUTNER, 2006; CORREIA 2010).

A partir da perspectiva da história do urbanismo, as vilas operárias brasileiras marcaram um momento importante na construção de um habitat proletário moderno, devido ao fato da moradia surgir juntamente com o equipamento coletivo e com as redes de infraestrutura, gerando, com isso, profundas mudanças nas relações de produção, organização do território e padrão de urbanização existente. Apesar de as vilas de Itaipu terem sido construídas quando grande parte das demais vilas operárias brasileiras já estavam em meio aos seus processos de desmonte, sua forma urbana se assemelhava aos padrões implantados entre os anos de 1880 e 1950, influenciados, sobretudo, por modelos europeus e americanos (CORREIA, 2010).

Para alcançar o objetivo desta pesquisa, foi desenvolvido um método que buscou analisar as transformações que influenciaram a configuração da paisagem urbana atual, desde o surgimento das cidades analisadas até o ano de 2017. Para isso, esta pesquisa divide-se em três etapas. A primeira etapa refere-se à compreensão dos processos de expansão urbana nos municípios onde foram implantadas as vilas de Itaipu e sua influência na configuração da paisagem urbana atual. A segunda etapa refere-se identificação das Regiões Morfológicas de primeiro, segundo e terceiro nível nas vilas de Itaipu selecionadas, a fim de subsidiar a caracterização da urbanidade, que, por sua vez, refere-se à terceira etapa desta pesquisa. A elaboração deste método de caracterização da urbanidade é uma das contribuições desta pesquisa para a área do conhecimento.

Os resultados obtidos nesta pesquisa permitem concluir que nas quatro vilas analisadas, grande parte dos espaços que apresentavam um maior número de atividades cotidianas sendo desenvolvidas estavam localizados ao longo de vias com maior capacidade de conexão urbana e contavam com uma diversidade de usos e

ocupação do solo, mesmo que limitada. No entanto, as áreas que apresentaram baixa diversidade de uso do solo e de tipologias construtivas, baixa relação entre os espaços públicos e privados, baixa densidade urbana, conexões urbanas limitadas e grandes distâncias a serem percorridas pela população até às áreas de lazer e aos equipamentos públicos de ensino e saúde, foram aquelas que não apresentaram o desenvolvimento de atividades cotidianas e, por consequência, não incentivaram a interação entre diferentes pessoas nos espaços públicos e coletivos. Ou seja, embora a diversidade de uso e ocupação do solo tenha sido identificada como um dos elementos que impulsionam a realização de atividades cotidianas, a organização do plano urbano e as relações entre as áreas edificadas e as áreas dos lotes, base da morfologia urbana, também assumem importância fundamental na criação de espaços que suportam e incentivam diferentes tipos de práticas sociais.

Sendo assim, foi comprovada a hipótese de que as diferentes estratégias de desenho urbano adotadas para a construção das vilas de Itaipu apresentaram impacto direto na vida cotidiana da população e, por consequência, na caracterização da urbanidade. Assim como, comprovou-se também que as Regiões Morfológicas tiveram um papel fundamental na leitura e análise da estrutura físico-espacial da cidade e que seu cruzamento com os elementos que condicionam a urbanidade foram capazes de compreender quais padrões da paisagem urbana incentivam, ou então, repelem as interações entre diferentes pessoas nos espaços públicos e coletivos nas vilas de Itaipu.

Por fim, as principais contribuições que esta pesquisa apresenta para a área de conhecimento é: (i) a elaboração de um método para leitura da urbanidade em diferentes contextos urbanos, sobretudo nos territórios habitacionais; (ii) adaptação da metodologia de Regionalização Morfológica, no que tange a divisão das camadas que possibilitam a leitura da paisagem urbana e a possibilidade de sua aplicação em diferentes recortes espaciais; (iii) o da cartografia em um Sistema de Informações Geográficas, que possibilitou a criação de diversos mapas e a obtenção de dados alfanuméricos que subsidiaram o desenvolvimento de todo trabalho; (iv) elaboração de uma base cartográfica histórica dos municípios estudados, vai desde sua origem até o ano de 2017, e sua relação com as principais forças que influenciaram as transformações ocorridas na paisagem urbana ao longo do tempo; e (v) o desenvolvimento do conceito de urbanidade e a descrição detalhada e

fundamentada teoricamente dos elementos que a condicionam, assim como a definição dos atributos e variáveis utilizados para sua caracterização.

Por fim, o trabalho está organizado em seis capítulos. Além da introdução, o segundo capítulo corresponde ao referencial teórico, onde são apresentados os principais conceitos relacionados à Morfologia Urbana, sobretudo no que diz respeito à metodologia de regionalização morfológica e suas formas de aplicação. Além disso, são identificados, a partir de diferentes perspectivas, os principais elementos que condicionam a urbanidade. Também são discutidas algumas questões pertinentes aos territórios habitacionais, sobretudo aquelas relacionadas às vilas operárias, assim como, é apresentado um panorama geral das legislações urbanísticas brasileiras, principalmente as que se referem ao parcelamento e ao uso e ocupação do solo urbano. No terceiro capítulo são expostos os procedimentos metodológicos e o protocolo de análise utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa, que se divide em três etapas. Estas etapas, apresentadas anteriormente, deram origem aos capítulos quatro, cinco e seis. Finalmente, o sétimo capítulo refere-se às conclusões obtidas nesta pesquisa, assim como, às principais contribuições que ela apresentou no campo de estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, dividido em três partes principais, serão apresentadas as bases teóricas e conceituais que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa. Desse modo, a primeira parte apresenta a leitura do território sob o viés da Morfologia Urbana, que aborda a cidade e suas formas como um processo influenciado por forças sociais, econômicas e políticas, que atuam em determinados períodos e influenciam suas mudanças ao longo do tempo. Utilizam-se como aporte teórico os conceitos desenvolvidos por M. R. G. Conzen (1960), dentro da abordagem histórico-geográfica da Morfologia Urbana, e os estudos subsequentes dos grupos de pesquisas ligados ao ISUF e ao PNUM. A segunda parte discute a urbanidade como um atributo da paisagem urbana, que condiciona o uso e a apropriação dos espaços públicos. Para isso, primeiramente, são apresentadas algumas questões relacionadas à forma urbana das cidades brasileiras contemporâneas e suas influências na condição preliminar para a compreensão da urbanidade. Posteriormente, são tratados os principais elementos que permeiam o conceito de urbanidade, assim como é discutido o papel do espaço público como palco central para sua consolidação. Por fim, a terceira parte se debruça sobre os territórios habitacionais. São discutidos alguns conceitos gerais ligados ao território, bem como, são abordadas as principais questões sobre a produção das áreas habitacionais suas diferentes modalidades, sobretudo aquelas relacionadas as vilas operárias.

2.1. A MORFOLOGIA URBANA E A LEITURA DO TERRITÓRIO

A cidade pode ser lida e compreendida a partir de diferentes perspectivas, dentre elas, a Morfologia Urbana. Utilizada principalmente por geógrafos e urbanistas, a Morfologia Urbana entende a cidade e suas formas como um processo. Segundo Oliveira (2014), a Morfologia Urbana é a ciência que estuda a forma física da cidade, assim como os atores e os processos de transformação que a moldam. Para Moudon (2015), os morfologistas analisam a evolução da cidade, desde seu assentamento até as subsequentes transformações, através da identificação de seus vários componentes. Os morfologistas centram-se nos resultados tangíveis das forças sociais e econômicas e na forma que elas tomam sobre o solo urbano, moldando as cidades. Ou seja, "a Morfologia Urbana é o estudo da cidade como habitat humano"

(MOUDON, 2015, p. 42). De acordo com Whitehand e Birkhamshaw (2012), ao longo dos últimos 100 anos, os morfologistas urbanos desenvolveram métodos cada vez mais eficazes de exploração e elucidação da forma física das áreas urbanas ou da paisagem urbana, como é frequentemente denominada.

De forma mais geral, o termo morfologia é usualmente utilizado no estudo das formas biológicas e, durante um longo período de tempo, não foi associado aos estudos urbanos. O sufixo “-logia”, de origem grega significa “campo de estudo” e faz referência ao estudo de alguma coisa, enquanto o prefixo “morfo-”, também de origem grega, significa “forma”. Sendo assim, a Morfologia Urbana seria o estudo da forma urbana. Entretanto, esse termo foi ampliado para ser considerado como um processo, que reflete as ações políticas, sociais e econômicas utilizadas ao longo do tempo e que resultam na paisagem urbana contemporânea, ou seja, a Morfologia Urbana é considerada um produto físico das ações da sociedade sobre o meio, que vão edificando-o ao longo do tempo (COSTA e NETTO, 2015).

Para Costa e Netto (2015), essa definição indica os principais aspectos investigados da Morfologia Urbana, pois, se ela está associada ao solo edificado, está intrinsecamente relacionada às edificações, aos parcelamentos e aos espaços livres. Esses aspectos ocorrem em função de uma ação social e implicam em diversos arranjos, tanto no que diz respeito ao traçado viário, como também na composição e parcelamento das quadras e lotes. "Percebe-se que a forma urbana traduz o registro da história das ações civis e públicas e que delas pode-se apreender qual ideologia norteou a ocupação do solo ao longo do tempo" (COSTA e NETTO, 2015, p. 32). Ou seja, o ambiente está em processo constante de transformação e a forma da cidade traduz o tempo e os fatos que agem sobre ela. Nesse processo, atuam forças identificáveis, de natureza política, econômica ou ambiental, que são dependentes das escolhas e das consequências humanas (COSTA et. al., 2015).

É importante destacar, neste momento, que o conceito de Morfologia Urbana se distingue do conceito de forma urbana. A forma é entendida como um objeto estático e nela estão compreendidos os componentes físicos da cidade, enquanto a Morfologia Urbana é a ciência que estuda a forma urbana e os processos que a constituíram. De acordo com Moudon (2015), uma análise morfológica apresenta três princípios fundamentais: a forma, a resolução e o tempo. A forma refere-se aos edifícios e espaços abertos relacionados com estes: parcelas e ruas. A resolução refere-se à compreensão em diferentes níveis ou escalas: o edifício/parcela,

a rua/quarteirão, a cidade e a região. E por fim, o tempo refere-se à dimensão histórica, ou seja, as transformações ocorridas ao longo do tempo.

Nesse sentido, é possível afirmar que dentro da Morfologia Urbana há um consenso sobre os elementos fundamentais da forma física construída: ruas, parcelas e edifícios. Porém, por mais simples e concreta que seja a experiência de um determinado local, o ambiente construído como um todo é diversificado e complexo. Por isso, um dos papéis da Morfologia Urbana é identificar os padrões de repetição na estrutura, formação e transformação do ambiente construído, para ajudar a compreender como os elementos trabalham em conjunto e como eles atendem às necessidades e à cultura humana (KROPF, 2014).

2.1.1. As diferentes abordagens da Morfologia Urbana

A Morfologia Urbana, entendida aqui como o estudo da forma a partir dos reflexos das forças sociais, econômicas e políticas ao longo do tempo, apresenta diferentes correntes teórico-metodológicas, desenvolvidas por autores que estudam a cidade sob diferentes enfoques. De acordo com Oliveira (2014), a Morfologia Urbana tem sua origem associada ao trabalho de geógrafos Alemães nos últimos anos do século XIX. Porém, os contributos mais relevantes foram os trabalhos do arquiteto Saverio Muratori e do geógrafo M. R. G. Conzen, em meados do século XX, e posteriormente, o trabalho do *Urban Morphology Research Group*, vinculado à Escola de Geografia de Birmingham. Tal grupo foi construído a partir do trabalho de Conzen e dinamizado por Jeremy Whitehand. De acordo com Moudon (2015), M. R. G. Conzen foi um geógrafo Alemão que emigrou para Inglaterra antes da Segunda Guerra Mundial, inicialmente para estudar e exercer a atividade de planejamento urbano e depois para ensinar geografia, enquanto Saverio Muratori foi um arquiteto Italiano que lecionou primeiro em Veneza e depois em Roma. Dos estudos desses dois morfólogos nasceram as principais escolas de morfologia.

Segundo Costa e Netto (2015), a diferença entre essas duas escolas de morfologia está na ênfase a alguns elementos em detrimento de outros. A escola inglesa define como seu objeto o estudo da evolução das formas urbanas, utilizando como parâmetro as modificações e transformações, com o propósito de estabelecer uma teoria sobre a construção das cidades. Para isso, ela estabelece como linha de investigação as transformações ocorridas no parcelamento do solo e no sistema

viário, de modo a identificar os elementos que repetem padrões semelhantes, possibilitando assim sua identificação como unidades características da forma urbana que sobressaíram em determinados períodos de tempo. De acordo com as autoras, essas transformações no espaço urbano são produzidas a partir dos reflexos econômicos e culturais de uma determinada época histórica. A Escola de Geografia de Birmingham seguiu esse propósito e ainda incorporou as variáveis econômicas para estabelecer relações entre a cidade, seus habitantes e a dinâmica do mercado imobiliário.

A Escola Italiana de Morfologia Urbana, por sua vez, elabora o estudo da forma urbana como um modelo projetual para uma cidade. Assim como os pesquisadores do *Urban Morphology Research Group* têm como base os estudos de M. R. G. Conzen, Gianfranco Caniggia, juntamente com outros pesquisadores, ocupam-se de sistematizar e divulgar a pesquisa de Muratori após sua morte (COSTA e NETTO, 2015). De acordo com Kropf (2009), a abordagem que eles desenvolveram busca informar suas propostas arquitetônicas e urbanas com a compreensão do ambiente construído, examinando sua estrutura detalhada e o processo histórico de sua formação. Ou seja, o principal elemento de investigação da escola italiana é o edifício e suas associações com o tecido urbano, formando regiões ou distritos. Esses pesquisadores acreditam que as formas estão enraizadas no processo local de desenvolvimento cultural e que são distintas em termos de classes, relações e propriedades. Nesse sentido, pode-se afirmar que a escola italiana também é processual, embora, na sua essência, esteja mais centrada na evolução dos tipos arquitetônicos.

De acordo com Moudon (2015, p. 42), "uma terceira escola emergiu na França no final dos anos 60, quando Philippe Panerai, Jean Castex e Jean-Charles Depaule fundaram a Escola de Arquitetura de Versalhes como parte do processo de separação das Belas-Artes". Contudo, alguns autores, como por exemplo Costa e Netto (2015), não reconhecem a existência real de uma escola Francesa, embora elas assumam que os estudos elaborados por seus professores representam uma contribuição efetiva na aplicação dos métodos das escolas Inglesa e Italiana como proposição projetual.

Sendo assim, apesar de as escolas Italiana e Inglesa apresentarem algumas diferenças com relação à ênfase de seus elementos de estudo, é consensual a ideia de que a cidade pode ser lida e analisada através dos elementos da sua forma

física (ruas, parcelas e edifícios). Esses elementos são os mesmos em todos os estudos e os processos de formação e transformação partilham a mesma base, o que torna a Morfologia Urbana abrangente e com grande potencial para enfrentar a expansão urbana das cidades contemporâneas em várias partes do mundo (MOUDON, 2015).

Portanto, mesmo que as principais escolas de Morfologia Urbana tenham suas origens em países Europeus, a identificação dos mesmos elementos da forma urbana em diversas cidades do mundo prova o quanto ela é eficaz na leitura de diferentes territórios. O que muda são os processos, ou seja, as forças sociais, políticas e econômicas que influenciam na formação e transformação da paisagem urbana ao longo do tempo. No Brasil, as análises morfológicas têm auxiliado a reconhecer esses processos e a identificar as diferenças e semelhanças existentes em distintas cidades, contribuindo assim na busca por caminhos que minimizem a segregação socioespacial e aumentem a qualidade de vida nos ambientes construídos.

Dessa forma, é importante compreender qual o tipo de abordagem morfológica se deseja utilizar na leitura de determinado território. Pois, assim como os assentamentos são diversos e complexos, há muitas maneiras de descrevê-los e compreendê-los. De acordo com alguns autores que estudam as correntes teórico-metodológicas da Morfologia Urbana desenvolvidas na atualidade, foram identificadas quatro abordagens principais, cada uma com uma visão ligeiramente diferente da outra: (i) histórico-geográfica; (ii) tipológica projetual ou processo tipológico; (iii) configuracional ou sintaxe espacial; e (iv) analítica espacial (KROPF, 2009; OLIVEIRA, 2016; OLIVEIRA, MONTEIRO e PARTANEN, 2015).

A abordagem histórico-geográfica é construída em torno do trabalho do geógrafo M. R. G. Conzen, conforme mencionado anteriormente, particularmente do seu livro sobre a cidade de Alnwick. Essa abordagem tem como objetivo estudar o plano da cidade e sua estrutura geográfica através da análise sistemática de seus elementos constituintes e o desenvolvimento deles ao longo do tempo (OLIVEIRA, 2016 e KROPF, 2009). Segundo Michel P. Conzen, filho de M. R. G. Conzen, a abordagem histórico-geográfica construída em torno do trabalho de Conzen seria incompleta se ele não tivesse a colaboração do professor Jeremy Whitehand, que, juntamente com Susan Whitehand, Michel P. Conzen e Ivor Samuels formam a base estrutural da Escola Inglesa de Morfologia Urbana. Em 1974, Whitehand formou o

Urban Morphology Research Group, que se tornou um centro de investigação de excelência, complementando as principais tradições em Morfologia Urbana. Em 1994, o grupo criou o ISUF (*International Seminar on Urban Form*) e, desde o ano de 1997, possui a revista científica semestral "Journal of the Internacional Seminar on Urban Form" (COSTA e NETTO, 2015; MOUDON, 2015). Em meados da primeira década do século XXI, o ISUF iniciou uma política de incentivo à criação de grupos nacionais, ou regionais, ligados à estrutura internacional mais abrangente. É neste âmbito que, no ISUF 2010, realizado em Hamburgo, foi criada a Rede Portuguesa de Morfologia Urbana (PNUM), que, três anos mais tarde, iniciou a publicação da 'Revista de Morfologia Urbana' (OLIVEIRA, 2014).

A abordagem tipológica projetual, por sua vez, está enraizada principalmente no trabalho do arquiteto italiano Saverio Muratori e do arquiteto e urbanista Gianfranco Caniggia. Essa abordagem visa aproximar-se das propostas arquitetônicas e urbanas com uma compreensão do ambiente construído, examinando sua estrutura detalhada e o processo histórico de sua formação. Já a abordagem da sintaxe espacial busca compreender a relação entre a estrutura espacial e a função genérica do movimento nos assentamentos humanos. Essa abordagem surgiu no Reino Unido no final dos anos de 1970 e início de 1980, a partir dos trabalhos dos pesquisadores Bill Hillier e Julienne Hanson. Por fim, a abordagem analítica espacial pode ser caracterizada pelo trabalho de Michael Batty e pelo Centro de Análise Espacial Avançada do *University College de Londres*. Essa abordagem tem como objetivo compreender a estrutura espacial e a dinâmica das cidades como fenômenos complexos e emergentes, nos quais a estrutura global se desenvolve a partir de processos locais. Ela se baseia nos conceitos e métodos dos autómatos celulares, modelos baseados em agentes fractais (OLIVEIRA, 2016 e KROPF, 2009).

Ao analisar as quatro abordagens teórico-metodológicas utilizadas por morfologistas contemporâneos, optou-se nesta pesquisa por seguir com a abordagem histórico-geográfica. Para isso, considerou-se alguns fatores principais, como: (i) o objeto de estudo ater-se à evolução das formas como parâmetros das modificações e transformações das cidades; (ii) a compreensão dos reflexos econômicos, políticos e sociais que atuam nesses processos transformação; (iii) a consideração da variável histórica; e por fim, (iv) a necessidade de compreender a sociedade urbana e a variação dos diferentes grupos locais como agentes na participação do processo decisório que afeta a paisagem urbana, cuja identidade é o reflexo da sociedade

urbana local. Sendo assim, neste momento, será apresentada com mais detalhes a abordagem histórico-geográfica Conzeniana e os conceitos de maior relevância para o desenvolvimento desta pesquisa.

2.1.2. A abordagem histórica-geográfica Conzeniana

A associação da Escola de Morfologia Inglesa ao geógrafo Alemão M. R. G. Conzen se dá pela influência dos trabalhos desenvolvidos por ele, tanto como planejador e professor de Geografia, quanto pela realização de atividades profissionais. Suas ideias começaram a aparecer na Inglaterra alguns anos após sua emigração da Alemanha, em 1933. Contudo, as bases teóricas dos trabalhos de M. R. G. Conzen tiveram origem na faculdade de Geografia Histórica e Filosofia da Universidade *Friedrich Wilhelms*, em Berlim, na qual se graduou em 1931. Durante sua graduação, esteve envolvido com estudos sobre a representação física dos fatos urbanos, coordenados pelo professor Otto Schlüter, que tinha a forma como principal objeto de pesquisa e denominava a cidade e a aparência das formas físicas edificadas como “paisagem urbana”, e como tal, uma unidade regional (COSTA e NETTO, 2015).

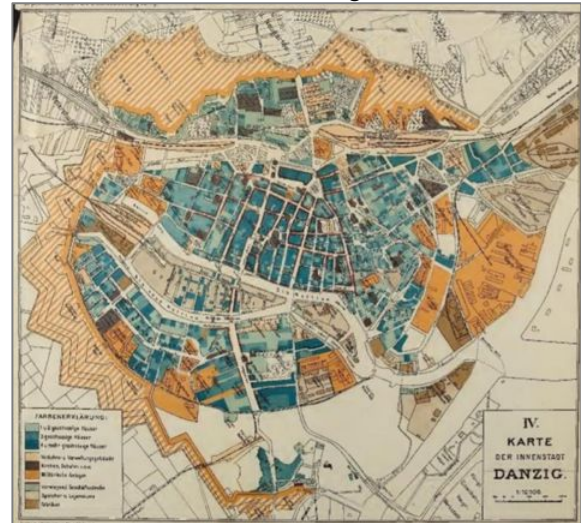
Os trabalhos de Hassinger também contribuíram para os estudos da Geografia Urbana alemã da época, como sua pesquisa que identificou todos os edifícios de caráter histórico de Berlim e espacializou-os de acordo com seu uso, ocupação e estilo arquitetônico (Figura 1). Outros dois trabalhos desenvolvidos sob a influência de Schlüter foram as pesquisas de Geisler e Martiny. Geisler realizou uma pesquisa sobre a cidade portuária de Danzing, publicada em 1916, em que desenvolveu um mapa que distinguia os diferentes usos do solo e das edificações e o número de pisos dos edifícios residenciais (Figura 2). Além disso, Geisler elaborou um estudo comparativo dos assentamentos, planos urbanos e tipos edilícios das cidades alemãs, publicado em 1924. Já Martiny desenvolveu um estudo global dos assentamentos germânicos, publicado em 1928. Esses dois trabalhos foram alvo de fortes críticas sobre seus esquemas classificatórios, o que resultou na redução dos estudos morfológicos ao longo dos anos seguintes (COSTA e NETTO, 2015).

Figura 1: Mapa dos edifícios históricos de Berlim



Fonte: Hassinger *apud* Whitehand, 2014.
Disponível em:
<<http://isuf2014.fe.up.pt/Whitehand.pdf>>.
Acesso em 28 de março de 2018.

Figura 2: O mapa da área central de Danzig



Fonte: Geisler, 1916 *apud* Oliveira, 2017.
Disponível em:
<http://vitoroliveira.fe.up.pt/Aulas%20Morfologia%20Urbana_Aula%207_2.pdf>. Acesso em 28 de março de 2018.

Para Costa e Netto (2015), M. R. G. Conzen é um dos responsáveis pela restauração desses estudos logo após a segunda Guerra Mundial, quando começou a trabalhar no Departamento de Geografia da Universidade de Durham, na Inglaterra, e desenvolveu um estudo detalhado da cidade de Alnwick, publicado em 1960. Os estudos elaborados naquela pequena cidade são apresentados com uma meticulosa análise morfológica, desde a reconstrução dos dados até a qualidade dos mapas. Apesar de não ter um grande número de textos publicados, Oliveira (2016) afirma que o livro de Conzen sobre a cidade de Alnwick é uma das publicações mais importantes sobre Morfologia Urbana até hoje. Seu trabalho como um todo oferece uma estrutura abrangente para o estudo e desenho da forma física das cidades.

De acordo com M. R. G. Conzen (1960), o estudo sobre a cidade de Alnwick referia-se à análise geográfica do plano da cidade. Para ele, esse caso específico apresentou resultados de importância geral e estabeleceu conceitos básicos aplicáveis a fenômenos recorrentes na Morfologia Urbana. Segundo Kropf (2009), a partir da análise do plano de Alnwick é possível explicar a estrutura geográfica e o caráter das cidades através de uma análise sistemática de seus elementos constituintes e desenvolvimento ao longo do tempo. Contudo, em seu estudo, Conzen (1960) destacou que não se pode esperar que um centro de serviço pequeno como Alnwick mostre todos os fenômenos que caracterizam a morfologia dos planos das

idades. No entanto, seu tamanho modesto e estrutura simples torna-o mais adequado para o estabelecimento de alguns princípios básicos.

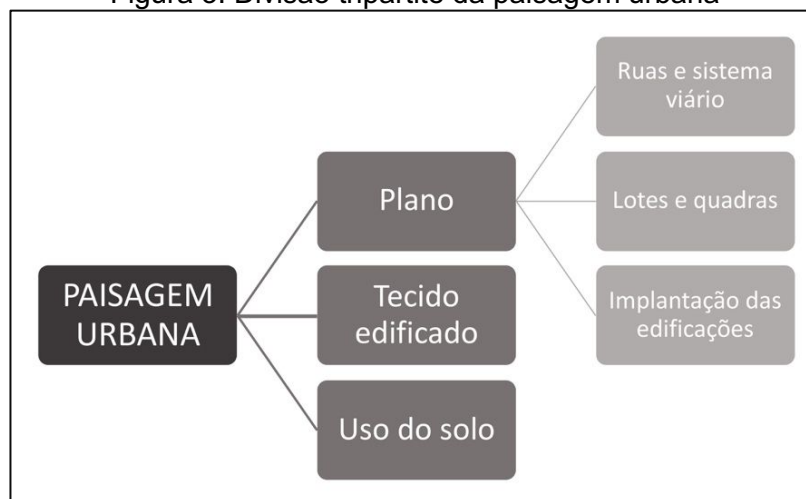
Costa e Netto (2015) afirmam que foi nesse estudo que M. R. G. Conzen apresentou a forma e seu dinamismo. Ou seja, a forma compreende o sentido estritamente morfológico, concentrado na diversificação visível da configuração da paisagem urbana. Enquanto o dinamismo consiste na atuação da sociedade, que produz e altera a paisagem urbana ao longo do tempo. Os fatores dinâmicos da paisagem urbana são os mecanismos da sociedade urbana local. Nesse contexto, Conzen (1960) explica que os planos municipais se originam, desenvolvem e funcionam dentro de um contexto físico humano e que sem essa percepção eles se tornam incompreensíveis. Ou seja, que a análise do plano inclui a avaliação das condições físicas do local, bem como do seu desenvolvimento econômico e social. Segundo Oliveira (2016), a abordagem histórico-geográfica é bastante equilibrada e abrangente, pois inclui todos os elementos da forma urbana e todas as escalas de análise, com um forte enfoque na história.

Além da dinamicidade da forma, é no estudo sobre Alnwick que Conzen formulou a ideia de uma divisão tripartite da paisagem urbana, composta por três complexos: o plano, o tecido edificado e o uso do solo. A partir dessa divisão, Conzen desenvolveu também o conceito de Região Morfológica que tem como objetivo classificar determinada paisagem urbana a partir das semelhanças encontradas. Para Conzen, os três complexos da paisagem urbana apresentam combinações individualizadas em diferentes áreas da cidade e, por isso, elas estabelecem uma medida de homogeneidade que resultam em diferentes Regiões Morfológicas.

O método de regionalização morfológica depende da identificação dos três complexos que compõem a divisão tripartite da paisagem urbana: (i) o plano da cidade, compreendendo as ruas, parcelas e planos de implantação dos edifícios; (ii) a estrutura do edifício ou o tecido edificado; e (iii) o uso e ocupação solo e do edifício (WHITEHAND, 2013). Segundo Costa e Netto (2015), essas três categorias sistemáticas se combinam entre si, formando um todo que é a paisagem urbana histórica, composta por espaços livres e construídos que formam a base da investigação morfológica. Entretanto, as autoras destacam que o plano é a etapa mais importante, pois proporciona a estrutura para os outros dois complexos complementares, embora não elimine a necessidade das análises do tecido urbano e do padrão de uso do solo.

Segundo M. R. G. Conzen (1960), o plano, o tecido edificado e o uso da terra são, naturalmente, interdependentes na realidade geográfica da paisagem urbana e seu tratamento separado pode ocorrer devido à uma questão de ênfase. É possível, no entanto, para reivindicar prioridade para o plano da cidade, alegar que ele forma a estrutura para os outros recursos criados pelo homem e fornece a ligação física entre eles. O autor define o plano como um arranjo topográfico de uma área urbana construída em todas as suas características artificiais, composto por três elementos: (i) as ruas e sua disposição em um sistema viário; (ii) as parcelas (lotes) e sua agregação em quadras; e (iii) os edifícios e suas implantações (Figura 3).

Figura 3: Divisão tripartite da paisagem urbana



Fonte: a autora, a partir de Conzen (1960)

O termo “rua” se refere ao espaço aberto limitado pelo traçado e reservado para o uso de tráfego de superfície de qualquer tipo. A disposição desses espaços contíguos e interdependentes dentro de uma área urbana, quando vistos separadamente dos outros elementos do plano da cidade, pode ser chamado de sistema viário. As quadras são as áreas dentro do plano da cidade, desocupadas por ruas e delimitadas no todo ou em parte, pelo traçado viário. Cada quadra representa um grupo de parcelas contíguas ou são uma única parcela de terra. Já a parcela é essencialmente uma unidade de uso da terra. Ela é fisicamente definida por fronteiras e pode ser chamada de lote, independentemente da sua dimensão. O arranjo de lotes contíguos, quando considerados separadamente de outros elementos do plano da cidade, pode ser chamado de quadra. Por fim, a implantação de um edifício é a área

ocupada por ele e definida no chão pelas linhas de suas paredes, sendo um elemento essencial do plano da cidade (CONZEN, 1960).

Essa hierarquia dos complexos da paisagem urbana, apresentada por Conzen (1960), também está relacionada com a intensidade de modificações que ocorrem sobre elas ao longo do tempo. De acordo com Costa e Netto (2015), as primeiras modificações que ocorrem na paisagem urbana estão relacionadas ao uso, que geralmente demandam alterações na forma do tipo edifício, na sua fachada e na implantação no lote. Isso transforma o tecido edificado e, algumas vezes, também o desenho das quadras. Os elementos do plano urbano, expressos no sistema viário, apresentam tendência maior de permanência no tempo, devido à escala e à interferência econômica e social. Whitehand (2009) explica que o plano urbano é o componente mais resistente à mudança, porque reflete um grande investimento de capital, particularmente no caso do plano da rua. A forma da construção também tende a persistir por um longo período de tempo, mas é mais vulnerável do que o plano de rua em casos de destruição por fogo e guerra ou de adaptação e substituição relacionadas à mudança de propriedade e função. Assim, o padrão de uso da terra e da construção são mais suscetíveis a mudanças, pelo menos em núcleos urbanos e no entorno deles.

De acordo com Costa e Netto (2015), para a Escola Inglesa de Morfologia, essas transformações na paisagem urbana ao longo do tempo estruturam-se sobre o conceito de historicidade. A historicidade é considerada como atributo da paisagem urbana que é capaz de revelar a diversidade e as forças econômicas, sociais e culturais da sua história. Esses conteúdos, por sua vez, apresentam-se sob a forma de camadas históricas que se estabelecem durante os períodos morfológicos e são vistas como um palimpsesto. A Morfologia Urbana, então, auxilia a desvendar essas camadas históricas, a partir do estudo morfogênico:

"O estudo morfogênico refere-se aos processos morfológicos da paisagem urbana histórica, consequentes dos movimentos de transformação e de permanência, sustentados pelas necessidades evolutivas e ambientais das sociedades urbanas ao longo de prolongados períodos de tempo. O estudo da morfogênese requer uma estrutura temporal para referenciar o esquema de períodos morfológicos. Os períodos morfológicos são definidos como parte de processos de transformação cultural contínua, no qual a história geral e regional, a história do planejamento urbano, o urbanismo, a arquitetura, a tecnologia, a economia e outros aspectos relevantes da cultura estão todos presentes (COSTA e NETTO, 2015, p. 69).

O desenvolvimento das cidades em conjunto com a história cultural da região está escrito no contorno e tecido de suas áreas construídas. Assim, quando um período alcançou a manifestação de seus próprios requisitos do padrão urbano de uso da terra, das ruas, terrenos e edifícios, outro período o substitui, tornando-se um registro acumulado. No entanto, é um registro incompleto e confuso, uma vez que os recursos criados em um período estão sujeitos a alterações em outro. É por isso que o padrão de uso do solo e das edificações é o que mais muda, pois responde de forma relativamente rápida a novos impulsos e tende a apagar, em parte, o uso da terra de períodos anteriores. Já o plano e tecido edificado oferecem grande resistência à mudança. Novas funções em uma área antiga não necessariamente dão origem a novas formas e, mesmo nesses casos, a adaptação ao invés de substituição é mais provável de ocorrer. Por fim, a rua é o elemento mais resistente do plano da cidade (CONZEN, 1960).

Segundo Conzen (1960), cada período morfológico deixa seus resíduos na paisagem urbana. Qualquer período se manifesta no plano da cidade, assim como na construção de seus edifícios. Geralmente, novas áreas urbanas em situações mais periféricas mostram maior homogeneidade devido à natureza contemporânea das ruas, terrenos e edifícios. No entanto, nesses bairros mais periféricos, cada período é livre para adicionar exemplos do seu próprio tipo de layout. Ou seja, enquanto os bairros mais antigos estão sujeitos a mudanças de intensidade variável, as áreas periféricas formam acréscimos sucessivos na mancha urbana. Logo, para definir os períodos morfológicos é preciso conhecer o contexto histórico geral no qual o território de estudo está inserido, bem como identificar as principais forças econômicas, sociais e políticas que atuaram sobre o solo urbano, em que período elas ocorreram e quais foram as transformações geradas na paisagem urbana (COSTA e NETTO, 2015).

Para Whitehand (2009), as transformações nos três complexos morfológicos se tornam mais evidentes quando a paisagem urbana é historicamente estratificada. Essa estratificação varia de uma parte para outra da área urbana, dando origem às Regiões Morfológicas. A próxima seção tem como objetivo compreender melhor este conceito e conhecer algumas de suas aplicações.

2.1.3. O conceito de Região Morfológica

O conceito de Região Morfológica foi formulado por Conzen em 1960 e até hoje ele é utilizado e desenvolvido por vários pesquisadores, que buscam adaptá-lo a diferentes territórios em várias partes do mundo. Essas unidades geográficas, reconhecidas a partir do caráter histórico-geográfico, já foram descritas por vários termos, sendo que os mais frequentes e com significados semelhantes são: Região Morfológica, região morfo-genética, unidade de paisagem, região da paisagem e unidade da cidade (WHITEHAND, 2009; WHITEHAND e BIRKHAMSHAW, 2012; COSTA E NETTO, 2015).

"Uma Região Morfológica é uma área que tem uma unidade em relação à sua forma que a distingue das áreas envolventes" (OLIVEIRA, 2016, p. 65). Ou seja, uma Região Morfológica é aquela que apresenta as mesmas características em termos de plano, tecido edificado e uso do solo e que está compreendida dentro de um mesmo período morfológico. Sendo assim, cada Região Morfológica é identificada através de um mapa, que depende da elaboração e correlação de outros três mapas, cada um deles correspondentes à um complexo da paisagem urbana e elaborados a partir da leitura tripartite da cidade. Essa correlação tende a ser mais alta em áreas recentemente desenvolvidas e mais baixa em áreas que apresentam diferentes velocidades de mudança de seus componentes ao longo do tempo. Tal processo de mapeamento é denominado de regionalização morfológica. O objetivo do mapa geral das Regiões Morfológicas é revelar o desenvolvimento histórico de uma área, porém, ele também pode ser utilizado para fins de planejamento, fornecendo as bases para a gestão futura da paisagem urbana (WHITEHAND, 2009; WHITEHAND e BIRKHAMSHAW, 2012; WHITEHAND, 2013).

Entretanto, segundo Whitehand (2009), um dos principais desafios que a Morfologia Urbana enfrenta atualmente é o fornecimento de bases sólidas para a pesquisa comparativa e sua aplicação efetiva na prática de planejamento. É fundamental para os pesquisadores, e importante para os profissionais também, que a regionalização morfológica urbana seja entendida em relação à história da paisagem urbana, incluindo a tomada de decisão subjacente, e faça parte de uma perspectiva de pesquisa morfológica urbana mais ampla. De acordo com Whitehand e Birkhamshaw (2012), há alguns exemplos da aplicação desses tipos de estudos relacionados à prática de planejamento. Todavia, infelizmente, a sinergia entre

abordagens morfológicas urbanas e práticas de planejamento geralmente foi fraca, apesar da importância da forma física das áreas urbanas como objeto de planejamento. Um dos problemas para essa falta de sinergia diz respeito ao conhecimento limitado da percepção da população com relação às paisagens urbanas, principalmente em termos de maior apelo à participação pública dentro do processo de planejamento urbano.

Para Whitehand (2009), a complexidade de um mapa das Regiões Morfológicas, com relação à densidade de unidades e ao número de camadas na hierarquia, é um produto não apenas da complexidade da área mapeada, mas também do nível de resolução em que a paisagem é examinada. Para Kropf (2014), a identificação das Regiões Morfológicas depende de um certo nível de abstração que envolve vários tipos de simplificação. Para manter o rigor analítico, é importante identificar aspectos distintos e buscar padrões dentro de um único aspecto para entender melhor como os demais interagem. Segundo Conzen (1960), os três elementos da paisagem urbana (as ruas, os lotes e os edifícios) apresentam combinações individualizadas em diferentes áreas da cidade. Essas combinações são singulares de cada local e estabelecem uma medida de homogeneidade morfológica ou unidade em alguns ou todos os aspectos ao longo de sua área e, por isso, elas representam uma Região Morfológica distinta.

Nesse sentido, Whitehand (2009) afirma que, para entender o processo de criação e transformação do mosaico das Regiões Morfológicas, é preciso considerar não apenas as sequências físicas nas quais o mosaico é um produto, mas também as atividades subjacentes, planejadas e espontâneas, que cada região reflete. Ou seja, é necessário considerar que a paisagem urbana é um produto da combinação de muitos fatores, dentre os quais três se destacam: (i) as diferentes funções dos locais dentro de uma área; (ii) o caráter físico e socioeconômico; e (iii) as adições à área urbana e as mudanças internas. Com relação às distintas funções dos locais dentro de uma área, elas tendem a se diferenciar de acordo com a forma física e a localização. Isto é, algumas atividades comerciais tendem a se reunir e ter formas diferentes das áreas residenciais. Já o caráter físico e socioeconômico dentro das áreas fornece uma estrutura que influencia a forma do que é adicionado e alterado. Por fim, as adições na área urbana e as mudanças internas possuem atributos que refletem os "períodos morfológicos" nos quais a história do desenvolvimento urbano é dividida.

Com relação aos limites das Regiões Morfológicas, o que mais se aproxima a um conjunto de regras foi publicado por Conzen, em 1988, em sua pesquisa sobre a pequena cidade inglesa de Ludlow. Nessa pesquisa, Conzen reconheceu uma hierarquia de fronteiras, estruturada em cinco camadas. Essa regionalização morfológica proposta por Conzen para a cidade de Ludlow apresenta margens para distintas interpretações por diferentes pesquisadores. Contudo, como a natureza da paisagem urbana é complexa, as diferenças nas delimitações são suscetíveis de acontecer quando outros investigadores aplicam o método à mesma área. Dessa forma, não é possível formular um conjunto de regras aplicáveis que abranjam todas as circunstâncias (WHITEHAND, 2013). De acordo com Whitehand (2009), outro exemplo importante relacionado aos limites das Regiões Morfológicas foi produzido por Conzen em 1996, em Barrett, no centro da cidade de Birmingham (Reino Unido). Esse estudo apresenta separadamente os mapas das unidades de plano, das unidades do tecido, das unidades de uso do solo e, por fim, o mapa das Regiões Morfológicas, gerado a partir da combinação destes três mapas (Figura 4).

Figura 4: Mapa das Regiões Morfológicas de Barrett no Reino Unido em 1970.



Fonte: WHITEHAND, 2009, p. 11.

Para Whitehand (2009), a definição dos limites das Regiões Morfológicas auxilia na compreensão das variações espaciais entre as áreas. Para Whitehand e Birkhamshaw (2012), o reconhecimento e a delimitação dos vários tipos de formas urbanas são fundamentais, devido à possibilidade de aplicação dentro do planejamento físico urbano, especialmente no que se refere à base para distinguir e mapear áreas às quais se aplicam políticas públicas diferentes. Para Larkham e Morton (2011), muitas vezes, uma medida de homogeneidade é procurada dentro de uma área definida, implicando claramente numa distinção mensurável entre essa área e as áreas vizinhas. Qualquer consideração sobre como essas fronteiras são desenhadas, é uma consideração sobre a natureza do limite, o propósito para o qual ele é desenhado, por quem é desenhado e como ele é delimitado.

Larkham e Morton (2011) afirmam que a abordagem mais comum é a demarcação dos limites a partir das estradas ou ruas. Sendo assim, os autores se questionam se as Regiões Morfológicas, pelo menos nos níveis mais altos de hierarquia, como o plano urbano e o tecido edificado, podem ser delineadas com precisão por observação de campo e análise de mapas. Para buscar essa resposta, eles desenvolveram uma pesquisa em áreas suburbanas de Londres, na qual dois blocos de amostras foram delimitados usando a abordagem comum, que define as estradas como limites. Esses dois blocos de amostras apresentaram diferenças com relação ao tamanho da área, ao tamanho das parcelas (lotes) e à tipologia das construções. Porém, as características visuais das ruas eram muito semelhantes, com gramados, árvores e o domínio do estacionamento na rua. Com isso, os autores se questionaram se as diferenças intralote eram suficientes para delimitar diferentes Regiões Morfológicas. Algumas dimensões, como a largura da rua e do pavimento são idênticas, estabelecidas por padrões nacionais de planejamento e as diferenças não são facilmente evidentes apenas com a inspeção visual.

Ou seja, para esses autores, a rua é uma unidade primária e, portanto, os limites das Regiões Morfológicas devem seguir a parte traseira dos prédios ou das parcelas que se alinham à rua (HALL, 1996; GUY, 2005 *apud* LARKHAM e MORTON 2011). O uso das ruas como fronteiras foi comum no passado, especialmente para delimitação de regiões por autoridades locais de planejamento e por morfologistas. Porém, poucas Regiões Morfológicas baseadas na rua são reconhecidas em estudos que adotam uma abordagem Conzeniana, pois, embora seja possível que cada lado

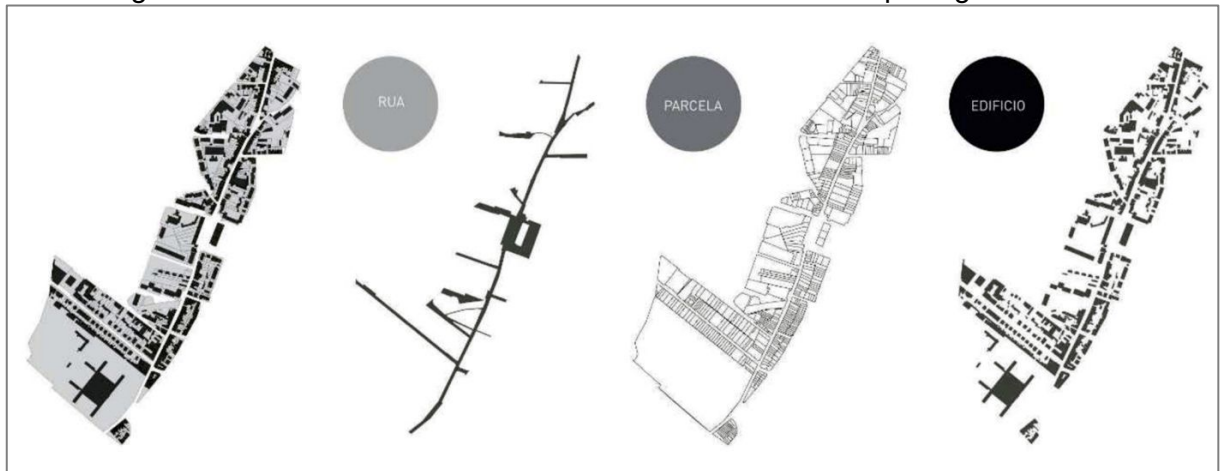
da rua tenha um caráter morfológico distinto, em muitos aspectos é ela que forma a unidade (LARKHAM e MORTON, 2011).

Sendo assim, a identificação das Regiões Morfológicas de um determinado lugar deverá considerar os três complexos da paisagem urbana (divisão tripartite), assim como, deverá estipular os critérios que servirão como base para a definição dos limites das Regiões Morfológicas. Para exemplificar esse processo, serão apresentados a seguir alguns estudos que aplicaram a metodologia de regionalização morfológica em pesquisas recentes, elaborados sobretudo pelo grupo de pesquisa da Rede Lusófona de Morfologia Urbana.

O pesquisador Vítor Oliveira, integrante do PNUM (*Portuguese-speaking Network of Urban Morphology* – Rede Lusófona de Morfologia Urbana), organizou, em 2015, um E-book que expõe a compilação dos resultados do primeiro Workshop realizado pela rede, intitulado "Diferentes abordagens no estudo da forma urbana", na cidade de Porto, em Portugal. Este Workshop testou diferentes abordagens morfológicas: histórico-geográfica, tipo-morfológica, sintaxe espacial e gramáticas da forma, com o objetivo de comparar e avaliar suas principais fragilidades e aspectos positivos, bem como identificar pontos de articulação entre elas. Dentro da abordagem histórico-geográfica, Oliveira (2015) aborda o conceito de Região Morfológica e apresenta sua aplicação na Rua Costa Cabral, na cidade do Porto.

De acordo com Oliveira (2015), o exercício desenvolvido no Workshop centra-se na parte norte da rua e nos dezenove quarteirões que a envolvem (Figura 5). A área de estudo possui uma considerável variedade morfológica, incluindo desde frentes de construções contínuas, até frentes descontínuas, formadas essencialmente por habitação unifamiliar e áreas de edifícios isolados. Foi proposto aos participantes, primeiramente, que eles identificassem as diferentes Regiões Morfológicas de primeiro nível que constituem a área de estudo, essencialmente através do plano, ou seja, das plantas de ruas, parcelas e edifícios e, posteriormente, que eles selecionassem uma dessas regiões para identificar regiões de segundo e terceiro nível, relacionadas ao tecido edificado e ao uso do solo. Como esse processo de identificação das regiões não é linear, a seleção dos "meios" para a aplicação do método varia de acordo com cada investigador. Para desenvolver o exercício, os participantes dividiram-se em três grupos. Cada grupo descreveu o processo que utilizou e os resultados mostram três formas diferentes de identificação das Regiões Morfológicas.

Figura 5: Rua Costa Cabral e os três elementos básicos da paisagem urbana



Fonte: TAVARES, et. al., 2015, p. 22.

O primeiro grupo concentrou-se no desenvolvimento de uma metodologia interpretativa para delimitação das Regiões Morfológicas de primeiro nível de Conzen, através da relação que cada um dos elementos da paisagem urbana cria entre si. Para isso, Tavares et. al. (2015) desenvolveram uma leitura metódica a partir de três critérios bilaterais: i) o ritmo das parcelas, em relação às ruas, com base na sua época histórica, na geometria e na posição da parcela no quarteirão; ii) o alinhamento dos edifícios, também em relação às ruas, considerando os fatores como a distância e a orientação do edifício com relação ao eixo da rua; e, por fim, iii) a contiguidade dos edifícios em relação às parcelas, considerando o número de fachadas livres que cada um deles apresenta (Figura 6).

Figura 6: Os três critérios bilaterais entre os três elementos básicos de Conzen

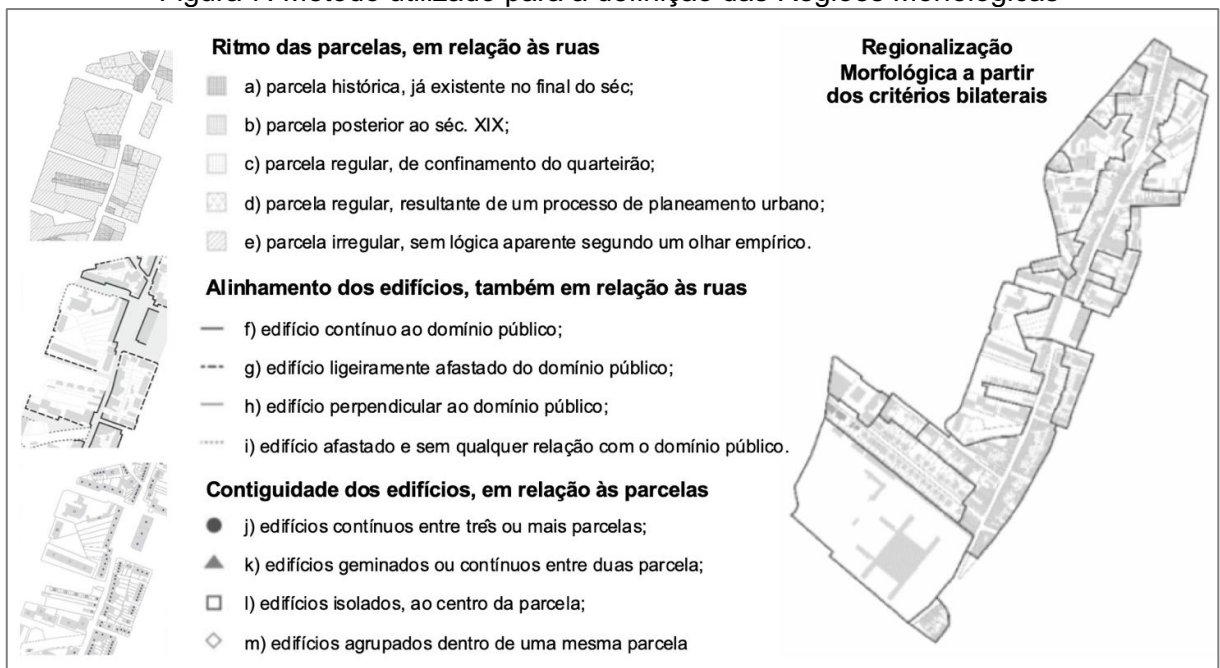


Fonte: TAVARES, et. al., 2015, p. 22.

A sobreposição dos três critérios bilaterais permitiu definir dezesseis Regiões Morfológicas de primeiro nível, considerando que a existência de dois grupos idênticos, mas que não sejam contíguos em planta, formam duas regiões distintas (

Figura 7). Nesse sentido, para fins de tal estudo, ficou definido que os limites das regiões estariam baseados no tipo de relação que cada uma estabelece com a via, favorecendo aquela que tiver maior proximidade dos edifícios com a rua ou aquela que apresente maior continuidade das edificações. Ou seja, quando a região tiver maior relação com a via, ela deve incorporá-la na sua totalidade e, quando a relação for semelhante em ambos os lados, a delimitação deve ser feita pelo eixo. Nesse estudo, não foram apresentadas as regiões de segundo e terceiro nível (TAVARES et. al., 2015).

Figura 7: Método utilizado para a definição das Regiões Morfológicas



Fonte: a autora, a partir de TAVARES, et. al, 2015, p. 24.

O segundo grupo apresentou, além das Regiões Morfológicas de primeiro nível, as regiões de segundo e terceiro nível. Para identificação das regiões de primeiro nível, Nascimento, Saraiva e Ferreira (2015) consideraram a interligação dos elementos da forma urbana (ruas, parcelas e edifícios) a partir de dados bidimensionais (2D). O plano tridimensional (3D) assumiu o protagonismo na identificação das Regiões Morfológicas de segundo nível, quando foi considerada a volumetria dos edifícios. Para a identificação das Regiões Morfológicas de terceiro

nível foram considerados os usos das edificações. Por fim, foram identificadas treze Regiões Morfológicas de primeiro nível (Figura 8). As análises de segundo e terceiro nível foram desenvolvidas apenas na região C.

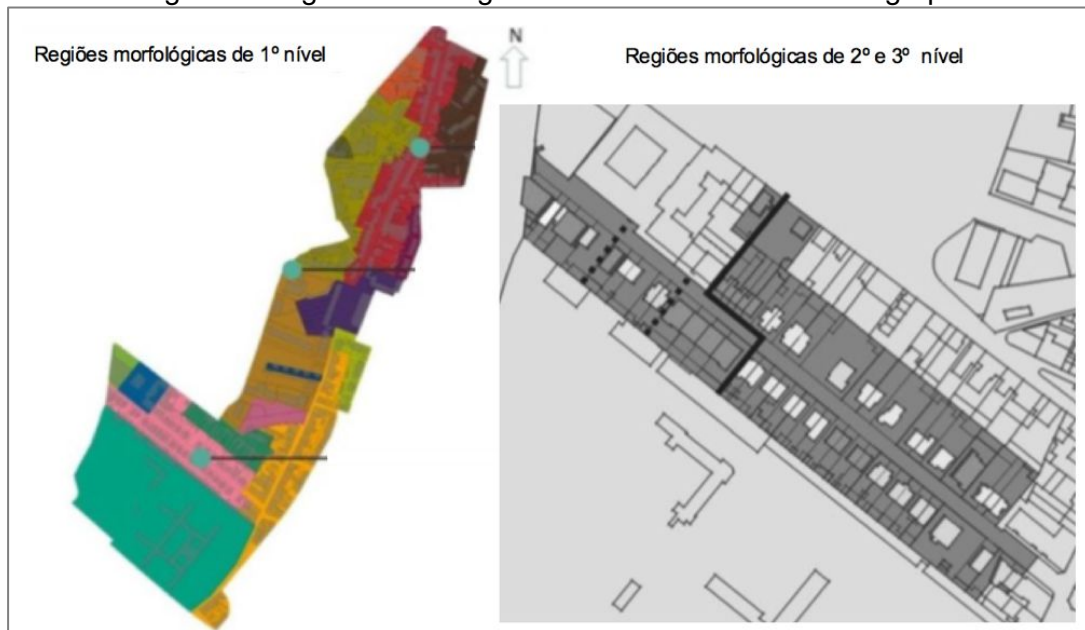
Figura 8: Regiões Morfológicas de acordo com o segundo grupo



Fonte: a autora, a partir de NASCIMENTO, SARAIVA e FERREIRA, 2015, p. 37.

Por fim, o terceiro grupo elaborou a demarcação das Regiões Morfológicas a partir da análise do plano que incluiu a análise bidimensional das ruas, parcelas e edificações no primeiro nível, a análise bidimensional e tridimensional do tecido edificado no segundo nível e a análise tridimensional referente ao uso do solo no terceiro nível. Assim, no primeiro nível, foram identificadas dezessete Regiões Morfológicas (Figura 9). A divisão das Regiões Morfológicas de primeiro nível foi feita a partir da combinação dos três elementos da paisagem urbana. Já a identificação das regiões de segundo nível foi elaborada em apenas uma região de primeiro nível e considerou as volumetrias das edificações e os aspectos da tridimensionalidade da região. Para a identificação das regiões de terceiro nível foi considerado o uso do solo, dividido em residencial e não residencial. (TOMIELLO, et. al, 2015).

Figura 9: Regiões Morfológicas de acordo com o terceiro grupo

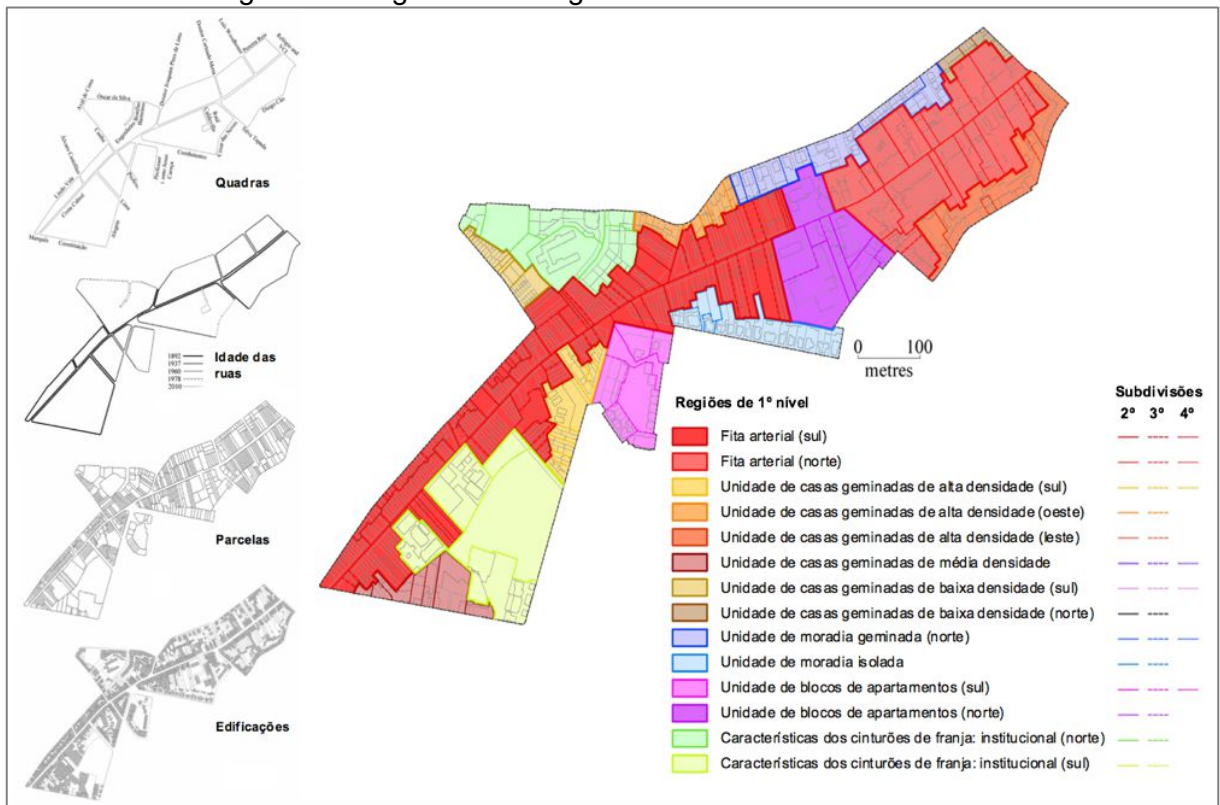


Fonte: a autora, a partir de TOMIELLO, et. al., 2015, p. 44.

Ainda no ano de 2015, Vítor Oliveira, que coordenou o Workshop em Porto, escreveu um artigo juntamente com Claudia Monteiro e Jenni Partanen, em que eles também apresentaram uma regionalização morfológica para a mesma rua Costa Cabral, porém, em outro recorte espacial. Para identificar as regiões de primeiro nível, os autores consideraram a forma e idade da rua, tipo de parcelas, planos de construção e a posição que os edifícios ocupam nas parcelas. Para a identificação das regiões de segundo nível foram consideradas a idade e a volumetria dos edifícios. Enfim, para a identificação das regiões de terceiro nível foram consideradas a posição da edificação em relação à rua e a idade da construção. Além disso, os autores ainda identificaram um quarto nível de hierarquia, relacionado ao uso do solo (OLIVEIRA, MONTEIRO e PARTANEN 2015). Dentro desses critérios, os autores identificaram quatorze Regiões Morfológicas de primeiro nível (Figura 10).

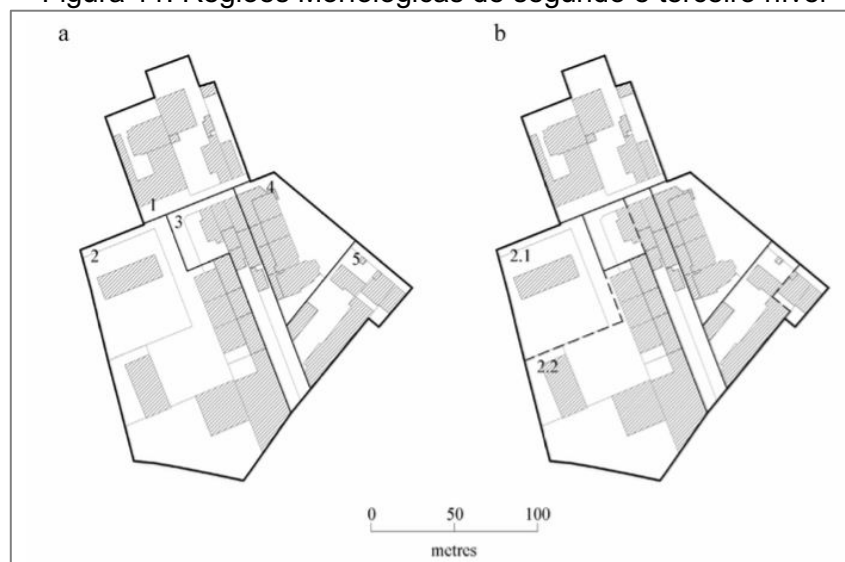
Como exemplo da identificação das Regiões Morfológicas de segundo, terceiro e quarto nível, Oliveira, Monteiro e Partanen (2015) selecionaram uma área de blocos de apartamentos, identificada em primeiro nível (Figura 11). Os autores concluíram que os planos de bloco dos edifícios, ou seja, a implantação deles em duas dimensões, e o tecido da construção por uma perspectiva tridimensional foram cruciais para a identificação das Regiões Morfológicas em todos os níveis e escalas. Além disso, destacaram que a identificação dessas regiões facilita a criação de regras que podem balizar futuras transformações nos principais elementos da forma urbana.

Figura 10: Regiões Morfológicas da rua Costa Cabral - Porto



Fonte: a autora, a partir de OLIVEIRA, MONTEIRO e PARTANEN, 2015, p. 77.

Figura 11: Regiões Morfológicas de segundo e terceiro nível



Fonte: OLIVEIRA, MONTEIRO e PARTANEN, 2015, p. 79.

As identificações de Regiões Morfológicas desenvolvidas pelos três grupos e pelos pesquisadores Oliveira, Monteiro e Partanen (2015) apresentaram diferentes critérios para sua delimitação, embora todos tenham partido do conceito Conzeniano (Quadro 1). Com relação aos três grupos, para o mesmo trecho da rua Costa Cabral, o primeiro grupo identificou 16 Regiões Morfológicas de primeiro nível, enquanto o

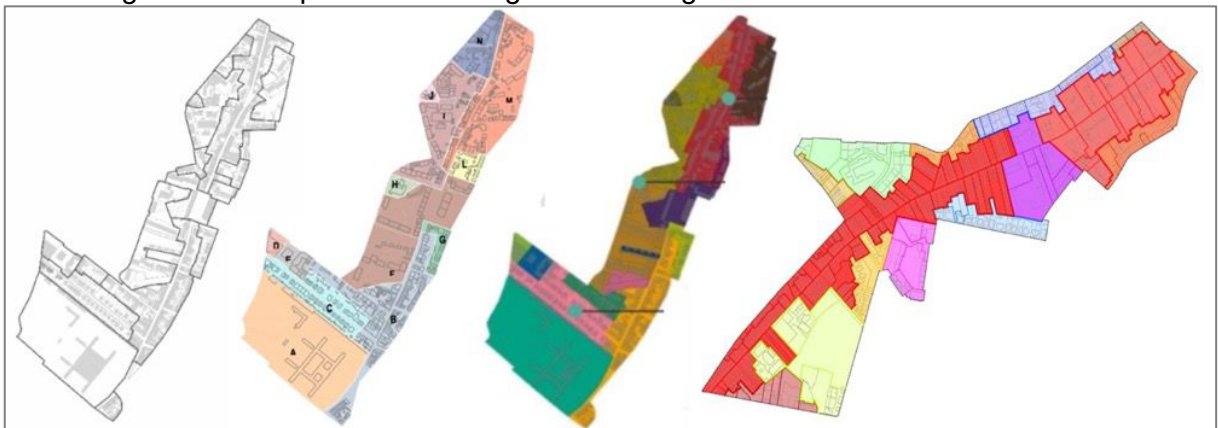
segundo grupo identificou 13 e o terceiro grupo, 17. Ou seja, apesar da compreensão da visão tripartite da paisagem urbana, os resultados apresentaram diferenças com relação à definição dos limites. Porém, ao comparar os mapas dessas regiões (Figura 12), é possível perceber que a rua não foi o principal elemento utilizado como limite, mas sim as partes traseiras e laterais das parcelas.

Quadro 1: Critérios para identificação das Regiões Morfológicas

Autores	1º nível	2º nível	3º nível
Tavares, et. al (2015)	Critérios bilaterais: ii) o ritmo das parcelas em relação à rua; ii) o alinhamento dos edifícios; iii) a contiguidade dos edifícios em relação às parcelas.	Não apresentaram.	-----
Nascimento, Saraiva e Ferreira (2015)	Interligação dos elementos da forma urbana (ruas, parcelas e edifícios) apenas com dados bidimensionais.	Volumetria contrastante das edificações.	Uso do solo
Tomiello, et. al (2015)	Combinação da forma e tamanho dos três elementos urbanos (ruas, parcelas e edifícios), a implantação do edifício na parcela e a existência ou não de afastamentos.	Volumetria das edificações e aspectos tridimensionais da região.	Uso do solo
Oliveira, Monteiro e Partanen (2015)	Forma e idade da rua, tipo de parcelas, planos de construção e posição que os edifícios ocupam nas parcelas.	Plano de construção: idade dos edifícios e volume.	Uso do solo

Fonte: TAVARES, et. al (2015), NASCIMENTO, SARAIVA e FERREIRA (2015), TOMIELLO, et. al (2015) e OLIVEIRA, MONTEIRO e PARTANEN (2015), editado pela autora.

Figura 12: Comparativo das Regiões Morfológicas da rua Costa Cabral - Porto



Fonte: TAVARES, et. al (2015), NASCIMENTO, SARAIVA e FERREIRA (2015), TOMIELLO, et. al (2015) e OLIVEIRA, MONTEIRO e PARTANEN (2015), editado pela autora.

Com relação aos critérios propostos por Oliveira, Monteiro e Partanen (2015), apesar de terem sido aplicados à uma área distinta, eles se assemelham muito aos dos grupos 2 e 3. Ou seja, ao invés de realizar uma análise bilateral dos elementos da paisagem urbana, como o grupo 1, a identificação das Regiões Morfológicas de

primeiro nível partiu do cruzamento dos três elementos da forma urbana, abordagem que mais se aproxima do conceito utilizado por Conzen. Quanto à identificação das regiões de segundo nível, todos os critérios utilizados foram basicamente a idade e volumetria das edificações. Da mesma forma, para o terceiro nível o critério aplicado foi o uso do solo.

A partir desses exemplos, conclui-se, portanto, que o método utilizado para a identificação das Regiões Morfológicas pode ser adaptado de acordo com o contexto urbano e de acordo com o objetivo para o qual ele será utilizado. Desta forma, os três complexos da paisagem urbana podem tanto ser analisados de forma conjunta como separada, dando ênfase apenas a alguns elementos ou, então, relacionado esses elementos com outras variáveis. Destaca-se que, independente do método desenvolvido para a identificação das Regiões Morfológicas, os aspectos históricos sempre devem ser considerados, pois sem eles não é possível compreender a estrutura da paisagem urbana contemporânea.

2.1.4. A utilização prática das Regiões Morfológicas e possibilidades futuras

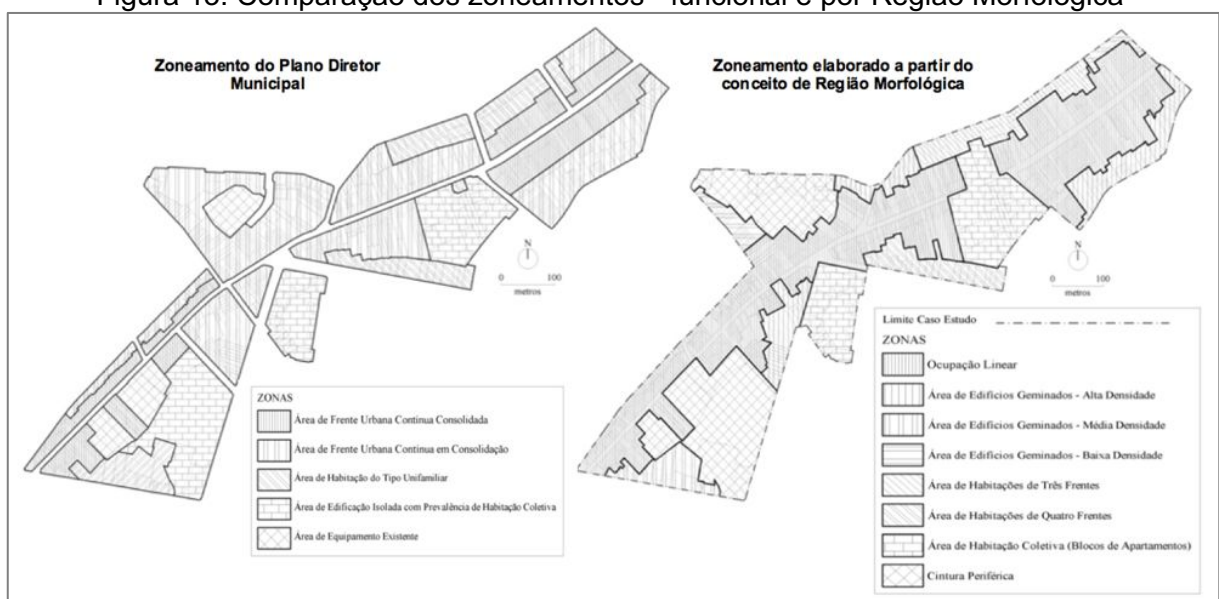
As transformações na forma urbana de cada cidade são geradas por diferentes processos de natureza pública/coletiva ou individual/privada e com interesses por vezes conflitantes. Existem cidades em que a ação pública ou a ação privada é hegemônica, ou seja, em que uma predomina sobre a outra, e também existem cidades que combinam essas duas ações de natureza diferente. Para que essa combinação exista, é preciso que a ação pública se materialize na forma de propostas de planejamento e projeto urbano e que também seja reguladora das ações privadas. A regulação destas ações pressupõe estabelecer regras ou regulamentos para as transformações urbanas. Visto que o fenômeno que se quer regular é a forma física da cidade, diferentes conjuntos de regras devem ser criados para diferentes partes da cidade. Boa parte das leis territoriais utilizam como critério o uso do solo para dividir a cidade em partes, onde, posteriormente, diferentes regras de transformação da forma urbana são aplicadas (OLIVEIRA, 2017).

O zoneamento é um dos mecanismos mais utilizados na prática de planejamento. Esses zoneamentos, na grande maioria das vezes, se baseiam em um único critério: o uso do solo. Em um primeiro momento histórico, o zoneamento foi utilizado para segregar usos e, em um segundo momento, para misturar usos

compatíveis. Essa mudança de paradigma fez com que o zoneamento funcional tenha perdido a razão de sua existência, pois, dividir o território em diferentes partes e permitir todos os usos, mudando apenas critérios da forma urbana, não é coerente. O fato é que, se em uma sociedade torna-se desejável regular a transformação da forma urbana, o zoneamento ainda é uma ferramenta útil. Nesse contexto, porém, é preciso considerar o fenômeno com o qual se está querendo lidar, ou seja, um fenômeno de natureza tipo-morfológica e não funcional (OLIVEIRA e MONTEIRO, 2014; OLIVEIRA, 2017).

O propósito de um zoneamento tipo-morfológico é que as zonas sejam definidas com base nos critérios da forma. Nesse sentido, destaca-se a relação entre a investigação científica e a prática profissional como um dos temas do debate atual dentro da Morfologia Urbana. O método da regionalização morfológica vem sendo discutido por pesquisadores que se interessam pela prática de planejamento. Um exemplo disso é o trabalho desenvolvido por Oliveira e Monteiro (2014) em Portugal. Esses autores compatibilizaram as quatorze Regiões Morfológicas identificadas anteriormente para a rua Costa Cabral, com as 5 zonas apresentadas no Plano Diretor Municipal (PM) da cidade do Porto para o mesmo recorte espacial. Em Portugal o zoneamento funcional ainda é utilizado na prática do planejamento urbano, assim como acontece no Brasil. Dessa compatibilização eles chegaram em 8 Regiões Morfológicas (Figura 13).

Figura 13: Comparação dos zoneamentos - funcional e por Região Morfológica



Fonte: OLIVEIRA e MONTEIRO (2014, p. 107), editado pela autora.

Oliveira e Monteiro (2014) destacam que o zoneamento funcional pouco regula em termos de forma e estrutura urbana, dois elementos de maior permanência na vida da cidade, pois o elemento funcional se transforma mais rapidamente. Nesse sentido, os autores apontam que a necessidade de mudança de um zoneamento funcional para um zoneamento tipo-morfológico é urgente, bem como a continuidade do debate sobre o potencial das Regiões Morfológicas na preparação dos Planos Diretores Municipais efetivamente baseados na forma urbana. Oliveira (2017) afirma que, em um zoneamento tipo-morfológico, as regras para a transformação das formas urbanas devem partir das formas preexistentes e que deve ser traçada uma estratégia clara para lidar com as forças de conservação e ruptura, de modo que a alteração de alguns elementos não implique na perda de identidade morfológica da zona.

Contudo, vale destacar que, segundo Antonucci (2016), apesar dessas preocupações, pouco se avançou nas discussões entre morfologia e legislação urbanística e entre a morfologia e a cidade real, aquela não construída sob os preceitos da lei. A análise tipo-morfológica de bairros construídos de forma lícita ou ilícita permite verificar a permanência da lei e os processos de transformação causados por sua utilização. Nesse sentido, o autor destaca o papel do Estado como instigador de mudanças no espaço urbano que garantam a acessibilidade e a qualidade de vida aos cidadãos e à cidade.

Atribuir determinada imagem à cidade por meio da organização de seus espaços se tornou um método de competição intraurbana. Sendo assim, para que as transformações urbanas assumam um caráter democrático, as normas para que elas aconteçam devem estar expressas nos Planos Diretores. Dessa forma, a formação do tecido urbano deve ser analisada por meio de estudos que passam pelo processo de produção, apropriação e consumo da cidade. Nesse aspecto, os estudos morfológicos abrem novas perspectivas para compreensão da paisagem urbana e apontam caminhos tanto para a preservação e requalificação do tecido urbano, quanto para a elaboração de projetos urbanos para áreas degradadas ou ainda não ocupadas (ANTONUCCI, 2016).

Segundo Mendonça (2016), os estudos sobre os custos dos serviços públicos relacionados aos vetores de expansão e à identificação das potencialidades futuras das centralidades urbanas, permitem uma abordagem propositiva adequada do ponto de vista social para a localização de atividades institucionais, de comércio e serviços, reduzindo distâncias entre populações e serviços cotidianos. Essas

possibilidades podem estar associadas à compreensão dos valores, simbologias e significados que a forma urbana tem no tempo e espaço, ou seja, além de um conhecimento histórico e técnico é fundamental uma aproximação física com o lugar e com as pessoas. Para o autor, é preciso reconhecer na Morfologia Urbana uma amplitude a ser explorada, para a formulação de planejamento que permita alcançar justiça social, sustentabilidade e valorização estética relacionada ao referencial simbólico da população e do lugar, reduzindo descompassos que atormentam a história das cidades.

Nesse sentido, ao longo dos últimos 35 anos do século XX, Whitehand (2013) identificou que diferentes aspectos das ideias e perspectivas de M. R. G. Conzen foram amplamente desenvolvidas. Dentre elas, a ligação entre os processos de tomada de decisão e a forma urbana. Porém, somente nos últimos anos as questões referentes ao como e porquê os construtores realizam transformações de um tipo morfológico para o outro atraíram a atenção da investigação científica. Para Oliveira (2014), uma grande provocação que se coloca à Morfologia Urbana é a aplicação da investigação científica na prática profissional, pois no que se refere à dimensão física da cidade, essas duas atividades ainda parecem estar de costas voltadas uma para a outra.

Finalmente, para Oliveira (2014), talvez o desafio mais importante que se colocará à Morfologia nos próximos anos será o de deixar evidente, perante as cidades e as sociedades contemporâneas, quais são as contribuições que só a ciência da forma urbana poderá fornecer. Nesse sentido, a Morfologia Urbana e seus pesquisadores deverão concentrar seus esforços em potencializar as condições para uma utilização mais abrangente das suas pesquisas. Esse processo precisará de alguma simplificação, porém, sem que se constitua em uma perda para os conteúdos fundamentais da disciplina morfológica.

2.2. A URBANIDADE COM ATRIBUTO DA PAISAGEM URBANA

O conceito de urbanidade vem sendo amplamente discutido nos últimos anos por arquitetos e urbanistas em diferentes partes do mundo. Embora existam algumas divergências com relação aos elementos que a condicionam, uma teoria recorrente é que seu conceito se relaciona com a quantidade e com os tipos de interações que acontecem entre pessoas diferentes nos espaços públicos e coletivos,

assim como com a noção de que essas interações podem ser impulsionadas ou repelidas, dependendo da estrutura físico-espacial existente. Para clarificarmos esse conceito, a seguir serão apresentados diferentes autores que de alguma forma abordam a concepção de urbanidade. O intuito desta seção é compreender quais são os principais elementos dessa estrutura físico-espacial apontados por eles que acabam influenciando os espaços públicos coletivos e, por consequência, as interações entre as pessoas.

Para tal, em um primeiro momento, busca-se compreender quais são os principais processos que moldam a forma urbana das cidades, sobretudo as cidades brasileiras, e de que maneira eles influenciam na condição da urbanidade. Posteriormente, são apresentadas as principais discussões que contribuem para a construção do conceito de urbanidade, pela perspectiva de diferentes autores. Alguns conceitos relacionados aos espaços públicos também são explorados, dentro da sua perspectiva como palco principal da urbanidade. Por fim, são apresentados os principais elementos que condicionam a urbanidade, sob o ponto de vista do arquiteto e urbanista como articulador e mediador deste atributo.

2.2.1. A forma urbana das cidades brasileiras contemporâneas como condição para a compreensão da urbanidade

Os primeiros registros realizados sobre as cidades brasileiras foram feitos por exploradores estrangeiros durante o período colonial, entre os séculos XVI e XIX. Contudo, os primeiros relatos descritos como morfológicos são datados apenas da primeira metade do século XX, quando sociólogos e historiadores, como Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freire, descreveram os costumes e cultura dos brasileiros. Embora essas descrições considerassem, sobretudo, aspectos sociais, econômicos e políticos, ao invés de retratar características físicas dos lugares, eles foram os percussores de numerosas investigações sobre a criação dos centros urbanos brasileiros (COSTA e TEIXEIRA, 2014).

A partir da segunda metade do século XX, uma série de estudos foram realizados por arquitetos, influenciados por morfólogos franceses e alemães. Exemplo disso são os trabalhos de Lucio Costa em 1955 e Sylvio de Vasconcelos em 1956, que forneceram informações importantes sobre a origem dos assentamentos urbanos coloniais. Pesquisas posteriores demonstraram importância significativa com relação

ao desenvolvimento tipológico da habitação no país e a formação do tecido urbano. Ainda, outra etapa importante da área de estudos da forma urbana no Brasil foi a construção de Brasília em meados do século XX, baseada na ideologia modernista. Estudos acadêmicos da época refletiram a influência dessa ideologia nos cursos de arquitetura e urbanismo, concentrando-se particularmente na concepção e construção de projetos habitacionais (COSTA e TEIXEIRA, 2014).

As buscas por esses novos modelos urbanos foram influenciadas pelo crescimento e expansão das grandes cidades a partir da década de 1960 e pela falta de investimento público em novos planos urbanos. Entre os anos de 1964 e 1984, o Brasil passou por uma ditadura militar, o que agravou ainda mais essa situação, além de ter marcado uma ruptura nas universidades e o declínio da pesquisa científica e da construção urbana (COSTA e TEIXEIRA, 2014). Durante a ditadura militar, faltavam opções de trabalho profissional digno para arquitetos e urbanistas. Além disso, esse momento político provocou um esvaziamento das universidades, tidas como locais que elaboravam propostas para o país (MARICATO, 2011). Apesar disso, vários pesquisadores se destacaram a partir da metade do século XX, com seus estudos relacionados à estrutura das cidades, ao desenvolvimento de locais históricos, à formação de assentamentos espontâneos ou a novos esquemas de habitação, como por exemplo, os autores citados no Quadro 2.

Quadro 2: Principais pesquisadores e contribuições no campo da Morfologia Urbana brasileira

Pesquisadores	Contribuições no campo da Morfologia Urbana brasileira
Manuel Correia de Andrade (1963, 1976)	Pesquisou sobre o desenvolvimento urbano em Pernambuco;
Mauricio Abreu (1987)	Retratou os processos envolvidos na transformação do espaço na cidade do Rio de Janeiro, a divisão da terra urbana em parcelas, o surgimento e disseminação de favelas e a avaliação das políticas urbanas;
Milton Santos (1965, 1978, 1979, 1982, 1991, 1986, 1996, 1998)	Se preocupou com a relação entre o espaço urbano e os fatores sociais e defendeu o desenvolvimento de novos conceitos, refletindo sua preocupação com a configuração e humanização da cidade;
Livia de Oliveira e Vicente Del Rio (1996)	Apresentaram um quadro para a escola humanista;
Oswaldo Bueno Amorim Filho e Sena Filho (2007)	Realizou um trabalho conceitual sobre a epistemologia da percepção e sobre estudos da estrutura de cidades médias;
Maria Elaine Kohlsdorf (1996)	Deu especial atenção à importância na compreensão da forma urbana de apreciar a construção no espaço urbano;

Vicente Del Rio (1990), Humberto Yamaki (2003), Romulo Krafft (1986), Stael Pereira Costa (2003), Flávio Malta (2007) e Lélia de Vasconcellos (2011)	Desenvolveram a Morfologia Urbana como base para a prática;
Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1984, 1985, 1988)	Destacou a importância de identificar a subdivisão de parcelas e a forma de assentamentos desenvolvidos espontaneamente. Linha de pesquisa centrada na identificação dos padrões de tecido urbano necessários para a manutenção de grupos sociais em um determinado sítio;
Ermínia Maricato (1979, 2001), Raquel Rolnik (2005) e Nabil Bonduki (1998)	Contribuíram para a formação de novas abordagens para casas e o direito à cidadania. Demonstraram técnicas e métodos de construção que resultaram em novos esquemas de habitação que foram tornados possíveis pela formalização dos direitos de propriedade da terra;
Silvio Soares Macedo - Quapa (1999, 2012, 2015)	Centrou-se na subdivisão de terra, na criação de diferentes tipos de tramas e nos resultados visíveis em espaços abertos privados e públicos, incluindo parques, ou seja, nas formas urbanas e no impacto dos novos assentamentos na paisagem.
Frederico de Holanda (2002, 2011, 2010, 2012)	Investigou relações entre configuração da arquitetura e uso dos espaços pelas categorias sociais (classes, gêneros, gerações), nas edificações e na cidade;
Stael de Alvarenga Pereira Costa e Maria Manoela Gimmler Netto (2014)	Investigaram o processo de formação e transformação das paisagens urbanas brasileiras, principalmente das cidades históricas de Minas Gerais;
Murillo Marx (1980, 1987, 1991)	Publicou diversos livros sobre a história da arquitetura e da cidade brasileira, a partir da descrição das características morfológicas das cidades brasileiras;
Benedito Lima de Toledo (1983, 1987, 1989, 1996)	Referência da história do urbanismo paulistano. Trabalhou a noção de “manchas” urbanas e deu ênfase à leitura da evolução urbana através do espaço edificado;
Luis Saia (1955, 1956, 1972)	Desenvolveu importante trabalho de identificação e preservação da arquitetura colonial, principalmente do ciclo bandeirista.

Fonte: a autora, a partir de COSTA e TEIXEIRA, 2014.

No final do século XX e início do século XXI, as cidades apresentaram uma mudança radical em relação às suas dimensões, seus edifícios e seus espaços públicos, assim como às relações que os indivíduos e os grupos sociais estabeleciam entre si e com o meio físico em que se geriam essas relações (SOLÀ-MORALES, 2002). A alteração nos modos de produção resultou no crescimento econômico e demográfico que, por sua vez, provocou o rápido crescimento urbano das cidades médias, grandes e das metrópoles brasileiras (RESENDE e ZÁRATE, 2015). A população urbana brasileira multiplicou oito vezes e meia entre os anos de 1950 e 2010, enquanto a população total multiplicou três vezes (IBGE, 2010)².

² Informações disponíveis em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=series-historicas>>. Acesso em 31 de julho de 2018.

Miyazaki (2013) afirma que o tecido urbano tem sido reconfigurado nos últimos anos a partir de novas lógicas e interesses. Além do aumento econômico e demográfico, as cidades passaram a dar ênfase ao modelo de urbanização que privilegia o automóvel, em detrimento de um transporte público de qualidade. De acordo com Maricato (2011), esse modelo de urbanização baseado no rodoviarismo é resultado do crescimento da frota nacional de veículos. Porém, ele não envolve apenas a produção de carros, mas também uma rede de negócios e de interesses, como a política energética brasileira. Para a autora, não é o consumo que determina a produção, mas a produção que determina o consumo. Nesse contexto, é importante frisar que a exploração, o refinamento e a regulamentação do petróleo é a parte mais importante na disputa pelo poder no mundo.

Segundo Rubim e Leitão (2013), o modelo de urbanização baseado no rodoviarismo começou a ser implantado no Brasil a partir da Constituição Federal de 1934, com o direcionamento para a construção de rodovias e, posteriormente, em 1956, com a introdução da indústria automobilística no país, acompanhada por políticas públicas de apoio aos veículos automotores, em especial ao carro e à moto. Do ponto de vista de políticas públicas, talvez a maior consequência da priorização do carro seja a inviabilização do sistema de transportes públicos, devido ao sucateamento dos modais que não o individual motorizado. Além disso, Macedo e Queiroga (2015) afirmam que o aumento da mobilidade, ocasionado pelo crescimento da frota nacional e pelo surgimento de novas formas de comunicação, facilitou o deslocamento do cidadão e intensificou os movimentos pendulares dentro da cidade, o que tornou possível fenômenos como a dispersão e a fragmentação urbana. Esses fenômenos acontecem, segundo Resende e Zárata (2015), devido à apropriação das premissas do urbanismo modernista pelas legislações urbanísticas contemporâneas, que se manifestam como ações burocráticas, distantes da vida cotidiana e dos anseios da sociedade.

Nesse contexto, as cidades brasileiras de médio e grande porte do século XXI, segundo Macedo e Queiroga (2015), continuam sendo basicamente horizontais, construídas de estruturas baixas, com no máximo quatro andares. Seu sistema viário apresenta dois tipos básicos, um estrutural que é constituído de grandes vias, avenidas e estradas urbanas e outro que consiste em uma complexa e nem sempre conectada malha viária local, geralmente mal dimensionada para as atividades cotidianas. Um exemplo desse último tipo são as calçadas, recorrentemente

subdimensionadas ou atendendo às exigências mínimas exigidas por leis municipais. Contudo, a distribuição e organização desse sistema viário, nas cidades brasileiras, acontece de maneira desigual. De acordo com Ferreira (2012), nos bairros mais ricos e centrais, não faltam avenidas, viadutos e túneis, enquanto que nas periferias o sistema viário é geralmente precário. Ainda, a combinação do espraiamento urbano informal e a falta de transporte eficiente condena os moradores mais pobres ao exílio na periferia, enquanto o aumento de frotas de automóveis leva as cidades ao colapso viário.

Outros aspectos relatados por Macedo e Queiroga (2015), em suas pesquisas sobre as cidades contemporâneas brasileiras, foram os altos índices de ocupação dos lotes e das quadras urbanas e a falta de espaços livres públicos. Esses altos índices são consequência da dimensão reduzida de muitos lotes e refletem, principalmente, na falta de arborização intralote. Muitos lotes apresentam excessiva pavimentação ou são ocupados por lajes que abrigam as garagens de edifícios. Quanto aos espaços livres públicos, cujo papel é estrutural tanto em relação à forma urbana, quanto em termos funcionais da cidade, observa-se que a rua se destaca, seja em relação às dimensões ou à apropriação por parte da população, em atividades que variam desde o simples caminhar até o lazer cotidiano.

Os demais espaços, como praças e parques, acabam sendo resultado de oportunidades políticas momentâneas. Esses espaços não parecem ser prioridade para os governos, embora muitas vezes estejam contidos nas legislações urbanísticas de uso e ocupação do solo. Em cidades de médio porte é possível encontrar praças consolidadas apenas em áreas centrais, sendo que, nos bairros mais afastados do centro, os espaços destinados a elas ainda se encontram sem mobiliários adequados e sem manutenção (MACEDO e QUEIROGA, 2015).

Dentro desse contexto, Gonçalves (2010) afirma que, nas últimas décadas, os assentamentos urbanos brasileiros passaram a assumir novas configurações, cuja tendência é uma urbanização extensiva, de baixa densidade, descontínua e fragmentada. Os novos processos socioeconômicos apresentam novas morfologias, que convivem e coexistem com o crescimento urbano por densificação de estruturas já existentes. Ou seja, a ocupação do território se perpetua por padrões de urbanização que ora são densos e compactos, ora dispersos e fragmentados. Para Miyazaki (2013), essas configurações estão presentes principalmente nas cidades de

maior porte demográfico ou com alto grau de complexidade com relação aos seus papéis e funções urbanas.

Costa et. al (2015) afirmam que todas essas transformações no processo de renovação e expansão das cidades brasileiras contemporâneas são influenciadas por interesses econômicos e políticos, previstos na formulação de leis e planos que remodelam a configuração urbana. Esses interesses se manifestam durante o processo de evolução das cidades, principalmente sobre os elementos morfológicos. As fronteiras das cidades se ampliam buscando novas áreas para ocupação, gerando processos especulativos e de obsolescência que atuam no cenário da ocupação já consolidada. As autoras classificam esses processos como transformações urbanas artificiais, porque refletem as ações do ser humano sobre o território.

Esses processos de obsolescência ou especulação têm sido as forças artificiais mais recorrentes na transformação das cidades contemporâneas brasileiras, devido ao cenário econômico e social. A obsolescência ou deterioração é o processo de decadência de certas áreas, ou seja, a persistência de um grupo de edifícios em relação à dinâmica seguida pelo uso do solo no contexto em que estão inseridos. Já a especulação pode ser definida como um conjunto de ações programadas, formuladas por gestores, planejadores e incorporadores, para aferir lucro através do aumento do valor da terra. A especulação não é uma novidade da cidade contemporânea. Ela teve início junto com a formação da cidade capitalista e se ampliou de acordo com sua evolução. O resultado deste processo é a segregação socioespacial, através da divisão da população de acordo com sua renda (COSTA et. al., 2015).

Como resultado desse fenômeno, Villaça (2012) afirma que as classes de mais alta renda costumam centrar-se em uma região específica da cidade, onde também se concentram os investimentos urbanos. Tanto a localização de aparelhos do Estado, quanto a implementação de sistemas de transportes pode ser direcionada para estas regiões. Além disso, com relação aos aspectos econômicos, é justamente nessas áreas que a dinâmica imobiliária é muito mais alta do que em outros lugares, assim como o preço da terra. Para o autor, a concentração das classes de alta renda em uma região da cidade é parte da estratégia de dominação, uma vez que essas classes possuem tanto os empregos, quanto os pontos de consumo e serviços próximos a si, economizando quantidades significativas de deslocamentos diários,

enquanto as classes de baixa renda são mais penalizadas pelas grandes distâncias a serem percorridas para ir ao trabalho, à escola e ao lazer.

Tanto os processos de especulação e obsolescência, quanto de dispersão e fragmentação são resultantes das ações e interesses de determinados agentes que se refletem nos elementos morfológicos da paisagem urbana. Figueiredo (2012) chama esses processos identificados nas cidades brasileiras de tendências desurbanas, as quais revelam a lógica de produção de tipologias arquitetônicas, espaços e sistemas de transporte que dão suporte à um modo de vida que prioriza o carro, separa as pessoas e ideias e enclausura e nega o espaço público. O efeito cumulativo desse remodelamento físico e funcional termina por obstruir ou inviabilizar outros modelos de vida.

As cidades são produtos de processos econômicos, sociais e culturais, ao mesmo tempo em que são estruturas para dar suporte a estes mesmos processos. Como produtos, as cidades resultam de práticas, ações ou estratégias coordenadas de diversos atores, os quais modificam continuamente o ambiente natural e o construído. Como estruturas de suporte, elas não são inertes. Ou seja, o ambiente natural e o construído podem ser vistos como um sistema de barreiras, distâncias e espaços abertos. As barreiras e distâncias separam pessoas e ideias, enquanto os espaços abertos criam possibilidades para encontros e interações. A frequência e a intensidade na qual as pessoas se encontram e participam das atividades na cidade depende de sua capacidade de vencer essas barreiras e distâncias que, por sua vez, depende de sua localização em relação às atividades e ao uso de sistemas de comunicação e transporte (FIGUEIREDO, 2012).

Para Figueiredo (2012), os atores utilizam e modificam continuamente o ambiente construído, ao mesmo tempo em que o resultado cumulativo dessas estratégias de apropriação do espaço e modificação afetam os atores, facilitando ou restringindo determinadas práticas. Contudo, é preciso considerar que as mudanças na cidade são, na verdade, profundamente desiguais e, mesmo quando produzidas de baixo para cima, de forma não coordenada, são impostas de cima para baixo, como é o caso das leis de uso do solo, das políticas públicas e dos costumes, dentre outras. Ou seja, quando o ambiente construído cria facilidades para certos modos ou estilos de vida, ele participa da reprodução destes ao longo do tempo. Inversamente, quando cria restrições, contribui para dificultar sua reprodução.

Nesse sentido, Miyazaki (2013) afirma que a discussão sobre a Morfologia Urbana precisa ser feita considerando a produção do espaço em seu sentido mais amplo. Ou seja, apreendida tanto na escala da rede urbana, quanto da cidade, considerando as configurações espaciais, as diferenciações socioespaciais e os diversos conteúdos que a compõem. Ou seja, a dimensão dos processos que caracterizam a produção do espaço urbano nas grandes cidades pode se diferenciar daquela verificada em cidades de menor porte. Essa articulação com diferentes escalas torna-se necessária, uma vez que muitas situações urbanas acabam sendo também reflexo de fenômenos e processos regionais.

Ou seja, apesar de as cidades apresentarem padrões e semelhanças com relação à produção do espaço urbano, há também dinâmicas específicas de cada cidade, que se combinam na caracterização da estrutura e formas urbanas locais. Nesse contexto, o estudo da forma urbana, juntamente com a análise da estruturação da cidade, tem se apresentado como um importante ponto de partida para se compreender diferentes processos e fenômenos que estão atrelados às transformações em curso no espaço urbano das cidades contemporâneas. Em cada cidade, tem-se um conjunto de realidades distintas e inúmeras combinações de contextos espaciais e temporais, ampliando assim as possibilidades de recortes territoriais de análise (MIYAZAKI, 2013).

Apesar de cada fração urbana apresentar um contexto particular quanto à conformação de seu território, o reconhecimento dos processos que moldam as cidades contemporâneas brasileiras se faz necessário, uma vez que eles estão sendo reproduzidos em prol, sobretudo, de interesses econômicos que, com ajuda do poder público, acabam por incentivar o uso do automóvel, o enclausuramento e o abandono do espaço público. Sendo assim, neste momento busca-se aprofundar as discussões em torno do conceito de urbanidade, com o objetivo de identificar quais elementos da estrutura físico-espacial da paisagem urbana incentivam as interações entre pessoas diferentes e, ao mesmo tempo, auxiliam na diminuição das distâncias espaciais e sociais existentes nas cidades brasileiras e, também, latino-americanas. E, em especial, pensar como a urbanidade pode ajudar na compreensão das complexas interações existentes nas cidades de fronteira, como é o caso desta pesquisa.

2.2.2. O conceito de urbanidade

Até o século XX, urbanidade referia-se a cortesia, civilidade e respeito ao convívio coletivo. Logo, a urbanidade era entendida como um juízo de valor e, dessa forma, demandava um código de comportamento considerado aceitável. No entanto, qualquer que fosse esse código, a essência da urbanidade estava na comunicação entre as pessoas. Com o tempo, esse conceito passou a admitir o meio ambiente como parte integrante e influente na relação entre as pessoas, ou seja, passou a considerar a cordialidade que o espaço construído urbano tem para com seus utilizadores ou cidadãos. A partir de então, arquitetos e pesquisadores do urbanismo se apropriaram do termo e passaram a utilizá-lo na qualificação de edifícios, bairros e cidades, referindo-se à qualidade espacial do que é urbano ou próprio da cidade (SILVA, BERIÃO e COELHO, 2016; KRAFTA, 2012).

A qualidade espacial, por sua vez, é entendida por Aguiar (2016) a partir da perspectiva de que os espaços e seus elementos construídos afetam, de modo positivo ou negativo, o comportamento espacial das pessoas. Nesse sentido, toda e qualquer situação espacial seria dotada de um determinado desempenho, que é coincidente com o conceito de qualidade espacial. Segundo Coccozza (2015), todo ambiente é causador de efeitos na sociedade e através deles são moldados os diferentes ritos que formam alguns condicionantes da prática cotidiana. Para esse autor, a urbanidade é, portanto, resultado do processo cultural das sociedades que imprimem no espaço suas escritas, sejam arquitetônicas, sociais ou econômicas, conformando as diferentes paisagens da cidade contemporânea.

A partir desse contexto, Aguiar (2012) define a urbanidade como uma característica própria da cidade, da forma, e não das pessoas. Para o autor, o acolhimento dos espaços da cidade acontece de diferentes modos e em qualquer situação urbana, desde aquelas mais formais até as mais informais. Porém, para que ela seja lida é preciso compreender a cultura, a história, a vivência, a origem e várias outras características de cada indivíduo e, portanto, entrar no complexo tema da relação dos protocolos da urbanidade com o comportamento espacial e com a percepção das pessoas. Ou seja, um processo de aferição da urbanidade conta, por um lado, com as características e qualidades dos lugares e, por outro, com a presença e atitude das pessoas.

Sendo assim, cabe destacar que, embora frequentemente o conceito de urbanidade seja tratado como sinônimo do conceito de vitalidade, eles não podem ser confundidos. A urbanidade está no modo de apropriação da situação pelas pessoas, seja na escala da cidade ou do edifício, e se refere ao modo como os espaços da cidade acolhem as pessoas. A vitalidade, por outro lado, refere-se à presença de pessoas em um determinado lugar e, em qualquer caso, ela pode ser descrita em termos de graus de vitalidade. Trata-se, portanto, de observar e contar as pessoas, classificando-as segundo seu comportamento espacial. Nesse sentido, a vitalidade urbana, compreendida a partir da presença de pessoas ou de mais pessoas em um determinado lugar, pode ser um indício de qualidade espacial, mas não é um determinante. Em qualquer caso, a qualidade espacial é enfatizada pela vitalidade, que mostra os espaços literalmente funcionando. Sendo assim, mesmo que a urbanidade e vitalidade sejam conceitos distintos, a presença de pessoas no espaço público é uma condição básica para ambos (AGUIAR, 2012; 2015).

Dessa forma, a urbanidade emerge como um parâmetro na avaliação da qualidade dos lugares, ou seja, ela pode ser entendida como um conjunto de qualidades, boas ou más, que distinguem a cidade. Portanto, a urbanidade é composta por algo que vem da cidade, da rua e do edifício que é apropriado, em maior ou menor grau, pelo corpo individual ou coletivo (AGUIAR, 2012). Sendo assim, o espaço público, como *lócus* de uma cultura urbana compartilhada, fundada em valores coletivos, deve envolver os opostos, a diversidade, a troca e o desfrute de uma cidade que tenha o espaço urbano como fundo ativo. Sendo assim, o espaço público é o palco para a urbanidade e sua adequação é de extrema importância para dar suporte à realização de diferentes práticas sociais.

A adequação do espaço público, por sua vez, passa por diferentes escalas. Ela vai desde o desenho do corrimão na escadaria da praça até a definição sobre o desenho de ruas, bairros e bairros inteiros. Todos esses elementos apresentam contribuições para a condição da urbanidade, pois cada elemento tem uma qualidade arquitetônica que vem da adequação, melhor ou pior, da sua forma ao corpo, individual e coletivo. Contudo, a arquitetura do espaço público gerada nas últimas décadas está fundamentada na segregação espacial e social, gerando espaços cada vez mais desurbanos, hostis ao corpo, ao pedestre, desenhado sobretudo para o automóvel. Nesse sentido, a exploração do conceito de urbanidade tem o propósito

de auxiliar na elaboração de um antídoto eficaz contra esse horror arquitetônico e urbanístico (TRIGUEIRO, 2012; AGUIAR, 2012).

Pensar em urbanidade é compreender os limites entre a vida pública, baseada nas manifestações da coletividade, e a vida privada, baseada nas manifestações segregarias impostas por alguns modelos de espacialidades contemporâneas. Dessa forma, sendo a cidade um fato cultural, devemos compreender seu processo de produção e configuração, baseando-nos em premissas que promovem o espaço público para o público. Os dispositivos técnicos que os espaços públicos reúnem parecem constituir possibilidades concretas de ação, oferecendo alternativas em termos de práticas sociais (AGUIAR, 2012; COCOZZA, 2015).

Nesse sentido, Krafta (2012) afirma que vale a pena examinar a extensão da noção tradicional da urbanidade, aquela verificada no âmbito das relações entre pessoas, para abranger a forma e os espaços urbanos. Para isso, o autor identifica três situações: (i) a possível influência da forma urbana na interação entre indivíduos; (ii) a interação entre indivíduos isolados e os lugares, na presença e testemunho direto ou indireto de outros indivíduos; e (iii) a forma urbana tomada como manifestação de um comportamento social petrificado.

Para a primeira situação, Krafta (2012) sugere que exista um determinismo espacial, que teria como um ou mais elos a condição material e espacial dos lugares. A urbanidade neste caso, ainda é a tradicional, realizada através da interação direta entre indivíduos, para a qual o lugar agiria simplesmente como suporte e facilitador. A segunda situação envolve o uso socialmente adequado dos lugares, ou seja, mesmo não havendo comunicação direta entre os indivíduos, as diversas formas que cada indivíduo desenvolve sua prática particular no interior da cidade, pressupõe um padrão comportamental, visto como expressão da urbanidade. Por fim, a terceira situação implica no desempenho de comportamentos socialmente aceitáveis de produção e transformação dos lugares. Difere da anterior por admitir que a ação de cada indivíduo transforma o espaço, ao invés do simplesmente usá-lo. A comunicação aqui, diferentemente da linguagem do primeiro caso e da imagem do segundo caso, usa os objetos urbanos.

A terceira situação elencada por Krafta (2012) parece ser a urbanidade que se está buscando conceituar. Ou seja, a urbanidade que considera a apropriação e transformação dos espaços por parte de seus usuários. Sob este ponto de vista,

Aguiar (2012) sugere que o conceito de urbanidade, visto como qualidade da interação entre as pessoas no ambiente urbano, pode ser ampliado para incluir a cidade como parte relevante dessa interação, considerando o ambiente urbano como resultante de uma interação entre indivíduos através do tempo. Nesse sentido Rheingantz (2012) afirma que a urbanidade pode ser entendida como uma experiência que não tem sua origem nas pessoas e nem no ambiente construído, mas sim, na relação entre ambos.

Entretanto, é preciso destacar que a discussão do conceito de urbanidade é relativamente nova no campo da arquitetura, surgindo na metade do século XX, em meio ao reconhecimento do fracasso urbanístico do movimento moderno. Uma das precursoras deste movimento foi a jornalista Jane Jacobs (1961), cuja crítica é focada principalmente na perda de diversidade das novas urbanizações, produzidas em grande escala. Essa diversidade, era entendida por Jacobs em sua dimensão arquitetônica, na variação dos tipos de edificação, dos tipos de espaços públicos e dos tipos de atividades, e também em sua dimensão social, na variedade dos tipos humanos. Com isso, Jacobs parece identificar os principais ingredientes da urbanidade (AGUIAR, 2010; AGUIAR, 2012).

Meyer (2002) denomina urbanidade as questões abordadas por Jacobs, pois ela procura mostrar com muitos argumentos que as atividades regem a vida urbana e que os espaços que as acolhem devem estabelecer com elas relações de compromisso e aliança. Nesse sentido, Meyer explica que além de a monofuncionalidade comprometer a permanência da vida urbana e da cidade, Jacobs também cita outros elementos físicos que corroem a urbanidade, como a má iluminação das ruas, a falta de qualidade das calçadas, os parques urbanos segregados, os quarteirões muito longos, a falta de definição entre espaços públicos e privados, os excessos de espaços residuais e o mau equacionamento do convívio entre o automóvel e o pedestre. O objetivo de Jacobs é identificar, através de exemplos cotidianos, as forças desagregadoras do espaço de vida urbana, aquelas que tornam impossível a realização de uma genuína urbanidade e aquelas que, se corretamente acionadas, podem restaurar a vitalidade essencial.

Os estudos realizados por Kevin Lynch e Gordon Cullen também representaram grandes contribuições aos estudos urbanos contemporâneos, apesar de não apresentarem propostas específicas de projeto. Lynch (1960) analisou a forma urbana a partir da imagem mental gerada pela experiência perceptiva do observador. Seu exercício de olhar a cidade através da leitura dos elementos físicos que a

constituem, incluindo os espaços públicos, as pessoas e os veículos, pode ser o elemento central da condição da urbanidade. Na mesma época, Cullen (1961) apresentou uma sequência de perspectivas que ilustrava percursos dentro da cidade, também com o objetivo de perceber a vida urbana. As análises baseadas nas experiências perceptivas do lugar mostraram uma posição oposta à visão generalista dos ideários do urbanismo funcionalista e, de certa forma, o que Lynch e Cullen buscavam em seus trabalhos estava associado à urbanidade (SANABRA, 2015; AGUIAR, 2012).

No início da década de 1980, Hillier et al. (1983) e seus colegas, circunscreveram os elementos da urbanidade. Para esse grupo, a condição de urbanidade se assenta em três pilares. O primeiro diz respeito à condição de rede, onde a escala ou arranjo global do espaço é determinado pelo modo como o espaço é apropriado pelas pessoas. O segundo refere-se à publicização do espaço, expressa na intensidade da interface entre moradores e visitantes. Por fim, o terceiro pilar refere-se à arquitetura na sua escala local, no modo como o espaço público é constituído. Contudo, esses autores entendem que a escala local é subsidiária, sendo sua localização em relação a escala maior o fato preponderante para a realização da urbanidade. Ainda, para eles, a urbanidade e a segregação espacial são fenômenos qualitativamente opostos, ainda que resultantes de um mesmo conjunto de condicionantes (AGUIAR, 2012).

Ainda na década de 1980, Jan Gehl lança seu primeiro livro, "A vida entre edifícios" (1987), no qual descreve uma variedade de atividades cotidianas ao ar livre e alega que o ambiente construído influencia as atividades em graus variados e de muitas maneiras diferentes. Para Gehl, as atividades ao ar livre em espaços públicos podem ser divididas em três categorias: atividades necessárias, atividades opcionais e atividades sociais. As atividades necessárias são descritas por ele como obrigatórias, ou seja, ir ao trabalho, à escola, esperar um ônibus, entre outras. Contudo, como essas atividades são necessárias, sua incidência é apenas ligeiramente influenciada por estruturas físicas, pois os participantes não têm escolha entre executá-las ou não (GEHL, 2015).

As atividades opcionais, por sua vez, são aquelas realizadas quando o participante desejar, como, por exemplo, fazer uma caminhada, sentar-se para tomar um sol ou andar de bicicleta. Elas são, entretanto, especialmente dependentes de condições físicas. Dessa forma, quando as áreas ao ar livre são de má qualidade,

apenas as atividades necessárias ocorrem. Por fim, as atividades sociais são aquelas que dependem da presença de outras pessoas em espaços públicos, que incluem brincadeiras de crianças, encontros e conversas. Embora essas atividades ocorram espontaneamente, contudo, são indiretamente impulsionadas quando as atividades necessárias e opcionais acontecem em melhores condições nos espaços públicos. Por esse motivo, Gehl acredita que o planejamento físico desses espaços deva considerar o conteúdo e a intensidade dos contatos sociais, criando novas possibilidades de encontro (GEHL, 2015).

No Brasil, pode-se citar a obra de Carlos Nelson Ferreira dos Santos e Arno Vogel como grande influência no desenvolvimento do conceito de urbanidade. No livro "Quando a rua vira casa" (1985), os autores questionavam grandes postulados da teoria urbanística, na escala do bairro, da rua, do quarteirão, da casa e das pessoas na vida cotidiana. Apesar dos autores não fazerem menção ao termo urbanidade, a pesquisa gira em torno das formas de lazer e da apropriação das pessoas em diferentes espaços públicos, sejam eles desenhados para esta finalidade ou não. Eles apontam que só não é de lazer o espaço que de fato jamais é apropriado por uma atividade considerada de lazer. Dessa forma, se o mundo urbano é um equipamento potencial de lazer, quanto mais complexo e diversificado for, tanto mais pode ser apropriado para este fim. Os autores afirmam que planejar espaços para fins de lazer não se resume a construir campos de futebol, ciclovias ou criar áreas verdes, mas sim, cultivar um meio urbano cujas ruas permitam jogar bola, andar de bicicleta ou simplesmente passear à sombra. Neste sentido, o planejar é cultivar, é acompanhar o dia-a-dia e intervir dia a dia em diferentes escalas (SANTOS e VOGEL, 1985).

Por fim, destaca-se que os autores aqui apresentados são considerados influências no desenvolvimento do conceito de urbanidade. Entretanto, a proposta não é esgotar os caminhos teóricos percorridos por esses e outros autores, mas sim compreender que esse conceito, apesar de ser relativamente novo nas discussões dos arquitetos e urbanistas contemporâneos, surge como um caminho para se pensar em cidades mais humanizadas, ao considerar os impactos diretos da estrutura-física da paisagem urbana no uso e apropriação das pessoas nos espaços públicos e coletivos. Sendo assim, é importante destacar que a urbanidade só pode ser compreendida a partir da perspectiva do espaço público e coletivo e dos elementos que, de uma forma ou de outra, refletem na sua conformação. Por isso, neste

momento, a próxima seção busca discutir o papel dos espaços públicos na cidade contemporânea e sua função como palco principal da urbanidade.

2.2.3. A papel do espaço público no desenvolvimento da urbanidade

A presença de pessoas no espaço público corresponde a um primeiro indício, aquele mais básico da condição de urbanidade (AGUIAR, 2012). Essa participação na vida urbana gerou diferentes tipologias de espaços públicos desde os tempos primitivos até a contemporaneidade. Ou seja, os atributos físicos desses espaços são fundamentais para a urbanidade (SANABRA, 2015). O termo espaço público vem do grego, em que "público" quer dizer exposto aos olhares da comunidade, ao seu juízo e à sua aprovação. Sendo assim, o espaço público é o espaço cívico do bem comum, por contraposição ao espaço privado dos interesses particulares. A cidade e seus espaços públicos exprimem a imagem que a sociedade faz de si própria, logo, há uma concorrência estrutural entre a disposição física das coisas e as práticas políticas associadas, entre o espaço físico e o espaço cívico (INNERARITY, 2006).

Nas cidades contemporâneas, os espaços públicos tendem a ser cada vez mais desagradáveis aos pedestres, devido ao fato de estarem marcados por um estilo de vida que produz um urbanismo no qual ele é condicionado pelo espaço viário, destituído de valor simbólico, cercado por grandes fachadas de prédios, extensos muros contornando condomínios, mega shoppings centers, estacionamentos e áridas *freeways* urbanas. Essa parece ser, cada vez mais, nas mais diversas culturas, a urbanidade da classe média (AGUIAR, 2010; AGUIAR, 2016). Neste sentido, Solà-Morales (2009) coloca que essa arquitetura isolada, insolente e inóspita está criando uma crescente rejeição da maioria dos cidadãos em relação à arquitetura contemporânea. É uma arquitetura de mercado em que os cidadãos não se sentem representados e nem convidados, porém, que atrai maior atenção da mídia e que se torna maior objeto de gestores públicos.

De acordo com Macedo e Custódio (2009), esse modelo de urbanismo, nos países de terceiro mundo, está relacionado ao processo de globalização perverso que ocorre principalmente pela fragilidade histórica da realização da esfera da vida pública. Os autores distinguem a esfera da vida pública e da vida social, sendo que a primeira envolve a produção cultural, a construção da cidadania e o interesse pelo

público, que acontece sobretudo nos espaços públicos e coletivos. Já a esfera social é caracterizada pelas relações econômicas de mercado, por um comportamento padrão e, dessa forma, não é realizadora de alteridade e diversidade.

Neste sentido, Innerarity (2006) destaca que a sociedade é tanto constituída como representada pelas construções e pelos espaços que cria. As cidades encontram-se submetidas a uma série de processos que põem em questão sua capacidade de promover cidadania, resultado da forma urbana e do estilo de vida que elas promovem. A estreita proximidade entre os elementos da cidade (como o tamanho da população, a densidade das edificações e a mistura dos grupos e funções sociais, a justaposição entre pobres e ricos, novos e velhos, nativos e forasteiros) faz com que ela se torne um espaço de desconhecidos, onde a proximidade física coexista com a distância social.

Contudo, para que a urbanidade se realize, é necessário que exista integração social, sem a qual a tolerância estará sempre a um passo de se tornar preconceito e segregação. Sendo assim, a cidade precisa ser lugar de anonimato e identificação, deve proteger e dar possibilidades, ser um espaço de indiferença e reconhecimento. O enclausuramento em casa, no bairro homogêneo ou no automóvel empobrece o mundo de experiências e todo esse processo parece conduzir a uma privatização e ao desaparecimento do espaço público. Conseqüentemente, quando desaparecem os espaços de vida comum, desaparecem também as formas de sociabilidade que reuniam as diversas partes componentes da sociedade (INNERARITY, 2006).

Por outro lado, a existência de espaços públicos ainda significa que existe a possibilidade de construção, recuperação, organização e realização da esfera da vida pública na cidade contemporânea. Porém, é preciso se questionar o quanto as classes médias urbanas estão dispostas a se misturar entre as diversas frações de classes sociais e como é possível torná-las dispostas. Um dos caminhos é perseguir o significado das formas urbanas pela compreensão da função e da estrutura social. Para isso, os agentes que produzem e consomem o espaço e suas estratégias precisam ser identificados, com o objetivo de buscar possibilidades concretas de expressiva ocupação dos espaços públicos e coletivos, com vistas à ampla realização da esfera da vida pública (MACEDO e CUSTÓDIO, 2009).

Sendo assim, é importante que o desenho do espaço público tenha uma organização definida. Essa organização vai depender da capacidade dos técnicos em

produzir um espaço à imagem da cidade e de seus usuários. Isso porque a forma manifesta uma vontade, um objetivo, uma organização política, um conceito e um significado, mesmo que ele esteja alienado ao momento histórico em que ele está sendo produzido. A forma não existe por si, mas comporta uma série de objetos materiais e imateriais, assim como um conjunto de ações que determinam o modo como as pessoas irão se apropriar dos espaços públicos. A apropriação, por sua vez, envolve necessariamente a interação entre o usuário e o espaço, no qual o usuário age no sentido de moldar os lugares segundo suas necessidades, desejos e seu contexto social. Os lugares, em contrapartida, tornam-se receptivos e essa influência mútua é a razão pela qual as pessoas e os grupos encontram sua identidade nos lugares onde vivem (NARCISO, 2009).

Nesse contexto, Castro (2002) afirma que o espaço público não é apenas uma determinação político-jurídica, mas também um produto do uso social, ou seja, existem espaços públicos inacessíveis ou proibidos e outros que não são juridicamente públicos, mas têm um uso coletivo intenso. Desta forma, o autor apresenta uma definição alargada de espaço público e coloca como princípio a sua acessibilidade, o lugar onde qualquer indivíduo pode circular livremente, em contraponto ao espaço privado, cujo acesso é controlado e reservado a um público específico. O espaço público e coletivo, independentemente da escala do projeto urbano, deve organizar um território capaz de suportar diferentes usos e funções e não se pode ignorar que ele seja também espaço de expressão coletiva, da vida comunitária e do encontro.

Essa expressão coletiva é analisada por Mayol (1980 *apud* Castro, 2002) sob dois aspectos fundamentais que organizam a vida cotidiana nos espaços exteriores. O primeiro está relacionado aos “comportamentos” visíveis nos espaços públicos, por meio da representação do corpo, do ritmo das caminhadas e da eleição de espaços preferenciais. O segundo está relacionado com os “benefícios simbólicos adquiridos” que se encontram enraizados na tradição cultural do indivíduo, manifestando-se nas formas como este se apropria do espaço público e através dos seus discursos. No entanto, Castro (2002) alerta que o espaço público pode tornar-se, para certas categorias da população e em certos momentos, um espaço de poder, quando determinados grupos colocam em prática estratégias de ocupação e comportamentos que visam a exclusividade.

A relação entre o espaço público e os indivíduos, segundo Castro (2002), está condicionada pelo estatuto de quem o usa (habitantes, cidadãos ou comunidades), pelo tipo de espaço público que enquadra as interações sociais e pelas formas de sociabilidade que aí são desenvolvidas. Dessa forma, Solà-Morales (2002) explica que pensar e projetar o espaço público pressupõe a existência de um coletivo que divide identidade, dignidade e seus direitos e deveres. A etimologia de público nos volta às noções de pertencimento de um coletivo e de participação em um sistema de convivência aceito e assumido.

Para Ascher (1998 *apud* Castro, 2002), os novos espaços públicos das cidades contemporâneas constituem ambientes com formas de sociabilidade provisórias e com processos de construção da identidade coletiva em torno de símbolos efêmeros da cultura de consumo. Isso porque estes espaços ainda são concebidos sem corresponder às práticas da maioria da população, visto que os arquitetos e os urbanistas continuam a atribuir às relações sociais uma importância inferior, reproduzindo imagens comunitárias cada vez mais afastadas das sociabilidades urbanas, através de microespaços públicos ingeríveis, com lugares destinados à comércio que nunca virão, produzindo ruas que permanecerão simples vias de acesso e tentando reencontrar a urbe clássica ou medieval por incapacidade de produzir uma sociedade contemporânea.

Sendo assim, é função do arquiteto e urbanista considerar a urbanidade nos processos de decisão sobre a cidade, desde a escala de planejamento da cidade até a escala do desenho do bairro. Ou seja, considerar que todos os espaços, projetados ou não, abertos ou fechados, públicos ou privados, individuais ou coletivos, são formados por uma combinação de elementos que formam a estrutura físico-espacial da cidade e que, por sua vez, interferem no desenvolvimento da vida pública que acontece entre os edifícios. Dessa forma, a próxima seção busca identificar que elementos são esses e de que maneira eles podem incentivar a interação entre diferentes pessoas nos espaços públicos e coletivos, utilizando como base teórica diferentes autores que trabalharam o conceito de urbanidade em suas pesquisas.

2.2.4. Os elementos da urbanidade

Segundo Aguiar (2010), a investigação dos elementos físico-espaciais que condicionam a urbanidade é oportuna, pois considera a qualidade do espaço público

contemporâneo. Assim como é de igual importância a investigação sobre as formas de apropriação, construção e modificação do espaço urbano pelas pessoas. Sendo assim, a seguir serão apresentados autores que, de uma forma ou de outra, apresentam os elementos que caracterizam a urbanidade. Ao final da seção será apresentado um panorama geral dos elementos apontados por cada autor e a seleção dos elementos que serão utilizados ao longo dessa pesquisa.

Nesse contexto, Oliveira e Queiroga (2016) afirmam que a urbanidade varia de acordo com os graus de diversidade social, de diversidade do uso e ocupação do solo, com a legibilidade e com a continuidade espacial da rede urbana. Os autores consideram que, quanto melhor for a observação desses aspectos, maiores são as possibilidades de se criar um contexto urbano coeso e conseqüentemente com maiores graus de urbanidade. Nesse caso, os autores reconhecem que a urbanidade acontece em qualquer contexto urbano, porém, com graus diferentes, maiores ou menores, dependendo do grupo de características encontradas em determinado lugar.

A partir de uma pesquisa desenvolvida em uma cidade média brasileira, Oliveira e Queiroga (2016) elencam quatro aspectos que devem ser analisados no processo de caracterização da urbanidade. O primeiro aspecto relaciona-se com a adequação do espaço livre ao corpo humano, do ponto de vista do espaço construído, isto é, o suporte para o movimento e a permanência. O segundo aspecto avalia o uso do solo para o entendimento das centralidades existentes, sejam elas nucleares ou lineares. O terceiro estuda a ocupação do solo e a relação entre o espaço construído e o espaço livre, identificando a relação entre a urbanidade e a otimização dos espaços livres em correlação aos ocupados. Finalmente, o quarto aspecto avalia as conexões entre os espaços livres, as centralidades e as moradias.

Oliveira e Queiroga (2016) ainda afirmam que, mais do que elencar espaços de boa adequação projetual e inserção urbana, a promoção da urbanidade passa por equilibrar a distribuição de espaços livres públicos adequados pela cidade e levar centralidade à periferia. Levar centralidade à periferia não significa contribuir para a perda de importância do centro, mas sim, prover a periferia de diversidade de usos e uma qualidade ambiental urbana que não pode ser privilégio da área central adequada, se comparada às cidades médias brasileiras no geral.

Cocozza (2007) também aborda o tema da centralidade urbana. Para este autor, entre as categorias que definem o conceito de urbanidade estão as múltiplas

centralidades, as interfaces, os espaços livres e construídos, os movimentos e a permanência no espaço, a conectividade e as áreas verdes. Segundo o autor, a urbanidade é promovida por espaços plurinucleares, condicionados à uma rede de centralidades. Tais espaços, por sua vez, decorrem de processos espaciais que redistribuem os novos centros seguindo padrões culturais e de fluxos, proporcionando locais de expressão cultural que imprimem marcas no espaço e lhe conferem identidade, uso e qualidade. Contudo, Cocozza afirma que a complexidade urbana não pode ser traduzida apenas em esquemas volumétricos e na determinação de gabaritos, conforme prevê a legislação, mas também pela formulação de interfaces capazes de gerar a urbanidade através da apropriação e construção do espaço. Por isso, o plano da cidade se caracteriza como um modelo intermediário, de determinismo e interlocução entre o espaço e a sociedade.

Innerarity (2006), ao tratar a questão da centralidade urbana e da urbanidade, todavia, aponta que as atuais transformações urbanas, como a perda da funcionalidade simbólica e política dos espaços centrais, levaram à dissolução da cidade e à sua fragmentação, segundo critérios de classe social e estilo de vida. Assim, as centralidades urbanas configuram-se a partir de unidades homogêneas e diferenciadas, sem relação entre si, onde dificilmente se realiza a coexistência dos diferentes, estranhos e desconhecidos. Para o autor, o bairro vivo e plural não passa de uma ilusão, pois cada grupo ocupa na cidade um território diferente para facilitar a integração dos indivíduos. Nesse sentido, a atual realidade da cidade segregada deve ser entendida como uma paisagem da desigualdade social e, por esse motivo, deve ser considerada no processo de caracterização da urbanidade.

Por outro lado, Solà-Morales (2009) se interessa pelo que ele chama de urbanidade material, ou seja, quando a arquitetura, e seu material, é urbana. Nesse sentido, o autor defende que a urbanidade depende de três fatores: da permeabilidade, da sensualidade e do respeito. A permeabilidade é a capacidade de acessar ou entrar. Um edifício urbano é aquele que tem muitas formas de entrada, fisicamente ou mentalmente. O piso térreo é, portanto, o lugar mais permeável. Já a sensualidade é a sensação de prazer, o sentimento de proximidade ou, pelo menos, de não ser expulso. É como o espaço é usado para entender as sensações que se tem ao visitá-lo. Por fim, o respeito é o que o arquiteto e a arquitetura devem ter com a cidade. O arquiteto tem um poder importante com suas decisões e deve respirar as preocupações de quem usa a cidade, para então adquirir certa urbanidade.

Saboya, Netto e Vargas (2015) também compreendem a urbanidade a partir de sua dimensão arquitetônica. Entretanto, para eles, a urbanidade depende de dois aspectos: a socialidade e a vida microeconômica. A socialidade é representada pelo movimento de pedestres, copresença e potencial de interações nos espaços públicos. Já a vida microeconômica é representada pela presença de atividades não residenciais nos edifícios. Nesse sentido, os autores sugerem que formas arquitetônicas mais contínuas no quarteirão, com fachadas mais permeáveis e mais próximas das ruas incentivam a vitalidade microeconômica local e a apropriação dos espaços públicos, por proporcionarem menores distâncias a serem percorridas, maior densidade de atrativos e presença de atividades e aumento na interface entre a edificação e a rua. Para os autores, existe uma necessidade urgente de se repensar os instrumentos urbanísticos que, em larga medida, têm induzido a forma urbana das edificações justamente na direção de tipos isolados, acarretando em espaços desvitalizados que, por sua vez, dão pouco suporte à interação social e à comunicação de grupos sociais diversos.

De acordo com Gonçalves (2010), o conceito de urbanidade remete essencialmente à qualidade urbana e envolve intensidade de interações sociais, fator que remete também aos conceitos de diversidade e vitalidade urbana. Para a autora, parte-se do pressuposto que certas estruturas urbanas favorecem essas interações e sua intensidade e diversidade, ao passo que outras dificultam. Nesse sentido, a autora aponta algumas condições que podem estimular ou desestimular a ocorrência de interação social mais intensa: (i) densidades populacionais; (ii) interface entre espaços públicos e privados; (iii) mistura de usos do solo; e (iv) distâncias intra-urbanas:

"a) Densidades populacionais: Densidades maiores são, por razões óbvias, associadas à maior número de interações, mas essa assertiva só tem validade até certo ponto. Alguns estudos indicam que altas densidades, podem, ao contrário, diminuir a interação social, pois, especialmente quando associadas a aumento na taxa de criminalidade, podem gerar medo de contatos interpessoais (Brueckner e Largey, 2008), e conseqüentemente diminuir a interação social.

b) Interface entre espaços públicos e privados: Maior permeabilidade entre espaços públicos e privados, com grande interface entre eles, ou seja, espaços privados que se conectam diretamente a espaços públicos, favorecem maior movimentação de pessoas e interação entre elas. Os famosos "olhos para as ruas" de Jane Jacobs geram a sensação de segurança.

c) Mistura de usos do solo: Variedade de usos do solo, combinação de residências com atividades de trabalho e lazer, proporciona maior diversidade urbana, garantindo a presença de pessoas nas ruas por diferentes propósitos e em diferentes horários.

d) Distâncias intra-urbanas: Menores distâncias também podem ser associadas à maior intensidade de interação entre pessoas. Nos estudos urbanos, são frequentemente associadas a uma maior pré-disposição das pessoas a realizarem os trajetos a pé, o que aumenta a chance de contatos. Assentamentos com grandes distâncias entre as atividades, por sua vez, favorecem os deslocamentos por meios motorizados, principalmente o automóvel particular, dificultando contatos (GONÇALVES, 2010, p. 8 - 9)".

Com relação à diversidade urbana, Fainster (2005) questiona se, de fato, a mesma diversidade que promove a inovação econômica também contribui para a diversidade social e se esta contribui para a equidade e um domínio público satisfatório. Sob o ponto de vista econômico, a diversidade aumenta a vantagem competitiva das cidades e se torna uma abordagem promissora para atingir o sucesso. No entanto, a autora explica que a relação entre a diversidade e a tolerância não é clara, uma vez que, se os estilos de vida foram muito incompatíveis, pode-se aumentar o preconceito. Para isso, é desejável que o Estado aplique normas de tolerância e que se caminhe em direção a uma estrutura que nutre a diversidade, que apoie uma identidade coletiva, englobando um conjunto de valores ao invés de dar primazia a um único valor.

Nesse sentido, Aguiar (2016) apresenta características espaço-morfológicas que tornam os espaços da cidade mais ou menos receptivos aos caminhantes e, por consequência, favorecem as interações entre diferentes pessoas. Para isso, o autor trabalha com o conceito de qualidades espaciais que está assentado sobre três pilares. O primeiro pilar refere-se à escala global, presente na vitalidade urbana, ou seja, na maior ou menor presença de atividades e pessoas nos lugares. Lugares facilmente acessíveis têm em geral mais pessoas e atividades econômicas, como lojas e serviços. Quanto maior a quantidade de moradias, comércios e serviços, tende também a ser maior o número não apenas de moradores, mas de empregados e clientes.

O segundo pilar refere-se à escala local, presente na arquitetura urbana, definida pelo modo como os espaços públicos e privados se articulam. Refere-se à continuidade espacial do tecido urbano e sua continuidade edilícia. É nessa escala que a intensidade de ligações entre os interiores privados e o espaço público acontece, através da ocorrência de portas e janelas e do modo como as fachadas se apresentam no conjunto de edificações que constituem os espaços da cidade. Nesse sentido, a base para a constituição do espaço público está na estrutura do parcelamento do solo, mais precisamente na dimensão da testada do lote. Todavia, o

crescimento urbano e a contemporaneidade trouxeram consigo um progressivo alargamento das testadas dos lotes e o progressivo distanciamento das edificações com à rua e com o espaço público (AGUIAR, 2016).

Por fim, o terceiro pilar refere-se às categorias de percepção, presentes, por um lado, nas condições de legibilidade e, por outro, nas condições de funcionalidade. A legibilidade resulta da forma como os espaços se estruturam. Uma área urbana configurada por meio de longas linhas de visada teria, em princípio, uma legibilidade maior do que uma área com traçado viário sinuoso. A condição estrutural da rede viária pressupõe a percepção de uma compreensão de escalas que está na base do conceito de legibilidade. Com relação à funcionalidade, esta refere-se essencialmente à dimensão tátil da percepção espacial, que vai desde o desenho do corrimão da escadaria da praça até as definições sobre o desenho da rua e a própria configuração do tecido urbano (AGUIAR, 2016).

Nesse contexto, é possível afirmar que a urbanidade não pode ser compreendida apenas a partir de uma escala urbana, mas sim da relação entre diferentes escalas. A partir dessa compreensão, Ibiapiana (2016) desenvolveu duas matrizes, uma que aponta os atributos físicos dos lugares e outra com os parâmetros da dinâmica urbana que, juntas, contribuem para a construção da urbanidade nas cidades. Na primeira matriz, foram definidos os atributos necessários para (i) caminhar, através de calçadas com tamanho e pavimentação adequados, da ampliação de esquinas com travessias mais seguras e conectadas com espaços urbanos interessantes e atrativos; (ii) permanecer, por meio da criação de bordas atrativas no entorno dos espaços públicos, com diversidade de usos e espaços qualificados com mobiliários e arborização; e (iii) encontrar, através de espaços qualificados para manifestações artísticas e eventos, adaptados a diferentes situações.

Na matriz referente à dinâmica urbana, por sua vez, a autora aponta os parâmetros de (i) densidade, que viabiliza investimentos em infraestrutura urbana, promove maior diversidade de usos, edificações, culturas e pessoas, e que permite uma boa relação entre o espaço privado e o espaço público, respeitando a escala do pedestre; (ii) compacidade, que reduz a utilização do território e otimiza a infraestrutura urbana, favorece a concentração e diversidade de atividades básicas da cidade, promovendo menores deslocamentos e favorecendo a interligação dos diversos modais de transporte público; e (iii) diversidade de usos, que, associada à

compacidade, permite um maior número de deslocamentos feitos à pé ou de bicicleta, gerando assim interação entre as pessoas e proporcionando um estilo de vida mais saudável (IBIPIANA, 2016).

Ainda em relação aos atributos físicos da urbanidade, Elias e Berião (2017) desenvolveram uma metodologia que aponta padrões para o planejamento urbano e forma urbana, relacionados com os princípios da urbanidade. Esses padrões são expressos por atributos da forma urbana, que revelam uma condição de "qualidade", boa ou ruim, que o lugar apresenta, a partir de quatro grupos de indicadores quantificáveis que se expressam em valores qualitativos: rede, densidade, uso e embasamento do piso térreo. O indicador de rede avalia as possibilidades de movimento e fluxos, intensidade e conectividade viária, distâncias físicas menores para trajetos de pedestres e dimensão da malha viária, com o objetivo de proporcionar deslocamentos menores e facilitar o encontro entre as pessoas.

O indicador de densidade busca as características relativas à densidade construtiva e populacional, à intensidade de uso do solo e concentração de pessoas, com o objetivo de dar suporte aos usos múltiplos. O indicador de uso se detém nos tipos de usos existentes, com o objetivo de identificar um potencial para dinâmica econômica. Por fim, o embasamento do piso térreo é identificado a partir da existência de espaços abertos e permeáveis, de uso misto, que proporcionam um sistema de porosidade na interface entre o público e o privado. Para sua medição são verificados dados sobre a forma edilícia do tecido e sobre as aberturas das fachadas (ELIAS e BERIÃO, 2017).

Nesse sentido, Figueiredo (2012) afirma que a urbanidade só acontece quando o ambiente construído e suas estruturas auxiliares potencializam encontros e copresença entre pessoas de classes e estilos de vida distintos, em espaços legitimamente públicos, dentro de um sistema probabilístico no qual as pessoas, em suas rotinas, tendem a usar e passar pelos mesmos lugares. Para o autor, a urbanidade parece depender de ruas vibrantes, da presença de pedestres, de fachadas ativas, permeáveis e com interfaces diretas entre o público e o privado, e da mistura de usos. Pautado nesses itens, Figueiredo aponta alguns elementos que considera desurbanos, ou seja, que estão no sentido inverso de uma boa condição de urbanidade:

- I. O incentivo ao uso do automóvel particular: automóvel exige modificações nas cidades, como o alargamento de vias e a criação de vias rápidas, viadutos, passarelas e estacionamentos, gerando restrições aos pedestres;
- II. A oferta de transporte público de baixa qualidade: o sistema de transporte é organizado muito mais em função de ser economicamente viável, produzindo lucro para seus operadores, do que em função da qualidade dos serviços;
- III. A construção de muros altos, torres e condomínios fechados: tais elementos funcionam como barreiras que aumentam a distância para pedestres e veículos, além de contribuírem para a negação do espaço público e para o enclausuramento das pessoas;
- IV. A redução da diversidade de usos e da adaptabilidade das edificações: os coeficientes construtivos altos provocam a homogeneização das áreas urbanas, pois a incorporação de casas e terrenos se torna mais lucrativa do que alugar para um pequeno comércio ou serviço. Esses processos agem junto com os descritos acima, pois ao mesmo tempo em que há um esvaziamento do espaço público, há uma diminuição da diversidade de usos.

A homogeneização de bairros através de tipologias arquitetônicas está diretamente ligada à segregação social. As ruas de uma favela ou de um bairro nobre podem até ser vibrantes, mas espaços genuinamente urbanos tem um caráter mais democrático e inclusivo. A expansão de unidades habitacionais, muitas vezes, não leva em conta a necessidade de infraestrutura, de equipamentos públicos, de praças ou parques, dentre outras. Neste sentido, o autor avalia que a ausência de planejamento é uma decisão de planejamento (FIGUEIREDO, 2012).

As mudanças na prática do planejamento urbano são o objetivo da metodologia Morpho, desenvolvida por Oliveira e Silva (2013). Seu enfoque é exclusivo nos elementos fundamentais da forma urbana que constituem uma cidade (as ruas, quarteirões, sistemas de parcelas e edifícios) e nos seus padrões de combinação. Essa metodologia está enquadrada por um conceito particular de urbanidade, construído sob duas dimensões, uma social e outra espacial. Contudo, um dos princípios da Morpho é trabalhar exclusivamente com a dimensão física das cidades. Dentro dessa dimensão, a urbanidade é algo que o ambiente urbano oferece através dos principais elementos morfológicos. Logo, um elevado grau de urbanidade corresponde à elevados níveis de acessibilidade, densidade, diversidade e continuidade espacial.

Com o objetivo de iniciar as mudanças necessárias na prática do planejamento urbano, que busquem priorizar as dimensões sociais na escala humana no ambiente construído, no ano de 2017 o Instituto Gehl lançou o "Guia da Vida Pública para Prefeitos". O guia utiliza como base o conceito de "vida pública" proposto por Gehl (2015), cujo principal objetivo é a interação entre pessoas diferentes em um mesmo espaço público, fator principal da urbanidade. A vida pública é o que acontece nos espaços públicos, nas ruas e entre os edifícios e sua promoção torna as cidades mais seguras e pode levar ao engajamento cívico, criando oportunidades econômicas e mobilidade, além de construir capital social e conectar as pessoas com suas comunidades locais (TSAY e GOLD, 2017).

Para Gehl (2013), as cidades devem reforçar a função social do espaço da cidade como um local de encontro e contribuir para os objetivos da sustentabilidade social e para uma sociedade democrática e aberta. Uma cidade que convida as pessoas a caminhar deve ter uma estrutura razoavelmente coesa que permita curtas distâncias a pé, espaços públicos atrativos e uma variedade de funções urbanas. Esses elementos aumentam a atividade e o sentimento de segurança dentro e no entorno dos espaços públicos urbanos. Além desses fatores, Gehl cita o exemplo de Veneza, destacando-a como uma cidade que foi, durante séculos, pensada para os pedestres, fato que a torna interessante para trabalhar com a dimensão humana. Para o autor, Veneza tem tudo: densa estrutura urbana, curtas distâncias a pé, belos percursos e espaços, intensa mistura de usos, térreos atrativos, arquitetura diferenciada e detalhes cuidadosamente pensados.

Todos esses fatores impulsionam a realização das atividades cotidianas, que são divididas entre necessárias, opcionais e sociais, conforme mencionado anteriormente. Segundo Gehl (2013), a maior parte das atividades urbanas mais atrativas e populares pertence ao grupo das atividades opcionais e, por isso, uma boa qualidade urbana é pré-requisito. Ou seja, se as condições para permanência ao ar livre forem boas, as pessoas se entregam a muitas atividades necessárias, mas também cresce o número de atividades opcionais. Gehl (2015) destaca que é difícil apontar com precisão o que a vida entre edifícios significa no que diz respeito à necessidade de contato. Porém, as oportunidades para encontros e atividades diárias nos espaços públicos de uma cidade ou área residencial permitem que se possa interagir com o outro e vivenciar diferentes modos de vida. De acordo com o autor, a

vida nos edifícios e entre os edifícios parece, em quase todas as situações, mais essencial e mais relevante do que qualquer espaço ou do que os próprios edifícios.

Isto é, a relação do espaço público com o próprio meio urbano, sua morfologia e apropriações, se encontra fortemente vinculada aos aspectos físicos, naturais e construídos, caracterizados pelo desenho de formas que, muitas vezes, correspondem à imagem de determinado lugar. No desenho dessas formas estão presentes os aspectos socioeconômicos. Assim, o ambiente urbano construído afeta diretamente as formas de apropriações, mas, também, as possibilidades criadas a partir dele, adaptadas às necessidades imediatas ou aos desejos e intenções não satisfeitos na construção do ambiente. Por isso, considera-se recomendável não somente o mapeamento e análise das estruturas formais que caracterizam o uso do espaço público, mas também o mapeamento das apropriações alternativas deste espaço, seja o exercício de atividades coletivas ou individuais (MENDONÇA, 2007).

Nesse sentido, aparentemente o planejamento e o desenho dos espaços vigentes parecem pouco considerar as práticas cotidianas. As hierarquias sociais impostas pela sociedade contemporânea colocam em um lugar distinto a cultura popular, a partir de uma lógica de repressão. As táticas populares são, muitas vezes, exploradas por um poder dominante ou simplesmente negadas por um discurso ideológico. Nesse sentido, as "maneiras de fazer" (caminhar, ler, produzir, falar) se constroem da organização e reorganização constante de elementos culturais que transitam na medida em que as pessoas se identificam entre si e com os lugares. O espaço público só adquire identidade quando praticado pelos indivíduos através do contato físico, pressupondo um tipo de enraizamento com tais lugares, mesmo que provisório. Até uma simples caminhada, realizada pelo coletivo de praticantes das cidades, gera reverberações constantes nas passagens de lugar para lugar-praticado, de anônimos para portadores de identidade (CERTEAU, 1998).

Segundo Coccozza (2007), a busca pela coletividade é um desafio aos urbanistas e planejadores, à medida que as cidades intensificam diferentes processos de exclusão, resultado, em parte, das práticas tecnicistas e, em parte, pela falta de participação dos atores sociais. Essa participação deve ser legitimada nos processos de decisão, mas também na inserção dos indivíduos no cotidiano da cidade, promovendo diferentes formas de apropriação do território para realização de práticas diárias. O autor frisa que é responsabilidade do corpo técnico compreender essas estruturas invisíveis para projetar o espaço, de forma a condicionar os elementos

edificados e ambientais às práticas sociais, bem como, gerar condições para que se institua em cada intervenção uma relação de identidade, pertencimento e principalmente, visibilidade de cada grupo social.

Assim, levando-se em consideração a ampla discussão sobre os elementos que condicionam a urbanidade, a partir da perspectiva de diferentes autores, organizou-se um quadro síntese (Quadro 3) que possibilita compreender melhor os fatores apontados por cada um, bem como, suas convergências e divergências.

Quadro 3: Elementos que condicionam a urbanidade a partir da perspectiva de diferentes autores

Autores	Elementos que condicionam a urbanidade
Oliveira e Queiroga (2016)	<p>A urbanidade varia de acordo com:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Os graus de diversidade social; ✓ A diversidade do uso e ocupação do solo; ✓ A legibilidade; ✓ A continuidade espacial da rede urbana. <p>No contexto de uma cidade média brasileira, os autores apontam quatro aspectos que devem ser analisados no processo de caracterização da urbanidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Adequação do espaço livre ao corpo humano (movimento e permanência); ✓ Uso do solo para o entendimento das centralidades existentes; ✓ Ocupação do solo e a relação entre o espaço construído e o espaço livre; e ✓ Conexões entre os espaços livres, as centralidades e as moradias.
Cocoza (2007)	<p>O autor define subcategorias categorias de análise que definem o conceito de urbanidade, inseridas dentro de uma macro categoria definida como espaço livre urbano:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Múltiplas centralidades: espaços plurinucleares condicionados à uma rede de centralidades; ✓ Conectividade; ✓ Movimentos e permanência no espaço: se caracterizam pelo modo da sociedade se deslocar dentro de uma trama urbana e também os fluxos do cotidiano, determinando os principais pontos de convergência e trajetos; ✓ Relação entre o espaço livre e construído; ✓ Interface: remete a ideia de troca, contato, interação, e principalmente de limites e potencialidades entre os elementos que constituem a paisagem; e ✓ Espaço verde.
Innerarity (2006)	<p>Estipula que, o processo de caracterização da urbanidade deve considerar a cidade segregada como uma paisagem da desigualdade social.</p>
Solà-Morales (2009)	<p>Se interessa pelo que ele chama de urbanidade material, que é quando a arquitetura, e seu material, é urbana. Para o autor, a urbanidade depende de três coisas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Permeabilidade: é a capacidade de acessar ou entrar; ✓ Sensualidade: é a sensação de prazer; e ✓ Respeito: que o arquiteto e a arquitetura devem ter com a cidade.
Saboya, Netto e Vargas (2015)	<p>Também compreendem a urbanidade a partir de sua dimensão arquitetônica. Para os autores a urbanidade depende de dois aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Socialidade; e ✓ Vida microeconômica.

Gonçalves (2010)	A autora aponta algumas condições que podem estimular ou desestimular a ocorrência de interação social mais intensa: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Densidades populacionais; ✓ Interface entre espaços públicos e privados; ✓ Mistura de usos do solo; e ✓ Distâncias intra-urbanas.
Aguiar (2012, 2016)	O processo de aferição da urbanidade depende da: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Características e qualidades dos lugares; e ✓ Presença e atitude das pessoas. A qualidade espacial dos lugares está assentada sobre três pilares: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Acessibilidade (escala global): maior ou menor presença de atividades e pessoas nos lugares; ✓ Continuidade espacial do tecido urbano e edifício (escala local); ✓ Percepção espacial: Legibilidade (estrutura dos espaços) e funcionalidade (dimensão tátil);
Ibipiana (2016)	A urbanidade é compreendida a partir dos: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Atributos físicos: caminhar, permanecer e encontrar; ✓ Parâmetros da dinâmica urbana: densidade, compacidade e diversidade.
Elias e Berião (2017)	Os padrões da forma urbana que se relacionam com os princípios da urbanidade são expressos pelos seguintes atributos: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Rede: avalia as possibilidades de movimento e fluxos, intensidade e conectividade viária, distâncias físicas menores para trajetos de pedestres, dimensão da malha viária; ✓ Densidade: densidade construtiva e populacional, intensidade de uso do solo e concentração de pessoas; ✓ Uso: tipos de usos existentes; e ✓ Embasamento do piso térreo: identificado a partir da existência de espaços abertos e permeáveis, de uso misto, que proporcionam um sistema de porosidade na interface entre o público e o privado;
Figueiredo (2012)	A urbanidade depende de: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ruas vibrantes com presença de pedestres; ✓ Fachadas ativas, permeáveis e com interfaces diretas entre o público e o privado; e ✓ Mistura de usos.
Oliveira e Silva (2013)	A urbanidade é algo que o ambiente urbano oferece através dos principais elementos morfológicos. Um elevado grau de urbanidade corresponde à elevados níveis de: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Acessibilidade; ✓ Densidade; ✓ Diversidade; e ✓ Continuidade espacial.
Gehl (2009, 2015)	É preciso reforçar a função social do espaço como um local de encontro, reforçando as áreas destinadas aos pedestres através de uma estrutura coesa que permita: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Curtas distâncias a pé; ✓ Espaços públicos atrativos; ✓ Uma variedade de funções urbanas; Estes fatores impulsionam a realização das atividades cotidianas e a interação entre pessoas diferentes em um mesmo espaço público.

Fonte: a autora, a partir de Oliveira e Queiroga (2016); Coccozza (2007); Innerarity (2006); Solà-Morales (2009); Saboya, Netto e Vargas (2015); Gonçalves (2010); Aguiar (2012, 2016); Ibipiana (2016); Gehl (2013, 2015); Elias e Berião (2017); Figueiredo (2012); Oliveira e Silva (2013).

Embora cada autor apresente uma perspectiva diferente com relação aos elementos que caracterizam a urbanidade, é possível encontrar alguns pontos de convergência entre eles, mesmo entre os autores que relacionam a urbanidade, prioritariamente, ao edifício e sua relação com os espaços públicos e não com a

cidade como um todo. No entanto, ao considerar a urbanidade como um atributo utilizado para qualificar as interações entre diferentes pessoas em um espaço público e coletivo, condicionada pela relação dinâmica que se estabelece entre a estrutura físico-espacial da paisagem urbana e as atividades cotidianas que regem a vida pública, destacam-se seis elementos que, juntos, possibilitam sua caracterização. São eles: (i) densidade urbana, (ii) articulação do tecido urbano; (iii) diversidade de uso e ocupação do solo; (iv) relação entre espaço público e privado; (v) distâncias intraurbanas; e (vi) uso e apropriação dos espaços públicos e coletivos. Os primeiros cinco elementos estão relacionados, sobretudo, à dimensão físico-espacial, enquanto o sexto elemento trata da dimensão humana e social.

Além disso, admite-se que a urbanidade ela está presente em todos os contextos urbanos e, por isso, deve ser analisada a partir de uma abordagem qualitativa, que considere diferentes tipos de urbanidade sem, necessariamente, classificar ela em graus ou intensidades diferentes. Ainda, é importante destacar que esta pesquisa busca caracterizar a urbanidade nos territórios habitacionais das cidades. Isso porque é neles que os espaços públicos e coletivos assumem um papel fundamental na vida cotidiana da população. Segundo Coelho (2009), cada vez mais é necessário assumir que a cidade é habitada em vários espaços, que vão desde os espaços domésticos até os espaços públicos. Sendo assim, é preciso que a cidade seja pensada e planejada sempre a partir dessa relação. Nesse sentido, a próxima seção tem o objetivo de compreender melhor os conceitos e características que constituem os territórios habitacionais.

2.3. TERRITÓRIOS HABITACIONAIS

Este item tem o intuito de identificar as principais características que compõem os territórios habitacionais das cidades brasileiras e de que maneira elas podem influenciar na condição da urbanidade. Sendo assim, em primeiro lugar, busca-se compreender o território como um espaço de conflito e de poder, a partir da discussão de alguns conceitos pertinentes ao tema, associados ao conceito ampliado de habitação. Posteriormente, são elencados os principais aspectos econômicos e legais que moldaram a produção habitacional contemporânea brasileira. Neste momento, são apresentados também os principais marcos da legislação urbanística brasileira, sobretudo no que tange aos aspectos de parcelamento e de uso e ocupação

do solo. Por fim, chega-se a um quadro geral das principais modalidades habitacionais brasileiras, a partir da perspectiva de sua produção, com ênfase nas áreas habitacionais produzidas por indústrias e hidrelétricas e na forma urbana que molda seus espaços públicos.

2.3.1. Os territórios como espaços de conflito e de poder

O conceito de território pode ser compreendido a partir de diferentes concepções. Essas concepções podem ser agrupadas em três vertentes básicas: a vertente jurídico-política, a vertente culturalista e a vertente econômica. A primeira, de cunho jurídico-política, é a mais difundida. Nela, o território é visto como um espaço delimitado e controlado, onde se exerce um determinado poder, na maioria das vezes visto como o poder do Estado. A segunda, definida como culturalista, prioriza a dimensão simbólica e cultural. Nessa vertente, o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação simbólica de um grupo sobre o seu espaço. Por fim, a vertente econômica enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho. Existe ainda uma quarta vertente, a naturalista, cuja noção de território baseia-se nas relações entre a sociedade e a natureza. Contudo, ela é pouco vinculada com a realidade contemporânea (HAESBAERT, 2003).

A dimensão culturalista é enfatizada por Haesbaert, devido à compreensão da existência de uma identidade que é atribuída por grupos sociais como forma de controle sobre o espaço onde vivem, caracterizada também como uma forma de apropriação. Nesse sentido, o território é, ao mesmo tempo, um instrumento de poder e um valor. Esse valor supera as questões de uso ou de troca e estende-se até o valor simbólico (HAESBAERT, 2003). O seja, o território é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas é também um dado simbólico (SANTOS, 2013). Portanto, cada território responde a um certo número de funções geográficas, sociais e políticas que se inscrevem no universo da memória, das representações e dos valores de cada indivíduo. Logo, território pode ser compreendido como uma parcela do espaço que está enraizado em uma mesma identidade e que reúne indivíduos com o mesmo sentimento (MEDEIROS, 2009).

De acordo com Moreira e Hespanhol (2007), a identidade é constituída através do sentimento de pertencimento ao lugar, que, por sua vez, está relacionado

ao trabalho, às formas de solidariedade, às atividades lúdico-religiosas e às relações de parentesco e vizinhança. Segundo Motta (2003), assumindo sua identidade, cada indivíduo consegue desenvolver uma relação de pertencimento com o mundo. Para o autor, a vinculação com o espaço, sua apropriação e valorização, cria no ser humano um sentimento de pertencimento a um lugar e isso lhe dá identidade. A identidade, portanto, está territorialmente situada no tempo e no espaço. Esse processo de comunhão entre o espaço e o homem é chamado por Santos (2013) de territorialização, que vai além do simples fato de se viver em um lugar.

Ou seja, o território é visto como a apropriação do espaço e a territorialidade como as relações complexas que se constroem na vinculação dos seres humanos a este espaço, através da consciência e dos sentimentos criados a partir dessa vinculação. A vinculação do homem com o espaço é, portanto, o que cria o sentimento de pertencimento e de identidade (MOTTA, 2003). A territorialidade corresponde também ao poder exercido e envolve as relações políticas, econômicas e culturais de indivíduos e de grupos, redes e lugares de controle do e no espaço geográfico, com suas edificações e relações (SAQUET, 2009). Para Santos (2013), a territorialidade e a cultura são, de certa forma, sinônimos. A cultura é uma herança, mas também é um aprendizado das relações profundas do homem com seu meio, incluindo o processo produtivo e as práticas sociais.

Entretanto, quando as pessoas não desenvolvem mais laços simbólicos e afetivos com os lugares em que vivem, suas identidades territoriais são enfraquecidas. Esse processo é denominado por Haesbaert (2003) de desterritorialização. Para o autor, as referências espaciais participam cada vez menos da construção de identidades culturais. Segundo Motta (2003), o enfraquecimento das identidades territoriais está vinculado às relações que ocorrem entre a sociedade, o espaço, o tempo e o poder, que se processam em cima de códigos (que vão desde a linguagem, os hábitos de convívio social, até o sistema criado pela tecnologia que globaliza o mundo). Esses códigos, quando introjetados de fora para dentro, nem sempre são processados pelas pessoas sem traumas. O local é invadido pelo global e as pessoas não conseguem mais encontrar os valores que atribuem significado ao seu mundo, deixando assim de se identificar com ele.

Dessa forma, mesmo que as noções de território vinculadas às vertentes culturalista e jurídico-política sejam mais utilizadas, os processos de desterritorialização estão sempre atrelados, em maior ou menor intensidade, à

dinâmica econômica que dilacera os espaços, subordina os poderes políticos e condiciona a reformulação de muitas estratégias identitárias. Sendo assim, a desterritorialização está associada à exclusão social, uma vez que ela está condicionada à população pobre das cidades, pois é resultado de uma mobilidade compulsória, da falta de opção, de alternativas, em busca da simples sobrevivência cotidiana. Para a população rica, que detém o poder de decisão sobre onde morar e para quem a mobilidade é opcional, o conceito atribuído é o de multiterritorialidade (HAESBAERT, 2003). Nesse sentido, Fernandes (2008) afirma que a relação classe-território é indissociável. Relações e classes sociais produzem diferentes territórios e espaços que as reproduzem em permanente conflitualidade.

Os conflitos e as formas de resistência são consequência dos impactos socioterritoriais causados pela implantação das políticas públicas e privadas que se baseiam em diferentes modelos de desenvolvimento. As disputas territoriais vão desde o pedaço de chão, onde vive o sujeito ou onde está a comunidade, até as formas de organização espacial e territorial dos campos, cidades e florestas que constituem os países (FERNANDES, 2008). Para Loboda (2016), essas disputas ressaltam a apropriação diferenciada dos espaços da cidade por diferentes grupos, dependendo da sua posição social de poder.

Para exemplificar essas diferenças na forma de apropriação dos espaços, Loboda (2016) buscou identificar as práticas socioespaciais cotidianas de moradores que residem nas áreas periféricas das cidades. Esse recorte espacial se faz necessário, uma vez que o conceito de periferia abordado pelo autor difere da estrutura centro-periferia, formato que caracterizou a cidade latino-americana na segunda metade do século XX e que consiste em um centro de comércio e serviços, com bairros de classe média e alta no seu entorno imediato e uma periferia pobre distante dessa área central. O termo periferia, na cidade contemporânea, está atrelado também ao processo recente de segregação voluntária da classe mais abastada, em loteamentos fechados, os quais vendem a ideia de conexão com a natureza, áreas verdes e segurança (LOBODA, 2016).

A partir desse quadro, Loboda (2016) constatou que os moradores que residem nas áreas periféricas da cidade, sobretudo aquelas ocupadas por pessoas com menor poder aquisitivo, mostram uma ideia de isolamento. Eles deixam transparecer que determinadas áreas parecem não fazer parte da cidade, configurando assim uma situação de não pertencimento. Isso evidencia a cidade como

um espaço produzido de forma diferenciada, marcada pela contradição e pelo conflito. Segundo o autor, essa dinâmica produzida socioespacialmente é condicionante da valorização e da especulação da terra, o que resulta no afastamento de parte da população para os locais periféricos, desprovidos de infraestrutura, onde se perde o direito de ter acesso à cidade, aos seus bens e serviços e, sobretudo, aos equipamentos de uso coletivo. Nesses bairros, os espaços públicos são mal distribuídos e os poucos que existem não recebem a atenção devida por parte do Poder Público.

Entretanto, a falta de espaços verdes, parques e áreas de lazer, na prática, pouco afeta os moradores dos bairros mais ricos, pois impera o modelo de construção que os condomínios privados oferecem (em seu interior e de forma exclusiva, piscinas, árvores e áreas de lazer). A lógica de construir condomínios com muros e cercas que se isolam, ao invés de se abrir para a cidade, produz uma malha urbana segmentada, pouco fluida, e que vai aos poucos aniquilando a possibilidade de espaços públicos de qualidade (FERREIRA, 2012). Nesse sentido, é possível afirmar que todo território se define a partir de processos concreto-funcionais, em que prevalecem os processos de dominação, e de processos simbólico-identitários, que são mais evidentes em processos de apropriação. Dentro da lógica capitalista das cidades contemporâneas, os processos de territorialização acabam priorizando as problemáticas concreto-funcionais, ainda que sejam permeadas de valorização simbólica (HAESBAERT, 2009).

Sendo assim, o território é definido, antes de tudo, com referência às relações sociais e ao contexto em que está inserido (HAESBAERT, 2009). Morar na periferia é, na maioria das cidades brasileiras, o destino dos pobres, embora não apenas deles. Porém, são eles que estão condenados a sentir a falta dos serviços sociais, mesmo pagando por eles preços abusivos, como é o caso do transporte. O direito ao entorno está muito longe de ser implementado. A lei é a do processo produtivo e não a do direito à cidade. Paga-se pelo lazer, enquanto se criam espaços privados como os playgrounds e condomínios fechados. A população é inserida na lógica do consumo, na qual quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha, pela água, fica excluído. O resultado disso é um espaço público empobrecido e que também se empobrece material, social, política, cultural e moralmente (SANTOS, 2013).

Nesse sentido, Paoli (2014) afirma que o conceito de habitação não reduz à unidade de moradia em si. Portanto, o projeto e a consolidação das áreas além-moradas deve considerar o desenho urbano e o valor percebido e compreendido como relevante pelos moradores e pela comunidade para qual elas se destinam. O valor percebido pelos moradores é representado por meio das necessidades humanas, na perspectiva da compreensão de como a arquitetura, o desenho urbano e o urbanismo podem responder a essas necessidades, produzindo um ambiente construído com os valores de seus usuários refletidos em seus espaços e estabelecendo, assim, territórios habitacionais plenos. Pessatti (2015) conceitua o território habitacional como o espaço onde se vivenciam desde as situações mais privadas do interior doméstico, até experimentações coletivas, que acontecem no âmbito dos grupos, nas relações de vizinhança, na rua, nas esquinas, nas passagens, nos bares e em todos os espaços que podem tornar-se verdadeiros prolongamentos das casas.

Contudo, para Santos (2013), cada homem vale pelo lugar onde está e seu valor muda em função das diferenças de acessibilidade independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação e ainda o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem, visto que as oportunidades não são as mesmas. Enquanto um lugar vem a ser condição de sua pobreza, um outro lugar poderia facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que lhes faltam. Desta forma, pode-se dizer que o espaço urbano é diferentemente ocupado em função das classes em que se divide a sociedade urbana.

Sendo assim, a periferia é colocada, acima de tudo, em termos de acessibilidade ao direito à cidade e não em termos geométricos. Como algumas áreas não dispõem de certos bens e serviços, somente aqueles que podem se descolar até onde eles estão podem consumi-los, enquanto aqueles cuja mobilidade é limitada ou nula, acabam pagando mais caro pelos mesmos bens e serviços ou, até mesmo, acabam renunciando seu uso. No Brasil, a maioria da população não tem acesso aos bens e serviços essenciais. A combinação entre as forças de mercado e de políticas públicas muitas vezes contribuem para aumentar a pobreza e não para suprimi-la ou atenuá-la. Uma política que visa que as pessoas não sejam discriminadas em função do lugar em que vivem não pode prescindir do componente territorial (SANTOS, 2013).

Entretanto, em um território onde a localização dos serviços essenciais é deixada à mercê da lei do mercado, tudo colabora para que as desigualdades sociais aumentem. Enquanto os bens e serviços públicos são instalados segundo princípios sociais e funcionam independentemente das exigências do lucro, os bens e serviços privados são localizados segundo a lei da oferta e da procura, que regula também os preços a cobrar. Ou seja, se a população é demograficamente rarefeita ou economicamente fraca, esses bens e serviços deixam de ser rentáveis e usualmente deixam de ser instalados. Dessa forma, morar na periferia é estar condenado duas vezes à pobreza. A primeira gerada pelo modelo econômico e a segunda pelo modelo territorial (SANTOS, 2013).

Deixado ao quase exclusivo jogo do mercado, o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e passa a ser um espaço sem cidadãos. É fácil constatar, no Brasil, extensas áreas sem hospitais, postos de saúde, escolas e áreas essenciais à vida social e individual. O direito de morar é confundido com o direito de ser proprietário de uma casa. Esse discurso ideológico, embora apresente boas intenções, afasta uma proposta correta para essa questão. Na cabeça de muitos técnicos, as pessoas têm necessidades diferentes em função da classe social a que pertencem, o que leva o raciocínio economicista a tomar o lugar da cultura. Nesse sentido, a construção de casas para os mais pobres auxilia a viabilizar a cidade corporativa. Assim, a construção de extensas áreas com habitações populares aumenta a superfície da cidade e incentiva a especulação (SANTOS, 2013).

Nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, as graves carências de habitação formal impulsionam diversos processos de urbanização ou reurbanização com aspectos negativos comuns. A produção massificada de solo urbanizável e de habitação rapidamente perde de vista o objetivo original de supressão das carências sociais. Já a produção quantitativa cria dormitórios isolados, sem espaço público, sem equipamentos e com uma urbanidade fraca. Os arquitetos passam a ser coniventes com esse processo, à medida que negligenciam os riscos e impactos dessa produção em solo não infraestruturado e de fraca acessibilidade. Riscos, em geral, bem conhecidos por esses profissionais, mas que parecem ser vistos como um mal necessário (MOURÃO, 2013).

Esses riscos poderiam, entretanto, ser mitigados por outras opções formais e estratégicas no processo de urbanização e de produção de habitação. Riscos cuja magnitude depende de opções de gestão territorial e de formas de produção de

habitação, mas também de opções quanto às formas urbanas adotadas e sua capacidade de contribuir para a coesão social e para a articulação da urbanização formal e informal. O distanciamento técnico que parte dos arquitetos tem para com o urbanismo como disciplina e o fraco reconhecimento social do papel do urbanista dificultam a concretização de estratégias de urbanização exemplares. Ainda, o distanciamento ético quanto aos riscos socioambientais da urbanização do território dissocia o processo de "construir edifícios" do processo de produzir "habitação urbana condigna", reduzindo ao mínimo a efetiva supressão das carências habitacionais das populações (MOURÃO, 2013).

Nesse sentido, destaca-se a ausência de regulação e atuação pública sobre a produção habitacional brasileira e, em consequência disso, a construção para que o setor imobiliário possa agir sem muitas restrições quanto à qualidade arquitetônica e urbanística. A implantação urbana e a qualidade das unidades habitacionais também dependem das leis municipais de uso e ocupação do solo, dos códigos de obras e de alguns parâmetros técnicos mínimos que, no âmbito local, são, em geral, pouco rigorosas em relação aos interesses dos empreendedores imobiliários. Sendo assim, a má qualidade urbanística e arquitetônica não se deve exclusivamente à conduta do setor imobiliário, mas reflete também a negligência dos demais agentes envolvidos, seja na aprovação dos projetos nos órgãos competentes, seja no financiamento para sua produção (FERREIRA, 2012). Por essa razão, o próximo item buscará identificar os principais marcos legais nacionais que apresentaram alguma regulamentação com relação aos parâmetros construtivos exigidos para o projeto e execução dos territórios habitacionais brasileiros, nas suas diferentes modalidades.

2.3.2. Principais marcos da legislação urbanística brasileira

A forma da cidade é constituída pelos três elementos da paisagem urbana e sua formação e transformação é influenciada, na maioria das vezes, por decisões políticas, aplicadas a partir de leis federais e locais sobre o solo urbano. No entanto, a legislação urbanística é uma condensação dinâmica das relações de poder, não podendo ser reconhecida apenas como uma técnica racionalizada. As instituições e os procedimentos presentes nas leis refletem diferentes conceitos de controle, de acordo com o seu momento histórico. Em uma sociedade capitalista, a legislação

urbanística estrutura e garante relações espaciais que são intrinsecamente desiguais, bem como, admite que os limites entre o legal e o ilegal variem no tempo, devido sua construção social. Além disso, a legislação urbanística faz parte de um sistema legal, que pressupõe não apenas a aprovação das leis, mas sim suas formas de aplicação, seu caráter público, independência do judiciário, etc. (FELDMAN, 2001).

No Brasil, a partir de 1937 as cidades modificaram radicalmente suas estruturas urbanas e, por consequência, as áreas habitacionais, principalmente no que se refere ao sistema viário, tendo como base as legislações urbanísticas (LEMES, 1999). O ano de 1937 também é marcado pelo início da regulamentação do parcelamento do solo no Brasil, a partir do Decreto Federal nº 58/1937 (BRASIL, 1937), que dispôs sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamentos em prestação. Além disso, o decreto tornava inalienável, a qualquer custo, as vias de comunicação e os espaços livres constantes no memorial e na planta do loteamento.

Em paralelo à estas mudanças na legislação urbanística, influências do urbanismo americano começaram a surgir no Brasil. A referência norte-americana se impôs, principalmente, na adoção do zoneamento (FELDMAN, 2001). O zoneamento surgiu no Brasil no início do século XX, atrelado aos Códigos de Posturas, com o objetivo de estabelecer limites para instalação de atividades específicas em determinadas regiões da cidade. Entretanto, ele só foi utilizado definitivamente nos planos que surgiram no final da década de 1920 (BORGES, 2007). O zoneamento deste período foi definido como um instrumento que hegemonizava a prática do planejamento, pois dividia um conjunto do território urbanizado em zonas diferenciadas, nas quais eram aplicados parâmetros de uso e ocupação do solo (ROLNIK, 2000). A partir dos anos de 1940 o zoneamento passa a abranger o conjunto da cidade e consolida-se como o principal instrumento de planejamento do país (FELDMAN, 2001).

Na maioria das cidades brasileiras o zoneamento funcional se mantém até hoje, dividindo o território em zonas nas quais se aplicam diferentes parâmetros urbanísticos (BORGES, 2007). Entretanto, esse modelo de zoneamento, que se baseia em uma cidade ideal, é impensável para os países periféricos. Em primeiro lugar, pela adoção de padrões urbanísticos de difícil compreensão e alta complexidade, que fazem com que os planos produzidos façam parte de uma visão tecnocrática na legislação urbanística. E segundo, pelo fato de tratar a cidade como um objeto técnico, estabelecendo padrões satisfatórios de funcionamento, ignorando

os conflitos e as desigualdades que resultam das condições de renda e sua influência sobre os mercados imobiliários (ROLNIK, 2000).

Na década de 1950, o crescimento das áreas de expansão via loteamentos se intensificou. Neste momento, o Brasil passou a ser um país majoritariamente urbano, processo esse que ultrapassava as capitais do país e avançada para as principais cidades do interior. Surge então a demanda, por partes dos governos municipais, de se criar uma lei federal sobre loteamentos. Entretanto, a discussão que caracterizou a década de 1950 foi que a competência em legislar sobre o tema deveria se manter em nível municipal (LEONELLI, 2010). No ano de 1964, com a deflagração do Golpe Militar, o planejamento urbano enfrentou graves problemas devido à centralização do poder, que fez com que os técnicos fossem mantidos distantes e não participassem das decisões dos órgãos executores nem dos órgãos que elaboravam as políticas públicas (BORGES, 2007).

Nesse contexto, em 1964 o governo federal instituiu a Lei nº 4.380 (BRASIL, 1964), que intervinha no setor habitacional por intermédio do BNH (Banco Nacional da Habitação), do SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo) e através das Caixas Econômicas Federais, IPASE (Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado), das Caixas Militares, dos órgãos federais de desenvolvimento regional e das sociedades de economia mista. Em 1966, o SERFHAU é regulamentado e se torna o responsável por elaborar e coordenar a política nacional no campo do planejamento local, além de prestar assessoria técnica ao BNH. Segundo Feldman (2010), o SERFHAU passa a ser o responsável também pela gestão do FIPLAN (Fundo de Financiamento de Planos de Desenvolvimento Local Integrado), que viria a ser o primeiro fundo de financiamento de planos diretores criado na esfera federal. Contudo, segundo o autor, três anos depois de ser regulamentado, o SERFHAU perde sua função e em 1974 ele é destituído e o FIPLAN extinto. A partir de então O BNH passa a comandar a política de planejamento e desenvolvimento urbano no país.

Os onze anos de existência do SERFHAU constituem um momento particular no processo de institucionalização do urbanismo e do planejamento urbano no Brasil, que se inicia na década de 1930 e se completa nos anos de 1970. Neste ciclo fica evidente a concepção de que o planejamento é uma função do governo, como uma técnica de administração, desvinculada da política e do cotidiano da administração (FELDMAN, 2010). Além disso, os planos urbanísticos impostos nas

décadas de 1960 e 1970, elaborados muitas vezes exclusivamente pela esfera governamental, foram concebidos a partir de um modelo de cidade perfeito e sem contradições (FERRARI JUNIOR, 2004). Entretanto, uma das principais questões a ser apontada sobre esse período é justamente o limite que chegou as contradições entre as cidades. Por um lado, cidades cada vez mais extensas e com territórios de precariedade cada vez maiores e, por outro, a crescente complexidade dos parâmetros urbanísticos que se propõe incidir sobre elas (ROLNIK, 2000).

Nesse contexto, em 1979 foi aprovada a Lei Federal nº 6.766 (BRASIL, 1979), que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, ainda vigente. A partir de sua aprovação, os Estados e municípios poderiam estabelecer normas complementares, para adequação da lei às características regionais e locais (LEONELLI, 2010). De acordo com o texto original dessa lei, somente seria admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas ou áreas de expansão urbana, definidas por lei municipal. Com relação aos requisitos urbanísticos mínimos, a Lei nº 6.766 de 1979 estabelecia que os loteamentos deveriam conter, pelo menos, áreas destinadas ao sistema de circulação, à implantação de equipamentos urbanos e comunitários e aos espaços livres de uso público. Estas áreas deveriam ser dimensionadas de acordo com a densidade de ocupação prevista para a gleba. Além disso, os lotes deveriam ter área mínima de 125 m² e frente mínima de 5 metros, salvo quando loteamento se destinasse a urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social. Outros parâmetros como a previsão de faixas *non aedificandi* de 15 metros ao longo dos cursos d'água e a articulação das vias existentes com as projetadas também foram previstos. No entanto, a aplicação desses parâmetros dependia, acima de tudo, da aprovação e fiscalização dos novos loteamentos nas instâncias municipais, fato que em muitas cidades brasileiras não acontecia.

Com relação às áreas de uso público, além da Lei 6.766 de 1979 estabelecer sua destinação, ela também definia seu tamanho, não podendo ser inferior à 35% da gleba. Essas áreas deveriam estar descritas no projeto de loteamento, elaborado a partir de uma série de diretrizes de uso e ocupação do solo, do traçado dos lotes, do sistema viário, bem como, dos espaços livres e das áreas reservadas para equipamentos urbanos e comunitários, definidas previamente pela Prefeitura Municipal. Contudo, os municípios que não dispusessem de uma equipe técnica para avaliar o projeto de cada loteamento, ou de interesse para realizar tal

ação, acabaram deixando a cargo do loteador a definição do traçado viário e a localização dessas áreas públicas. Cabe ressaltar que no ano de 1964 foi aprovada a Lei Federal no 4.591 (BRASIL, 1964), ainda vigente, que dispõe sobre a propriedade condominial. Entretanto, no texto original, essa propriedade não era considerada como uma forma de parcelamento do solo, mesmo que se tratasse de um conjunto de edificações.

Nesse contexto, as leis federais elaboradas até os anos de 1970 estiveram pautadas em parâmetros urbanísticos que tinham como objetivo guiar a orientação do ambiente construído, deixando de lado o enfrentamento das questões sociais e os conflitos existentes nas cidades (FERRARI JUNIOR, 2004). Esse modelo tradicional de planejamento, baseado em lotes mínimos, coeficientes, recuos, taxas e índices, produziu uma cidade com imensos territórios de ilegalidade, nos quais não valem quaisquer dessas regras, gerando efeitos contrários ao preconizado nas legislações urbanísticas. Entretanto, nos anos de 1970, esses parâmetros tradicionais começaram a ser mais questionados, devido à emergência dos movimentos sociais urbanos que, por sua vez, impulsionaram o tema da reforma urbana, ideia que resulta na proposta de reformulação da Emenda Popular de Reforma Urbana, encaminhada ao Congresso Constituinte em 1988 (ROLNIK, 2000). A partir disso, em 1988 foi instituída uma nova Constituição Federal que, pela primeira vez, trouxe um capítulo sobre a Política Urbana. A propriedade passou a ter que cumprir sua função social, a partir do atendimento às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

Assim, os anos 1980 se encerram em um cenário contraditório do ponto de vista da formulação de políticas públicas. Por um lado, a manutenção do modelo tecnocrático de regulação e ocupação do solo, que prevalecia na maioria dos municípios, mantendo vigentes seus planos diretores e zoneamentos e, por outro, o movimento da Reforma Urbana lutando para inserir novas concepções baseadas na função social da cidade e da propriedade, em um modelo de política urbana para o país. Nesse contexto, são reconhecidas legalmente as deficiências do zoneamento e são propostas soluções parciais e estrategicamente localizadas, como por exemplo, a implantação das ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), com o objetivo de reconhecer a vasta produção de moradias autoconstruídas. Os resultados dessas inovações foram incorporados na aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001 (REIS, 2014).

Segundo Rodrigues (2016), a Lei nº 10.257 de 2001 veio como uma resposta às distorções do Brasil Urbano, fruto de uma lógica excludente, que se materializou nas cidades brasileiras no fim do século XX. Ela regulamentou os artigos do capítulo da Política Urbana da Constituição Federal (BRASIL, 1988), com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade. O Estatuto da Cidade estabeleceu uma série de instrumentos, que possibilitou aos municípios exercer uma maior efetividade no controle de uso e ocupação do solo urbano, inclusive combatendo a retenção a especulação imobiliária em terras vazias (FERREIRA, 2012). Contudo, a implantação destes instrumentos depende, ainda hoje, de legislação própria, ou seja, da sua previsão no plano diretor municipal, que por sua vez, é definido como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

Contudo, após quinze anos da aprovação do Estatuto da Cidade, Rodrigues (2016) afirma que se pode perceber sua subutilização e o acirramento das desigualdades no espaço urbano brasileiro. Para o autor, dentre os fatores que levaram a esta realidade, estão aqueles relacionados às falhas da política urbana implementada nos municípios. Dentre estas falhas, o autor cita a operacionalização do plano diretor no que diz respeito à adoção de parâmetros elitistas de parcelamento, uso e ocupação do solo. Isso porque estes parâmetros, em sua maioria, não consideram a realidade local, mas sim, uma cidade legal e ideal. Para Reis (2014), a maioria das leis de uso e ocupação do solo são aplicadas pelas administrações municipais, regulando quase exclusivamente a atuação do setor privado de construção de média e alta renda. Ainda assim, sem resultar em uma boa qualidade urbanística, como é possível de ver na maioria das cidades brasileiras.

Com relação às leis de parcelamento do solo para fins urbanos, é importante destacar que as modificações sofridas pela Lei Federal nº 6.766 de 1979 nas últimas décadas, também contribuíram para o acirramento das desigualdades no espaço urbano brasileiro. Dentre essas modificações, pode-se citar a supressão do texto que previa a obrigatoriedade de reservar no mínimo 35% da gleba para áreas públicas. A lei passa, portanto, a prever apenas a reserva, por parte do Poder Público, de faixa *non aedificandi* destinada à implantação de equipamentos urbanos e de espaços livres de uso público, com dimensões proporcionais à densidade de ocupação, porém, não estabelece quais os índices aceitáveis para este cálculo. Outra modificação importante e de grande impacto na Lei nº 6.766 de 1979, foi a admissão

dos condomínios fechados, que já vinha sendo uma prática em muitas cidades brasileiras nas últimas décadas. Contudo, sua inclusão na lei acaba por reforçar também os impactos negativos gerados por essa modalidade, com consequências sem precedentes para a urbanidade.

Por fim, as principais Leis Federais brasileiras que dispõem de alguma forma sobre os parâmetros urbanísticos, acabam reforçando a divisão da cidade em zonas funcionais, que primeiramente definem os usos predominantes para, posteriormente, determinar os demais parâmetros empregados. Soma-se a isso a falta da definição de parâmetros mínimos nas legislações federais (como é o caso da determinação de uma porcentagem da área a ser loteada para implantação de equipamentos públicos e comunitários ou para garantia dos bosques naturais), bem como, a falta de conhecimento dos aspectos culturais locais e as formas de morar das diferentes populações que habitam os territórios. O resultado disso é a produção de diferentes modalidades de territórios habitacionais, separados não pelo uso, mas sim pelos padrões da forma urbana, que são automaticamente influenciados pela segregação social.

2.3.3. As vilas operárias no contexto da produção habitacional brasileira

Esta seção pretende mostrar que, embora as legislações urbanísticas brasileiras tenham apontado alguns parâmetros mínimos para a construção de novos loteamentos, as áreas habitacionais são historicamente produzidas por diferentes agentes que imprimem na forma urbana determinadas características morfológicas que, por sua vez, apresentam impacto direto na formação dos seus espaços públicos e coletivos e na oferta de equipamentos e serviços para a população. Segundo Macedo (2012), os elementos que constituem a paisagem urbana são tratados de formas diferentes pela sociedade, nas suas formas de construção do urbano, nos diversos modos de desenho da sua morfologia, nas suas formas de produção, apropriação e consumo do solo urbano, geradas sempre por processos sociais que visam obter maior aproveitamento possível em termos de renda da terra.

No Brasil, a propriedade da terra define e condiciona a existência de diferentes paisagens e de diferentes modos de morar (MACEDO, 2012) e, por isso, ela é uma questão central na discussão sobre a produção dos territórios habitacionais. A supervalorização da propriedade levou a produção habitacional brasileira a valorizar

a unidade habitacional em si, em detrimento da qualidade do espaço urbano em que ela está inserida. A perspectiva da casa própria alimenta o sonho da classe média, enquanto os apartamentos e casas de alto padrão em luxuosos condomínios são os modelos habitacionais para as classes mais ricas (FERREIRA, 2012). Enquanto isso, os territórios autoconstruídos em áreas ocupadas e as habitações de interesse social, na sua maioria segregadas da malha urbana e com baixa qualidade arquitetônica e urbanística, são o destino das populações que não tem acesso à terra urbanizada e à propriedade privada.

Nesse sentido, a paisagem urbana brasileira, principalmente das cidades de médio e grande porte, está em constante processo de mutação. Novas formas urbanas se sobrepõem ao tecido urbano tradicional dos territórios habitacionais, expressos pelos condomínios fechados destinados às elites, pelo aumento da verticalização, pelas favelas inseridas em meio à malha urbana e por novos bairros que se estruturam ao longo de eixos viários e estradas (MACEDO, 2012). Soma-se a estas novas formas os grandes loteamentos e conjuntos habitacionais destinados para população de baixa renda, que apresentaram um aumento significativo nas duas últimas décadas. Além disso, durante muitas décadas diversas cidades brasileiras tiveram seus territórios habitacionais formados e transformados a partir da construção de grandes vilas operárias urbanas ou núcleos residenciais rurais, que refletem, ainda hoje, os modos de morar de uma parcela significativa da população. Nesse sentido, de maneira geral, os territórios habitacionais das cidades brasileiras contemporâneas dividem-se em cinco modalidades, classificadas de acordo com o responsável por sua produção e com suas principais características morfológicas. São elas: os loteamentos de mercado, os condomínios fechados, as habitações de interesse social, as áreas irregulares e as vilas operárias ou núcleos residenciais.

Os loteamentos de mercado constituem uma modalidade, também definida por Shimbo (2010), como "mercado formal privado de habitação". Nessa forma de produção habitacional podem estar presentes tanto os incentivos do Estado, através de recursos públicos, mesmo que a apropriação do lucro seja privada, quanto os recursos privados, mantidos pelos agentes da produção formal da habitação que participam tanto do setor imobiliário como do setor produtivo, ligados à cadeia da construção civil. Nesse sentido, segundo o autor, o Estado pode cumprir o papel de regulador do financiamento habitacional, por meio do controle dos fundos públicos e semipúblicos e da criação de mecanismos regulatórios, dentro de uma política de

crédito habitacional, bem como pode definir os parâmetros das legislações urbanísticas e edilícias (SHIMBO, 2010).

Diferente das demais modalidades, que são destinadas principalmente para uma classe social específica, este tipo de produção habitacional destina-se à diferentes perfis econômicos e sociais. Entretanto, apesar de apresentar algumas características morfológicas semelhantes, ainda é possível distinguir os loteamentos que são destinados para a classe alta daqueles produzidos para as classes média e baixa. De modo geral, apesar dos loteamentos de mercado representarem a maioria das áreas habitacionais nas cidades brasileiras, sua implantação segue as normatizações urbanísticas de modo bastante simplificado e eles acabam sendo implantados com malhas viárias mal conectadas e dimensionadas e com espaços públicos de pequeno porte e mal equipados, dispostos de modo disperso e fragmentado. Soma-se a isso o descaso do Poder Público Municipal com relação ao estoque de áreas públicas para implantação de áreas de lazer que, em geral, sempre estiveram muito aquém da real demanda da população, principalmente dos mais pobres. Os parques são poucos e as praças, apesar de serem em maior número são, em geral, mal cuidadas ou possuem programas de uso incompatíveis com a sua época (MACEDO, 2012).

Os condomínios fechados, por sua vez, também chamados de loteamentos fechados, fazem referência aos empreendimentos produzidos por terrenos individualizados destinados às edificações, dispostos em perímetro fechado, cercado por muros ou cercas e com controle de acesso. Por eles não serem reconhecidos pela lei urbanística até o ano de 2017 como uma modalidade de parcelamento do solo, o condomínio fechado tem sido usado como uma fórmula de escape às exigências urbanísticas e ambientais. Não é raro encontrar este tipo de empreendimento também em áreas rurais (ARAÚJO, 2004).

Embora os condomínios fechados também façam parte da produção habitacional privada, eles distinguem-se dos loteamentos de mercado, sobretudo, pelas suas características morfológicas que seguem um padrão de construção destinado prioritariamente às elites, embora nos últimos anos este modelo de loteamento esteja sendo produzido também para as demais classes sociais. Segundo Freitas (2008), os condomínios fechados têm se popularizado em diversas partes do mundo e sua principal referência vem dos subúrbios americanos, que antes dos anos de 1980 já garantiam a privatização dos espaços públicos e a desconexão entre o

subúrbio e a cidade, a partir de um traçado próprio, com ruas sem saída e uma malha urbana alternada com relação às ruas tradicionais da cidade. O autor relata que, a partir dos anos de 1980, tanto no Brasil, quanto nos Estados Unidos, começaram a surgir também os bairros fechados, a partir da instalação de muros, cercas e guaritas nas ruas existentes, principalmente nos subúrbios. Esses bairros realizavam o fechamento das áreas públicas, impedindo o acesso aos parques, praças e também ruas internas. Nas últimas décadas, é possível encontrar bairros fechados em diversos países do mundo, nas mais diversas camadas sociais e de renda.

Um dos maiores problemas provocados por este tipo de produção habitacional é seu impacto no tecido urbano existente. Isso porque, embora a legislação urbanística federal defina que as ruas dos loteamentos devam se articular com as demais vias adjacentes da cidade e que devam considerar o traçado básico do sistema viário principal, as ruas dos condomínios fechados são espaços restritos e, apesar de fazer parte das cidades, não são de usufruto físico, visual e de passagem por toda população. Apesar disso, os "condomínios fechados" são abastecidos por serviços públicos de coleta de lixo, asfaltamento, sinalização de ruas e iluminação pública. Essa situação deixa claro que eles são verdadeiros bairros públicos, que usufruem dos serviços oferecidos pelo Estado e são pagos por toda comunidade, mas que segregam os equipamentos públicos e as áreas verdes para o desfrute exclusivo dos moradores. Além disso, o fechamento de ruas públicas constitui em um desrespeito ao espaço público, além de gerar problemas sociais e urbanísticos, como a quebra do desenho urbano da cidade e a formação de ilhas que cerceiam a mobilidade do município (MACEDO, 2012; ROSA, 2016). Assim, a forma urbana dos condomínios fechados, independente do seu porte ou classe social para qual ele se destina, segue alguns padrões que interferem de maneira substancial no restante da cidade, seja nas questões espaciais, jurídicas ou sociais.

Com relação à modalidade habitacional dos loteamentos destinados às HIS (Habitações de Interesse Social), sejam eles abertos ou fechados, existe uma divisão, tanto conceitual, quanto operacional, vinculada às suas formas de produção pública e privada. Neste caso, o Estado assume diferentes papéis, que, muitas vezes, podem realçar a lógica da política habitacional e seu caráter essencialmente público, que tem como premissa a habitação como um direito, ou fomentar a lógica privada da produção de mercado. Ou seja, ao ser o principal agente de produção da habitação de interesse social, o Estado cumpre o papel de incorporador, pois ele passa a ser o responsável

pelo agenciamento de terras, em geral públicas, por levantar e organizar a demanda populacional, por originar os recursos e por construir as unidades habitacionais, por meio da contratação de empresas construtoras. Sendo assim, no Brasil, a HIS está imbricada numa dinâmica privada que torna difícil a distinção entre o que seria essencialmente uma produção pública ou uma produção de mercado (SHIMBO, 2010).

Para a HIS, o valor da terra passa a ser ainda mais determinante que para as outras modalidades, por depender de investimentos públicos limitados. O lote urbano e seu tempo de deslocamento com relação aos serviços da cidade, dos empregos e da infraestrutura urbana, agregam valor ao preço da terra. Por estar ligada à terra, a habitação esbarra na questão da propriedade privada e, por isso, seu preço final dificulta a aquisição de moradias pela população de baixa renda. A reversão dessa situação exige uma atuação do Estado. Nesse sentido, o Estatuto da Cidade, no ano de 2001 (BRASIL, 2001), inseriu o instrumento de zoneamento denominado ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), que destina parcelas do solo para HIS. As áreas destinadas às ZEIS devem estar localizadas em áreas onde a infraestrutura urbana é privilegiada (NETO e VILAC, 2013). Contudo, isso nem sempre acontece e as HIS acabam também sendo implantadas em áreas sem a infraestrutura e os serviços básicos necessários e, além disso, longe das áreas com maior concentração de empregos do município, prejudicando de forma substancial a geração de renda da população e provocando grandes deslocamentos intraurbanos, nem sempre possíveis de se fazer.

Nesse contexto, desde os anos de 1930 os conjuntos habitacionais destinados para as camadas mais populares se tornaram figuras tradicionais dos subúrbios das grandes e médias cidades brasileiras. Gerados inicialmente dentro dos princípios modernistas, eles foram projetados a partir de modelos pós-guerra Europeus, ignorando os desejos e demandas da população. Posteriormente, entre os anos de 1960 e 1990, foram edificadas milhares de habitações populares, tanto na forma de blocos de apartamentos, como de casas isoladas, construídas em longínquas áreas suburbanas, onde o preço da terra era mais baixo. Os espaços livres eram tratados a partir da perspectiva econômica, ou seja, eram construídos apenas pequenos estacionamentos, enquanto as demais áreas permaneciam vazias e sem nenhum tratamento durante muito tempo. Na maioria dos casos, os espaços de lazer e recreação não eram nem ao menos projetados (MACEDO, 2012).

Conceber e tratar os espaços livres não interessa para quem produz a maioria dos empreendimentos de HIS no Brasil. Para o autor, após mais de cinquenta anos das primeiras experiências, a população continua praticamente como a única responsável pela sua qualificação e hierarquização e com os ônus de todo este processo (MACEDO, 2012). Além disso, apesar de toda base legal para fazer as mudanças necessárias, a geração e a captação de renda fundiária e imobiliária continua orientando o crescimento urbano e a falta de controle sobre o uso e ocupação do solo no Brasil. O aumento dos investimentos em habitação sem a necessária mudança na base fundiária acarretou o aumento do preço da terra e dos imóveis, sobretudo após o lançamento do PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida), no ano de 2009. Com isso, a maior parte das localizações das novas moradias continua, ainda hoje, sendo definida pelos agentes do mercado imobiliário. Ou seja, apesar dos grandes avanços conceituais sobre o tema da habitação social, tanto no que se refere à legislação urbanística, quanto no que se refere aos projetos arquitetônicos, as cidades brasileiras continuam piorando (ROLNIK, 2011).

Além dos loteamentos abertos e condomínios fechados de mercado e dos loteamentos e conjuntos de HIS, as áreas de interesse social também se caracterizam como uma modalidade habitacional, entretanto, sua produção está atrelada à autoconstrução. Apesar deste ser um tema complexo, que merece um aprofundamento adequado, é importante mencionar, mesmo que superficialmente, que a desigualdade e as precárias condições de vida dos mais pobres nas cidades brasileiras reflete os mecanismos formais de acesso à terra e à moradia, seja pela via do mercado, que normalmente oferece soluções habitacionais de baixa qualidade e com baixo acesso à infraestrutura e aos equipamentos urbanos e comunitários, seja por meio de políticas públicas, que sempre se mostraram insuficientes, atendendo apenas parte das necessidades reais da população.

Com isso, o acesso à habitação, pelos mais pobres, se viabilizou por meio de processos de ocupação de terras ociosas e da autoconstrução de moradias, gerando assentamentos insalubres, frequentemente em áreas periféricas, de risco ou de preservação permanente e com ausência de técnicas e materiais construtivos adequados (CARDOSO, 2016). Assim, progressivamente a cidade foi sendo separada em partes de acordo com a classe social da população. A incapacidade de realizar o pagamento da terra urbanizada, faz com que a população de baixa renda só tenha a

possibilidade de ocupar as áreas que se tornam muito mais baratas porque, em geral, não tem infraestrutura e nem o direito à propriedade (ROLNIK, 2000).

O planejamento urbano, principalmente através de seus planos diretores e leis de zoneamento, estabelece uma cidade virtual que não se relaciona com as condições reais de produção da cidade pelo mercado, ignorando que a maior parte das populações urbanas tem baixíssima renda e nula capacidade de investimento em moradia. Dessa forma, os zoneamentos acabam por oferecer, para setores de classe média e alta, espaços construídos muito superiores à sua dimensão, enquanto geram enorme escassez de localização para mercados de baixa renda. Perpetua-se, assim, uma dinâmica altamente perversa sob o ponto de vista urbanístico que tem, por um lado, as áreas reguladas subutilizadas e cheias de vazios urbanos e, por outro, as áreas precárias dos assentamentos populares (INSTITUTO PÓLIS, 2001).

As áreas de ocupação irregular estão presentes na maioria dos municípios brasileiros. Porém, o problema não é apenas a falta de imóveis adequados para morar, mas também, a ausência da segurança da posse. De acordo com a legislação brasileira, o registro do imóvel é constituído de propriedade, ou seja, quem não registra não é "dono". As ocupações irregulares são chamadas assim devido à sua condição de ilegalidade, pois os moradores não têm o título de propriedade ou de posse do imóvel. Elas são consideradas ilegais porque violam a lei, visto que, a princípio, não é permitido ocupar um lugar que não lhe pertence, onde não haja um vínculo jurídico para que essa situação possa ser regularizada. Ou seja, uma das maiores implicações dessa situação refere-se à insegurança jurídica, que deixa a população residente das áreas irregulares ainda mais em situação de vulnerabilidade (HOLZ e MONTEIRO, 2008).

Por fim, outra modalidade que marcou a construção das cidades brasileiras foram os loteamentos habitacionais produzidos, a princípio, pelas indústrias e hidrelétricas que se instalaram no país a partir do século XIX. Correia (2010), divide esses assentamentos em dois tipos, as vilas operárias e os núcleos residenciais, classificados de acordo com sua localização dentro do território municipal. Ou seja, as vilas operárias foram implantadas próximas da malha urbana existente, enquanto os núcleos residenciais foram construídos em áreas originalmente rurais, no entorno dos terrenos industriais. Segundo a autora, a construção desses territórios habitacionais faz parte dos impactos que a atividade industrial gerou no cenário urbano brasileiro, promovendo alterações importantes nas paisagens rural e urbana e na forma de

habitar de milhares de pessoas. O principal objetivo desses assentamentos era abrigar as famílias dos operários e, em alguns casos, os dirigentes das empresas.

As vilas operárias e os núcleos residenciais tiveram sua origem na Europa, durante a Revolução Industrial, sobretudo nos séculos XVII e XVIII. O modelo da cidade industrial gerou um grande déficit habitacional, resultado da migração da população rural para a cidade em busca de emprego. Com o intuito de minimizar este déficit, as vilas operárias e os núcleos residenciais foram criados pelas fábricas para abrigar seus funcionários e, além disso, garantir o desempenho das novas funções urbanas. Esses novos tipos de assentamentos habitacionais alteraram o quadro citadino anterior e trouxeram um novo ritmo para as cidades, fundamentado no novo modelo de produção, que modificou as relações de vida, de convivência e de trabalho ao longo de todo século XIX e princípios do século XX (VALDERRAMA e OLIVEIRA, 2008).

No Brasil, as vilas operárias e os núcleos residenciais foram criados a partir da implantação das estradas de ferro e da instalação das primeiras indústrias, no início do século XIX (SILVA, 2008). Entretanto, a construção de moradias por patrões para seus empregados não foi um fenômeno específico do início da industrialização, pois ela também remete ao período da colonização portuguesa. Porém, com a emergência e difusão da indústria moderna no Brasil, essa prática ganha novos contornos. A partir do final do século XIX os conjuntos de moradias para funcionários das indústrias difundiram-se em larga escala, em diferentes regiões. Somente a partir dos anos de 1960 que a construção desses empreendimentos iniciou seu declínio, sendo que o maior momento de inflexão é datado logo após os anos de 1985, quando a história desses lugares reside nas diferentes trajetórias de desmonte (CORREIA, GHOUBAR e MAUTNER, 2006; CORREIA 2010). Embora após essa data ainda seja possível encontrar novas vilas operárias e núcleos residenciais sendo construídos nos mesmos moldes que os anteriores, em diferentes partes do território nacional.

No início dos anos de 1900 a construção de moradias destinadas aos operários já se configurava um negócio lucrativo. As habitações das vilas operárias e dos núcleos residenciais foram sendo construídas em série, em pequenas dimensões, com tetos baixos e, muitas vezes, afastados da vida das ruas. A construção desses assentamentos ficava a cargo dos especuladores, das companhias construtoras, das imobiliárias e dos próprios empresários donos das indústrias (SILVA, 2008). A partir de 1914, a crise econômica ocasionada pela Primeira Guerra Mundial fez com que

diminuísse o ritmo das construções em geral. Com isso, destacou-se a lei da oferta e da procura, fazendo com que a falta de moradias elevasse os preços locativos e levasse a um aumento na produção de novas unidades. Por exemplo, em São Paulo, diversas leis serviram de incentivo para estimular a construção de novas unidades habitacionais pelas indústrias e permitir cobrar o aluguel mais baixo que o de mercado de seus funcionários. Entretanto, apenas uma parcela dos operários teve acesso a essas novas moradias, em geral, aqueles com alguma qualificação. A partir deste contexto, surgiram duas modalidades de vilas operárias: aquelas produzidas pelas próprias empresas e destinada a seus funcionários e aquelas produzida por investidores privados e destinada ao mercado de locação (BONDUKI, 1994a).

A construção das vilas operárias e dos núcleos residenciais pelas empresas tinha como objetivo atrair os operários para o mercado de trabalho, assim como, influenciar diretamente no seu cotidiano, inclusive em seu tempo livre (BONDUKI, 1994a; CORREIA, 2010). Desta forma, os assentamentos habitacionais foram construídos no entorno das fábricas, garantindo que a força de trabalho estivesse próxima das indústrias e permitindo uma maior capacidade de controle dos trabalhadores. Além disso, esse tipo de implantação estabeleceu uma nova dinâmica urbana pautada na segregação social e espacial (VALDERRAMA e OLIVEIRA, 2008). Ou seja, muitas empresas criaram verdadeiras cidades em locais isolados, onde não existia mercado de trabalho, ou então, nas periferias das cidades capazes de concentrar trabalhadores e oferecer o mínimo de equipamentos e serviços coletivos. Sendo assim, os equipamentos coletivos das vilas operárias e dos núcleos residenciais eram administrados e financiados pela própria indústria, obtendo, com isso, o controle sobre seus funcionários durante toda jornada de trabalho e também nas suas horas livres (BONDUKI, 1994a).

Nesse sentido, as empresas passaram a incorporar aos seus territórios habitacionais equipamentos coletivos como igrejas, escolas, clubes, armazéns de consumo, cinemas, etc. (CORREIA, GHOUBAR e MAUTNER, 2006; CORREIA 2010). A partir da perspectiva da história do urbanismo, as vilas operárias e os núcleos residenciais marcaram um momento importante na construção de um "habitat proletário moderno", devido ao fato da moradia surgir juntamente com o equipamento coletivo e com as redes de infraestrutura (CORREIA, 2010). Ou seja, a vida cotidiana acabava seguindo o ritmo imposto pela fábrica (BONDUKI, 1994a).

Entretanto, boa parte das empresas construíram suas vilas operárias ou seus núcleos residenciais com um número de habitações muito abaixo do número de empregados. Por este motivo, as vilas operárias produzidas por investidores privados se tornaram a maioria das habitações do período, que variavam de pequenos conjuntos habitacionais até grandes núcleos que ocupavam várias quadras. Os modelos dessas vilas do início do século XX atendiam o ideal dos higienistas, pois as habitações eram salubres, mas ao mesmo tempo, a utilização do aproveitamento máximo dos terrenos e a racionalização dos projetos, como o uso de paredes comuns, áreas livres mínimas e ausência de recuos, fazia com que estes projetos fossem extremamente rentáveis para seus investidores (BONDUKI, 1994a). As vilas operárias também eram bem vistas porque representavam um tipo de moradia unifamiliar, em contraposição aos cortiços da época, além de serem econômicas e contribuírem para o barateamento da força de trabalho (VALDERRAMA e OLIVEIRA, 2008).

O papel do Estado foi relevante em todo processo de construção das vilas operárias e núcleos residenciais, pois ele contribuiu para viabilizar os projetos das empresas e permitiu que a indústria tivesse autonomia na gestão desses territórios. No caso das primeiras vilas operárias e núcleos residenciais, construídos juntamente com a implantação da indústria no Brasil, as empresas costumavam assumir toadas as obras necessárias para seu funcionamento, incluindo a construção dos equipamentos de uso coletivos. Nesses casos a ação do Estado era praticamente nula ou restringia-se a oferecer incentivos fiscais e concessões para implantação de novas indústrias e construção das habitações dos operários. Com o passar do tempo, o Estado começou a cooperar com as indústrias e passou a gerir os serviços e equipamentos repassados pela empresa ou implantados pelo poder público, bem como, começaram a surgir parcerias público-privado para construção de moradias e gestão dos equipamentos coletivos. Neste momento, também se ampliaram as ações das empresas estatais na construção de vilas operárias e núcleos residenciais. Estas parcerias viveram seu ápice no período de atuação do BNH (CORREIA, 2010).

Telma Barros Correia desenvolveu uma pesquisa sobre os estabelecimentos industriais do Brasil e suas vilas operárias. Ela investigou a forma (em termos de arquitetura e desenho urbano) e o significado (em termos de organização do território e da moradia), de vilas operárias e núcleos residenciais implantadas no Brasil no período entre a emergência da indústria moderna e o início do século XXI. A partir desta pesquisa, a autora relata que esses tipos de

assentamentos provocaram profundas mudanças nas relações de produção, organização do território e padrão de urbanização existente. A principal mudança, conforme mencionado acima, está relacionada com a necessidade de estender as redes de infraestrutura e deslocar grandes contingentes populacionais para outras localidades. Além disso, surgiram novos modelos de habitação e novas formas arquitetônicas urbanas foram introduzidas (CORREIA, 2010).

Entre os anos de 1811 e 1880, todos os assentamentos para operários foram construídos em áreas rurais, nos chamados núcleos residenciais, devido à proximidade das indústrias com as fontes de energia e de matéria prima. Com relação aos modelos de habitação, em quase todos os casos pesquisados constatou-se a presença de casas unifamiliares e alojamentos coletivos. Já em termos de programa, muitos cenários se aproximavam dos engenhos e fazendas do período colonial, embora em muitos casos os núcleos residenciais apresentassem igrejas, habitações unifamiliares, escolas, armazéns e enfermarias (CORREIA, 2010).

Entre os anos de 1880 e 1950, as construções foram influenciadas por modelos europeus e americanos e profundas modificações ocorreram nos seus programas. Uma delas diz respeito à localização das moradias, que passaram a se localizar nas áreas periféricas das cidades, junto às fábricas, surgindo assim, as chamadas vilas operárias. Neste momento os assentamentos passaram a assumir novas formas e três tipos de traçados foram identificados: o traçado linear, o ortogonal e outro menos recorrente, com desenho de viés cidade-jardim. Com relação ao traçado ortogonal, duas tramas básicas foram identificadas: a primeira refere-se à disposição de quarteirões semelhantes paralelos e a segunda refere-se à criação de uma trama de quarteirões retangulares delimitados por ruas paralelas e perpendiculares. Nessa segunda condição, soma-se a criação de um espaço expressivo que articula em torno da praça um conjunto de prédios significativos pelo uso e arquitetura. Nesses casos, a vila é composta por duas retas e atende à requisitos de economia, enquanto a praça central é norteadada pela busca de um espaço representativo, cuja ênfase deriva de uma articulação entre arquitetura e paisagismo. Com relação às vilas que seguiram os paradigmas urbanísticos da cidade-jardim, seus projetos contaram com a implantação de casas em ruas sinuosas e amplamente arborizadas que, em geral, convergem para uma praça central em formato circular. Além disso, essas vilas contavam com equipamentos de uso coletivos, como escolas, creches, cinemas, igrejas, etc. (CORREIA, 2010).

No Brasil, as vilas atingem o auge entre as décadas de 1940 e 1950, devido ao expansionismo econômico brasileiro e a consolidação da indústria nacional (VALDERRAMA e OLIVEIRA, 2008). Entretanto, "a partir dos anos de 1960, verifica-se um claro declínio na prática da construção de moradias por empresas no Brasil, que, entretanto, não é interrompida" (CORREIA, GHOUBAR e MAUTNER, 2006, p. 27). A partir da década de 1980 inicia-se um processo de desmonte, compreendido como o fim do sistema de provisão de moradias, de serviços e de equipamentos coletivos por parte das empresas. O processo de desmonte está relacionado com o encerramento das atividades da empresa, ou parte delas. Esse processo assume diversas formas: pode ser parcial ou total, progressivo ou rápido e pode implicar ou não na destruição física ou descaracterização das construções. Com relação aos equipamentos coletivos, eles podem tanto ser passados para o Estado, como fechados, vendidos ou demolidos. Neste aspecto, é importante ressaltar que o Estado passa oferecer um apoio essencial para a viabilização dos processos de desmonte. Além dos fatores internos citados, o desmonte pode estar associado às mudanças que acontecem no contexto urbano, especialmente aquelas relacionadas com a valorização imobiliária dos terrenos, resultando na venda deles por parte da empresa (CORREIA, 2010).

De um modo geral, após o processo de desmonte, muitos núcleos residenciais acabaram dando origem à novas cidades, devido à fatores como seu crescimento ou por pressão dos moradores. Outros núcleos foram convertidos em bairros, especialmente quando a urbanização seguiu em sua direção. Além disso, vários núcleos desapareceram totalmente ou continuaram existindo como uma única propriedade com outro uso (CORREIA, 2010). Desta forma, mesmo quando as vilas operárias preservaram sua função residencial, elas precisaram ser adaptadas à novas formas de morar impostas pelo mundo contemporâneo. Com isso, elas acabaram sendo obrigadas a estar em constante processo de adaptação para que não se tornassem obsoletas ou abandonadas (VALDERRAMA e OLIVEIRA, 2008).

Neste contexto, cita-se como exemplo o processo de desmonte sofrido pelas vilas operárias e núcleos residenciais construídos pela Companhia Energética de São Paulo (CESP), pois vários desapareceram sem deixar registro, enquanto outros continuam existindo com novos usos. Inicialmente, a construção das moradias para os funcionários da CESP levou em consideração as particularidades de cada empreendimento e as características específicas de cada região, resultando em três

modelos básicos. O primeiro modelo foi a construção de um núcleo residencial próximo ao canteiro de obras e isolado da estrutura urbana existente. O segundo modelo foi a implantação de um núcleo habitacional permanente, em regiões onde a rarefação da rede urbana impedia a utilização de cidades próximas como apoio, ou uma utilização de uma solução mista, em que parte do núcleo seria permanente e outra parte removida após o término das obras. Por fim, o terceiro modelo adotava a ocupação de cidades próximas, quando a estrutura urbana comportava, seja por aluguel ou construção de novas casas (VIANNA, 2006).

Porém, com o passar dos anos, as vilas operárias e os núcleos residenciais da CESP passaram a ser vistos como um problema de custo adicional, embora do ponto de vista social eles continuassem a ser um apoio importante para a população das regiões onde eram implantados. Por este motivo, a empresa passou a evitar a construção de novas comunidades fechadas e buscou dimensionar melhor as instalações de apoio às obras, de modo que elas afetassem o mínimo possível a vida e a infraestrutura das povoações pré-existentes. Além disso, a companhia passou a descartar a necessidade de realizar a manutenção nas vilas e núcleos existentes, iniciando, a partir de 1970, um intenso processo de desmonte com diferentes encaminhamentos (VIANNA, 2006).

Inicialmente, a CESP promoveu a desocupação das casas e sua desativação total, passando a aliená-las para empresários do ramo do lazer, convertê-las em bairros ou cidades e, em alguns casos, demoli-las totalmente. No caso da alienação para uso de lazer, as casas e demais equipamentos foram convertidos em hotéis, destinados ao uso privado, ou pousadas, que mantinham os benefícios com preços acessíveis aos funcionários ativos e aposentados da CESP e seus dependentes. No caso da conversão em bairros urbanos, as casas e demais prédios foram cedidos às Prefeituras Municipais. Esse fato aconteceu em locais onde as cidades cresceram até alcançarem as Vilas ou quando as vilas foram construídas dentro das cidades. A CESP manteve um acordo com as prefeituras para que os empregados moradores das casas pudessem recebê-las via compra ou doação. Assim, neste tipo de desmonte as casas eram reformadas e suas características originais completamente alteradas. Por fim, nos casos de demolição total, as vilas e núcleos não deixaram registros. Todos esses processos evidenciam como o setor de geração de energia acompanhou o processo geral de desmonte de núcleos

residenciais construídos por empresas, que se intensificou após 1980 (VIANNA, 2006).

Por fim, a construção das vilas operárias ou núcleos residenciais teve como finalidade atender as necessidades básicas dos funcionários das empresas sem se preocupar, na maioria das vezes, com os reflexos da sua inserção urbana ou regional. Essa falta de conexão se evidencia a partir dos processos de desmonte, quando esses territórios são privatizados e têm suas edificações e seu uso totalmente alterados, ou então quando eles são repassados para a gestão pública, que acaba tendo que prever alterações desses espaços para atender aos interesses locais, ou então, para conseguir realizar sua manutenção. Com isso, poucos registros das vilas operárias ou dos núcleos residenciais foram preservados ao longo dos anos, embora eles tenham marcado um período de grande influência nas formas de expansão urbana de muitas cidades brasileiras.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

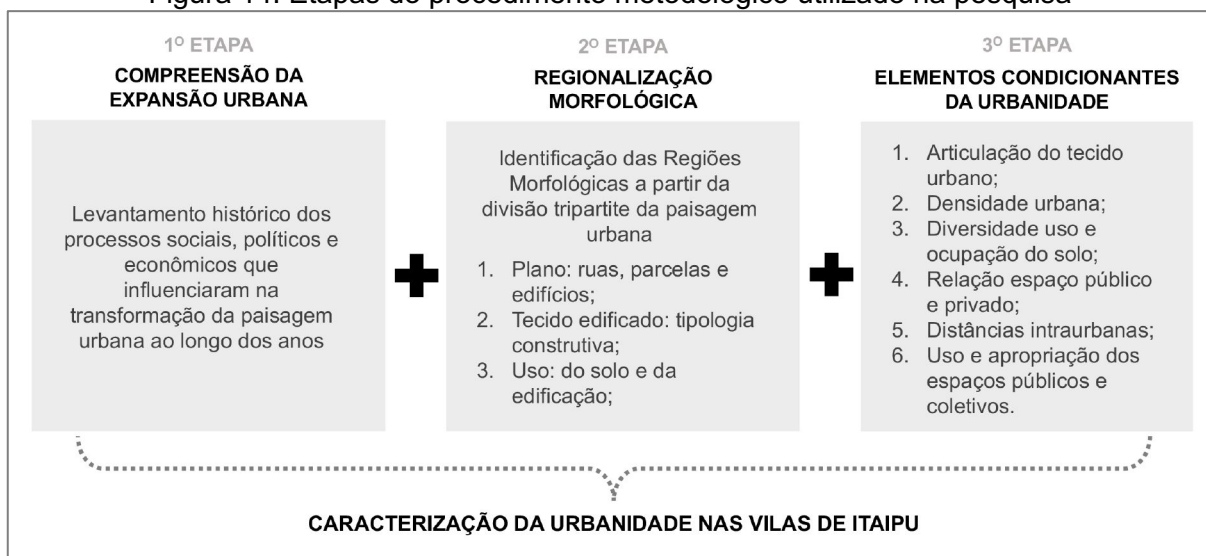
O crescimento urbano das cidades contemporâneas brasileiras tem tido como base os processos de fragmentação, dispersão e de segregação socioespacial, gerando, com isso, diversos problemas para a vida cotidiana da população, sobretudo nas áreas habitacionais. Um desses problemas está atrelado ao abandono gradativo dos espaços públicos e coletivos, devido à falta de uma estrutura físico-espacial adequada que permita e, até mesmo, estimule a interação entre diferentes pessoas. Essa falta dessa estrutura não está relacionada somente com a precariedade dos espaços públicos em si, como a falta de mobiliário adequado, de iluminação pública, etc., mas sim, com todos os elementos que formam a paisagem urbana e suas diferentes combinações e repetições. Sendo assim, com o intuito de contribuir para a construção de uma cidade mais justa, onde o espaço público e coletivo seja o *locus* de uma cultura urbana compartilhada, busca-se, neste momento, apresentar uma metodologia *com o objetivo caracterizar a urbanidade a partir da identificação das diferentes Regiões Morfológicas que compõem a paisagem urbana das vilas de Itaipu.*

Para isso, os procedimentos metodológicos desta pesquisa dividem-se em três etapas principais (Figura 14): a *primeira etapa* está relacionada com a compreensão dos principais processos de expansão urbana nas cidades onde foram implantadas as vilas de Itaipu e sua influência na configuração da paisagem urbana atual; a *segunda etapa* busca identificar os diferentes padrões morfológicos que formam essa paisagem urbana atual, a partir da metodologia de Regionalização Morfológica; e por fim, a *terceira etapa* pretende relacionar as diferentes Regiões Morfológicas identificadas com os elementos que condicionam a urbanidade, sejam eles físicos-espaciais ou de uso e apropriação. O desenvolvimento dessas três etapas será melhor detalhado no protocolo de análise.

Esta pesquisa busca caracterizar a urbanidade a partir de uma *abordagem qualitativa*, que, segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 32), “explica o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantifica os valores e as trocas simbólicas, nem se submete à prova dos fatos, pois os dados analisados são não-métricos e se valem de diferentes abordagens”. Ao longo da pesquisa também serão utilizados dados quantitativos, porém, a análise desses dados não será feita de forma individual e dependerá do cruzamento qualitativo com outros dados. Somada à abordagem qualitativa, esta pesquisa classifica-se como *exploratória*, ou seja, busca

proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito (GIL, 2002).

Figura 14: Etapas do procedimento metodológico utilizado na pesquisa



Fonte: a autora (2019).

A utilização da pesquisa exploratória justifica-se pelo fato de ela ter seu planejamento flexível, possibilitando considerar os mais variados aspectos relativos ao fato estudado (GIL, 2002). De acordo com seus procedimentos, esta pesquisa classifica-se como *estudo de caso*, que, segundo Fonseca (2002), tem como objetivo conhecer com profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se pressupõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que nela há de mais essencial e característico. Segundo com Gil (2002), nas ciências sociais, o estudo de caso pode ser utilizado para preservar o caráter unitário do objeto estudado e, ao mesmo tempo, apresentar uma visão global do problema ou identificar possíveis fatores que o influenciam ou que por ele são influenciados.

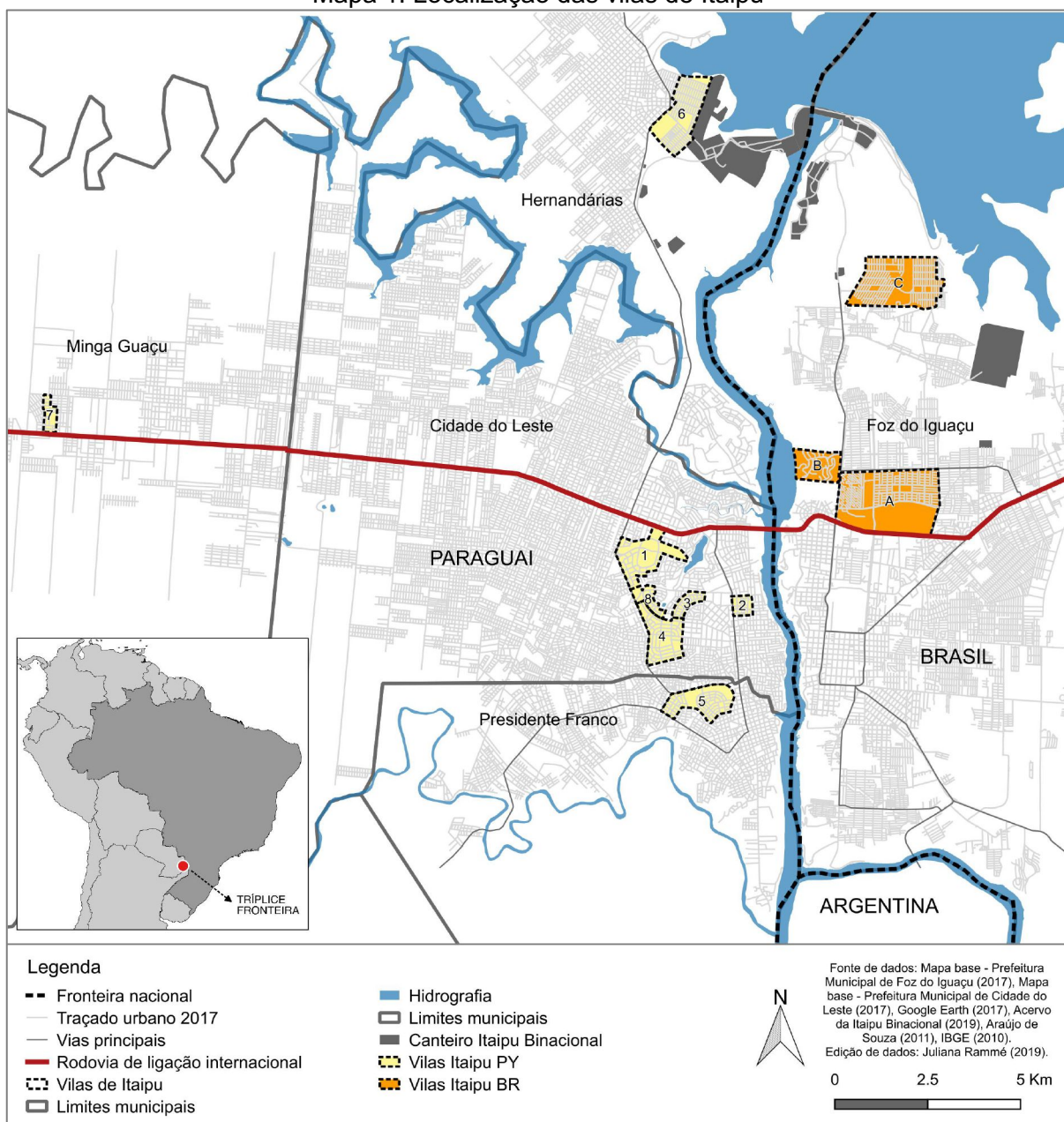
As *unidades-caso* deste estudo foram selecionadas a partir *dos pontos de vista espacial e temporal* (GIL, 2002), após a realização de um estudo de campo preliminar nos bairros habitacionais de Foz do Iguaçu aprovados e implantados entre os anos de 1996 e 2015 (RAMMÉ e PINA, 2018a, 2018b). Com esse estudo, concluiu-se que Foz do Iguaçu teve sua expansão urbana estruturada sob intensos processos de fragmentação, o que gerou novos bairros cada vez mais isolados da malha urbana, longe dos comércios e serviços existentes, carentes de áreas de lazer e de equipamentos públicos e comunitários e com um desenho urbano que privilegia o

carro em detrimento dos trajetos feitos à pé, de bicicleta ou de ônibus. Em consequência disso, esses bairros apresentam menores condições de promover a interação entre diferentes pessoas nos seus espaços públicos e coletivos. Entretanto, para compreender a trajetória dessa expansão urbana é preciso reconhecer seus aspectos históricos e identificar quais são os principais processos políticos, econômicos e sociais que a influenciaram.

Em Foz do Iguaçu, o marco principal dos processos de expansão urbana foi a instalação da Usina Hidrelétrica de Itaipu (UHI) e de suas vilas operárias, a partir do ano de 1973. Localizada na divisa entre o Brasil e o Paraguai, a Itaipu Binacional provocou um aumento populacional de 301,35% (contra 9,03% do Paraná e 28,19% do Brasil) entre os anos de 1970 e 1980 e, por consequência, trouxe mudanças significativas no modo de morar e no cotidiano da população, com reflexos significativos até os dias atuais. De acordo com Souza (1998), nesse período, a UHI contabilizou um contingente de trabalhadores que correspondeu, no pico da obra, ao número da população da cidade. Ou seja, no ano de 1978, a hidrelétrica computava aproximadamente 40.000 funcionários. Para abrigar parte dos seus trabalhadores, entre os anos de 1975 e 1979, foram construídas onze vilas operárias, sendo oito delas localizadas no lado paraguaio e três delas no lado brasileiro (Mapa 1).

No Brasil, esses novos bairros habitacionais foram implantados no município de Foz do Iguaçu e denominados de Vila A, B e C (SOUZA, 1998). Já no Paraguai, os outros oito bairros denominaram-se Área 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 e foram divididos entre Cidade do Leste, Hernandárias, Presidente Franco e Minga Guaçu (ARAÚJO DE SOUZA, 2011). Cada uma das onze vilas de Itaipu, tanto no lado brasileiro, quanto no lado paraguaio, foi construída para abrigar uma categoria específica de funcionários, dividindo-os de acordo com sua função dentro da empresa. Além dessa divisão, que segregou os funcionários e seus territórios habitacionais, as estruturas físico-espaciais das vilas também apresentavam diferentes padrões morfológicos, que correspondiam à classe/*status* social para a qual ela estava sendo destinada.

Mapa 1: Localização das vilas de Itaipu



Fonte: autora, a partir Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Mapa base - Prefeitura Municipal de Cidade do Leste (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), Araújo de Souza (2011), IBGE (2010).

Neste contexto, os *objetos de estudo* desta pesquisa são, inicialmente, as vilas operárias de Itaipu construídas no Brasil. Isso porque elas representam um marco na construção dos territórios habitacionais de Foz do Iguaçu, mas, também, porque elas demonstram claramente a divisão socioespacial e morfológica aplicada em todas as vilas construídas pela Itaipu. A Vila A foi destinada para os técnicos e funcionários administrativos e construída a partir de um traçado ortogonal, com largas avenidas e casas isoladas no lote. A Vila B, por sua vez, foi destinada para os diretores

e engenheiros e apresentava um traçado orgânico, com apenas uma via de acesso, o que facilitou sua alteração para condomínio fechado anos mais tarde. Por fim, a Vila C foi destinada para os operários e trabalhadores em posto de serviço e também apresentava um traçado ortogonal, porém, com ruas estreitas e casas pré-fabricadas em alvenaria, construídas de modo que a mesma estrutura de telhado cobrisse quatro unidades habitacionais. No entanto, como a Vila B foi convertida em condomínio fechado, ela foi excluída do recorte, tendo em vista que a caracterização da urbanidade só é possível a partir da existência de espaços públicos e coletivos, pré-requisitos incompatíveis com sua estrutura.

É importante destacar que, apesar de as Vilas A e C representarem o principal recorte espacial desta pesquisa, também se considerou de extrema importância que se ultrapassasse a fronteira entre o Brasil e o Paraguai para compreender melhor os processos de formação desses territórios e como eles influenciaram na caracterização da urbanidade. Desse modo, além da Vila A e da Vila C, foram incluídas na análise duas vilas implantadas nas cidades paraguaias, selecionadas a partir de fatores sociais e morfológicos, como o tamanho dos lotes, o número das unidades habitacionais e as tipologias construtivas propostas nos projetos originais. Essa seleção só foi possível após um estudo preliminar de todas elas, elaborado durante a primeira etapa desta pesquisa.

3.1. PROTOCOLO DE LEVANTAMENTO E ANÁLISE

O protocolo de análise tem como objetivo apresentar os instrumentos utilizados para a coleta dos dados e as condutas a serem adotadas para suas análises. Sua elaboração tem como base as três etapas apresentadas anteriormente, que também correspondem aos Capítulos 4, 5 e 6 desta pesquisa. A *primeira etapa* (Capítulo 4), referente à compreensão dos processos de expansão urbana e sua influência na configuração da paisagem urbana atual foi desenvolvida a partir da análise dos seguintes documentos: (i) imagens aerofotogramétricas de 1974, 1979 e 2001, disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu e pela Itaipu Binacional; (ii) leis de uso e ocupação do solo, como o Plano Urbano elaborado pela Itaipu Binacional no ano de 1974 e os Planos Diretores Municipais de 1991 e 2006, assim como suas leis complementares de uso do solo, parcelamento do solo e sistema viário; (iii) base cartográfica atualizada obtida junto à Prefeitura de Foz do Iguaçu do

ano de 2017; (iv) bases cartográficas do ano de 1985 obtidas junto às Prefeitura Municipais de Cidade do Leste e Presidente Franco e atualizadas a partir de imagens do Google Earth de 2017; (v) imagens satélites do Google Earth do ano de 2017; (vi) documentos históricos obtidos junto ao Acervo Técnico da Itaipu Binacional; (vii) fotos históricas obtidas de fontes diversas; e (viii) artigos, teses e dissertações sobre o tema. Além disso, para complementar essas informações, foram realizados levantamentos *in loco* tanto no Brasil, quanto no Paraguai.

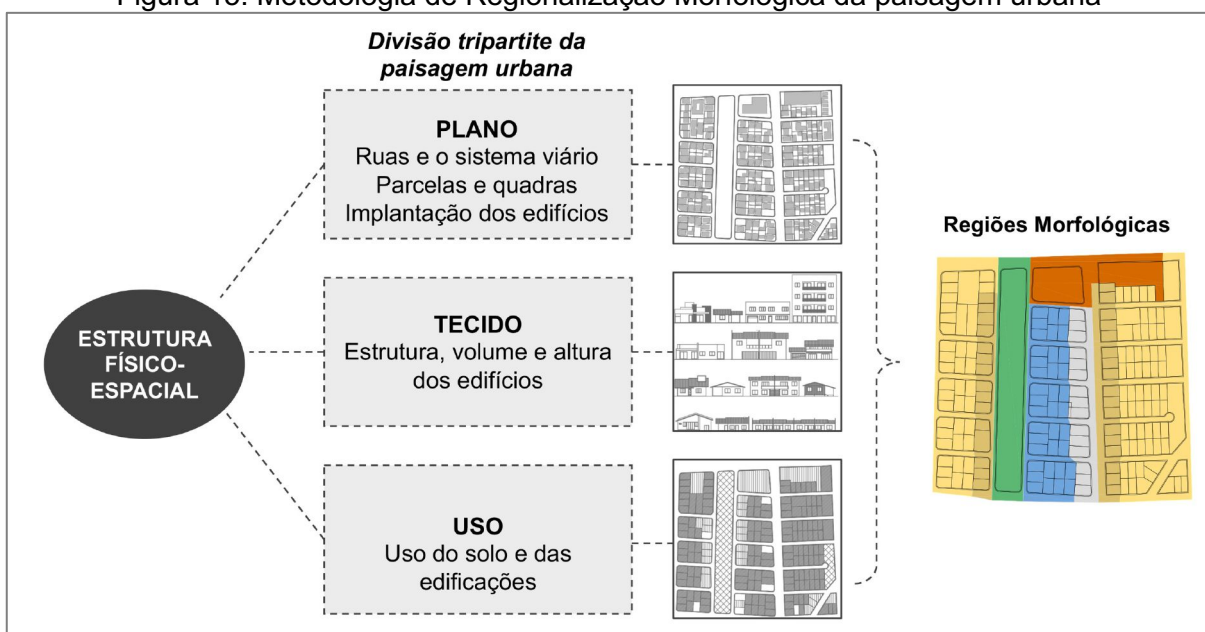
Com relação às cidades Paraguaianas, embora se tenha empreendido esforços na busca por dados históricos como imagens satélites ou cartas cadastrais do período de implantação das vilas de Itaipu, poucas informações foram encontradas. Dessa forma, algumas análises ficarão limitadas ao material coletado. É importante destacar que todas as informações cartográficas levantadas foram trabalhadas dentro de um Sistema de Informações Geográficas (SIG), o que permitiu compreender melhor as transformações ocorridas na paisagem ao longo dos anos, sobretudo no que diz respeito ao sistema viário e ao parcelamento do solo. O programa utilizado foi o QGIS, que possibilitou a elaboração de mapas temáticos a partir do cruzamento de dados espaciais e alfanuméricos em uma única plataforma.

A *segunda etapa* (Capítulo 5), por sua vez, buscou identificar os diferentes padrões morfológicos que formam a paisagem urbana atual, a partir da metodologia de Regionalização Morfológica, conceito criado originalmente por Conzen (1960) e desenvolvido subsequentemente por diversos autores em vários países. Como apresentado no Capítulo 1, esse conceito apoia-se na divisão tripartite da paisagem urbana, que compreende o plano, o tecido edificado e o uso do solo e da edificação. Esses três complexos são, por sua vez, identificados a partir da relação entre a rua, o lote e o edifício, formando assim, diferentes Regiões Morfológicas (Figura 15). A identificação dessas Regiões Morfológicas teve como finalidade compreender e classificar a paisagem urbana a partir de suas características semelhantes para, com isso, subsidiar a realização de análises referentes à caracterização dos elementos que condicionam a urbanidade.

A definição das Regiões Morfológicas ocorreu em dois momentos. O primeiro está relacionado com a escala regional e com o reconhecimento dos principais períodos morfológicos que marcaram a expansão urbana das cidades em que foram implantadas as vilas de Itaipu, tanto no Brasil, quanto no Paraguai. Isso porque a paisagem urbana atual reflete os processos históricos que influenciaram, de

alguma maneira, na sua conformação. Sendo assim, as cidades serão analisadas desde sua formação até o ano de 2017. Entretanto, devido à complexidade da paisagem urbana regional e de sua dimensão territorial, neste estudo, as Regiões Morfológicas são definidas somente a partir das características do traçado viário e da divisão das quadras. Esses dois elementos fazem parte do plano urbano e correspondem ao primeiro nível de hierarquia da paisagem urbana a ser analisado. Conforme mencionado anteriormente, os níveis de hierarquia dos complexos da paisagem urbana estão relacionados com “o número de camadas a serem analisadas e com a intensidade das modificações que ocorrem sobre elas ao longo do tempo” (CONZEN, 1960).

Figura 15: Metodologia de Regionalização Morfológica da paisagem urbana

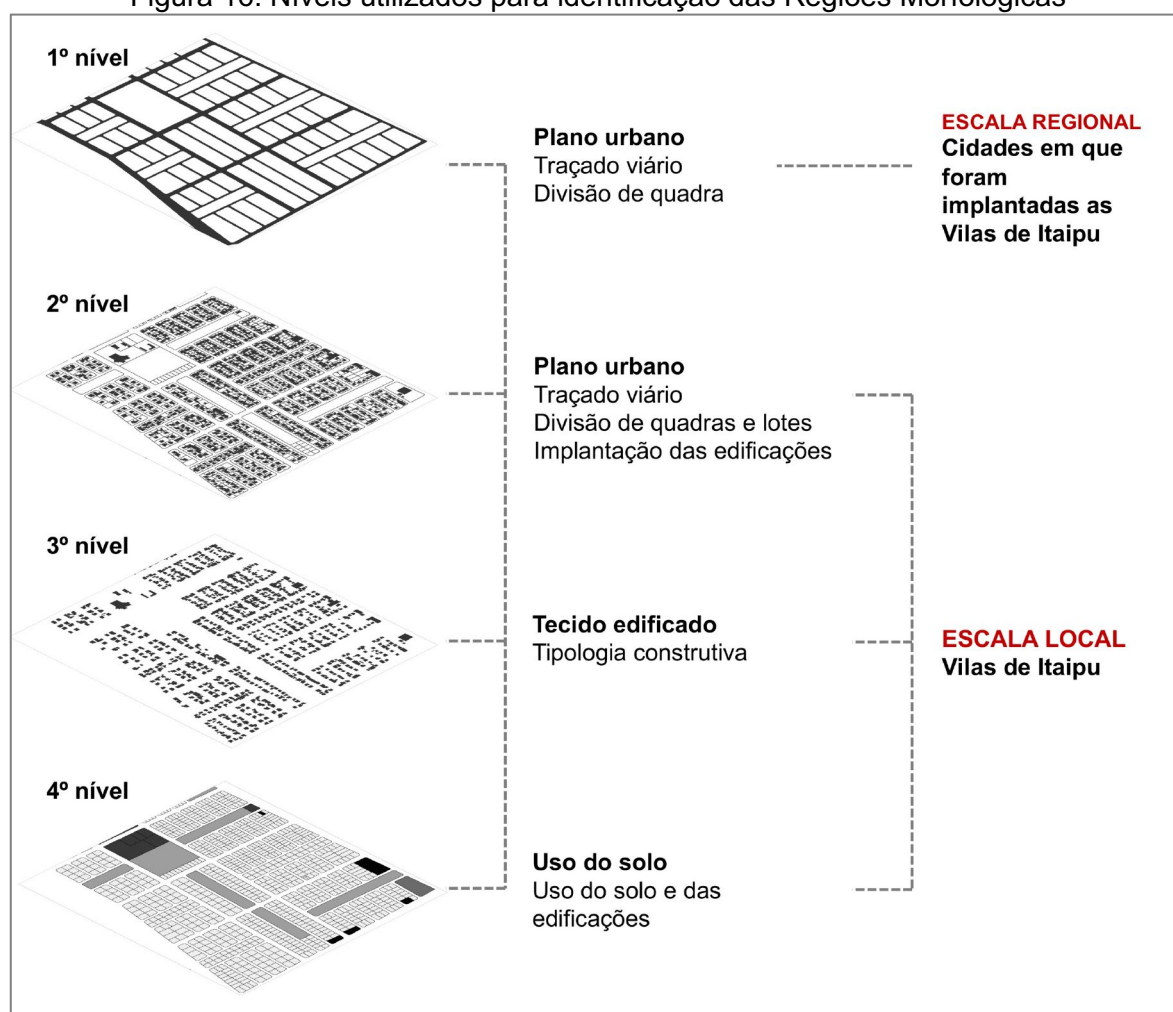


Fonte: a autora (2019).

Posteriormente, em um segundo momento, foram selecionadas as Regiões Morfológicas em que estão inseridas as vilas de Itaipu para a definição das camadas de segundo, terceiro e quarto nível de hierarquia. Essa análise foi realizada com base nos dados coletados nos anos de 2017 e 2019, com o intuito de compreender a urbanidade que se desenvolve a partir da conformação da paisagem atual, embora se considere também os processos históricos que a influenciaram. A seleção dos anos de 2017 e 2019 ocorre devido o tempo de desenvolvimento da pesquisa, uma vez que os dados cartográficos foram coletados no ano de 2017 e o levantamento *in loco* foi realizado no ano de 2019.

O segundo, terceiro e quarto nível das Regiões Morfológicas correspondem, respectivamente: (i) ao traçado viário, agora analisado em escala local, à divisão de lotes e quadras e à implantação das edificações; (ii) ao tecido edificado; e (ii) ao uso. As projeções de todas as edificações foram obtidas manualmente, a partir do georreferenciamento de imagens do ano de 2017 advindas do Google Earth. Isso porque as prefeituras das cidades analisadas não dispunham dessas informações em sua base de dados. Logo, é possível que as áreas dos edifícios e sua localização dentro dos lotes possam conter distorções. Já os levantamentos referentes ao tecido edificado e ao uso do solo foram realizados ao longo do ano de 2019. Na Figura 16 é possível visualizar os quatro níveis de hierarquia das Regiões Morfológicas utilizadas nesta pesquisa.

Figura 16: Níveis utilizados para identificação das Regiões Morfológicas



Fonte: a autora (2019).

Durante a identificação das Regiões Morfológicas das vilas de Itaipu, os elementos do terceiro e quarto nível da paisagem urbana foram analisados de forma

simultânea, ou seja, o quarto nível pôde ser suprimido. Tal análise dependeu do nível de complexidade dos elementos encontrados e da quantidade de padrões morfológicos identificados em cada nível. É importante destacar que, para a definição de todas as camadas que compreendem os quatro níveis de hierarquia, algumas generalizações foram necessárias, permitindo que a paisagem urbana seja lida de forma ampla, sem que seja preciso analisar cada rua, lote e edifício de maneira individual. Essas generalizações dependem da porção do território analisado e de suas principais características morfológicas, como a altura das edificações, a dimensão e função das vias, o tamanho e forma dos lotes, entre outras.

Por fim, devido ao grande potencial que a morfologia urbana tem para descrever a paisagem urbana e suas diferentes configurações físico-espaciais, a *terceira etapa* (Capítulo 6) buscou relacionar as Regiões Morfológicas identificadas nas vilas de Itaipu com os elementos que condicionam a urbanidade. Como exposto anteriormente, esses elementos foram definidos a partir de uma ampla revisão bibliográfica sobre o tema, considerando as evidências com relação à interface entre a estrutura físico-espacial da paisagem urbana e as diferentes formas de uso e apropriação da população nos espaços públicos e coletivos. São eles: (i) articulação do tecido urbano; (ii) densidade urbana; (iii) diversidade de uso e ocupação do solo; (iv) relação entre espaço público e privado; (v) distâncias intraurbanas; e (vi) uso e apropriação dos espaços públicos e coletivos (Quadro 4). Primeiramente, cada elemento foi analisado individualmente, com o objetivo de compreender suas dinâmicas em cada uma das vilas de Itaipu. Posteriormente, os seis elementos foram analisados de forma conjunta, com o objetivo de compreender a relação existente entre eles para, finalmente, caracterizar a urbanidade existente nos territórios habitacionais analisados.

Sendo assim, o primeiro elemento a ser analisado é o *tecido urbano e de suas articulações*. Isso porque, as interações entre diferentes pessoas nos espaços públicos e coletivos dos bairros majoritariamente residenciais dependem, em grande parte, da disposição do seu sistema viário, seja com relação à sua estrutura interna (hierarquia de fluxos, dimensões, existência de calçadas, ciclovias e canteiros) ou às conexões que esses bairros mantêm com os demais espaços da cidade. Ou seja, um bairro totalmente segregado da malha urbana apresenta menores possibilidades de criar espaços onde a urbanidade seja mais intensa, pois seu isolamento se torna uma barreira para que pessoas diferentes transitem ou permaneçam nos seus espaços

públicos e coletivos, a menos que outros elementos da paisagem urbana minimizem estes efeitos. Ainda, segundo Conzen (1960), a rua e seu sistema viário é um dos elementos mais importantes na análise do plano, pois ela é mais resistente às mudanças ao longo dos anos.

Além do traçado viário, outro fator que está relacionado à articulação do tecido urbano é a estrutura fundiária, ou seja, o desenho das quadras e dos lotes. Embora a divisão das quadras esteja totalmente conectada com o traçado viário, suas dimensões, formatos e divisões internas também influenciam na maneira como as pessoas irão se apropriar dos espaços públicos e coletivos. Por exemplo, quadras muito longas tendem a ser pouco convidativas à caminhada, assim como lotes com grandes testadas, embora esses fatores devam considerar também a tipologia das edificações, a densidade construída e a relação das edificações com a rua. Dessa forma, para analisar a articulação do tecido urbano torna-se necessário considerar duas *variáveis principais: o traçado viário e a estrutura fundiária do loteamento*.

O segundo elemento que condiciona a urbanidade a ser analisado é a *densidade urbana*. A densidade é um dos mais importantes parâmetros de desenho urbano utilizado nos processos de planejamento e gestão de assentamentos humanos, pois ela serve como instrumento para avaliar a eficiência e a performance das propostas de parcelamento do solo. A densidade urbana representa a relação entre o número total de população ou de habitações e uma área específica, geralmente medida em hectares (ACIOLY e DAVIDSON, 1998). Sendo assim, há duas formas mais utilizadas para indicar a densidade de um determinado lugar: habitantes por hectare (hab/ha) ou unidades habitacionais por hectare (habitação/ha) (SILVA, SILVA e NOME, 2016). Para fins desta pesquisa, a principal informação utilizada será aquela que relaciona as unidades habitacionais e suas respectivas áreas construídas, à uma determinada unidade de terra.

É bastante comum encontrar esses indicadores de ocupação expressos na forma de densidade bruta e densidade líquida, conforme o contexto de análise (SILVA, SILVA e NOME, 2016). A densidade bruta pode ser expressa pela relação entre a área total destinada às unidades habitacionais e uma determinada área urbana (bairro, uma porção específica da cidade, etc.), incluindo-se os equipamentos urbanos e institucionais, vazios urbanos, áreas comerciais, de serviço, industriais e as ruas. A densidade líquida, por sua vez, pode ser expressa pela relação entre a área total destinada às unidades habitacionais e uma determinada área urbana, porém,

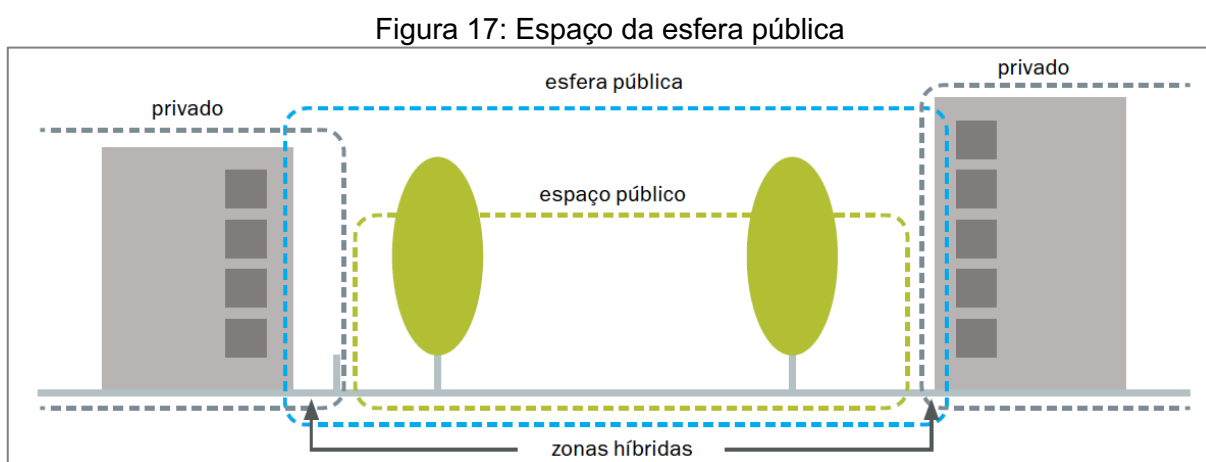
considerando-se apenas a área estritamente residencial e excluindo-se os demais espaços urbanos. De acordo com Acioly e Davidson (1998), especialistas em habitação têm admitido que, quanto maior a densidade, melhor será a maximização da infraestrutura e do solo urbano, embora, em alguns casos, ela também possa representar a sobrecarga das redes e dos serviços urbanos.

Com relação aos aspectos que tangem a urbanidade, as baixas densidades estão associadas a um número limitado de contatos sociais e de encontros casuais impostos pela tipologia dos assentamentos (ACIOLY e DAVIDSON, 1998). Contudo, mesmo em áreas mais adensadas, a ausência de um desenho urbano de qualidade, com déficit de equipamentos urbanos, sem diversidade de usos, localizado de forma segregada e, portanto, longe dos polos de trabalho e lazer, acaba por gerar os mesmos problemas e agravantes das áreas com menor densidade (SILVA, SILVA e NOME, 2016). Ou seja, os impactos da densidade são influenciados pela qualidade do desenho urbano, pela forma como as edificações e os espaços são projetados e conectados, pelo modo como os moradores e usuários se comportam entre si e em relação ao próprio ambiente urbano construído (ACIOLY e DAVIDSON, 1998).

Conseqüentemente, apesar de a densidade urbana ser expressa através da relação entre a área construída e a área total de um loteamento, ela não deve ser utilizada apenas como um elemento meramente estatístico ou tecnocrático. Sua análise deve incorporar aspectos qualitativos na análise do desenho urbano. Ou seja, a análise da densidade urbana deve estar alinhada com a capacidade que o ambiente construído tem de oferecer distintas respostas às necessidades de uso e ocupação do solo, tais como a dinâmica dos espaços públicos e coletivos, as tipologias das edificações, a relação das áreas edificadas com as áreas livres e a relação dos espaços públicos com os espaços privados (SILVA, SILVA e NOME, 2016). Alguns desses parâmetros citados por Silva, Silva e Nome (2016) serão analisados conjuntamente com demais elementos que condicionam a urbanidade, embora essa relação entre eles deva acontecer ao longo de toda análise. Nesse sentido, para analisar a densidade urbana, será considerada sua variável quantitativa, ou seja, a *densidade construída (habitações/ha e área construída/ha) líquida e bruta*, assim como serão consideradas também variáveis qualitativas, *como a tipologia das edificações e a relação entre as áreas edificadas e as áreas livres (cheios e vazios e continuidade espacial e edilícia), a partir da perspectiva do desenho urbano do loteamento*.

A *relação entre espaço público e privado* é o terceiro elemento que condiciona a urbanidade a ser analisado. O espaço público é o espaço do bem comum, do uso coletivo, onde a vida pública acontece, enquanto que o espaço privado é destinado apenas à um grupo específico de pessoas e responde a interesses particulares. Entretanto, do ponto de vista da urbanidade, mesmo que os espaços privados se configurem como lugares cujo acesso é restrito, eles apresentam grande influência sobre os espaços públicos, uma vez que a testada dos lotes e as fachadas das edificações estão diretamente conectadas com a rua, influenciando, desta forma, nas atividades cotidianas da população. Por exemplo, a construção de muros altos e contínuos funcionam como barreiras que aumentam a distância para os pedestres e veículos, contribuindo também para a insegurança dos transeuntes, para o enclausuramento das pessoas e para a negação do espaço público.

Nos bairros habitacionais, o espaço público assume um papel fundamental na consolidação das relações cotidianas (PELLI, 2006; PAOLI, 2014 e PESSATTI, 2015) e, por isso, é preciso incentivar o estar prolongado de seus moradores nas ruas, praças e galerias (COELHO, 2009). Ou seja, deve-se priorizar espaços receptivos que incentivem os caminhantes e favoreçam a interação entre diferentes pessoas. Nesse sentido, é preciso compreender também como as portas, janelas e fachadas se apresentam no conjunto das edificações e de que maneira elas intensificam, ou não, as ligações entre os interiores privados e os espaços públicos e coletivos (AGUIAR, 2010; 2016). Karssenberg e Laven (2015) afirmam que os moradores urbanos experimentam as cidades através da esfera pública, ou seja, ela inclui também as fachadas das edificações e tudo que pode ser visto ao nível dos olhos (Figura 17).



Fonte: Karssenberg e Laven (2015, pg. 15)

Para Gehl, Kaefer e Reigstad (2015), quando os andares térreos são interessantes e variados, o ambiente urbano é convidativo e enriquecedor. Do mesmo modo, quando os andares térreos são fechados ou quando lhes falta detalhes, a experiência é rasa e impessoal. De acordo com os autores, em frente às fachadas ativas, os pedestres andam mais devagar, mais pessoas param e mais atividades acontecem nos seguimentos das ruas. A partir disso, a conclusão principal dos autores é de que fachadas fechadas e sem vida tornam as pessoas indiferentes, enquanto fachadas abertas e interessantes ativam os usuários urbanos. Nesse sentido, Gehl (2015) define que o tratamento dos espaços de transição, ou seja, daqueles espaços onde as edificações e a cidade se encontram, tem uma influência decisiva no espaço público. Eles oferecem um sentido de organização, conforto e segurança ao pedestre e proporcionam uma oportunidade para a vida, dentro das edificações e em frente a elas. Sendo assim, para fins desta pesquisa, *as variáveis a serem consideradas na análise da relação entre espaço público e privado são: a permeabilidade das fachadas (principalmente do piso térreo) e o tratamento dos espaços de transição.*

O quarto elemento que condiciona a urbanidade a ser analisado é a *diversidade de uso e ocupação do solo*, que se refere à variedade de atividades e funções existentes nos lotes e nas edificações. Ou seja, ela refere-se à combinação de usos residenciais com atividades comerciais, de serviços e de lazer, com o objetivo de atrair as pessoas para as ruas e demais espaços públicos e coletivos em horários diferentes. Além disso, a diversidade de usos em um determinado bairro contribui para diminuir as distâncias urbanas, uma vez que ela estimula o comércio local e possibilita a ampliação do número de empregos próximos das áreas residenciais, assim como permite que grande parte das viagens cotidianas dos moradores sejam curtas e possam ser realizadas a pé.

No sentido inverso, Figueiredo (2012) afirma que a redução da diversidade de usos provoca a homogeneização das áreas urbanas, tornando os espaços públicos monótonos e, muitas vezes, inseguros. Para o autor, este fator está relacionado com a segregação social e com a expansão das áreas habitacionais sem levar em consideração a necessidade de infraestrutura, de equipamento públicos, de praças, parques, entre outros. Nos territórios habitacionais, cujo uso predominante é residencial, os usos comerciais e de serviços acabam se concentrando em

determinados lugares, denominados de centralidades urbanas, sejam elas nucleares ou lineares.

Além da diversidade de usos (comercial, residencial, institucional, etc.), a diversidade relacionada à ocupação do solo, tratada nesta pesquisa, refere-se à variação das tipologias das edificações. Isso porque a existência de apenas uma tipologia ou de um padrão construtivo reflete a predominância de uma classe social e de um estilo de vida, fator este que inibe a coexistência de pessoas diferentes interagindo nos espaços públicos e coletivos de um mesmo bairro, seja ele de classe alta, média ou baixa. Ou seja, *o elemento da diversidade é analisado a partir de duas variáveis, a variação das tipologias dos edifícios e a variação do uso do solo, considerando também os usos destinados aos espaços livres de edificações e a rede de centralidades urbanas.*

O quinto elemento analisado refere-se às *distâncias intraurbanas*. Ou seja, concerne a disposição dos diferentes usos dentro do tecido urbano do bairro, permitindo que as pessoas realizem um maior número de trajetos a pé, sobretudo aqueles ligados às atividades cotidianas. De acordo com Coelho (2009), o leque de possíveis equipamentos próximos da residência torna a cidade circunvizinha mais partilhável e estimulante. Para Coccozza (2007), assentamentos com grandes distâncias entre as atividades favorecem os deslocamentos por meios motorizados e dificultam as interações entre as pessoas. Sendo assim, a análise deste elemento deve considerar a distância entre as unidades residenciais e os equipamentos urbanos comunitários, sobretudo aqueles de uso cotidiano como escolas, creches, postos de saúde, praças e parques.

Para tal exame, esta pesquisa se apoia em Gouvêa (2008), que estabelece critérios para a abrangência dos equipamentos comunitários educacionais e de saúde, e em Fontes e Shimbo (2003), que estabelecem critérios para a abrangência de equipamentos comunitários de lazer. De acordo com esses autores, cada equipamento deve atender à um número máximo de pessoas e estar localizado a uma distância mínima das áreas residenciais. Ou seja, quando um equipamento não atende, sozinho, à demanda de um bairro habitacional, outro equipamento do mesmo tipo deve ser implantado para que sejam supridas as necessidades da população. Com relação às áreas comerciais, a análise dependerá de cada contexto urbano. Sendo assim, *as variáveis analisadas para avaliar as distâncias intraurbanas são: a distribuição dos equipamentos públicos de uso cotidiano (educacionais, de saúde e*

de lazer) e a distribuição dos usos comerciais e de serviços correspondentes a cada bairro.

O sexto e último elemento está relacionado com o *uso e apropriação das pessoas nos espaços públicos e coletivos*, ou seja, com a identificação das atividades cotidianas desenvolvidas pela população, para então compreender sua relação com os demais elementos físico-espaciais que condicionam a urbanidade, analisados anteriormente. De acordo com Gehl e Svarre (2018), a coleta de informações sobre o comportamento das pessoas nos espaços públicos e coletivos é a peça fundamental para compreender a vida na cidade. Se a área analisada for um bairro ou distrito, como é o caso, é pertinente determinar onde as pessoas e atividades se reúnem ou se dispersam. Como apresentado com mais detalhes na revisão bibliográfica, para realizar esse levantamento, Gehl (2013) divide as atividades cotidianas em necessárias, opcionais e sociais. As atividades necessárias são ligeiramente influenciadas pelas estruturas físicas-espaciais da cidade, enquanto as atividades opcionais e sociais dependem, impreterivelmente, de uma boa qualidade espacial para que elas aconteçam. Destaca-se, mais uma vez, que as atividades cotidianas não são medidas pela vitalidade urbana (compreendida a partir da presença de pessoas ou de mais pessoas em um determinado lugar), mas sim pela relação que elas mantêm com e nos espaços públicos e coletivos.

Sendo assim, dentro desse item serão identificadas as atividades cotidianas opcionais e sociais desenvolvidas pelas pessoas nos espaços públicos e coletivos das vilas de Itaipu selecionadas, pois elas são especialmente dependentes das condições físico-espaciais do ambiente construído. Como cada vila analisada corresponde a um bairro da cidade (a Vila C, por exemplo, tem quase três mil unidades habitacionais), as metodologias utilizadas serão de mapeamento e de fotografia, considerando-se essa escala de bairro. De acordo com Gehl e Svarre (2018), o mapeamento refere-se simplesmente a marcar o que ocorre nos espaços públicos e coletivos em um mapa da área de estudo. Segundo os autores, essa técnica é frequentemente utilizada para indicar a permanência das pessoas, que deve ser levantada em diferentes horas do dia e cujos resultados podem ser combinados em camadas, para propiciar imagens mais claras do padrão geral das atividades realizadas. Já as fotografias são muito utilizadas no campo dos estudos sobre a cidade para ilustrar diferentes situações. Elas servem para mostrar a interação, ou a falta dela, entre a forma urbana e a vida das pessoas.

Os mapeamentos e fotografias apresentados no Capítulo VI corresponderão ao levantamento realizado em todos os espaços públicos e coletivos identificados durante a delimitação das Regiões Morfológicas. Cada vila de Itaipu será analisada em quatro momentos diferentes: durante o período da tarde e da noite, em um dia da semana e em um dia do final de semana. Conforme mencionado anteriormente, devido à escala do levantamento, esta análise será realizada de forma geral, sem que para isso o observador precisasse permanecer no local por muito tempo. Sendo assim, *as variáveis analisadas para identificar o uso e apropriação nos espaços públicos e coletivos são: as atividades cotidianas opcionais e sociais desenvolvidas pelas pessoas em diferentes horários e dias da semana.*

A síntese das informações apresentadas acima pode ser visualizada no Quadro 4.

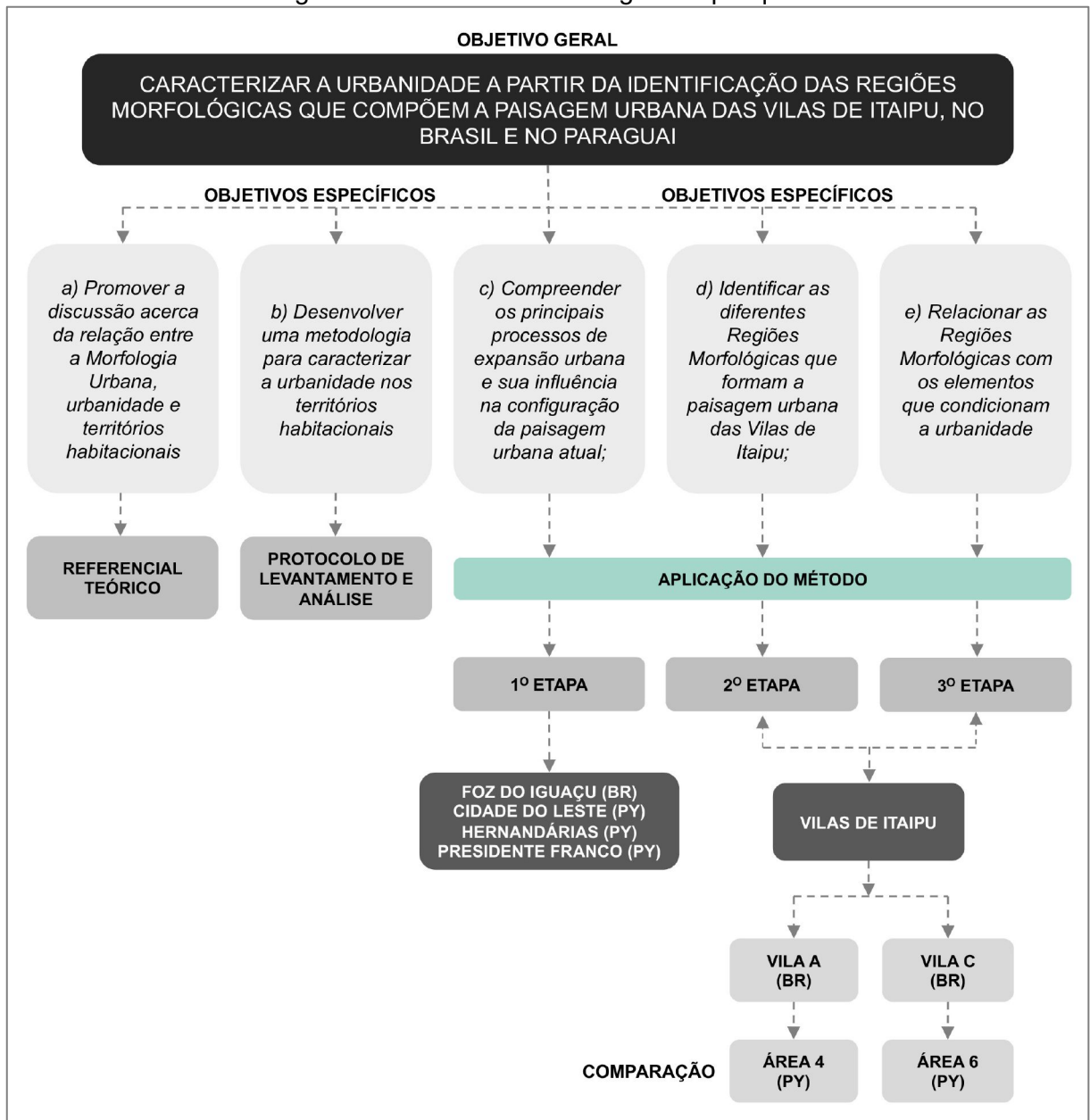
Quadro 4: Elementos que condicionam a urbanidade, suas variáveis e critérios analisados

Elementos da urbanidade	Variável	Crítérios analisados	Fonte dos dados
Articulação do tecido urbano	Traçado viário	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Hierarquia e estrutura viária; ✓ Conexão com os demais espaços da cidade; 	<ul style="list-style-type: none"> a) Bases cartográficas obtidas junto às prefeituras municipais; b) Projetos e mapas obtidos junto à Itaipu Binacional; c) Imagens satélites do Google Earth; d) Levantamento de campo. e) Leis municipais.
	Estrutura fundiária	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Tamanho e disposição dos lotes e quadras; 	
Densidade urbana	Densidade construtiva	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Densidade bruta; ✓ Densidade líquida; ✓ Coeficiente aproveitamento e taxa de ocupação; 	<ul style="list-style-type: none"> a) Bases cartográficas obtidas junto às prefeituras municipais; b) Projetos, documentos e mapas obtidos junto à Itaipu Binacional; c) Imagens satélites do Google Earth; d) Levantamento de campo. e) Leis municipais.
	Relação de cheios e vazios	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Continuidade do parcelamento do solo e das edificações; 	
Relação entre os espaços públicos e privados	Permeabilidade das fachadas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Acessibilidade física e visual do piso térreo; 	<ul style="list-style-type: none"> a) Imagens satélites do Google Earth; b) Bases cartográficas obtidas junto às prefeituras municipais; c) Levantamento de campo.
	Tratamento dos espaços de transição	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Tipo de fechamento dos lotes e dimensão das testadas; ✓ Recuo frontal e lateral das edificações; 	
Diversidade de uso e ocupação do solo	Variação da tipologia das edificações	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Dimensões e materiais empregados na construção dos edifícios; 	<ul style="list-style-type: none"> a) Levantamento de campo; b) Leis municipais.
	Variação dos tipos de usos / Centralidades urbanas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Localização dos comércios e serviços; ✓ Variação das atividades econômicas; 	
Distâncias intraurbanas	Distribuição dos equipamentos públicos comunitários de uso cotidiano	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Localização e raios de abrangência das escolas, creches e postos de saúde; 	<ul style="list-style-type: none"> a) Levantamento de campo; b) Literatura sobre o tema.
	Existência e distribuição de espaços públicos de lazer	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Localização e raios de abrangência das praças, parques e demais espaços livres de lazer; 	
Uso e apropriação nos espaços públicos e coletivos	Atividades cotidianas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Atividades opcionais; ✓ Atividades sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> a) Levantamento in loco; b) mapeamento e fotografia.

Fonte: a autora, com base em Innerarity (2006); Elias e Berião (2017); Gonçalves (2010); Ibiapana (2016); Aguiar (2016); Oliveira e Silva (2013); Oliveira e Queiroga (2016); Fainster (2005); Figueiredo (2012); Gehl (2013, 2015); Gehl e Svarre (2018); Coccozza (2007); Solà-Morales (2009).

A estrutura completa desta pesquisa pode ser visualizada na Figura 18.

Figura 18: Estrutura metodológica da pesquisa



Fonte: a autora (2019).

4. AS VILAS DE ITAIPU NO CONTEXTO DA EXPANSÃO URBANA

No início da década de 1970, o crescente processo de industrialização do Brasil tornou essencial a expansão da infraestrutura de transporte e de energia para dar sustentação ao crescimento do parque industrial nacional (CONTE, 2014). Nesse contexto, entre os anos de 1974 e 1984, foi construída a Usina Hidrelétrica de Itaipu, a partir de um tratado firmado entre o Brasil e o Paraguai, no ano de 1973, com o objetivo de aproveitar os recursos hidrelétricos do Rio Paraná. Surge então, a Itaipu Binacional, uma empresa pública de constituição jurídica *sui generis*, que possui um capital intransferível dividido em duas partes iguais entre a ELETROBRÁS (Centrais Elétricas Brasileiras S. A.), que se configura como uma sociedade autônoma de economia mista brasileira, e a ANDE (*Administración Nacional de Electricidad*), que se configura como uma entidade autárquica paraguaia (ITAIPU BINACIONAL, 1994).

As obras de construção civil da usina e de suas estruturas complementares ficaram a cargo dos consórcios UNICON (brasileiro) e CONEMPA (paraguaio). Faziam parte da UNICOM as empresas: Cetenco Engenharia Ltda, CBPO – Cia. Brasileira de Pavimentos e Obras (atualmente faz parte do grupo Odebrecht, sendo inicialmente de propriedade de Oscar Americano), Camargo Corrêa de São Paulo, Andrade Gutierrez e Mendes Júnior, ambas mineiras, esta última responsável por 89% das obras, somando às demais empreiteiras os 11 % restantes (PINTO, 2009). Por sua vez, a CONEMPA era formada pelas empresas: A Barrail Hermanos, Cia. General de Construcciones, ECCA S.A., Ing. Civil Hermanos Baumam, Ecomipa – Emp. Const. Min. Paraguaya e Jimenez Gaona & Lima³. No ano de 2015, a Itaipu Binacional foi considerada a maior hidrelétrica do mundo⁴.

Em meados da década de 1970, milhares de empregados e suas famílias começaram a chegar em Foz do Iguaçu e em Cidade do Leste, demandando infraestrutura e serviços públicos. Com o objetivo de atraí-los e mantê-los produtivos, a Itaipu Binacional e seus consórcios ofereciam bons salários, treinamento e infraestrutura de serviços, tais como moradia, escolas, hospitais e espaços de lazer (SBARDELOTTO e CASTANHO, 2017). Nesse contexto, entre os anos de 1975 e 1979 foram construídas onze vilas operárias, denominadas vilas de Itaipu. De acordo

³ Informações obtidas no site da Itaipu Binacional: <<https://www.itaipu.gov.br/en/node/193>>. Acesso em 28 de junho de 2019.

⁴ Informações obtidas no site da Itaipu Binacional, disponível em: <<https://turismoitaipu.com.br/pt/maior-do-mundo>>. Acessado em 21 de maio de 2019.

com o primeiro Relatório Anual da Itaipu Binacional, redigido em 1974, estavam previstas 8.000 (oito mil) residências, divididas igualmente entre o Brasil e o Paraguai. No lado brasileiro, três vilas de Itaipu foram construídas no município de Foz do Iguaçu, enquanto no lado paraguaio oito vilas foram divididas entre as cidades de Hernandárias, Cidade do Leste, Minga Guaçu e Presidente Franco. Para a construção das Vilas, foram contratadas 31 empresas, sendo 26 do lado paraguaio e 6 do lado brasileiro (ITAIPU BINACIONAL, 1974). Por se tratar de empresas terceirizadas, muitos documentos referentes aos projetos dos loteamentos se perderam ao longo dos anos, o que dificultou a coleta de informações sobre as vilas.

A construção da Itaipu Binacional e de suas vilas operárias influenciaram de maneira significativa no aumento populacional de toda a região (Tabela 1). O município de Foz do Iguaçu passou de 33.966 habitantes no ano de 1970 para 136.352 habitantes no ano de 1980, representando uma taxa de crescimento de 301,44% (IBGE, 2011). No Paraguai, mesmo com todos os processos de desmembramento que ocorreram nos territórios municipais a partir da década de 1960, é possível identificar uma taxa de crescimento em Cidade do Leste, Hernandárias, Presidente Franco e Minga Guaçu de 92,50% entre os anos de 1972 e 1982 (DGEEC, 2002). Em Cidade do Leste, onde foi implantada a maior parte das vilas operárias, a taxa de crescimento populacional chegou a 135,33% nesse mesmo período.

Tabela 1: Crescimento populacional nos municípios onde foram implantadas as vilas de Itaipu (1970/72-1990/92)

Município	1970 (BR) 1972 (PY)	Taxa de crescimento	1980 (BR) 1982 (PY)	Taxa de crescimento	1991 (BR) 1992 (PY)
Foz do Iguaçu	33.966	301,44%	136.352	39,44%	190.123
Hernandárias Cidade do Leste Presidente Franco Minga Guaçu	59.329	92,50%	114.211	90,37%	206.025

Fonte: IBGE (2011) e DGEEC (2002).

A partir desse contexto, busca-se neste momento apresentar alguns aspectos históricos que podem auxiliar na compreensão deste território fronteiriço, sobretudo no que diz respeito às transformações ocorridas ao longo dos anos que influenciaram na caracterização da sua paisagem urbana, antes e depois da chegada da Itaipu Binacional e da construção de suas vilas operárias. Para isso, primeiramente,

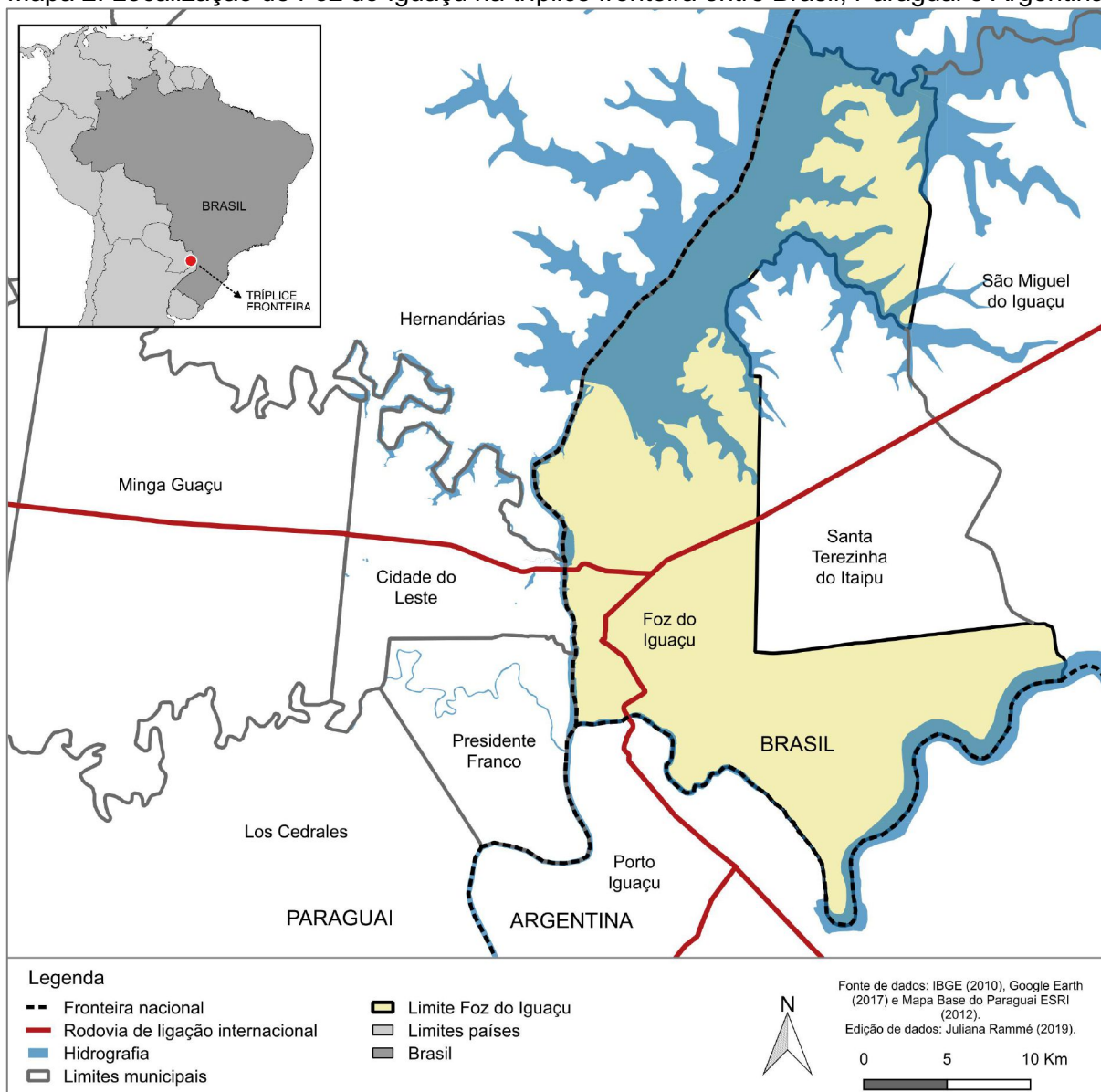
será apresentado o município de Foz do Iguaçu, foco principal desta pesquisa e, posteriormente, serão apresentados brevemente os demais municípios paraguaios.

4.1. A MARGEM ESQUERDA DA ITAIPU BINACIONAL - FOZ DO IGUAÇU

Conforme mencionado anteriormente, as vilas de Itaipu implantadas no lado brasileiro da usina, também chamado de “Margem esquerda”, estão localizadas no município de Foz do Iguaçu, que se caracteriza como uma das 122 cidades de fronteira do Brasil, fazendo divisa com Cidade do Leste no Paraguai e Porto Iguaçu na Argentina (Mapa 2). Sua origem está relacionada com a implantação de uma Colônia Militar no ano de 1850, após o fim da Guerra do Paraguai. Nesse período, o Brasil havia acabado de passar por uma transformação política importante, que mudou seu sistema político de imperial para republicano. O novo sistema deu continuidade ao projeto expansionista promovido durante o anterior, em que o governo e o Exército agiam com o intuito de formar as fronteiras nacionais (RITT, 2011).

As colônias militares, fundadas a partir de 1850, tinham como finalidade ocupar e garantir que as terras de fronteira computassem no território nacional, a fim de evitar que as nações vizinhas reclamassem suas posses. Durante pouco mais de vinte anos, os militares foram os responsáveis pela administração da colônia implantada em Foz do Iguaçu e, através de relatórios periódicos, eles destacavam a falta de verba e de infraestrutura necessárias para o desenvolvimento local. Aos poucos, a Colônia Militar foi despertando menos interesse para as autoridades políticas, pois o comércio de elementos naturais da região, como a erva-mate e a madeira nativa, rendia pouca arrecadação para os cofres públicos. Por esse motivo, no ano de 1903, o Ministro da Guerra Brasileiro deu por encerradas as atividades militares no local. Porém, somente em 1910 Foz do Iguaçu passou à condição de Vila e em 1914 à condição de município (RITT, 2011).

Mapa 2: Localização de Foz do Iguaçu na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina



Fonte: a autora, IBGE (2010), Google Earth (2017) e Mapa Base do Paraguai ESRI (2012).

4.1.1. A Marcha para o Oeste e a consolidação do município de Foz do Iguaçu (1989-1974)

O primeiro prefeito que assumiu a gestão do município de Foz do Iguaçu, em 1914, foi o ex-militar Jorge Schimmelpfeng, que passou 10 anos no cargo. Um de seus principais objetivos era formar uma elite local, baseada no modelo político nacional, embora a população da cidade, na época, fosse formada em sua maioria por habitantes estrangeiros, paraguaios e argentinos. Schimmelpfeng também foi o responsável por controlar o comércio e a exploração da erva-mate, sendo o maior

comprador e vendedor do produto na região. Além disso, ele também foi considerado o precursor das atividades comerciais relacionadas ao turismo, através da exploração das Cataratas do Iguaçu. No ano de 1920, quando Foz do Iguaçu contava com uma população de 6.430 habitantes, a administração já atuava com seus próprios recursos e já haviam sido construídas várias estradas de rodagem e caminhos vicinais, como a estrada que fazia ligação com as Cataratas do Iguaçu, com o Porto Bela Vista, localizado às margens do rio Paraná na divisa com o Paraguai, e com o Porto Aguirre, localizado às margens do Rio Iguaçu na divisa com a Argentina (RITT, 2011).

Nesse momento, os principais alimentos consumidos no município continuavam vindo pelo rio, importados da Argentina. Para acabar com essa dependência, foram assinados contratos para fixação de colonos nacionais e estrangeiros na região. Entretanto, a vida da população continuava se baseando na extração de madeira e na produção de erva-mate e a área urbana ainda não estava consolidada, devido à falta de diversificação das atividades comerciais. Ou seja, mesmo após a fundação do município, pouca coisa mudou no cotidiano da população em relação à Colônia Militar, muito embora o turismo estivesse começando a despertar o interesse da elite, como forma de alavancar outro modelo de comércio e renda e de favorecer seus interesses políticos na cidade (RITT, 2011).

Até a década de 1930, o oeste paranaense ainda era pouco povoado e se encontrava dominado pelos interesses dos exploradores de madeira e de erva-mate. Ao assumir o governo federal brasileiro, Getúlio Vargas decidiu nacionalizar a região, pois entendia que era necessário e fundamental seu efetivo povoamento. Dessa política governamental surgiu a chamada Marcha para o Leste. O Decreto nº 300 de 1930 estabeleceu que imensas extensões de terras, anteriormente concedidas e tituladas a grupos econômicos nacionais e estrangeiros, retornassem ao Governo do Paraná, que, por sua vez, abriu as portas para os imigrantes vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (COLODEL, 2002).

Além dos interesses em povoar a região oeste do Paraná, Getúlio Vargas também demonstrou preocupação com a preservação e regulação da área onde se encontravam as Cataratas do Iguaçu. A partir do Decreto nº 1.035 de 1939 (BRASIL, 1939) foi criado o Parque Nacional do Iguaçu, que tinha como objetivo atender ao artigo 34 da Constituição Federal de 1934, que colocava sob proteção e cuidados especiais da Nação, Estados e Municípios, os monumentos históricos, artísticos e naturais do Brasil, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela

natureza. Além disso, esse decreto regulava a entrada e permanência de excursionistas, bem como estabelecia taxas de acesso e permanência que seriam direcionadas aos cofres públicos. Nesse momento, a área urbana de Foz do Iguaçu se encontrava estruturada em poucas quadras, que já se encontravam, porém, demarcadas a partir de um traçado ortogonal em malha xadrez, típico das cidades com origens militares. A maior concentração de edificações estava disposta ao longo da Avenida Jorge Schimmelpfeng e da Avenida Brasil (Figura 19, Figura 20, Figura 21 e Figura 22). É importante destacar que ainda na década de 1930, mais precisamente no ano de 1932, foi implantado em Foz do Iguaçu o Primeiro Batalhão de Fronteira, localizado no início da Avenida Brasil. A gleba destinada para o batalhão ocupava uma porção significativa do território e acabou delimitando a expansão urbana em direção ao norte do município. No ano de 2017, o chamado 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado ainda ocupava a mesma área delimitada em 1932 (Figura 23).

Figura 19: Foto da área urbana de Foz do Iguaçu na década de 1930



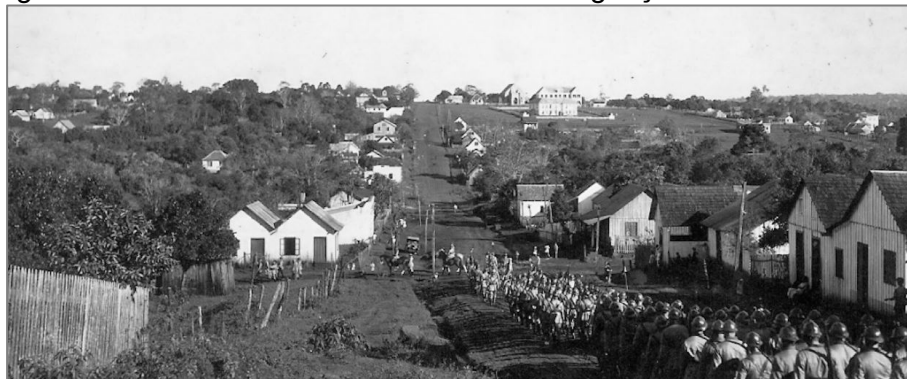
Fonte: Sergio Sawazaki - <https://terrinhasdasaguasfoz.wordpress.com/foz-dos-tempos-idos-mas-nao-esquecidos/>.jpg

Figura 20: Foto da área urbana de Foz do Iguaçu na década de 1930



Fonte: Loty Ferreira - <https://terrinhasdasaguasfoz.wordpress.com/foz-dos-tempos-idos-mas-nao-esquecidos/>.jpg

Figura 21: Foto da Avenida Brasil em Foz do Iguaçu na década de 1930



Fonte: Sergio Sawazaki - <https://terrinhadasaguasfoz.wordpress.com/foz-dos-tempos-idos-mas-nao-esquecidos/.jpg>

Figura 22: Foto de Foz do Iguaçu na década de 1930



Fonte: <https://terrinhadasaguasfoz.wordpress.com/foz-dos-tempos-idos-mas-nao-esquecidos/.jpg>

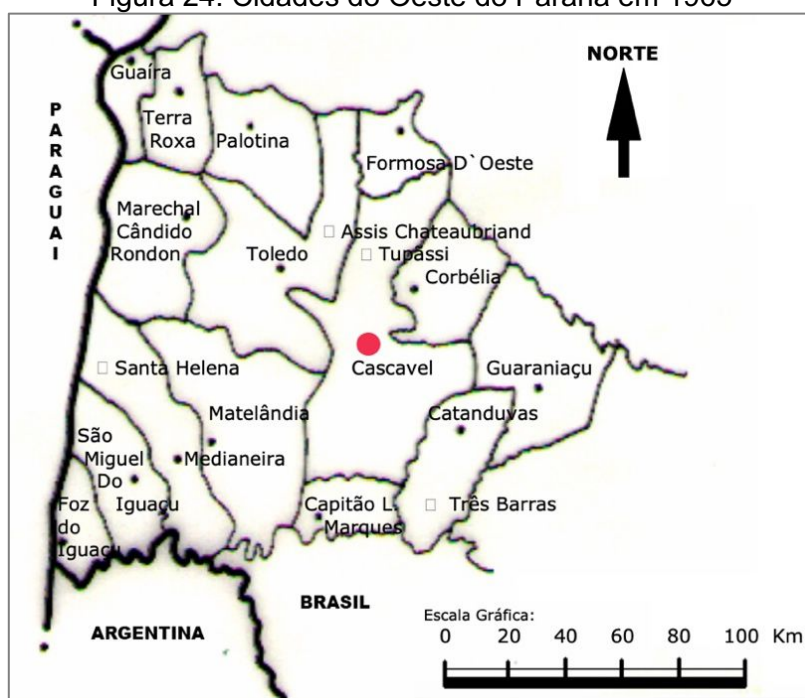
Figura 23: Foto do Primeiro Batalhão de Fronteira na década de 1930



Fonte: <https://terrinhadasaguasfoz.wordpress.com/foz-dos-tempos-idos-mas-nao-esquecidos/.jpg>

A partir de 1940, Foz do Iguaçu vivenciou um acelerado processo de ocupação de terras que se deu a partir da ampliação de loteamentos rurais e urbanos e do forte afluxo populacional de emigrantes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Apesar disso, até a década de 1950, Foz do Iguaçu correspondia a um pequeno núcleo urbano, cuja dinâmica de atividades estava fortemente articulada ao atendimento das demandas rurais. No início de 1960, o município estava vinculado à rede regional de Cascavel (Figura 24), tendo em vista a ocupação relativamente recente da área, embora já tivesse estabelecido relações com outras cidades e povoados mais próximos (CONTE, 2014).

Figura 24: Cidades do Oeste do Paraná em 1965



Fonte: a autora, a partir de MISKIW (2000, p. 13).

Entre os anos de 1950 e 1970, o crescimento populacional de Foz do Iguaçu apresentou taxas abaixo da média do Estado (Tabela 2), resultado do impacto da cessão de áreas para a instalação de novos municípios (FOZ DO IGUAÇU, 2018). Segundo Conte (2014), nesse mesmo período, ocorreu a estruturação e expansão do núcleo urbano de Foz do Iguaçu. Primeiramente através da implantação de atividades urbanas direcionadas para as necessidades da população, como o início do processo de comercialização do excedente produzido, e depois através da oferta de bens e serviços para a população do campo e da cidade. Entretanto, a autora considera que as atividades urbanas só atingiram maior complexidade em Foz do Iguaçu a partir do

início da década de 1960, ou seja, mesmo considerando que a cidade teve sua gênese ainda no século XIX, ela somente passou a atender a população com comércio e serviços, mais de meio século depois. As fotos históricas retratam esse cenário e mostram a diversificação do comércio que se estruturou ao longo da década de 1960 e início da década de 1970 (Figura 25, Figura 26, Figura 28 e Figura 27). Com isso, a taxa de urbanização passou de 21% em 1950 para 35% em 1960 e, posteriormente, para 59% em 1970 (IBGE, 2011).

Tabela 2: Crescimento populacional de Foz do Iguaçu entre os anos de 1950 e 1970

Ano	Foz do Iguaçu	Taxa de crescimento	Paraná	Taxa de crescimento	Brasil	Taxa de crescimento
1950	16.420	-	2.115.547	-	51.784.325	-
1960	28.080	71,01%	4.277.763	102,21%	70.513.494	36,17%
1970	33.966	20,96%	6.929.821	62,00%	93.023.782	31,92%

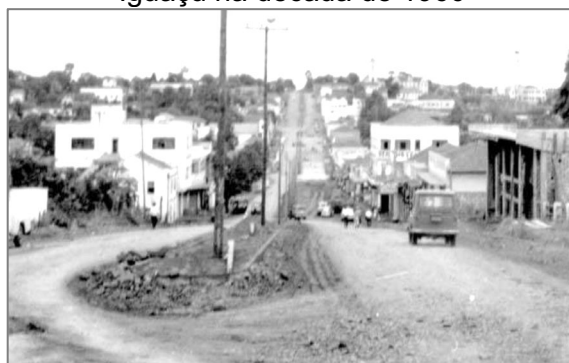
Fonte: a autora, a partir de Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brazil 1872/1920; IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico 1940/2010; IBGE Cidades, 2018.

Figura 25: Foto da região central de Foz do Iguaçu na década de 1960



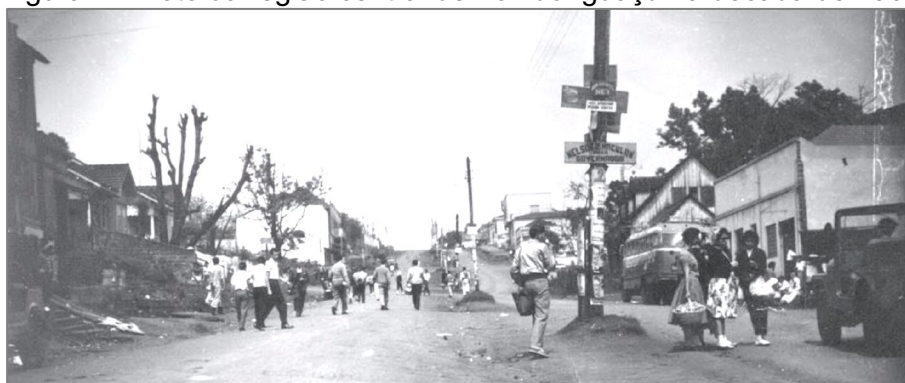
Fonte: <https://terrinhasaguasfoz.wordpress.com/foz-dos-tempos-idos-mas-nao-esquecidos/.jpg>

Figura 26: Foto da região central de Foz do Iguaçu na década de 1960



Fonte: <https://terrinhasaguasfoz.wordpress.com/foz-dos-tempos-idos-mas-nao-esquecidos/.jpg>

Figura 27: Foto da região central de Foz do Iguaçu na década de 1960



Fonte: <https://terrinhasaguasfoz.wordpress.com/foz-dos-tempos-idos-mas-nao-esquecidos/.jpg>

Figura 28: Foto da região central de Foz do Iguaçu na década de 1960



Fonte: <https://terrinhadadasaguasfoz.wordpress.com/foz-dos-tempos-idos-mas-nao-esquecidos/.jpg>

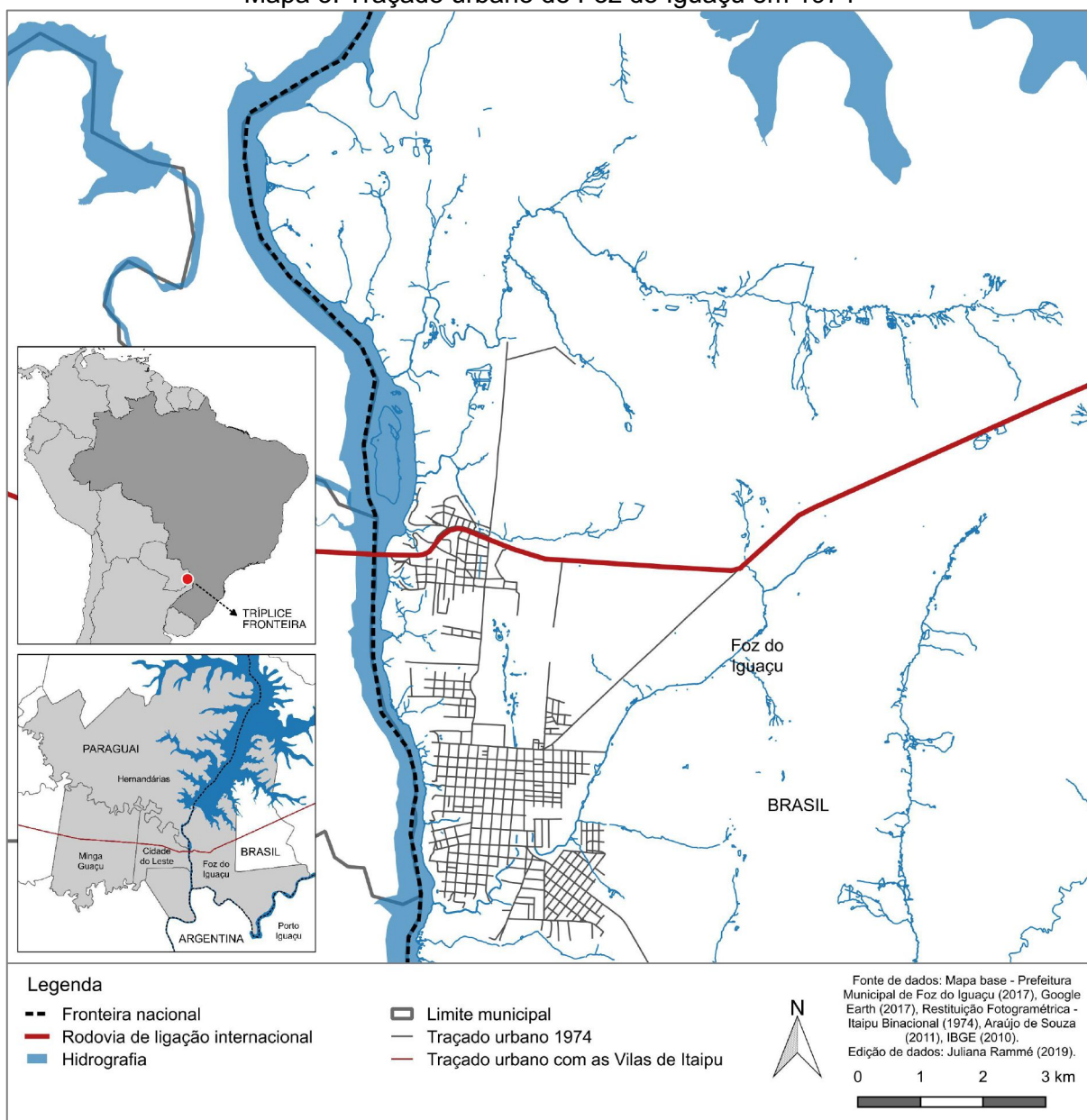
Paralelo a esse processo de consolidação das atividades comerciais locais, a partir da metade da década de 1960, as relações entre o Brasil e o Paraguai se intensificaram, resultando em uma série de projetos de infraestrutura que beneficiariam o desenvolvimento econômico dos dois países, como a construção da Ponte da Amizade e do Aeroporto Internacional e a pavimentação da BR 277. A Ponte da Amizade, construída em 1965, ligou o município de Foz do Iguaçu à Cidade do Leste e, juntamente com a pavimentação da BR 277, foi responsável pelo escoamento da produção agrícola do oeste paranaense e do Paraguai até o Porto de Paranaguá, caracterizado como o maior porto graneleiro da América Latina⁵. Já a construção do Aeroporto Internacional foi responsável por impulsionar as atividades comerciais e turísticas da região.

Entre os anos de 1970 e 1975, o quadro urbano começou a se expandir para as áreas rurais, por meio de loteamentos legais e ilegais permeados por vazios urbanos. Esses vazios foram sendo deixados estrategicamente para atender a especulação imobiliária, sem que o poder público local interferisse. Dessa forma, se produzia e reproduzia um espaço urbano que privilegiava aqueles que se apropriavam dos lotes de terras em locais estratégicos, gerando, desde aquela época, um grande contingente de pessoas excluídas socioespacialmente (HAHN, 2006). Até o ano de 1974, a malha urbana de Foz do Iguaçu estava estruturada em um traçado ortogonal em xadrez, composta por dois núcleos urbanos dispersos: um deles correspondia à área onde a cidade se originou, a partir da Colônia Militar implantada no final do século

⁵ Informações disponíveis em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=101110>>. Acessado em 19 de janeiro. 2020.

XIX, e o outro estava localizado próximo da Ponte da Amizade, onde se instalaram os principais comércios atacadistas do município. A principal área de expansão do município se localizava ao sul, em direção à avenida das Cataratas, principal ligação com os Parques Nacionais do Iguaçu, tanto do Brasil, quanto da Argentina (Mapa 3).

Mapa 3: Traçado urbano de Foz do Iguaçu em 1974



Fonte: a autora, a partir de Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Google Earth (2017), Restituição Fotogramétrica - Itaipu Binacional (1974), Araújo de Souza (2011), IBGE (2010).

4.1.2. A construção da Itaipu Binacional e suas vilas operárias (1974 - 1979)

Como já mencionado, partir do ano de 1974, a construção da Itaipu Binacional atraiu correntes migratórias de várias partes do Brasil e resultou em um salto no crescimento urbano e populacional do município, o que influenciou de forma significativa a produção de seu espaço urbano. Conforme indicado anteriormente, entre os anos de 1970 e 1980, a população de Foz do Iguaçu teve um aumento de 301,44% (Tabela 3), contra 10,10% do Paraná e 27,41% do Brasil. De acordo com Conte (2014), nesse período, Foz do Iguaçu passou a ganhar posição na rede regional de cidades, devido ao conjunto de transformações socioespaciais advindas da construção da usina e do desenvolvimento de uma série de atividades econômicas. O município, que até então tinha sua economia apoiada principalmente nas atividades agropecuárias, passou a concentrar sua base econômica no turismo, comércio e serviços e, por esse motivo, passou também a fornecer bens e serviços para grande parte dos núcleos anteriormente subordinados à Cascavel.

Tabela 3: Crescimento populacional de Foz do Iguaçu entre os anos de 1970 e 2018

Ano	Foz do Iguaçu	Taxa de crescimento	Paraná	Taxa de crescimento	Brasil	Taxa de crescimento
1970	33.966	20,96%	6.929.821	62,00%	93.023.782	31,92%
1980	136.352	301,44%	7.629.849	10,10%	118.520.027	27,41%
1991	190.123	39,44%	8.448.713	10,73%	145.692.783	22,93%
2000	258.543	35,99%	9.563.458	13,19%	168.419.383	15,60%
2010	256.081	-0,95%	10.444.526	9,21%	189.193.390	12,33%
2018	258.823	1,07%	11.348.937	8,66%	208.494.900	10,20%

Fonte: a autora, a partir de Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil 1872/1920; IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico 1940/2010; IBGE Cidades, 2018.

Em meados da década de 1970, começaram a surgir os primeiros edifícios em altura e as vias na região central passaram a ser pavimentadas. Segundo Roseira (2006), apesar de Foz do Iguaçu já estar dotada de atrativos turísticos nessa época, foi a construção da Itaipu que alterou significativamente o crescimento populacional do município. Para o autor, esse crescimento trouxe graves problemas para o planejamento, violência urbana e desemprego, como também foi o responsável pela expansão e diversificação do comércio e indústria local. Além disso, até o início da década de 1970, aproximadamente 60% da população vivia na área urbana, passando para 74% no início de 1980. Abaixo, seguem algumas fotos da área urbana de Foz do

Iguaçu tiradas durante a década de 1970 (Figura 29, Figura 30, Figura 31, Figura 32 e Figura 33).

Figura 29: Foto da região central de Foz do Iguaçu na década de 1970



Fonte: <https://terrinhadasaguasfoz.wordpress.com/foz-dos-tempos-idos-mas-nao-esquecidos/.jpg>

Figura 30: Foto da Avenida Brasil em Foz do Iguaçu na década de 1970



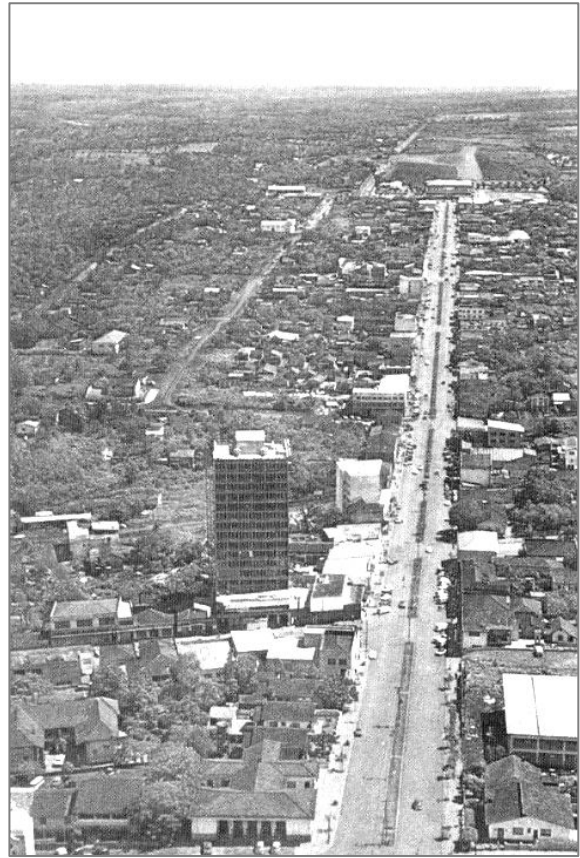
Fonte: <https://terrinhadasaguasfoz.wordpress.com/foz-dos-tempos-idos-mas-nao-esquecidos/.jpg>

Figura 31: Foto de Foz do Iguaçu na década de 1970



Fonte: Walter Dysarsz - <https://terrinhasaguasfoz.wordpress.com/foz-dos-tempos-idos-mas-nao-esquecidos/.jpg>

Figura 32: Foto de Foz do Iguaçu na década de 1970



Fonte: <https://terrinhasaguasfoz.wordpress.com/foz-dos-tempos-idos-mas-nao-esquecidos/.jpg>

Figura 33: Foto da região central de Foz do Iguaçu na década de 1970



Fonte: <https://terrinhasaguasfoz.wordpress.com/foz-dos-tempos-idos-mas-nao-esquecidos/.jpg>

A grande influência da Itaipu Binacional no crescimento populacional de Foz do Iguaçu se deu, principalmente, devido ao grande contingente de trabalhadores que veio para a região em busca de emprego. No ano de 1978, aproximadamente 40 mil funcionários trabalhavam nas obras da usina. Número maior que a população existente na cidade até o início dos anos de 1970, que era de 33.970 habitantes. Esse crescimento populacional acarretou também uma elevação na demanda por serviços públicos e privados, principalmente na área da saúde, educação, saneamento básico e habitação (SOUZA, 1988). Sendo assim, como já apontado, para abrigar parte de seus trabalhadores, a Itaipu Binacional construiu em Foz do Iguaçu três vilas operárias entre os anos de 1975 e 1979.

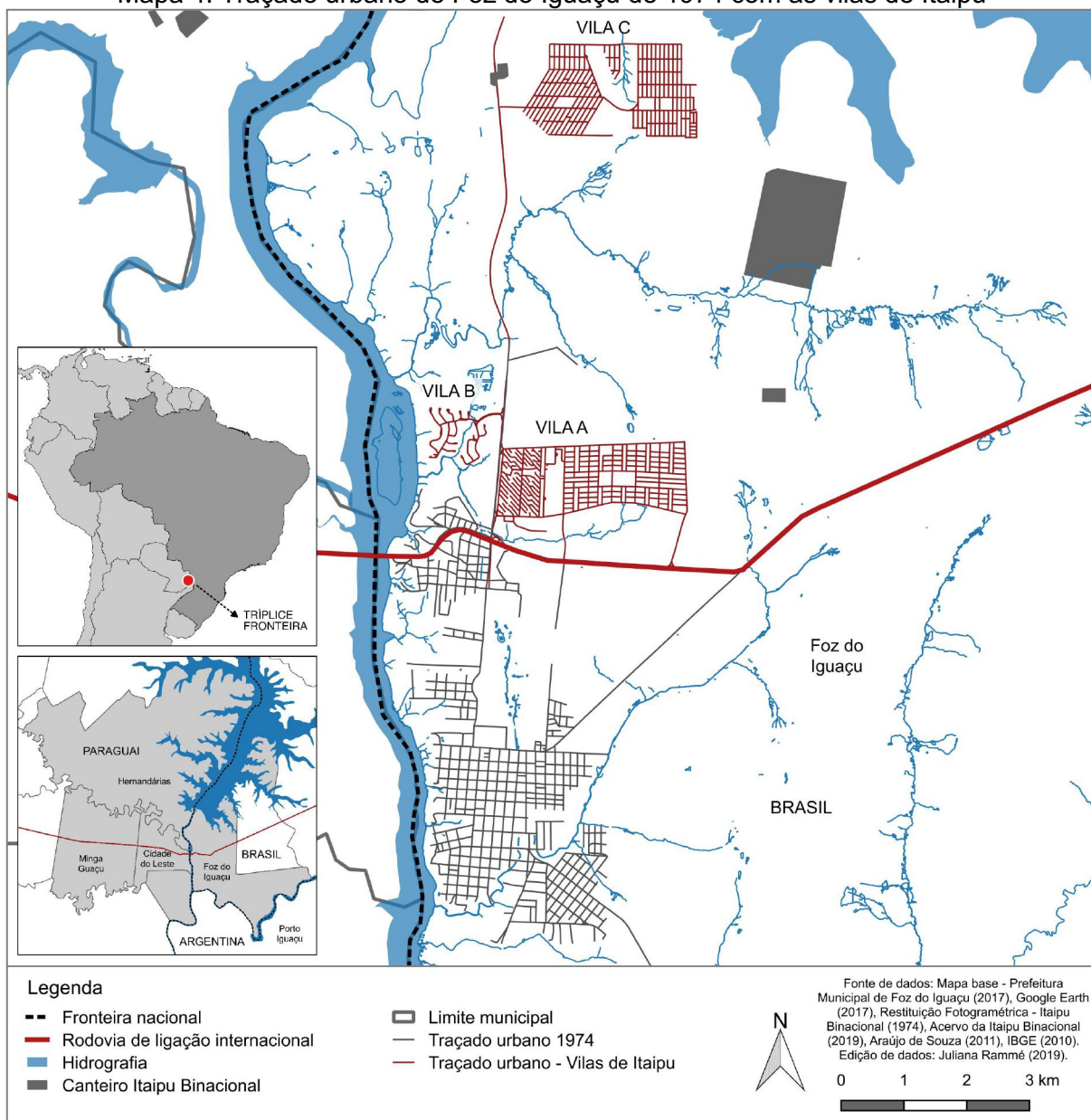
De acordo com Vianna (2006), o estabelecimento de infraestrutura para acomodar os trabalhadores envolvidos na construção de obras de geração de energia foi de fundamental importância para o seu desenvolvimento executivo. Para a autora, as empresas concessionárias de energia elétrica frequentemente construíam e administravam vilas e núcleos residenciais destinados para seus funcionários, cuja finalidade principal era de abrigar, durante a construção da usina, os trabalhadores vinculados à sua obra e operação. As maiores vilas do Brasil chegavam a atingir o porte de cidades, com 20 ou 30 mil pessoas, como é o caso das vilas de Itaipu.

Em Foz do Iguaçu, as vilas de Itaipu, denominadas de Vila A, B e C, foram implantadas distantes da malha urbana existente (Mapa 4), revelando a estratégia de isolar os trabalhadores e submetê-los à infraestrutura e normas impostas pela entidade (SBARDELOTTO e CASTANHO, 2017, pg. 116). Além disso, cada uma das três vilas foi destinada para uma categoria de funcionários, dividindo-os de acordo com sua função dentro da empresa. Ou seja, a Vila A foi destinada para os técnicos e funcionários administrativos, a Vila B foi destinada para diretores e gerentes da usina e a Vila C foi destinada para os operários e trabalhadores em postos de serviço (SOUZA, 1998).

A localização das Vilas influenciou de maneira crucial nos processos de expansão futuros, pois apenas no entorno da Vila A novos bairros puderam ser construídos, reforçando ainda mais a segregação socioespacial imposta pela Itaipu Binacional. A Vila B teve seu projeto inserido estrategicamente no meio de amplas áreas verdes de preservação, entre o rio Paraná e a via que liga o centro da cidade à Itaipu Binacional. Já a Vila C teve seu crescimento limitado pelo canteiro de obras da Itaipu, pelo Lado da barragem e pelas linhas de transmissão, que acabaram isolando-

a e tornando inviável a expansão no seu entorno. Além disso, segundo Aranha (2013), a implantação das vilas de Itaipu na porção norte do município, separadas do restante da área urbana pela BR 277, limitou as relações sociais que viriam a se estabelecer entre os novos moradores, ou seja, os funcionários da usina e os demais moradores da cidade.

Mapa 4: Traçado urbano de Foz do Iguaçu de 1974 com as vilas de Itaipu



Fonte: a autora, a partir de Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Google Earth (2017), Restituição Fotogramétrica - Itaipu Binacional (1974), Acervo da Itaipu Binacional (2019), Araújo de Souza (2011), IBGE (2010).

Contraditoriamente, de acordo com o Relatório Anual da Itaipu Binacional do ano de 1974, os projetos das vilas deveriam se adequar ao planejamento urbano

das cidades onde elas seriam implantadas. Entretanto, como não havia na época um plano diretor ou um plano de desenvolvimento local nessas cidades, a própria Itaipu Binacional se encarregou de contratar os serviços para sua elaboração:

“Adotou-se o critério de incorporar essas modernas vilas residenciais, a serem construídas dentro do cuidadoso planejamento urbano, às cidades junto às quais se encontrem, aproveitando-se a infra-estrutura destas, que terá de ser reforçada, ampliada e melhorada. Esse planejamento global do desenvolvimento das cidades da região de Itaipu está sendo feito, no Paraguai, diretamente pela Entidade e, no Brasil, pela Universidade Federal do Paraná, levando em consideração, entre outros aspectos: levantamento dos serviços urbanos existentes e seu potencial; censo demográfico e projeção de crescimento populacional; adequado dimensionamento, requerido pelo enorme e rápido aumento demográfico, para os novos serviços de água e esgotos, energia elétrica, comunicação e transportes urbanos, rede educacional e hospitalar, diversões, pavimentação, arborização e paisagismo. Em ambos os países, todo o planejamento está sendo feito em articulação com os Órgãos Governamentais adequados e com sua colaboração, pois uma grande parte dele será executada por estes últimos. Enquanto se elabora e detalha o plano geral de desenvolvimento urbano, serão construídas, em 1975, pelo regime de preço unitário por unidade habitacional, 1.334 casas residenciais, metade em cada margem do rio Paraná, para atender às primeiras necessidades do grande consórcio empreiteiro, que, no segundo semestre deste ano, se instalará no canteiro de obras, já trabalhando diretamente na linha do projeto de Itaipu [...]. Para isso, após as medidas regulamentares de pré-seleção de concorrência, já foram selecionadas 25 firmas construtoras paraguaias e 6 brasileiras” (ITAIPU BINACIONAL, 1974, p. 24).

Sendo assim, no ano de 1974, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) elaborou um Plano de Desenvolvimento Urbano a partir de um Convênio de Cooperação Técnica com a Itaipu Binacional, que tinha como objetivos: (i) planejar o crescimento de Foz do Iguaçu de forma ordenada e harmoniosa e adequar os serviços de infraestrutura urbana e equipamento comunitário para suportar o súbito aumento da demanda a partir da solicitação criada pela empresa; (ii) promover uma base econômica durável para o núcleo urbano que se origina da implantação do projeto da Itaipu; (iii) minimizar o impacto da construção da Hidrelétrica da Itaipu sobre a estrutura urbana da cidade de Foz do Iguaçu, integrando a população da cidade com aquela diretamente ou indiretamente ligada à obra; e (iv) dotar o Poder Público Municipal de instrumental hábil para fazer face ao desafio do crescimento explosivo, o qual fatalmente geraria pressões de toda ordem (UFPR, 1974). Mais detalhes desse plano serão apresentados ao longo desta pesquisa.

A construção das vilas de Itaipu foi, assim, realizada sobre áreas públicas, que foram desapropriadas do governo brasileiro a partir do Decreto nº 74.972/1974

de Foz do Iguaçu. A infraestrutura das vilas de Itaipu não tinha apenas a função de agrupar os trabalhadores em locais próximos, mas também de estabelecer modos de vida adequados à produção e controle repressivo e ideológico sobre a força de trabalho. Além do aparato repressor, condizente com o Regime Militar em que se encontravam os dois países (Brasil e Paraguai), havia também uma complexa estrutura que atuava eficientemente nesse controle. As características dessa estrutura tornavam a Itaipu, legalmente e de fato, um “Estado à parte”. Isso, porque a Itaipu Binacional tinha autonomia total de controle sobre as instâncias de vida de seus trabalhadores, legislando e controlando os espaços e políticas de acordo com suas necessidades. Desse modo, nas vilas de Itaipu foi viabilizado um complexo sistema de prestação de serviços que tinha como objetivo manter o controle físico, econômico, político e ideológico dos trabalhadores em todos os setores, reproduzindo a hierarquia social e econômica e garantindo a segregação entre as diferentes frações da classe trabalhadora (SBARDELOTTO e CASTANHO, 2017, pg. 116).

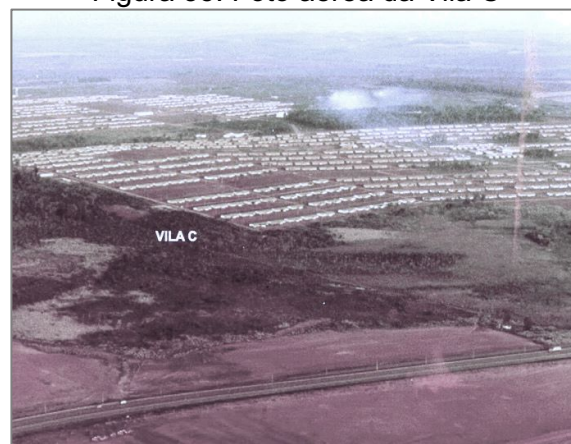
As vilas de Itaipu também foram construídas para terem uma certa autonomia com relação aos serviços coletivos e às atividades de lazer. Elas dispunham de colégios, creches, praças, quadras de futebol, postos de saúde e, em uma das vilas, a maior e mais equipada delas, um hospital. Entretanto, Aranha (2013) afirma que esses serviços não supriam todas as necessidades dos moradores e, por isso, quando necessário, os moradores precisavam se descolar até o centro da cidade, localizado longe de todas as vilas, principalmente daquela destinada aos operários e trabalhadores em postos de serviço (Vila C), e cuja infraestrutura era menor e mais limitada (Figura 34 e Figura 35).

Figura 34: Foto aérea da Vila A



Fonte: Itaipu Binacional, s/d.

Figura 35: Foto aérea da Vila C



Fonte: Itaipu Binacional, 1975/76.

Para a elaboração dos projetos das vilas de Itaipu, o Consórcio UNICON contratou a empresa Serete S. A. Engenharia. Além dos projetos urbanísticos, essa empresa se encarregou de elaborar também os projetos arquitetônicos das casas e equipamentos coletivos. Cada uma das três vilas foi construída com diferentes diretrizes urbanísticas e diferentes tipologias de moradia, com padrões construtivos pré-estabelecidos pela Itaipu Binacional, de acordo com a categoria de funcionários para quem elas estavam sendo destinadas. Ao todo, foram propostos 36 diferentes modelos de casas, divididos em doze tipos (Tabela 4). As casas com padrão construtivo considerado superior foram construídas na Vila B e uma pequena parte delas foi destinada também para a Vila A, embora com áreas menores. Já as casas com padrão construtivo considerado bom foram todas implantadas na Vila A. Por fim, as casas com padrão construtivo considerado popular foram alocadas tanto na Vila A quanto na Vila C, embora nesta última elas tenham sido construídas de maneira geminada. Apesar de a Itaipu Binacional ter previsto inicialmente 8 mil unidades habitacionais, ao todo foram construídas 9.505, sendo que destas 5.226 foram implantadas no lado brasileiro e 4.279 do lado paraguaio (ITAIPU BINACIONAL, 1986).

Tabela 4: Tipologia das edificações nas vilas de Itaipu – Foz do Iguaçu

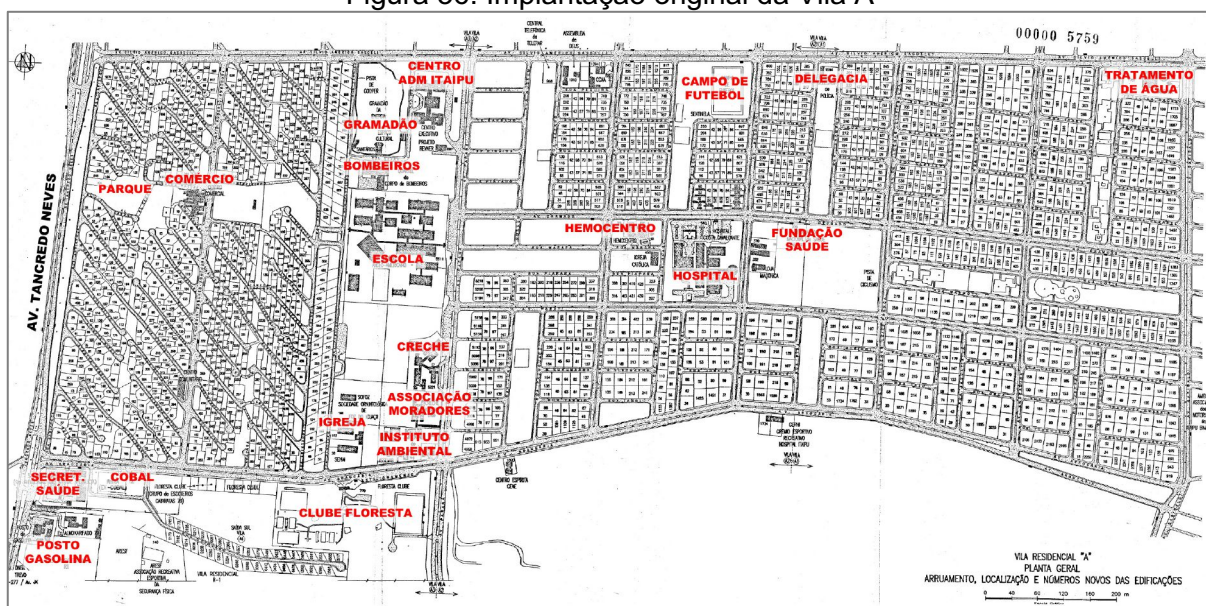
Casa tipo	Localização e quantidade			Área média (m ²)	Variações	Padrão construtivo
	A	B	C			
1		22		275 até 299	4	Superior
2		52		222 até 232	4	Superior
3		75		162 até 213	5	Superior
3'	17	72		151 até 203	4	Superior
3' madeira	214			150 e 154	1	Bom
4	101			100 até 123	3	Bom
4' madeira	413			111 e 118	2	Bom
5	136			88 até 96	3	Bom
6	397			80	2	médio
7	390			68	2	médio
8	225			80	1	Popular
9	212			68	1	Popular
Geminadas			2.900	69 e 84	1	Popular
Total	2.105	221	2.900			

Fonte: Itaipu Binacional (1986)

A Vila A foi a primeira a iniciar as obras, com 667 casas construídas ainda no ano de 1975. Conforme mencionado anteriormente, ela foi destinada para os

funcionários técnicos e administrativos e contou com a implantação de 2.105 casas de 17 modelos diferentes. Essas casas variavam de 68 m² até 203 m² e foram construídas em madeira ou alvenaria (ITAIPU BINACIONAL, 1986). De acordo com a planta de implantação da Vila A (Figura 36), além das áreas residenciais, também foram implantados vários equipamentos coletivos⁶, como escola, creche, associações de moradores e funcionários, clube recreativo, campo de futebol, igrejas e hospital, destinados para atender exclusivamente os funcionários da Itaipu Binacional. Também, foram destinadas áreas para implantação de equipamentos públicos como delegacia, corpo de bombeiros, central de tratamento de água, hemocentro, Secretaria de Saúde e Instituto Ambiental do Estado do Paraná. Além disso, alguns lotes foram destinados para implantação de um posto de gasolina, uma área comercial e algumas clínicas de saúde (Figura 37, Figura 38, Figura 39 e Figura 40).

Figura 36: Implantação original da Vila A



Fonte: a autora, a partir de Acervo Técnico da Itaipu Binacional, 1999.

A Vila A foi o maior bairro construído pela Itaipu Binacional, com aproximadamente 420 ha, sendo que desses, aproximadamente 150 ha foram destinados para áreas verdes de preservação. Além disso, ela também apresentava um número maior de áreas destinadas para implantação de equipamentos coletivos e áreas de lazer se comparado com às demais vilas, pois eles atendiam também os

⁶ O termo equipamento coletivo ao invés de equipamento público foi utilizado nesta pesquisa devido ao fato de que todos os espaços construídos nas três vilas de Itaipu foram destinados exclusivamente para o uso de seus funcionários.

moradores da Vila B e, quando necessário, os moradores da Vila C, como foi o caso do colégio. Seu traçado era predominantemente ortogonal, definido a partir de grandes avenidas com canteiros centrais. Os principais acessos estavam localizados na Avenida Tancredo Neves, principal via ligação do centro da cidade com o canteiro de obras da Itaipu Binacional.

Figura 37: Foto aérea Vila A



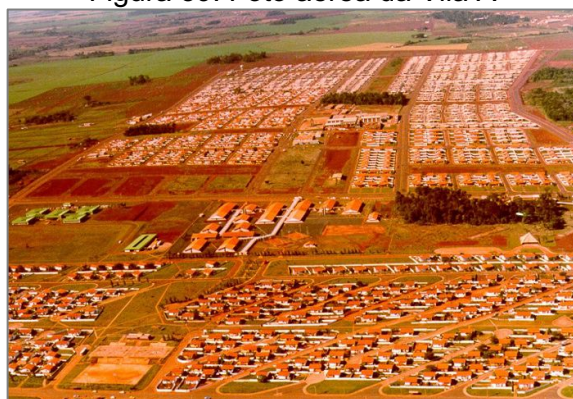
Fonte: Itaipu Binacional, 1975.

Figura 38: Foto aérea da Vila A



Fonte: Itaipu Binacional, 1975.

Figura 39: Foto aérea da Vila A



Fonte: Itaipu Binacional, 1975/1979.

Figura 40: Foto aérea da Vila A



Fonte: Itaipu Binacional, 1975/1979.

A Vila B, por sua vez, foi construída com 221 casas de 17 modelos diferentes, que variavam de 150 m² até 300 m². A tipologia predominante era composta por casas de alvenaria de alto padrão, com apenas um pavimento, isoladas no lote e com um amplo recuo frontal. Tanto na Vila A, quanto na Vila B, as casas foram construídas em lotes isolados e com um muro que dividia as residências, criando um ambiente particular para a vida doméstica. Além disso, todas as vilas possuíam um sistema de segurança realizado pela Itaipu Binacional, com rondas 24 horas por dia. Mesmo assim, a Vila B possuía uma portaria localizada na única via de acesso e um muro ao longo de todo seu perímetro, de modo a evitar que pessoas sem

identificação tivessem acesso (ARANHA, 2013). No ano de 2002, ela foi legalmente definida como Condomínio Fechado, a partir do Decreto nº 15.055/2002 de Foz do Iguaçu (Figura 41).

Figura 41: Implantação da Vila B



Fonte: a autora, a partir de Acervo Técnico da Itaipu Binacional, 1991.

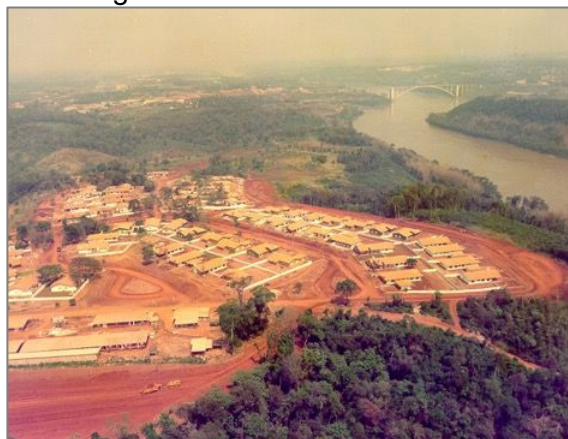
A Vila B não apresentava nenhum equipamento coletivo como escola, creche, posto de saúde, etc. Seus moradores utilizavam estes serviços na Vila A, localizada do outro lado da Avenida Tancredo Neves. Existia, na época, apenas um grande equipamento de lazer, intitulado de Clube Recreativo Ipê, que apenas os moradores do bairro poderiam frequentar. Além disso, o loteamento foi projetado com um traçado orgânico, ruas estreitas e poucas conexões internas. Seu entorno estava limitado pela faixa de proteção permanente do Rio Paraná e por outras áreas verdes de preservação. A única ligação acontecia através da Avenida Tancredo Neves, que, como para a Vila A, fazia a conexão com o centro e com o canteiro de obras da Itaipu (Figura 42, Figura 43, Figura 44 e Figura 45).

Figura 42: Foto aérea da Vila B



Fonte: Itaipu Binacional, 1975/1979.

Figura 43: Foto aérea da Vila B



Fonte: Itaipu Binacional, 1975/1979.

Figura 44: Foto aérea da Vila B



Fonte: Itaipu Binacional, 1975/1979.

Figura 45: Foto aérea da Vila B



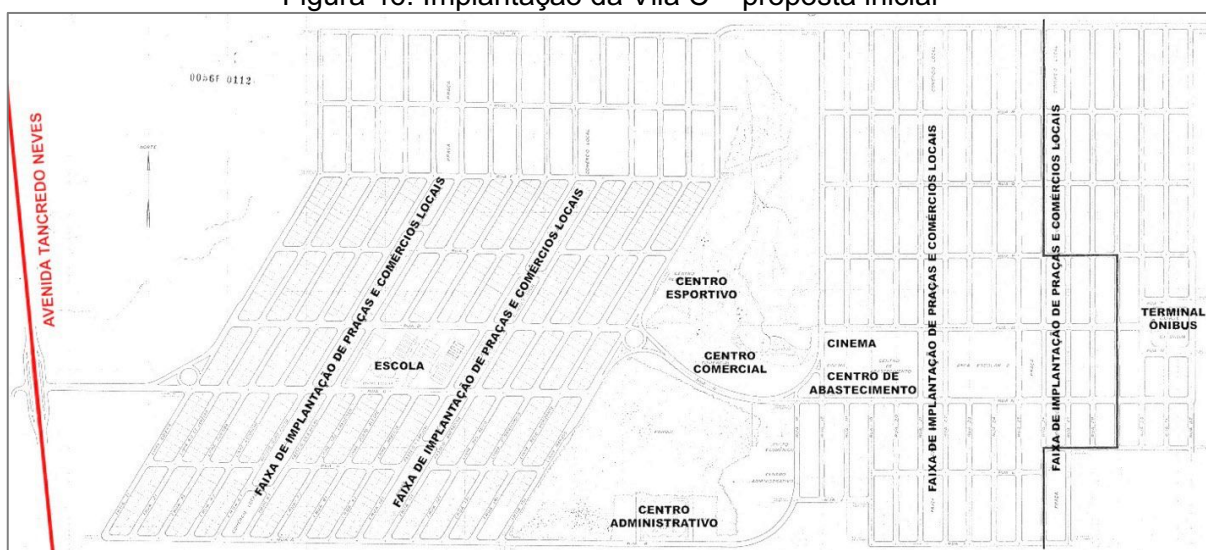
Fonte: Itaipu Binacional, 1975/1979.

Por fim, a Vila C foi projetada com 2.900 casas com apenas uma tipologia considerada de padrão popular. Pré-fabricadas em alvenaria, todas as casas foram construídas geminadas no fundo do lote, de modo que a mesma estrutura de telhado abrangesse quatro unidades, sendo duas delas com 69 m² e as outras duas com 84 m². O traçado do loteamento foi projetado todo ortogonal, com ruas estreitas e sem uma hierarquia viária definida, diferentemente da Vila A. Com relação aos espaços e equipamentos coletivos, a cada quatro quadras foi estabelecido um eixo que alternava praças e comércios locais e, na área central, foi proposta uma grande área verde, onde foram projetados um centro esportivo, um centro comercial e um centro administrativo (Figura 46). Essa vila não dispunha de um Clube de Lazer, assim como as demais vilas, e seus moradores não tinham permissão para se associar aos clubes existentes, devido a sua posição dentro da empresa.

É importante destacar, além disso, que a Vila C não foi projetada para durar. Sua construção tinha um caráter provisório e, após o fim da construção da usina, seria totalmente destruída. Contudo, no ano de 1991, a Prefeitura Municipal e a mídia local apontaram graves problemas de moradia no município e, por esse motivo, a empresa decidiu não demolir a vila, mas sim, entregar toda sua infraestrutura para o município. As casas então passaram por um processo de alienação, através de contratos firmados entre seus ocupantes e a Caixa Econômica Federal. Porém, como sua estrutura deveria ser provisória, Aranha (2013) aponta que a própria Itaipu já havia declarado, em uma resolução da diretoria, que as casas haviam sido construídas de forma simples, com vida útil de 10 anos e, por isso, as habitações apresentavam diversos problemas. Mesmo assim, essas mesmas casas foram vendidas aos seus moradores.

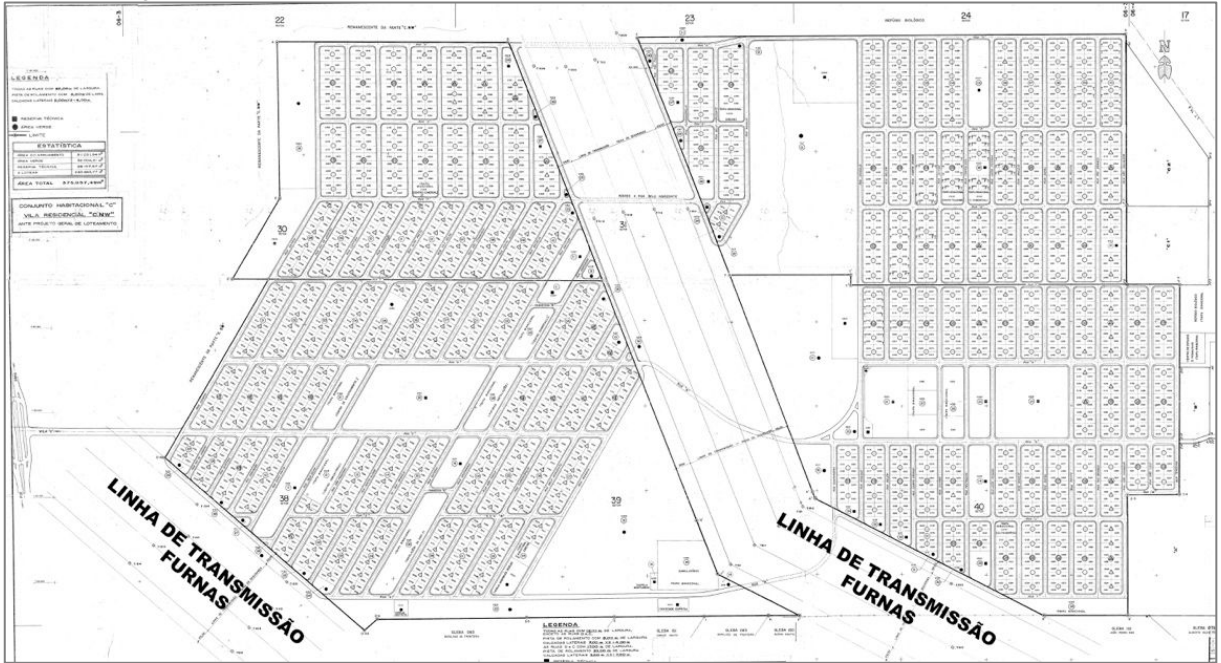
Além dessa mudança, o traçado inicial implantado na Vila C passou por uma significativa alteração, devido à instalação das linhas de transmissão de furnas, que causou a anulação de uma parte dos lotes e também da área verde de preservação. Ademais, sua implantação estratégica, próxima ao canteiro de obras da usina, fez com que sua segregação perdurasse no tempo, pois, além da distância do centro da cidade e das outras vilas, sua expansão estava limitada pelo lago da Itaipu, pela Avenida Tancredo Neves e, agora, também pela Linha de Transmissão de Furnas (Figura 47).

Figura 46: Implantação da Vila C – proposta inicial



Fonte: a autora, a partir de Acervo Técnico da Itaipu Binacional.

Figura 47: Implantação da Vila C – alterada após implantação LT de Furnas



Fonte: a autora, a partir de Acervo Técnico da Itaipu Binacional, 1991.

Figura 48: Foto aérea da Vila C



Fonte: Itaipu Binacional, 1975/1979.

Figura 49: Foto aérea da Vila C



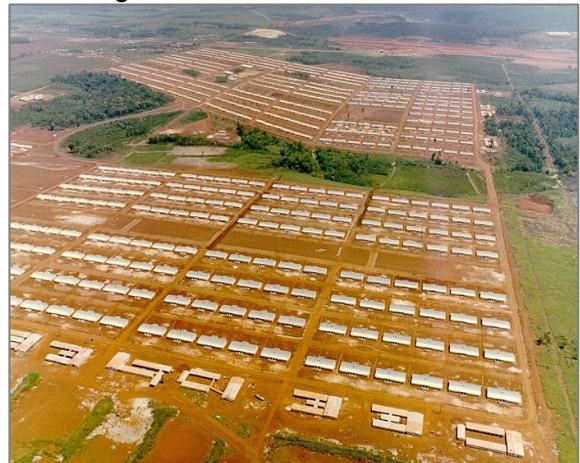
Fonte: Itaipu Binacional, 1975/1979.

Figura 50: Foto aérea da Vila C



Fonte: Itaipu Binacional, 1975/1979.

Figura 51: Foto aérea da Vila C



Fonte: Itaipu Binacional, 1975/1979.

De maneira geral, a construção das vilas de Itaipu foi fundamental para concretização da obra da usina e para manutenção do disciplinamento e controle de seus trabalhadores. Além disso, a constituição jurídica *sui generis* da Itaipu Binacional permitia que ela e as empresas que faziam parte do Consórcio responsável pelas obras (UNICON E CONEMPA) não estivessem subordinadas às normas civis e penais brasileiras ou paraguaias e, por isso, elas atuavam com autonomia em diversos aspectos:

“personalidade jurídica inédita, isenção de impostos e insubordinação às normas municipais; controle sobre a moradia e normas civis próprias; serviços de segurança próprios na região de Itaipu, repressão e colaboração com os regimes militares da América Latina; controle sobre os meios de comunicação e informações; política educacional própria e transmissão de valores morais (SBARDELOTTO e CASTANHO, 2017, pg. 116).

Sendo assim, durante o período de construção da usina, em cada Vila, havia uma sede de manutenção subordinada diretamente ao Departamento de Relações Industriais da UNICON, que tinha como atribuição a distribuição, administração e conservação das moradias, conhecidas popularmente como “Prefeituras da Itaipu” (SBARDELOTTO e CASTANHO, 2017). Qualquer alteração nas casas deveria ser previamente aprovada pela UNICON, que zelava pelos padrões originais da infraestrutura. O controle das moradias era realizado por meio de um Termo de Compromisso firmado entre os trabalhadores e o Consórcio, em que estavam especificadas as condições e direitos para utilização do imóvel (LIMAS, 2004 *apud* SBARDELOTTO e CASTANHO, 2017).

Além do controle com relação à estrutura física das Vilas, a Itaipu Binacional organizou uma complexa e eficiente estrutura repressiva, que atuava como uma verdadeira polícia civil nos seus territórios habitacionais e no canteiro de obras. Para a imprensa local, as vilas de Itaipu eram totalmente independentes do restante do município, comumente chamadas de “cidade à parte”. A rígida vigília efetuada pela Itaipu tinha como objetivo coibir os atritos entre os barrageiros, as reivindicações ou movimentos sociais, sob pena de demissão ou suspensão, com descontos previstos em folha de pagamento (SBARDELOTTO e CASTANHO, 2017). Dessa forma, pode-se afirmar que a segregação urbana gerada na cidade com a implantação das vilas de Itaipu não é, de fato, apenas uma projeção direta da estratificação social, mas um

efeito da distribuição no espaço das moradias e dos equipamentos sociais por uma empresa com grande poder político e econômico (SOTUYO, 1998).

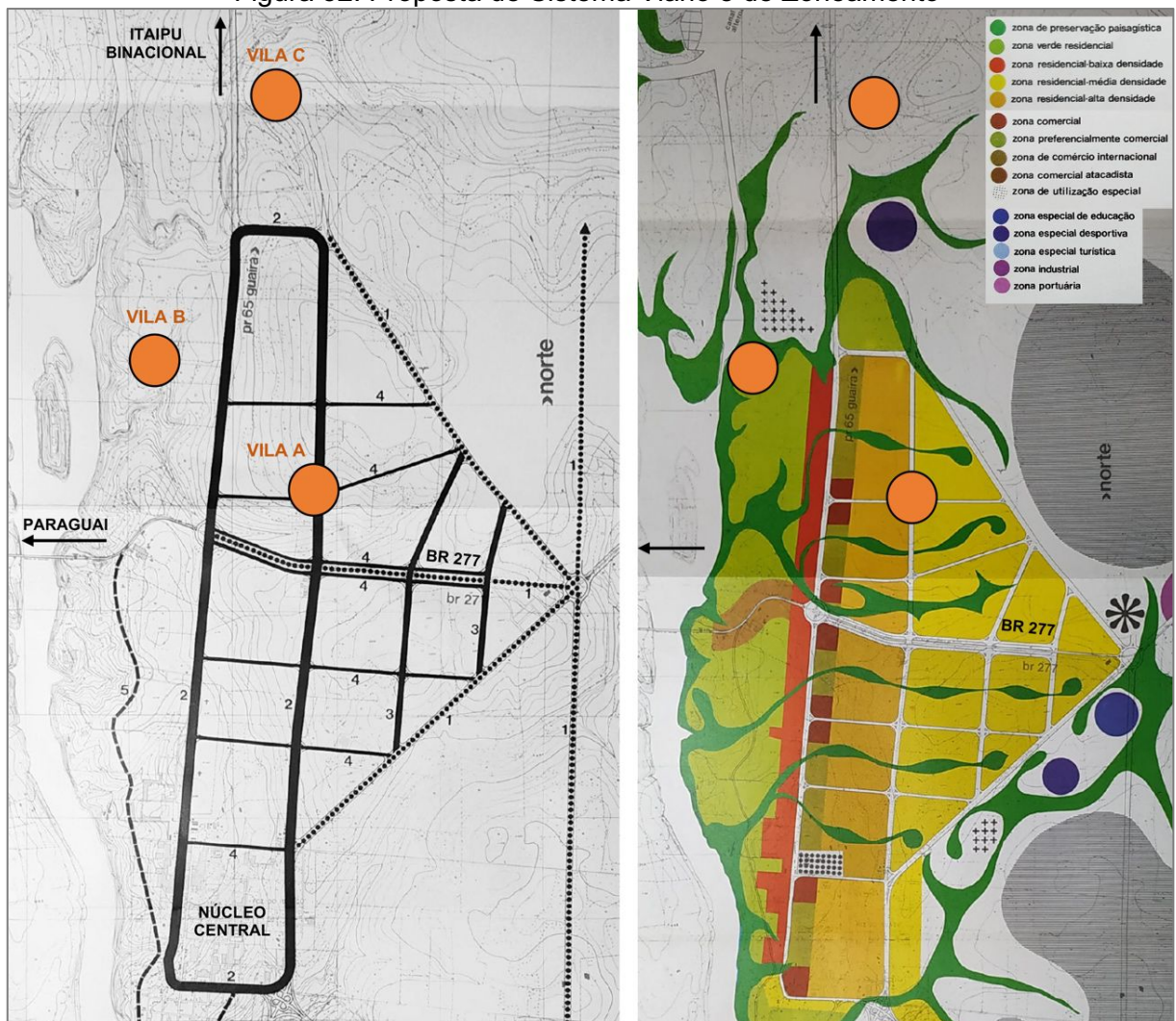
O fim da construção das vilas de Itaipu marca também o fim de um período de intenso crescimento urbano no município. Durante esse período, os limites urbanos foram influenciados de maneira expressiva pela Itaipu Binacional, seja pela construção de suas vilas, pela abertura de novos bairros para comportar o grande número de pessoas que estavam chegando em Foz do Iguaçu ou pelo início dos processos de favelização, que, segundo Aranha (2013), aconteceram devido à falta de emprego para todo esse contingente populacional, pois muitas pessoas vinham com o intuito de conseguir um emprego na usina e isso nem sempre acontecia. Ainda, o aumento da especulação imobiliária durante este período tornou inviável a compra de um terreno por uma parcela significativa da população. Neste contexto surge, por exemplo, a favela Rincão São Francisco, formada por ex-barrageiros que foram dispensados das empreiteiras e por pessoas que estavam aguardando uma vaga de trabalho na usina (ARANHA, 2013).

No ano de 1979, apenas cinco anos após o início da construção das vilas de Itaipu, Foz do Iguaçu apresentava um traçado urbano ortogonal estruturado a partir de grandes vias de ligação, organizadas sobretudo a partir da BR 277 e da Avenida Costa e Silva, principal acesso à área central do município na época, marcando os primeiros reflexos da Lei de Zoneamento Urbano aprovada no ano de 1975 (Lei nº 845/1975). Embora não tenha sido encontrado o mapa original que acompanhava a lei na época, acredita-se que ele tenha sido similar à proposta elaborada pela UFPR (1974), visto que o projeto de Lei sofreu poucas alterações com relação à proposta original desenvolvida pela universidade. No entanto, não é possível confirmar essa informação devido à falta de material histórico disponível nos órgãos públicos municipais e no material acadêmico pesquisado.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Urbano (UFPR, 1974), a implantação das vilas de Itaipu de forma afastada da malha urbana consolidada exigia que o município previsse mecanismos de integração entre essas novas áreas. Entretanto, as principais implicações apontadas pela UFPR (1974) estavam justamente relacionadas ao estudo do tráfego e das condições do sistema viário da cidade. Sendo assim, a proposta era criar um sistema estrutural da malha urbana espacializado através de uma rede viária hierarquizada, que levasse em consideração a implantação dos serviços de infraestrutura e transporte público.

Para isso, o sistema viário seria estruturado a partir de cinco diretrizes: (1) as principais orientações da malha urbana partiriam da BR 277, com o objetivo de canalizar o tráfego urbano; (2) as vias estruturais interligariam a cidade no sentido norte-sul, formando o setor estrutural que seria composto pelas zonas prioritariamente comerciais de alta densidade; (3) as vias distribuidoras escoariam o fluxo nas direções norte-sul e (4) leste-oeste; e (5) seria criada uma Avenida Beira-Rio, que integraria as atividades de lazer com a área de preservação permanente do Rio Paraná. Essa estrutura foi mantida na Lei do Sistema Viário, também aprovada em 1975 (Lei nº 850/1975) e refletiu na expansão urbana do município, principalmente na implantação das vias estruturais que fizeram a conexão entre o núcleo urbano central, as vilas de Itaipu e o canteiro de obras da usina (Figura 52).

Figura 52: Proposta de Sistema Viário e de Zoneamento



Fonte: a autora, a partir de UFPR (1974)

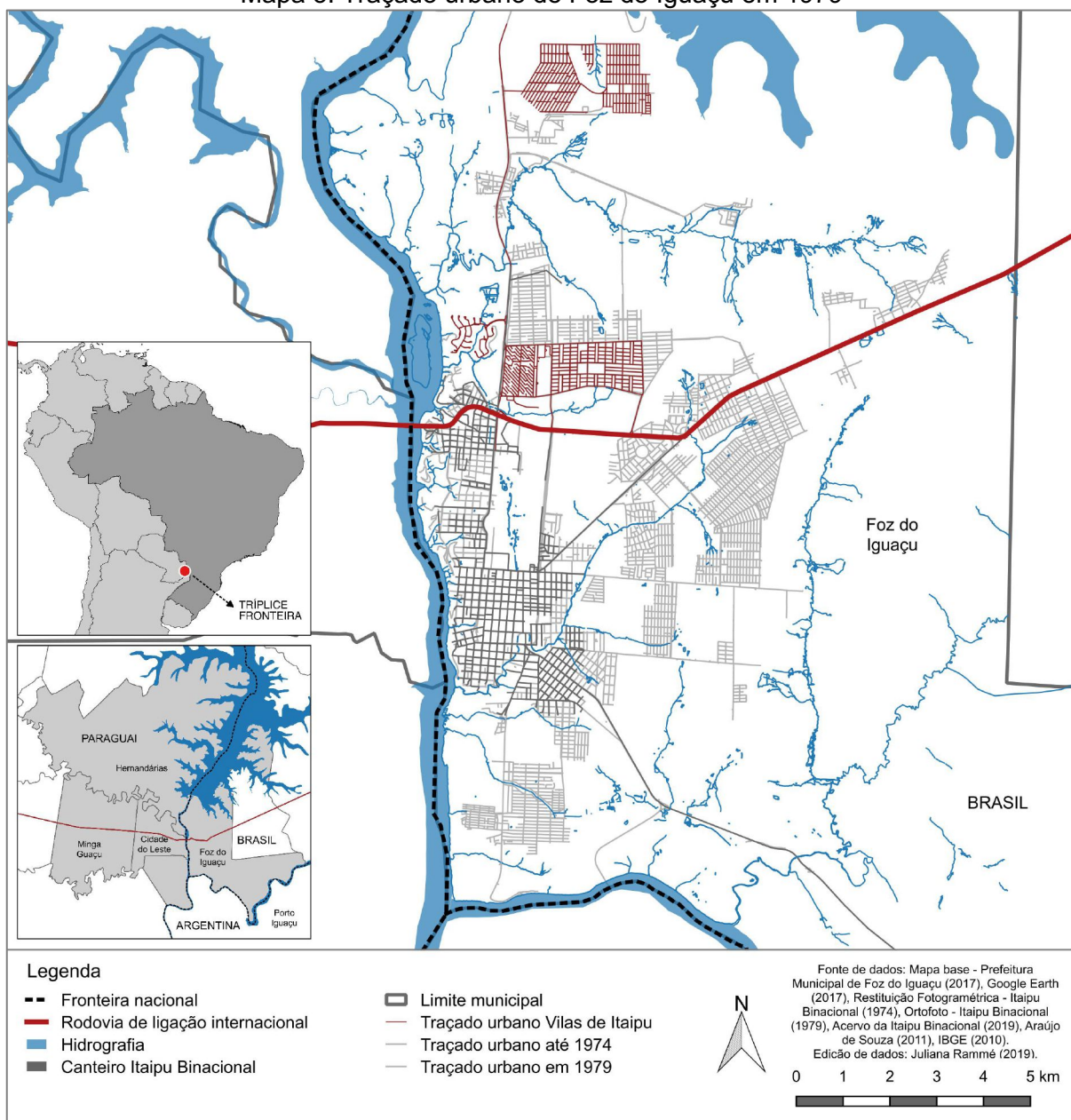
Com relação ao uso do solo, a proposta de zoneamento elaborada pela UFPR dividia a cidade em zonas monofuncionais atreladas à densidade urbana. Ao longo da via que ligava o núcleo central à Itaipu Binacional, foram propostas zonas residenciais de baixa densidade e zonas comerciais, além de zonas de preservação paisagística que entrariam nos novos bairros habitacionais. Segundo a Lei nº 850/1975, o tamanho mínimo dos lotes variava de acordo com a zona em que eles seriam implantados, sendo que menor área permitida era de 300 m², referente à Zona Residencial de alta densidade. A altura das edificações não foi prevista nesta Lei de Zoneamento, no entanto, outros índices, como o coeficiente de aproveitamento e os recuos, acabam direcionando para a horizontalidade das edificações.

Contudo, apesar de esse texto ter dado origem à Lei de Zoneamento de 1975, o que se pode afirmar é que a maioria das diretrizes presentes no Plano de Desenvolvimento Urbano da UFPR não foram levadas em consideração para aprovação dos projetos de loteamentos implantados entre os anos de 1975 e 1979, uma vez que nem o perímetro urbano previsto no plano foi considerado. Ou seja, o crescimento urbano de Foz do Iguaçu durante esse período não seguiu o planejado e acabou refletindo os processos de segregação e fragmentação urbana iniciados pelas vilas de Itaipu (Mapa 5). Grande parte dos novos loteamentos foram implantados longe da malha urbana existente, demandando a implantação de nova infraestrutura por parte do poder público em um curto espaço de tempo, o que acabou gerando déficit na oferta de serviços públicos como educação, saúde e lazer.

Paralelamente à Lei de Zoneamento e à Lei de Sistema Viário Básico, ainda no ano de 1975, também foi aprovada a Lei nº 850, referente ao arruamento, loteamento e desmembramento nos terrenos de Foz do Iguaçu. Essa lei estabeleceu que qualquer arruamento deveria requerer que a Prefeitura Municipal fornecesse, esquematicamente, as diretrizes e as condições a serem obedecidas na elaboração do projeto, além das exigências básicas já previstas no Plano de Desenvolvimento Urbano e na Lei de Zoneamento Urbano. Além disso, ela previa que o alinhamento das ruas nos novos loteamentos localizados em área urbana ou de expansão deveriam guardar, entre si, uma distância mínima de 60 metros e máxima de 300 metros, salvo casos excepcionais. Isso refletiu no parcelamento de uma boa parte dos loteamentos implantados até a década de 1979, que apresentavam quadras com medidas aproximadas a essas estipuladas na lei. Com relação à largura das vias, a Lei estabelecia que elas deveriam conter: (i) 60 metros no mínimo, quando expressas

ou de grande comunicação; (ii) 30 metros no mínimo, quando principais; (iii) 17 metros no mínimo, quando de tráfego apenas para escoamento local; e 11,5 metros no mínimo, em casos excepcionais, e quando se tratasse de ruas de interesse exclusivamente local.

Mapa 5: Traçado urbano de Foz do Iguaçu em 1979



Fonte: a autora, a partir de Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Google Earth (2017), Restituição Fotogramétrica - Itaipu Binacional (1974), Ortofoto - Itaipu Binacional (1979), Acervo da Itaipu Binacional (2019), Araújo de Souza (2011), IBGE (2010).

Com relação às áreas públicas, a Lei nº 850 de 1975 definia que o arruador deveria ceder ao município: (i) as áreas utilizadas pelas vias públicas e pelas obras de saneamento; (ii) as áreas destinadas às praças, jardins, parques e bosques

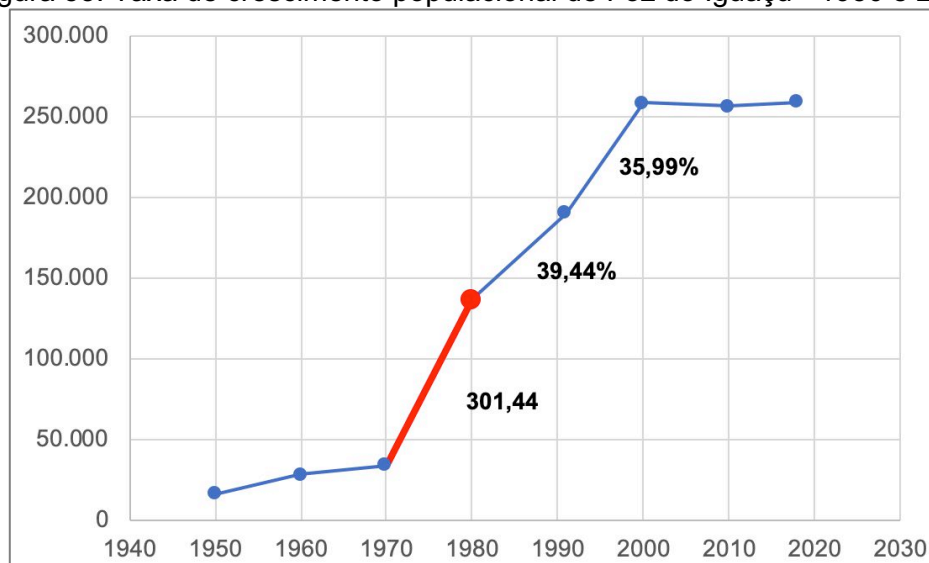
naturais, correspondente a 10% da área líquida do terreno, deduzida a área das ruas e das obras de saneamento; (iii) as áreas destinadas à edifícios públicos para fins de utilidade pública, também correspondente a 10% da área líquida do terreno, deduzidas as áreas acima citadas.

Por fim, todas essas diretrizes aprovadas no ano de 1975 estiveram vigentes até o ano de 1990, quando foi aprovado o novo Plano Diretor do município, com exceção da Lei de Zoneamento, que teve uma nova versão no ano de 1985, embora a Prefeitura Municipal também não tenha em seu acervo o mapa que especializava tal lei e, dessa forma, não é possível compreender de maneira ampla suas diretrizes. É importante destacar que, mesmo com a aprovação da Lei Federal 6.766 de 1979, que dispõe ainda hoje sobre o parcelamento do solo urbano em todo território nacional, a nova lei municipal de parcelamento do solo foi aprovada apenas em 1991, em paralelo com o novo Plano Diretor e, desse modo, durante 10 anos, o município não regulamentou o que estava preconizado na Lei Federal.

4.1.3. A consolidação da área urbana e o desmonte das vilas de Itaipu (1980 – 2001)

Após o expressivo crescimento populacional durante a década de 1970, Foz do Iguaçu passa a apresentar taxas menores nas décadas de 1980 e 1990, embora elas ainda continuassem acima da média estadual e nacional (Figura 53). Apesar dessa queda nas taxas, é possível observar um aumento significativo no número de loteamentos aprovados. Até o final da década de 1970, Foz do Iguaçu havia aprovado 52 loteamentos, sendo 44 entre os anos de 1975 e 1979, após o início das obras da Itaipu Binacional. Durante a década de 1980, este número subiu para 69 loteamentos e, na década de 1990, ele chegou a 124. No entanto, ao analisar o mapa da expansão do município, nota-se uma diminuição na área total desses loteamentos. Ou seja, as novas áreas implantadas nas duas últimas décadas do século XX apresentaram menores dimensões e estavam localizadas, principalmente, nos vazios urbanos deixados do período anterior e também na região norte do município (Mapa 6).

Figura 53: Taxa de crescimento populacional de Foz do Iguaçu - 1950 e 2017



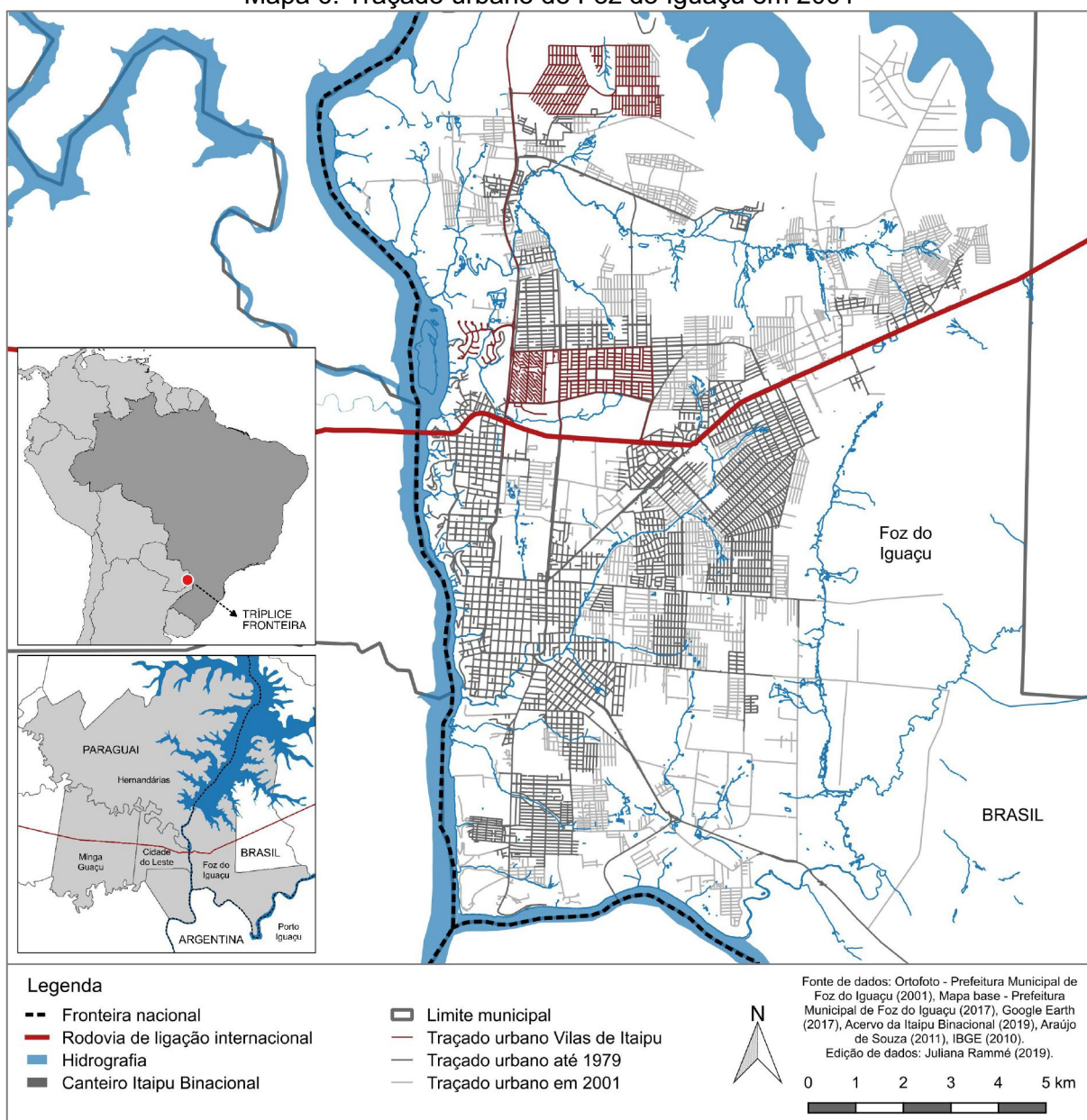
Fonte: a autora, a partir de IBGE (2011)

Esse aumento na área urbana da região norte e nordeste de Foz do Iguaçu ocorreu devido à implantação de loteamentos de interesse social que tinham como objetivo realocar uma parcela significativa da população que vivia em áreas irregulares em outras regiões da cidade, sobretudo no centro, como forma de higienização das áreas com maior potencial turístico do município. Segundo Ribeiro (2015), o crescimento no número de favelas que surgiram após o ciclo de implantação da Itaipu estava relacionado com a política externa praticada durante a década de 1990, que resultou em um alto índice de desemprego, no aumento do trabalho informal, em cortes drásticos nos recursos públicos, entre outros. Por este motivo, o autor define a região norte e nordeste de Foz do Iguaçu como um espaço urbano para onde a maioria da população foi removida e que se tornou um reduto de novos conjuntos de casas populares.

Além disso, o período entre 1980 e 2000 é marcado também pelo fim da construção da usina (1982) e pelo processo de desmonte das vilas de Itaipu (1991). O término da construção da Itaipu Binacional, em 1984, marcou o fim de um período de intenso crescimento para a região, deixando, por um lado, o fortalecimento do setor de comércio, serviços e construção civil e, por outro, carências sociais na área da saúde, educação, saneamento básico e habitação. Após o fim da obra, grande parte da população não retornou para seu local de origem e passou a desenvolver, na região, funções relacionadas ao turismo de compras, ao comércio atacadista exportador e ao setor terciário (SOUZA, 1998). Embora as vilas operárias fossem

necessárias durante a construção das usinas hidrelétricas, com o fim das obras e o início da operação, elas se tornavam menos úteis, além de trazer um ônus progressivo relacionado à sua manutenção (VIANNA, 2006).

Mapa 6: Traçado urbano de Foz do Iguaçu em 2001



Fonte: a autora, a partir de Ortofoto - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2001), Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Google Earth (2017), Ortofoto - Itaipu Binacional (1979), Acervo da Itaipu Binacional (2019), Araújo de Souza (2011), IBGE (2010).

A Vila C foi a primeira a sofrer o desmonte, pois, conforme mencionado anteriormente, a ideia inicial era que ela servisse como alojamento temporário para os barrageiros, sendo prevista sua destruição ao final da obra da usina. Fato este que, como já destacado, não ocorreu. Quando a Itaipu terminou as obras, os barrageiros

efetivos foram transferidos para a Vila A e a venda das residências para os moradores foi realizada através de uma parceria entre a Itaipu Binacional e a Cohafrenteira, empresa responsável por repassar o valor pago pelos compradores à Caixa Econômica Federal. Porém, no ano de 2006, o banco emitiu uma ordem de despejo aos moradores por falta de pagamento, devido à falta de repasse da Cohafrenteira. Com isso, a Itaipu se responsabilizou pelo pagamento das prestações restantes e só então os registros dos imóveis começaram a ser emitidos (ARANHA, 2013). De acordo com o Departamento de Patrimônio Imobiliário da Diretoria Jurídica da Itaipu Binacional, das 1.900 residências, 220 ainda estavam em propriedade da empresa no ano de 2019.

Esse processo de desmonte da Vila C reflete dois grandes problemas principais. O primeiro refere-se ao desemprego de seus moradores, que se caracterizavam como ex-funcionários da Itaipu Binacional ou das empresas terceirizadas, como o Consórcio UNICON. O segundo refere-se ao fato de as casas terem sido construídas para durar em torno de 10 anos, ou seja, elas apresentavam sérios problemas com relação à sua qualidade construtiva. Além disso, após o início do desmonte da Vila C e do repasse de sua gestão para o município, outros problemas surgiram. Entre eles, o aumento da violência causado, em partes, pelo aumento do tráfico de drogas na região, pela segregação espacial do bairro (ARANHA, 2013) e pela falta de mobilidade de seus moradores, devido ao fato de estar localizada longe das principais ofertas de emprego e de serviços públicos.

Na Vila B, o processo de desmonte ocorreu também logo após o fim da construção da usina, porém, além das residências, em seu interior só havia o Ipê Clube, uma igreja e um pequeno mercado. O Ipê Clube e as áreas verdes existentes passaram a compor a área coletiva do condomínio fechado, enquanto a igreja e o mercado foram desativados. Entretanto, apenas no ano de 2005, as casas começaram a ser vendidas para seus moradores e, no ano de 2019, apenas 2 casas ainda estavam em propriedade da Itaipu Binacional. No caso da Vila A, parte das casas foram cedidas para outras instituições como a Prefeitura Municipal, Bombeiros, Polícia Federal e funcionários do Hospital da Itaipu. Isso porque, no ano de 1991, a Itaipu Binacional contava com 1.968 funcionários, enquanto que a soma das três vilas contava com 5.226 residências. Da mesma forma que a Vila B, apenas no ano de 2006 as casas da Vila A passaram a ser vendidas para os funcionários vinculados à

Itaipu Binacional que ainda estavam morando nelas (ARANHA, 2013). No ano de 2019, 466 residências ainda estavam em propriedade da Itaipu.

Com o processo de desmonte, a Itaipu Binacional precisava se desfazer também de parte da estrutura relacionada aos equipamentos coletivos. Nesse sentido, no ano de 1991, a estrutura do Colégio Anglo Americano, uma rede de ensino privado que se instalou na Vila A para atender apenas os filhos dos trabalhadores da usina, passou parte de sua edificação para a instalação de uma escola municipal, assim como passou a permitir que pessoas não vinculadas à Itaipu pudessem se matricular. Da mesma forma, o Hospital Costa Cavalcante, que até então atendia apenas os funcionários vinculados à Itaipu, passou para gestão privada e, no ano de 1996, começou a prestar serviços também para a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, através de um convênio com o Sistema Único de Saúde do Município (Figura 54). Porém, a figura da caixa d'água que representa o símbolo da Itaipu se mantém até hoje na entrada do hospital (ARANHA, 2013).

Anos mais tarde, o Floresta Clube também entrou no processo de desmonte. Até o ano de 2001, somente poderiam se associar os funcionários da Itaipu, de Furnas e do Hospital. A partir dessa data, ele passou a aceitar também a comunidade externa, pois, com a diminuição no número de funcionários, a diretoria passou a ter dificuldade para fazer a manutenção do espaço. Entretanto, no ano de 2005, a Itaipu Binacional assumiu novamente a direção do clube, sanou as dívidas e passou a administração para uma diretoria eleita pelos associados. Mesmo assim, pouco depois, ele entrou em falência e sua estrutura foi cedida para o Governo Federal em 2009, para ser utilizada como a sede do Instituto Federal do Paraná (Figura 55).

Com relação aos espaços livres de lazer e às áreas livres da Vila A, a maioria foi repassada para a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Contudo, uma dessas áreas, que era composta por quadras esportivas, chamada de Xororó, foi entregue para uma associação de moradores, e outra, conhecida até hoje como Gramadão, continuou sendo administrada pela Itaipu Binacional (Figura 56). Essa última está localizada ao lado do centro administrativo da empresa, que continua funcionando no mesmo local (Figura 57). Ainda, algumas áreas livres de edificação foram doadas para a construção de igrejas, como foi o caso da Catedral Diocesana de Foz do Iguaçu (Figura 58).

Figura 54: Foto do Hospital Costa Cavalcante



Fonte: Itaipu Binacional, 1980/90.

Figura 55: Foto do antigo Clube Floresta



Fonte: Itaipu Binacional, final de 1977/79.

Figura 56: Foto do Gramadão



Fonte: a autora, 2019.

Figura 57: Áreas de lazer da Vila A



Fonte: Itaipu Binacional, 1980/90.

Figura 58: Catedral Diocesana



Fonte: a autora, 2019.

Em termos gerais, algumas diretrizes projetuais das vilas de Itaipu se aproximam das propostas elaboradas para os núcleos residenciais produzidos por outras companhias de energia, como é o caso da CESP (Companhia Energética de São Paulo). A CESP é uma empresa estatal criada no ano de 1966 a partir da fusão

de cinco empresas estatais com seis empresas privadas de energia. A construção das suas vilas residenciais foi realizada ou iniciada, em sua maioria, pelas concessionárias anteriores. Dentre as semelhanças encontradas com as Vilas de Itaipu está a construção de núcleos residenciais implantados próximos aos canteiros de obras e isolados da estrutura urbana existente, como é o caso da Vila C. Conforme mencionado anteriormente, essa estratégia facilitava o controle e aumentava a produtividade dos funcionários. Esse modelo repetiu-se, por exemplo, nas vilas operárias das Usinas Hidrelétricas de Barra Bonita, Biriri, Ibitinga (Figura 60), Limoeiro, Jurumirim (Figura 59), Santo Grande e Paraibuna (VIANNA, 2006).

Figura 59: Vista aérea do núcleo residencial de Jurumirim-SP



Fonte: VIANNA, 2012, *apud* USELPA, 1989, p. 78.

Figura 60: Vista aérea do núcleo residencial de Ibitinga-SP

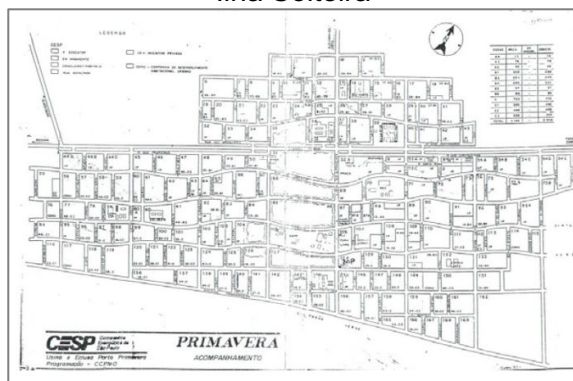


Fonte: VIANNA, 2012, *apud* Acervo CESP.

Outra opção adotada pela CESP se assemelha à proposta da Vila A, que se refere à implantação de um núcleo habitacional permanente em regiões onde a rarefação da rede urbana (e, no caso da Itaipu, também o porte) impedia a utilização de cidades próximas como apoio. Este núcleo, portanto, deveria ser equipado de toda infraestrutura necessária para o funcionamento pleno e autônomo, tornando-se um polo de desenvolvimento futuro para a região, como de fato aconteceu. Como exemplo desse modelo adotado pela CESP, pode-se citar o caso de Ilha Solteira (Figura 61), que foi convertida em cidade, e também de Porto Primavera (Figura 62), que já foi implantada como uma “cidade-aberta”. Nesses casos, as empresas concessionárias paulistas construam e mantinham núcleos residenciais para seus próprios trabalhadores, normalmente em áreas privilegiadas que, após a conclusão das obras, continuavam sendo habitadas por funcionários da usina. Esses núcleos eram bem construídos, com boa manutenção e possuíam também clubes, piscinas e áreas para

prática esportiva, além de um cuidadoso tratamento paisagístico. No caso de Ilha Solteira, implantado em 1967, o núcleo residencial chegou a contar com 30.000 habitantes. Como ele foi implantado de forma permanente, o objetivo era de transferir para a região os melhoramentos gerados pela sua criação (VIANNA, 2006).

Figura 61: Plano do núcleo residencial de Ilha Solteira



Fonte: VIANNA, 2012, *apud* Acervo CESP

Figura 62: Vista aérea do núcleo urbano de Porto Primavera



Fonte: VIANNA, 2012, *apud* Acervo CESP.

Com o passar dos anos, as estratégias que justificavam a construção de vilas residenciais permanentes foram praticamente invertidas pela CESP. Isso porque, a companhia concluiu que elas se tornavam desnecessárias ou mesmo prejudiciais à empresa e que, nos casos das subestações, nunca se justificaria a construção de casas para os operadores, pois sempre haveria cidades próximas para atender a demanda. Já nos casos das usinas, mesmo que elas se justificassem a curto prazo, raramente elas se justificariam a médio prazo e nunca a longo prazo. Essas estratégias foram tomadas ainda na década de 1970, quando um intenso processo de desativação dos núcleos existentes apresentou destinos diversos (VIANNA, 2006). Cabe destacar que foi justamente nessa época que as vilas de Itaipu foram implantadas no Brasil e no Paraguai.

“Um grande volume de recursos foi gasto na implantação desses acampamentos porque eram imprescindíveis para o funcionamento das usinas durante um certo período. Este patrimônio, formado por equipamentos e obras implantadas, poderia ser um elemento indutor capaz de modificar a economia desses lugares. Com o tempo, porém, transformações na rede urbana e na forma de administrar da CESP contribuíram para alterar o papel e o uso destes núcleos” (VIANNA, 2006, p. 34)

É possível encontrar várias semelhanças entre o desmonte das vilas de Itaipu e das vilas habitacionais da CESP, como aquelas implantadas nas cidades de

Lacanga, Indiporã, Fernandópolis e Ouroeste, onde as casas e demais prédios foram cedidos às Prefeituras Municipais, convertendo estes espaços em bairros urbanos. Por meio de um acordo, a CESP solicitou às prefeituras que os empregados da empresa pudessem receber as casas, via compra ou doação, como contribuintes do município. Outra semelhança encontrada foi a construção de núcleos estratificados socialmente em Porto Primavera e Rosana, com diferenças desde os tipos de habitação até as escolas e clubes de lazer. Porém, ao contrário da Itaipu, a CESP construiu apenas as edificações necessárias para as atividades de saúde, segurança e educação, entregando a operação e manutenção desses serviços para o Estado, enquanto que, nas vilas de Itaipu, esses serviços foram parcialmente entregues para empresas privadas e parcialmente para o Estado (VIANNA, 2006).

Com relação ao planejamento urbano do município, apesar do alto crescimento urbano durante a última metade da década de 1970, um novo plano diretor foi aprovado somente em 1991. Com ele também foram aprovadas novas leis de Zoneamento de uso e ocupação do solo (Lei nº 9/1991), de Parcelamento do solo para fins urbanos (Lei nº 5/1991) e do Sistema Viário Básico (Lei nº 1.596/1991). Para saber de fato o que mudou em relação às leis anteriores, seria preciso fazer uma pesquisa minuciosa em todos os aspectos destas leis, objetivo que foge ao escopo deste trabalho. No entanto, de maneira geral, é possível perceber que elas passaram a considerar mais detalhes que as leis aprovadas em 1975, embora isso não garanta que os loteamentos aprovados nesse período tenham seguido rigorosamente tais parâmetros. Alguns desses aspectos serão analisados com maiores detalhes no item que trata especificamente das Vilas.

De qualquer forma, com relação à Lei do Sistema Viário (Lei nº 1.596/1991), surgiram outras definições de vias, como a radial, com a função de conectar a área central às áreas periféricas, e a diametral, com a função de ligar um extremo ao outro da cidade. As dimensões mínimas obrigatórias passaram a ser relativamente menores que as da lei de 1975, embora a via mais estreita devesse ter no mínimo 18 metros de largura. Já a lei de Zoneamento de uso e ocupação do solo (Lei nº 9/1991) passa a contar com zonas multifuncionais, com alguns instrumentos como a “transferência do direito de construir” e o “solo criado” e, em algumas zonas, passa a ser admissível construir até 17 pavimentos, como é o caso da Zona Mista, embora a maioria das zonas permitisse apenas 2 pavimentos. A área mínima dos lotes continuava sendo de 300 m², com exceção dos lotes nas Zonas Residenciais

Populares, em que a área mínima era de 250 m². Entretanto, diferentemente de 1975, em que essa dimensão estava prevista para as zonas de alta densidade, agora ela estava atrelada à Zona Central e à Zona de Comércio Central. As Zonas de Alta densidade passaram a prever lotes com área mínima de 360 m².

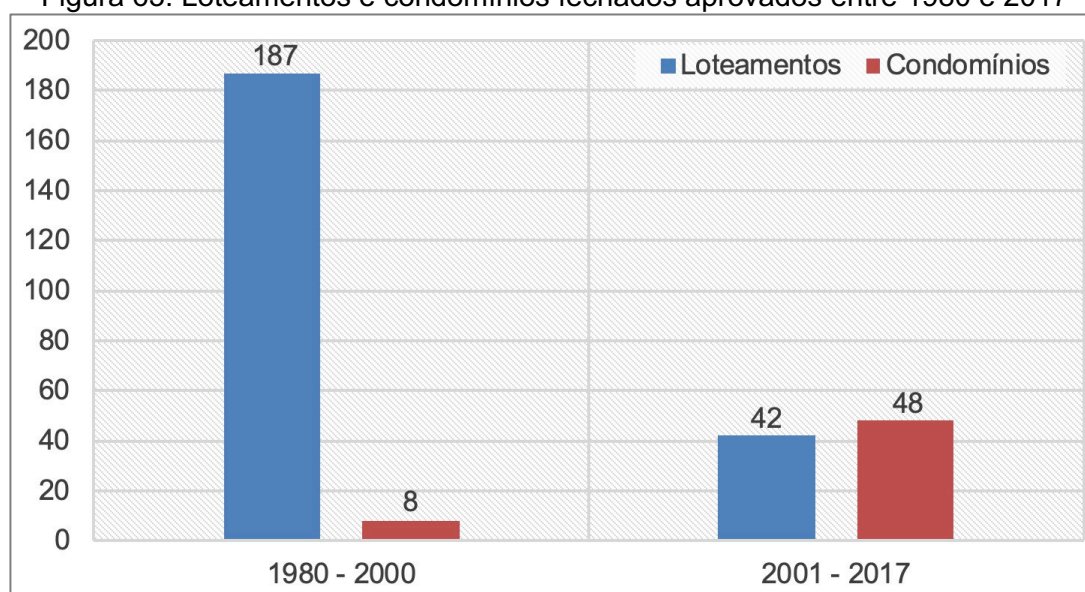
Por fim, com relação ao parcelamento do solo, a grande diferença na legislação municipal foi a aprovação da Lei nº 6/1991, que dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos na forma de loteamentos especiais ou condomínios fechados, embora até o ano de 2017 a lei federal não admitisse tal categoria, conforme discutido no referencial teórico desta pesquisa. Essa lei estabelecia áreas mínimas e máximas para esses condomínios e o número máximo de lotes, de acordo com a zona em que eles seriam implantados. É possível perceber uma maior flexibilização nas Zonas Residenciais 2, onde o número de lotes poderia chegar a 120 unidades. Além disso, apesar de o Sistema Viário Básico prever vias de no mínimo de 18 metros, nos condomínios fechados era admissível vias de até 12 metros. Com relação às áreas públicas, a porcentagem exigida deveria ser a mesma que para os demais tipos de loteamento, entretanto, ela deveria estar vinculada à fração ideal de áreas de uso comum restrita aos condôminos e jamais deveria ser incorporada ao patrimônio público.

A porcentagem de áreas públicas também estava prevista na Lei nº 5 de 1991, referente aos demais tipos de parcelamento do solo, não podendo ser inferior à 30% da gleba, salvo nos loteamentos industriais. De acordo com o Artigo 10 desta lei, o tamanho mínimo do lote deveria ser de 250 m². No entanto, nos casos de habitação de interesse social, eles poderiam chegar a 176 m², ou seja, a mesma metragem prevista para os Loteamentos Especiais, compreendidos nesta lei como condomínios fechados, que também poderia ter área mínima de 176 m². Logo, de acordo com as leis complementares aprovadas no ano de 1991, os condomínios fechados poderiam ter lotes e ruas menores que os demais loteamentos, inclusive aqueles de interesse social e, além disso, as áreas que deveriam ser públicas e servir ao bem coletivo ficariam restritas a uma parcela específica da população. Essas diretrizes começaram a se refletir nos novos parcelamentos aprovados na década de 1990, com os primeiros condomínios aprovados. De 195 loteamentos, 8 eram condomínios fechados, representando uma taxa de 4,10%. Porém, o maior impacto ocorreu após os anos 2000, sendo este o grande impulsionador da mudança nos rumos da expansão urbana de Foz do Iguaçu.

4.1.4. A nova forma urbana de Foz do Iguaçu (2001 – 2017)

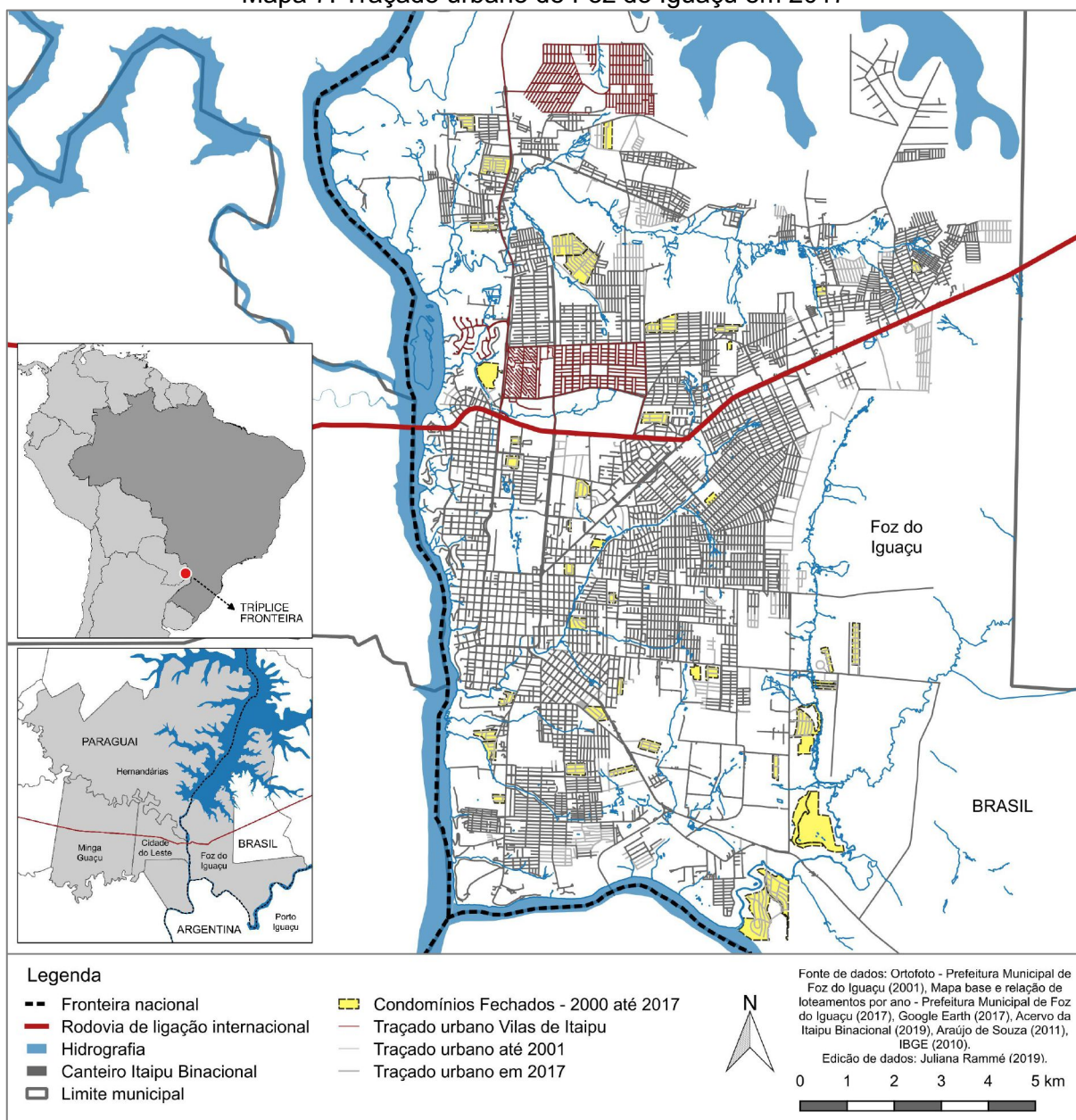
A partir do ano de 2001, Foz do Iguaçu apresenta uma queda na aprovação dos loteamentos, sendo que, até o ano de 2017, foram 89 aprovados e, destes, 47 eram condomínios fechados, representando uma taxa de 52,81% (Figura 63). Esses condomínios foram implantados, em sua maioria, nos vazios urbanos deixados pelos períodos anteriores e nas áreas com características rurais. Os traçados variavam entre a malha xadrez ortogonal e a malha orgânica e seus tamanhos eram diversos, variando de pequenas glebas, até grandes porções de terra. Os demais loteamentos aprovados no período apresentam outras características. A primeira, e mais importante, estava relacionada com sua localização, que ocupava as bordas da malha urbana consolidada. Já a segunda era o traçado, que não apresentava variação, sendo todos eles implantados a partir de uma malha xadrez ortogonal (Mapa 7).

Figura 63: Loteamentos e condomínios fechados aprovados entre 1980 e 2017



Fonte: a autora, Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017)

Mapa 7: Traçado urbano de Foz do Iguaçu em 2017



Fonte: a autora, a partir de Ortofoto - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2001), Mapa base e relação de loteamentos por ano - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), Araújo de Souza (2011), IBGE (2010).

De acordo com a nova lei de zoneamento (Lei nº 124/2007), nos demais loteamentos, a área mínima dos lotes passou a ser de 250 m², com exceção aos loteamentos implantados nas ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), que previa lotes com áreas mínimas de 176 m². Com relação à altura das edificações, passaram a ser admitidas edificações de até 18 pavimentos nas Zonas Comerciais Centrais e de 20 pavimentos nas Zonas Comerciais. Na maior parte das zonas residenciais, a altura máxima continuava sendo de dois pavimentos, com exceção àquelas consideradas de alta densidade, em que o número de pavimentos poderia chegar a

8. Ainda no ano de 2007, foi aprovada a lei do Sistema Viário (Lei nº 3.385/2007), que manteve a mesma metragem prevista desde o ano de 1975, em que as vias conectoras deveriam ter no mínimo 30 metros de largura, as vias coletoras 23 metros e as locais 18 metros. Apesar de essa lei estar destoante da lei que regulamentava os condomínios fechados, não foi identificado nenhum artigo que mencionasse a possibilidade de eles terem ruas menores que o padrão definido para o restante da cidade.

A nova lei que regia os demais loteamentos, mas os condomínios fechados, foi aprovada somente em 2011 (Lei nº 170/2011). A principal diferença com relação à lei anterior estava na definição da porcentagem de áreas públicas que deveriam ser cedidas ao município. A lei de 1991 previa que esta medida não poderia ser inferior à 30%, mas não definia duas subdivisões. Já a lei de 2011 estipulou que esta medida não poderia ser inferior à 35% e ainda estabeleceu as áreas mínimas para cada item, sendo 5% para bosques naturais e 15% para locação de equipamentos comunitários, além da área das vias, que não poderiam entrar neste cálculo. Essa lei continuou vigente até o ano de 2017, quando o município aprovou um novo plano diretor e suas leis complementares.

Conforme mencionado anteriormente, a partir de 2000, Foz do Iguaçu sofre uma queda no número de loteamentos aprovados. Esse fator está associado, sobretudo, ao baixo dinamismo na geração de empregos e, portanto, de oportunidades de inserção e apropriação de rendimentos no município. Das pessoas com 16 anos ou mais ocupadas em 2010, 25,6% atuavam por conta própria e 19,7% não tinham carteira assinada (FOZ DO IGUAÇU, 2018). Além da queda populacional a partir do ano 2000, Foz do Iguaçu também passa a ser considerada um centro sub-regional em 2007, devido à sua distância em relação aos demais núcleos urbanos e a presença próxima de Cascavel, gerando assim uma centralidade fraca e restrita quanto ao seu papel exercido na rede regional de cidades (CONTE, 2014).

Entretanto, apesar de sua relação relativamente fraca com a rede regional de cidades brasileiras, Foz do Iguaçu mantém forte relação com as cidades da fronteira do Paraguai e da Argentina. Neste momento, Foz do Iguaçu é considerada a maior cidade-gêmea do Brasil, devido a sua ligação com a Cidade do Leste, no Paraguai. Segundo Machado (2005), as cidades-gêmeas são definidas por possuírem adensamentos populacionais cortados por uma linha de fronteira, seja ela seca ou fluvial, articuladas ou não por obras de infraestrutura.

As cidades gêmeas apresentam grande potencial de integração econômica e cultural e, por isso, adquirem maior densidade com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. Apesar de a zona de fronteira ser muito heterogênea em termos de níveis de desenvolvimento e características culturais dos países que a compõem, as simetrias e assimetrias entre essas cidades nem sempre decorrem de diferenças no nível de desenvolvimento dos países, mas sim da sua própria dinâmica e da função que exercem para seus respectivos países (MACHADO, 2005). No caso de Foz do Iguaçu e Cidade do Leste, a linha de fronteira é fluvial, caracterizada pelo Rio Paraná e sua conexão é feita pela Ponte da Amizade, construída em 1965. As duas cidades apresentam uma forte integração econômica e cultural e ambas exercem uma função de centralidade regional, embora Cidade do Leste tenha um papel de maior destaque na rede de cidades do Paraguai, pois ela é classificada como a segunda maior cidade do país e a terceira maior zona franca do mundo, com volumes de vendas superados apenas por Miami e Hong Kong (FOZ DO IGUAÇU, 2018).

Além de se caracterizar como uma cidade-gêmea, conurbada internacionalmente, Foz do Iguaçu também compõe a tríplice fronteira mais dinâmica e densamente povoada do Brasil, dando-lhe a característica de cidade trigêmea (Foz do Iguaçu - BR, Cidade do Leste - PY e Porto Iguaçu - AR). As cidades trigêmeas compõem uma realidade única, fruto de uma relação complexa de aproximações e contradições, marcadas pelo território que dá identidade ao povo que nele vive (CURY e FRAGA, 2013). Porto Iguaçu, na Argentina, foi fundada no ano de 1901 e seu surgimento se deu a partir de um atracadouro que permitia a ligação com o Brasil. Porém, a ponte que liga os dois países foi construída apenas em 1985. Seu crescimento está vinculado ao potencial turístico dos Parques Nacionais do Iguaçu e ao comércio de fronteira. Esse comércio, diferentemente de Cidade do Leste, se caracteriza com base nos produtos nacionais. Sendo assim, sem o impulso para crescimento urbano gerado pela Itaipu Binacional e pela zona comercial de Cidade do Leste, Porto Iguaçu manteve sua configuração urbana próxima do original (Figura 64). Com um traçado orgânico, funções diversificadas e uma área comercial bem definida, a cidade compatibiliza os interesses de quem compra, de quem visita e de quem habita (KLEINKE, et. al, 1996). Além disso, as relações comerciais encontram-se mais restritas ao nível local e regional, mantendo a cidade sem um crescimento populacional expressivo (CAVATORA, CALDANA E CAMPANHA, 2017).

Machado (2005) explica que, no âmbito local-regional, as três cidades que compõem a tríplice fronteira entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai apresentam elementos comuns, que refletem diariamente no fluxo de pessoas que transitam entre elas. Um desses elementos é o trabalho, que se apresenta como um dos efeitos mais concentrados nas comunidades fronteiriças. Esse fluxo pode ser constituído por trabalhadores diaristas ou sazonais, sem qualificação ou semiquilificados, formais ou informais, que acabam por reduzir as pressões demográficas e o desemprego no Estado menos desenvolvido, bem como, podem também se converter em potencial para grave exploração de trabalhadores ilegais na região de fronteira.

Figura 64: Imagem satélite de Porto Iguazu – ano 2018



Fonte: a autora, a partir de Imagem do Google Earth de 09/09/2018. Acessado em 20/11/2018.

No caso de Foz do Iguazu, esse fluxo de trabalhadores acontece, sobretudo, em direção ao Paraguai. Muitos moradores acabam passando a fronteira todos os dias para trabalhar no comércio da Cidade do Leste, na maioria das vezes em empregos informais. Segundo Conte (2013), isso se deve ao fato de a legislação do Paraguai não condenar a ilegalidade dos patrões contratarem empregados sem registro e garantias. Além disso, a autora afirma que o salário pago aos trabalhadores

é praticamente a metade do valor recebido pela mesma função em Foz do Iguaçu. É possível identificar também o fluxo contrário, de paraguaios que atravessam a fronteira para trabalhar nos setores de comércio e prestação de serviços em Foz do Iguaçu, principalmente ligados ao turismo, embora o número seja muito menor. Entre os anos de 2008 e 2011, o Ministério do Trabalho registrou apenas 130 autorizações concedidas aos estrangeiros em Foz do Iguaçu.

Outro elemento que impacta no fluxo de fronteira é a oferta de serviços públicos e coletivos do lado brasileiro, sobretudo na área da saúde. Ao contrário da maioria dos países vizinhos que privatizaram seus sistemas de saúde, o que não só o encareceu como colocou-o fora do alcance da população, no Brasil, ele continua sendo público e, por isso, acaba recebendo um afluxo constante de residentes das cidades vizinhas, que não são computados na base de cálculo de recursos provenientes do Governo Federal, resultando na sobrecarga local e na precarização do serviço (MACHADO, 2005). Já os demais serviços acabam não sofrendo um impacto tão representativo, embora no setor de educação seja possível identificar muitos paraguaios que estudam nas universidades públicas e privadas de Foz do Iguaçu, assim como muitos brasileiros que estudam nas universidades do Paraguai, principalmente no curso de medicina.

Conte (2013) define esses fluxos na fronteira de Foz do Iguaçu, realizados pela população que trabalha ou estuda no município que não o de sua residência, como deslocamentos pendulares. Os dados sobre esses deslocamentos podem ser utilizados, segundo a autora, para compreender as dinâmicas territoriais e os processos relacionados à urbanização desses municípios. De acordo com o livro "Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil", publicado pelo IBGE em 2011, os movimentos pendulares constituem um fenômeno complexo, por se inter-relacionarem com distintos fatores determinantes da mobilidade espacial da população, que, por sua vez, estão associados a um sistema de carências e necessidades ligadas ao seu cotidiano (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2011).

O Paraná concentra quase um terço dos movimentos pendulares de brasileiros com destino a outros países, sendo que desses, 77,6% são em direção ao Paraguai. A origem desses movimentos está concentrada na mesorregião Oeste que, por sua vez, responde por 79,2% do total desses deslocamentos. Ou seja, diariamente cerca de 10.440 pessoas deixam a cidade de Foz do Iguaçu com destino ao Paraguai, principalmente em direção à Cidade do Leste. Com relação aos deslocamentos feitos

para Porto Iguaçu, na Argentina, maior parte deles também se origina em Foz do Iguaçu, contabilizando uma média de 236 pessoas por dia. Ao considerar origem e destino, Foz do Iguaçu se destaca na mesorregião Oeste pelo número mais elevado de movimento pendular, aproximadamente 16.200 mil pessoas diariamente (IPARDES, 2008). Entretanto, as informações censitárias só computam as pessoas advindas dos municípios brasileiros e, desta forma, não representa o número real de pessoas que se originam também nas cidades vizinhas, localizadas no Paraguai e Argentina.

Além dessa dinâmica associada ao fluxo pendular, outra característica que marca a relação entre as cidades da tríplice fronteira é o turismo, que, segundo Cury e Fraga (2013), representa 65% da economia de Foz do Iguaçu. Ele está relacionado, principalmente, ao PNI (Parque Nacional do Iguaçu) e a Itaipu Binacional, que recebem por ano mais de um milhão de visitantes (FOZ DO IGUAÇU, 2017). O PNI, localizado na divisa entre o Brasil e a Argentina apresenta grande relevância internacional, principalmente por sua localização no centro da bacia do Prata e do bloco econômico do Mercosul. Além disso, outro atrativo que impulsiona o turismo na tríplice fronteira é a zona franca de Cidade do Leste, que se consolidou a partir da década de 1970, após a criação de uma instalação portuária para o Paraguai no Porto de Paranaguá (BR), fortalecendo, com isso, as relações internacionais econômicas e comerciais entre os dois países. Esse fator contribuiu para que o Paraguai alcançasse sua independência econômica e auxiliou o crescimento do comércio de produtos importados de Cidade do Leste voltado, principalmente, para os consumidores brasileiros (CURY e FRAGA, 2013).

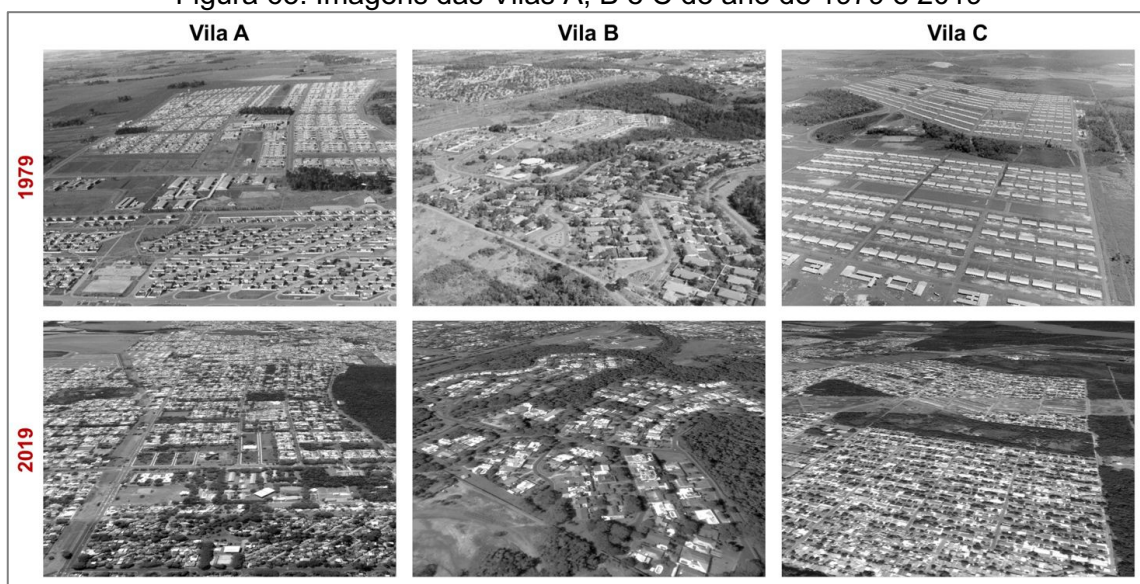
Por fim, com relação às vilas de Itaipu, pode-se afirmar que a complexa estrutura habitacional criada pela Itaipu Binacional durante a construção da usina influenciou na construção dos novos territórios habitacionais das décadas posteriores. Os loteamentos implantados entre os anos 2001 e 2017 foram construídos com padrões morfológicos muito semelhantes àqueles utilizados pelas vilas. Eles seguiram a lógica da segregação socioespacial, sendo implantados muitas vezes longe da malha urbana consolidada e divididos por classe social, pois, nos condomínios fechados, instalam-se os mais ricos e, nas periferias distantes do centro, os mais pobres. As Vilas A e B também passaram a representar um símbolo de *status* de poder dentro do município, devido à qualidade de seus espaços urbanos e à classe social

de seus moradores. Enquanto isso, a Vila C é estigmatizada como um bairro violento e sem qualidade urbana.

Todos esses elementos que fizeram parte da constituição e transformação da paisagem urbana de Foz do Iguaçu refletem na urbanidade presente nos espaços públicos e coletivos das vilas e na formação das novas áreas habitacionais construídos em seus entornos. A segregação socioespacial imposta pelos projetos da Itaipu Binacional, que tinha como objetivo controlar o território e seus moradores, permanece registrada na paisagem urbana que, diferentemente de grande parte das vilas operárias construídas pelas empresas de energia e demais indústrias brasileiras no século passado, apresentam poucas alterações com relação aos seus principais elementos morfológicos (Figura 65). Isso porque, ainda hoje, a Itaipu Binacional é muito atuante politicamente no município, intervindo na manutenção de algumas áreas e na gestão de outras, sobretudo na Vila A.

Nesse contexto, além de compreender como os processos de formação e transformação das vilas de Itaipu no Brasil influenciaram a paisagem urbana atual de Foz do Iguaçu, é preciso compreender também como eles ocorreram no lado paraguaio, embora esse não seja o foco principal desta pesquisa. Entretanto, a busca por elementos históricos das vilas paraguaias fortalece a compreensão deste território complexo de fronteira. Sendo assim, o item a seguir busca apresentar brevemente como se deu a expansão urbana das cidades onde foram implantadas as vilas de Itaipu no Paraguai, sobretudo da Cidade do Leste, cidade gêmea de Foz do Iguaçu.

Figura 65: Imagens das Vilas A, B e C do ano de 1979 e 2019



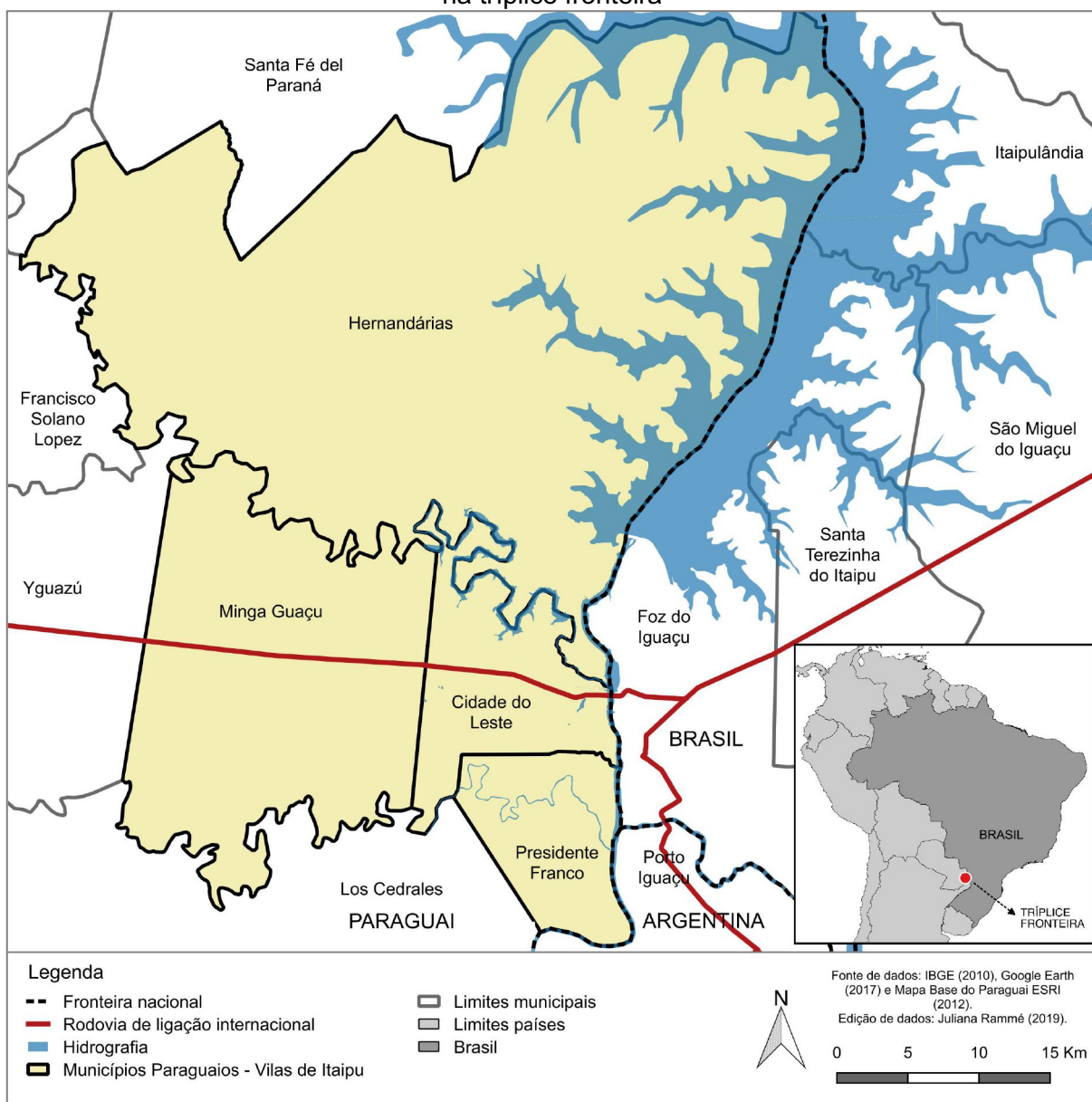
Fonte: Acervo Técnico da Itaipu Binacional (Fotos de 1979) e Google Earth (Fotos 2019).

4.2. A MARGEM DIREITA DA ITAIPU BINACIONAL – CIDADES PARAGUAIAS

No lado paraguaio, as vilas de Itaipu foram implantadas em diferentes cidades (Mapa 8): Hernandárias, Presidente Franco, Cidade do Leste e Minga Guaçu (fundada a partir de Cidade do Leste no final da década de 1980, posterior à implantação das vilas). Nos documentos encontrados no Acervo da Itaipu Binacional e nos Relatórios anuais da usina, divulgados a partir do ano de 1974, não foram localizadas as justificativas para a escolha dessas cidades, apesar de todas estarem localizadas próximas à fronteira com o Brasil. Entretanto, assim como a Vila C do Brasil, a Área 6, destinada aos operários e trabalhadores em postos de serviço, foi implantada em Hernandárias devido à proximidade com o canteiro de obras. Já as demais áreas (1, 2, 3, 4, 5, 7 e 8), destinadas para os administradores e engenheiros e para os técnicos e funcionários administrativos, foram implantadas nas demais cidades mencionadas acima.

Com o objetivo de compreender melhor as dinâmicas territoriais que incidiram sobre as cidades paraguaias onde foram implantadas as vilas de Itaipu, busca-se, neste momento, fazer uma breve contextualização sobre os principais processos políticos, sociais e econômicos que influenciaram as transformações na paisagem urbana destes territórios. Segundo a *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos* do Paraguai, na época hispano-colonial no século XVI, foi fundada a antiga região de Guaíra, com importantes vilas espanholas e numerosas vilas jesuíticas. Com o passar do tempo, essas vilas e missões foram desaparecendo devido ao enorme êxodo gerado pelas permanentes pressões e ataques de bandeirantes paulistas. Com isso, a região leste do Paraguai se tornou uma área pouco habitada durante todo século XVII. Durante o período da independência (1811), o primeiro presidente do Paraguai tentou uma colonização regional, mas sem sucesso. No final do século XVIII, a maioria das terras do leste do Paraguai foram alienadas para empresas privadas que começaram a exploração extensiva de florestas e campos, sem que para isso fossem fundados centros urbanos. Até metade do século XX, o território era sede de grandes madeireiras, com centros administrativos de empresas privadas que se beneficiavam dessas atividades (DGEEC, 2002).

Mapa 8: Localização de Cidade do Leste, Presidente Franco, Minga Guaçu e Herandárias na tríplice fronteira



Fonte: a autora, a partir de IBGE (2010), Google Earth (2017) e Mapa Base do Paraguai ESRI (2012).

De acordo com Ferro de Lima (2015), o povoamento paraguaio na fronteira ganhou impulso a partir de 1945, quando o governo criou o Departamento Alto Paraná, com o objetivo romper com a estagnação da economia paraguaia e estimular a economia agrária exportadora. Entretanto, Moraes e Vieira (2015) relatam que a colonização e ocupação da região leste do Paraguai se efetivou a partir da implantação da chamada Marcha para o leste, no início da década de 1960. A Marcha para o Leste foi um programa que tinha como uma de suas ações a distribuição de terras por meio do *Instituto Bienestar Rural* (IBR), encarregado de fomentar a colonização das áreas pouco povoadas do país, particularmente a região fronteira

da bacia do Rio Paraná. De acordo com os autores, na fronteira com o Brasil, o IBR facilitou o acesso de importantes membros do Partido Colorado e de oficiais das forças armadas às novas propriedades rurais, além de incentivar a vinda de colonizadores estrangeiros, que segundo o governo, proporcionariam a modernização da agricultura paraguaia.

É importante destacar que, nesse período, o Paraguai enfrentava uma grande crise política, que culminou no Golpe Militar de 1954, protagonizado pelo General Alfredo Stroessner que assumiu o comando do país e se manteve no poder por 35 anos, até 1989. Stroessner era simpatizante dos estreitamentos relacionais com o Brasil, devido às possibilidades de parcerias econômicas e de rotas de exportação, quebrando, com isso, a secular dependência paraguaia do Porto de Buenos Aires, na Argentina. Durante seu período no poder, o ditador fixou grandes tratados com o Brasil, como, por exemplo, a construção da Ponte da Amizade em 1965; a ligação do Paraguai com o porto de Paranaguá através da rodovia 277; e a construção da Itaipu Binacional em 1973 (MORAES e VIEIRA, 2015).

Essas grandes obras de infraestrutura deram vazão ao movimento de um grande número de brasileiros que se instalaram em terras rurais no Paraguai, que na época chegavam a custar oito vezes menos que no Brasil. Com isso, grupos de investidores adquiriam vastos setores florestais para comercializar madeira e subdividir as áreas em lotes rurais para os agricultores brasileiros, com foco na produção de soja para exportação, principal base econômica do país desde então (GADE, 2006). De acordo com dados do Ministério de Relações Exteriores de 2002, dos 545.886 brasileiros que se encontravam nos países da América do Sul, 84,11% estavam no Paraguai. As estratégias geopolíticas de aproximação entre o Brasil e o Paraguai favoreceram a entrada de muitos brasileiros em território paraguaio, como a lei da Reforma Agrária de 1963, que permitiu a venda de terras aos estrangeiros em zonas de fronteira, além de reassentar camponeses paraguaios que viviam na área central mais populosa do país (ALBUQUERQUE, 2009).

4.2.1. A marcha para o leste e a fundação das cidades paraguaias na fronteira (1957-1974)

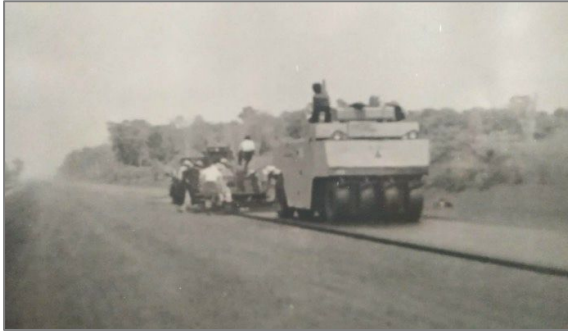
Nesse contexto, no mesmo ano em que Alfredo Stroessner convocava a Marcha para o Leste, em 1957, ele também fundava a cidade de Porto Presidente

Stroessner, que passou a se chamar Cidade do Leste em 1989, após o fim da ditadura militar. No ano seguinte, em 1958, também foi fundada a cidade de Hernandárias. Já Presidente Franco, ao sul de Cidade do Leste, foi elevada à categoria de município de primeira ordem apenas em 1979, embora existam relatos da existência de um povoado que levava o nome do então presidente da época, Dr. Manuel Franco, desde o ano de 1929. Nesse povoado, estava situado o principal porto da região, que fazia a travessia para o Brasil da erva mate e da madeira extraída na região leste do Paraguai⁷. De acordo com Oliveira (2011), a fundação de Cidade do Leste tinha como objetivo criar uma província paraguaia na fronteira com o Brasil e criar um ponto comercial que o ligasse com o país vizinho. Isso aumentaria a presença paraguaia na zona fronteira com o Brasil, nacionalizando o território e assegurando o poder durante a ditadura militar. Além disso, com a Marcha para o Leste, o ditador Stroessner pretendia promover a divisão do território em grandes latifúndios.

De acordo com informações obtidas junto ao Museu *El Mensú*, em Cidade do Leste, até o ano de 1957, a área do município de Cidade do Leste e de Hernandarias era composta apenas por florestas e produção de erva-mate. A partir da análise de algumas fotos obtidas neste mesmo museu, é possível comprovar essa informação. A primeira delas é de 1958, que mostra a pavimentação asfáltica sendo colocada na *Ruta 7*, que ligaria toda região à Capital Assunção (Figura 66). A segunda é a construção do Lado da República, no ano de 1962, onde hoje localiza-se a área central de Cidade do Leste (Figura 67). A terceira e quarta são da inauguração da Ponte da Amizade em 1965, e mostram a área na cabeceira da ponte apenas com a construção da aduana, onde mais tarde seria consolidado o centro comercial de Cidade do Leste (Figura 68 e Figura 69). E por fim, a quinta é de um jornal da época, que mostra a única residência existente na cidade na época, em fevereiro de 1957 (Figura 70).

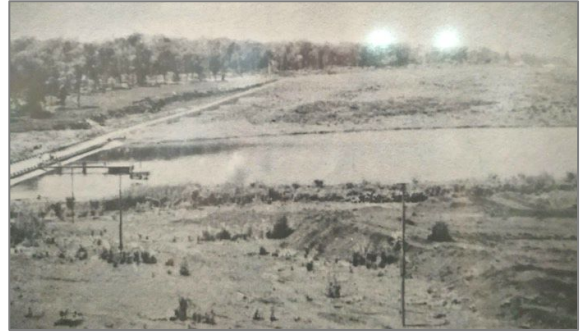
⁷ Informações retiradas do Site oficial do Alto Paraná. Disponível em <<http://www.altoparana.gov.py/v0/index.php/presidente-franco>>. Acesso em 20 de setembro. 2019.

Figura 66: Implantação da pavimentação asfáltica na Ruta 7 em 1958



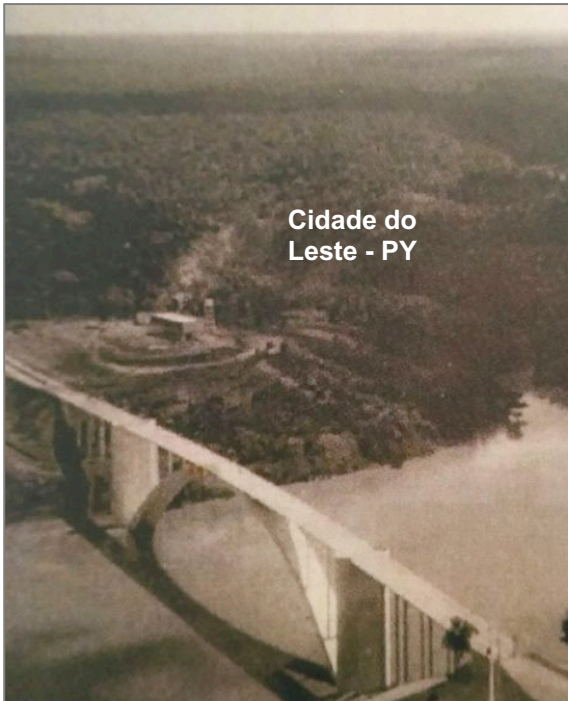
Fonte: Museu *El Mansú*, Cidade do Leste

Figura 67: Construção do Lago da República em 1962



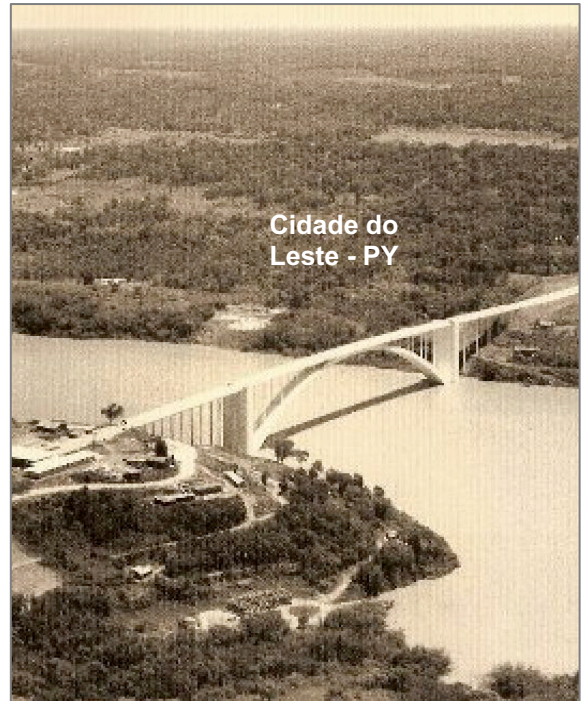
Fonte: Museu *El Mansú*, Cidade do Leste

Figura 68: Inauguração da Ponte da Amizade em 1965



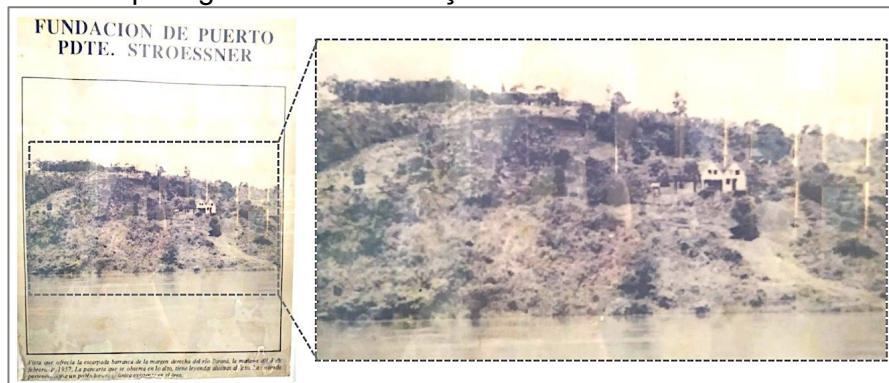
Fonte: Museu *El Mansú*, Cidade do Leste

Figura 69: Inauguração da Ponte da Amizade em 1965



Fonte: <https://terrinhadasaguasfoz.wordpress.com/foz-dos-tempos-idos-mas-nao-esquecidos/.jpg>

Figura 70: Reportagem sobre a fundação de Presidente Stroessner em 1957



Fonte: Museu *El Mansú*, Cidade do Leste

No Museu *El Mansú*, também foi identificada uma foto da apresentação de uma maquete do primeiro plano de Cidade do Leste, implementado por Stroessner. No entanto, não foram encontrados outros documentos que trouxessem mais informações sobre esse plano junto ao museu e ou à prefeitura da cidade. Apesar da falta de detalhes, é possível perceber que o projeto da cidade se concentrava nas margens do rio Paraná e a mancha urbana da proposta original se assemelhava com a malha que se consolidou na cidade até o ano de 1974 (Figura 71).

Figura 71: Maquete do Plano original de Cidade do Leste



Fonte: Museu *El Mansú*, Cidade do Leste

A partir de então, algumas obras marcaram o início da construção de Cidade do Leste, como o primeiro edifício em altura (Figura 72), o primeiro comércio local (Figura 73) e a primeira igreja (Figura 74), todas construídas no início dos anos de 1960. As demais fotos mostram o crescimento da cidade entre os anos de 1960 e 1970 e a criação da zona franca comercial, instalada às margens da *Ruta 7*, próximo da ponte da Amizade (Figura 75, Figura 76, Figura 78, Figura 79 e Figura 77). De acordo com Rabossi (2004), a primeira Zona Franca de Cidade do Leste foi criada em 1960, através da Lei de 624/1960, que passou a ser internacional em 1970, através da Lei 273/1970, cuja exploração era outorgada pelo governo federal.

Figura 72: Primeiro edifício em altura de Cidade do Leste



Fonte: Museu *El Mansú*, Cidade do Leste

Figura 73: Primeiro comércio de Cidade do Leste



Fonte: Museu *El Mansú*, Cidade do Leste

Figura 74: Primeira igreja de Cidade do Leste



Fonte: Museu *El Mansú*, Cidade do Leste

Figura 75: Fotos de Cidade do Leste da década de 1960 e início de 1970



Fonte: Museu *El Mansú*, Cidade do Leste

Figura 76: Fotos de Cidade do Leste da década de 1960 e início de 1970



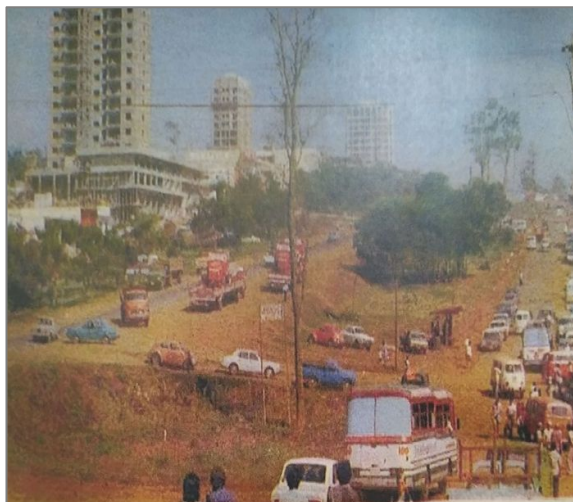
Fonte: Museu *El Mansú*, Cidade do Leste

Figura 77: Fotos de Cidade do Leste da década de 1960 e início de 1970



Fonte: Museu *El Mansú*, Cidade do Leste

Figura 78: Fotos de Cidade do Leste da década de 1960 e início de 1970



Fonte: Museu *El Mansú*, Cidade do Leste

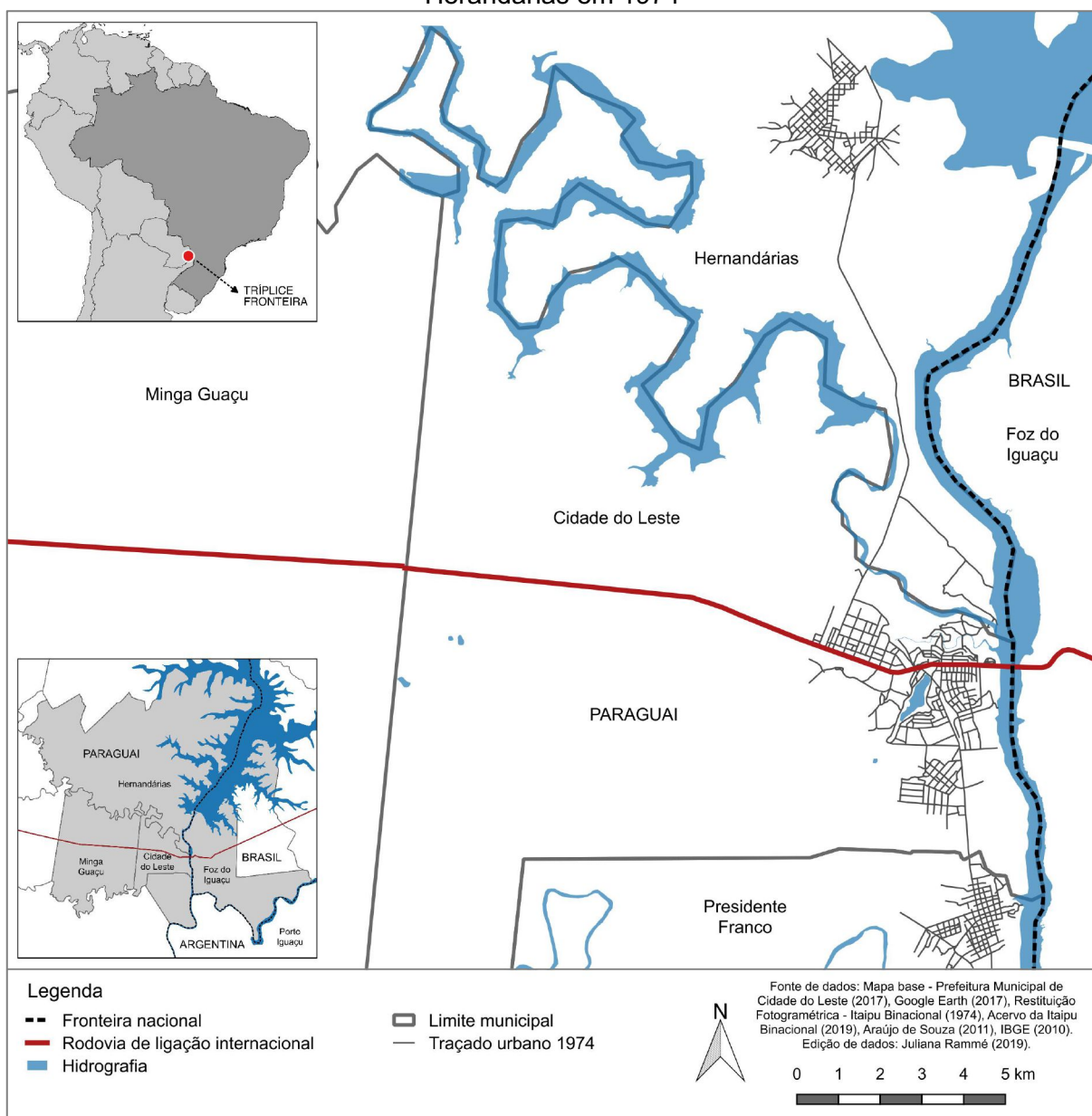
Figura 79: Fotos de Cidade do Leste da década de 1960 e início de 1970



Fonte: Museu *El Mansú*, Cidade do Leste

Em 1975, os três principais pontos de crescimento fora da capital estavam na fronteira leste, sendo um deles Cidade do Leste. Em 1972, pouco mais de dez anos depois de sua fundação, o município contava com uma população de 26.485 habitantes e seu centro comercial já apresentava um caráter internacional, atraindo investidores do mundo todo. No ano de 1974, sua área urbana estava organizada a partir da *Ruta 7*, ao norte, e da Avenida Carlos Antonio López que fazia ligação com Presidente Franco, ao sul. O traçado urbano combinava uma malha irregular com uma malha ortogonal e estava organizado a partir dessas duas grandes avenidas de ligação (Mapa 9). A proposta desse traçado urbano híbrido, com zonas funcionais bem definidas, não se assemelhava com o traçado clássico das cidades paraguaias construídas no período colonial-hispânico, que, segundo Centurião (1988), geralmente seguiam uma planificação rigorosa de planta em xadrez, com uma praça maior ao centro rodeada pela prefeitura e demais órgãos do governo. Mas sim, se assemelhava com um outro modelo, o traçado irregular, que poderia ser encontrado em cidades portuárias ou em centros de mineração, povoados indígenas e alguns casarios ao longo dos caminhos (HARDOY, apus CENTURIÃO, 1998).

Mapa 9: Traçado urbano de Cidade do Leste, Presidente Franco, Minga Guaçu e Hernandárias em 1974



Fonte: a autora, partir de Mapa base - Prefeitura Municipal de Cidade do Leste (2017), Google Earth (2017), Restituição Fotogramétrica - Itaipu Binacional (1974), Acervo da Itaipu Binacional (2019), Araújo de Souza (2011), IBGE (2010).

Os municípios de Presidente Franco e Hernandárias também estavam situados próximos ao Rio Paraná e apresentavam um traçado urbano com porte semelhante ao de Cidade do Leste, porém, com um desenho mais ortogonal e compacto. Com relação ao município de Minga Guaçu, não foram encontrados documentos que apresentassem seu traçado urbano na época. Porém, de acordo com os dados do DGEEC (2002), sua emancipação só ocorreu na década de 1980, ou

seja, durante a implantação das vilas de Itaipu, o território municipal de Minga Guaçu ainda correspondia à um distrito rural de Cidade do Leste.

4.2.2. A construção das vilas de Itaipu (1974 – 1985)

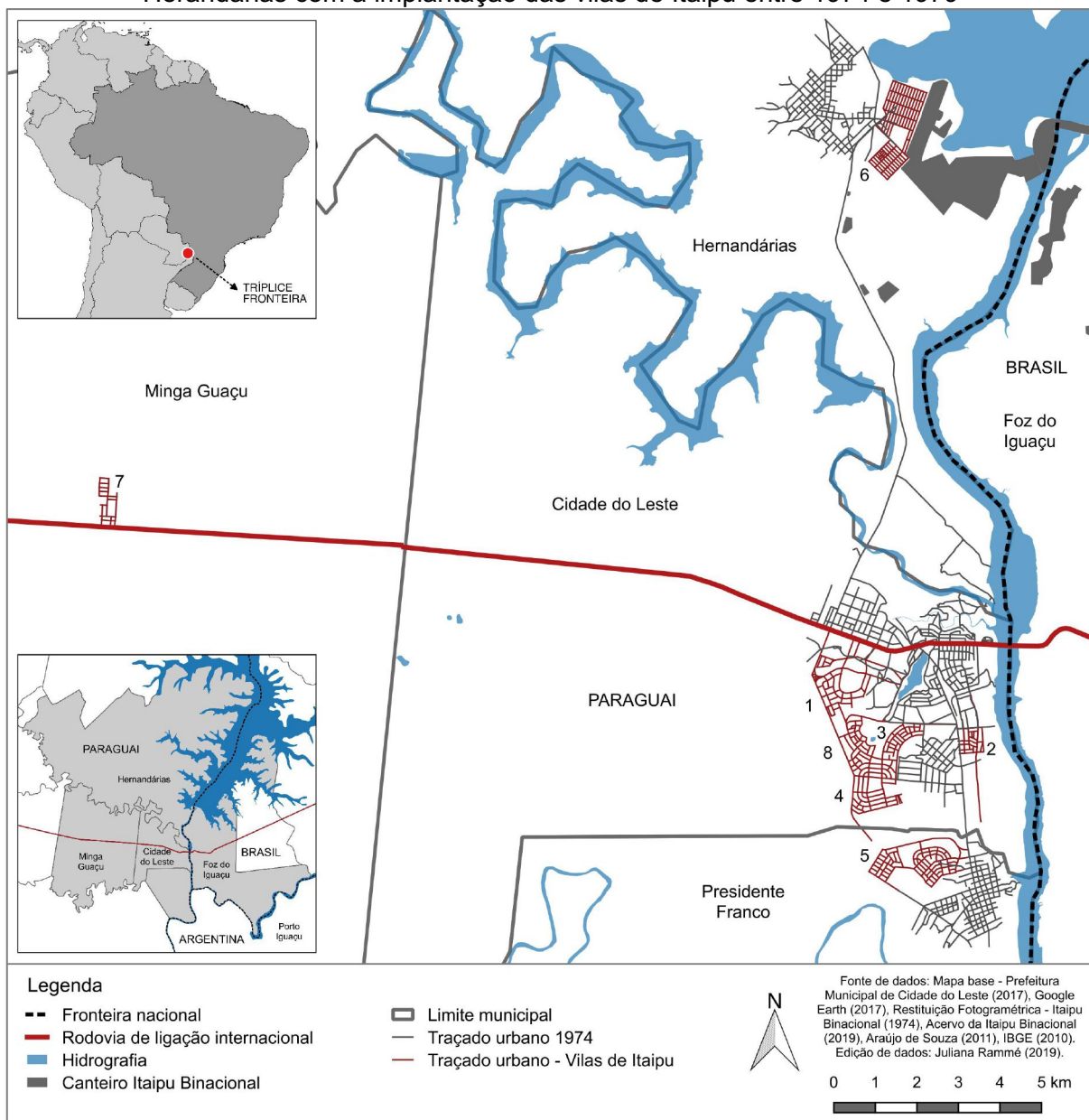
Conforme mencionado anteriormente, no ano de 1973, foi assinado o Tratado de Itaipu para construção da hidrelétrica binacional. Segundo Boetto (2007 *apud* Causarano, 2011), para o governo paraguaio, a construção da Itaipu Binacional representou uma clara concessão às demandas do processo de industrialização brasileiro e de capitais multinacionais:

“Com base na chamada estratégia de desenvolvimento associado, a estrutura agrícola do Paraguai se enquadra na expansão industrial hegemônica por monopólios e empresas multinacionais do Brasil. E um dos elementos fundamentais dessa inserção da estrutura agrícola paraguaia à expansão industrial brasileira é o Tratado de Itaipu, que rege a construção de uma das obras de infraestrutura de capital para sustentar a taxa de crescimento industrial brasileira associado a dois outros fatores importantes: a colonização brasileira no Paraguai e aos investimentos industriais e financeiros” (BOETTO, 2007 *apud* CAUSARANO, 2011, p. 4, tradução nossa).

Com isso, tanto a construção da Itaipu Binacional e de suas vilas operárias, como os processos de colonização brasileira no Paraguai, refletiram em um aumento populacional de 92,50% entre os anos de 1972 e 1982 nos municípios de Cidade do Leste, Presidente Franco, Hernandárias e Minga Guaçu (DGEEC, 2002). Entretanto, o maior impacto na paisagem urbana se deu a partir da construção das vilas de Itaipu, devido ao porte e ao desenho urbano destes bairros habitacionais. Em oposição ao lado brasileiro, não foi possível localizar junto ao acervo das Prefeituras Municipais e da Itaipu Binacional, o Plano de Desenvolvimento Urbano elaborado pela instituição na época, que teria norteado a implantação das vilas de Itaipu no Paraguai, conforme mencionado no Relatório anual de 1974 (ITAIPU BINACIONAL, 1974). Entretanto, entre os anos de 1974 e 1979, foram construídos oito loteamentos integrados à malha urbana existente, também divididos de acordo com a categoria de funcionários que trabalhavam na usina. Nesse contexto, a Área 1 e 8 foram destinadas para administradores e engenheiros, as Áreas 2, 3, 4, 5 e 7 para os técnicos e funcionários administrativos e a Área 6 para os operários e trabalhadores em postos de serviço. Ao todo, foram construídas 4.281 casas do lado paraguaio, divididas em quatro

idades. Devido à falta de dados cartográficos históricos de Minga Guaçu, não foi possível identificar o traçado urbano da cidade na época, constando no mapa apenas o traçado da Área 7 (Mapa 10).

Mapa 10: Traçado urbano de Cidade do Leste, Presidente Franco, Minga Guaçu e Herandárias com a implantação das vilas de Itaipu entre 1974 e 1979



Fonte: a autora, partir de Mapa base - Prefeitura Municipal de Cidade do Leste (2017), Google Earth (2017), Restituição Fotogramétrica - Itaipu Binacional (1974), Acervo da Itaipu Binacional (2019), Araújo de Souza (2011), IBGE (2010).

Assim como no Brasil, as vilas de Itaipu no Paraguai foram construídas com 11 tipologias diferentes, distribuídas de acordo com o padrão do loteamento e a categoria de funcionários para a qual elas estavam sendo destinadas. Essa

classificação era feita pela própria Itaipu Binacional. A Área 1 foi construída com 308 residências de 6 tipologias diferentes, sendo aproximadamente 187 classificadas com um padrão construtivo superior e 121 com um padrão construtivo bom. Esse é o único loteamento que contém residências das tipologias 1 e 2, cujas áreas construídas variavam de 310 m² até 340 m². A Área 2, com 249 residências e a Área 3, com 378 residências, foram implantadas com duas tipologias diferentes, porém, ambas classificadas com um padrão construtivo médio, com áreas construídas de 66 m² até 80 m². A Área 4, com 886 residências, foi construída com 5 tipologias diferentes, sendo aproximadamente 440 com padrão construtivo bom e médio e 446 com padrão popular, com áreas que variavam de 65 m² até 110 m². Por fim, o último loteamento implantado em Cidade do Leste foi a Área 8, com 164 residências construídas com os padrões superior e bom e áreas que variavam de 85 m² até 210 m².

Os demais loteamentos implantados fora de Cidade do Leste foram construídos com o padrão considerado popular, com áreas que variavam de 65 m² até 84 m². A diferença entre esses três loteamentos é que a Área 6, localizada em Hernandárias, foi destinada para os operários e trabalhadores em postos de serviço e, por isso, é a maior vila implantada no Paraguai, com 1.672 residências e com uma tipologia construtiva que se assemelhava com a Vila C do Brasil (ARAUJO DE SOUZA, 2011 e ACERVO DA DEFENSORÍA GENERAL DE ITAIPU BINACIONAL, 2019). De acordo com os projetos originais cedidos pela Itaipu Binacional do Paraguai, não foi possível identificar o número e a localização exata de cada tipologia, por isso, serão apresentados os números totais de lotes residenciais e as tipologias utilizadas em cada loteamento (Tabela 5).

Tabela 5: Tipologia das edificações nas vilas de Itaipu – Paraguai

Casa tipo	Localização e quantidade								Área média (m ²)	Variações	Padrão construtivo
	1	2	3	4	5	6	7	8			
1	187								340	5	Superior
2									310	8	Superior
3									210	6	Superior
3'	121								180	7	Superior
4				440			164	110	3	Bom	
5								85	3	Bom	
6		249	378					80	4	médio	
7							66	3	médio		
8				446	652		53	66	4	Popular	
9								65	6	Popular	
Geminadas						1.672		69 + 84	1	Popular	
Total	308	249	378	886	652	1.672	53	164			

Fonte: a autora, a partir de Araujo de Souza (2011) e Defensoria General de Itaipu Binacional (2019).

Com relação aos equipamentos coletivos de lazer, de acordo com os projetos dos loteamentos aprovados pelas prefeituras municipais, todas as vilas de Itaipu paraguaias apresentavam espaços como praças, parques e, em algumas áreas, ainda era possível identificar a existência de um clube social e/ou esportivo. Além desses espaços, em alguns loteamentos também foram previstos lotes para implantação de escolas, igrejas, centros comerciais, centro comunitário, escritórios de manutenção e hospitais. Entretanto, nem todas as áreas foram dotadas com estes serviços. Como é o caso do centro comercial, previsto apenas para as Áreas 1, 5, 6 e 7. Ou seja, um em cada cidade, mesmo que sua dimensão não atendesse à quantidade de residências propostas.

O Centro Administrativo da Itaipu e o Hotel foram implantados apenas da Área 1, destinada para os administradores e engenheiros. Os escritórios de manutenção foram implantados em três áreas de Cidade do Leste e eram destinados para a manutenção e controle das vilas residenciais. Com relação aos equipamentos de saúde, foram previstos dois hospitais, um localizado em Cidade de Leste e outro em Hernandárias, destinados para o atendimento de todos os funcionários da Itaipu e das empresas terceirizadas. Além disso, foi previsto um ambulatório localizado na área 6, onde se encontravam os operários e trabalhadores em postos de serviço, devido ao alto número de moradores da área (Quadro 5).

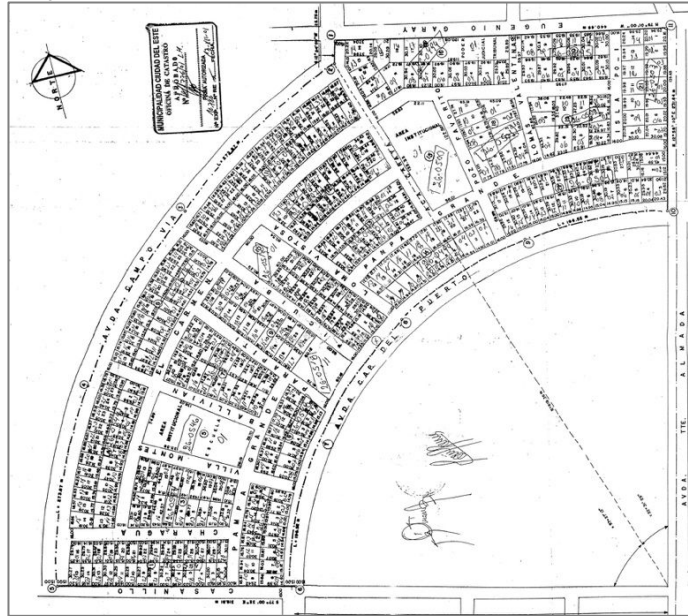
Quadro 5: Equipamentos públicos previstos nos projetos originais das vilas de Itaipu no Paraguai

Áreas	Equipamentos de lazer	Demais áreas comuns
1	Parque Praça Clube Social / esporte	Centro comercial Igreja Hotel Escola Centro Administrativo da Itaipu
2	Praça Clube Social / esporte	Igreja Hospital Centro Comunitário Escritório de manutenção
3	Praça Área de esportes	Escola Escritório de manutenção
4	Parque Praça Clube Social / esporte	Igreja Escola Escritório de manutenção
5	Parque Praça Clube Social / esporte Centro cultural	Centro Comercial Escola Reserva biológica
6	Parque Clube social / esporte	Centro comercial Escola Igreja Ambulatório Hospital
7	Praça	Colégio Técnico Igreja Centro comercial
8	Parque Praça Clube esportivo	---

Fonte: a autora, a partir de Araujo de Souza (2011) e Defensoría General de Itaipu Binacional (2019).

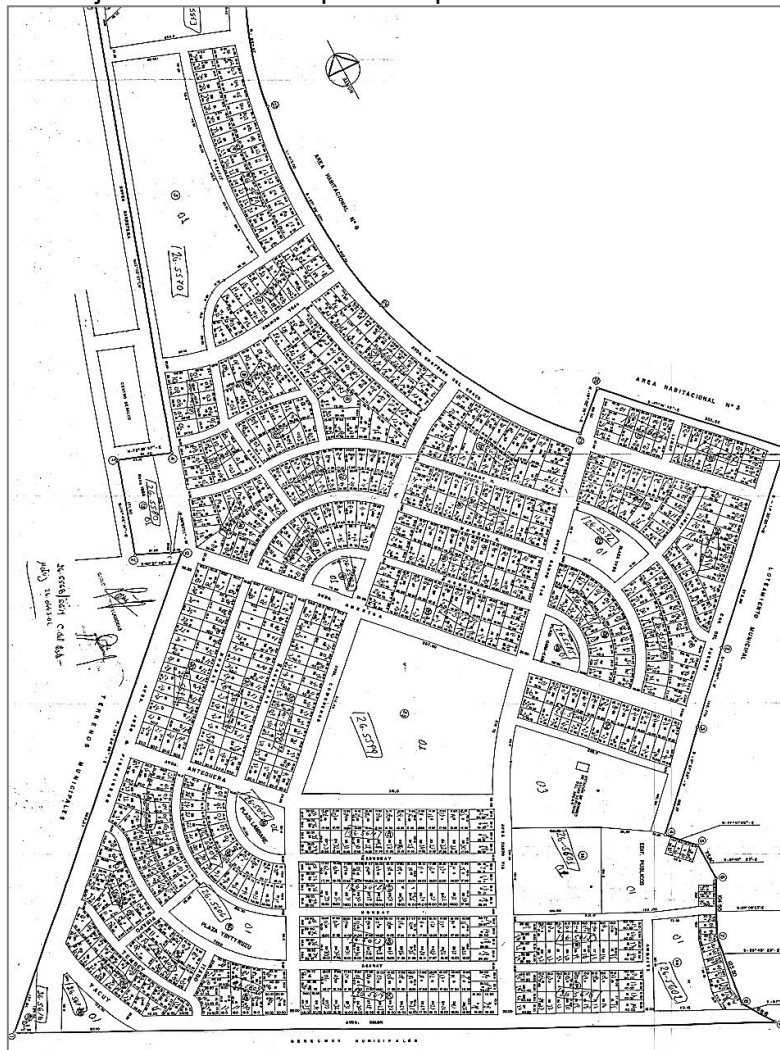
De maneira geral, as vilas de Itaipu implantadas em Cidade do Leste e em Presidente Franco foram desenhadas a partir de traçados orgânicos, organizados de maneira hierarquizada, de modo que as Vilas se integrassem entre si e com o restante da malha urbana existente. Ou seja, sua estrutura viária foi composta por três tipos de vias: (i) as vias estruturais, responsáveis por conectar diferentes regiões da cidade e até mesmo as cidades vizinhas; (ii) as vias coletoras, responsáveis por coletar o fluxo do bairro e direcioná-lo para as vias estruturais; e (iii) as vilas locais, responsáveis por acessar as áreas residenciais. Além disso, a estrutura fundiária dessas vilas foi composta por amplas quadras e lotes e uma porção considerável de áreas verdes e lotes destinados para a implantação de equipamentos públicos e coletivos. Esse tipo de desenho foi verificado até mesmo na Área 5, que, segundo a Itaipu Binacional, foi implantada a partir de um padrão construtivo considerado popular (Figura 80, Figura 81, Figura 82, Figura 83, Figura 84 e Figura 85).

Figura 82: Projeto da Área 3 - aprovado pela Prefeitura de Cidade do Leste



Fonte: Defensoria General de Itaipu Binacional, 2019.

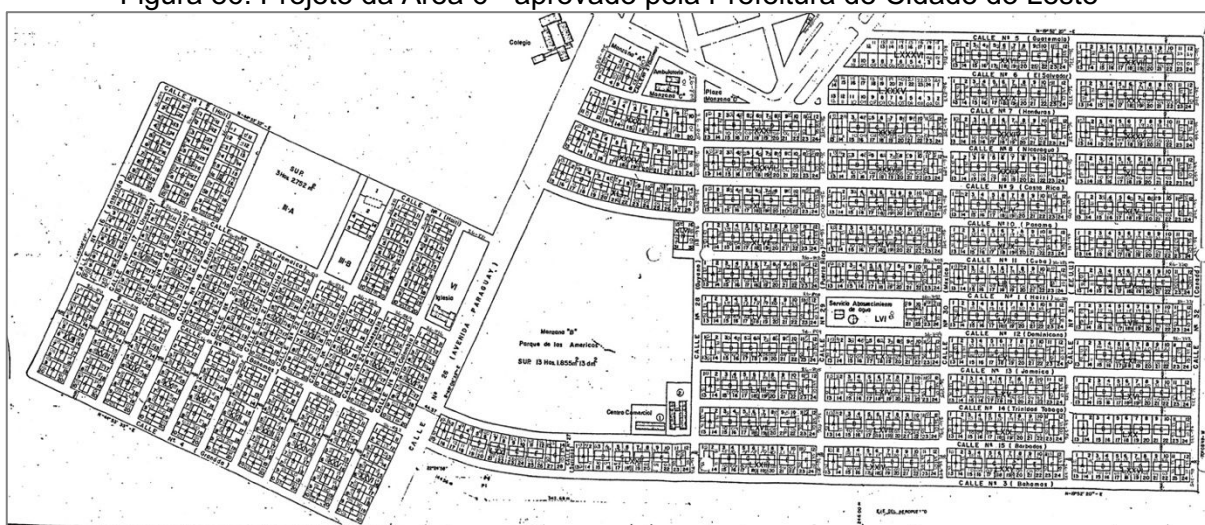
Figura 83: Projeto da Área 4 - aprovado pela Prefeitura de Cidade do Leste



Fonte: Defensoria General de Itaipu Binacional, 2019.

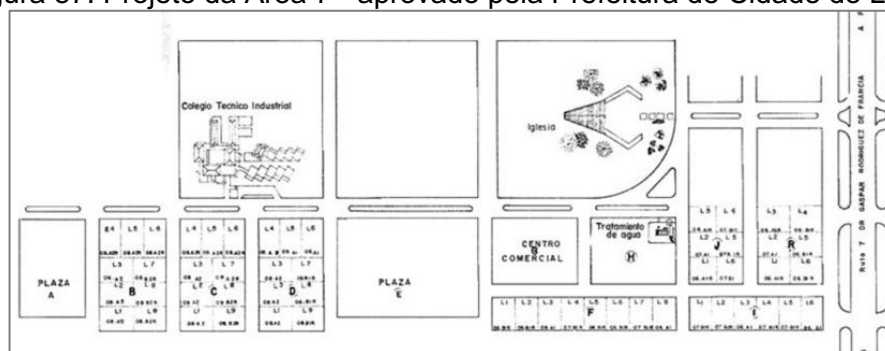
Diferentemente das demais vilas, a Área 6 foi implantada em Hernandárias e desenhada a partir de um traçado ortogonal, com uma estrutura fundiária semelhante à da Vila C, no Brasil. Seu sistema viário também não seguiu uma hierarquia clara e, apesar de ter sido construída próxima da malha urbana existente, as vias projetadas não se integraram de forma harmônica com as vias existentes e, por isso, acabaram criando uma cidade à parte, assim como no Brasil. Além disso, assim como na Vila C, as casas foram construídas a partir de materiais pré-fabricados em alvenaria e cada edificação geminada compreendia o fundo de quatro lotes. Entretanto, o que diferenciava o projeto da vila paraguaia e da brasileira era, principalmente, a existência das Linhas de Transmissão de Energia que cortavam a Vila C e a existência de áreas livres destinadas para a implantação de praças, visto que na Área 6 o único espaço de lazer previsto foi um parque com uma área esportiva, localizado no centro do loteamento (Figura 86). Com relação à Área 7, implantada em Minga Guaçu, não é possível avaliar sua inserção urbana, pois não foram encontrados materiais cartográficos que mostrassem sua localização nos mapas e imagens históricas investigadas. Entretanto, esse foi o menor loteamento implantado pela Itaipu, com 53 residências. Seu traçado também era ortogonal, porém, com dois tipos de vias, uma local e uma coletora, que fazia a ligação com a *Ruta 7*. Por fim, apesar do número reduzido de residências, o loteamento contava com espaços livres de lazer e equipamentos coletivos que representavam aproximadamente metade de sua área total (Figura 87).

Figura 86: Projeto da Área 6 - aprovado pela Prefeitura de Cidade do Leste



Fonte: Acervo Itaipu Binacional do lado paraguaio

Figura 87: Projeto da Área 7 - aprovado pela Prefeitura de Cidade do Leste



Fonte: Acervo Itaipu Binacional do lado paraguaio

Durante o período de construção das vilas de Itaipu, foram realizados alguns registros fotográficos pela própria Itaipu Binacional que retratam os impactos gerados na malha urbana existente das cidades paraguaias, embora não tenham sido localizadas imagens de todas as áreas. Entretanto, as imagens encontradas junto ao acervo da Itaipu no Paraguai mostram que, embora as vilas tenham sido construídas próximas da área urbana consolidada, suas dimensões e padrões construtivos destoavam em partes da paisagem urbana da época, que, até o ano de 1974, apresentava características quase rurais, com baixas densidades e traçado irregular, sobretudo em Cidade do Leste e Presidente Franco, como mostram as figuras 91, 92, 93 e 94, referentes às Áreas 3 e 4, mesmo que elas tenham respeitado as vias existentes. Já sobre a Área 6, implantada em Hernandárias, o único registro encontrado do período de sua construção mostra a organização das edificações nos lotes e a mesma tipologia construtiva utilizada na Vila C, no lado brasileiro (Figura 88, Figura 89, Figura 90, Figura 91, Figura 92 e Figura 93).

Figura 88: Foto aérea da Área 3



Fonte: Defensoría General de Itaipu Binacional, 1975/1979.

Figura 89: Foto aérea da Área 4



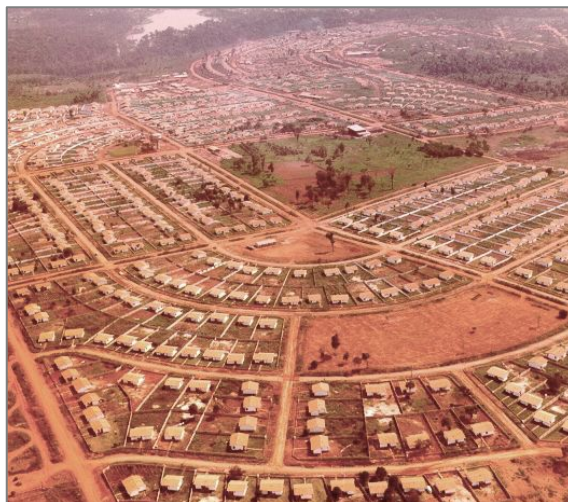
Fonte: Defensoría General de Itaipu Binacional, 1975/1979.

Figura 90: Foto aérea da implantação da Área 3 e 4



Fonte: Defensoría General de Itaipu Binacional, 1975/1979.

Figura 91: Foto aérea da implantação da Área 3 e 4



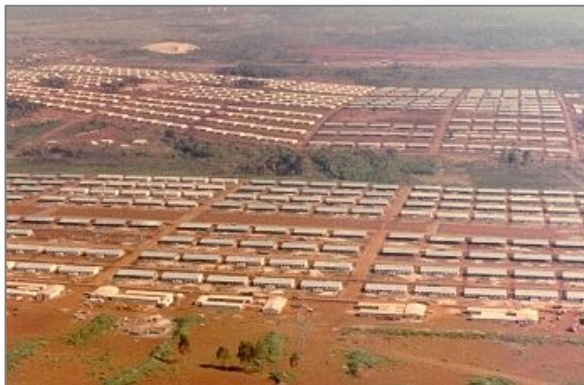
Fonte: Defensoría General de Itaipu Binacional, 1975/1979.

Figura 92: Foto aérea da implantação da Área 6 - Paraguai



Fonte: Defensoría General de Itaipu Binacional, 1975/1979.

Figura 93: Foto aérea da implantação da Vila C - Brasil



Fonte: Defensoría General de Itaipu Binacional, 1975/1979.

Com relação ao processo de desmonte das vilas de Itaipu paraguaias, a *Defensoría General de Itaipu Binacional* não respondeu qual a quantidade exata de residências e áreas públicas ainda está em propriedade da Itaipu. Como a empresa tem um caráter binacional, cada país estabelece o prazo e as formas de administrar seu território, assim como, conta com diferentes acervos documentais. Entretanto, de acordo com informações obtidas junto ao site oficial da empresa⁸, no ano de 2013, foi assinado um contrato coletivo entre a Itaipu Binacional e os sindicatos dos trabalhadores para agilizar o processo de alienação das residências das Áreas 1, 2,

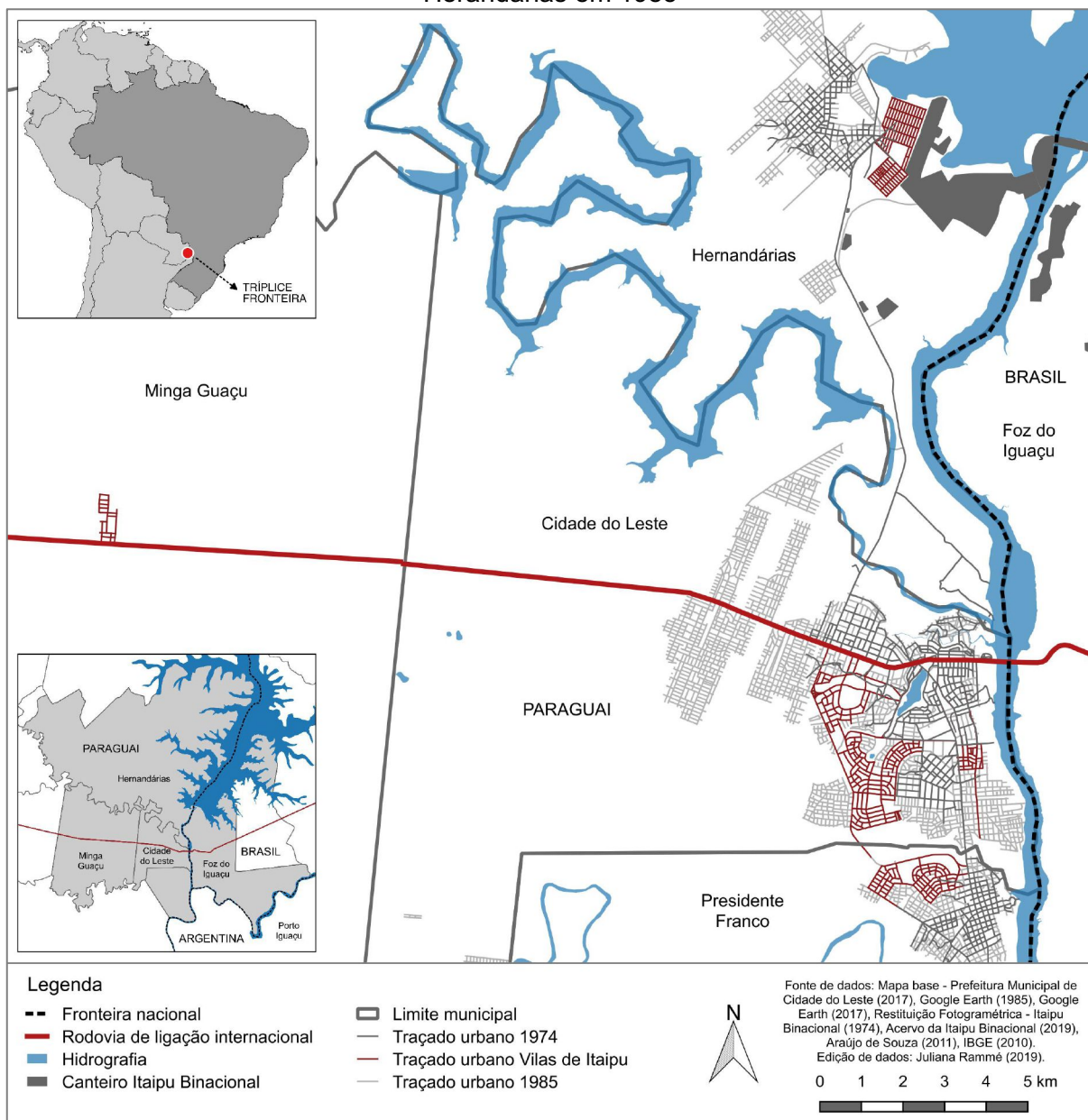
⁸ Fonte de dados: <https://www.itaipu.gov.br/es/sala-de-prensa/noticia/destraban-proceso-de-venta-de-viviendas>. Acessado em 16 de agosto de 2019.

3, 4 e 8, localizadas em Cidade do Leste. A venda seria destinada para os funcionários ativos, aposentados e funcionários de empresas terceirizadas, que não apresentavam vínculo contratual direto com a Itaipu. Segundo o engenheiro responsável pelo Departamento de Infraestrutura, que também liderava o grupo de apoio das negociações, o pontapé inicial foi dado no ano de 2010, quando foram vendidas as primeiras quinze casas dessas áreas. Não foram encontradas informações oficiais sobre o processo de venda das vilas localizadas em Hernandárias, Presidente Franco e Minga Guaçu, embora alguns sites não oficiais afirmem que elas já tenham sido repassadas para seus moradores.

Entre os anos de 1974 e 1985, a expansão urbana ocorreu em sua maioria no entorno das vilas de Itaipu, a partir do preenchimento dos vazios urbanos existentes. Com exceção de Cidade do Leste, que apresentou também novas áreas residenciais que se estruturaram a partir da *Ruta 7*, em formato de espinha de peixe. O traçado urbano desse período mostra que, no entorno imediato das vilas de Itaipu, grande parte das novas ruas seguiram o desenho urbano existente, seja ele influenciado pelo traçado geométrico das vilas ou pela mescla do traçado ortogonal e irregular da malha urbana original. Entretanto, à medida que essas novas áreas urbanas foram se afastando da malha urbana existente, o traçado passa a apresentar uma configuração completamente ortogonal, porém, com poucas conexões viárias com o restante da cidade (Mapa 11).

Apesar do crescimento urbano e populacional até a metade dos anos de 1980, os municípios onde foram implantadas as vilas de Itaipu ainda apresentavam uma forte estrutura agrícola. Entretanto, de acordo com Oliveira (2011), a partir dos anos de 1960, estudos feitos pelo próprio governo do Paraguai apontavam que os 6% de brasileiros que residiam no país eram responsáveis por 80% da produção de soja paraguaia exportada, representando a importância da parceria firmada entre os governos até o início da década de 1980. Contudo, a partir de 1985 houve a deflagração de uma disputa por terras produtivas, envolvendo também os latifúndios e pequenos proprietários de terras de brasileiros no Paraguai. Segundo Cortês (1994, *apud* Sprandel, 2006), o encerramento das atividades de consolidação dos grandes imóveis paraguaios e os problemas com a legalização fundiária das pequenas propriedades levou a uma crise social que fez com que mais de mil famílias voltassem de forma organizada para o Brasil em dezembro de 1985.

Mapa 11: Traçado urbano de Cidade do Leste, Presidente Franco, Minga Guaçu e Herandárias em 1985



Fonte: a autora, partir de Mapa base - Prefeitura Municipal de Cidade do Leste (2017), Google Earth (1985), Google Earth (2017), Restituição Fotogramétrica - Itaipu Binacional (1974), Acervo da Itaipu Binacional (2019), Araújo de Souza (2011), IBGE (2010).

4.2.3. A expansão urbana a partir do parcelamento dos lotes rurais (1986-2017)

A partir de 1985, diversas características influenciam a expansão urbana das cidades onde foram implantadas as Vilas no Paraguai, sobretudo de Cidade do Leste. Um desses fatores, segundo Fogel (2008), foi a chegada de mais de vinte coletivos de imigrantes a partir da década de 1980, com o objetivo de se investir no setor de comércio. Nesse momento, Cidade do Leste inicia um novo ciclo econômico,

que levou sua zona franca para a terceira posição mundial em 1990. Com isso, entre os anos de 1982 e 1992, o município continuou apresentando uma elevada taxa de crescimento populacional, de 114,80%, em comparação à 31,66% da média nacional, embora menor que no período anterior. Nas décadas seguintes, essa taxa de crescimento caiu gradativamente, chegando a 26,61% entre os anos de 2002 e 2012, embora ainda esteja acima da média nacional, que foi de 15,79% no mesmo período (Tabela 6).

Tabela 6: Crescimento populacional nos municípios paraguaios onde foram implantadas as vilas de Itaipu (1982-2012)

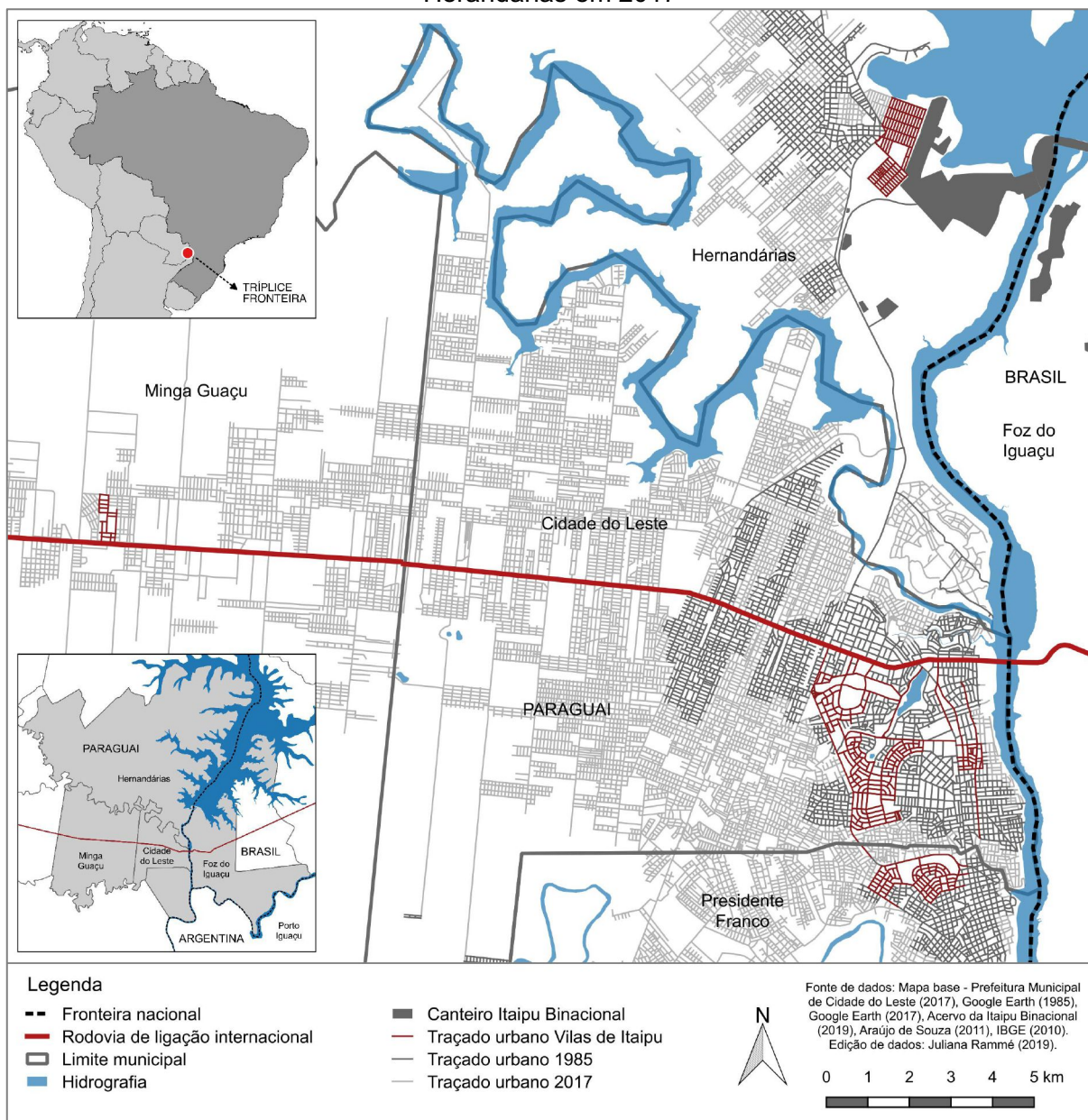
Município	1982	Taxa cresc. %	1992	Taxa cresc. %	2002	Taxa cresc. %	2012
Hernandárias	28.188	48,72%	41.922	50,87%	63.248	17,73%	74.465
Cidade do Leste	62.328	114,80%	133.881	66,02%	222.274	26,61%	281.422
Presidente Franco	23.695	70,53%	40.408	30,73%	52.826	55,40%	82.091
Minga Guaçu			31.736	51,27%	48.006	52,07%	73.004

Fonte: DGEEC (2012a)

Esse crescimento populacional impulsionou a expansão do município sobre as áreas rurais, principalmente aquelas situadas ao longo da *Ruta 7*. O traçado urbano desses novos loteamentos vem se repetindo ao longo dos últimos 37 anos, caracterizado pela subdivisão dos lotes rurais que, segundo Araújo de Souza (2011), foram parcelados por Stroessner no início da década de 1970 em uma malha ortogonal, em xadrez, com dimensões de 100 m x 500 m. Entretanto, apesar da predominante malha ortogonal, a irregularidade na subdivisão das quadras e a falta de conexão entre as áreas da cidade é uma característica predominante (Mapa 12).

Ao contrário de Cidade do Leste, Hernandárias não apresentou um crescimento urbano significativo após a implantação das vilas de Itaipu e, devido às limitações espaciais no entorno da Área 6, causadas pela existência do Lago de Itaipu, do canteiro de obras e de uma rodovia de ligação intermunicipal, a expansão do município se deu principalmente no entorno da área urbana já consolidada até 1974. Isso contribuiu para que, da mesma forma que a Vila C no Brasil, a Área 6 permanecesse segregada do restante da cidade, embora ela tenha sido implantada próximo da malha urbana existente. Entre os anos de 1982 e 2012, a população de Hernandárias apresentou uma taxa de crescimento de 164,17%, sendo que o crescimento mais expressivo se deu entre os anos de 1992 e 2002 (Tabela 6).

Mapa 12: Traçado urbano de Cidade do Leste, Presidente Franco, Minga Guaçu e Herandárias em 2017



Fonte: a autora, partir de Mapa base - Prefeitura Municipal de Cidade do Leste (2017), Google Earth (1985), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), Araújo de Souza (2011), IBGE (2010).

Com relação ao município de Presidente Franco, após o ano de 1985, seu crescimento urbano avançou sobre praticamente toda área rural que estava delimitada pelo Rio Monday, principalmente ao longo da Avenida Monday, que também tem a função de ligação intermunicipal com a região sul do Paraguai. Entre os anos de 1982 e 2012, a população de Presidente Franco apresentou uma taxa de crescimento de 246,45%, sendo que, diferentemente de Herandárias, o crescimento mais expressivo foi nos primeiros dez anos, assim como em Cidade do Leste (Tabela

6). Conforme mencionado anteriormente, não foram encontrados dados históricos sobre o traçado urbano de Minga Guaçu. Entretanto, a partir de dados obtidos pelas imagens do Google Earth, é possível perceber que toda área urbana do município está localizada ao longo da *Ruta 7*, apresentando as mesmas características que a expansão urbana de Cidade do Leste após o ano de 1985 (Mapa 12).

De modo geral, ao contrário de Foz do Iguaçu, após a construção da Itaipu Binacional o ritmo de crescimento continuou acelerado nas cidades paraguaias. Esse crescimento demográfico também é reflexo da mudança na economia local, que passou a contar com um perfil industrial e de serviços, como a geração de energia elétrica e o turismo, embora o Paraguai ainda seja um país predominantemente agrícola, reflexo tanto da sua estrutura econômica, quanto da sua história de colonização (FERRO DE LIMA, 2015). No ano de 2002, o Alto Paraná apresentava o maior grau de urbanização fora dos dois principais departamentos do país, com aproximadamente 66%, em contraposição aos 81,40% do Estado do Paraná, no ano de 2000 (FERRO DE LIMA, 2015).

Nesse contexto de crescimento urbano, é importante destacar que a rede urbana paraguaia é muito diferente da brasileira, devido ao perfil do país. Sua população, no ano de 2002, era de pouco mais de 5 milhões de habitantes, concentrada na porção sul do território nacional, em geral ao longo da *Ruta 7*, que corta o país no sentido leste-oeste. Essa *Ruta* é uma continuidade da BR 277 e ao longo dela estão situadas as maiores cidades paraguaias, como Cidade do Leste, Assunção, Coronel Oviedo e Caaguazú. Enquanto Assunção encontra-se às margens do Rio Paraguai, Cidade do Leste se desenvolveu às margens do Rio Paraná e sua expansão urbana abrangia, no ano de 2012, a cidade de Hernandárias, Presidente Franco e parte de Minga Guaçu (Figura 94). No ano de 2002, poucas cidades ultrapassavam a marca dos 100 mil habitantes, sendo que várias delas são distritos de Assunção ou situam-se em sua área de expansão direta (FERRO DE LIMA, 2015).

Além disso, o fato de a economia paraguaia ter se mantido fechada por muitos anos acabou impulsionando o desenvolvimento das suas áreas de fronteira. Sendo assim, as cidades paraguaias de maior porte encontram-se diretamente articuladas com dinâmicas externas, como é o caso de Cidade do Leste, que se destaca na rede de cidades por conta do comércio de fronteira e do centro de exportação de mercadorias industriais maquiladoras, que se instalaram na região

No ano de 2012, Cidade do Leste era a segunda maior cidade do Paraguai, com 281.422 habitantes, ficando atrás apenas da capital Assunção, com 529.433 habitantes (GEEC, 2012b). Além disso, segundo Causarano (2011), Cidade do Leste compõe uma das três regiões metropolitanas do país, juntamente com Assunção e Encarnação, ambas localizadas na fronteira com a Argentina. A região metropolitana de Cidade do Leste é composta por 12 municípios que são influenciados de alguma maneira por ela. De acordo com o autor, dentro dessas regiões metropolitanas existem as Zonas Metropolitanas, que são compostas pelas cidades metropolitanas e pelos municípios conurbados com elas que ainda conservam suas áreas rurais. No caso de Cidade do Leste, sua Zona Metropolitana é composta pelos quatro municípios que receberam as vilas de Itaipu no Paraguai e a soma de sua população representa quase 70% do total do Departamento Alto Paraná (Tabela 7).

Tabela 7: População 2012 dos municípios onde foram inseridas as vilas de Itaipu

Município	População municipal	%	População da Zona Metropolitana de CDL	%
Cidade do Leste	281.422	38,18%	510.982	69,32%
Presidente Franco	82.091	11,14%		
Hernandarias	74.465	10,10%		
Minga Guaçu	73.004	9,90%		
População total do Alto Paraná	737.091	100%	737.091	100%

Fonte: a autora, a partir de DGEEC (2012b) e DGEEC (2015)

Entretanto, mesmo que Cidade do Leste possua essa importância regional, os governos municipais não elaboraram planos territoriais ou de desenvolvimento, assim como não aplicaram regras de controle e nem realizaram avaliações de gestão. Por esses motivos, o Paraguai apresenta sérios déficits institucionais, políticos, funcionais e ambientais. Sendo assim, a Região Metropolitana de Cidade do Leste está sendo seriamente afetada: (i) pela ausência de uma visão sistêmica do conjunto binacional ao qual ela faz parte; (ii) pela falta de um ambiente institucional favorável e pela baixa qualidade de suas regulamentações; (iii) pela falta de planejamento e gestão urbana e de um governo metropolitano; (iv) pelo baixo desempenho da capital metropolitana no ordenamento territorial; e (v) pela fraqueza do subsistema urbano para gerar sinergia através de redes de cooperação e esforços conjuntos (CAUSARANO, 2006 *apud* CAUSARANO, 2011).

Por fim, todos os elementos apresentados até o momento, referentes à

expansão urbana nas cidades onde foram implantadas as vilas de Itaipu no Brasil e no Paraguai, tiveram como objetivo fornecer subsídios para a compreensão dos principais aspectos que influenciaram as transformações da paisagem urbana após a construção da Itaipu Binacional. Isso porque a caracterização da urbanidade tem como base a morfologia urbana desses territórios e, nesse contexto, as questões históricas têm um papel fundamental. Além disso, é importante destacar que mesmo na análise de um recorte espacial específico, sua formação e transformação é influenciada por forças políticas, econômicas e sociais que compreendem outra escala territorial. No caso das vilas de Itaipu, é imprescindível que se reconheçam as forças que atuaram no cenário regional da tríplice fronteira e que refletem até hoje na transformação de seus territórios habitacionais.

5. AS REGIÕES MORFOLÓGICAS NAS VILAS DE ITAIPU

O reconhecimento dos elementos morfológicos que formam as vilas de Itaipu tem como objetivo subsidiar a caracterização da urbanidade presente nesses territórios habitacionais. Isso porque, a maneira como as ruas, as parcelas e os edifícios estão dispostos na cidade interfere diretamente na realização das atividades cotidianas e no uso e apropriação das pessoas nos espaços públicos e coletivos, seja pela existência de uma estrutura físico-espacial que incentive as interações entre diferentes pessoas, ou então, que coíba ou desestimule essas interações. Nesse sentido, é preciso identificar quais são os elementos que se repetem na paisagem urbana e de que maneira eles interferem na realização da esfera da vida pública. Para identificar esses elementos e espacializar suas repetições, será utilizado o conceito de Regiões Morfológicas, que consiste em mapear determinada área urbana e dividi-la em zonas que apresentem características morfológicas semelhantes.

Conforme descrito nos procedimentos metodológicos, primeiramente serão identificadas as Regiões Morfológicas que correspondem às camadas de primeiro nível, relacionadas ao traçado urbano das cidades em que foram inseridas as vilas de Itaipu analisadas nesta pesquisa: Foz do Iguaçu, Cidade do Leste e Hernandárias. A demarcação dessas Regiões Morfológicas de primeiro nível se estrutura a partir da identificação dos Períodos Morfológicos, que por sua vez, revelam os movimentos de transformação e permanência que ocorreram na paisagem urbana ao longo do tempo. Segundo Conzen (1960), cada período deixa seus resíduos na paisagem urbana e para identificá-los é preciso conhecer o histórico geral no qual o território está inserido, bem como, identificar as forças econômicas, sociais e políticas que atuaram no solo urbano, em que período elas ocorreram e quais as transformações geradas. Sendo assim, um período morfológico não depende exclusivamente dos acontecimentos históricos, mas sim, dos reflexos desses acontecimentos na forma urbana da cidade.

É importante destacar que os conceitos de Região Morfológica e Períodos Morfológicos foram desenvolvidos por Conzen (1960), em uma cidade medieval de pequeno porte. Por esse motivo, ao longo dos anos, muitos autores foram adaptando estes conceitos para as realidades territoriais de diferentes cidades contemporâneas, que se estruturam sobre uma história recente e contam com tamanhos populacionais e dimensões muito maiores que as cidades medievais. Sendo assim, os Períodos Morfológicos identificados nesta pesquisa datam os acontecimentos recentes e as

Regiões Morfológicas de primeiro nível consideram apenas o traçado das ruas e a divisão de quadras, que fazem parte da leitura do plano urbano e são os elementos menos suscetíveis às mudanças ao longo do tempo.

5.1. REGIÕES MORFOLÓGICAS DE PRIMEIRO NÍVEL

As Regiões Morfológicas de primeiro nível identificadas em Foz do Iguaçu (BR), Cidade do Leste e Hernandárias (PY) foram delimitadas a partir da compreensão dos principais aspectos que nortearam a expansão urbana nesses municípios desde sua origem enquanto núcleo urbano até o ano de 2017, apresentados no capítulo anterior. Entretanto, mesmo que esses municípios estejam inseridos em uma dinâmica regional de fronteira e tenham sofrido processos semelhantes (como a Marcha para o Leste, no Paraguai, e a Marcha para o Oeste, no Brasil; ditaduras; e a implantação da Itaipu), algumas dinâmicas locais foram determinantes para que eles apresentassem diferentes períodos morfológicos, sobretudo após a implantação da Itaipu Binacional.

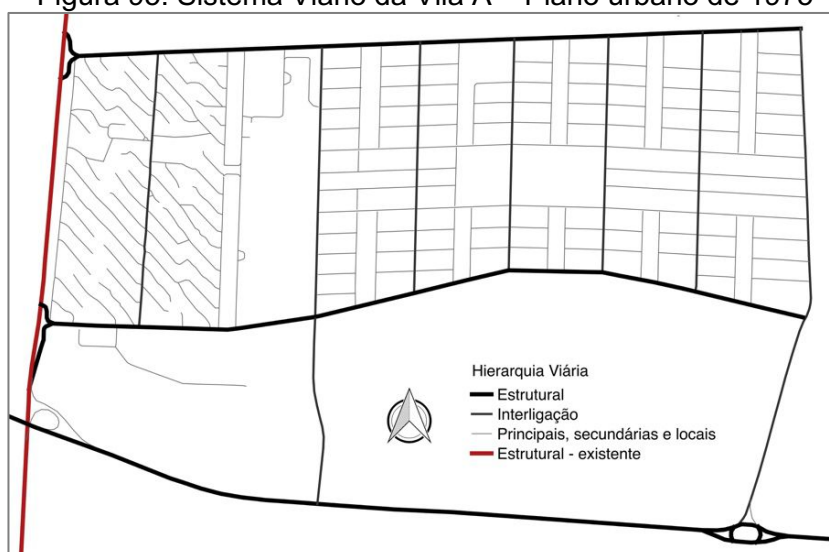
Nesse sentido, em Foz do Iguaçu, foram identificados quatro Períodos Morfológicos, que definiram as quatro Regiões Morfológicas de primeiro nível. O primeiro período vai desde a fundação da Colônia Militar em 1989 até o ano de 1974, quando iniciaram as obras da Itaipu Binacional. Esse foi um período de crescimento lento e gradativo com vários acontecimentos ligados ao desenvolvimento econômico e territorial do oeste do Paraná. Em 1974, o núcleo urbano de Foz do Iguaçu estava estruturado a partir de um traçado ortogonal em malha xadrez, com quadras de dimensões aproximadas de 125 x 125 metros, com ruas locais medindo aproximadamente 17 metros de largura e algumas avenidas com canteiros centrais, medindo aproximadamente 30 metros de largura. Essas avenidas eram responsáveis pela conexão deste núcleo urbano com a Ponte da Amizade e a BR 277, ao norte, e com a Avenida das Cataratas, ao sul.

O segundo período morfológico marcou o crescimento de Foz do Iguaçu após a implantação da Itaipu Binacional e de suas vilas operárias. Foi um período curto, porém de crescimento rápido, que mudou a estrutura urbana da cidade em apenas cinco anos. Grande parte dos novos bairros implantados nesse período seguiu o traçado em malha xadrez, mas com diferentes dimensões do que vinha sendo construído até então. As quadras deixaram de ser quadradas e passaram a ser

retangulares, com medidas aproximadas de 60 por 160 metros. As ruas locais passaram a ser mais estreitas, com médias aproximadas de 10 metros de largura, embora o primeiro Plano Diretor já tivesse sido aprovado com exigência mínima de 18 metros. As grandes avenidas, de aproximadamente 30 metros de largura, seguiram em direção a esses novos bairros, criando ligações importantes com as diferentes áreas da cidade. Entretanto, as vilas de Itaipu A e B e os bairros Campos do Iguazu e Parque Presidente 1 não seguiram esse padrão de parcelamento.

A Vila A foi a única vila que apresentou um Plano de Urbanização, elaborado pela empresa Serete Engenharia S. A, no ano de 1975. De acordo com esse plano, a estrutura urbana da Vila A deveria ser vinculada às diretrizes do Plano de Desenvolvimento Urbano elaborado pela UFPR em 1974 e aprovado em forma de lei no ano 1975. O intuito desse Plano de Urbanização era dar continuidade ao esquema viário da cidade, ligando a vila com as demais áreas através de vias estruturais e de interligação. Dessa forma, o plano da Vila A foi desenvolvido a partir de duas vias estruturais e uma via marginal à BR 277, que delimitavam e cortavam o bairro no sentido leste-oeste, e de vias de interligação no sentido norte-sul, além de um sistema de vias principais, secundárias e locais (Figura 95). As vias estruturais e de interligação deveriam ter 30 metros de largura, enquanto as principais deveriam ter 24 metros e as secundárias e locais deveriam ter 12 metros (ITAIPU BINACIONAL, 1975).

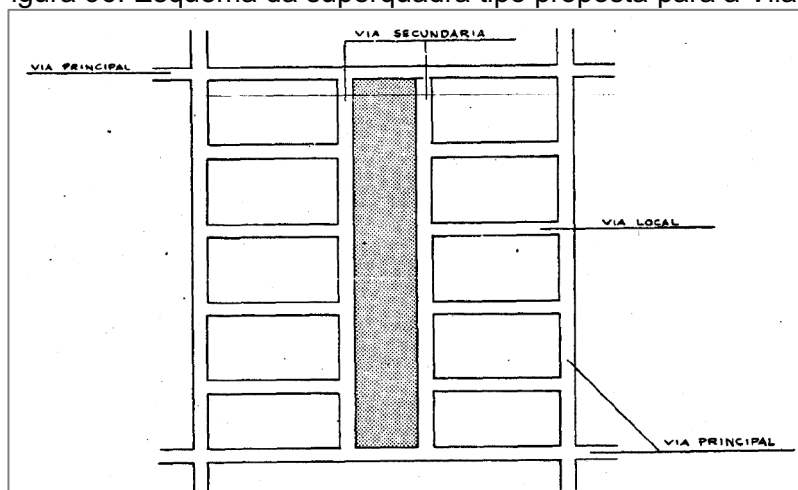
Figura 95: Sistema Viário da Vila A – Plano urbano de 1975



Fonte: a autora, a partir de Prefeitura Municipal de Foz do Iguazu (2017) e de Itaipu Binacional (1975).

O sistema viário constituído pelas vias principais, secundárias e locais era chamado pelo Plano de Urbanização de superquadra tipo e apresentava dimensões variadas (Figura 96). As vias secundárias seriam orientadas no sentido norte-sul e ligariam as vias principais às estruturais, delimitando as áreas dos chamados parques de vizinhança, que se caracterizavam como espaços verdes no interior desse sistema de quadras. As vias locais, por sua vez, ligariam as vias principais às secundárias, dando acesso a esses parques de vizinhança. Ainda, a ideia inicial seria criar pátios de estacionamento para visitantes e vielas para pedestres nas áreas centrais das residências, entre as vias principais, de modo a permitir a ligação entre os parques de vizinhança.

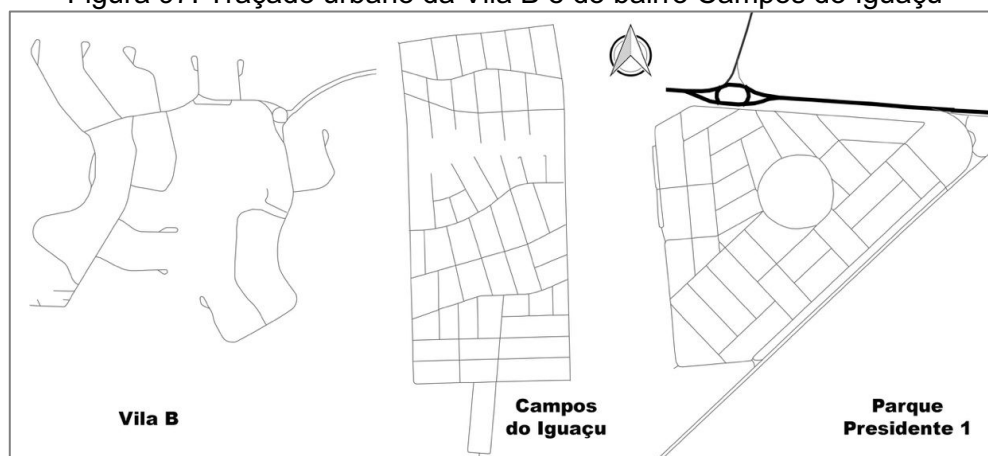
Figura 96: Esquema da superquadra tipo proposta para a Vila A



Fonte: Itaipu Binacional (1975).

A Vila B, por sua vez, apesar de não apresentar um plano de urbanização, foi projetada a partir de um traçado orgânico, com vias *cul-de-sac* sem saída e apenas uma ligação com a via estrutural Tancredo Neves. Esse foi o primeiro bairro com este tipo de urbanização em Foz do Iguaçu. Já o Campos do Iguaçu foi implantado a partir de uma malha irregular, com apenas um acesso ao sul para a via estrutural. Apesar de as quadras apresentarem larguras similares com as implantadas no restante da cidade, o comprimento delas apresentava algumas variações. Por fim, o Bairro Parque Presidente 1, localizado no cruzamento da BR 277 com a Avenida Costa e Silva, principal acesso para o centro da cidade, foi projetado a partir de uma quadra central circular, onde foram implantados equipamentos comunitários e de lazer. Entretanto, as demais quadras do loteamento não seguiram um sistema radial e seu traçado é considerado irregular (Figura 97).

Figura 97: Traçado urbano da Vila B e do bairro Campos do Iguaçu



Fonte: Itaipu Binacional (1975).

O terceiro período morfológico de Foz do Iguaçu foi marcado pelo preenchimento dos vazios urbanos deixados pelo período anterior e pela ocupação da região norte do município, onde foram implantados diversos loteamentos de interesse social, principalmente durante a década de 1990. As quadras apresentavam, em sua maioria, formato retangular, porém com tamanhos variados em um mesmo loteamento. Além disso, nem sempre as conexões viárias com a malha urbana existente foram consideradas. Esse padrão se altera um pouco no entorno da região da Vila A, onde os novos loteamentos seguiram a hierarquia viária existente e o traçado se configurava a partir de um desenho ortogonal em malha xadrez, com tamanhos de quadras semelhantes àquelas implantadas no período anterior. Por fim, o último período morfológico é marcado pela implantação de loteamentos nas áreas periféricas da cidade, muitas vezes desconectados da malha urbana existente, e pela implantação de um número significativo de condomínios fechados, localizados sobretudo nos vazios urbanos deixados pelos períodos anteriores e nas áreas rurais do município, com traçados e tamanhos variados.

Diferente de Foz do Iguaçu, em Cidade do Leste e Hernandárias, foram identificados apenas três períodos morfológicos. O primeiro período vai desde a fundação dos municípios até o ano de 1974, quando iniciaram as obras da Itaipu Binacional. É possível identificar este marco também no município brasileiro. Em 1974, o núcleo urbano de Cidade do Leste estava organizado a partir da combinação de um traçado ortogonal e de um traçado irregular, estruturado ao longo da *Ruta 7*. As quadras apresentavam, em sua maioria, um formato retangular, porém, com tamanhos variados. Hernandárias também apresentava essa combinação, no entanto,

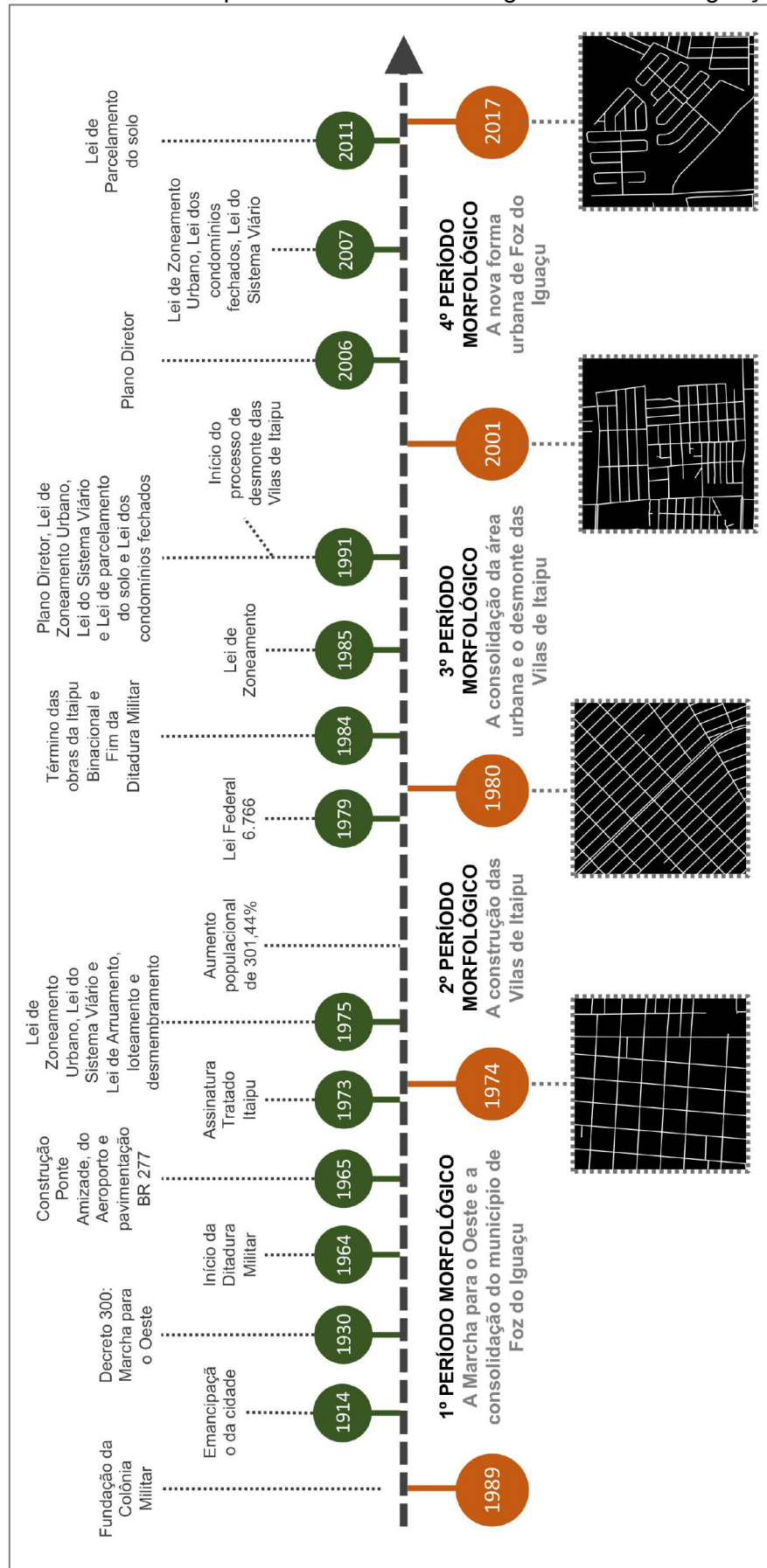
predominava o traçado ortogonal em malha xadrez, com quadras quadradas nas dimensões aproximadas de 100 por 100 metros, semelhante ao tamanho identificado em Foz do Iguaçu neste mesmo período.

O período seguinte foi marcado pela implantação das vilas de Itaipu e pela expansão urbana nas bordas da área urbana consolidada. É importante destacar que, nas cidades paraguaias, as vilas de Itaipu foram inseridas próximas da malha urbana existente e, por esse motivo, a expansão urbana durante esse período também manteve essa característica. Diferentemente de Foz do Iguaçu, em que esse período pós chegada da Itaipu foi marcado por uma expansão urbana segregada e distante da malha existente. Conforme mencionado no Capítulo 4, as Vilas implantadas em Cidade do Leste apresentavam um traçado orgânico com conexões viárias hierarquizadas, assim como a Vila A. Diferentemente da vila implantada em Hernandárias, que seguia o padrão da Vila C brasileira, com vias do mesmo tamanho e um traçado totalmente ortogonal. Além das vilas, este período também marca a implantação de novos bairros que, em Cidade do Leste, se configuravam a partir de um traçado misto, assim como no período anterior. Já em Hernandárias essa expansão segue o formato e as dimensões das quadras existentes até então.

O fim do segundo período morfológico e início do terceiro não coincide com os períodos identificados no município brasileiro. Isso porque, nos municípios paraguaios, o crescimento urbano durante o segundo período não foi tão rápido e sua maior expressão ocorreu após o ano de 1985, com a chegada de coletivos estrangeiros e a mudança na economia local de Cidade do Leste. Além disso, as características no traçado urbano também se diferem muito de Foz do Iguaçu. Durante todo o período, que vai desde 1986 até o ano de 2017, a principal característica foi a divisão dos lotes rurais, com quadras de tamanhos variados e um traçado que não se preocupa em manter as conexões viárias existentes. Além disso, durante todos os períodos morfológicos das cidades paraguaias, não houve leis de ordenamento territorial que norteassem a expansão urbana, como também não existem registros nas prefeituras municipais do número de loteamentos aprovados em cada período.

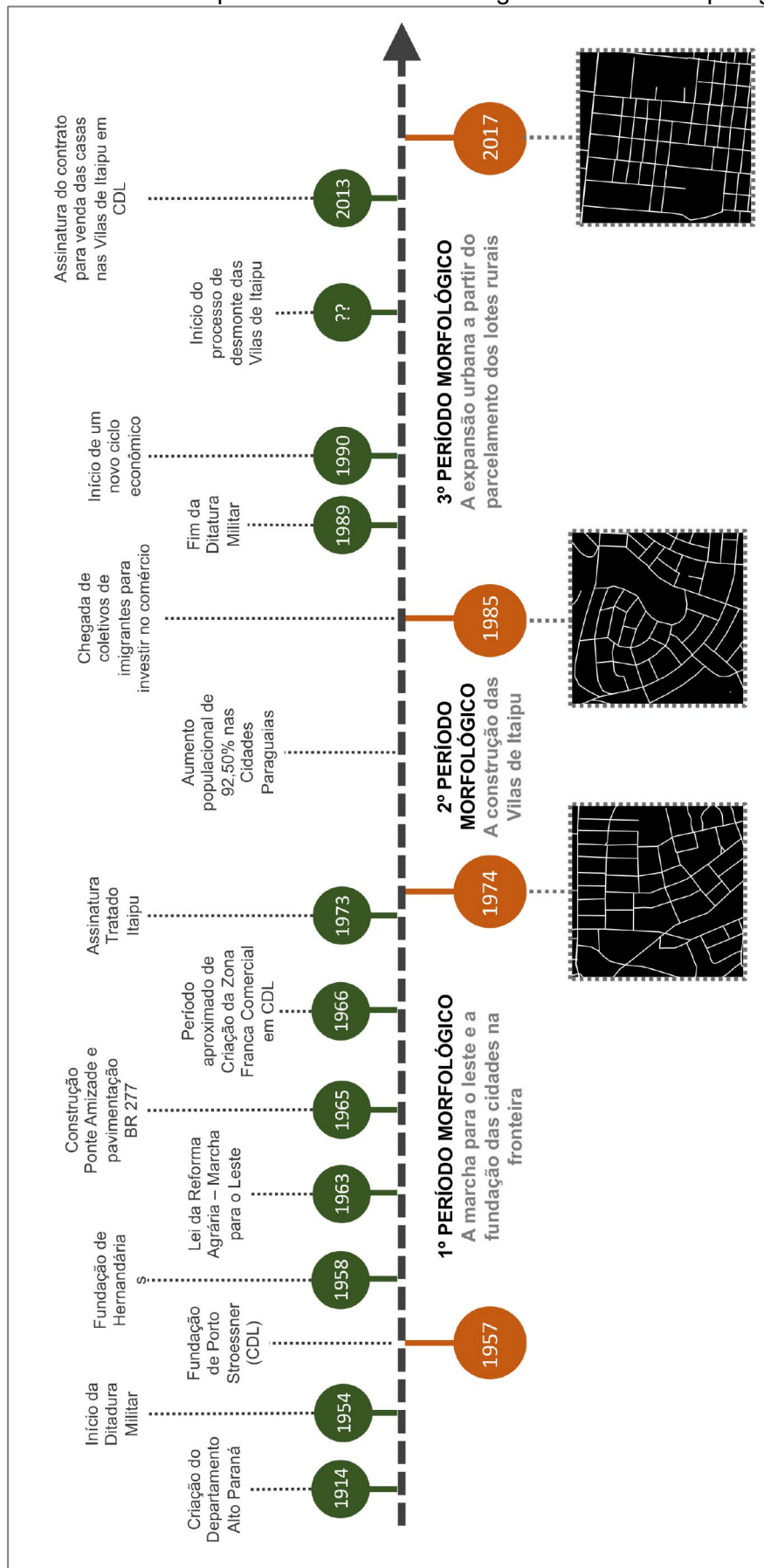
Os principais aspectos históricos e a forma urbana predominante que marcou cada um dos períodos morfológicos de Foz do Iguaçu, Cidade do Leste e Hernandárias, podem ser visualizados nas linhas do tempo abaixo (Figura 98 e Figura 99). Por fim, foi elaborado um mapa contendo toda a malha urbana dos três municípios, no ano de 2017, evidenciando os períodos identificados (Mapa 13).

Figura 98: Linha do tempo dos Períodos Morfológicos em Foz do Iguaçu - BR



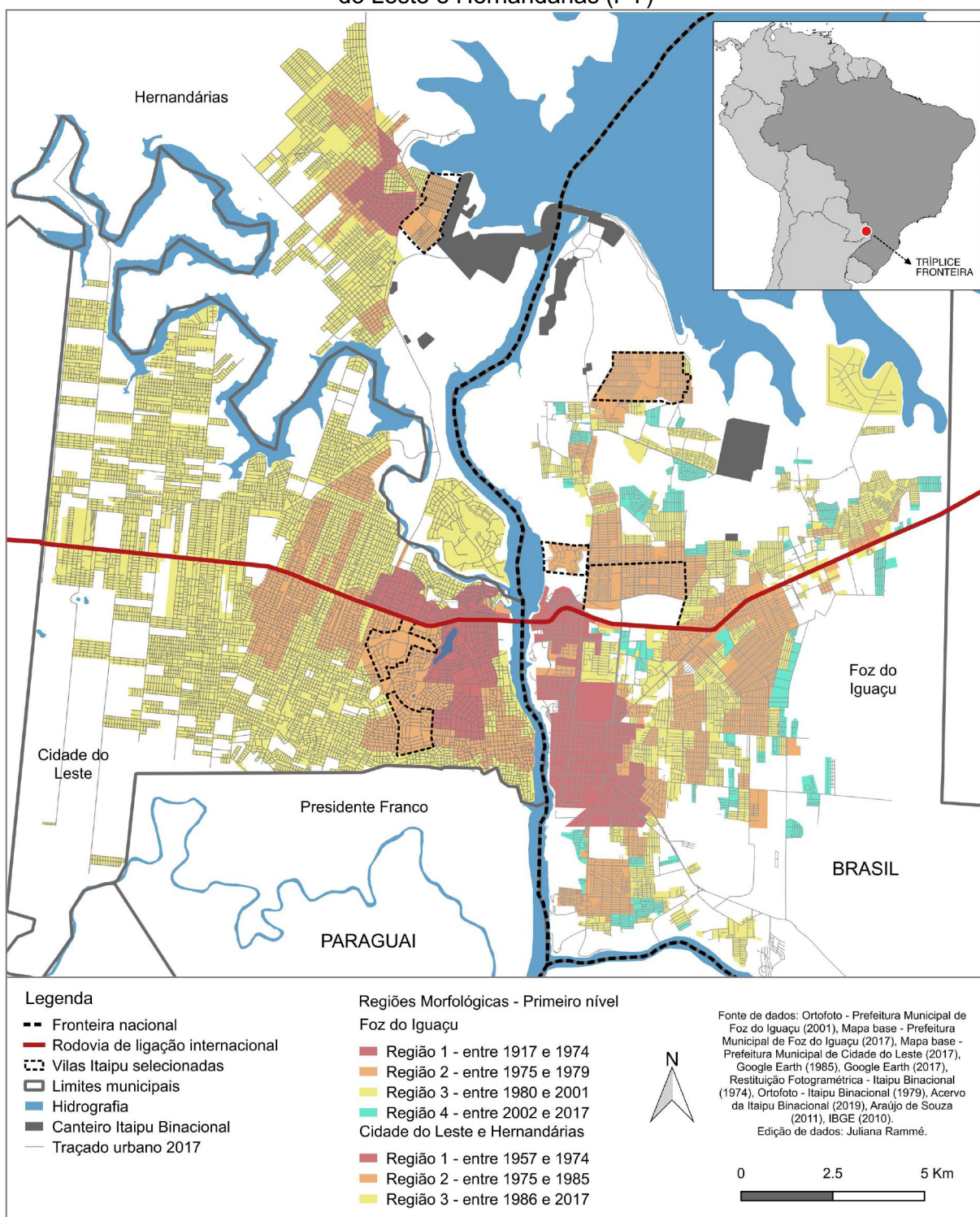
Fonte: a autora.

Figura 99: Linha do tempo dos Períodos Morfológicos das cidades paraguaias



Fonte: a autora.

Mapa 13: Mapa das Regiões Morfológicas de primeiro nível de Foz do Iguaçu (BR), Cidade do Leste e Hernandárias (PY)



Fonte: a autora, a partir de Ortofoto - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2001), Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Mapa base - Prefeitura Municipal de Cidade do Leste (2017), Google Earth (1985), Google Earth (2017), Restituição Fotogramétrica - Itaipu Binacional (1974), Ortofoto - Itaipu Binacional (1979), Acervo da Itaipu Binacional (2019), Araújo de Souza (2011), IBGE (2010).

5.2. REGIÕES MORFOLÓGICAS DE SEGUNDO NÍVEL

Ao analisar o contexto histórico da expansão urbana nos municípios de Foz do Iguaçu (BR), Cidade do Leste e Hernandárias (PY), é possível concluir que as vilas de Itaipu estão inseridas na mesma Região Morfológica de primeiro nível, correspondente ao Período Morfológico que marca a implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu e o crescimento da cidade entre os anos de 1974 e 1979, no Brasil, e 1974 e 1985, no Paraguai. A identificação dessa Região Morfológica permitiu reconhecer aspectos importantes sobre a organização do traçado urbano em uma escala regional, bem como, permitiu mapear os principais processos que nortearam a construção dos territórios habitacionais nos três municípios em questão. Sendo assim, busca-se, neste momento, identificar os demais elementos que formam a paisagem urbana das vilas de Itaipu selecionadas, correspondente às Regiões Morfológicas de segundo, terceiro e quarto nível, para posteriormente relacioná-las com os elementos que condicionam a urbanidade.

Portanto, neste momento, serão analisadas prioritariamente as vilas de Itaipu A e C, implantadas no município de Foz do Iguaçu. No entanto, com o intuito de gerar algumas comparações que subsidiem a caracterização da urbanidade nesses territórios habitacionais, serão analisadas também duas vilas implantadas no Paraguai. Para selecionar essas vilas, além da categoria de funcionários para quais elas foram destinadas, foram considerados também o tamanho dos lotes, o número de unidades habitacionais e as tipologias construtivas propostas nos projetos originais. Sendo assim, as vilas paraguaias selecionadas para este estudo foram: a Área 4, que corresponde à Vila A e a Área 6, que corresponde à Vila C (Figura 100). A Área 4 está localizada em Cidade do Leste, enquanto a Área 6 está localizada em Hernandárias (Mapa 14). Embora a prioridade fosse selecionar as vilas implantadas em Cidade do Leste, devido à forte relação de fronteira que ela mantém com Foz do Iguaçu, a vila destinada para os operários e trabalhadores em postos de serviço do lado paraguaio foi implantada somente no município de Hernandárias e por isso ela foi considerada.

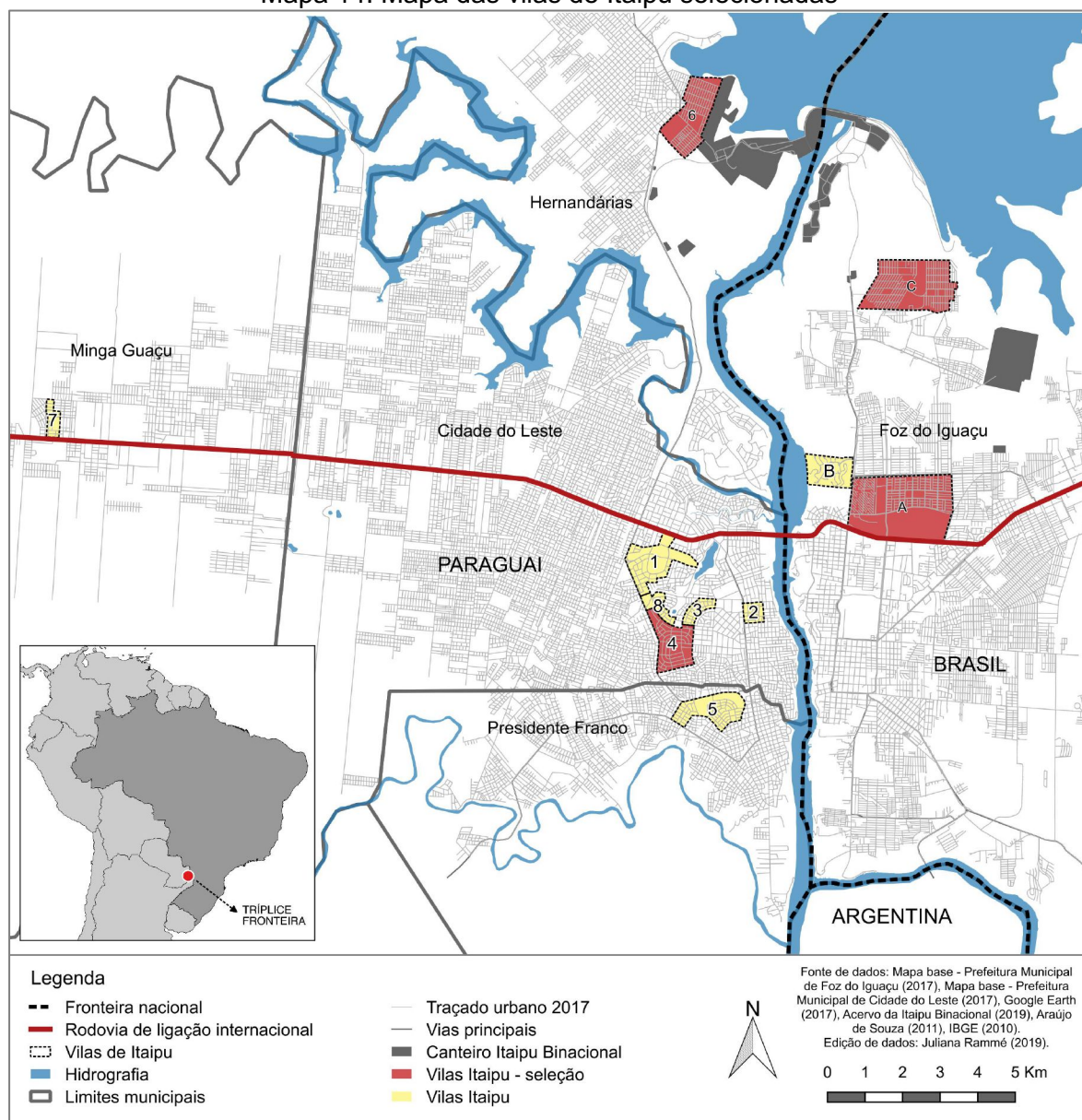
Figura 100: Seleção das vilas de Itaipu para aplicação do método



Fonte: a autora, a partir de Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu e Cidade do Leste (2017) e Google Eart (2017).

A primeira área a ser analisada será a Vila A. Conforme mencionado anteriormente, ela foi a única que apresentou um Plano de Urbanização, elaborado no ano de 1975. A proposta apresentada nesse plano sofreu várias modificações até ser de fato implementada. No entanto, algumas diretrizes gerais permaneceram. Como é o caso da delimitação e preservação das áreas verdes. Nele estava prevista a criação de um Parque Urbano, formado pelas áreas verdes existentes, juntamente com os equipamentos de uso institucional e de lazer público. A mata seria totalmente preservada e delimitada e, após a construção da usina, ela e os demais equipamentos deveriam ser incorporados à cidade (ITAIPU BINACIONAL, 1975). Ao analisar a planta do loteamento no ano de 2017 é possível verificar que as áreas verdes foram, em sua maioria, mantidas, assim como as áreas destinadas aos equipamentos públicos. No entanto, não existe um Parque Urbano definido, bem como, grande parte dos equipamentos coletivos foram cedidos ou alugados para instituições privadas, como é o caso do Colégio Anglo Americano e do Hospital Costa Cavalcante.

Mapa 14: Mapa das vilas de Itaipu selecionadas



Fonte: a autora, partir de Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz de Iguaçu (2017), Mapa base - Prefeitura Municipal de Cidade do Leste (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), Araújo de Souza (2011), IBGE (2010).

Com relação às áreas residenciais, a proposta da superquadra tipo, apresentada anteriormente, previa que as quadras fossem divididas em, no máximo, 12 lotes, de forma a não criar ruas muito extensas e permitir que todas as vias locais tivessem como perspectiva os parques de vizinhança, com o objetivo criar condições agradáveis para os moradores (ITAIPIU BINACIONAL, 1975). No ano de 2017, a divisão das superquadras tipo previstas no Plano de Urbanização de 1975 se mantinham em grande parte do loteamento. No entanto, algumas das quadras que deveriam ter sido destinadas para os Parques de Vizinhança foram subdivididas em

lotes residenciais, fazendo com que a ideia inicial da criação de unidades de vizinhança não se efetivasse.

No que tange a implantação das edificações nos lotes, no projeto original, elas foram divididas por setores de acordo com sua tipologia e sua área construída (Mapa 15). Dentro dos setores 1, 2, 4 e 5, essas áreas apresentavam poucas variações, sendo de no máximo 12 m². Já no setor 3, as casas variavam até o dobro do tamanho. Em geral, as casas com menores dimensões (tipo 5), estavam localizadas no meio da quadra, enquanto as casas com maiores dimensões (tipo 3` e 4), estavam localizadas na esquina (Quadro 6).

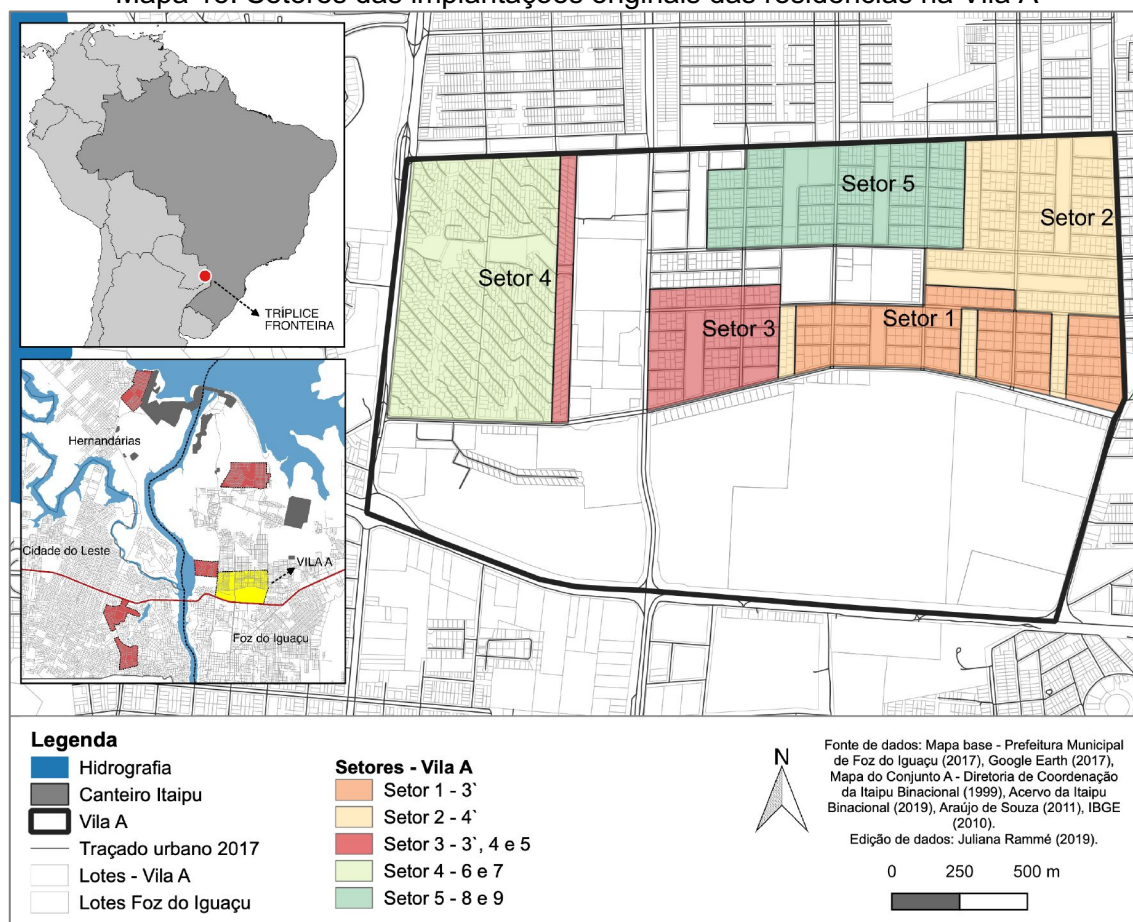
Em todos os setores, a definição da área dos lotes estava diretamente relacionada com a dimensão da residência. Ou seja, o setor 1 apresentava os maiores lotes, com área média de 900 m², enquanto no setor 5 a área média caía para 450 m². No ano de 2017, em todos os setores foi possível perceber um aumento na área construída das edificações, inclusive nas de maior porte. Devido ao lento processo de desmonte das vilas de Itaipu, muitas casas originais ainda permaneciam intactas, enquanto outras foram reformadas e, algumas delas, totalmente substituídas. Já os lotes apresentavam poucas alterações, porém, é possível encontrar alguns lotes que foram agrupados para construção de prédios e outros desmembrados para construção de casas geminadas. Embora isso ainda não seja um padrão.

Quadro 6: Setores das implantações originais das residências na Vila A

Setores	Casa tipo	Área média (m ²)
Setor 1	3` madeira	150 e 154
Setor 2	4` madeira	111 e 118
Setor 3	3`	160
	4	100 até 123
	5	88 ate 96
Setor 4	6	80
	7	68
Setor 5	8	80
	9	68

Fonte: a autora, a partir de taipu Binacional (1986).

Mapa 15: Setores das implantações originais das residências na Vila A



Fonte: a autora, a partir de Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Google Earth (2017), Mapa do Conjunto A - Diretoria de Coordenação da Itaipu Binacional (1999), Acervo da Itaipu Binacional (2019), Araújo de Souza (2011), IBGE (2010).

A definição desses setores reflete, em algum grau, na definição das Regiões Morfológicas de segundo nível, embora a análise das áreas dos lotes e das edificações esteja relacionada com a condição da vila no ano de 2017. Entretanto, também é importante compreender as mudanças que ocorreram ao longo desses últimos quarenta anos, pois a paisagem urbana está em constante transformação e, apesar de toda análise incorrer sobre um momento histórico específico, a compreensão das forças de conservação e ruptura que atuaram sobre os diferentes elementos morfológicos possibilitam compreender a estrutura físico-espacial atual. Dentre essas forças estão as legislações territoriais municipais, sobretudo aquelas relacionadas ao parcelamento do solo e ao uso do solo urbano. Conforme mencionado anteriormente, no ano de 1975, a UFPR elaborou um Plano de Desenvolvimento Urbano que serviu como base para as primeiras legislações urbanas de Foz do Iguaçu. No entanto, não foram encontrados os mapas que especializavam as

diretrizes dessas leis. Por esse motivo, serão analisados apenas os Planos Diretores (e suas leis complementares) do ano de 1991 e do ano de 2006.

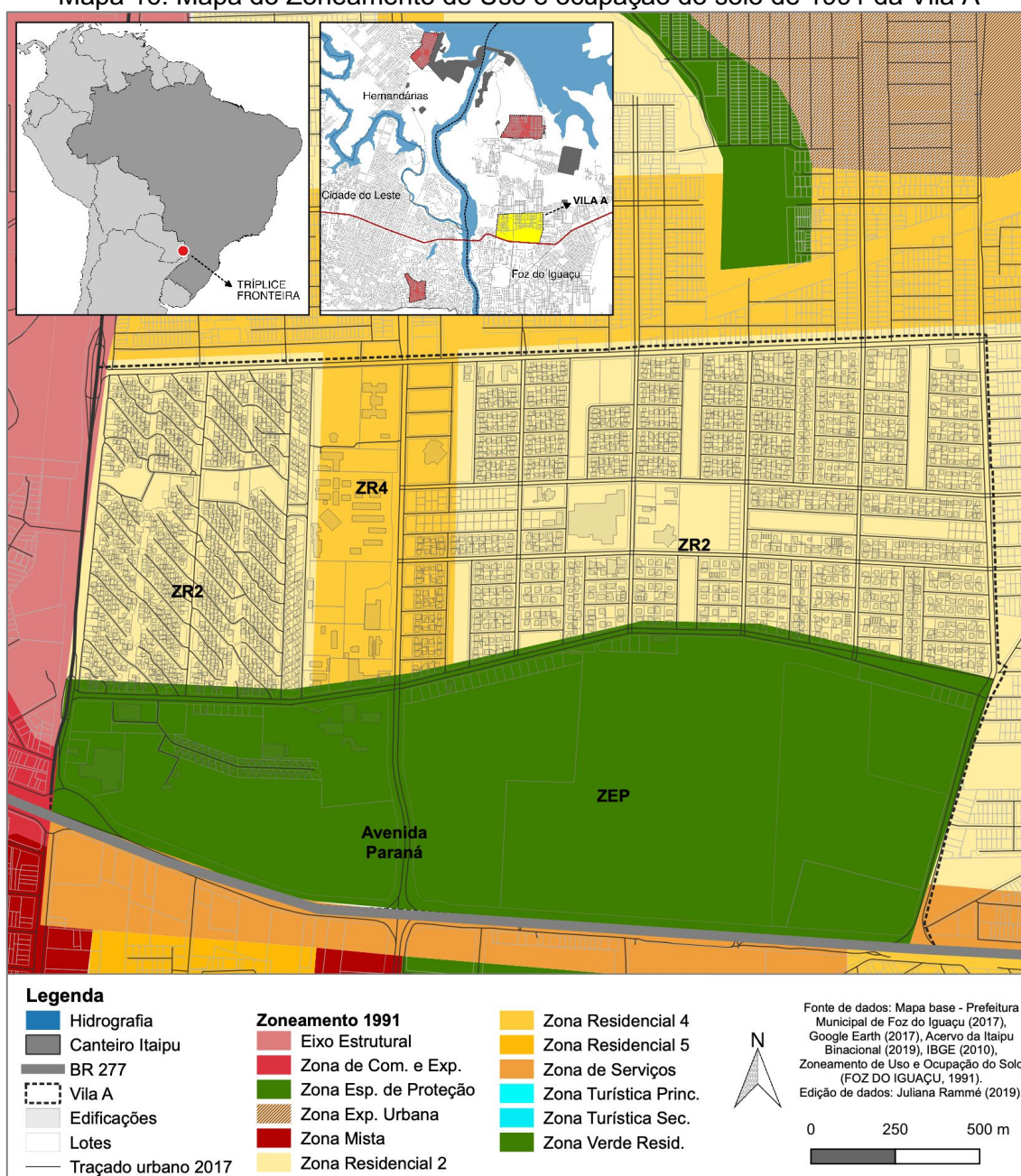
Com relação ao Plano Diretor de 1991, a principal lei que incidia sobre a divisão de lotes, sobre os índices urbanísticos e sobre o uso e ocupação do solo era a Lei complementar n. 9/1991 (FOZ DO IGUAÇU, 1991). De acordo com esta Lei, no ano de 1991, a Vila A foi dividida em 3 zonas: Zona Residencial 2, Zona Residencial 4 e Zona Especial de Proteção (Mapa 16). A Zona Residencial 2 estava definida como uma área de média densidade, cujo uso permitido era apenas de habitação unifamiliar e de comércio e serviço de pequeno porte, de utilização imediata e cotidiana. Embora a área já tivesse sido loteada, o tamanho mínimo dos lotes poderia interferir nos futuros desmembramentos ou remembramentos. Sendo assim, na ZR2, estavam previstos lotes com área mínima de 300 m², testada mínima de 12 metros e recuo frontal de 5 metros. Esta área era menor que a maioria dos lotes encontrados no bairro. A taxa de ocupação deveria ser de no máximo 50% da área do lote, com um índice de aproveitamento de 2,0 e altura máxima da edificação de dois pavimentos (FOZ DO IGUAÇU, 1991).

Esses índices propostos pela Lei de Zoneamento de 1991 condiziam com a paisagem construída até então e, por isso, não provocariam impacto na forma urbana da vila. No entanto, a Zona Residencial 4, delimitada onde estavam implantados os principais equipamentos coletivos do bairro, estava definida como uma zona de alta densidade e o uso permitido passava a ser habitação unifamiliar, multifamiliar e geminada, enquanto o uso comercial e de serviços continuava sendo de pequeno porte, como na ZR2. Na ZR4, o lote deveria ter entre 360 m² e 525 m², com testada entre 12 e 15 metros e recuo frontal de 5 metros. A taxa de ocupação continuava sendo de 50%, porém, o coeficiente de aproveitamento passava a ser 5,0, porém, devido a alta densidade, a altura máxima da edificação poderia ser de até 8 pavimentos (FOZ DO IGUAÇU, 1991).

É importante salientar que, nesse período, entre os anos de 1991 e 2006, a Vila A ainda estava passando por seu processo de desmonte e, por isso, mesmo que em parte dela já estivessem sendo permitidas edificações de até 8 pavimentos, a incerteza jurídica com relação ao direito de propriedade fez com que sua paisagem urbana se mantivesse praticamente inalterada. Além disso, na ZR 5 estavam localizados os principais equipamentos coletivos da Vila A e os diversos lotes baldios que existiam ainda estavam em propriedade da Itaipu Binacional. Outro fator

importante que inibiu as mudanças nesta zona foi a falta de conexão da Avenida Paraná com o restante da cidade. Apesar de ser considerada uma das principais vias do loteamento, o viaduto que permitia sua ligação com a área central da cidade foi inaugurado apenas no ano de 2015.

Mapa 16: Mapa do Zoneamento de Uso e ocupação do solo de 1991 da Vila A



Fonte: a autora, a partir de Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), Araújo de Souza (2011), IBGE (2010), Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo (FOZ DO IGUAÇU, 1991).

Essa lei ficou em vigor até o ano de 2007, quando foi aprovada uma nova Lei de Uso e ocupação do solo urbano, que, por sua vez, ficou em vigor até o ano de

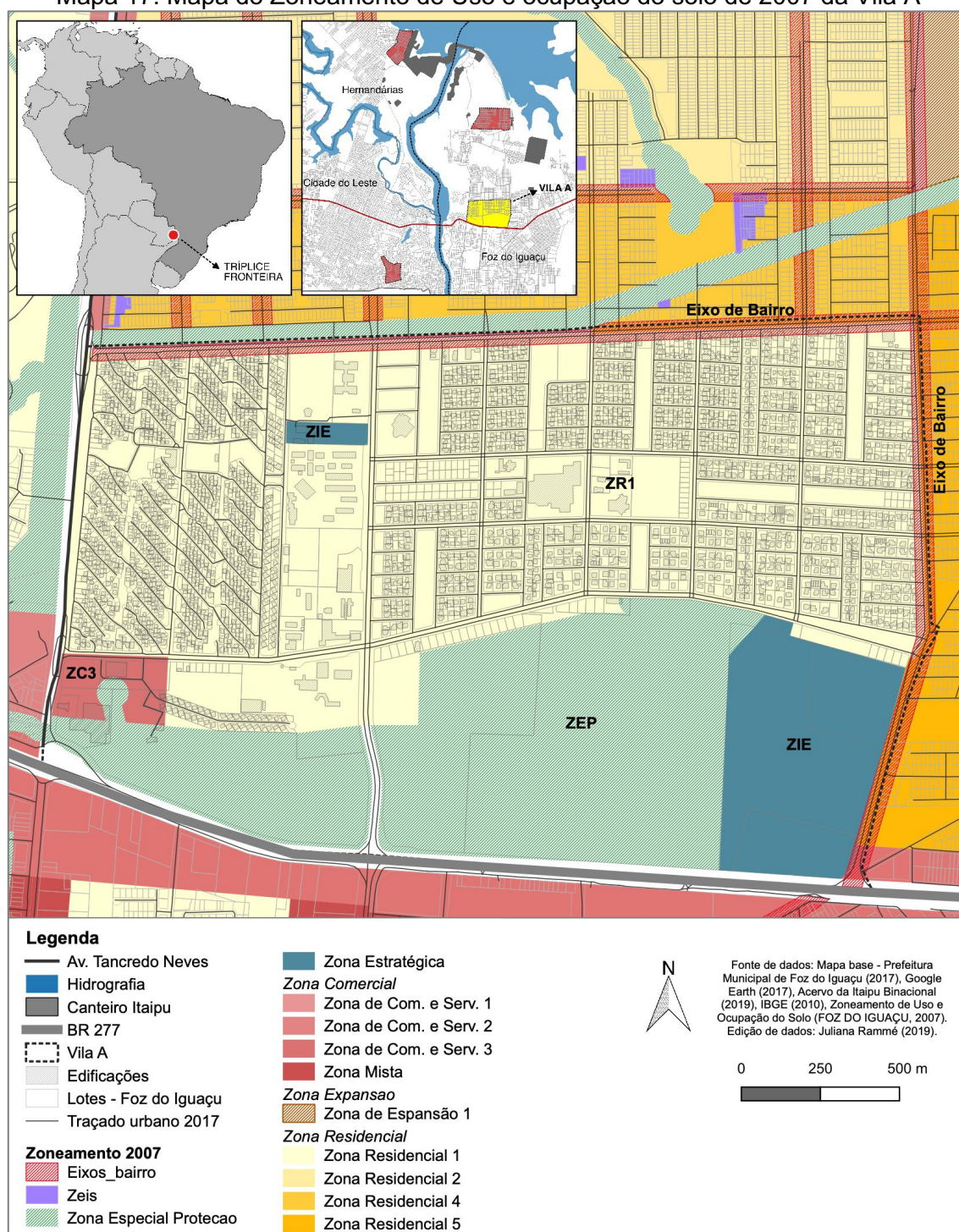
2017. Essa nova lei definia quase toda a área da Vila A como uma Zona Residencial Exclusiva 1, com os parâmetros muito semelhantes aos estipulados na ZR 2 da lei anterior, exceto no que diz respeito ao tamanho do lote, que passou de 300 m² para 600 m² de área mínima. Com relação ao uso do solo, na ZR 1, eram permitidas somente habitações unifamiliar e unifamiliar em série. No entanto, eram tolerados serviços e comércios de escala local, equipamentos comunitários e habitações geminadas. A ZR 1 foi definida apenas em algumas áreas exclusivas da cidade e parecia atender a interesses bem específicos. Ou seja, não apresentava uma lógica com relação ao planejamento do município, que não a de manter um caráter estritamente residencial, em que outros usos deveriam passar por uma avaliação prévia, e um padrão construtivo relativamente alto, devido ao tamanho dos lotes e índices exigidos (FOZ DO IGUAÇU, 2007).

Além da ZR 1, foram previstas outras três Zonas para a Vila A. Na porção sul, próximo da Avenida Tancredo Neves, foi delimitada uma Zona de Comércio e Serviços 3, que anteriormente estava inserida dentro da Zona Especial de Proteção. Nessa área, estavam localizadas uma unidade do Sesc e a antiga unidade da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL). Na ZR 3, foram previstos lotes de no mínimo 450 m², com testada mínima de 15 metros e altura máxima de 8 pavimentos. Os usos permitidos não previam habitação unifamiliar, apenas coletiva e transitória, além de comércios e serviços destinados para as escalas local, de bairro, setorial e geral. Outra zona prevista foi a de Interesse Estratégico (ZIE), que compreendia uma área próxima ao Centro Administrativo da Itaipu e a área onde estava localizado o Parque de Exposições de Foz do Iguaçu. Os usos permitidos e os índices da ZIE deveriam ser regulamentados por lei específica, no entanto, esta lei não foi localizada (FOZ DO IGUAÇU, 2007).

Por fim, um dos aspectos legais mais importantes que incidiram sobre a paisagem urbana da Vila A, a partir de 2006, foram os Eixos Especiais de Bairro. Esses eixos já estavam previstos na lei de uso e ocupação do solo de 1991, no entanto, não nessa área específica da cidade. Os Eixos de Bairro deveriam ter boa capacidade de tráfego local e cortariam principalmente as zonas residenciais, com vocação para o uso predominantemente comercial e para serviços de diversificação. Os lotes mínimos previstos para os Eixos de Bairro eram de 300 m², com testada mínima de 12 metros, taxa de ocupação de 50%, coeficiente de aproveitamento de 2,4 e altura máxima de 4 pavimentos (FOZ DO IGUAÇU, 2007). Desses parâmetros,

o que mais impactou na Vila A foi a alteração no número de pavimentos permitidos, que passou de 2 para 4, e a não obrigatoriedade de recuo frontal nas edificações, pois o tamanho mínimo do lote, mesmo destinado para o uso comercial, era menor que o exigido para o uso residencial da vila (Mapa 17).

Mapa 17: Mapa do Zoneamento de Uso e ocupação do solo de 2007 da Vila A



Fonte: a autora, a partir de Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), Araújo de Souza (2011), IBGE (2010), Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo (FOZ DO IGUAÇU, 2007).

A partir deste contexto, para definir as Regiões Morfológicas que correspondem às camadas de segundo nível, foi analisado o traçado urbano, agora em escala local; a divisão de quadras e lotes; e a implantação das edificações no lote. Com relação ao traçado urbano, os principais aspectos analisados foram as dimensões e forma da via e, por consequência, sua função dentro do sistema viário. Isso porque a rua tem um papel fundamental na conformação da paisagem urbana e sua estrutura influencia sobremaneira na forma como a cidade se organiza. Ou seja, mesmo que os lotes e edificações apresentem características muito semelhantes em distintas áreas do loteamento, se a rua apresentar características diferentes, ela acaba por nortear a delimitação de uma Região Morfológica de segundo nível. Com relação à divisão de quadras e lotes, os aspectos considerados foram os padrões de repetição das dimensões e formatos. Por fim, com relação à implantação das edificações no lote, foram consideradas as dimensões e recuos, sobretudo os frontais, que tem maior influência na paisagem urbana vista sob a ótica do pedestre (Quadro 7). É importante salientar que a área da edificação utilizada se refere apenas à área que ela ocupa no lote e não à área total construída.

Quadro 7: Elementos do plano urbano utilizados para delimitação das Regiões Morfológicas de 2º nível

Elementos do plano urbano	Crítérios analisados
Rua	Dimensões
	Formas
Quadras e lotes	Dimensões
	Formas
Implantação da edificação no lote	Dimensões
	Recuos

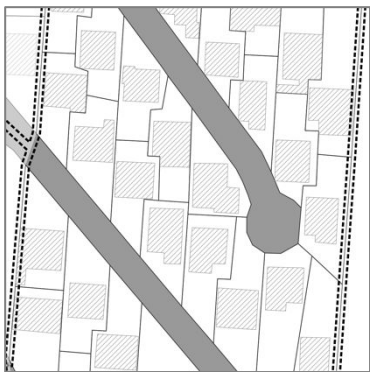
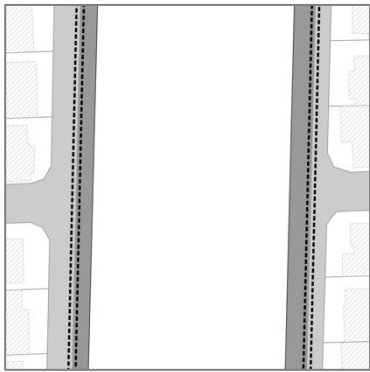
Fonte: a autora.

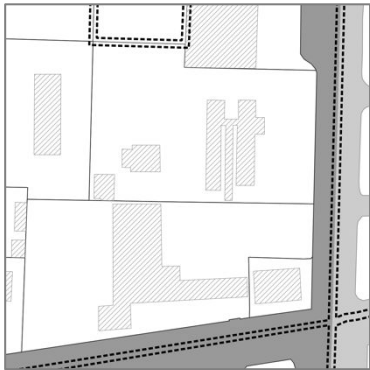
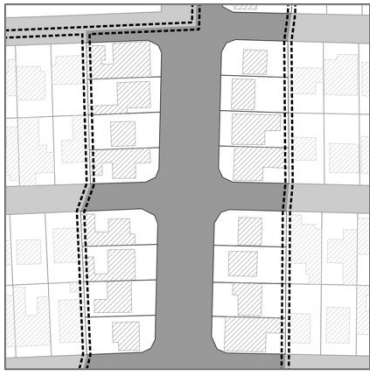
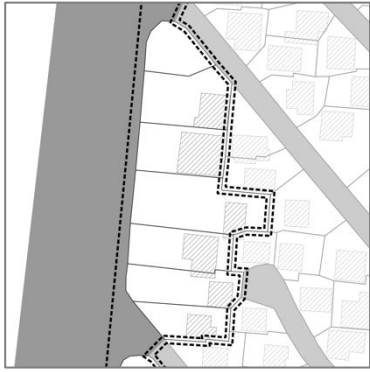
Neste momento, a análise ainda é feita a partir de dados bidimensionais, ou seja, em planta. Os dados tridimensionais, como a tipologia construtiva e o uso do solo, serão analisados nas camadas de terceiro e quarto nível. É importante destacar que, para identificação das Regiões Morfológicas de segundo nível, é imprescindível que se tenham os dados espaciais referentes à implantação das edificações no lote. No entanto, essas informações não constam na base cartográfica da maioria das cidades brasileiras, como é o caso de Foz do Iguaçu e, por isso, elas foram obtidas manualmente a partir do georreferenciamento de imagens do Google Earth (2017).

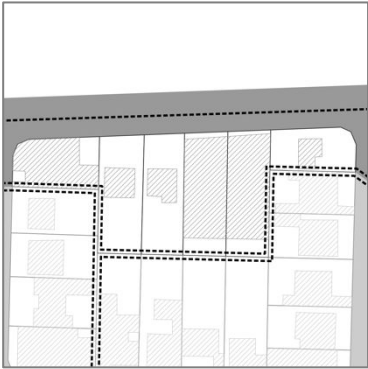
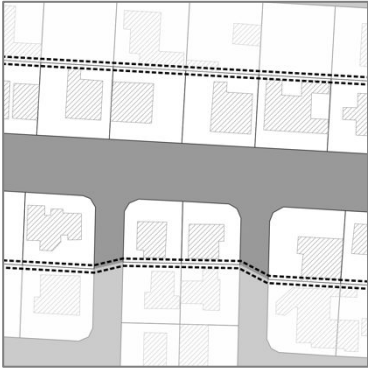
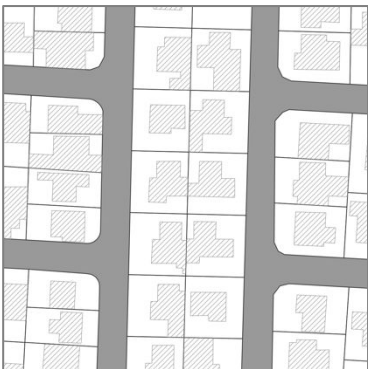
Sendo assim, estes dados podem conter algumas distorções. Além disso, para obter a área média dos lotes e das edificações foram utilizadas as informações obtidas a partir da ferramenta “Estatística”, do Software Livre QGis.



Com base nos critérios analisados, foram identificadas 10 Regiões Morfológicas de segundo nível na Vila A. De modo geral, além das características já apresentadas sobre as vias que cortam o loteamento, é possível verificar que os lotes são, em sua maioria, retangulares e de grandes dimensões, exceto na RM1 (Região Morfológica 1), cujo formato é irregular e possui as menores áreas de todo loteamento. Com relação às edificações, todas elas estão caracterizadas como isoladas no lote, ou seja, construídas de maneira individual e, em geral, com recuos em todos os lados, mesmo quando existe mais de uma edificação no mesmo lote. Apenas a RM6 apresentou edificações sem recuo frontal, devido à legislação de uso e ocupação de 2007 ter previsto tal parâmetro. O Quadro 8 contém as principais características utilizadas para identificação das Regiões Morfológicas de segundo nível da Vila A.

Quadro 8: Regiões Morgológicas de segundo nível da Vila A

Região	Principais características morfológicas		Recorte espacial
RM1	Rua	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Vias <i>cul-de sac</i> locais; ▪ Largura média de 8 metros; 	
	Lote	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 722 lotes com áreas que variam de 190 m² até 1.270 m²; ▪ Formato irregular com testadas variadas; ▪ 68% dos lotes tem área entre 300 m² e 500 m² e apenas 4% passa de 600 m²; 	
	Edificação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Edificação isolada no lote com recuo frontal; ▪ Área média de 135 m²; 	
RM2	Rua	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diferentes tamanhos e formas de vias; 	
	Lote	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 215 lotes com formatos diferentes, porém, com áreas entre 64 m² e 881.473 m²; ▪ Localizados em diferentes porções do loteamento; ▪ 36% dos lotes tem área entre 500 e 700 m², e são em sua maioria, lotes vazios; ▪ Outros 38% tem área acima de 1.000 m² e são, em sua maioria, áreas verdes; 	
	Edificação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Área livre de edificação; 	

RM 3	Rua	<ul style="list-style-type: none"> Diferentes tamanhos e formas de vias; 	
	Lote	<ul style="list-style-type: none"> 33 lotes com áreas entre 605 m² e 88.369 m²; 94% dos lotes tem áreas acima de 1.000 m², sendo que destes, 44% apresentam áreas acima de 10.000 m²; Estão concentrados, principalmente, na área central do loteamento; 	
	Edificação	<ul style="list-style-type: none"> Edificações isoladas no lote com recuo frontal; Área média de 690 m²; Em geral, existem mais que uma edificação no lote; 	
RM 4	Rua	<ul style="list-style-type: none"> Vias estruturais com aproximadamente 30 metros de largura e vias de interligação e principais com aproximadamente 23 metros de largura; 	
	Lote	<ul style="list-style-type: none"> 380 lotes com áreas entre 152 m² e 8.964 m²; Formato retangular com testada média de 15 metros; 73% dos lotes tem áreas entre 400 m² e 600 m²; 	
	Edificação	<ul style="list-style-type: none"> Edificações isoladas no lote com recuo frontal; Área média 200 m²; 	
RM 5	Rua	<ul style="list-style-type: none"> Via local paralela à via estrutural, com aproximadamente 8,5 metros de largura; 	
	Lote	<ul style="list-style-type: none"> 30 lotes com áreas entre 386 m² e 1.123 m²; Formato irregular, com testada média de 13,50 metros. 47% dos lotes apresentam áreas entre 100 e 200 m², enquanto outros 35% apresentam áreas entre 200 e 300 m². Ou seja, 82% dos lotes possuem área entre 100 m² e 300 m². 	
	Edificação	<ul style="list-style-type: none"> Edificações isoladas no lote, com amplo recuo frontal; Em geral, posicionadas no fundo do terreno; Área média 135 m²; 	

RM 6	Rua	<ul style="list-style-type: none"> Via estrutural com aproximadamente 30 metros de largura; 	
	Lote	<ul style="list-style-type: none"> 21 lotes com áreas entre 441 e 1.241 m²; Formato retangular com testada média de 20 metros; 38% dos lotes apresentam áreas entre 600 e 700 m² e outros 20% apresentam área acima de 1.000 m²; 	
	Edificação	<ul style="list-style-type: none"> Edificações isoladas no lote, em sua maioria sem recuo frontal; Área média de 240 m²; 	
RM 7	Rua	<ul style="list-style-type: none"> Via estrutural com aproximadamente 30 metros e vias de interligação e principal, com aproximadamente 23 metros; 	
	Lote	<ul style="list-style-type: none"> 127 lotes com áreas entre 510 m² e 4.285 m²; Formato retangular com testadas entre 15 e 20 metros; Área média de 240 m²; 	
	Edificação	<ul style="list-style-type: none"> Edificações isoladas no lote com recuo frontal; Área média de 240 m²; 	
RM 8	Rua	<ul style="list-style-type: none"> Vias locais com aproximadamente 12 metros de largura; 	
	Lote	<ul style="list-style-type: none"> 648 lotes com áreas entre 116 m² e 1.167 m²; Formato retangular com testadas entre 15 e 20 metros de largura; 76% dos lotes possuem área entre 400 m² e 600 m²; Apenas 1% dos lotes possuem área acima de 700 m²; 	
	Edificação	<ul style="list-style-type: none"> Edificações isoladas no lote com recuo frontal; Área média de 200 m²; 	

RM 9	Rua	<ul style="list-style-type: none"> Vias locais com aproximadamente 12 metros de largura; 	
	Lote	<ul style="list-style-type: none"> 179 lotes com áreas entre 569 m² e 1.326 m²; Formato quadrado com testadas entre 25 e 30 metros; 70% dos lotes possuem áreas acima de 800 m²; 	
	Edificação	<ul style="list-style-type: none"> Edificações isoladas no lote com recuo frontal; Área média de 240 m²; 	
RM 10	Rua	<ul style="list-style-type: none"> Via de interligação com aproximadamente 30 metros de largura; Ampla recuo de ajardinamento em um lado da via, que não se caracteriza como um lote porém não é passível de edificação, devido o acesso restrito aos demais lotes; 	
	Lote	<ul style="list-style-type: none"> 23 lotes com áreas entre 465 m² e 1.850 m²; 57% dos lotes possuem áreas entre 500 m² e 600 m²; Outros 26% possuem áreas acima de 1.000 m²; 	
	Edificação	<ul style="list-style-type: none"> Edificações isoladas no lote com recuo frontal; Área média de 200 m²; 	

Fonte: a autora (2019).

A RM1 (Região Morfológica 1) refere-se ao padrão de lotes irregulares dispostos em vias locais do tipo *cul-de-sac* com edificações de 135 m². A RM1 e a RM5 são as regiões que possuem as menores edificações de todo loteamento. A diferença entre elas está no tipo da via, pois a RM5 abrange os lotes e edificações dispostos ao longo de uma via paralela à via estrutural Tancredo Neves, que é também a principal ligação entre o centro da cidade e as vilas de Itaipu com o canteiro de obras da usina, e no tamanho médio dos lotes, que são ligeiramente maiores que na RM1. Essa via possui um caráter ímpar, pois apesar de ser local sua paisagem abrange também uma via estrutural de grande porte e fluxo.

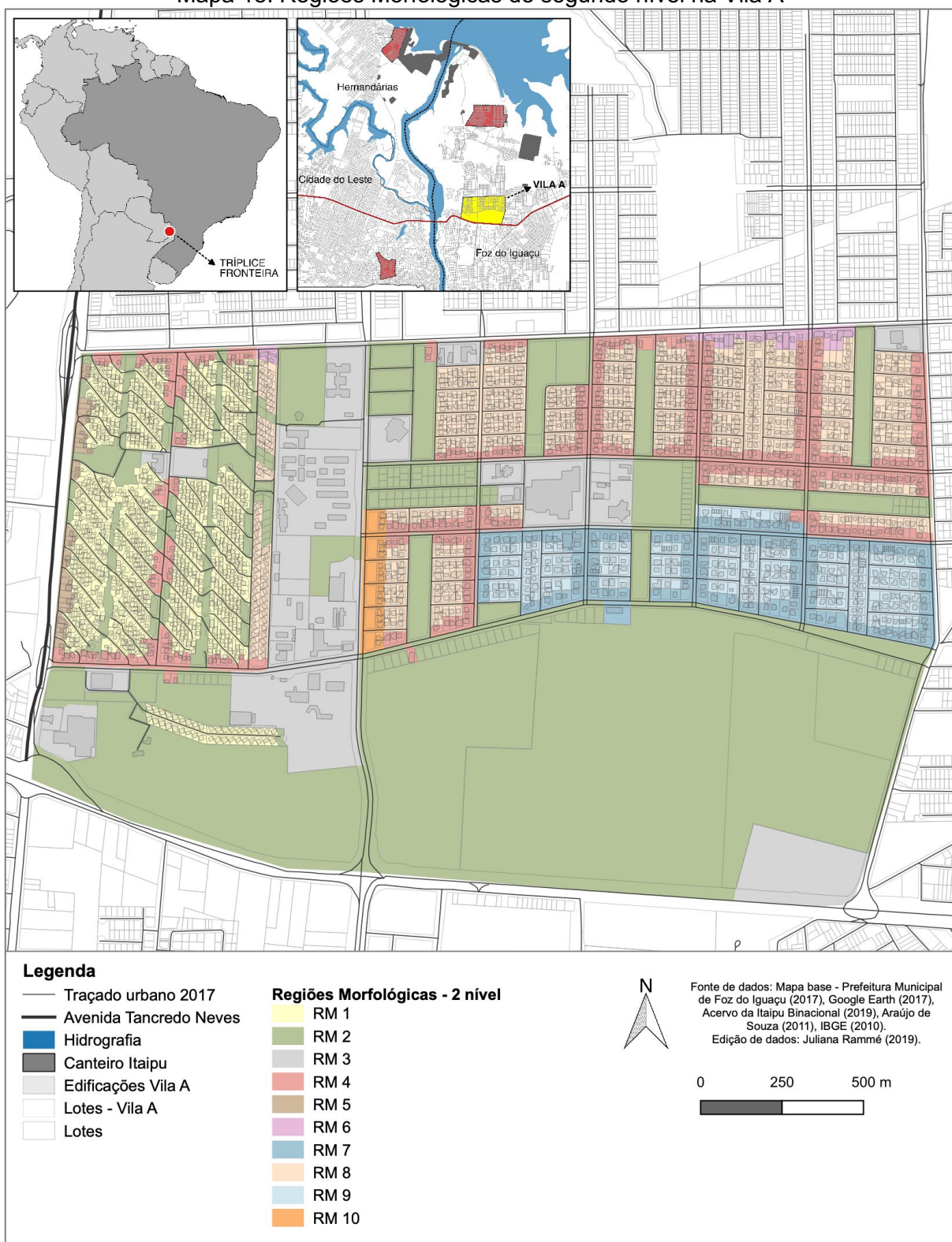
A RM2 está caracterizada pelas áreas livres de edificação ou com pouca área construída. Seus lotes possuem tamanhos e formas variadas e estão inseridos em diferentes tipos de via. A delimitação da RM3, por sua vez, levou em consideração

o tamanho dos lotes e edificações e também desconsiderou, a princípio, a via em que eles estavam inseridos. Isso porque, com exceção de alguns lotes vazios da RM2, essa é a região que concentra os maiores lotes e edificações da Vila A. Além disso, eles possuem, em geral, mais que uma edificação no lote. As Regiões Morfológicas 4, 6, 7, 8 e 9 foram delimitadas, primeiramente, de acordo com o tipo de via em que os lotes estavam inseridos. Ou seja, as Regiões Morfológicas 4, 6 e 7 estão localizadas ao longo das vias estruturais, de interligação e principais do loteamento, que apresentam medidas entre 23 e 30 metros. Porém, a diferença entre estas regiões está no tamanho dos lotes e no recuo das edificações. A maioria dos lotes localizados na RM4 apresentam áreas entre 400 m² e 600 m², enquanto que, na RM6, a maioria dos lotes apresentam áreas entre 600 m² e 700 m² e na RM7 entre 800 m² e 1.000 m². Além disso, na RM6, foram identificadas as únicas edificações sem recuo frontal do loteamento (Mapa 18).

Já as Regiões Morfológicas 8 e 9 estão localizadas ao longo de vias locais e a principal diferença entre elas também está no tamanho dos lotes e das edificações. Na RM8, a maioria dos lotes possui áreas entre 400 m² e 600 m², enquanto que, na RM9, a maioria dos lotes possui áreas acima de 800 m². Porém, a área média das edificações apresenta pouca variação: na RM8, era de 240 m², enquanto que, na RM9, era de 200 m². Por fim, a RM10 foi definida devido à existência de amplos recuos de ajardinamentos públicos. Característica única em todo loteamento.

Para comparar com a Vila A, será analisada a Área 4, no Paraguai, selecionada por apresentar características semelhantes, como sua destinação para os técnicos e funcionários administrativos. A Área 4 conta com 930 lotes com áreas que variam entre 190 m² e 63.694 m². Seu desenho urbano foi desenvolvido a partir da combinação de vias curvas e retas, delimitadas geometricamente no entorno de uma grande área institucional e marcado por vias estruturais, coletoras (entre 25 e 30 metros) e locais (16 metros). Sendo assim, os lotes apresentam tamanhos e formatos variados, divididos entre retangulares e trapezoidais. A variação na área dos lotes não se encontra organizada como na vila brasileira, mas sim, podem ser identificadas diferentes dimensões pelo bairro inteiro. Por esse motivo, o tamanho e formato do lote acaba não sendo o fator principal para delimitação das Regiões Morfológicas de segundo nível. De modo geral, 50% dos lotes apresentam áreas entre 700 m² e 800 m² e apenas 25% apresentam áreas inferiores à 600 m².

Mapa 18: Regiões Morfológicas de segundo nível na Vila A



Fonte: a autora, a partir de Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), Araújo de Souza (2011), IBGE (2010).

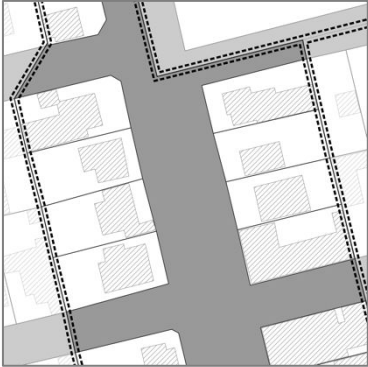
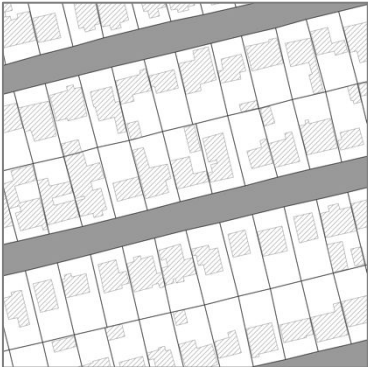
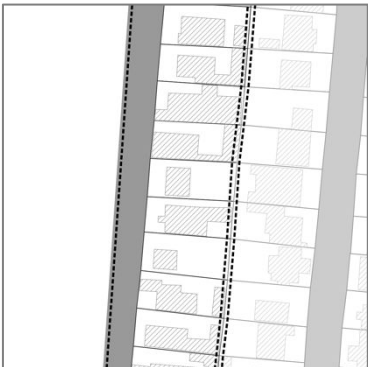
Com relação às edificações, para nenhuma outra vila, tanto no Brasil, quanto no Paraguai, foi localizada a planta de setorização como a que existe para a

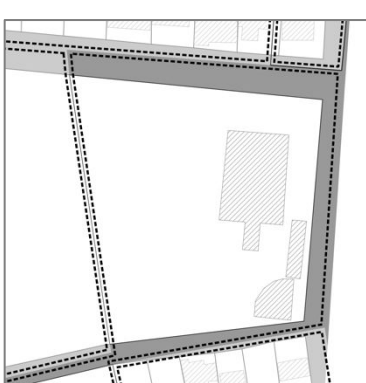
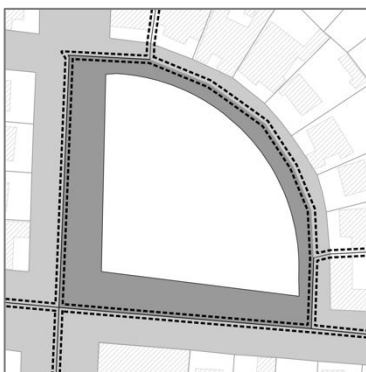
Vila A, contendo a indicação do local exato onde foi construída cada tipologia habitacional. Além disso, tanto em Cidade do Leste como em Hernandárias não foram identificadas legislações de uso e ocupação do solo ou de parcelamento do solo urbano que apresentassem os parâmetros para divisão dos lotes e construção das edificações ao longo desses quarenta anos. Por este motivo, no ano de 2017, é possível identificar que não existe um padrão com relação ao recuo frontal das edificações, mesmo que a maioria delas também esteja isolada no lote.

Além disso, no ano de 2017, aproximadamente 32% das edificações apresentavam áreas entre 100 m² e 200 m², enquanto outras 39% apresentavam áreas entre 200 m² e 300 m². Apenas 6% das edificações possuíam área inferior à 100 m², porém, a grande maioria delas correspondia às edificações construídas no fundo dos lotes e cuja área não computou no cálculo geral. A partir desse contexto, foram identificadas 5 Regiões Morfológicas na Área 4. O Quadro 9 contém as principais características levadas em consideração para delimitação das Regiões Morfológicas de segundo nível na Área 4, além de um esquema gráfico que auxilia na sua compreensão.

A RM1 foi delimitada ao longo das vias coletoras do loteamento. Apesar de essa denominação não ser oficial no Paraguai, como no Brasil, a classificação das vias partiu da análise dos diferentes tamanhos utilizados e de sua função no sistema viário municipal. Ou seja, as vias entre 25 e 30 metros de largura estão classificadas como estrutural ou coletora, a depender de sua função, e as vias com 16 metros de largura estão classificadas como locais. Sendo assim, na RM1 foram identificados 288 lotes, dispostos ao longo das vias coletoras do loteamento, em sua maioria com áreas entre 700 m² e 800 m², porém, com uma porcentagem considerável de lotes acima de 900 m². A RM1 se assemelha com a RM2 e a RM3. A maior diferença, conforme mencionado anteriormente, é que a RM2 foi delimitada ao longo das vias locais e a RM3 ao longo da única via estrutural do loteamento. Na RM2, foram identificados 563 lotes, enquanto que, na RM3, foram identificados 44 lotes. Além disso, as três regiões apresentam a mesmas a áreas médias das edificações, de 230 m².

Quadro 9: Regiões Morgológicas de segundo nível da Área 4

Região	Principais características morfológicas		Recorte espacial
RM1	Rua	<ul style="list-style-type: none"> Vias coletoras com larguras entre 25 e 30 metros; 	
	Lote	<ul style="list-style-type: none"> 288 lotes com áreas que variam de 507 m² até 2.141 m²; Formato retangular com testada média de 20 metros; 60% dos lotes possuem áreas entre 700 m² e 800 m² e outros 20% possuem áreas acima de 900 m²; Apenas 6% dos lotes possuem área menor que 600 m²; 	
	Edificação	<ul style="list-style-type: none"> Edificação isolada no lote, em geral com algum recuo frontal; Área média 230 m²; 	
RM2	Rua	<ul style="list-style-type: none"> Vias locais com aproximadamente 16 metros de largura; 	
	Lote	<ul style="list-style-type: none"> 563 lotes com áreas entre 190 m² e 22.248 m²; Maioria dos lotes apresentam formato retangular e alguns em formato trapézio, divididos para acompanhar a curvatura da rua e da quadra; Testada média de 18 metros; 46% dos lotes possuem áreas entre 700 m² e 800 m²; Apenas 11% dos lotes possuem área menor que 600 m²; 	
	Edificação	<ul style="list-style-type: none"> Edificação isolada no lote, em geral com recuo frontal; Área média de 230 m²; 	
RM3	Rua	<ul style="list-style-type: none"> Via estrutural com aproximadamente 25 metros de largura; 	
	Lote	<ul style="list-style-type: none"> 44 lotes com áreas entre 633 m² e 1.130 m²; Formato retangular com testada média de 18 metros; 50% dos lotes possuem área entre 700 m² e 800 m² e outros 36% possuem área acima de 800 m²; 	
	Edificação	<ul style="list-style-type: none"> Edificação usolada no lote com e sem recuo frontal; Área média de 230 m²; 	

RM4	Rua	<ul style="list-style-type: none"> Diferentes tipos de vias e larguras; 	
	Lote	<ul style="list-style-type: none"> 5 lotes com áreas entre 9.334 m² e 50.000 m²; Lotes de grandes dimensões com formatos variados; 	
	Edificação	<ul style="list-style-type: none"> Edificação usolada no lote; Em geral mais que uma edificação no mesmo lote; Área média de 820 m²; 	
RM5	Rua	<ul style="list-style-type: none"> Diferentes tipos de vias e larguras; 	
	Lote	<ul style="list-style-type: none"> 11 lotes com áreas entre 700 m² e 63.694 m²; 	
	Edificação	<ul style="list-style-type: none"> Área livre de edificação; 	

Fonte: a autora (2019).

Diferentemente das demais regiões, a RM4 e a RM5 não foram delimitadas a partir da estrutura viária, mas sim, do tamanho dos lotes e das edificações. A RM 4 apresenta 5 lotes acima de 5.000 m². Suas edificações também são de grande porte, com área média de 820 m². Por fim, a RM5 foi delimitada a partir dos lotes que não apresentam edificação, sejam eles destinados a vazios urbanos ou áreas verdes. Nessa região, 60% dos lotes possuem área acima de 1.000 m². Todas as características referentes às ruas, lotes e edificações consideradas na delimitação das Regiões Morfológicas de segundo nível da Área 4 podem ser visualizadas no Mapas 19.

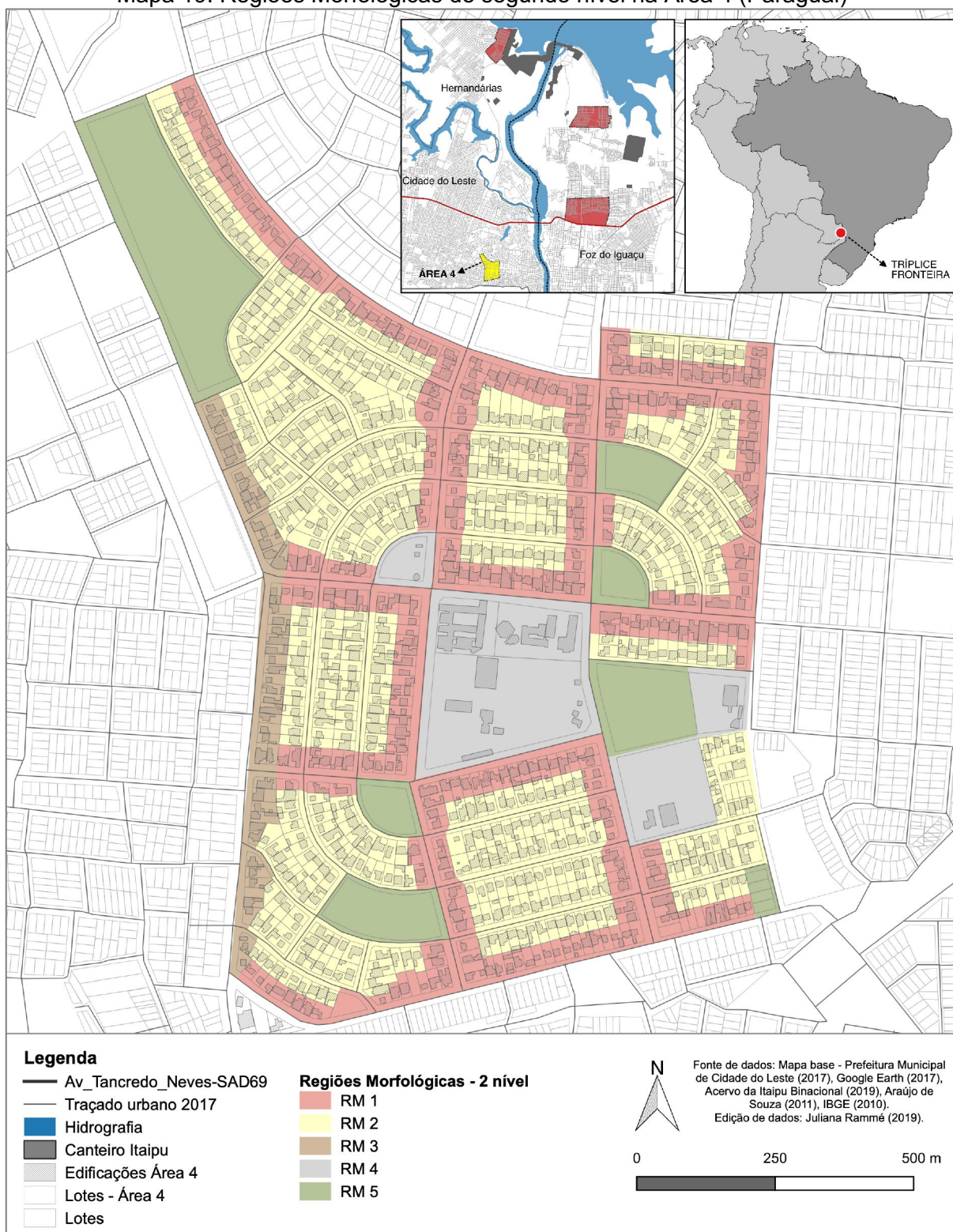
A partir da delimitação das Regiões Morfológicas de segundo nível na Vila A e na Área 4, é possível identificar algumas semelhanças nos padrões da forma urbana, como a hierarquia viária bem definida e os tamanhos generosos da maioria dos lotes e das edificações. No entanto, a Área 4 acaba seguindo um padrão em quase todo loteamento, enquanto a Vila A apresenta diferentes padrões desde sua origem e que refletem na sua paisagem urbana atual. Esses diferentes padrões resultam em um número maior de Regiões Morfológicas identificadas na Vila A, ou seja, o dobro que na Área 4. É importante destacar, ainda, que algumas regiões

identificadas são muito semelhantes, como é o caso da R3 (Vila A) e da R4 (Área 4). Além disso, a RM6 da vila brasileira também se assemelha muito com às características da RM3 da vila paraguaia. As duas referem-se ao padrão das edificações sem recuo frontal (embora ainda existam, nessas regiões, edificações afastadas do alinhamento do lote). Ambas estão localizadas ao longo de vias estruturais e na borda dos loteamentos, fazendo divisa com as áreas de expansão que se instalaram posteriormente, embora apenas em Foz do Iguaçu exista uma legislação de uso e ocupação do solo que tenha incentivado tal padrão (Mapa 19).

Com relação à Vila C, em Foz do Iguaçu, sua concepção não contou com um Plano de Urbanização, como aconteceu na Vila A. Isso porque sua construção deveria ser de caráter provisório, com o objetivo de atender apenas às demandas dos trabalhadores da Itaipu Binacional durante a construção da usina. No entanto, conforme detalhado no Capítulo 4, a Vila C acabou não sendo demolida conforme o previsto. No ano de 2017, quase trinta anos após o início do processo de desmonte, é possível verificar algumas mudanças com relação à proposta original, sobretudo no que diz respeito aos espaços destinados para os equipamentos públicos e espaços livres de lazer. As faixas destinadas para implantação de praças e comércios locais foram reduzidas ou suprimidas e parte delas foi subdividida em lotes residenciais. A área verde existente no meio do bairro seria destinada para a implantação de um complexo esportivo e de um centro comercial, porém, apesar de a área verde ter sido preservada, nenhum equipamento foi implantado nela até o ano de 2017. Além disso, conforme mencionado durante a contextualização histórica da Vila, parte de sua área foi destinada para implantação das Linhas de Transmissão de Furnas que, sem planejamento, acabou isolando ainda mais grande parte do bairro.

No ano de 2017, o sistema viário da Vila C não apresentava uma hierarquia clara, como aquela identificada na Vila A. Seu traçado estava composto, principalmente, por dois tipos de via: uma de caráter local, com aproximadamente 12 metros de largura, e outra que se aproximava do caráter de uma via coletora, com aproximadamente 19 metros de largura, embora seu porte e perfil fosse muito semelhante com as demais vias. No entanto, essa classificação está vinculada com sua função dentro do sistema viário, pois ela estava inserida no entorno dos principais equipamentos públicos e coletivos, localizados no eixo central do bairro, e também por ela ser a única via encarregada de conectar todo loteamento com a avenida Tancredo Neves, única ligação até então com outras áreas da cidade.

Mapa 19: Regiões Morfológicas de segundo nível na Área 4 (Paraguai)

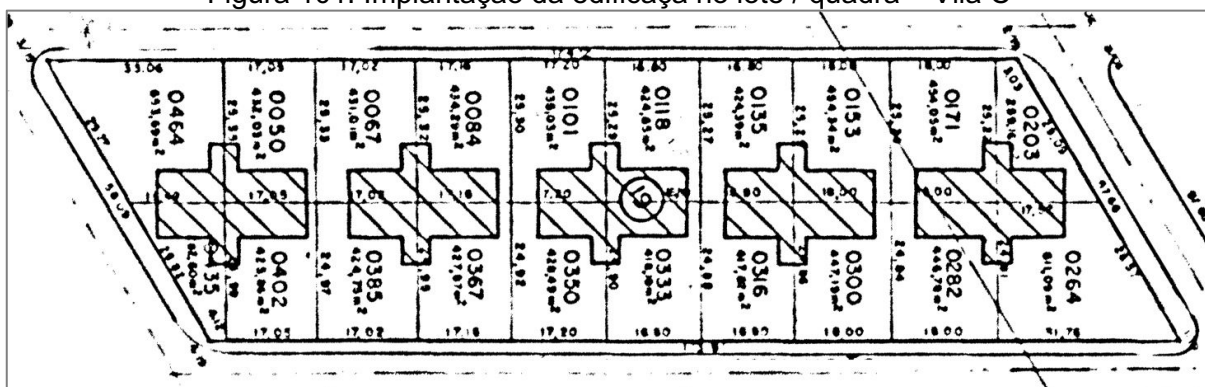


Fonte: a autora, a partir Mapa base - Prefeitura Municipal de Cidade do Leste (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), Araújo de Souza (2011), IBGE (2010).

Com relação à implantação original das edificações residenciais nos lotes, toda Vila C apresentava uma única tipologia construtiva, mesmo aquelas localizadas nos terrenos de esquinas, cujos formatos variavam do padrão retangular implantado

no restante do bairro. Por esse motivo, ela não foi dividida em setores. Essa tipologia construtiva era considerada pela Itaipu Binacional como um padrão popular e correspondia a quatro unidades habitacionais geminadas, implantadas nos fundos dos lotes. Seu material construtivo era de alvenaria com cobertura zinco (Figura 101). Em 2017, é possível constatar que a disposição original da edificação no fundo do lote inibiu as modificações na sua forma original, porém, em muitos casos foram construídas novas edificações na parte frontal do lote, gerando, com isso, duas edificações no mesmo lote. Em alguns casos também foi identificada a substituição total da edificação, embora em menos quantidade.

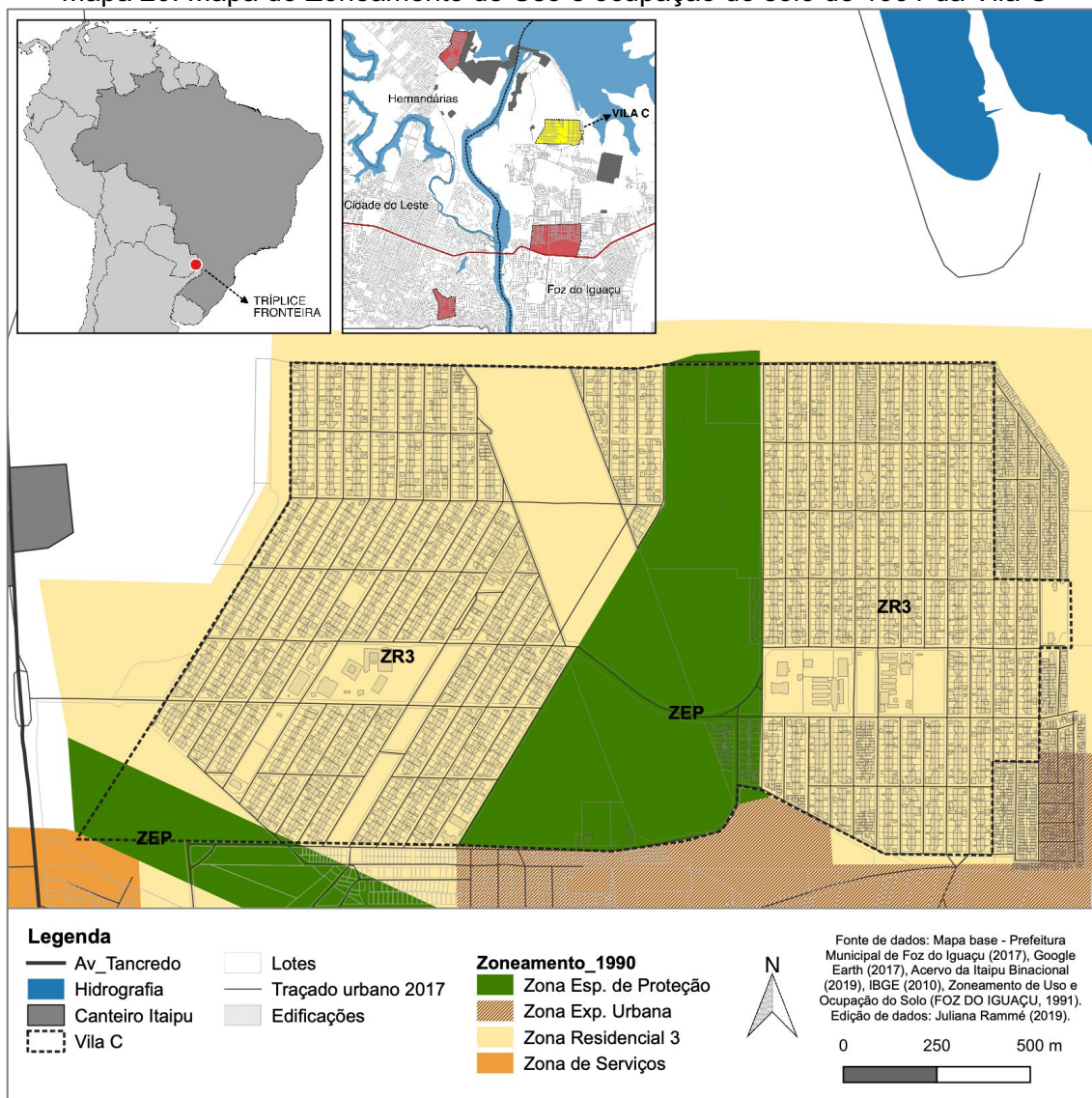
Figura 101: Implantação da edificação no lote / quadra – Vila C



Fonte: Acervo da Itaipu Binacional (2019).

Ao buscar a Lei de Zoneamento de 1991 para a Vila C (Mapa 20), constata-se que ela estava definida basicamente por duas zonas: a Zona Especial de Proteção (ZEP) e a Zona Residencial 3 (ZR3), conforme mostra o Mapa 20. A ZR3 estava definida como uma zona residencial popular, cujo uso permitido era de habitações unifamiliares, geminadas e multifamiliares, além de comércios e serviços de pequeno porte, de utilização imediata e cotidiana. Ou seja, mesmo longe das áreas da cidade com maior infraestrutura, os usos destinados para a Vila C estavam limitados e pouco diversos. Além disso, os lotes previstos para a ZR3 deveriam ter no mínimo 250 m² e no máximo 360 m². Essa exigência limitou a união dos lotes divididos originalmente para implantação de usos não residenciais, visto que a maioria deles apresentava área acima do máximo exigido pela Lei. Ainda, a taxa de ocupação prevista era de 50% da área do lote e o coeficiente de aproveitamento era de 1,0, menor índice que todas as zonas da Vila A, embora a altura das edificações também estivesse limitada à dois pavimentos (FOZ DO IGUAÇU, 1991).

Mapa 20: Mapa do Zoneamento de Uso e ocupação do solo de 1991 da Vila C



Fonte: a autora, a partir de Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), IBGE (2010), Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo (FOZ DO IGUAÇU, 1991).

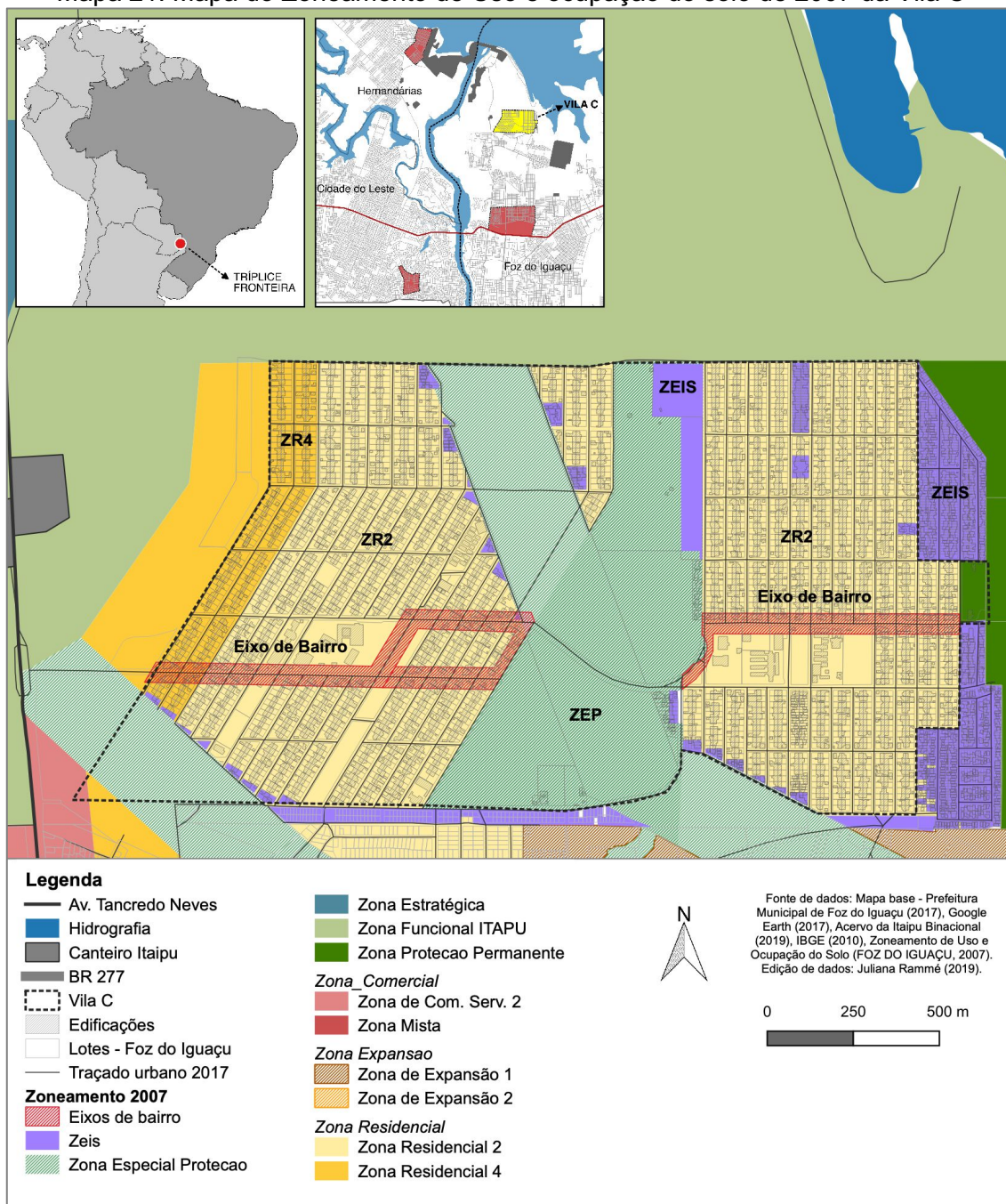
No ano de 2007, com a mudança na lei, a Vila C passou a apresentar um zoneamento mais diversificado (Mapa 21). Surgiram as ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), destinadas para habitação de interesse social e regularização fundiária, as Zonas Residenciais 2 (ZR2) e a Zona Residencial 4 (ZR4). A Zona de Proteção Permanente (ZEP) prevista na lei anterior foi mantida e ampliada, de modo a abranger também as áreas destinadas para as Linhas de Transmissão de Furnas (Mapa 21). As ZEIS foram demarcadas nas bordas das áreas residenciais existentes e todas foram destinadas para regularização fundiária, pois se tratavam de áreas já consolidadas antes da aprovação do novo Plano Diretor.

A ZR2 e a ZR4 foram demarcadas no lugar da antiga ZR3. A ZR2, correspondente à maior parcela do bairro, passava a ter uma série de novos usos permitidos. Além das habitações unifamiliar, unifamiliar em série e geminada, também passaram a ser permitidas habitações coletivas e usos comerciais e de serviços destinados à escala do bairro e da cidade. Entretanto, os índices se mantiveram muito semelhantes à lei anterior. Os lotes deveriam ter no mínimo 300 m², com uma taxa de ocupação de 65% e um índice de aproveitamento de 1,3. O número de pavimentos continuava limitado a 2 e o recuo frontal era de 5 metros (FOZ DO IGUAÇU, 2007). Esses índices garantiram a permanência das baixas densidades e da horizontalidade do bairro.

A ZR4, por sua vez, foi demarcada nas primeiras duas quadras do loteamento e os usos comerciais e de serviços eram praticamente os mesmos previstos para ZR2. No entanto, a diferença entre as duas zonas estava nos índices construtivos. Os lotes deveriam ter no mínimo 360 m², com taxa de ocupação de 60% e índice de aproveitamento de 2,4. O número de pavimentos permitidos passava de 2 para 4 e o recuo frontal de 5 para 3 metros (FOZ DO IGUAÇU, 2007). No entanto, por se tratar de uma área residencial consolidada, estruturada a partir de vias locais, essas modificações previstas no novo plano diretor não se efetivaram até o ano de 2017. Tanto na ZR2, quanto na ZR4, as principais mudanças se concentravam no aumento das taxas de ocupação dos lotes e no avanço sobre os recuos frontais das edificações, mesmo sobre as metragens que não eram permitidas, em geral, para construção de garagens ou de pequenos comércios.

Todavia, assim como na Vila A, a principal mudança prevista no novo zoneamento de 2007 estava relacionada com o Eixo de Bairro, implantado ao longo de parte das vias definidas, nesta pesquisa, como coletoras. Conforme mencionado anteriormente, os Eixos de Bairro apresentavam lotes mínimos de 300 m², taxa de ocupação de 50%, coeficiente de aproveitamento de 2,4 e altura máxima de 4 pavimentos (FOZ DO IGUAÇU 2007). Porém, diferentemente das demais zonas, nesses eixos não era obrigatório prever um recuo frontal nas edificações e o uso predominante era comercial e de serviços de diversificação. No ano de 2017, essas foram as principais mudanças identificadas na Vila C. Com relação ao plano urbano, é possível identificar que grande parte das edificações localizadas ao longo dos Eixos de Bairro de fato avançaram recuos, conforme flexibilizava a lei, embora em outras zonas isso também tenha acontecido, porém, com menor intensidade.

Mapa 21: Mapa do Zoneamento de Uso e ocupação do solo de 2007 da Vila C

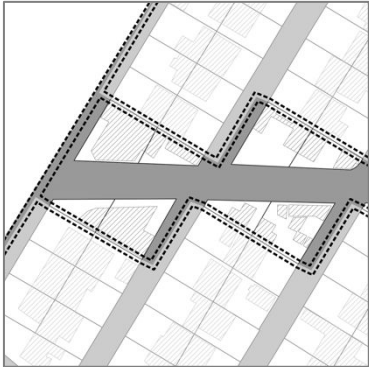
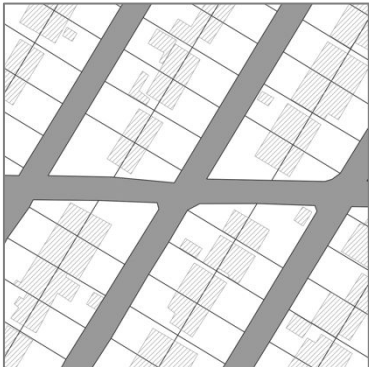
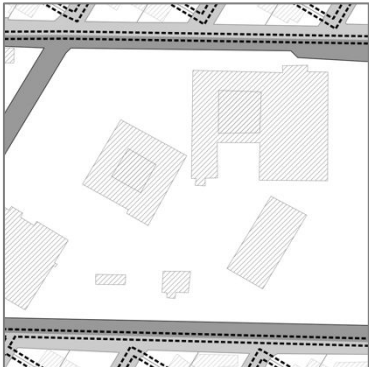


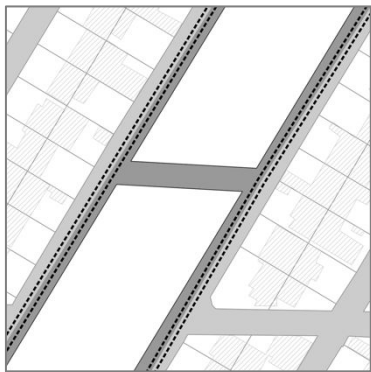
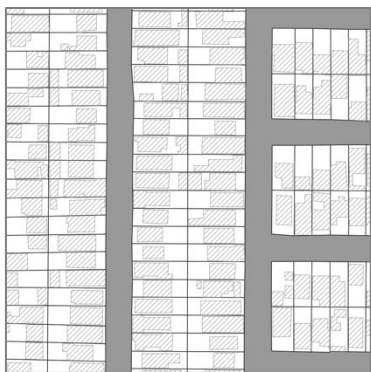
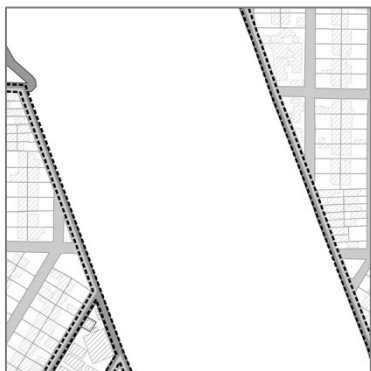
Fonte: a autora, a partir de Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), IBGE (2010), Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo (FOZ DO IGUAÇU, 2007).

A partir desse contexto e com base nos critérios definidos anteriormente para análise do plano urbano em escala local, foram identificadas 6 Regiões Morfológicas de segundo nível na Vila C. Destas, duas regiões não apresentavam edificações, sendo que uma delas foi destinada para demarcação das Linhas de Transmissão de Furnas (RM6), por ela se caracterizar como uma paisagem de grande impacto espacial e visual. Essa Região corta todo o bairro no sentido norte-sul,

dividindo-o em duas partes. A outra área livre de edificação é a RM5, delimitada pela grande área verde existente e por outras áreas livres de menor porte distribuídas dentro do bairro. A RM5 e a RM6 representam 30% da área total da Vila C. O Quadro 10 contém as principais características levadas em consideração para a delimitação das Regiões Morfológicas de segundo nível da Vila C, além de um recorte gráfico que auxilia na sua compreensão.

Quadro 10: Regiões Morfológicas de segundo nível da Vila C

Região	Principais características morfológicas		Recorte espacial
RM1	Rua	<ul style="list-style-type: none"> Vias coletoras com largura aproximada de 19 metros. 	
	Lote	<ul style="list-style-type: none"> 149 lotes com áreas que variam de 192 m² até 731 m²; Formato triangular de esquina, com testada média de 25 metros; 54% dos lotes possuem áreas entre 300 m² e 500 m² e outros 28% possuem áreas acima de 500 m²; 	
	Edificação	<ul style="list-style-type: none"> Edificação isolada no lote, em geral sem recuo frontal; Área média de 240 m²; 	
RM2	Rua	<ul style="list-style-type: none"> Vias locais com largura aproximada de 12 metros. 	
	Lote	<ul style="list-style-type: none"> 2.278 lotes com áreas que variam de 152 m² até 991 m²; Formato retangular com testada média com testada média de 17 metros; 72% dos lotes possuem áreas entre 300 m² e 500 m²; 	
	Edificação	<ul style="list-style-type: none"> Edificação isolada no lote, em geral com recuo frontal; Área média de 200 m²; 	
RM3	Rua	<ul style="list-style-type: none"> Vias coletoras com largura aproximada de 19 metros. 	
	Lote	<ul style="list-style-type: none"> 43 lotes com áreas que variam de 150 m² até 109.325 m²; Formato retangular com testada variada; 60% dos lotes possuem áreas acima de 1.000 m²; 	
	Edificação	<ul style="list-style-type: none"> Edificação isolada no lote, em geral com recuo frontal; Área média de 550 m²; 	

RM4	Rua	<ul style="list-style-type: none"> Vias locais com largura aproximada de 12 metros. 	
	Lote	<ul style="list-style-type: none"> 9 lotes com áreas que variam de 3.170 m² até 125.600 m²; 	
	Edificação	<ul style="list-style-type: none"> Área livre de edificação; 	
RM5	Rua	<ul style="list-style-type: none"> Vias locais com largura aproximada de 12 metros. 	
	Lote	<ul style="list-style-type: none"> 740 lotes com áreas que variam de 130 m² até 380 m²; Formato triangular de esquina, com testada média de 25 metros; 62% dos lotes possuem áreas entre 150 m² e 200 m²; 	
	Edificação	<ul style="list-style-type: none"> Edificação isolada no lote, em geral sem recuo frontal; Área média de 51 m²; 	
RM6	Rua	<ul style="list-style-type: none"> Sem ruas, lotes ou edificações – Linhas de Transmissão de Furnas; 	
	Lote		
	Edificação		

Fonte: a autora (2019).

Das seis Regiões Morfológicas identificadas, quatro correspondem às áreas edificadas (RM1, RM2, RM3 e RM5) e duas às áreas livres de edificação (RM4 e RM6). A RM1, foi delimitada pelos lotes localizados ao longo das vias coletoras, que também coincidiam com a definição dos Eixos de Bairro e, por isso, grande parte das edificações não contavam com recuos frontais. A área média das edificações era de 240 m², a maior encontrada no bairro. A dimensão dos lotes identificados na RM1 era semelhante aos lotes da RM2, ou seja, suas áreas variavam entre 300 m² e 500 m². No entanto, a RM2 estava localizada ao longo das vias locais e a área média das edificações era de 200 m². É importante destacar que as áreas das edificações

contabilizadas para a análise do plano urbano referem-se a qualquer espaço coberto dentro do lote e, por isso, fazem parte desse cálculo também as coberturas de espaços não edificadas, como garagens e áreas de lazer.

A RM3 se diferencia das regiões anteriores devido ao tamanho dos seus lotes e edificações. A maioria dos lotes desta região apresenta área acima de 1.000 m² e a área média das edificações é de 550 m². Já a RM4 está caracterizada pelas áreas livres de edificação ou com pouca área construída. Por fim, a RM5 refere-se às áreas habitacionais construídas após a implantação da vila. No entanto, como elas fazem parte do bairro, elas foram consideradas neste momento. Nessa região, a maioria dos lotes apresentam área entre 150 m² e 200 m² e as edificações contam com uma área média de 51 m². As edificações encontradas na RM5 referem-se às áreas de regularização fundiária e, por isso, seus padrões morfológicos se diferem bastante das demais regiões, embora as vias locais apresentem a mesma metragem que no restante do bairro. Todas as características referentes às ruas, lotes e edificações consideradas na delimitação das Regiões Morfológicas de segundo nível da Vila C podem ser visualizadas no Mapa 22.

A última vila operária analisada foi a Área 6, localizada em Hernandárias (PY). Assim como as demais vilas implantadas no Paraguai, não foi encontrado junto ao acervo da Itaipu e da Prefeitura Municipal, um Plano de Urbanização ou um documento que apresentasse as diretrizes urbanísticas para sua construção. No entanto, é possível identificar algumas características semelhantes entre ela e a Vila C, no Brasil. A principal delas é que ambas foram construídas para abrigar os trabalhadores em postos de serviço em um loteamento construído próximo ao canteiro de obras da usina, garantindo, com isso, o controle dos funcionários e de suas famílias. Além disso, as duas vilas apresentam o mesmo padrão de rua, de lote e de edificação, com a diferença que os edifícios implantados nos terrenos de esquina foram rotacionados 90 graus em relação às demais edificações da quadra, de modo que suas fachadas fossem direcionadas para as vias laterais. Essa estratégia é interessante do ponto de vista do desenho urbano, pois possibilita que todas as ruas tenham fachadas minimamente ativas, diferentemente do que aconteceu na Vila C.

Mapa 22: Regiões Morfológicas de segundo nível na Vila C



Fonte: a autora, a partir de Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), Araújo de Souza (2011), IBGE (2010).

Entretanto, apesar dessas semelhanças, alguns fatores importantes as diferenciam. Conforme mencionado anteriormente, as vilas paraguaias foram inseridas próximas da malha urbana existente, distintamente do que aconteceu no Brasil. No caso da Área 6, essa conexão aconteceu a partir da rodovia de ligação intermunicipal que circundava parte da cidade no ano de 1974. Apesar disso, assim como na Vila C, sua expansão foi limitada por uma série de barreiras, como o Lago da Barragem, um pequeno aeroporto e uma grande área verde, estes dois últimos

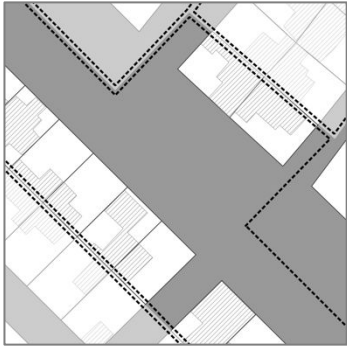
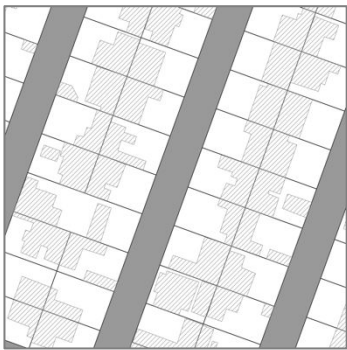
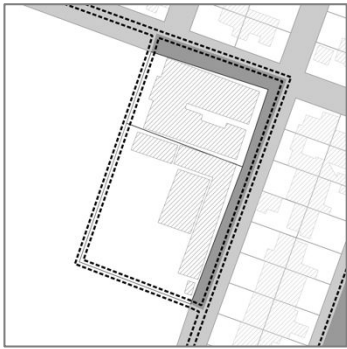
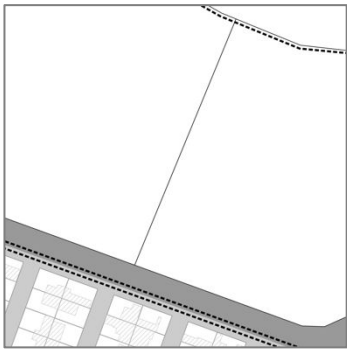
inseridos dentro do território da Itaipu Binacional. Outra diferença identificada é que, no projeto aprovado da Área 6, não foram previstos eixos destinados para a implantação de áreas de lazer e comércio, como na Vila C, e estavam previstas apenas a implantação de uma praça, uma escola, um ambulatório e um parque urbano, concentrados próximos à uma das vias coletoras bairro.

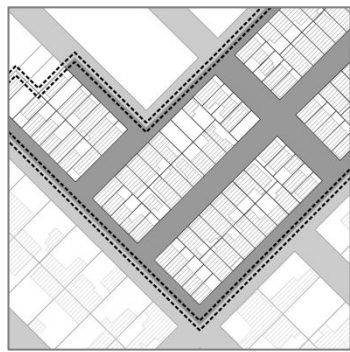
No ano de 2017, os equipamentos públicos continuam funcionando e, diferentemente do Brasil, ainda eram administrados pela Itaipu Binacional. Com relação aos espaços livres de lazer, observou-se que a praça e o parque não contavam com uma infraestrutura adequada. Porém, entre os anos de 2016 e 2017, a última via no extremo norte do loteamento foi requalificada, dando visibilidade e acesso para a borda do Lago de Itaipu, também definida como um espaço de lazer, embora com pouca infraestrutura assim como os demais espaços. Por fim, um terceiro aspecto que diferenciava a Vila C da Área 6 era a existência das Linhas de Transmissão de Furnas. Por esse motivo, a Área 6 apresentava-se como um bairro mais compacto e com maior continuidade espacial e edílicia.

De modo geral, no ano de 2017, a Área 6 contava com 1.881 lotes, com áreas que variavam entre 90 m² e 166.445 m², em sua maioria com formato retangular. Entretanto, assim como na Vila C, a variação na área dos lotes não se encontrava organizada em setores e 88% deles possuíam áreas entre 400 m² e 500 m². Seu desenho urbano foi estruturado a partir de um traçado ortogonal em malha xadrez, sobre um sistema viário minimamente hierarquizado a partir de duas vias coletoras, que se conectavam com a malha urbana existente. Uma delas faz a conexão entre a rodovia intermunicipal e a usina de Itaipu e tinha aproximadamente 23 metros de largura. A outra está localizada no extremo norte do bairro, implantada ao longo da Costaneira, denominada assim devido à sua proximidade com o Lago de Itaipu, com aproximadamente 28 metros de largura. As demais vias estão classificadas como locais e apresentam aproximadamente 14 metros de largura.

Com relação às edificações, embora não existisse um padrão, a maioria delas se encontrava recuada do alinhamento frontal. Além disso, 52,65% das edificações apresentavam área entre 100 m² e 200 m² e outros 19,57% apresentavam área entre 200 m² e 300 m². As edificações até 100 m² representavam 23,68%, contudo, parte delas corresponde às edificações construídas nos fundos dos lotes. A partir desse contexto, foram identificadas 5 Regiões Morfológicas na Área 6 (Quadro 11).

Quadro 11: Regiões Morgológicas de segundo nível da Área 4

Região	Principais características morfológicas		Recorte espacial
RM1	Rua	<ul style="list-style-type: none"> Via principal com larguras aproximadamente 24 metros de largura; 	
	Lote	<ul style="list-style-type: none"> 50 lotes com áreas que variam de 416 m² até 587 m²; Formato retangular com testada de 17 metros; 	
	Edificação	<ul style="list-style-type: none"> Edificação isolada no lote com recuos variados; Área média de 160 m²; 	
RM2	Rua	<ul style="list-style-type: none"> Vila local com aproximadamente 14 metros de largura; 	
	Lote	<ul style="list-style-type: none"> 1.616 lotes com áreas entre 319 m² e 892 m²; Formato retangular com testada média de 17 metros; 98% dos lotes possuem área entre 400 m² e 500 m²; 	
	Edificação	<ul style="list-style-type: none"> Edificação isolada no lote com recuos variados; Área média de 160 m²; 	
RM3	Rua	<ul style="list-style-type: none"> Vila local e via principal; 	
	Lote	<ul style="list-style-type: none"> 7 lotes com áreas entre 2.616 m² e 25.610 m²; Formato retangular e testadas variadas. 	
	Edificação	<ul style="list-style-type: none"> Edificação isolada no lote com mais de uma por terreno; Área média de 720 m²; 	
RM4	Rua	<ul style="list-style-type: none"> Vila local e via principal; 	
	Lote	<ul style="list-style-type: none"> 1.638 lotes com áreas entre 104 m² e 166.445 m²; Formatos e testadas variadas; 	
	Edificação	<ul style="list-style-type: none"> Área livre de edificação; 	

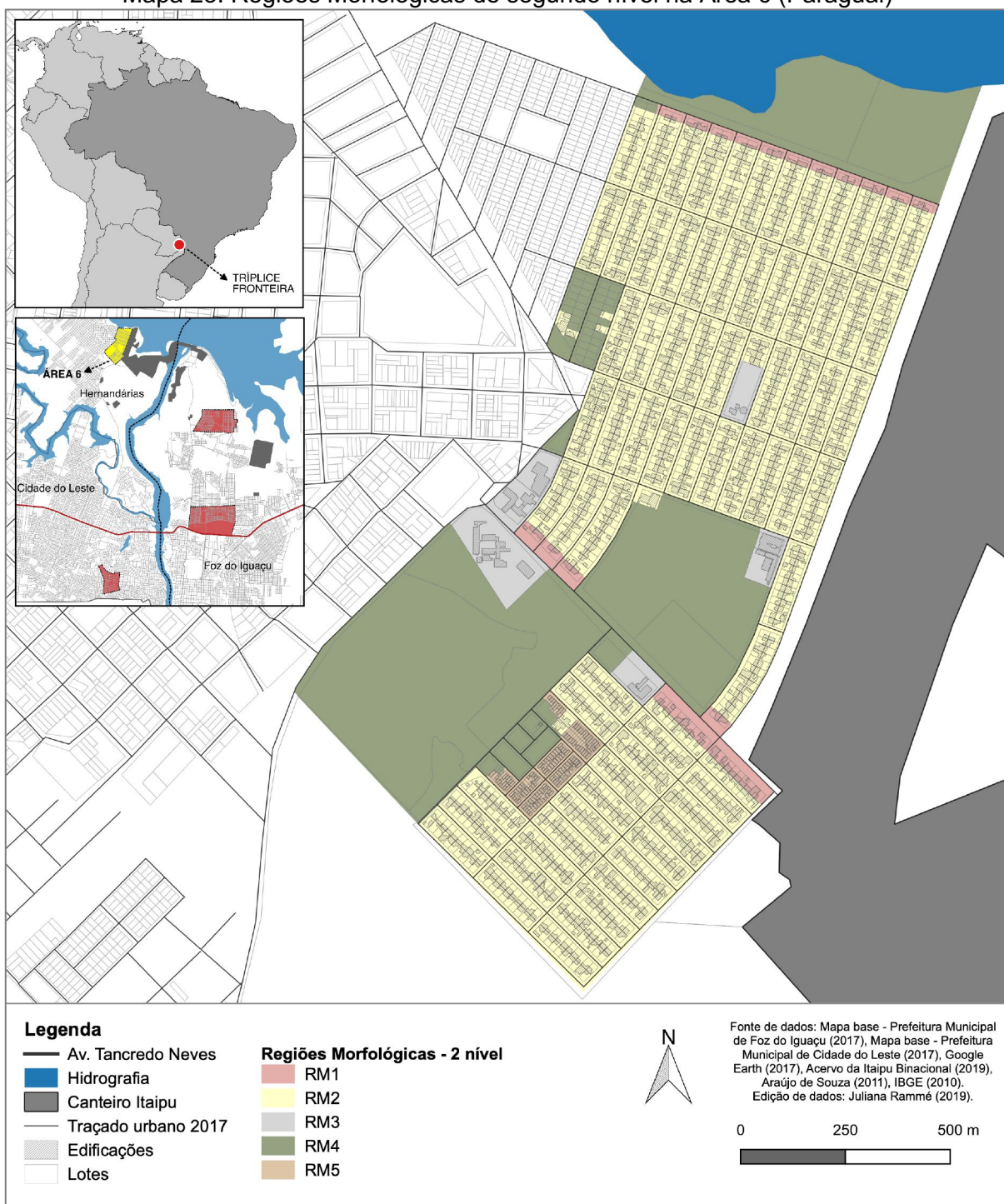
RM5	Rua	<ul style="list-style-type: none"> Vila local com aproximadamente 14 metros de largura; 	
	Lote	<ul style="list-style-type: none"> 150 lotes com áreas entre 89 m² e 166 m²; Formato retangular com testada de 6 metros; 73% dos lotes apresentavam áreas entre 100 m² e 166 m² e outros 27% apresentavam área de 89 m²; 	
	Edificação	<ul style="list-style-type: none"> Edificação isolada no lote e geminada, sem recuo frotal; Área média de 75 m²; 	

Fonte: a autora (2019).

As Regiões Morfológicas identificadas na Área 6 apresentam características muito semelhantes daquelas identificadas na Vila C (Mapa 23). Primeiramente, porque nos dois bairros a RM1 e a RM2 se diferenciam, sobretudo, pelo tipo de via onde os lotes estão inseridos. A RM1 abrange os lotes inseridos ao longo das vilas coletoras, enquanto que a RM2 abrange os lotes inseridos ao longo das vias locais. As duas vilas também apresentam poucas variações com relação às dimensões dos lotes, devido à característica de seu desenho urbano. Porém, as áreas das edificações são ligeiramente menores na Área 6 e, diferentemente da Vila C, o recuo frontal foi mantido na maioria dos lotes, mesmo sem uma legislação local inibindo ou incentivado seu avanço.

As demais regiões também se assemelham àquelas identificadas na Vila C. A RM3 corresponde aos lotes e edificações com áreas maiores que os demais padrões do bairro. A RM4, por sua vez, corresponde às áreas livres de edificações. Por fim, a RM5 corresponde aos lotes demarcados após a construção do bairro, com a diferença de que, na Área 6, todos eles tenham sido implantados dentro do seu perímetro original, não na sua borda, como a maioria dos lotes dessa região na Vila C. Além dessa característica, os lotes e edificações na RM5 também são muito semelhantes, embora no Brasil a área média do lote seja ligeiramente menor e da edificação ligeiramente maior que no Paraguai.

Mapa 23: Regiões Morfológicas de segundo nível na Área 6 (Paraguai)



Fonte: a autora, a partir Mapa base - Prefeitura Municipal de Cidade do Leste (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), Araújo de Souza (2011), IBGE (2010).

De modo geral, os padrões morfológicos utilizados em cada uma das vilas de Itaipu reforçaram ainda mais a segregação socioespacial gerada pela divisão dos seus moradores de acordo com a função que exerciam dentro da empresa, ou seja, de acordo com sua classe social. Isso porque, a Vila A é o bairro com maior diversidade em termos de paisagem urbana. Nela foram identificadas 10 Regiões

Morfológicas, enquanto nas demais vilas foram identificadas apenas 5 regiões morfológicas e uma sexta na Vila C, referente às Linhas de Transmissão de Furnas. No entanto, mesmo com um número semelhante de Regiões Morfológicas, a estruturação do sistema viário da Área 4 fez com que as diferentes paisagens se alternassem ao longo de todo bairro, tornando a paisagem tão ou mais diversa que na Vila A, diferente do que aconteceu na Área 6 e na Vila C, que, além de um número reduzido de padrões encontrados, eles também estão concentrados em áreas específicas do bairro, resultando em grandes áreas com as mesmas Regiões Morfológicas.

Para completar as análises referentes à paisagem urbana das quatro vilas analisadas, é preciso reconhecer também os padrões morfológicos do tecido edificado e do uso do solo, que serão apresentados a seguir, na identificação das camadas de terceiro e quarto nível.

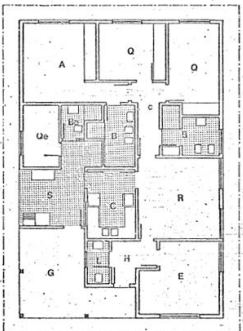


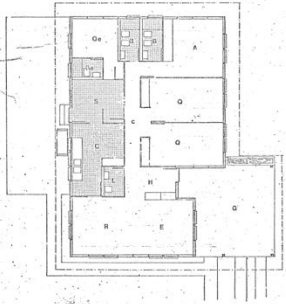


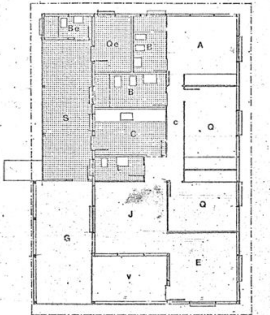


5.3. REGIÕES MORFOLÓGICAS DE TERCEIRO E QUARTO NÍVEL

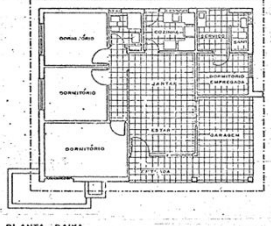
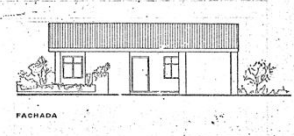

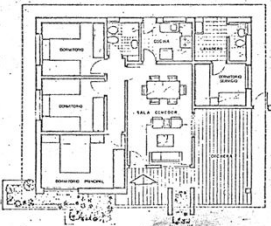


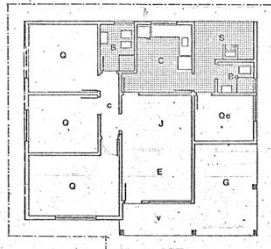


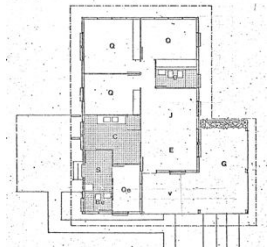


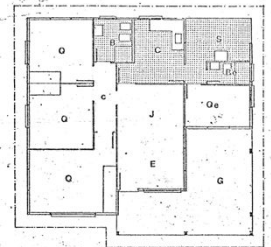


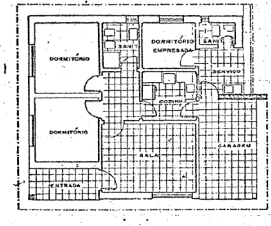
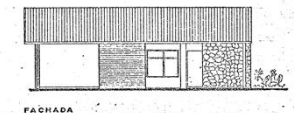

Para concluir a delimitação das Regiões Morfológicas das vilas de Itaipu, foram identificadas as camadas de terceiro e quarto nível, que correspondem ao tecido edificado e ao uso do solo. Essas camadas se tornam sub-regiões dentro das camadas de segundo nível e têm como finalidade compreender os padrões da paisagem urbana a partir de uma visão tridimensional. O tecido edificado será analisado com base na tipologia construtiva das edificações, que envolve o material utilizado e a altura delas. Já o uso do solo será analisado de um modo geral, ou seja, tanto das edificações como dos espaços livres. Ambos os levantamentos foram realizados no ano de 2019.

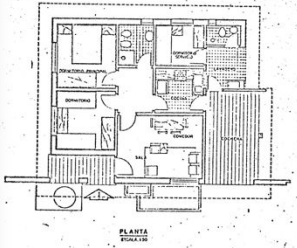


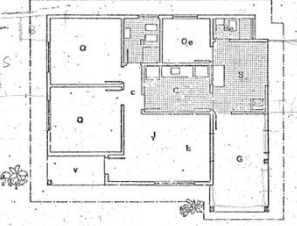
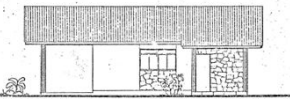

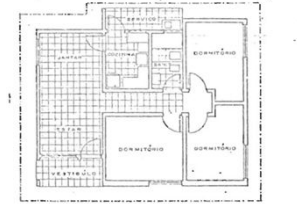
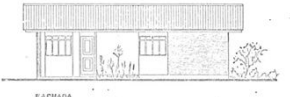

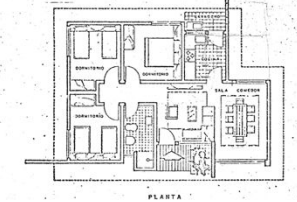


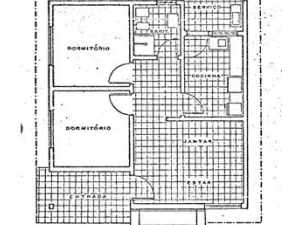
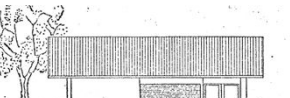

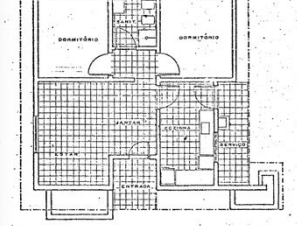
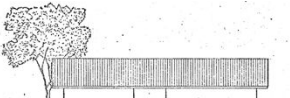

Com relação à Vila A, conforme apresentado anteriormente, no projeto original do loteamento, foram definidos setores para a implantação de diferentes tipologias residenciais (Mapa 15). No setor 1 e 2, foram construídas edificações em madeira, enquanto que, nos demais setores, elas foram construídas todas em alvenaria. No entanto, o material construtivo utilizado nas casas não foi o principal diferencial das residências, mas sim, o projeto arquitetônico adotado. Ou seja, as tipologias dos setores 1 e 2, construídas em madeira (3'MM, 3'MN, 4'MM e 4'MI), e as tipologias dos setores 3 e 5, construídas em alvenaria (3', 4, 4A2, 4A3, 5, 5A1 3 5A2), foram implantadas com amplos recuos em todos os lados das edificações e contavam

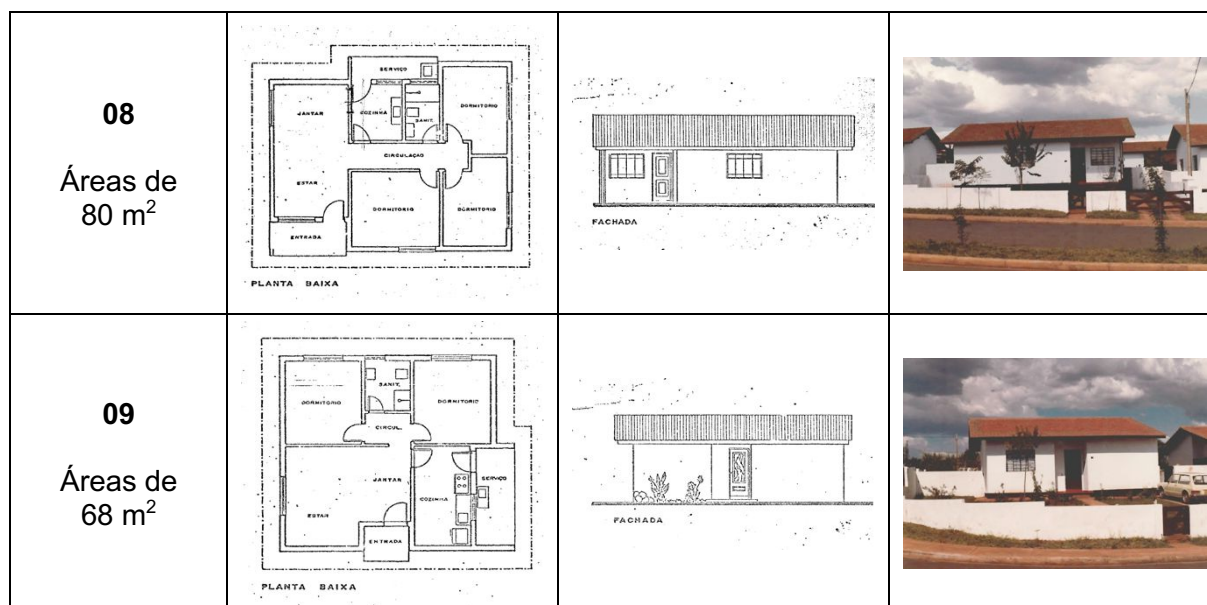
com varadas e garagens na parte frontal. Além disso, todas elas apresentam muros baixos na divisa com a rua, porém, na metade terreno foi construído um muro mais alto, isolando a parte traseira do lote. Já as edificações do setor 4, também construídas em alvenaria, apresentam recuos menores a variar de acordo com cada lote (que são irregulares) e não contam com varanda, garagem e nem com o muro na metade do lote. Isso porque suas áreas construídas também são menores que as demais edificações do bairro. Independentemente do setor, todas as edificações residenciais foram construídas com apenas um pavimento (Quadro 12). Não foram localizados os projetos originais das edificações não residenciais. Porém, a partir de um levantamento fotográfico histórico é possível verificar que elas foram construídas em sua maioria com um pavimento, exceto o hospital, que, devido ao desnível do terreno, conta com dois pavimentos.

Quadro 12: Tipologias construtivas implantadas na Vila A

Tipologia	Planta baixa	Fachada	Foto
<p>3'</p> <p>Áreas entre 151 m² e 203 m²</p>			
<p>3' MM madeira</p> <p>Áreas entre 150 m² e 154 m²</p>			
<p>3' MN madeira</p> <p>Áreas entre 150 m² e 154 m²</p>			

<p>04 A2</p> <p>Áreas entre 100 m² e 123 m²</p>	 <p>PLANTA BAIXA</p>	 <p>FACHADA</p>	
<p>04 A3</p> <p>Áreas entre 100 m² e 123 m²</p>	 <p>PLANTA BAIXA</p>	 <p>FACHADA</p>	
<p>04</p> <p>Áreas entre 100 m² e 123 m²</p>		 <p>04 A</p>	
<p>04'MM madeira</p> <p>Áreas entre 111 m² e 118 m²</p>		 <p>04 MM</p>	
<p>04'MI Madeira</p> <p>Áreas entre 111 m² e 118 m²</p>		 <p>04 MI</p>	
<p>05 A1</p> <p>Áreas entre 88 m² e 96 m²</p>	 <p>PLANTA BAIXA</p>	 <p>FACHADA</p>	

<p>05 A2</p> <p>Áreas entre 88 m² e 96 m²</p>	 <p>PLANTA BAIXA</p>	 <p>FACHADA</p>	
<p>05</p> <p>Áreas entre 88 m² e 96 m²</p>		 <p>05 A</p>	
<p>06 A1</p> <p>Áreas de 80 m²</p>	 <p>PLANTA BAIXA</p>	 <p>FACHADA</p>	
<p>06 B1</p> <p>Áreas de 80 m²</p>	 <p>PLANTA</p>	 <p>FACHADA</p>	
<p>07 A1</p> <p>Áreas de 68 m²</p>		 <p>FACHADA</p>	
<p>07 B1</p> <p>Áreas de 68 m²</p>	 <p>PLANTA BAIXA</p>	 <p>FACHADA</p>	



Fonte: Itaipu binacional (1986)

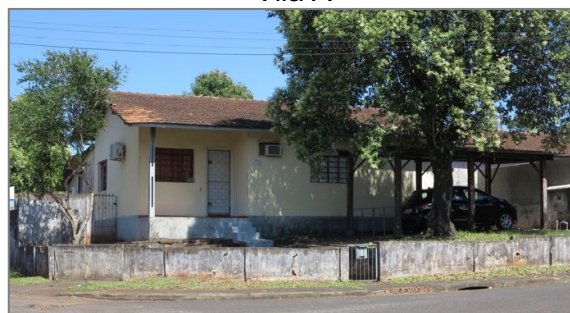
No ano de 2019, devido ao processo de desmonte das vilas não ter sido finalizado, muitas casas continuavam inalteradas, enquanto outras foram reformadas ou totalmente substituídas (Figura 102 até Figura 110). No entanto, a maioria das novas edificações residenciais continuou sendo de um pavimento e apenas algumas delas foram construídas em dois pavimentos. Esse padrão é alterado ao longo dos Eixos de bairros, previstos a partir da Lei de Zoneamento de 2007 (FOZ DO IGUAÇU, 2007). Ao longo das vias demarcadas como Eixos de Bairros as edificações residenciais de um pavimento passaram a ser substituídas por edificações de dois, três e até quatro pavimentos, sem recuo frontal. Nessas edificações o pavimento térreo foi destinado para o uso comercial e de serviços e os demais pavimentos para o uso residencial. No entanto, é possível encontrar edificações destinadas totalmente para o uso comercial e de serviços (Figura 111).

Figura 102: Casa de alvenaria inalterada - Vila A



Fonte: a autora (2019)

Figura 103: Casa de alvenaria inalterada - Vila A



Fonte: a autora (2019)

Figura 104: Casa de madeira inalterada - Vila A



Fonte: a autora (2019)

Figura 105: Casa de madeira inalterada - Vila A



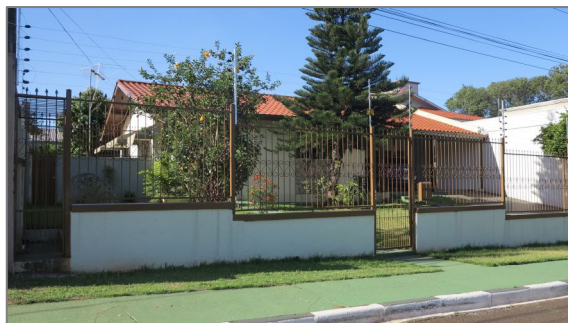
Fonte: a autora (2019)

Figura 106: Casa reformada ou substituída - Vila A



Fonte: a autora (2019)

Figura 107: Casa reformada ou substituída - Vila A



Fonte: a autora (2019)

Figura 108: Casa reformada ou substituída - Vila A



Fonte: a autora (2019)

Figura 109: Casa reformada ou substituída - Vila A



Fonte: a autora (2019)

Figura 110: Edificações ao longo do Eixo de Bairro - Vila A



Fonte: a autora (2019)

Figura 111: Edificações ao longo do Eixo de Bairro - Vila A



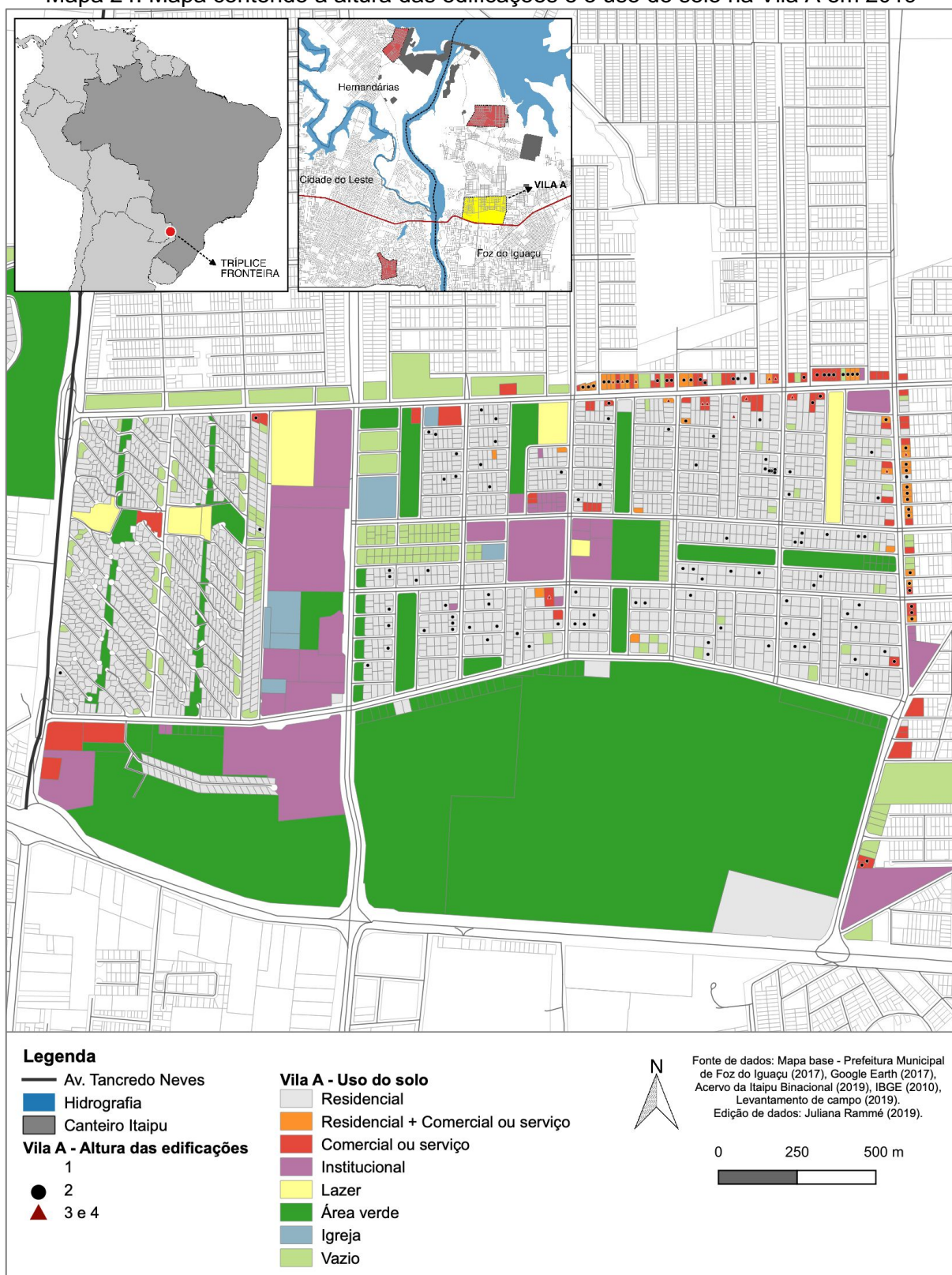
Fonte: a autora (2019)

Essa mudança no padrão de uso e ocupação do solo foi diretamente impulsionada pela mudança nos parâmetros previstos na legislação a partir de 2007, pois, nos lotes inseridos na Zona Residencial 1 (ZR1), que compreende quase toda área do loteamento, a altura permitida continuava sendo de dois pavimentos, com recuo frontal de 5 metros e taxa de ocupação de 60%. Já nos lotes inseridos ao longo dos Eixos de Bairro a altura das edificações passou a ser de quatro pavimentos, sem exigência de recuo frontal. Além disso, a taxa de ocupação passou para 70% do lote para o piso térreo e 50% para os demais pavimentos.

Além disso, na ZR1, os usos permitidos eram apenas habitacionais (unifamiliar, unifamiliar em série e geminada), atividades profissionais, científicas e técnicas e outros usos permissíveis eram apenas educacional, de saúde e de serviços sociais. Os comércios e serviços identificados no interior do loteamento no ano de 2019 atendem a essas restrições. Nos Eixos de Bairro, passam a ser permitidas também habitações coletivas, além de uma série de comércios, serviços e até pequenas indústrias de pequeno porte como: confecção de artigos de vestuário, fábrica de produtos diversos, fábrica de móveis, construtoras, atividades de alojamentos e alimentação, atividades financeiras, atividades imobiliárias, entre outros (FOZ DO IGUAÇU, 2007). Embora essa mudança na legislação tenha iniciado um processo de verticalização nos lotes residenciais da Vila A, localizados ao longo dos Eixos de Bairro (mesmo que de até quatro pavimentos), pode-se observar que, do outro lado da via, nos loteamentos limítrofes, este processo está muito mais intenso, tanto com relação à altura das edificações, quanto em relação ao uso do solo (Mapa 24).

Com relação aos espaços livres de lazer, foi possível identificar, no ano de 2019, a permanência do Gramadão, área aberta administrada pela Itaipu (Figura 112), um campo de futebol e uma área composta por uma pista de skate e uma quadra esportiva (Figura 113). Além disso, foram identificadas algumas áreas verdes que permaneceram intactas, como os chamados parques de vizinhança, previstos no projeto original do loteamento. No entanto, essas áreas não contam com infraestrutura adequada para realização de atividades de lazer e de descanso (Figura 114 e Figura 115). A partir desse contexto, é possível concluir que a paisagem urbana da Vila A não apresentou alterações significativas ao longo dos últimos quarenta anos, seja com relação ao parcelamento do solo, às tipologias construtivas ou ao uso do solo, exceto ao longo dos Eixos de Bairro.

Mapa 24: Mapa contendo a altura das edificações e o uso do solo na Vila A em 2019



Fonte: a autora, a partir Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), IBGE (2010), Levantamento de campo (2019).

Figura 112: Espaço de lazer - Vila A



Fonte: a autora (2019)

Figura 113: Espaço de lazer - Vila A



Fonte: a autora (2019)

Figura 114: Espaço de lazer - Vila A



Fonte: a autora (2019)

Figura 115: Espaço de lazer - Vila A



Fonte: a autora (2019)

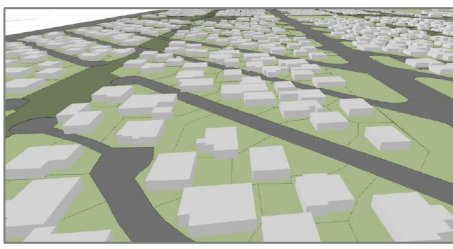
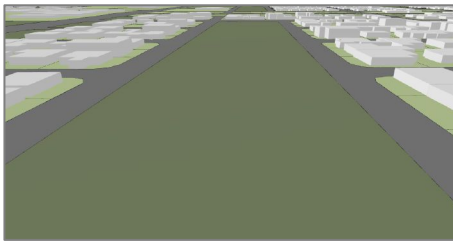
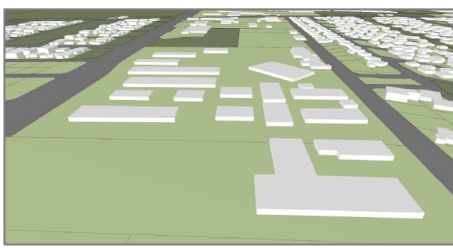
A partir do levantamento de campo realizado no ano de 2019, é possível constatar que, na Vila A, os padrões do tecido edificado estão diretamente conectados com os padrões de uso do solo. Sendo assim, a delimitação de apenas mais uma camada morfológica será suficiente para classificar a paisagem urbana atual. Ou seja, as Regiões Morfológicas de terceiro nível abarcarão tanto os padrões do tecido edificado, quanto os padrões do uso do solo e, por esse motivo, não será necessário delimitar as Regiões Morfológicas de quarto nível. É importante destacar que as Regiões Morfológicas em qualquer nível retratam os padrões existentes na paisagem urbana e não características isoladas ou pontuais. Dessa forma, mesmo que tenham sido identificadas algumas residências que mudaram sua tipologia construtiva e passaram de um para dois pavimentos, elas ainda não se caracterizam como um padrão morfológico e, por isso, não foram demarcadas nas camadas de terceiro nível.

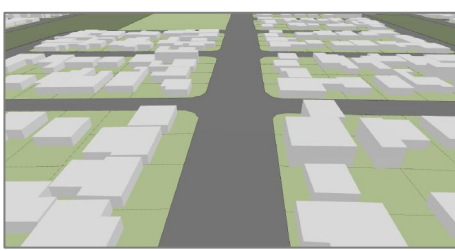
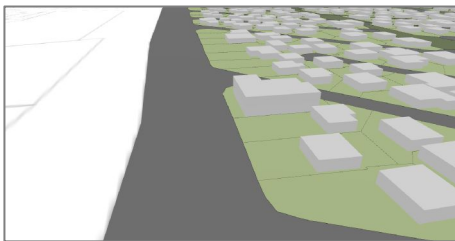
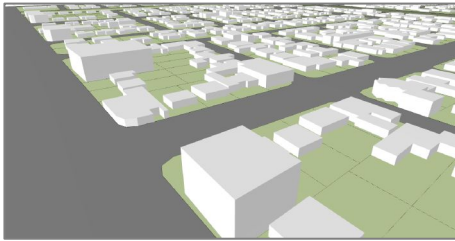
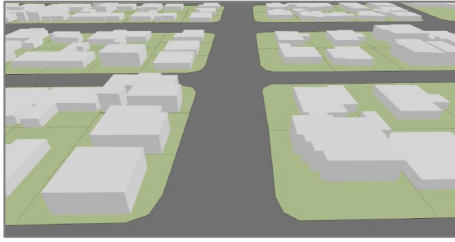

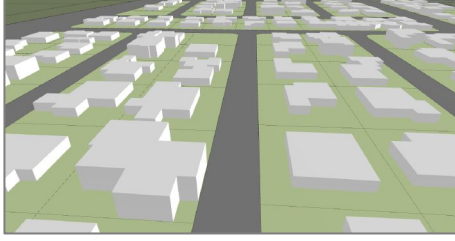
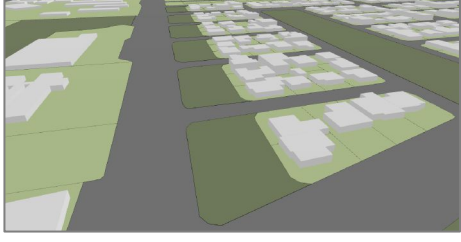
Outro fator importante é que mais da metade das Regiões Morfológicas de segundo nível apresentam apenas um padrão de tecido edificado e de uso, como é o caso das Regiões Morfológicas 1, 5, 6, 7, 9 e 10. A RM 1, por exemplo, é majoritariamente composta por residências de um pavimento, construídas em alvenaria, assim como a RM 5 e a RM 10. As Regiões Morfológicas 2, 3, 4 e 8, por sua vez, também apresentam apenas um padrão de tecido edificado, porém, contam

com mais de um padrão de uso. Como é o caso da RM2, que, mesmo sem edificação, conta áreas verdes, vazios e espaços livres de lazer. As áreas verdes são definidas pelos espaços com vegetação densa, os vazios pelos lotes sem vegetação e sem infraestrutura para dar suporte à algum tipo de uso e as áreas de lazer são aquelas que apresentam, minimamente, condições para o desenvolvimento de alguma atividade por parte da população, embora os lotes vazios e as áreas verdes também possam ser utilizados pelas pessoas, fator que será avaliado no próximo capítulo.

A RM 3 também apresenta dois padrões de uso diferentes: institucional e comercial ou serviço. Por fim, na RM 4 e na RM 8, foram identificados dois padrões de uso: residencial e misto (residencial com comércio ou serviço). As principais características dos elementos da paisagem urbana que foram utilizadas para delimitar as Regiões Morfológicas de terceiro nível podem ser visualizadas no Quadro 13. Para espacializar as camadas de terceiro nível no mapa, foram utilizadas diferentes nomenclaturas, que englobaram também os nomes da Regiões Morfológicas de segundo nível, conforme mostra o Mapa 25.

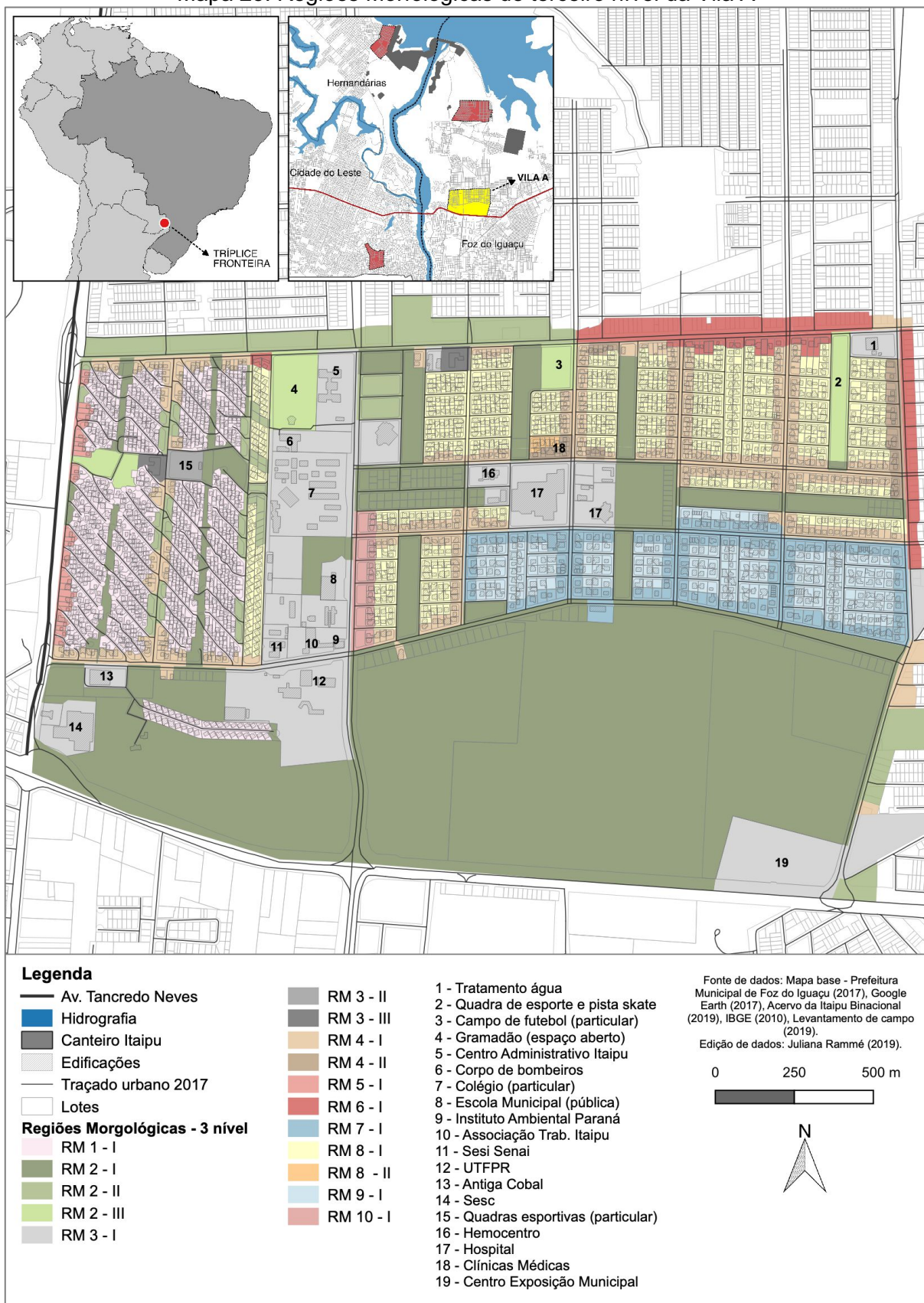
Quadro 13: Regiões Morgológicas de terceiro nível da Vila A

Região Morfológica de segundo nível	Região Morfológica de terceiro nível	Padrão de tecido edificado	Padrão de uso	Representação gráfica tridimensional
RM1	RM1 - I	Edificações em madeira ou alvenaria, com um pavimento	Residencial	
RM2	RM2 - I	Área livre de edificação	Área verde	
	RM2 - II		Vazio	
	RM2 - III		Lazer	
RM3	RM3 - I	Edificações de dimensões variadas, com um ou dois pavimentos em alvenaria	Institucional	
	RM3 - II		Comercial ou serviço	

RM4	RM4 - I	Edificações em madeira ou alvenaria, com um pavimento	Residencial	
	RM4 - II		Residencial + comercial ou serviço	
RM5	RM5 - I	Edificações em madeira ou alvenaria, com um pavimento	Residencial	
RM6	RM6 - I	Edificações em alvenaria, com dois ou mais pavimentos	Residencial + comercial ou serviço	
RM7	RM7 - I	Edificações em madeira ou alvenaria, com um pavimento	Residencial	
RM8	RM8 - I	Edificações em madeira ou alvenaria, com um pavimento	Residencial	
	RM8 - II		Residencial + comercial ou serviço	
RM9	RM9 - I	Edificações em madeira ou alvenaria, com um pavimento	Residencial	
RM10	RM 10 - I	Edificações em madeira ou alvenaria, com um pavimento	Residencial	

Fonte: a autora.

Mapa 25: Regiões Morfológicas de terceiro nível da Vila A



Fonte: a autora, a partir Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), IBGE (2010), Levantamento de campo (2019).

A delimitação das Regiões Morfológicas de terceiro e quarto nível na Área 4 (Paraguai) também tiveram como base o levantamento de campo realizado no ano de 2019. Porém, a falta de um documento contendo as tipologias originais das residências e sua localização dentro do loteamento, assim como a inexistência de leis de uso e ocupação do solo no Paraguai, limitaram as análises históricas e as constatações com relação às mudanças ocorridas na paisagem urbana ao longo desses quarentas anos. Entretanto, as características levantadas para a análise do plano urbano mostraram que grande parte das edificações apresentaram acréscimos em sua área original, assim como a identificação de edificações com mais de um pavimento e o surgimento de usos não residenciais em todo loteamento também sinalizam essas mudanças.

Todas as edificações da Área 4 foram construídas, originalmente, em alvenaria, com áreas que variavam entre 65 m² e 110 m² e com apenas um pavimento. O uso era predominantemente residencial, com alguns espaços destinados para áreas verdes e para equipamentos públicos. No ano de 2019, aproximadamente 20% dos lotes residenciais apresentam usos comerciais e de serviços e usos mistos. Essa porcentagem também se aplica às edificações que passaram de um para dois ou três pavimentos, embora nem sempre essas duas características coincidam. Ou seja, apenas 32,57% do total de edificações com uso comercial e de serviços ou uso misto apresentam dois ou mais pavimentos. Os outros 67,43% continuavam apresentando apenas um pavimento (Figura 116 até Figura 121). As edificações com dois pavimentos ou mais e os novos usos não residenciais estão distribuídos ao longo de todo o loteamento. Enquanto que, na Vila A, o uso comercial e de serviços está concentrado, majoritariamente, nas vias definidas como Eixos de Bairro. Esse é um dos principais fatores que diferencia a Vila A da Área 4 (Mapa 26).

Figura 116: Edificação residencial - Área 4



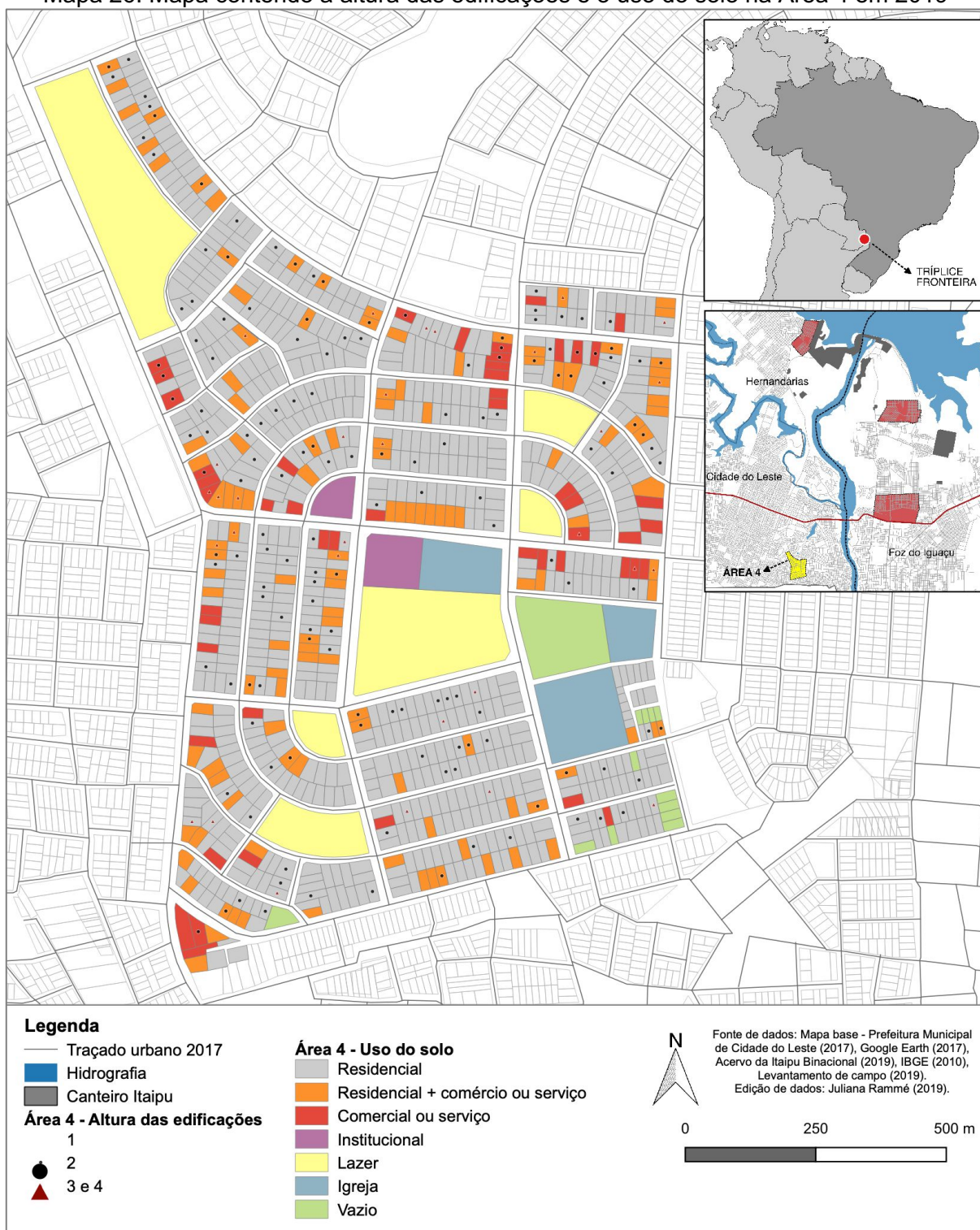
Fonte: a autora (2019)

Figura 117: Edificação residencial - Área 4



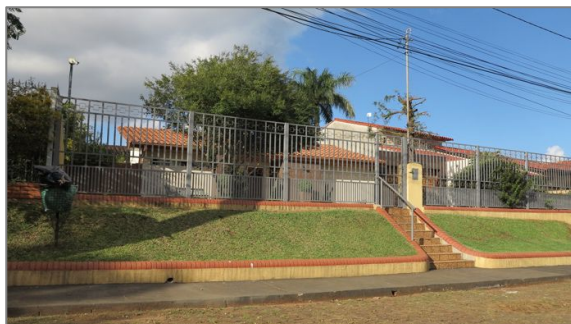
Fonte: a autora (2019)

Mapa 26: Mapa contendo a altura das edificações e o uso do solo na Área 4 em 2019



Fonte: a autora, a partir Mapa base - Prefeitura Municipal de Cidade do Leste (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), IBGE (2010), Levantamento de campo (2019).

Figura 118: Edificação residencial - Área 4



Fonte: a autora (2019)

Figura 119: Edificação mista com 2 pav. - Área 4



Fonte: Google Street View (2018)

Figura 120: Edificação mista com 2 pav. na Área 4



Fonte: Google Street View (2018)

Figura 121: Edificação comercial da Área 4



Fonte: a autora (2019)

Com relação aos demais usos, foram identificados quatro praças e um parque, distribuídos em diferentes áreas do loteamento. Em termos comparativos, esses espaços estavam dotados minimamente de alguma infraestrutura, permitindo que eles fossem utilizados para o lazer da população (Figura 122 até Figura 124). Além disso, durante a construção da vila, foi implantado um complexo esportivo no centro do bairro, destinado para os funcionários da Itaipu. Porém, com o processo de desmonte, no ano de 2006, esse complexo passou para propriedade privada e, no ano de 2019, ele funciona com acesso restrito a sócios e pagantes. Além disso, em contraponto com a Vila A, foi identificado apenas um equipamento público na Área 4, destinado ao uso educacional, e três áreas destinadas para o uso religioso (Figura 125). Não foi identificado no loteamento posto de saúde ou hospital, em partes, devido à precariedade do sistema de saúde público paraguaio e da falta destes equipamentos em todo território nacional. Para os funcionários e ex-funcionários da Itaipu, foi implantado um hospital na Área 2 que, assim como na Vila A, também foi privatizado.

Figura 122: Espaço de lazer - Área 4



Fonte: a autora (2019)

Figura 123: Espaço de lazer - Área 4



Fonte: a autora (2019)

Figura 124: Espaço de lazer - Área 4



Fonte: a autora (2019)

Figura 125: Equipamento público - Área 4



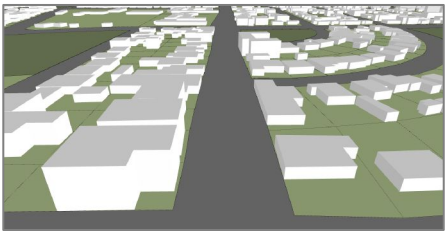
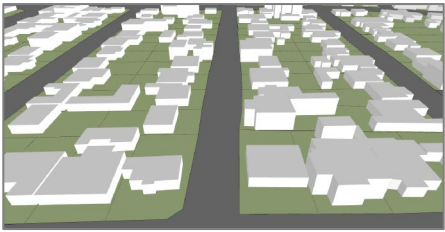
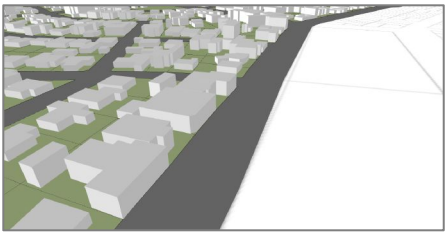
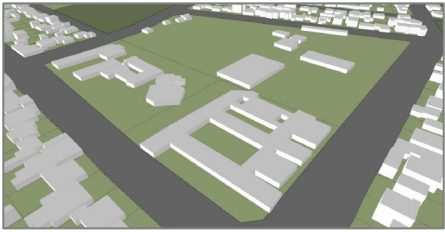
Fonte: a autora (2019)

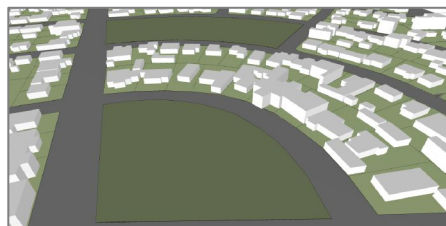
A partir desse contexto, buscou-se identificar as Regiões Morfológicas de terceiro e quarto nível na Área 4. No entanto, assim como na Vila A, todas as Regiões Morfológicas de segundo nível também apresentavam apenas um padrão relacionado ao tecido edificado e, por isso, a camada de quarto nível foi suprimida. Isso porque, mesmo que a Área 4 apresente aproximadamente 20% de edificações com dois pavimentos ou mais, elas estão distribuídas ao longo de todo loteamento e, por isso, não se caracterizam como uma região morfológica única.

Com relação ao uso do solo, a maior concentração de edificações comerciais ou de serviços ou, até mesmo, de edificações mistas, está nas Regiões Morfológicas 1 e 3 (localizadas ao longo das vias estruturais e coletoras), representando 68% delas. Essa porcentagem aumenta se forem analisadas apenas as edificações estritamente comerciais ou de serviços, cuja concentração nas Regiões Morfológicas 1 e 3 é de 88%. Essas porcentagens reforçam a importância da hierarquia viária no loteamento, já identificada nas camadas de segundo nível. No entanto, ao analisar cada região individualmente, é possível constatar que os usos comerciais ou de serviço e os usos mistos representam apenas 25,35% na RM1 e 11,19% na RM2. Já na RM3, esta porcentagem chega a 46,67%, mais uma vez, devido à importância hierárquica da via onde os lotes estão inseridos, caracterizada

como uma via estrutural. Nesse sentido, a RM1 apresenta duas Regiões Morfológicas de terceiro nível, uma vez que é possível identificar algumas aglomerações comerciais e de serviços em meio à área majoritariamente residencial. Já as Regiões Morfológicas 2 e 3 apresentam apenas uma região de terceiro nível em cada uma delas. A RM4 também apresenta duas subdivisões, referentes aos usos institucional (colégio municipal e igreja) e de lazer (clube social). Por fim, a RM5 é delimitada pelas áreas livres de edificação, que também apresentou três usos diferentes: área verde, lote vazio e espaços de áreas de lazer (Quadro 14 e Mapa 27).

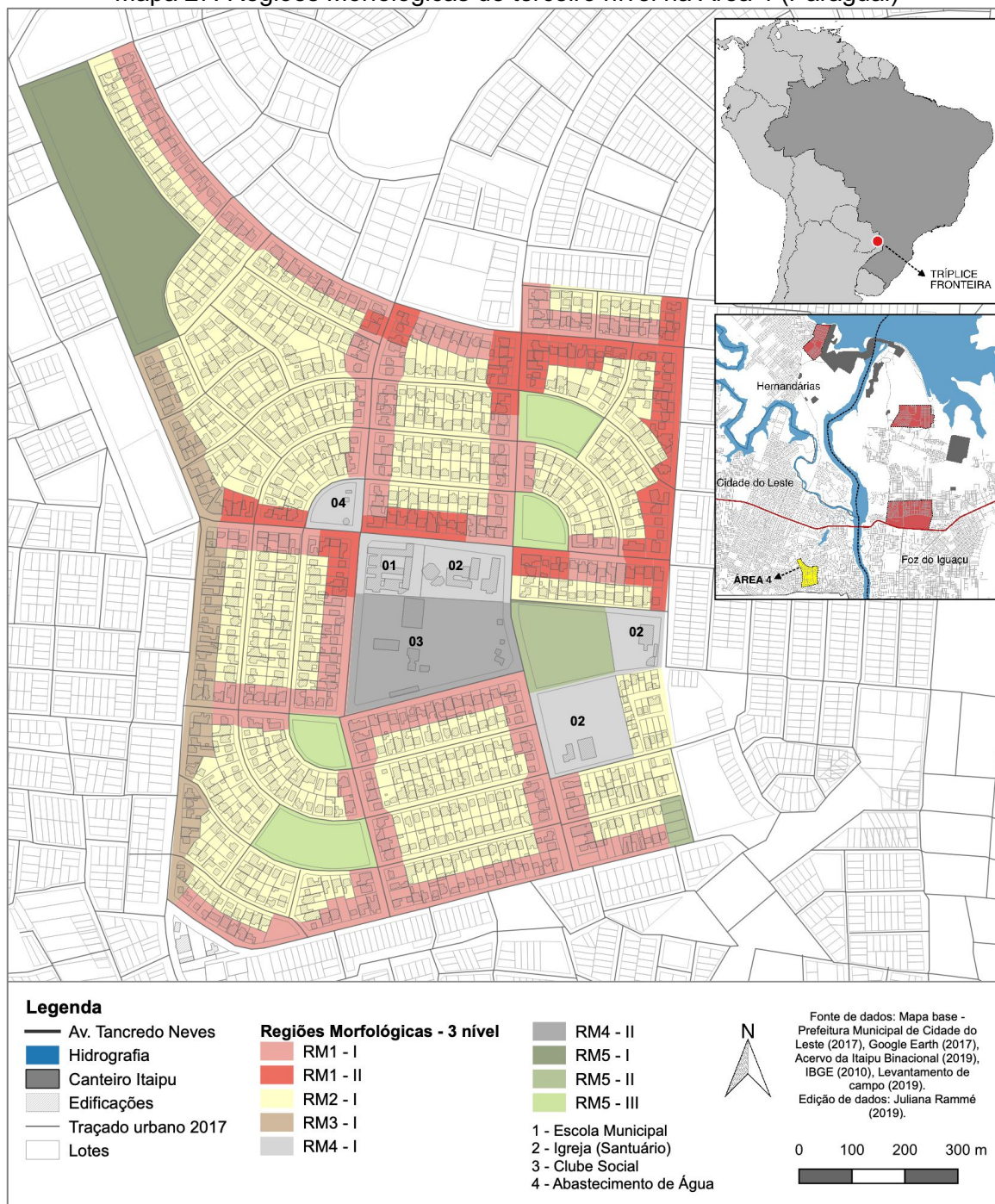
Quadro 14: Regiões Morgológicas de terceiro nível da Área 4

Região Morfológica de 2º nível	Região Morfológica de 3º nível	Padrão de tecido edificado	Padrão de uso	Representação gráfica tridimensional
RM1	RM1 - I	Edificações em alvenaria, predominantemente de um pavimento	Residencial	
	RM1 - II		Comércio e serviços ou mista	
RM2	RM2 - I	Edificações em alvenaria, predominantemente de um pavimento	Majoritariamente residencial, com alguns comércios e serviços de pequeno porte	
RM3	RM3 - I	Edificações em alvenaria, com um, dois ou mais pavimentos	Residencial, Comercial ou serviço e misto	
RM4	RM4 - I	Edificações de dimensões variadas em alvenaria, com um pavimento	Institucional	
	RM4 - II		Lazer	

RM5	RM5 - I	Área livre de edificação	Área verde	
	RM5 - II		Vazio	
	RM5 - III		Lazer	

Fonte: a autora.

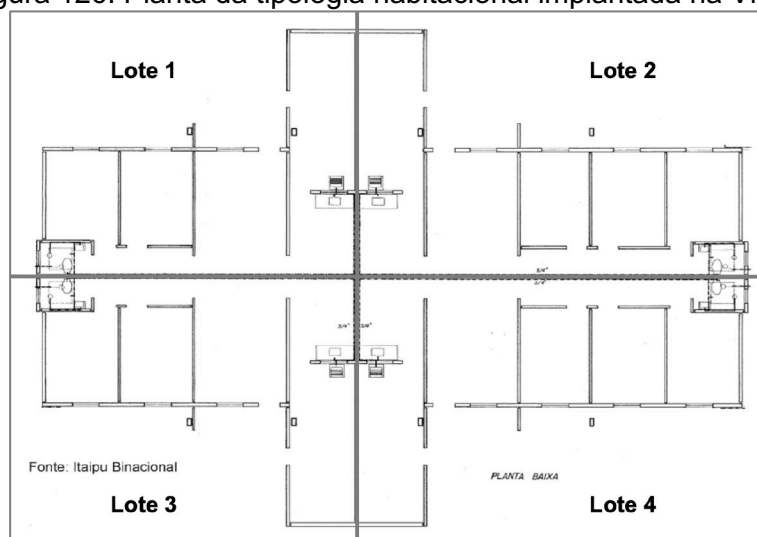
Mapa 27: Regiões Morfológicas de terceiro nível na Área 4 (Paraguai)



Fonte: a autora, a partir Mapa base - Prefeitura Municipal de Cidade do Leste (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), Araújo de Souza (2011), IBGE (2010), Levantamento de Campo (2019).

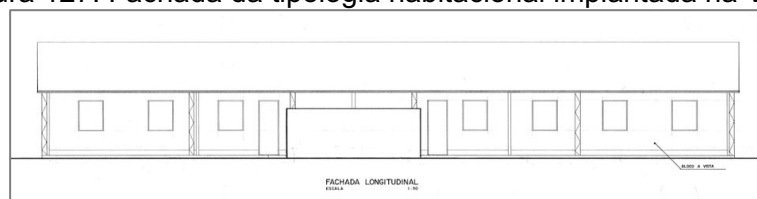
Com relação à Vila C, segunda vila brasileira analisada nesta pesquisa, no projeto original do loteamento, foi identificada apenas uma tipologia habitacional, conforme mencionado anteriormente. Ou seja, todas as habitações foram construídas em alvenaria, com um pavimento, cobertura de zinco e implantadas de maneira geminada nos fundos do terreno (Figura 126, Figura 127 e Figura 128). Assim como na Vila A, também não foram localizados os projetos das edificações não residenciais. Porém, a partir de um levantamento fotográfico histórico é possível verificar que todas elas tinham um pavimento.

Figura 126: Planta da tipologia habitacional implantada na Vila C



Fonte: Araújo de Souza (2011), a partir de Itaipu Binacional.

Figura 127: Fachada da tipologia habitacional implantada na Vila C



Fonte: Araújo de Souza (2011), a partir de Itaipu Binacional.

Figura 128: Foto da tipologia habitacional implantada na Vila C



Fonte: Acervo Itaipu Binacional (1975/1979).

Como a Vila C foi a primeira a iniciar seu processo de desmonte, no ano de 2019 quase todas as casas já não estavam mais em propriedade da Itaipu Binacional. Mesmo assim, muitas delas permaneceram com sua tipologia inalterada ou próxima da forma original (Figura 129 e Figura 130). Outra parcela significativa construiu outra edificação na parte da frente do lote, avançando sobre o recuo estipulado por lei (Figura 131 e Figura 132) e ainda, outra parcela substituiu totalmente a edificação original, principalmente nas vias caracterizadas como Eixos de Bairro (Figura 133 e Figura 134). Além disso, nessas vias, algumas edificações passaram de um para dois pavimentos, embora fosse permitido até quatro pavimentos para essa zona (Figura 135 e Figura 136). Porém, a maioria permaneceu com apenas um pavimento. As edificações com dois pavimentos ou mais representavam apenas 1,46% de todos os lotes edificados em 2019. Em todo o loteamento, foram identificadas apenas duas edificações com três pavimentos, localizadas fora dos Eixos de Bairro.

Figura 129: Casa inalterada - Vila C



Fonte: a autora (2019)

Figura 130: Casa inalterada - Vila C



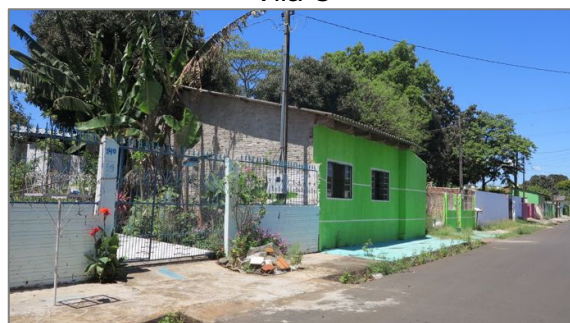
Fonte: a autora (2019)

Figura 131: Construção na frente do lote - Vila C



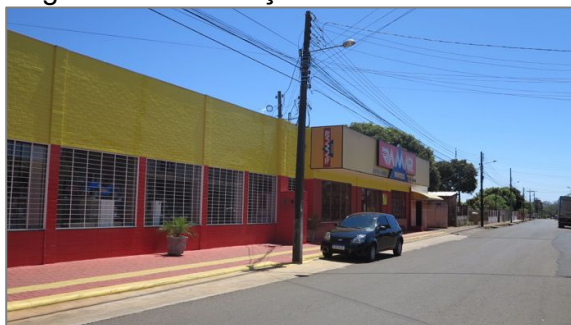
Fonte: a autora (2019)

Figura 132: Construção na frente do lote - Vila C



Fonte: a autora (2019)

Figura 133: Edificação substituída - Vila C



Fonte: a autora (2019)

Figura 134: Edificação substituída - Vila C



Fonte: a autora (2019)

Figura 135: Edificações com 2 pavimentos - Vila C



Fonte: a autora (2019)

Figura 136: Edificações com 2 pavimentos - Vila C



Fonte: a autora (2019)

Com relação ao uso do solo, no ano de 2019, grande parte das edificações comerciais e de serviços estava localizada ao longo dos Eixos de Bairro, onde não era exigido recuo frontal. Porém, é possível notar um número significativo de usos mistos distribuídos por todo bairro (Mapa 28). Os principais usos comerciais e de serviços identificados foram pequenos mercados, lojas de roupas e utensílios, agropecuária, materiais de construção, farmácias e lanchonetes. Ainda, diferentemente das demais vilas, a Vila C apresentava um número significativo de igrejas, também distribuídas ao longo de todo o bairro. Os lotes destinados para as áreas de lazer também estavam localizados próximos dos Eixos de Bairro e se dividiam entre praças e campos de futebol. No entanto, grande parte dessas áreas não apresentava infraestrutura necessária para o uso, como mobiliários, calçadas e iluminação. Por fim, o centro esportivo previsto no projeto original não foi implantado e a grande gleba destinada para ele se caracterizava como área verde, localizada no meio do loteamento, ao lado das Linhas de Transmissão de Furnas (Figura 137 até Figura 140).

Mapa 28: Mapa contendo a altura das edificações e o uso do solo na Vila C em 2019



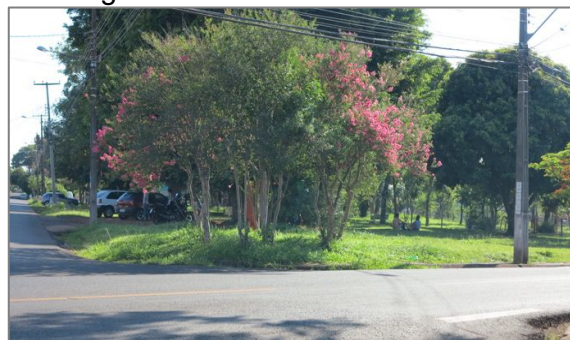
Fonte: a autora, a partir de Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), IBGE (2010), Levantamento de campo (2019).

Figura 137: Área de lazer - Vila C



Fonte: a autora (2019)

Figura 138: Área de lazer - Vila A



Fonte: a autora (2019)

Figura 139: Área verde – Vila C



Fonte: a autora (2019)

Figura 140: L. T. de Furnas – Vila C



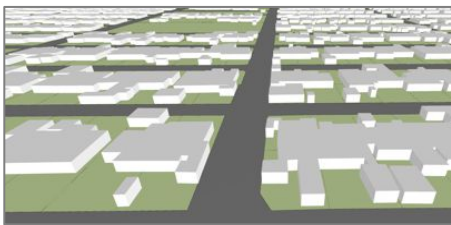
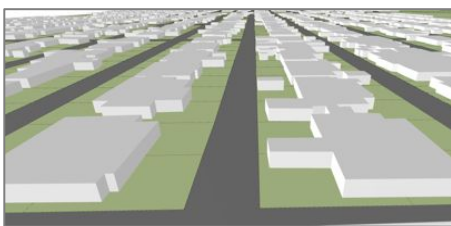
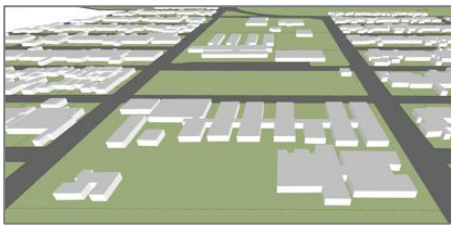
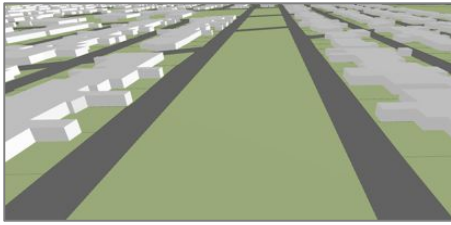

Fonte: a autora (2019)

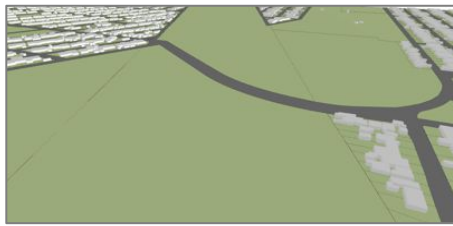
A partir desse contexto, foram identificadas 11 Regiões Morfológicas de terceiro nível na Vila C. Da mesma forma que na Vila A e na Área 4, todas as Regiões Morfológicas de segundo nível apresentavam apenas um padrão relacionado ao tecido edificado e, por isso, a camada de quarto nível também foi suprimida. Ou seja, a maioria das edificações, até mesmo as de maior porte, foram construídas em alvenaria com apenas um pavimento. Com relação ao uso do solo, que passa então a ser o elemento determinante para a definição das camadas de terceiro nível, identifica-se que, assim como na Vila A, a maior concentração de comércios e serviços acontece dentro da RM1, Região Morfológica demarcada ao longo dos Eixos de Bairro, embora algumas aglomerações de pequenos comércios e serviços tenham sido identificadas também dentro da RM2, cujo uso é predominantemente residencial. Além disso, em uma das quadras da RM2, foi identificado também o uso institucional, devido a algumas casas originais da Vila C terem sido repassadas para Organizações Não Governamentais, como Grupo dos Escoteiros e Clube de Mães.

A RM3 também foi dividida em institucional e comercial ou serviço. Porém, grande parte destina-se para equipamentos públicos como escola, creche e unidade de saúde. A RM4, delimitada pelas áreas livres de edificação, também apresentou três usos diferentes, assim como na Vila A e na Área 4. São eles: área verde, vazio e

lazer. A RM5 apresenta os mesmos usos que a RM2, ou seja, majoritariamente residencial com algumas aglomerações de pequenos comércios e serviços. Por fim, a RM6 tem seu uso destinado para abrigar as Linhas de Transmissão de Furnas e, por isso, nenhum outro uso ou edificação podem ser implantados no local (Quadro 15 e Mapa 29).

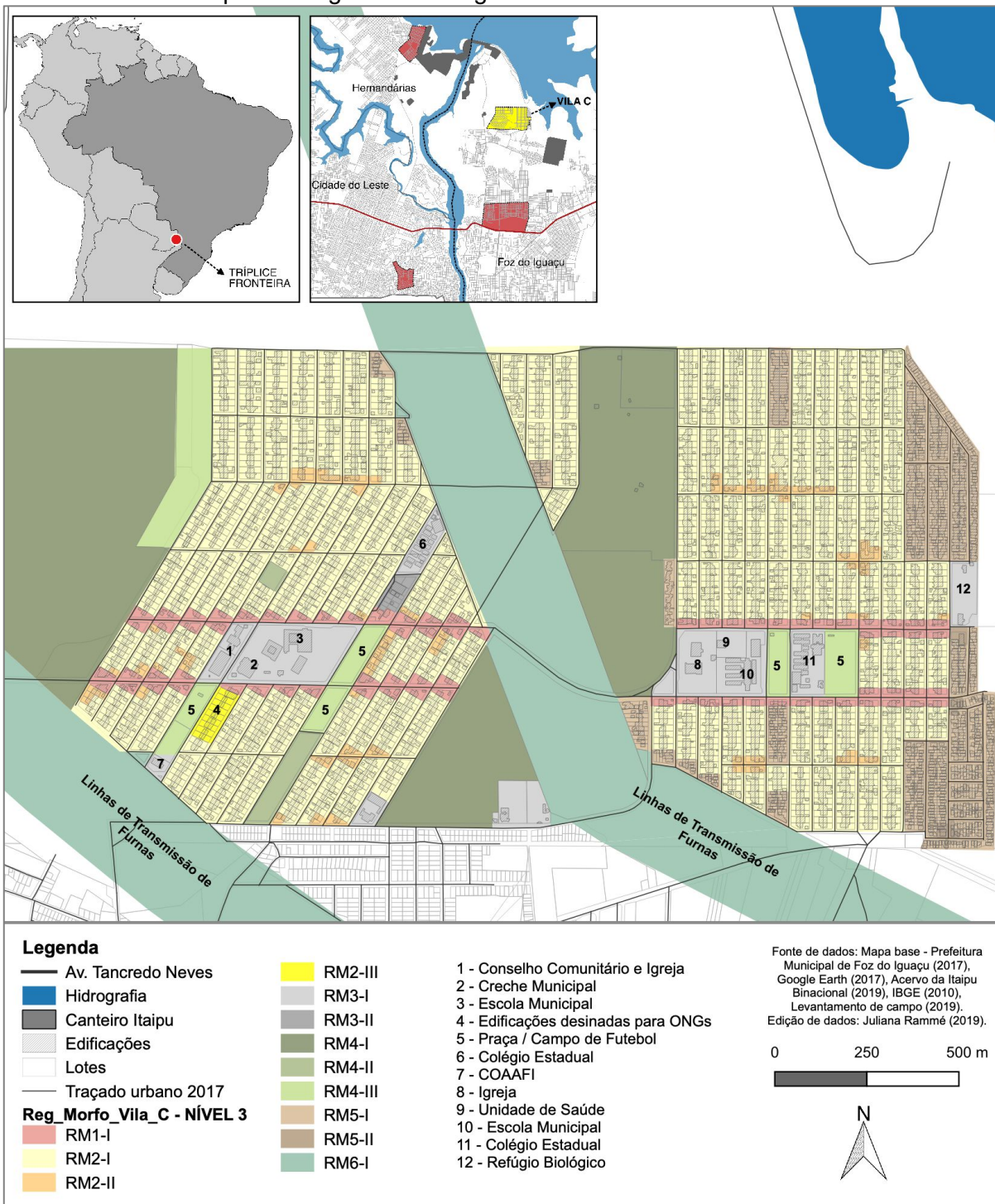
Quadro 15: Regiões Morgológicas de terceiro nível da Vila C

Região Morfológica de 2º nível	Região Morfológica de 3º nível	Padrão de tecido edificado	Padrão de uso	Representação gráfica tridimensional
RM1	RM1 - I	Edificações em alvenaria, com um pavimento	Majoritariamente comercial ou serviço com algumas unidades residenciais	
RM2	RM2 - I	Edificações em alvenaria, com um pavimento	Residencial	
	RM2 - II		Residencial + comercial ou serviço	
	RM2 - III		Institucional	
RM3	RM3 - I	Edificações em alvenaria, com um pavimento	Institucional	
	RM3 - II		Comercial ou serviço	
RM4	RM4 - I	Área livre de edificação	Área verde	
	RM4 - II		Vazio	
	RM4 - III		Lazer	
RM5	RM5 - I	Edificações de menores dimensões em alvenaria, com um pavimento	Residencial	
	RM5 - II		Residencial + comercial ou serviço	

RM6	RM6 - I	Área livre de edificação	Vazio	
-----	---------	--------------------------	-------	--

Fonte: a autora.

Mapa 29: Regiões Morfológicas de terceiro nível da Vila C



Fonte: a autora, a partir Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), IBGE (2010), Levantamento de campo (2019).

Por fim, a última vila a ser analisada neste capítulo é a Área 6, no Paraguai. Com relação ao tecido edificado, originalmente suas áreas residenciais foram construídas com a mesma tipologia da Vila C, ou seja, edificações geminadas no fundo do lote, com duas unidades de 69 m² e duas unidades de 84 m². Entretanto, diferentemente da Vila C, ao longo dos anos, a maioria delas foi modificada ou substituída, embora ainda seja possível localizar algumas unidades que mantiveram sua forma original. Dentre essas modificações, identifica-se que 7,81% das edificações passaram de um para dois ou três pavimentos, sendo que 5,63% correspondiam ao uso residencial. Porém, assim como nas demais vilas, estas edificações estão distribuídas ao longo de todo loteamento e ainda não se caracterizam como um padrão relacionado ao tecido edificado. Além disso, em parte dos lotes, foram construídas novas edificações ao longo dos recuos frontais deixados pelo projeto original, porém, a maioria dos lotes ainda continua preservando parte desse recuo (Figura 141 até Figura 146).

Figura 141: Edificação original – Área 6



Fonte: a autora (2019)

Figura 142: Edificação original – Área 6



Fonte: a autora (2019)

Figura 143: Edificação original – Área 6



Fonte: a autora (2019)

Figura 144: Edificação modificada ou substituída – Área 6



Fonte: a autora (2019)

Figura 145: Edificação modificada ou substituída – Área 6



Fonte: a autora (2019)

Figura 146: Edificação modificada ou substituída – Área 6

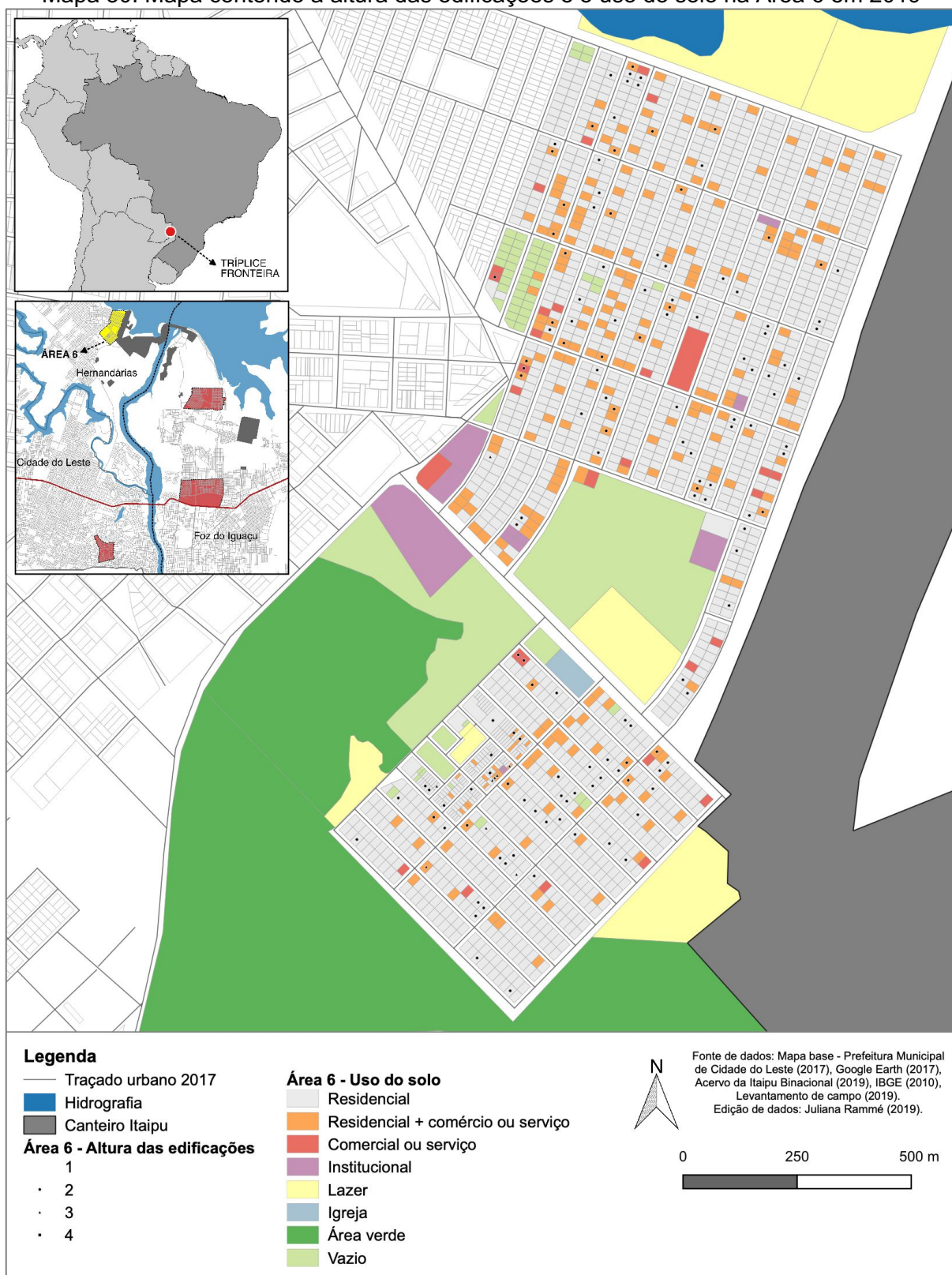


Fonte: a autora (2019)

Com relação ao uso do solo, distintamente da Vila C, no ano de 2019, os usos comerciais e de serviços estavam distribuídos ao longo de todo bairro, com maior concentração nas vias que se conectavam com o restante da malha urbana da cidade. Esse fenômeno, identificado também na Área 4, reflete em um bairro mais diverso em termos de uso do solo. No entanto, a falta de um sistema viário hierarquizado faz com que nenhuma rua ofereça o suporte adequado para a concentração desses usos, assim como a falta de uma lei de zoneamento não incentiva que determinados usos aconteçam em determinado local, nem proíbe usos possivelmente incômodos dentro das áreas residenciais. É importante destacar que uma das duas vias coletoras existentes no loteamento foi estruturada apenas no ano de 2017 e sua função passou também a ser de dar suporte à Costaneira, área livre, de lazer, que até então estava localizada em uma via local (Figura 147).

Quanto às demais áreas de lazer, foram identificados também uma praça, um Parque e alguns espaços onde foram implantadas quadras poliesportivas ou campos de futebol (Figura 148). Além disso, uma grande área livre foi identificada ao sul do loteamento, porém, assim como nas demais vilas, sem um acesso adequado e sem qualquer infraestrutura que possibilite o uso (Figura 149). Com relação aos equipamentos públicos e coletivos, foram identificadas três escolas, sendo uma privada e duas públicas (Figura 150), além de uma delegacia e um centro administrativo regional. Não foram identificadas escolas ou creches na Área 6. Também não foi localizado um centro esportivo e de lazer, como aqueles instalados nas vilas em Cidade do Leste. O levantamento de uso do solo e altura das edificações da Área 6 pode ser visualizado no Mapa 30.

Mapa 30: Mapa contendo a altura das edificações e o uso do solo na Área 6 em 2019



Fonte: a autora, a partir Mapa base - Prefeitura Municipal de Cidade do Leste (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), IBGE (2010), Levantamento de campo (2019).

Figura 147: Costaneira - Área 4



Fonte: a autora (2019)

Figura 148: Espaço de lazer - Área 4



Fonte: a autora (2019)

Figura 149: Área livre – Área 4



Fonte: a autora (2019)

Figura 150: Escola Pública Municipal – Área 4

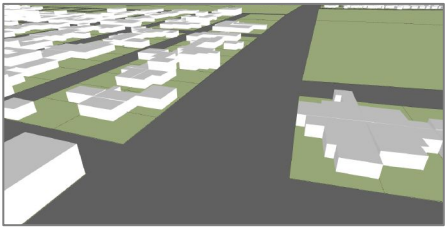
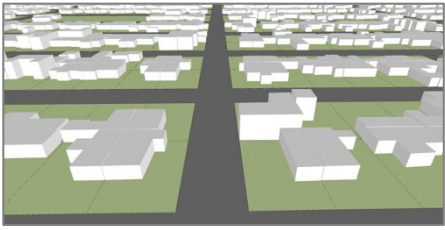
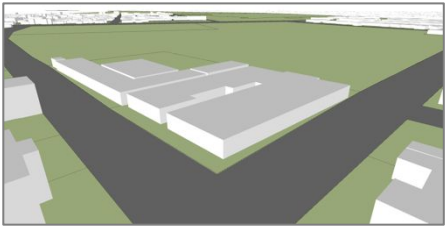
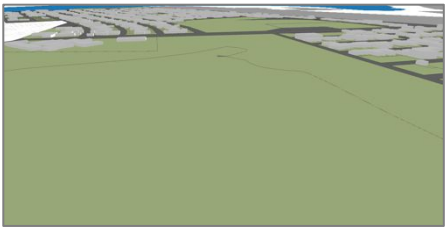
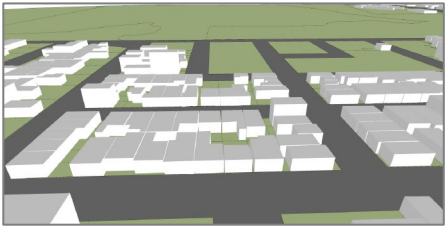


Fonte: a autora (2019)

A partir desse contexto, foram identificadas 11 Regiões Morfológicas de terceiro nível na Área 6. Assim como nas demais vilas, todas as Regiões Morfológicas de segundo nível apresentavam apenas um padrão relacionado ao tecido edificado e, por isso, a camada de quarto nível também foi suprimida. Sendo assim, com relação ao uso do solo, a RM1, definida ao longo das vias coletoras, apresenta a maioria dos lotes destinados para implantação de residências, diferentemente das demais vilas analisadas. A RM2 também apresenta um uso predominantemente residencial, no entanto, ao longo de toda sua extensão, foram identificadas edificações de uso misto ou estritamente comercial e residencial. Em alguns pontos específicos, esse uso formava, porém, pequenas aglomerações e, nesses espaços, foram demarcadas as regiões de terceiro nível. A RM3, por sua vez, foi dividida em três regiões de terceiro nível. A primeira destinada para o uso institucional, a segunda para o uso comercial e de serviços e a terceira para o uso residencial. Já a RM4, assim como nas demais vilas, também apresentou três usos diferentes: área verde, vazio e lazer. Por fim, a RM5 se assemelha à Vila C tanto pelos aspectos relacionados à delimitação das Regiões de segundo nível como pela delimitação das Regiões de terceiro nível. Ou seja, ela se caracteriza majoritariamente como uso residencial, porém, também

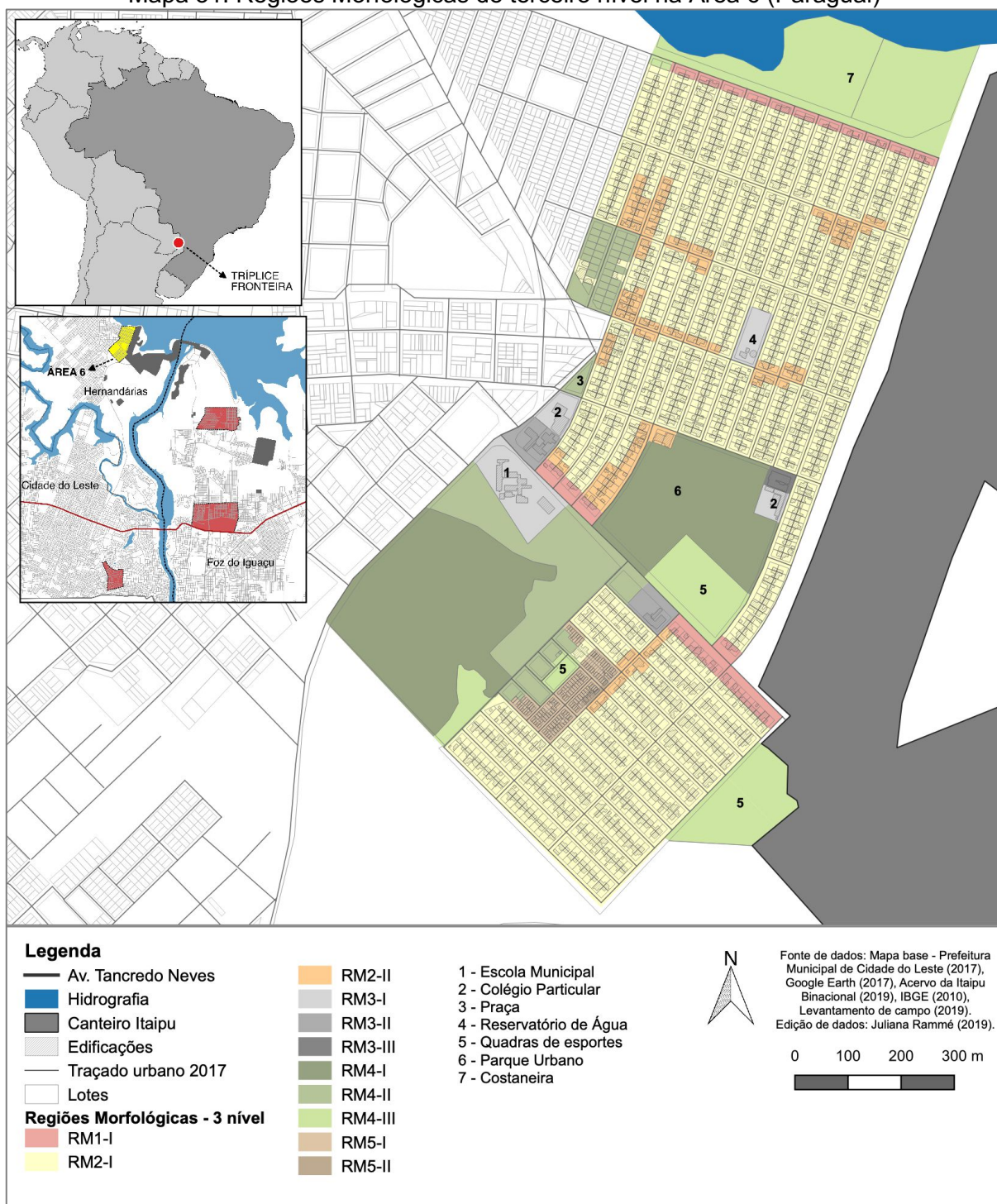
apresenta algumas aglomerações de pequenos comércios e serviços. As Regiões Morfológicas de terceiro nível da Área 6 podem ser visualizadas no Quadro 16 e no Mapa 31.

Quadro 16: Regiões Morfológicas de terceiro nível da Área 6

Região Morfológica de 2º nível	Região Morfológica de 3º nível	Padrão de tecido edificado	Padrão de uso	Representação gráfica tridimensional
RM1	RM1 - I	Edificações em alvenaria, com um pavimento	Residencial	
RM2	RM2 - I	Edificações em alvenaria, com um pavimento	Residencial	
	RM2 - II		Residencial + comercial ou serviço	
RM3	RM3 - I	Edificações em alvenaria, com um pavimento	Institucional	
	RM3 - II		Comercial ou serviço	
	RM3 - III		Residencial	
RM4	RM4 - I	Área livre de edificação	Área verde	
	RM4 - II		Vazio	
	RM4 - III		Lazer	
RM5	RM5 - I	Edificações de menores dimensões em alvenaria, com um pavimento	Residencial	
	RM5 - II		Residencial + comercial ou serviço	

Fonte: a autora (2019).

Mapa 31: Regiões Morfológicas de terceiro nível na Área 6 (Paraguai)



Fonte: a autora, a partir Mapa base - Prefeitura Municipal de Cidade do Leste (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), IBGE (2010), Levantamento de Campo (2019).

Após identificar as Regiões Morfológicas de terceiro nível das quatro vilas de Itaipu analisadas nesta pesquisa, percebe-se que, em todas elas, as camadas de quarto nível foram suprimidas. Ou seja, foram necessárias apenas três camadas para identificar os padrões dos três complexos da paisagem urbana. Isso porque, nesses casos, as Regiões Morfológicas de segundo nível conseguiram abarcar, em uma

mesma zona, padrões específicos com relação ao plano urbano e ao tecido edificado, embora as quatro vilas analisadas apresentassem um conjunto de características muito singulares. Isso aconteceu principalmente por dois fatores. O primeiro está relacionado com as semelhanças encontradas entre os padrões do tecido edificado, ou seja, cada Vila de Itaipu apresentou uma tipologia construtiva predominante, em geral formada por edificações de um pavimento, em alvenaria. Quando esta tipologia apresentava variações, seja com relação às suas dimensões ou ao número de pavimentos, os padrões do plano urbano também variavam. Por exemplo, as edificações de dois pavimentos na Vila A estavam situadas na Região Morfológica de segundo nível que não apresentava recuo frontal. Ou então, quando o padrão no tamanho das edificações se alterava em determinado lugar, era possível identificar que o tamanho dos lotes e das ruas também havia apresentado variação neste mesmo lugar. Dessa forma, conclui-se que, em cada Vila de Itaipu analisada, foi identificada uma maior diversidade com relação ao plano urbano do que em relação ao seu tecido edificado, conforme mostra o Quadro 17.

Quadro 17: Número de padrões morfológicos do Plano Urbano e do Tecido Edificado nas quatro vilas de Itaipu analisadas

Região Morfológica de segundo nível	Número de padrões identificados do plano urbano	Número de padrões identificados do tecido edificado
Vila A	10	5
Área 4	5	4
Vila C	6	5
Área 6	5	4

Fonte: a autora (2019).

Ainda em relação ao tecido edificado, no ano de 2019, as quatro vilas se mantinham horizontalizadas, com a maioria das edificações com um pavimento, mesmo no Paraguai, onde a legislação não limita a construção de mais pavimentos. No entanto, foi possível identificar que a Área 4 apresentava a maior incidência de edificações de dois pavimentos ou mais, com aproximadamente 20%, em comparação a Área 6, com 7,81%, a Vila A, com 4,77%, e a Vila C, com 1,46%. Além disso, devido à falta de legislação que regulamentasse o uso e ocupação do solo nas cidades paraguaias, foi possível perceber um aumento significativo de edificações novas construídas sobre o alinhamento da rua. Um fato que chama a atenção é que, mesmo com uma legislação vigente que proíba tal prática, esse fenômeno também foi

identificado na Vila C, no Brasil. Já a Vila A segue em grande parte os índices previstos pela legislação municipal.

Quanto ao uso do solo, ele foi determinante para definição das camadas de terceiro nível. Nas Vilas A e C, a maioria das edificações destinadas para o uso comercial ou de serviços encontrava-se concentrada ao longo dos Eixos de Bairro, embora tenham sido identificadas pequenas aglomerações em outras áreas do bairro. Na Área 4, esses usos também se concentraram nas vias coletoras, porém, muitos deles também estavam distribuídos ao longo das demais vias, sem representar aglomerações significativas. A Área 6 foge dessa lógica, devido à falta de vias coletoras no bairro que, de fato, cumpram sua função dentro do sistema viário. Nela os usos comerciais e de serviços estavam distribuídos de maneira dispersa ao longo de todo bairro e foram identificadas apenas pequenas aglomerações, principalmente nas vias locais que se conectavam diretamente com o restante da malha urbana da cidade. Além disso, ao analisar as porcentagens de lotes construídos destinados para os usos comerciais ou de serviços e para os usos mistos, fica claro que as vilas brasileiras são menos diversas que as vilas paraguaias. Ou seja, a Vila A conta com apenas 2,38% dos lotes para esses fins, enquanto que a Vila C conta com apenas 6,56%, contra 19,58% na Área 4 e 14,84% na Área 6. Essa falta de diversidade das Vilas brasileiras pode estar ligada, em partes, ao processo tardio de desmonte, no caso da Vila A, e em partes à segregação espacial vivenciada pela Vila C.

Por fim, se for comparada também a área destinada para implantação de áreas de lazer, mais uma vez percebe-se que as vilas do Paraguai apresentam maior porcentagem que as vilas brasileiras. Ou seja, a Área 6 conta com 10,25% da sua área destinada para esse fim, enquanto que a Área 4 conta com 8,01%. Já a Vila A apresenta apenas 2,12% e a Vila C apenas 2,25%. Para realizar esse cálculo, foram subtraídas da área total do loteamento as áreas verdes, devido à sua importância ambiental que perpassa a escala local. Na Vila C, também não foi contabilizada a área destinada às Linhas de Transmissão de Furnas. Com relação às áreas destinadas aos equipamentos públicos e coletivos, todas as vilas analisadas mantêm mais ou menos a mesma porcentagem, sendo 4,39% na Vila A, 3,75% na Vila C, 2,3% na Área 4 e 1,54% na Área 6. No entanto, as menores porcentagens destinadas para as vilas paraguaias estão relacionadas com a oferta de serviços públicos do país, conforme mencionado anteriormente. Sendo assim, os únicos equipamentos públicos identificados nestas áreas foram três escolas municipais (uma na Área 4 e duas na

Área 6), dois postos policiais e um posto da secretaria de desenvolvimento regional do Alto Paraná (na Área 6).

De modo geral, essa leitura da paisagem urbana a partir da identificação de suas Regiões Morfológicas, tem um papel fundamental no reconhecimento real da cidade e pode ser utilizada na elaboração e revisão de diferentes políticas públicas, devido à sua habilidade em descrever com detalhes determinado contexto urbano. Pensando nisso, foi desenvolvido o capítulo a seguir, que busca mostrar como a morfologia urbana pode auxiliar na caracterização da urbanidade, que busca identificar quais são os padrões encontrados na forma urbana que tendem a incentivar a interação entre diferentes pessoas nos espaços públicos e coletivos das vilas de Itaipu.

6. CARACTERIZAÇÃO DA URBANIDADE NAS VILAS DE ITAIPU

A partir da premissa que a urbanidade é um atributo da paisagem urbana, utilizada para qualificar as interações entre diferentes pessoas em um mesmo espaço público e coletivo, busca-se, neste momento, analisar as vilas de Itaipu selecionadas nesta pesquisa com foco nos seis elementos que a condicionam: (i) articulação do tecido urbano, (ii) densidade urbana, (iii) relação entre os espaços públicos e privados, (iv) diversidade do uso e ocupação do solo, (v) distâncias intraurbanas e (vi) uso e apropriação das pessoas nos espaços públicos e coletivos.

Esses elementos foram analisados com base na leitura morfológica realizada, sobretudo, na sua relação com os padrões da forma urbana existente. Isso porque, dos seis elementos que condicionam a urbanidade, cinco apresentam critérios de análise predominantemente físico-espaciais. Por isso, o reconhecimento das diferentes Regiões Morfológicas que formam as vilas de Itaipu tem um papel fundamental, tendo em vista que elas são capazes de descrever a paisagem urbana a partir de uma análise histórica e multiescalar. Sendo assim, primeiramente, cada elemento será analisado individualmente, com o objetivo de identificar aproximações e diferenças com entre as vilas de Itaipu brasileiras e paraguaias. Posteriormente, esses mesmos elementos serão analisados de maneira conjunta, com a finalidade de caracterizar a urbanidade em cada um dos territórios habitacionais selecionados nesta pesquisa.

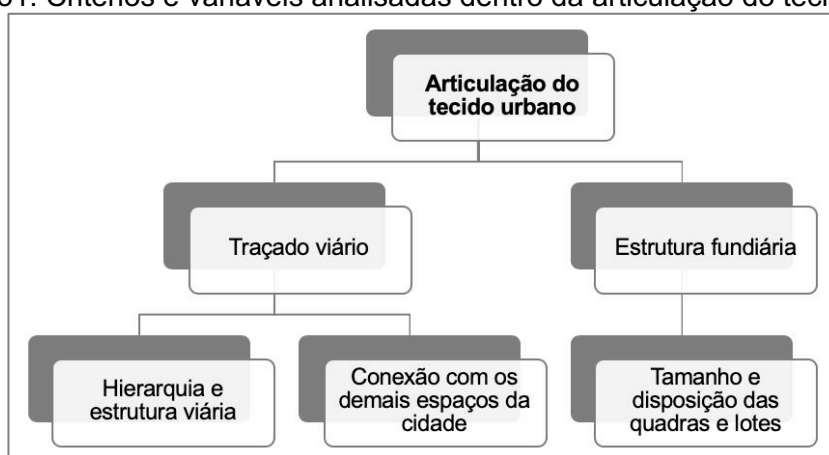
De modo geral, é importante destacar que o desenho urbano original das vilas de Itaipu apresentava padrões morfológicos distintos, que variavam de acordo com a categoria de funcionários para a qual elas foram destinadas. Esse modelo foi identificado em outras Usinas Hidrelétricas Brasileiras, como é o caso das Vilas Operárias de Furnas, que também setorizavam suas áreas a partir da qualificação profissional de seus moradores. Além disso, outra semelhança com os demais modelos brasileiros consiste na proposta de dois tipos de vilas: as provisórias e as permanentes. As vilas provisórias, como é o caso da Vila C e Área 6, contavam com uma infraestrutura mais precária e com menos equipamentos de uso público coletivo, enquanto as vilas permanentes eram projetadas para suprir as necessidades habitacionais de seus moradores, como é o caso da Vila A e da Área 4, embora, no caso da Itaipu, as provisórias tenham se tornado igualmente permanentes após a finalização da construção da usina (GUERRA, 2008). Essas características refletem

a adequação das vilas de Itaipu à um modelo nacional produzido em larga escala pelas Usinas Hidrelétricas e apresentam influência direta na caracterização da urbanidade desses territórios habitacionais.

6.1. ARTICULAÇÃO DO TECIDO URBANO

As interações entre diferentes pessoas nos espaços públicos e coletivos da cidade dependem, em grande parte, de como seu tecido urbano se organiza. Isso porque, nos bairros residenciais, as ruas assumem um papel fundamental na vida cotidiana da população, além de serem as grandes responsáveis pela conexão entre as áreas residenciais, os equipamentos públicos e as áreas livres de lazer. Nesse sentido, para caracterizar a urbanidade nas vilas de Itaipu, é importante compreender de que maneira o traçado urbano está estruturado, como suas vias estão dimensionadas e divididas e como elas se conectam com os demais espaços da cidade. Aliado a estes fatores, é importante compreender também como a rua se relaciona com a estrutura fundiária existente, principalmente com relação ao tamanho e disposição das quadras e como esses elementos se organizam no desenho urbano do loteamento. Sendo assim, a articulação do tecido urbano será analisada a partir dos critérios e variáveis apresentadas na Figura 151.

Figura 151: Critérios e variáveis analisadas dentro da articulação do tecido urbano



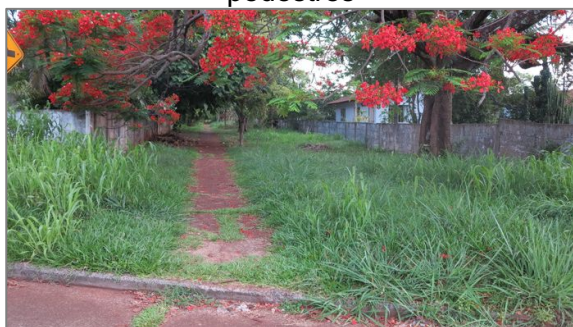
Fonte: a autora (2019)

Para Conzen (1960), a rua é o elemento mais importante do plano urbano, pois ela é a que mais resiste às mudanças que acontecem na paisagem ao longo do tempo. Sendo assim, pensar no traçado urbano, no espaço da rua e na maneira como

ele se articula com os demais elementos da paisagem urbana é uma das principais etapas do desenho urbano de um loteamento. No caso das vilas de Itaipu, o traçado urbano apresenta características distintas desde sua origem, assim como na implantação das áreas de expansão construídas posteriormente em seus entornos.

Com relação ao traçado viário, todas as vilas se mantiveram próximas do desenho original. Com exceção da Vila C, que apresentou modificações importantes após a implantação das Linhas de Transmissão de Furnas, conforme mencionado anteriormente. Na Vila A, algumas modificações pontuais foram identificadas nas vias *cul-de-sac*. Na proposta original, essas vias se conectavam com pequenas áreas verdes que cortavam o bairro no sentido norte-sul, projetadas para serem parques urbanos e espaços de circulação para os pedestres (Figura 152). Dessa forma, entre uma via *cul-de-sac* e outra, existiam ligações feitas somente para pedestres, que poderiam circular livremente por toda a área (Figura 153). Com o passar dos anos, algumas dessas conexões foram alargadas pelos próprios moradores para passagem do automóvel (Figura 154), embora muitas tenham permanecido sem alterações, evidenciando a absorção dessa configuração pelos moradores (Figura 155).

Figura 152: Áreas para circulação de pedestres



Fonte: a autora (2019)

Figura 153: Áreas para circulação de pedestres



Fonte: a autora (2019)

Figura 154: Via cul-de-sac alterada



Fonte: a autora (2019)

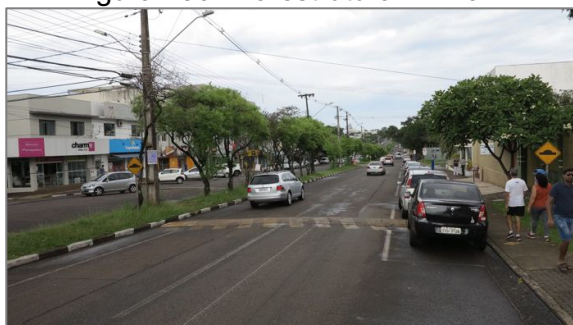
Figura 155: Via cul-de-sac sem alteração



Fonte: a autora (2019)

Na Vila A e na Área 4 (Mapa 32), destinadas para os técnicos e funcionários administrativos, a estrutura viária hierarquizada, a localização central dos equipamentos públicos, as baixas densidades e o uso predominantemente residencial em meio às áreas verdes densamente arborizadas refletem, em partes, os ideários do urbanismo brasileiro moderno, inspirado no modelo das cidades-jardins (DEL RIO e GALLO, 2000). Essa configuração é identificada por Correia (2010) como um dos três modelos de traçado urbano assumidos pelas Vilas Operárias brasileiras implantadas após a década de 1950. Sua organização partia de uma rede de vias principais (estruturais e coletoras) e locais (Figura 156 até Figura 161), possibilitando, com isso, a formação das unidades de vizinhança. O traçado ortogonal, predominante em grande parte das vilas de Itaipu, foi considerado devido à topografia plana da região. No caso da Vila A, também foram implantadas vias *cul-de-sacs*, empregadas para assegurar a privacidade residencial e a conexão com os corredores verdes, destinados para o uso exclusivo dos pedestres. No entanto, diferentemente das unidades de vizinhança idealizadas pelo urbanismo moderno, os estabelecimentos comerciais não faziam parte da proposta original, e, dessa forma, elas não se caracterizavam como áreas autossuficientes (REGO, 2017).

Figura 156: Via estrutural – Vila A



Fonte: a autora (2019)

Figura 157: Via estrutural – Área 4



Fonte: a autora (2019)

Figura 158: Via coletora – Vila A



Fonte: a autora (2019)

Figura 159: Via coletora – Área 4



Fonte: a autora (2019)

Figura 160: Via local – Vila A



Fonte: a autora (2019)

Figura 161: Via local – Área 4



Fonte: a autora (2019)

Em grande parte da Vila A, essas unidades de vizinhança eram formadas a partir das chamadas superquadras tipo que, na verdade, referiam-se a um conjunto de quadras no entorno de um parque de vizinhança. Tratava-se de uma releitura da unidade de vizinhança resultante da fusão de ideias norte-americanas e europeias de maneira simplificada. Na Área 4, essas unidades de vizinhança se configuravam através de um conjunto de quadras com vias locais, cercadas por vias coletoras e estruturais, dispostas no entorno dos equipamentos públicos e coletivos do bairro, embora o clube social tenha sido privatizado ainda na década de 1990. Entretanto, diferentemente do que aconteceu em outras cidades brasileiras, como é o caso de Rurópolis, onde as unidades de vizinhança desapareceram com a evolução urbana (REGO, 2017), tanto na Vila A, quanto na Área 4, esse ideário da cidade modernista se consolidou nos últimos quarenta anos, em partes, devido à origem militar dessas cidades, que tinham como premissa a ocupação de extensas áreas territoriais, em detrimento do adensamento das áreas já existentes e, em partes, devido à influência direta da Itaipu Binacional nesses territórios ainda nos dias de hoje, seja pela administração e manutenção das áreas livres ou pelo lento processo de desmonte, que ainda não ocorreu por completo.

No caso da Vila C, também é possível identificar outro modelo de traçado urbano apontado por Correia (2010) para as vilas operárias brasileiras, porém, diferentemente da Vila A e da Área 4, ele se configura a partir de um desenho ortogonal e da implantação de uma trama de quarteirões semelhantes paralelos, cuja área central é demarcada pela implantação de um conjunto de prédios significativos pelo uso e pela arquitetura e por áreas livres de lazer. Segundo a autora, nesses casos, o desenho da Vila C atente a requisitos básicos de economia. No entanto, esse modelo de traçado tende a criar paisagens monótonas e pouco convidativas para a caminhada, devido à concentração dos usos não habitacionais em apenas um eixo

central, reforçando a ideia das zonas monofuncionais previstas nos ideários modernistas (Figura 162).

A Área 6, por sua vez, apesar de reproduzir um modelo de estrutura fundiária e traçado semelhante ao da Vila C (Figura 163), não apresenta um desenho urbano com as mesmas configurações. Ou seja, os únicos equipamentos públicos e coletivos existentes não estão localizados em uma área central que se articula com os demais espaços do bairro. Um deles, o de maior porte, assim como a maioria das áreas livres de edificação destinadas para o lazer, está localizado nas bordas do loteamento. Sua localização dentro do bairro e seu raio de abrangência serão analisados com mais atenção dentro do item 6.4, que trata das distâncias intraurbanas.

Figura 162: Via local – Vila C



Fonte: a autora (2019)

Figura 163: Via local – Área 6



Fonte: a autora (2019)

Os diferentes traçados das vilas de Itaipu não foram escolhidos por acaso. Segundo Monteiro (2017, p. 27) “não há espaço tocado pelo ser humano, na superfície do planeta, que não denote alguma estratégia de ocupação do território. Para o autor, cada cidade, ou fração dela, representa uma concentração de poderes sociais, políticos, econômicos, seja de hegemonia, de equilíbrio ou de embate, que são refletidos na forma urbana, sobretudo no traçado viário. Os traçados orgânicos, como é o caso da Área 4 e de parte da Vila A, são mais puros de artificialidade, os que mais aderem às condições topográficas e ao sítio original, denotando processos de ocupação territorial que prescindiram de planejamento e desenhos prévios. Por este motivo, é o tipo de traçado reflete uma maior dispersão de poderes, tanto espacial como temporalmente (MONTEIRO, 2017). No Paraguai, o traçado orgânico é uma característica predominante das vilas de Itaipu destinadas para os administradores e engenheiros da Usina e para os técnicos e funcionários administrativos, enquanto

para os operários em postos de serviço o traçado utilizado é no formato grelha, como é o caso da Área 6.

No Brasil, o traçado em grelha é utilizado também na Vila C, porém, em grande da Vila A ele é predominante. Sua escolha indica que houve a presença moderada de algum princípio regulador ou planejamento, embora com menor rigidez e mais sensível às sutilezas da topografia. O traçado em grelha é paradigmático ao ser associado à questão do poder. Grandes impérios sempre utilizaram esse tipo de traçado como forma de impor ao território um ordenamento civilizatório. Ao longo dos séculos ele se mostrou ser um desenho versátil e interessante do ponto de vista militar e econômico (MONTEIRO, 2017). Esse é justamente o caso de Foz do Iguaçu, cuja origem está associada à uma colônia militar, bem como, ao período de construção da Itaipu Binacional, durante o Regime Militar. Associado a isso, é preciso considerar a clara intenção da empresa em manter o controle dos seus funcionários, sobretudo aqueles de mais baixa renda e vinculados diretamente com o canteiro de obras. Para Monteiro (2017), a compreensão da tipologia dos traçados auxilia na caracterização das Regiões Morfológicas e na evolução do tecido urbano, porém, é possível utilizá-la também como uma leitura chave da própria história do poder da cidade, da disputa entre as classes sociais e grupos pela ordenação do seu território.

Apesar dos diferentes tipos de traçado, tanto a Vila A, quanto a Área 4, apresentaram uma hierarquia viária bem demarcada, com configurações muito semelhantes e com um papel fundamental na delimitação das Regiões Morfológicas de segundo nível, embora a vila brasileira apresente uma área territorial quatro vezes maior que a vila paraguaia. Para padronizar a análise das vias, elas foram classificadas em estrutural, coletora e local, embora no Plano de Urbanização da Vila A as vias coletoras tenham sido nomeadas como vias de interligação e vias principais. Desse modo, as vias estruturais nessas duas vilas estão situadas nas bordas do loteamento e ao longo delas se desenvolveu grande parte das áreas comerciais e de serviços dos dois bairros, impulsionadas ou não pela legislação local. Além disso, em ambas as vilas, as vias estruturais são responsáveis por conectar áreas importantes da cidade, como é o caso da Vila A, em que uma delas se caracteriza como a principal conexão com a Região de Três Lagoas e a Região do Parque Imperatriz que, juntas, somam quase 20% da população do município (IBGE, 2010). Na Área 4, a via estrutural é a responsável pela principal ligação entre Cidade do Leste e Presidente

Franco, assim como também é responsável por conectar o bairro com a Ruta 7 e com a área central da cidade.

Além das vias estruturais, na Vila A as vias coletoras também apresentavam um papel importante na conexão com os loteamentos vizinhos. Apesar de o bairro ter sido implantado afastado da malha urbana existente na época, a urbanização no seu entorno foi intensa logo nas décadas posteriores à sua construção e seu traçado urbano foi, em partes, considerado no desenho desses novos loteamentos. É possível identificar, por exemplo, algumas reproduções pontuais das vias *cul-de-sac* e das áreas verdes lineares implantadas no miolo das quadras. Porém, essa expansão urbana só foi possível na direção norte e leste, uma vez que, ao sul, as ligações estavam limitadas pela BR 277 e, à leste, pela Avenida Tancredo Neves, que, de acordo com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT)⁹, também é considerada uma Rodovia Federal e, por isso, não apresenta uma conexão direta com as áreas habitacionais do bairro, a não ser pela função de ligação com as demais áreas da cidade.

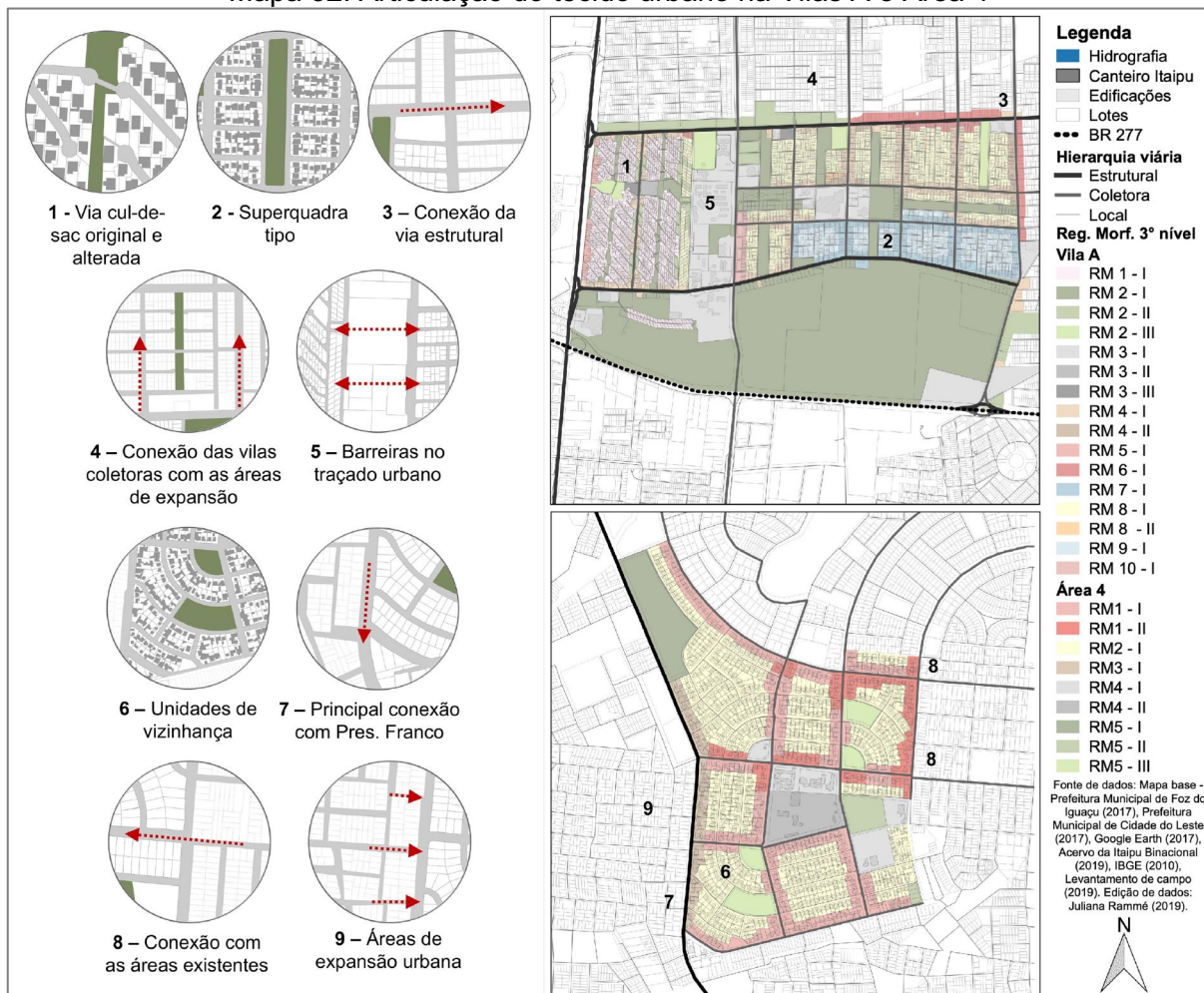
A direção da expansão urbana no entorno da Vila A influenciou diretamente na alteração do tecido edificado e do uso do solo ao longo dos eixos viários limítrofes a esses novos bairros, que será analisado com mais atenção no item 6.3, que trata da diversidade de uso e ocupação do solo. É importante destacar que, embora a Vila A apresente uma boa conexão com as demais áreas localizadas em seu entorno, dentro do loteamento a gleba destinada para implantação dos equipamentos institucionais representa uma barreira para os pedestres, reforçando a ideia da cidade monofuncional voltada para o automóvel. Além disso, essa área serve como barreira entre as diferentes áreas habitacionais do bairro, acentuando, com isso, a segregação social interna dos funcionários.

No caso da Área 4, o traçado viário foi pensado conjuntamente com a malha urbana existente em 1974 e com as demais vilas de Itaipu, implantadas ao norte do loteamento. Dessa forma, a hierarquia viária estruturou também os loteamentos vizinhos e, assim como na Vila A, influenciou diretamente nas transformações ocorridas no tecido edificado ao longo das vias estruturais e coletoras. No entanto, essas conexões não ocorrem na direção oeste do loteamento e, ao contrário da Vila A, nesse caso, a via estrutural acabou se tornando uma barreira, uma

⁹ Informação retirada do site do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT). Disponível em http://www1.dnit.gov.br/imprensa/Relatorio_PETRF.pdf. Acesso em: 11 de novembro de 2019.

vez que o traçado urbano não foi considerado na construção dos novos territórios habitacionais implantados após essa via.

Mapa 32: Articulação do tecido urbano na Vilas A e Área 4



Fonte: a autora, a partir Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), IBGE (2010), Levantamento de campo (2019).

Nos casos da Área 6 e da Vila C (Mapa 33), a fraca diversidade com relação à hierarquia viária também se reflete na organização dos demais usos não residenciais de ambos os loteamentos. No caso da Vila C, a maior parte do comércio e serviços locais se desenvolveu ao longo do único acesso pavimentado (até o ano de 2017), responsável por ligar todo o bairro ao restante da cidade, e também ao longo da principal via que conecta as duas áreas habitacionais que se encontram divididas por uma grande área verde de preservação e pelas Linhas de Transmissão de Furnas. Além disso, a existência de uma série de elementos naturais e construídos no entorno da Vila C limitou sua expansão urbana e mesmo os poucos territórios habitacionais que surgiram não consideraram o traçado urbano da vila, refletindo a falta de absorção

do modelo adotado por parte da população da cidade. É importante destacar, que a existência de apenas uma via de acesso para todo bairro também tinha a função de controlar os funcionários da Itaipu Binacional durante a construção da usina, somando-se à implantação do traçado em grelha.

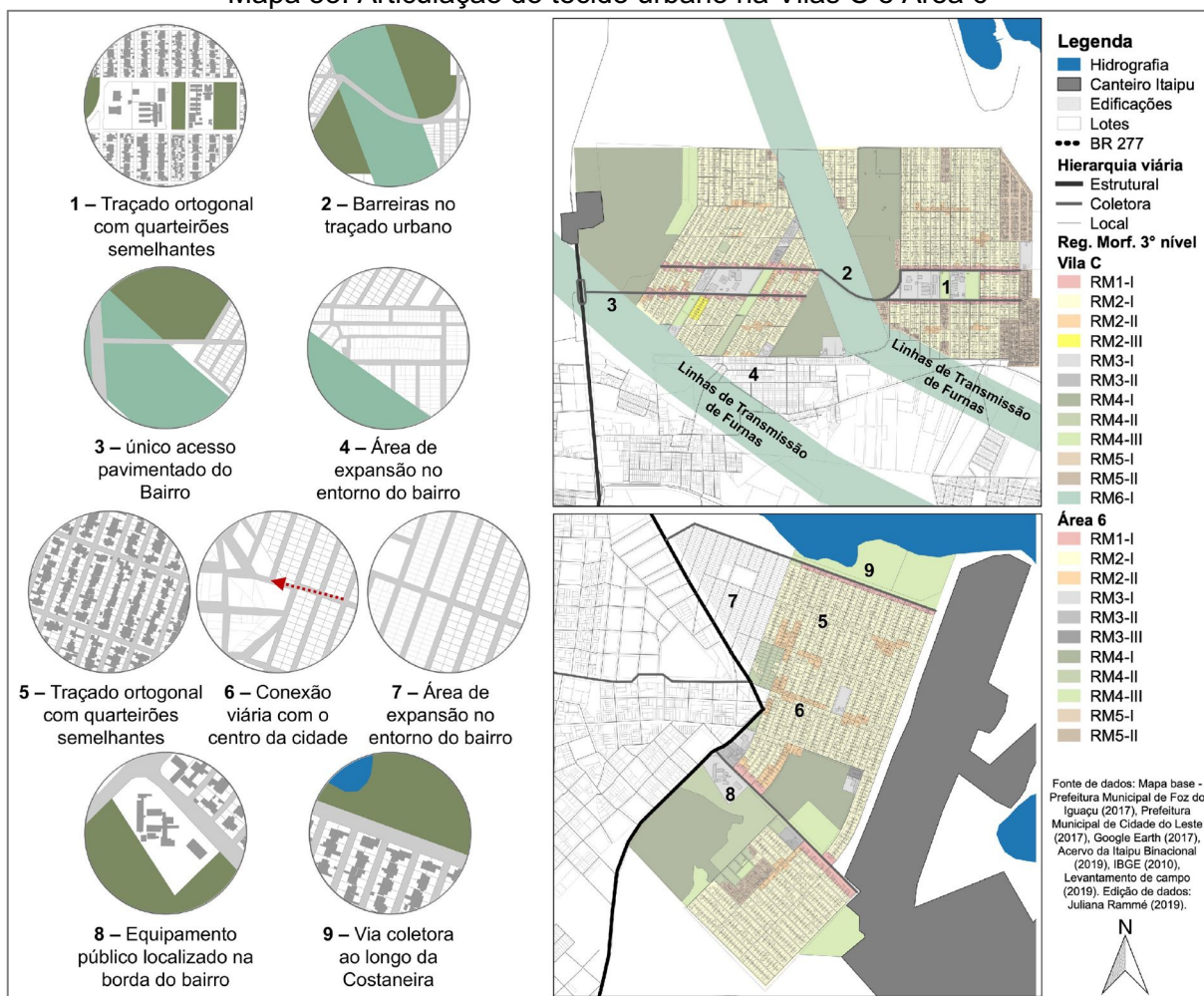
No caso da Área 6, diferentemente da Vila C, as duas vias coletoras não apresentavam um papel estruturante, mas sim, eram responsáveis por duas ligações pontuais. Uma delas da cidade com a Itaipu Binacional e a outra com a Costaneira, uma área livre de lazer que foi requalificada em 2017. Sendo assim, apesar de a Área 6 ter sido implantada de forma contínua com a malha urbana de 1974 e o traçado das vias principais ter sido considerado no projeto do loteamento, a hierarquia viária existente na época foi parcialmente ignorada. Ou seja, a via de maior porte que fazia a ligação da Área 6 com o centro da cidade e com a Prefeitura Municipal passava a ter um caráter local dentro bairro, desconsiderando, com isso, todo o fluxo gerado por essa conexão.

No entanto, é justamente ao longo dessa via local que surgem as maiores concentrações de comércio e serviços do bairro. Tendo em vista a estruturação da Costaneira, no ano de 2017, é possível que, nos próximos anos, o tecido edificado e o uso do solo também se modifiquem ao longo dessa via. Atualmente, o uso predominante ainda é residencial e as edificações são de um pavimento. Além disso, assim como na Vila C, a expansão urbana da Área 6 está limitada por elementos naturais e construídos, como o Lago da Itaipu, uma área verde de preservação, e o aeroporto da Itaipu Binacional, fazendo com que ela não sofra grandes alterações no seu fluxo interno, que poderia ser impulsionado por novas conexões urbanas. Após sua implantação, a única expansão se deu através do preenchimento da área livre entre o bairro e a rodovia intermunicipal, mantendo o mesmo padrão com relação ao seu desenho urbano da vila.

Ao analisar a estrutura viária, é preciso considerar também as dimensões e características das calçadas, pois são elas que permitem a apropriação por parte da população no espaço público da rua. Nesse sentido, tanto no Brasil, quanto no Paraguai, os padrões das calçadas são alterados de acordo com sua localização dentro do bairro. Na Vila A, grande parte das vias locais ainda apresentava a mesma estrutura de calçada implantada na origem do loteamento, com aproximadamente 1,5 metros de largura, sem um espaço específico para implantação de mobiliários urbanos e vegetação e sem a acessibilidade necessária. No entanto, nas vilas coletoras e nas

vias estruturais, as calçadas contavam com aproximadamente 4 metros de largura e a maioria delas foi substituída por padrões acessíveis, com piso podó tátil e rampas de acesso. A via Tancredo Neves, que corresponde à uma Rodovia Federal, contudo, é uma exceção e conta apenas com uma calçada estreita em um dos lados, semelhante ao padrão encontrado nas vilas locais (Figura 164 e Figura 165).

Mapa 33: Articulação do tecido urbano na Vilas C e Área 6

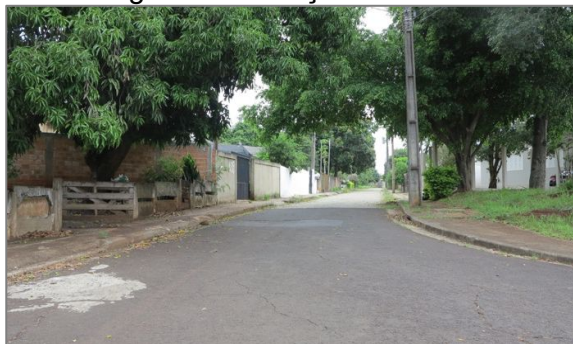


Fonte: a autora, a partir Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu e Cidade do Leste (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), IBGE (2010), Levantamento de campo (2019).

Em comparação, na Área 4, as vias apresentavam dimensões semelhantes. No entanto, nas vias estruturais e coletoras, foram identificados diversos obstáculos para os pedestres, como a utilização do espaço público pelos comércios, carros e mobiliários diversos, limitando a circulação de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida (Figura 166 e Figura 167). É importante destacar que, das quatro vilas analisadas, apenas a Vila A e a Área 6 apresentaram espaço para os ciclistas,

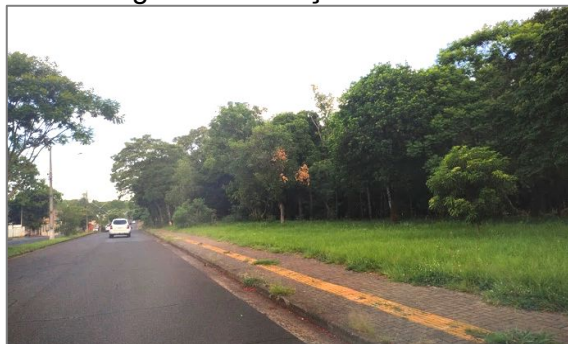
através de uma ciclofaixa. No caso da Vila A, a ciclofaixa está localizada ao longo da principal via do bairro, ao norte do loteamento, porém, sem conexão com demais espaços da cidade. Da mesma forma, no caso da Área 6, as ciclofaixas estão localizadas nas duas vias coletoras do bairro, mas também não se conectam entre si ou com outras partes da cidade (Figura 168 e Figura 169).

Figura 164: Calçada – Vila A



Fonte: a autora (2019)

Figura 165: Calçada - Vila A



Fonte: a autora (2019)

Figura 166: Calçada – Área 4



Fonte: a autora (2019)

Figura 167: Calçada – Área 4



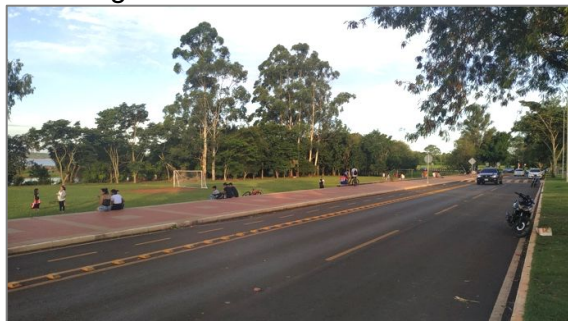
Fonte: a autora (2019)

Figura 168: Ciclofaixa – Vila A



Fonte: a autora (2019)

Figura 169: Ciclo faixa – Área 4



Fonte: a autora (2019)

Na Vila C e na Área 6, conforme mencionado anteriormente, grande parte das vias apresentava a mesma estrutura e as mesmas dimensões. Entretanto, uma parcela significativa da Área 6 não contava com pavimentação adequada nas

calçadas e o espaço destinado para os pedestres acabava sendo dividido com áreas gramadas e com o acesso pavimentado para veículos (Figura 170 e Figura 171). No caso da Vila C, as áreas frontais de todos os lotes edificados apresentavam calçadas construídas em concreto, com aproximadamente 2 metros de largura. No entanto, entre elas e o leito carroçável da rua foram construídas valas para o escoamento da água da chuva que, em algumas áreas específicas, se tornam grandes barreiras para o pedestre. Além disso, ao longo de todo loteamento, foram identificados obstáculos como muros, mobiliários e vegetação (Figura 172 e Figura 173).

Figura 170: Calçada – Área 6



Fonte: a autora (2019)

Figura 171: Calçada – Área 6



Fonte: a autora (2019)

Figura 172: Calçada – Vila C



Fonte: a autora (2019)

Figura 173: Calçada – Vila C



Fonte: a autora (2019)

De modo geral, o modelo de loteamento das Vilas A e C, implantado em Foz do Iguaçu, corresponde ao padrão urbanístico adotado por diversas indústrias e hidrelétricas brasileiras desde o final do século XIX, cuja dinâmica urbana sempre esteve pautada na segregação social e espacial. Dentre as características semelhantes entre esses territórios habitacionais, destaca-se (i) a localização segregada da malha urbana existente, de modo a concentrar seus trabalhadores e oferecer o mínimo de equipamentos públicos e coletivos; (ii) a construção de moradias unifamiliares, bem vistas pela população e econômicas para a empresa, devido ao

barateamento no custo da mão de obra; e (iii) os tipos de traçado já citados anteriormente. Além disso, destaca-se também que, assim como em outras cidades, as vilas de Itaipu foram construídas sobre terras públicas, cedidas para a Itaipu Binacional, mas que, no seu processo de desmonte, foram revendidas para a população como propriedades privadas da empresa. Com relação ao processo de desmonte, as vilas brasileiras também acabaram se transformando em novos bairros e, no caso da Vila A, com a urbanização seguindo em sua direção ou preenchendo os vazios localizados em seu entorno (CORREIA, 2010; VALDERRAMA e OLIVEIRA, 2008; BONDUKI, 1994b).

Por fim, a compreensão do traçado urbano dentro da perspectiva da urbanidade só é possível se ele considerar a escala do pedestre. No caso da estrutura viária, é importante que ela seja organizada para abarcar o fluxo de veículos, mas, ao mesmo tempo, é de igual importância que ela contenha espaços adequados para a caminhada, que apresente diversidade nos usos e nas tipologias das edificações de modo a tornar os caminhos mais atrativos e seguros, que considere as distâncias mínimas entre os equipamentos públicos para viabilizar um maior número de trajetos feitos à pé ou de bicicleta e que, acima de tudo, apresente um sistema de espaços livres de lazer, que possibilite o encontro e a interação entre diferentes pessoas. Ou seja, a articulação do tecido urbano não pode ser pensada isoladamente, mas sim, deve levar em consideração também os demais elementos que condicionam a urbanidade, para que sua combinação possibilite a criação de paisagens mais humanizadas e adequadas à vida pública.

6.2. DENSIDADE URBANA

Conforme discutido nos procedimentos metodológicos desta pesquisa, a densidade urbana é um dos parâmetros mais importantes dentro do desenho e do planejamento urbano das cidades, uma vez que ela não define apenas características para o ambiente construído, mas sim, sua relação com os demais espaços livres, sejam eles públicos ou privados. Alguns autores, como Acioly e Davidson (1998), defendem que as baixas densidades estão associadas a um número limitado de contatos sociais e de encontros casuais, além de estarem relacionadas também com altos custos para oferta de serviços públicos e com o excesso de consumo de terra e infraestrutura urbana. Entretanto, a densidade urbana não pode ser considerada de

forma isolada, meramente como um índice quantitativo. Sua análise deve compreender a combinação com os demais elementos que condicionam a urbanidade, em especial com a diversidade de uso e ocupação do solo e das edificações, com o acesso aos equipamentos e serviços públicos e o equilíbrio entre os espaços públicos e privados. No entanto, mesmo que sua análise não seja apenas quantitativa, alguns valores precisam ser levantados e discutidos. Dentro desse contexto, a densidade será analisada a partir dos critérios e variáveis apresentados na Figura 174.

Figura 174: Critérios e variáveis analisadas dentro da densidade urbana



Fonte: a autora (2019)

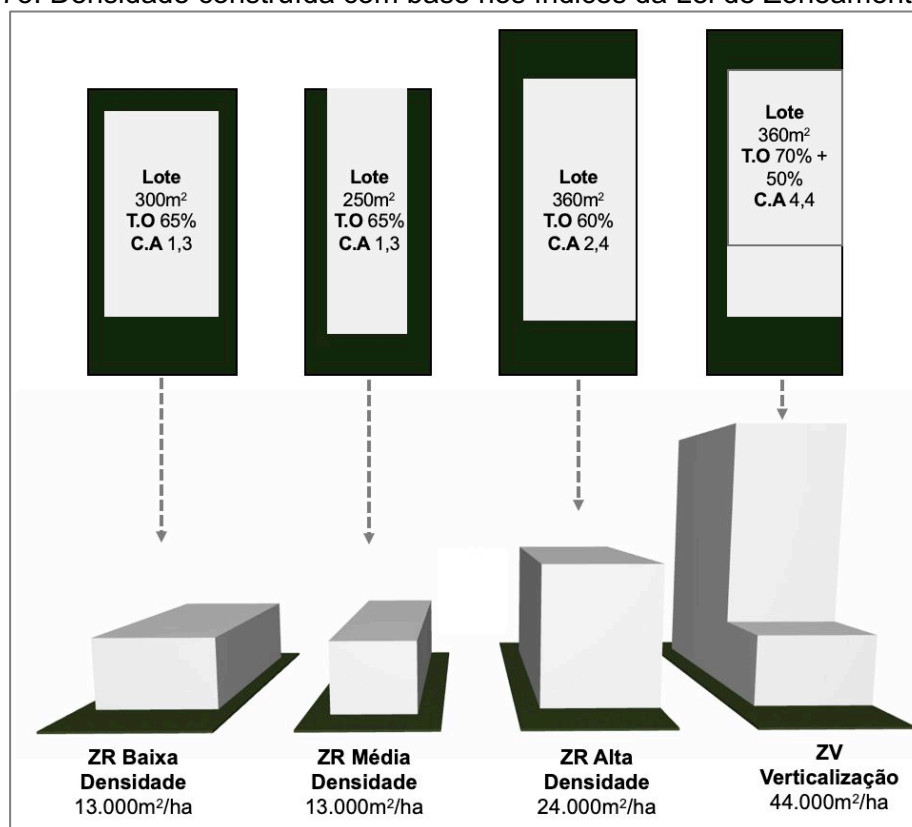
Primeiramente, serão analisados os dados quantitativos relacionados à densidade construída (m^2 da edificação/ha) bruta e líquida de cada vila. A densidade bruta será calculada a partir da divisão da área total das edificações residenciais pela área total do bairro, incluindo os equipamentos públicos e coletivos, ruas e as áreas verdes. A densidade líquida, por sua vez, também será calculada a partir da divisão da área das edificações residenciais, mas agora, apenas pela área dos seus respectivos lotes. Em geral, a densidade urbana é classificada em baixa, média ou alta. De acordo com Acioly e Davidson (1998), esse índice pode variar de cidade para cidade, de país para país, devido às fortes influências culturais que elas sofrem. Por exemplo, no Brasil, uma área com alta densidade construída em São Paulo, que é considerada uma metrópole, terá características diferentes de uma área de alta densidade construída em Foz do Iguaçu, considerada como uma cidade média e com diferentes interferências culturais. Sendo assim, como base para esse cálculo serão utilizados os parâmetros urbanísticos aprovados na Lei de Zoneamento de 2007, que

define os índices para as zonas de baixa, média e alta densidade e ainda para uma zona de verticalização (FOZ DO IGUAÇU, 2007).

De acordo com essa lei (FOZ DO IGUAÇU, 2007), uma zona residencial de baixa densidade apresenta lotes com área mínima de 300 m², taxa de ocupação de 65%, índice de aproveitamento de 1,3 e densidade construída de 13.000m²/ha. A zona residencial de média densidade, por sua vez, apresenta os mesmos parâmetros urbanísticos que a zona de baixa densidade, no entanto, o que muda é o tamanho mínimo do lote, que passa a ser de 250 m². Nesse caso, a influência direta está no desenho urbano, que contará com lotes e testadas menores e, possivelmente, com quadras mais estreitas e um traçado urbano que atenda à essa dinâmica. Apesar da densidade líquida construída ser a mesma, o reflexo do tamanho do lote mínimo pode ser sentido no cálculo da densidade bruta. Porém, é somente nas áreas de alta densidade que os parâmetros urbanísticos apresentam alterações significativas. Ou seja, a área mínima dos lotes passa a ser de 360 m², com taxa de ocupação de 60%, índice de aproveitamento de 2,4 e densidade construída de 24.000m²/ha. Além dessas três zonas, Foz do Iguaçu ainda define uma zona de verticalização, com uma densidade construída de 44.000m²/ha, com lotes mínimos de 360 m², taxa de ocupação de 70% para a base e 50% para a torre, e índice de aproveitamento de 4,4 (Figura 175).

Para analisar as vilas de Itaipu, as densidades foram calculadas por Região Morfológica de segundo nível, responsáveis por classificar os elementos bidimensionais da paisagem urbana, como o tamanho dos lotes e a implantação das edificações nos lotes. No entanto, foi utilizada também a informação referente ao número de pavimentos predominante, o que só foi possível porque em todas as vilas de Itaipu analisadas apenas um padrão de tecido edificado foi identificado dentro de cada Região Morfológica de segundo nível e o que definiu, de fato, as Regiões Morfológicas de terceiro nível foram os padrões de uso e ocupação do solo, conforme discutido no capítulo anterior. Para calcular a Taxa de Ocupação (T.O.), utilizou-se a ferramenta “Estatística” do programa QGIS, que fornece a área média dos lotes e das edificações selecionadas. Para calcular o Coeficiente de Aproveitamento (C.A.), foi considerado também o número de pavimentos predominante em cada região. Por fim, a densidade construída foi calculada com base na combinação da taxa de ocupação e do coeficiente de aproveitamento levantado.

Figura 175: Densidade construída com base nos índices da Lei de Zoneamento de 2007



Fonte: a autora, a partir de Foz do Iguaçu (2007).

Em termos gerais, todas as vilas de Itaipu analisadas apresentaram densidades construídas muito baixas. Com relação à densidade bruta (área edificada dividida pela área total do loteamento), a Vila A apresentou o menor índice, com 930 m²/ha. Isso porque é ela também que concentra a maior porção de área verde de preservação, de áreas institucionais e de áreas livres de edificação dos quatro loteamentos. A Área 6 vem na sequência, com 1.793 m²/ha. Neste caso o índice reflete também a quantidade de áreas verdes de preservação e de áreas livres de lazer, como a Costaneira. A Vila C e a Área 4, por sua vez, apresentaram índices muito semelhantes entre si, ou seja, 2.204 m²/ha e 2.175 m²/ha respectivamente. Embora a Área 4 apresente uma área territorial duas vezes menor que a Vila C e não contenha grandes áreas de preservação em seu interior, ela conta com uma parcela significativa destinada para o sistema viário e uma série de áreas livres de edificação destinadas para o lazer, que contabilizam no cálculo final.

Ao analisar o mapa de cheios e vazios (Mapa 34) é possível identificar também a quantidade de áreas livres intralote em todas as vilas analisadas, mesmo após os intensos processos de ampliação que ocorreram até o ano de 2017. Nesse sentido, ao relacionar a área total dos lotes edificados com a área total das

edificações, verificou-se que todas as vilas apresentaram taxas de ocupação médias muito semelhantes, sendo de 42,80% na Vila A, 45,80% na Vila C, 40,73% na Área 4 e 43,66% na Vila D, embora suas estruturas fundiárias apresentem características distintas.

Mapa 34: Cheios e vazios das vilas de Itaipu analisadas



Fonte: a autora, a partir Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Prefeitura Municipal de Cidade do Leste (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), IBGE (2010), Levantamento de campo (2019).

No entanto, ao analisar as taxas de ocupação por Região Morfológica de segundo nível, é possível identificar que na Vila A os maiores índices corresponderam às regiões com uso predominantemente não residencial, como é o caso da RM3 (institucional) e da RM6 (comercial e de serviços). Já na Área 4, as áreas de uso institucional (RM4) foram justamente aquelas que apresentaram a menor taxa de ocupação do loteamento. Assim como na Vila C (RM3) e na Área 6 (RM3). No entanto, as duas vilas destinadas para os técnicos e funcionários administrativos, cujas vias estruturais influenciaram de sobremaneira nas transformações ocorridas no uso do solo e no tecido edificado, foram aquelas que apresentaram as maiores taxas de ocupação nas regiões demarcadas ao longe dessas vias, como é o caso da RM6 na Vila A e da RM3 na Área 4. Ao considerar também o coeficiente de aproveitamento dessas regiões, é possível identificar que elas também apresentaram as maiores densidades líquidas (Quadro 18, Quadro 19, Quadro 20 e Quadro 21).

Quadro 18: Densidade construída por Região Morfológica na Vila A

RM de 2º nível	T.O média	C. A. médio	Densidade líquida média
RM1	34,25%	0.343	3.430 m ² /ha
RM2	Áreas livres de ed.	---	---
RM3	62,04%	0.621	6.210 m ² /ha
RM4	40,00%	0.400	4.000 m ² /ha
RM5	25,00%	0.250	2.500 m ² /ha
RM6	52,50%	2.100	21.000 m ² /ha
RM7	26,60%	0.266	2.660 m ² /ha
RM8	37,74%	0.377	3.774 m ² /ha
RM9	28,92%	0.289	2.892 m ² /ha
RM10	42,59%	0.426	4.259 m ² /ha

Fonte: a autora.

Quadro 19: Densidade construída por Região Morfológica na Área 4

RM de 2º nível	T.O média	C. A. médio	Densidade líquida média
RM1	41,14%	0.414	4.114 m ² /ha
RM2	35,80%	0.358	3.580 m ² /ha
RM3	41,72%	1.668	16.680 m ² /ha
RM4	16,50%	0.165	1.650 m ² /ha
RM5	Áreas livres de ed.	---	---

Fonte: a autora.

Quadro 20: Densidade construída por Região Morfológica na Vila C

RM de 2º nível	T.O média	C. A. médio	Densidade líquida média
RM1	45,80%	0.458	4.580 m ² /ha
RM2	39,72%	0.397	3.972 m ² /ha
RM3	20,31%	0.203	2.031 m ² /ha
RM4	Áreas livres de edificação	---	---
RM5	55,15%	0.551	5.515 m ² /ha
RM6	Áreas livres de edificação	---	---

Fonte: a autora.

Quadro 21: Densidade construída por Região Morfológica na Área 6

RM de 2º nível	T.O média	C. A. médio	Densidade líquida média
RM1	39,49%	0.458	3.949 m ² /ha
RM2	41,46%	0.414	4.146 m ² /ha
RM3	20,12%	0.201	2.012 m ² /ha
RM4	Áreas livres de ed.	---	---
RM5	64,64%	0.646	6.464 m ² /ha

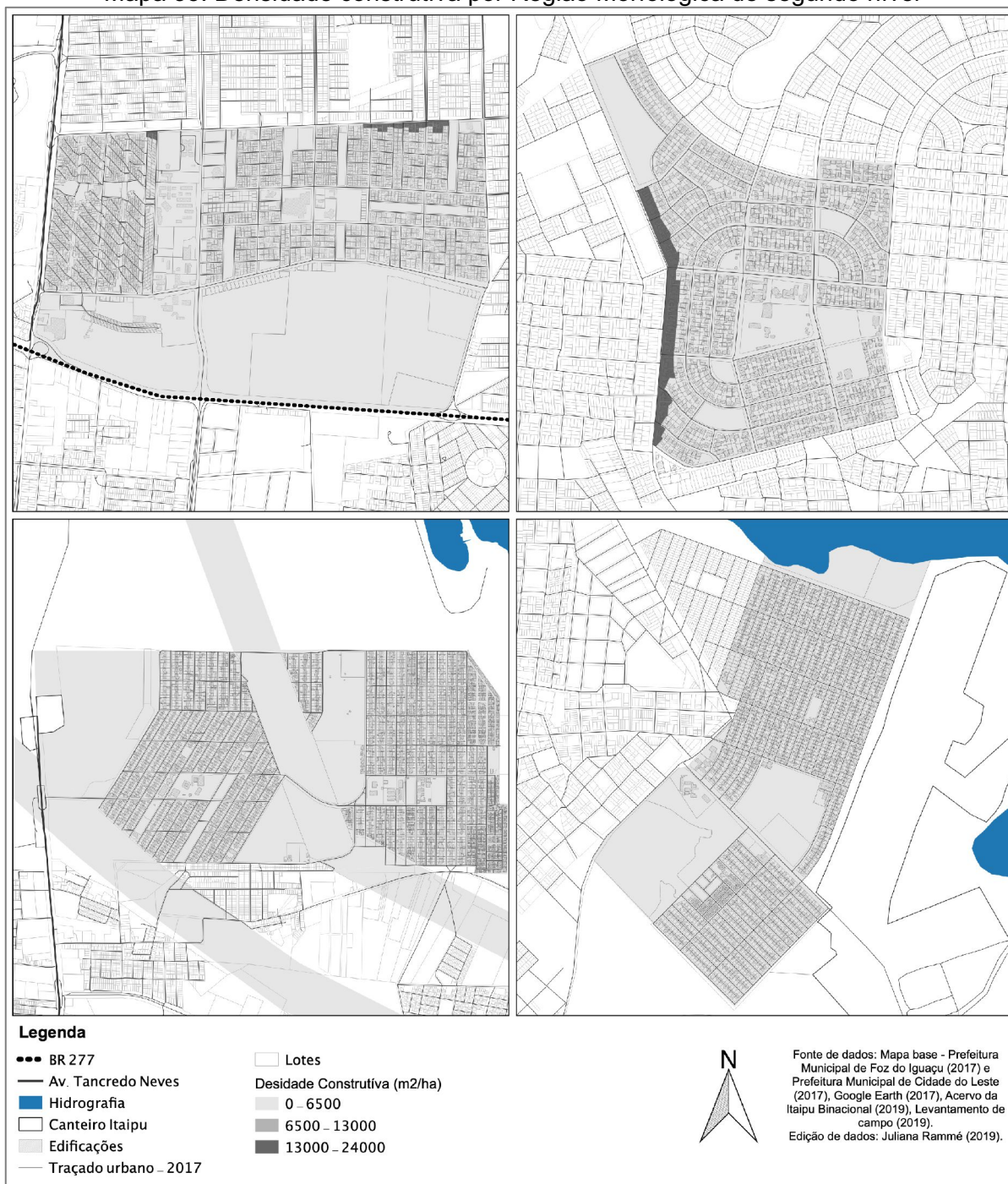
Fonte: a autora.

Ao comparar as densidades líquidas construídas das quatro vilas com os índices previstos na Lei de Zoneamento de 2007 de Foz do Iguaçu, verifica-se que quase todas as Regiões Morfológicas de segundo nível são inferiores às densidades consideradas baixas e médias. Apenas duas Regiões Morfológicas localizadas na Vila A e na Área 4, onde estão concentradas as áreas comerciais e de serviços e que apresentam edificações de até quatro pavimentos, apresentaram índices próximos das densidades consideradas altas. Ou seja, além das vilas de Itaipu contarem com uma porção significativa do seu território destinada para áreas livres de edificação, elas também apresentam baixas taxas de ocupação e baixas densidades construídas líquidas e brutas (Mapa 35).

Neste sentido, assim como as características relacionadas ao traçado urbano refletem os ideários do urbanismo moderno brasileiro, as baixas densidades previstas para áreas de expansão periféricas, como é o caso das vilas de Itaipu na sua origem, também fazem parte deste modelo. No entanto, a partir de 1960 muitas críticas a este modelo se consolidaram, sobretudo na Europa e na América do Norte, em decorrências de estudos que apresentavam os impactos das baixas densidades urbanas e seus efeitos negativos sobre a vida urbana, a mobilidade e o meio ambiente

(SILVA, SILVA E NOME, 2016). Neste contexto, Jacobs (1961) sugeriu que uma área urbana tenha no mínimo de 250 habitações por hectare para que ela atenda aos requisitos de uma boa urbanidade. No entanto, as vilas de Itaipu apresentaram menos de 25 habitações por hectare, sendo a Área 4 a menos densa, com aproximadamente 15 habitações por hectare.

Mapa 35: Densidade construtiva por Região Morfológica de segundo nível



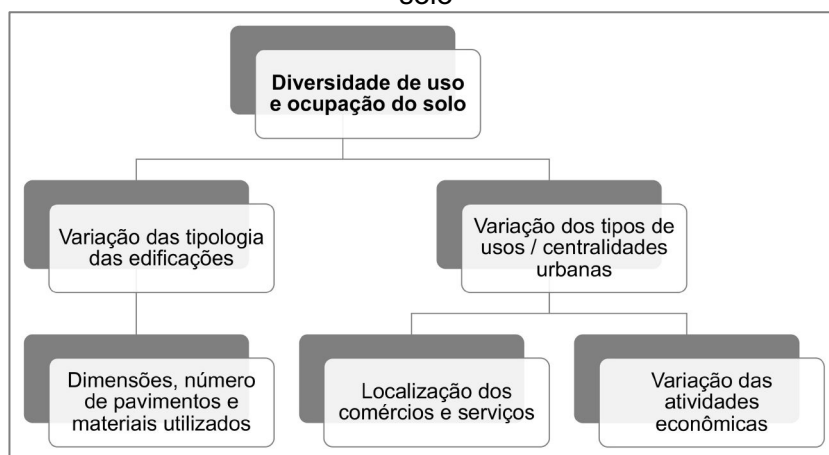
Fonte: a autora, a partir Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Prefeitura Municipal de Cidade do Leste (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), IBGE (2010), Levantamento de campo (2019).

Contudo, é importante destacar que para além dos preceitos modernistas, as baixas densidades sempre fizeram parte da cultura dos bairros residenciais nas cidades do interior do sul do Brasil, sejam elas médias ou pequenas. Historicamente, parte dos lotes em áreas urbanas é destinado para pequenas plantações (hortas e jardins) e para criação de animais de pequeno porte (gatos, cachorros e aves). Por este motivo, esse padrão continuou sendo reproduzido nos novos territórios habitacionais implantados no entorno das vilas de Itaipu das quatro cidades analisadas, que se caracterizam pela sua horizontalidade e espraiamento. Neste caso, o aumento nos índices urbanísticos, por si só, não corresponde à solução mais adequada, visto que uma das questões que permeia a urbanidade é justamente a necessidade de combinar a densidade construída com outros elementos como a diversidade do uso do solo e das edificações, a existência de áreas livres de edificação destinadas ao lazer e ao descanso, com as fachadas permeáveis e com edificações que tenham seus olhos voltados para a rua. Sendo assim, a discussão sobre a densidade construída é um tema transversal, considerada ao longo de toda análise.

6.3. DIVERSIDADE DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

A diversidade é vista dentro da urbanidade como o elemento capaz de proporcionar ambientes mais atrativos para os pedestres, seja pela oferta de diferentes atividades e usos ou pela variação nas formas existentes no ambiente construído. Nos bairros destinados para o uso predominantemente residencial e com tipologias construtivas pré-definidas e padronizadas, como é o caso das vilas de Itaipu, a diversidade fica comprometida e refém de outros processos para que ela consiga se desenvolver. Nesse sentido, este item busca a analisar quais mudanças ocorreram ao longo dos últimos quase quarenta anos (1979-2017) com relação à diversidade de uso e ocupação do solo nos territórios habitacionais analisados. Para isso, serão utilizadas as seguintes variáveis: variação das tipologias edilícias a variação do uso do solo, considerando também os usos destinados aos espaços livres de edificações e a criação de redes de centralidades urbanas (Figura 176).

Figura 176: Critérios e variáveis analisadas dentro da diversidade de uso e ocupação do solo



Fonte: a autora (2019)

Ao utilizar a morfologia urbana como base para esta análise, serão consideradas as informações levantadas sobre os padrões encontrados na paisagem urbana e não sobre características individuais de cada elemento. Desta forma, as Regiões Morfológicas de terceiro nível auxiliaram na identificação dos padrões referentes às tipologias das edificações (ou das áreas livres) e dos padrões de uso do solo em cada Vila de Itaipu analisada. Além disso, a comparação entre os mapas das quatro vilas permite traçar um comparativo entre elas para compreender determinados processos individuais que aconteceram e que resultaram na configuração encontrada no ano de 2017. Com relação as tipologias das edificações, ao analisar o Mapa 36, verifica-se que as quatro vilas não apresentavam grande diversidade e que a maior parte delas ainda se aproxima da proposta original.

De mofo geral, a organização do Quadro 22 apontou cinco tipologias diferentes identificadas nas quatro vilas analisadas, com alguma variação entre elas. A tipologia 1 refere-se às edificações com área média entre 230 m² e 240 m², sem recuo frontal. Na Vila A e Área 4 elas apresentaram de dois até quatro pavimentos e na Vila C, embora também tenham sido encontradas edificações de dois ou mais pavimentos, a maioria ainda é de um pavimento. Não foi identificada esta tipologia na Área 6. A tipologia 2 foi a que apresentou maior incidência em todos os loteamentos. Ela refere-se às edificações com apenas um pavimento e áreas médias que variavam de 160 m² (na Área 6) até 240 m² (na Vila A). Na Vila A também foram identificadas algumas edificações em madeira, mas com características construtivas semelhantes às demais e, por isso, elas não representam uma tipologia única. A tipologia 3 refere-se as edificações de grande porte, embora elas também sejam, em sua maioria, de

um pavimento, em geral destinadas para equipamentos institucionais públicos e privados. Por fim, a tipologia 4 refere-se as edificações com menores dimensões. Na Vila A são aquelas identificadas na RM1 e RM5, localizadas ao longo das vias *cul-de-sac* e com área média de 135 m². Já na Vila C e na Área 6 são aquelas identificadas na RM5 e apresentam áreas médias entre 51 m² e 75 m². A Área 4 não apresentou essa tipologia.

Quadro 22: Diversidade das tipologias das edificações nas vilas de Itaipu analisadas

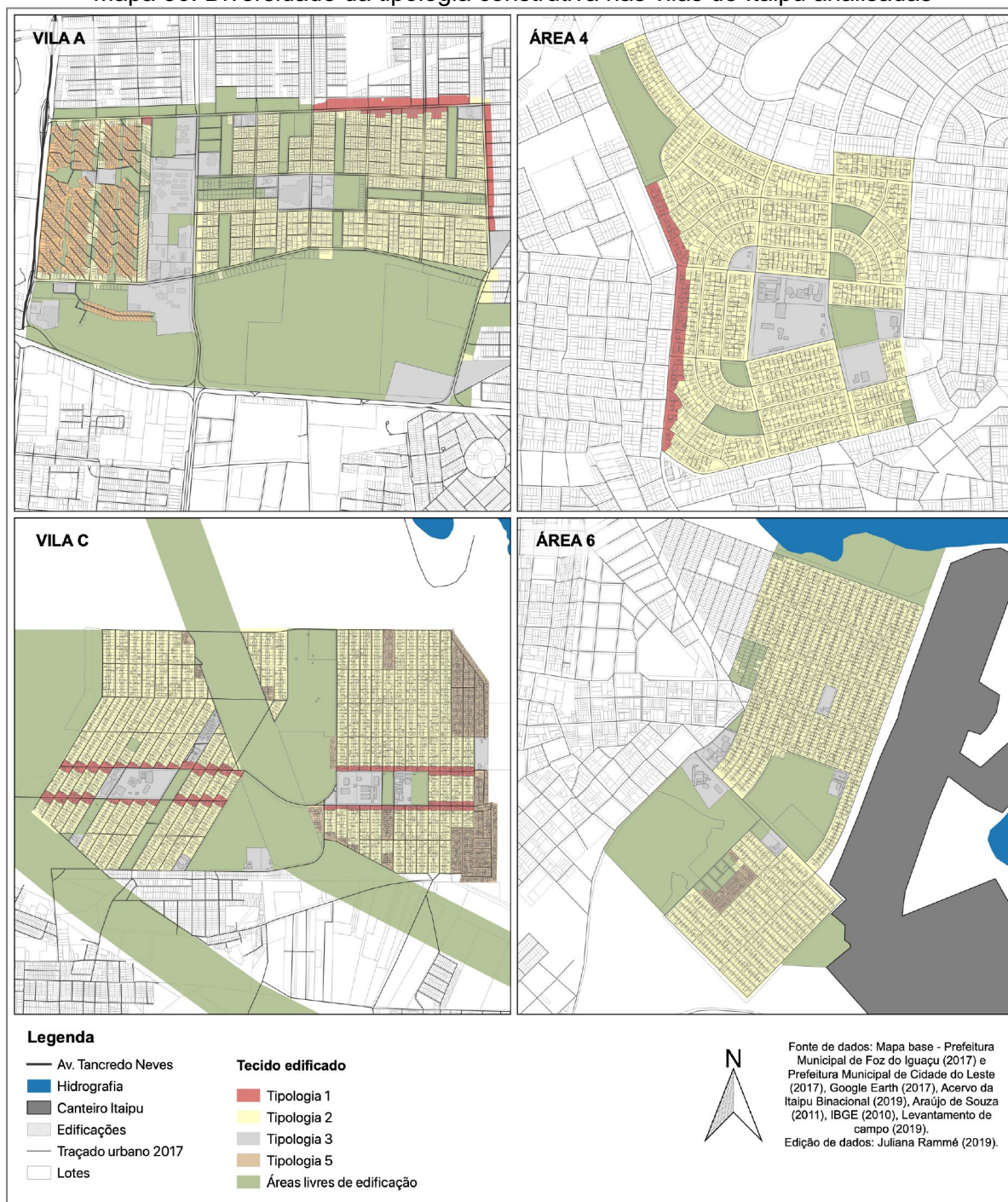
Tipologia das edificações	Vila A	Área 4	Vila C	Área 6
Tipologia 1	Edificações em alvenaria, sem recuo frontal, de 2 até 4 pavimentos e área média de 240 m ² ;	Edificações em alvenaria, sem recuo frontal, de 2 até 4 pavimentos e área média de 230 m ² ;	Edificações em alvenaria, sem recuo frontal, com 1 pavimento e área média de 240 m ² ;	---
Tipologia 2	Edificações em madeira e alvenaria, com 1 pavimento e áreas médias entre 200 m ² e 240 m ² ;	Edificações em alvenaria, com 1 pavimento e área média de 230 m ² ;	Edificações em alvenaria, com 1 pavimento e área média de 200 m ² ;	Edificações em alvenaria, com 1 pavimento e área média de 160 m ² ;
Tipologia 3	Edificações em alvenaria, com 1 e 2 pavimentos área média de 690 m ² ;	Edificações em alvenaria, com 1 pavimento e área média de 820 m ² ;	Edificações em alvenaria, com 1 pavimento e área média de 550 m ² ;	Edificações em alvenaria, com 1 pavimento e área média de 720 m ² ;
Tipologia 4	Edificações em alvenaria, com 1 pavimento e área média de 135 m ² ;	---	Edificações em alvenaria, com 1 pavimento e área média de 51 m ² ;	Edificações em alvenaria, com 1 pavimento e área média de 75 m ² ;

Fonte: a autora (2019).

Com relação às variações nos tipos de uso, é possível identificar que tanto na Vila A, quanto na Área 4, a concentração dos usos comerciais e de serviços se caracterizavam como centralidades urbanas lineares, por eles estarem distribuídos ao longo de vias estruturais que se conectavam com outras áreas da cidade. Nelas estavam situados, além de pequenos comércios como lojas, mercados, lanchonetes, restaurantes e postos de combustível, alguns usos e serviços de maior porte, como bancos, clínicas de saúde e, no caso da Vila A, o prédio da Universidade Federal de Integração Latino-Americana. Essas centralidades urbanas adentram nos bairros vizinhos, lhes conferindo uma importância ainda maior. Cabe destacar que na

proposta original da Vila A, o único espaço destinado para atividades comerciais estava localizado em uma via de interligação, na porção oeste do loteamento. Nas demais áreas do bairro estavam previstas apenas edificações residenciais, embora a Lei de 1991 permitisse a implantação de pequenos comércios e serviços.

Mapa 36: Diversidade da tipologia construtiva nas vilas de Itaipu analisadas



Fonte: a autora, a partir Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017) e Prefeitura Municipal de Cidade do Leste, Google Earth (2017), Araújo de Souza (2011), Acervo da Itaipu Binacional (2019), IBGE (2010) e Levantamento de campo (2019).

Porém, os índices construtivos não incentivaram essa alteração, visto que a exigência de recuos frontais de no mínimo 5 metros frontais foram mantidos ao longo dos anos pelas legislações municipais, assim como a taxa de ocupação de no máximo 50% da área do lote. Ou seja, as centralidades urbanas lineares só ganharam força após a definição dos Eixos de Bairro, no ano de 2007, quando esses índices foram alterados em algumas vias do loteamento. No ano de 2017, a centralidade linear identificada na Vila A correspondia à uma das principais da cidade, pois a diversidade de atividades oferecidas atendia também aos demais bairros localizados na região norte do município. Com relação à Área 4, sua proposta original também não previa atividades comerciais e de serviços, mas a falta de uma legislação municipal acabou por não restringir sua implantação. Além disso, a inserção da Área 4 de forma integrada com a malha urbana, refletiu no surgimento de mais pontos de comércio e serviços, tanto nas bordas do bairro, quando nas principais vias em seu interior.

Em contraponto, na Vila C e na Área 6 a concentração de usos comerciais e de serviços não se caracterizavam como centralidades urbanas. No caso da Vila C, mesmo que eles também estejam localizados ao longo de duas vias principais, sua função é estritamente local, pois as vias em que eles estão inseridos não apresentam uma conexão significativa com as demais áreas da cidade. Isso acontece devido à segregação espacial que limita a expansão urbana desde sua origem, conforme mencionado na análise da articulação do tecido urbano. No caso da Área 6, apesar de ela ter sido construída integrada com a malha urbana existente, sua localização também não permitiu a expansão urbana em seu entorno e, por este motivo, os comércios existentes no bairro também são apenas de caráter local. As maiores concentrações comerciais e de serviços estão localizadas em duas vias que se conectam com o acesso secundário da Itaipu Binacional e ao longo da via que faz ligação com a principal avenida do município e que conecta o bairro à Prefeitura Municipal e ao centro da cidade (Mapa 35). No entanto, ao analisar o entorno imediato da Área 6 também é possível identificar uma via com grande concentração de comércios e serviços na borda do loteamento, ao longo da rodovia que liga Hernandárias ao município de Salto do Guairá, minimizando o problema da falta de diversidade de uso no interior do bairro.

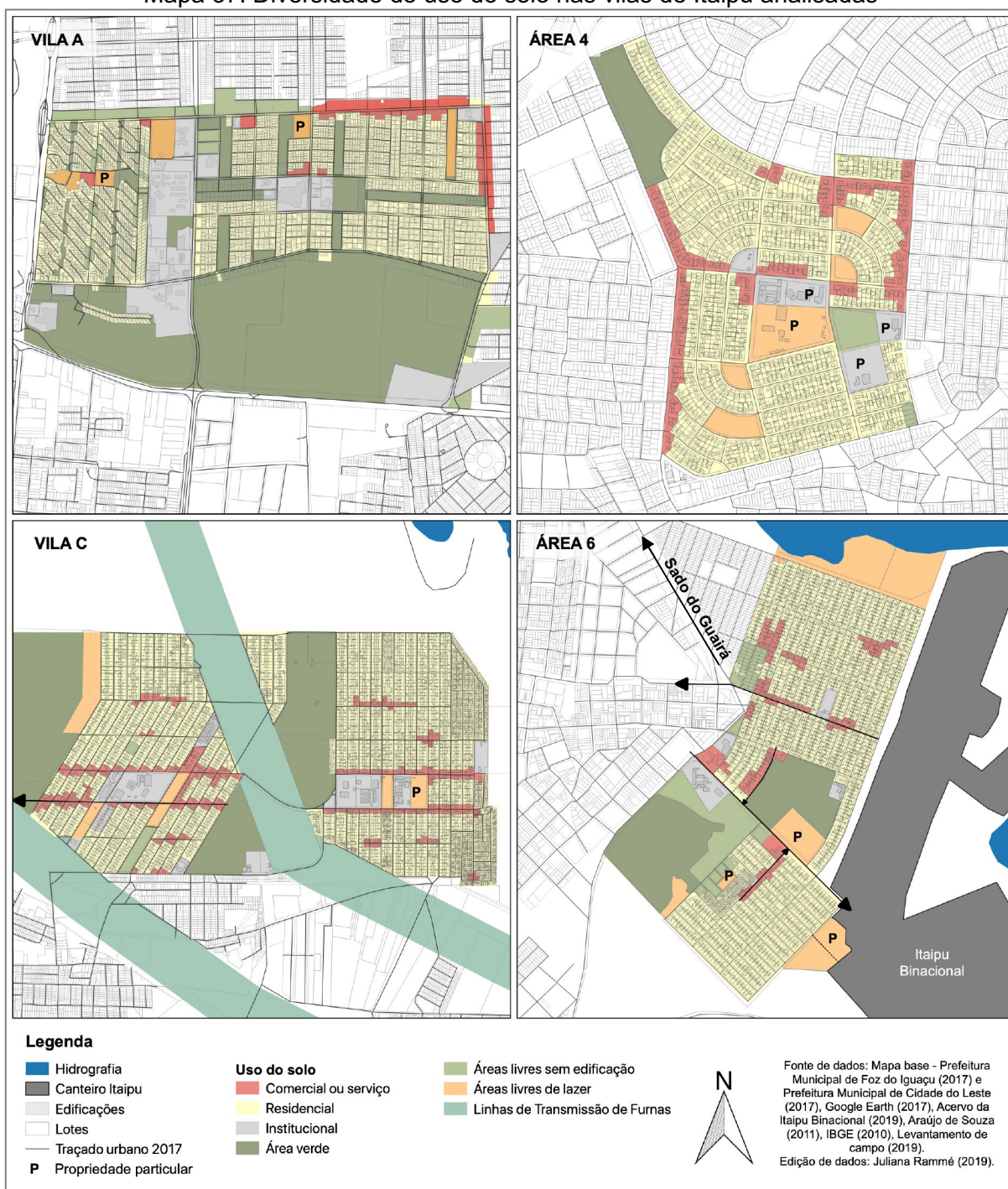
Com relação aos espaços destinados para as áreas verdes, é possível verificar que no Brasil as vilas apresentaram uma reserva maior destinada para este fim. Tanto na Vila A, quanto na Vila C, foram destinadas grandes porções de terra

para esta finalidade, que até o ano de 2017 ainda se mantinham preservadas. Entretanto, apesar da sua importância ambiental, o acesso restrito a estas áreas e a falta de espaços de transição entre elas e as demais áreas dos loteamentos, faz com que elas sejam vistas apenas como pano de fundo na paisagem urbana das vilas brasileiras e, muitas vezes, também como barreiras para os pedestres. Como é o caso da Vila A, em que a maior área verde foi implantada na divisa do loteamento com a BR 277 e na Vila C, que a maior área verde foi implantada na área central do loteamento, dividindo-o em duas partes, fator que aumenta ainda mais as distâncias percorridas pelos moradores. É importante ressaltar que até o ano de 2017, a via localizada ao longo da área verde era considerada o único acesso para a população localizada na porção leste do bairro.

Por fim, com relação às áreas livres de edificação destinadas para o lazer, embora as quatro vilas apresentassem espaços destinados fim, parte deles eram privados, marcados no Mapa 37 com um P, com agravante para a Vila A, onde apenas três deles são públicos. É importante destacar que foram demarcadas apenas as áreas com alguma infraestrutura de lazer, embora existam outras áreas livres que apresentem potencial para o uso. A Área 4 apresenta a maior quantidade de espaços livres de lazer públicos das quatro vilas e sua distribuição contempla todo bairro. São praças equipadas com campos de futebol, campos de areia, parques infantis e quiosques. Já na Área 6 os espaços públicos estão localizados nas bordas do loteamento, distante de uma parcela significativa das residências e se caracterizam, em geral, como quadras esportivas.

Sendo assim, é possível concluir que das quatro vilas de Itaipu analisadas, a Área 4 apresenta maior diversidade em termos de tecido edificado e em termos de uso do solo, em partes, devido sua disposição totalmente integrada à malha urbana. Enquanto nas demais vilas essa diversidade varia nas diferentes áreas do bairro. No entanto, para fins da urbanidade, quanto mais diverso for o espaço urbano, mais adequado ele se torna para o uso das pessoas. A criação de centralidades urbanas e sua combinação com usos institucionais e de lazer pode ser uma boa resposta para se criar espaços atrativos e agradáveis aos pedestres. Porém, é preciso considerar as distâncias intraurbanas a serem percorridas entre as áreas majoritariamente residenciais e estas centralidades, de modo que a diversidade possa cumprir de fato seu papel dentro da cidade.

Mapa 37: Diversidade do uso do solo nas vilas de Itaipu analisadas



Fonte: a autora, a partir Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017) e Prefeitura Municipal de Cidade do Leste, Google Earth (2017), Araújo de Souza (2011), Acervo da Itaipu Binacional (2019), IBGE (2010) e Levantamento de campo (2019).

6.4. DISTÂNCIAS INTRAURBANAS

Além da distância entre as centralidades urbanas, é preciso considerar também a distribuição dos equipamentos públicos e coletivos, bem como das áreas livres de edificação destinadas para o lazer existentes no bairro ou em seu entorno.

Isso porque, as interações entre diferentes pessoas aumentam quando mais trajetos cotidianos passam a serem feitos a pé ou de bicicleta. Ou seja, a urbanidade perpassa pelo direito ao entorno, defendido por Santos (2013), em que o acesso aos bens e serviços essenciais seja garantido para toda população da cidade, independente de onde esteja localizada sua moradia. Sendo assim, para analisar este elemento serão verificadas as distâncias intraurbanas entre os equipamentos públicos e coletivos de uso cotidiano, como escolas, creches e postos de saúde, bem como a distribuição das áreas de lazer existentes em cada Vila de Itaipu analisada (Figura 177).

Figura 177: Critérios e variáveis analisadas dentro das distâncias intraurbanas



Fonte: a autora (2019).

Conforme mencionado no referencial teórico desta pesquisa, até o ano de 1999 a Lei Federal 6.766/1979 (BRASIL 1979) previa que a porcentagem de áreas públicas não poderia ser inferior à 35% da gleba de um loteamento. Dentro desta porcentagem seriam somadas as áreas de todo sistema viário, das áreas verdes de preservação, dos espaços de lazer e dos equipamentos públicos. No entanto, a partir de 1999, com a aprovação da Lei Federal 9.785/1999 (BRASIL, 1999), ficou definido que esta porcentagem seria definida pela legislação municipal e poderia variar de acordo com a densidade de cada zona em que se divide o território municipal, retirando a obrigatoriedade de uma área mínima. No entanto, segundo Gouvêa (2008), para densidades urbanas entre 50 e 500 hab/ha, a proporção mínima destinada para áreas públicas deveria ser de 40%.

Contudo, as baixas densidades construídas também refletem as baixas densidades demográficas encontradas na Vila A e na Vila C, sendo 12,16 hab/ha e 44,85 hab/ha respectivamente, ou seja, abaixo da porcentagem apontada na

bibliografia. O dado referente ao número de habitantes de cada bairro foi obtido junto ao Censo do IBGE de 2010 que apresenta a população por Setor Censitário (IBGE, 2010). O Paraguai não conta com este dado específico e por isso não é possível saber a densidade demográfica das Áreas 4 e 6. De qualquer modo, a soma de áreas públicas em todas as vilas, mesmo com baixa densidade construída e demográfica, é superior à 40%. Porém, é preciso considerar que a Vila A apresenta 30,51% de sua área destinada exclusivamente para áreas verdes de preservação, ou seja, que não possuem outro uso simultâneo, como o de lazer, enquanto nas demais vilas essa porcentagem não ultrapassa os 11%. Se forem analisadas apenas as porcentagens destinadas para implantação de equipamentos públicos e coletivos e espaços livres de lazer, também públicos, as Vilas apresentam porcentagens muito semelhantes, sendo 4,46% na Vila A, 6,30% na Vila C e 6,47% na Área 4. A Área 6, por sua vez, apresenta uma área de 10,71% para este mesmo fim. No entanto, a grande diferença está na porcentagem das áreas de lazer, devido à ampla área pública destinada para a Costaneira, às margens do Lago de Itaipu (Tabela 8).

Tabela 8: Porcentagem de áreas públicas e/ou coletivas das vilas de Itaipu

Vila de Itaipu	Área total (HA)	Espaços de lazer	Equipamentos públicos e coletivos	Sistema viário	Áreas verdes
Vila A	544	1,42%	3,04%	34,93%	30,51%
Vila C	127	3,38%	2,92%	14,90%	10,32%
Área 4	294	4,17%	2,30%	27,99%	5,02%
Área 6	180	9,32%	1,39%	29,31%	9,25%

Fonte: a autora (2019).

Além de analisar quantitativamente a distribuição das áreas destinadas para os equipamentos público e coletivos de uso cotidiano e para as áreas de lazer públicas, é preciso também compreender sua distribuição dentro de cada bairro. De acordo com Gouvêa (2008), cada equipamento público tem um raio de abrangência, que se refere à distância máxima a ser percorrida pelos moradores. A partir dessa afirmação, foi elaborado o Quadro 23, que contém o nome de cada uso analisado e a área de abrangência máxima definida pela literatura. Visto que o ano de levantamento dos dados referente aos usos do solo e das edificações é 2019, serão considerados também os equipamentos de uso cotidiano inseridos nos bairros do entorno, mas que de alguma forma atendem as vilas de Itaipu. Além disso, para caracterização das áreas livres destinadas para o lazer, foi considerada a divisão elaborada com Fontes

e Shimbo (2003). Para eles, a categorização dessas áreas favorece a consolidação de um sistema diversificado e melhora a oferta de espaços mais adequados as diversas necessidades da sociedade.

Quadro 23: Raios de abrangência dos equipamentos públicos de saúde e ensino e das áreas de lazer

Equipamentos públicos e coletivos e espaços livres de lazer	Infraestrutura básica	Raio de abrangência	Autores
Centro de Educação Infantil	---	400 m	Castello (2010)
Centro de Ensino Fundamental (básico)	---	800 m (15 min. a pé)	Dudzinska (2009)
Centro de Ensino Médio	---	3.000 m	Gouvêa (2008)
Unidade Básica de Saúde (Posto de Saúde)	---	800 m	Castello (2010)
Parque de vizinhança	Aparatos para jogos, brinquedos, arborização;	500 m	Fontes e Shimbo (2003)
Campo de vizinhança	Quadras de esportes, elementos vegetais, pista de skate;	800 m	Fontes e Shimbo (2003)
Parque de bairro	Campos de jogos para todas as idades, ambiente para repouso, instalação, sanitária, lanchonete, etc.	500 a 5.000 m	Fontes e Shimbo (2003)

Fonte: a autora, a partir de Gouvêa (2008), Castello (2010), Dudzinska (2009) e Fontes e Shimbo (2003).

A distribuição sugerida pelos autores apontados acima, foi elaborada a partir da estrutura de ensino e da organização do Sistema Único de Saúde do Brasil. Essa proposição será aplicada também às vilas de Itaipu implantadas no Paraguai. Porém, para isso é preciso compreender brevemente como esses sistemas funcionam no país vizinho. De acordo com a Lei Federal Paraguaia nº 1.264/1998 (PARAGUAI, 1998), a educação formal no país é estruturada em três níveis. O primeiro refere-se ao ensino infantil, destinado para crianças de até quatro anos de idade. O segundo ao ensino básico, que corresponde à pré-escola e mais nove graus ou séries. O terceiro corresponde à educação média normal ou técnica, dividida em três graus ou séries. E por fim, o ensino superior, que correspondem aos cursos universitários. Este sistema se assemelha ao do Brasil, porém, a educação básica brasileira compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Nos dois países, o ensino básico e médio tem caráter público e gratuito.

Para padronizar os dados analisados nos dois países, os equipamentos

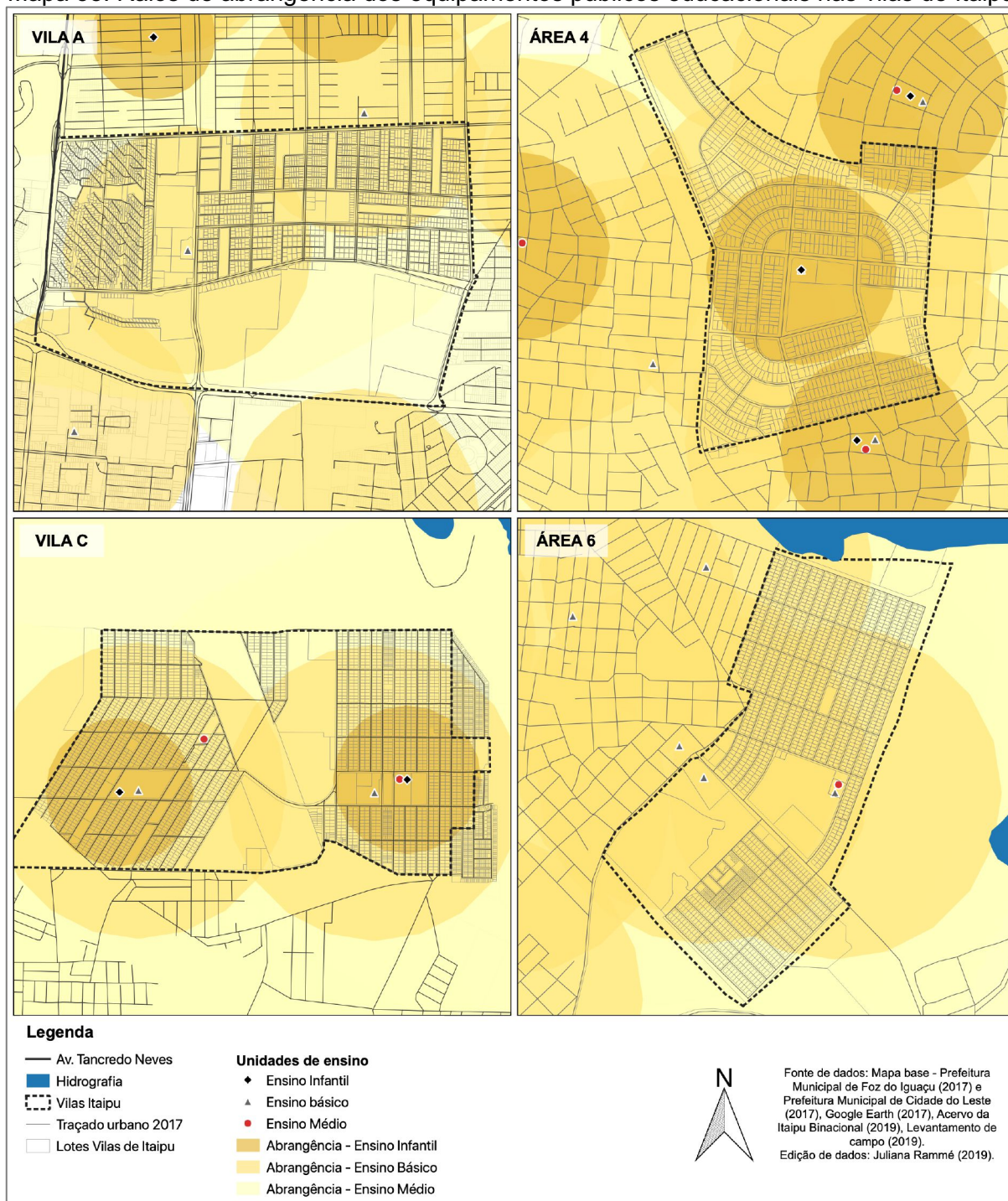
serão divididos de acordo com a indicação de sua área abrangência, ou seja, ensino infantil (ensino que antecede à pré-escola), ensino básico (da pré-escola até o nono ano) e ensino médio. Contudo, tanto no Brasil, quanto no Paraguai, não existe uma padronização na oferta destes serviços e uma mesma escola pode ofertar as três categorias de ensino, como também pode ofertar apenas uma, ou então, parte de uma e parte de outra. Sendo assim, é possível encontrar em um mesmo equipamento as três categorias de ensino (inicial, básico e médio). Nos casos de uma mesma escola conter mais que uma categoria, ela estará sinalizada com os símbolos respectivos e contará com um raio de abrangência para cada uma delas.

A partir dos dados levantados, verificou-se que todas as vilas de Itaipu estão dentro do raio de abrangência do ensino médio. No entanto, com relação à abrangência do ensino básico, a única vila totalmente atendida é a Área 4, embora a Área 6 e a Vila C apresentem apenas uma pequena parcela do território fora do raio de abrangência. O maior impacto é sentido por parte da Vila A, onde uma parcela significativa não é atendida por esta categoria de ensino. Por fim, ao considerar a abrangência das unidades de ensino infantil, mais uma vez a vila com melhor atendimento é a Área 4, seguido da Vila C. A Vila A e a Área 6 não apresentam em seu perímetro ou próximo a ele este tipo de serviço (Mapa 38).

Apesar da localização desses equipamentos ter sido analisada pela perspectiva da urbanidade, ou seja, pela possibilidade de realizar estes trajetos a pé ou de bicicleta, é importante destacar que a população das vilas de Itaipu apresenta diferentes faixas de renda e, desta forma, a ausência desses serviços é ainda mais sentida por uma parcela específica da população. Ou seja, na Vila A a renda média por domicílio é de 9 salários mínimos, com variação de 7 até 13 salários mínimos, enquanto na Vila C essa média é de 3 salários mínimos, com variação de 1,5 até 4 salários mínimos (IBGE, 2010). Sendo assim, a ausência de unidades de Ensino Infantil na Área 6, que apresenta o mesmo perfil da Vila C, demonstra que a população precisa percorrer grandes distâncias para ser atendida por esse tipo de serviço, o que torna inviável o acesso para aquela parcela que não possui veículo próprio. Enquanto na Vila A, essa mesma ausência pode ser reflexo da falta de demanda desse serviço por parte da população, uma vez que, de acordo com a renda média do bairro, seu poder de mobilidade é maior, assim como, a possibilidade de acessar as redes privadas de ensino. Vale destacar que justamente na porção do território da Vila A

que também não é atendida pelo raio de abrangência do ensino básico, a média de renda da população por domicílio é de aproximadamente 13 salários mínimos.

Mapa 38: Raios de abrangência dos equipamentos públicos educacionais nas vilas de Itaipu

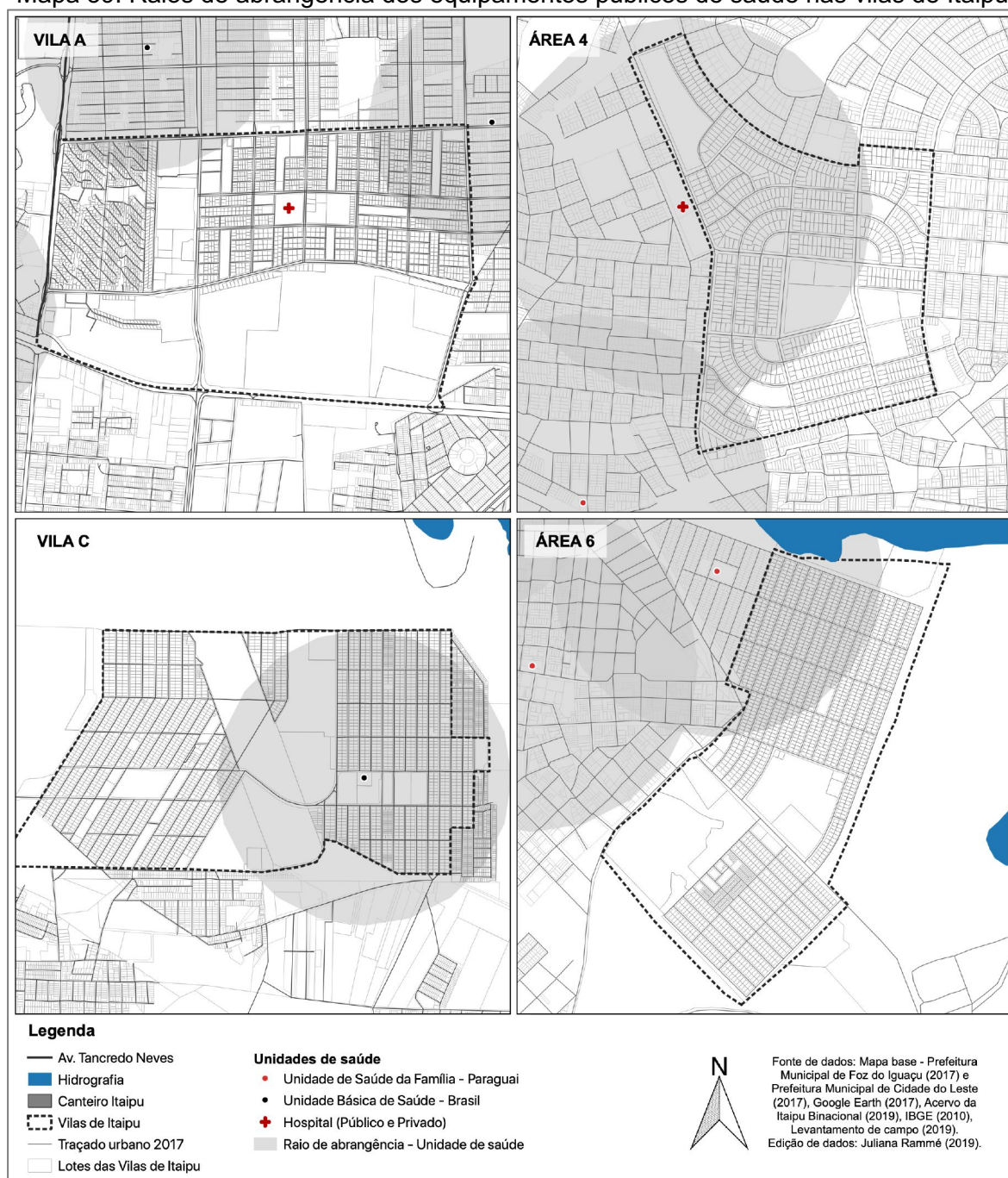


Fonte: a autora, a partir Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017) e Prefeitura Municipal de Cidade do Leste, Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), IBGE (2010) e Levantamento de campo (2017).

Com relação aos equipamentos de saúde públicos, diferente do Brasil que apresenta um Sistema Único de Saúde, o Paraguai não conta com uma rede ampla para atendimento de toda população. Por este motivo, não foram localizados equipamentos semelhantes às Unidades Básicas de Saúde (UBS) e nem às Unidades de Pronto Atendimento (UPA). Em geral, os atendimentos básicos e especializados ocorrem nos Hospitais Distritais e, no caso de Cidade do Leste, no Hospital Regional. Sendo assim, estes equipamentos serão considerados de uso cotidiano da população e serão aplicados a eles o mesmo raio de abrangência das unidades básicas de saúde. Além dos hospitais, os municípios paraguaios contam também com algumas Unidades de Saúde da Família (USF). As USFs são responsáveis por realizar consultas ambulatoriais e domiciliares em pacientes com limitações de deslocamento, bem como, trabalham com a prevenção de doenças e educação sobre a promoção da saúde. Sendo assim, essas unidades também foram consideradas para demarcação dos raios de abrangência.

De qualquer modo, tanto as vilas brasileiras, quanto as paraguaias, não são atendidas de maneira satisfatória pelos equipamentos de saúde. A Área 6 é a que apresenta maior carência, pois o único raio de abrangência que atende parte dela refere-se à uma USF e o hospital público mais próximo está localizado a mais de 3 km de distância do início do loteamento. A Área 4, apesar de não contar com um equipamento de saúde dentro de seu perímetro, em sua borda foi implantado o Hospital Regional de Cidade do Leste e, por isso, das quatro vilas ela é a melhor atendida. A Vila C conta com uma UBS, porém, o raio de abrangência mostra que apenas metade dela está sendo devidamente atendida, embora todos os moradores do bairro possam utilizar este serviço. Mais uma vez a Vila A é a que apresenta maior carência deste tipo de serviço, porém, assim como as unidades de ensino, seus moradores apresentam maiores condições de buscar por um atendimento privado ou se deslocar com veículo próprio até uma unidade de saúde pública. Nesse sentido, destaca-se a existência do Hospital Costa Cavalcante, demarcado no mapa, mas sem seu respectivo raio de abrangência por não se tratar de um equipamento público. É importante destacar que não cabe a este estudo avaliar o número de atendimentos ou a capacidade de cada estabelecimento, mas sim, a distância máxima a ser percorrida pelos moradores (Mapa 39).

Mapa 39: Raios de abrangência dos equipamentos públicos de saúde nas vilas de Itaipu



Fonte: a autora, a partir Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017) e Prefeitura Municipal de Cidade do Leste, Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), IBGE (2010) e Levantamento de campo (2019).

Além dos equipamentos públicos e coletivos, foram analisados também os raios de abrangência das áreas de lazer livres de edificação (Mapa 40). A partir da classificação proposta por Fontes e Shimbo (2003) foram identificadas nas vilas de Itaipu três categorias de espaços de lazer: campo de vizinhança, parque de vizinhança e parque de bairro. O que os diferencia é a escala e os equipamentos existentes em cada um. Para os autores, os parques de vizinhança estão localizados próximos das

áreas habitacionais, distantes de grandes avenidas e dentro das unidades de vizinhança. São eles os responsáveis pelo lazer cotidiano da população. Seu raio de abrangência é de 500 metros, distância percorrida em aproximadamente 10 minutos a pé. Os campos de vizinhança, por sua vez, são destinados prioritariamente para atividades esportivas e também devem estar localizados preferencialmente longe de vias com trânsito intenso. Seu raio de abrangência é de 800 metros, ou seja, uma distancia percorrida em aproximadamente 15 minutos a pé. Por fim, os parques de bairro devem estar localizados às margens das áreas residenciais, e atendem a uma distância máxima de 5.000 metros. Por seu uso não ser destinado ao lazer cotidiano, essa distância pode ser percorrida com veículo particular ou transporte público.

Sendo assim, na Vila A, o único parque de vizinhança identificado está localizado próximo dos corredores verdes implantados ao longo dos miolos de quadra, nas vias *cul-de-sac*. No entanto, ao longo de todo loteamento foram identificadas diversas áreas verdes com potencial para o uso de lazer e, desde a origem do loteamento, já caracterizadas para este fim. No entanto, devido à falta de equipamentos e mobiliários elas foram classificadas como parques de vizinhança em potencial. De qualquer forma, elas são áreas públicas e podem ser utilizadas pela população. Ao contabilizar os parques de vizinhança em potencial, as áreas habitacionais da Vila A ficam, em sua maioria, atendidas por este equipamento. Na Área 4, os parques de vizinhança existentes atendem quase toda área habitacional e dois parques em potencial foram identificados. Já nas Vilas C e Área 6, os parques existentes e em potencial não atendem toda área do loteamento e uma parcela significativa da população acaba tendo que percorrer grandes distâncias para utilizar este equipamento.

Com relação aos Campos de Vizinhança, uma área com este fim foi identificada na Vila A, na Vila C e na Área 6. Porém, em todas estas vilas os raios de abrangência não atendem toda área habitacional. Apesar da Área 4 não contar com este tipo de equipamento, os Parques de vizinhança estão equipados com quadras esportivas e, por isso, também cumprem esta função. Por fim, a Vila A e a Área 6 são as únicas vilas que contam com parques de bairro, embora parte da Área 4 seja atendida pelo parque implantado na Área 1. Na Vila A, esta área de lazer corresponde ao chamado Gramadão, mantido ainda hoje pela Itaipu Binacional. Na Área 6, corresponde à Costaneira, presente desde a implantação do loteamento e reformada em 2017, também pela Itaipu Binacional. De modo geral, a Vila C é a única que

apresenta uma parcela significativa dos lotes fora de qualquer raio de abrangência, ou seja, que não está sendo atendida por nenhum destes espaços públicos de lazer. É importante frisar que é justamente nesse bairro que a população apresenta a menor renda e, por consequência, a maior limitação para utilizar as áreas de lazer distantes de seu local de moradia.

Mapa 40: Raios de abrangência das áreas de lazer livres de edificação



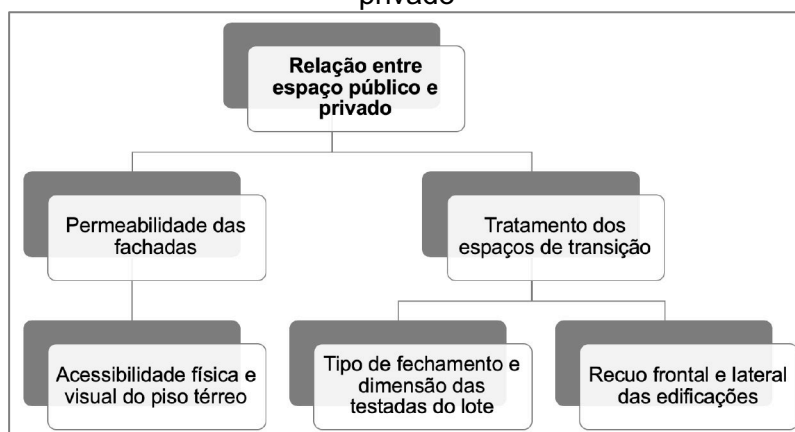
Fonte: a autora, a partir Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017) e Prefeitura Municipal de Cidade do Leste, Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), IBGE (2010) e Levantamento de campo (2019).

6.5. RELAÇÃO ENTRE OS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

A cidade é organizada a partir da delimitação dos seus espaços públicos e privados. Os espaços públicos são destinados para o uso comum, coletivo e é onde a vida pública acontece. A existência de espaços públicos de qualidade, acessíveis e atrativos é a premissa para o que as interações entre diferentes pessoas aconteçam. Um dos fatores que imprime no espaço público essas características é a forma como ele se relaciona com os espaços privados da cidade. Isso porque, não adianta ter uma rua com calçadas largas, de boa qualidade, com mobiliários adequados ao uso do pedestre, se ao longo dela for construído um grande paredão, que isola o espaço privado e transforma seu limite em uma barreira ainda maior. Nos bairros residenciais, a “cultura do medo” modificou profundamente a relação entre os espaços públicos e privados nos últimos anos. A ideia do isolamento da edificação dentro do lote (ou mesmo dentro do condomínio fechado), vem sendo vendida como uma das soluções para o crescente problema da violência urbana. No entanto, diversos pesquisadores sobre o tema afirmam que quanto mais isolada a edificação estiver em relação aos demais espaços da cidade, menos segura ela estará e ainda, como consequência disso, menos atrativo será o espaço público em seu entorno.

Neste sentido, a relação entre o espaço público e o espaço privado será analisado nesta pesquisa a partir da compreensão da permeabilidade das fachadas, seja ela física ou visual, e do tratamento dos espaços de transição (Figura 178). Esses dois critérios, apesar de serem distintos, estão interligados entre si, pois, segundo Gehl (2015), é através da fachada que se vê e se experimenta de perto onde pode haver algum tipo de interação entre a vida dentro das edificações e a vida ao ar livre. Para o autor, o espaço de transição ao longo dos andares térreos é também uma zona onde se localizam as portas de entrada e os pontos de troca entre o interior e o exterior. Ou seja, as transições proporcionam uma oportunidade para a vida dentro das edificações e em frente a elas. É o espaço onde as atividades que acontecem dentro das edificações podem ser levadas para fora delas, para o espaço público da cidade.

Figura 178: Critérios e variáveis analisadas dentro da relação entre o espaço público e privado



Fonte: a autora (2019)

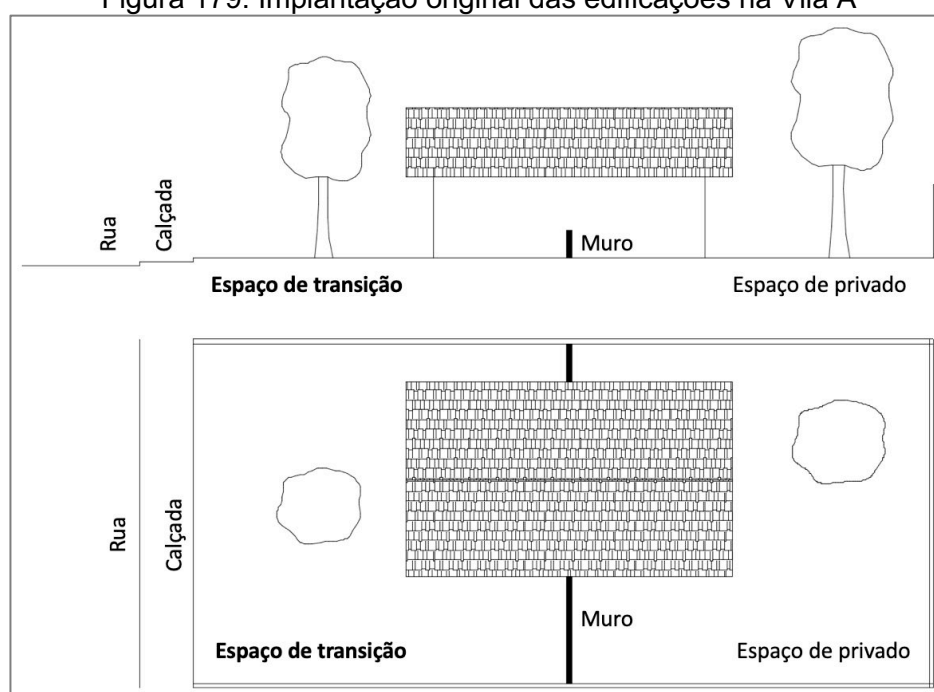
Os espaços de transição podem ser utilizados também para permanências mais longas, através da implantação de bancos ou cafés nas calçadas. Nas áreas predominantemente residenciais é importante garantir que as fachadas tenham seus olhos voltados para a rua, a partir da existência de portas e janelas que ajudam a intensificar a troca entre o espaço interior e exterior das edificações. Além disso, é importante estimular atividades na parte externa das edificações, pois é nela que acontece o câmbio entre a esfera da vida pública e a esfera da vida privada. É ali que as atividades das áreas residenciais se mudam para o terraço ou recuo ajardinado, em um bom contato com o espaço público. No entanto, muitas áreas residenciais recentes permitiram a usurpação dessas zonas de transição por garagens e estacionamentos, tornando esses espaços monótonos e desestimulando as pessoas a caminhar pela cidade (GEHL, 2013).

A partir da análise das Regiões Morfológicas de segundo e terceiro nível é possível compreender como os diferentes padrões da paisagem urbana se comportam com relação à organização das fachadas dos edifícios e dos espaços de transição, seja pela análise da implantação das edificações no lote ou do tecido edificado. É importante frisar que as análises deste elemento são estritamente físico-espaciais e somente no próximo item será discutido o uso e apropriação da população nos espaços públicos e coletivos, de modo a compreender, de fato, qual impacto dessas relações na caracterização da urbanidade.

Na Vila A, os projetos originais das edificações residenciais implantadas em grande parte do loteamento (RM 4, RM 5, RM 7, RM 8 e RM 9), previam uma área de transição conectada com o espaço público do bairro, sem qualquer tipo de barreira

física. Isso porque, devido o tamanho generoso dos lotes, as edificações foram implantadas na área central do terreno e na metade de sua extensão foi construído um muro, que dividia a área dos fundos e da frente dos lotes (Figura 179). Com isso, a área que estava localizada nos fundos da edificação apresentava um caráter totalmente privado, assim como seu interior construído. Enquanto a área frontal apresentava um caráter de transição (Figura 180). No caso da Área 4, não foram implantados muros no interior do terreno, mas sim, na sua divisa com a rua. Porém, a baixa altura garantia a visão para o espaço público e o recuo frontal determinava a existência do espaço de transição (Figura 181).

Figura 179: Implantação original das edificações na Vila A



Fonte: a autora (2019).

Figura 180: Implantação original – Vila A



Fonte: Acervo Técnico Itaipu Binacional (2019)

Figura 181: Implantação original – Área 4



Fonte: Defensoria Itaipu Binacional (2019)

Na Vila A, com o passar dos anos os recuos frontais foram mantidos nessas Regiões Morfológicas e em apenas parte dos lotes foram implantadas garagens ou realizadas pequenas ampliações nas edificações. A maioria dos lotes foram fechados com grades e raras exceções com muros. Mesmo assim, o muro interno continuou

existindo. Isso porque, o caráter privado do espaço permaneceu destinado para o fundo do terreno e para o interior edificado e o jardim frontal, apesar de agora delimitado por uma barreira física, continuou servindo como um espaço de transição. Com relação às fachadas das edificações, todas contam com portas e janelas voltadas para a rua e, devido a permeabilidade visual, é possível perceber que existe uma conexão interessante entre os espaços públicos e privados nas edificações residenciais (Mapa 41).

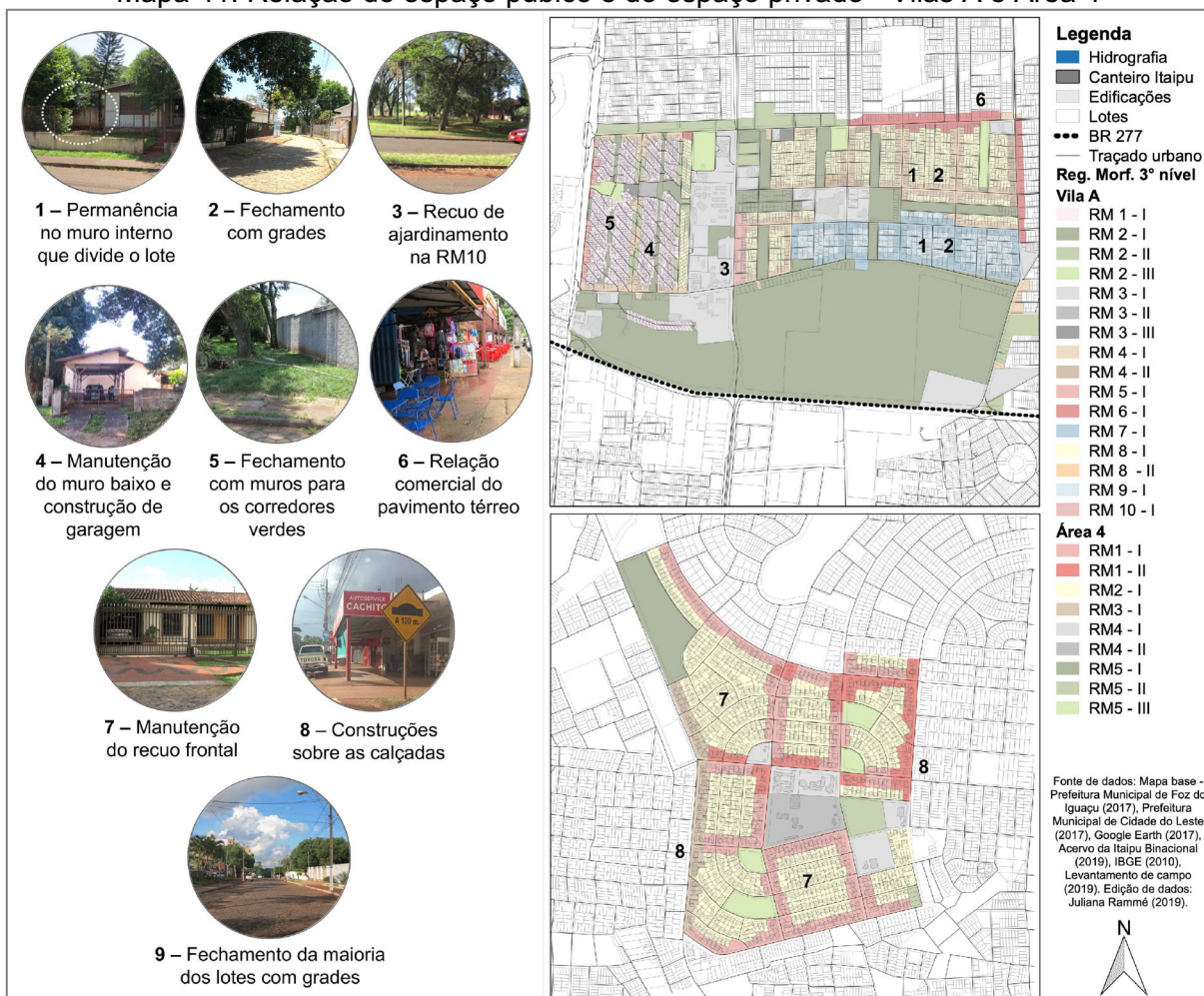
Na RM10, cujos padrões de fechamento do lote e recuo frontal se assemelham com as regiões morfológicas mencionadas acima, a diferença consiste na existência de um grande recuo de ajardinamento público, com aproximadamente 30 metros de profundidade. Por mais que este recuo forme uma paisagem interessante do ponto de vista paisagístico, ele afasta a rua e a calçada do espaço interno do lote e, com isso, prejudica a permeabilidade física e visual que interessa na relação entre o espaço público e privado. Isso porque, este espaço está sendo utilizado apenas como um grande jardim, sem nenhum atrativo para o pedestre. Além disso, como parte dele se caracteriza como o único acesso aos lotes, ele apresenta um caráter semiprivado, por mais que se trate de um espaço público, o que inibi ainda mais o uso por parte da população.

Com relação às residências implantadas na RM1 e na RM5, em parte dos lotes o processo de fechamento com muros altos e grades não aconteceu. No ano de 2019 eles ainda se encontravam abertos ou com o mesmo muro baixo construído durante a implantação das vilas de Itaipu na década de 1970. Entretanto, devido ao tamanho dos lotes e das edificações ser inferior às demais regiões, é possível perceber o processo relatado por Gehl (2013), onde os recuos frontais foram utilizados para implantação de garagens e estacionamentos. Outro fenômeno identificado nessas Regiões Morfológicas foi o fechamento lateral das residências lindeiras aos corredores verdes, isolando-os quase que totalmente. Além disso, a falta de manutenção da vegetação nestes espaços corrobora para que ele se torne um lugar perigoso e sem uso. Ou seja, apesar de os corredores verdes terem permanecido no desenho urbano do loteamento, o fechamento lateral dos lotes reflete a falta de apropriação da população por esta proposta.

Por fim, com relação à RM6, a única região sem recuo frontal e com uso predominantemente comercial e de serviços, é importante destacar a intensa relação entre o pavimento térreo e a rua, assim como a utilização das calçadas por alguns

estabelecimentos. Além disso, os edifícios nessa região têm no máximo quatro pavimentos e sacadas viradas para a rua, o que reforça a ligação entre o espaço público e privado também através da relação visual (Mapa 41).

Mapa 41: Relação do espaço público e do espaço privado - Vilas A e Área 4



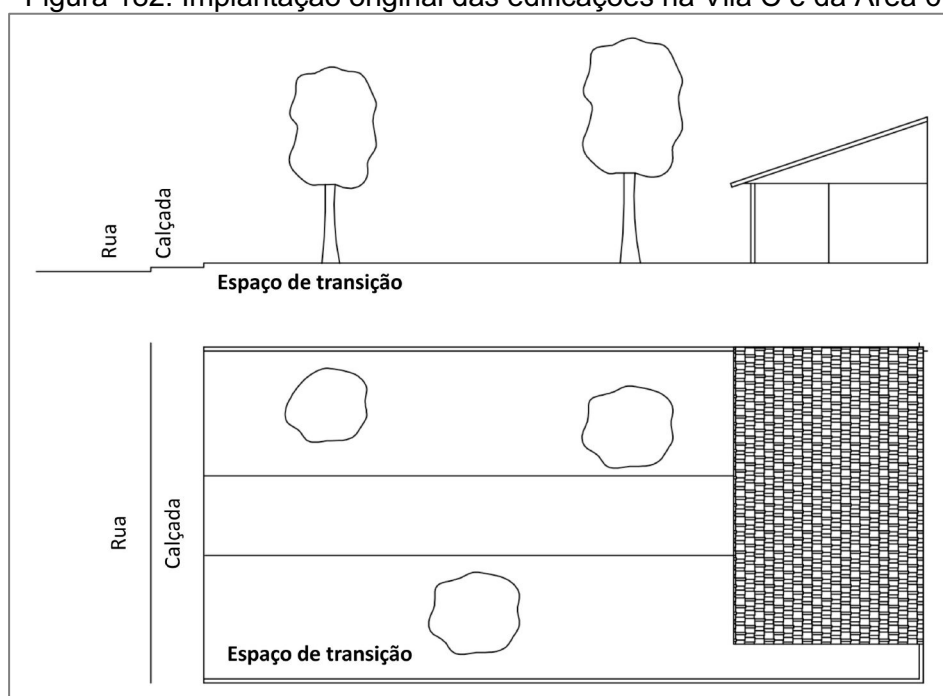
Fonte: a autora, a partir Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), IBGE (2010), Levantamento de campo (2019).

No caso da Área 4, assim como na Vila A, nas Regiões Morfológicas com uso predominantemente residencial o mesmo processo de fechamento com grades aconteceu, preservando o espaço de transição dos lotes. Na parte frontal das edificações foram identificados jardins e espaços de descanso, com bancos e outros mobiliários, enfatizando uma relação mais próxima com o espaço público da rua. Como a garagem já estava embutida no projeto original da edificação e os lotes apresentavam grandes dimensões, os recuos frontais da proposta original foram mantidos. No caso das Regiões Morfológicas predominantemente comerciais ou de serviços, as edificações também avançaram sobre os recuos frontais, assim como na

Vila A, e o uso da calçada pelos estabelecimentos é ainda mais intenso, como o avanço de marquises, coberturas e até mesmo partes de edificações. Além disso, os edifícios também possuem até quatro pavimentos, com as sacadas voltadas para a rua.

Com relação à Vila C e a Área 6, a maior diferença das outras vilas consiste na origem da implantação da edificação no lote. Ou seja, ao invés da edificação ocupar a parte central do terreno e apresentar uma área livre privada nos fundos, ela foi implantada no alinhamento traseiro do lote e, por isso, toda área frontal ficou em contato visual direto com o espaço público da rua. Deste modo, toda a área livre de edificação se tornou um espaço de transição que permanece até hoje em parte das residências (Figura 182). No entanto, mesmo nas Regiões Morfológicas com uso predominantemente residencial, uma parcela significativa dos lotes utilizou esse recuo frontal para construir outra edificação, em geral, destinada para garagens ou fins comerciais. Com isso, esse espaço de transição ficou comprometido. Ainda, mesmo nas casas que não apresentaram novas construções, a distância entre residências e o alinhamento frontal do terreno, que pode chegar a 20 metros, diminui a relação entre o interno privado e o externo público, embora todas as janelas e portas estejam voltadas para a rua e o fechamento também seja predominantemente realizado por grandes ao invés de muros.

Figura 182: Implantação original das edificações na Vila C e da Área 6



Fonte: a autora (2019).

Nas Regiões Morfológicas com uso predominantemente comercial ou de serviço, as edificações apresentam no máximo dois pavimentos e todas contam com sacadas. Desta forma, o contato visual com a rua é quase tão intenso quanto no nível do térreo. Além disso, nessas regiões apesar de as calçadas serem mais estreitas que nas outras vilas, elas ainda são utilizadas pelos estabelecimentos comerciais, embora com menor intensidade e com mais limitações (Mapa 42). Sendo assim, de modo geral, das quatro vilas de Itaipu analisadas, a Vila A e Área 4 apresentam maiores condições morfológicas que reforçam as relações entre os espaços públicos e privados, devido a manutenção de seus espaços de transição, a ausência de muros altos e a existência de edificações de uso misto, seja pela existência de estabelecimentos comerciais ou de serviço no piso térreo ou pela baixa altura das edificações e suas sacadas voltadas para a rua. Com exceção das habitações no entorno dos corredores verdes. Já na Vila C e na Área 6, as construções no recuo frontal em parte dos lotes residenciais minimizaram ou excluíram por completo os espaços de transição, embora em alguns casos eles tenham ampliado os olhos para a rua com janelas e portas mais próximas dos espaços públicos, ou então, com a combinação de usos comerciais.

No entanto, conforme mencionado anteriormente, é importante compreender de que forma esses espaços são apropriados pela população, pois, mesmo que na Área 4 e na Vila A os espaços de transição tenham sido mantidos, as ampliações nos fundos do terreno, em geral, para construção de espaços de recreação como quiosques e piscinas, também leva a um abandono da parte frontal das edificações e não garantem que elas cumpram de fato sua função. Sendo assim, é necessário que um levantamento de uso e apropriação do espaço público da rua seja realizado, para compreender como esses padrões morfológicos influenciam na vida cotidiana da população.

Mapa 42: Relação do espaço público e do espaço privado - Vilas C e Área 6



Fonte: a autora, a partir Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), IBGE (2010), Levantamento de campo (2019).

6.6. USO E APROPRIAÇÃO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E COLETIVOS

Para fechar as análises referentes aos elementos que condicionam a urbanidade, é preciso tratar da sua dimensão social. Identificar o uso e apropriação da população nos espaços públicos e coletivos das vilas de Itaipu é de extrema importância para compreender como todos os elementos físico-espaciais apresentados até agora influenciam na esfera da vida pública. Para isso, foram identificadas as principais atividades cotidianas opcionais e sociais desenvolvidas pelas pessoas nos espaços públicos e coletivos das vilas de Itaipu analisadas. Devido a escala de levantamento, as metodologias utilizadas foram fotografia e mapeamento. O levantamento de dados para cada vila foi realizado em quatro turnos, sendo um durante a semana e um no final de semana, no período da tarde e da noite. Como o levantamento fotográfico foi realizado durante a estação do verão, o horário entre as

16h e 18h foi selecionado por ser menos quente e pela maior probabilidade de as pessoas utilizarem os espaços públicos do bairro para atividades de lazer e descanso. Os dias e horários em que foram realizados os levantamentos fotográficos podem ser visualizados no Quadro 24. Os levantamentos fotográficos foram realizados em todo bairro, sobretudo, no entorno das áreas livres de lazer, previamente mapeadas.

Quadro 24: Elementos que condicionam a urbanidade, suas variáveis critérios analisados

Vila de Itaipu	Dias	Data	Horário
Vila A	Durante a semana	21/11/2019	Das 16h até as 18h
		21/11/2019	Das 20h até as 22h
	Final de semana	17/11/2019	Das 16h até as 18h
		17/11/2019	Das 20h até as 22h
Vila C	Durante a semana	26/11/2019	Das 16h até as 18h
		21/11/2019	Das 20h até as 22h
	Final de semana	24/11/2019	Das 16h até as 18h
		24/11/2019	Das 20h até as 22h
Área 4	Durante a semana	20/11/2019	Das 16h até as 18h
		20/11/2019	Das 20h até as 21h
	Final de semana	16/11/2019	Das 16h até as 18h
		16/11/2019	Das 20h até as 22h
Área 6	Durante a semana	28/11/2019	Das 16h até as 18h
		28/11/2019	Das 20h até as 21h
	Final de semana	01/12/2019	Das 16h até as 18h
		01/12/2019	Das 20h até as 22h

Fonte: a autora (2019).

A partir desse levantamento fotográfico, foram criados mapas que tem como função espacializar, através de manchas, as principais atividades desenvolvidas pela população. As manchas foram separadas em duas cores, uma para as atividades opcionais e outra para as atividades sociais. É importante destacar que mesmo as atividades opcionais, como simplesmente caminhar ou andar de bicicleta, são muito importantes do ponto de vista da urbanidade, pois, mesmo que não haja um contato social, a interação entre elas se dá através do campo visual e da copresença de diferentes pessoas em um mesmo espaço público e coletivo, o que já pode ser considerado um bom caminho para a realização da esfera da vida pública na cidade. Além disso, a identificação de atividades opcionais pode ser utilizada dentro das políticas públicas para incentivar a criação de espaços que possibilitem o desenvolvimento de atividades sociais. Ou seja, espaços públicos de lazer tem grandes chances de serem apropriados se forem implantados em ruas com grande concentração de atividades opcionais.

Na Vila A (Mapa 43), as atividades opcionais foram identificadas ao longo da via estrutural e de duas vilas coletoras (8). Na via localizada no centro do loteamento, essas atividades são impulsionadas pela existência de diversos serviços institucionais, públicos e privados, como o Hospital, o Hemocentro e várias clínicas de saúde. Além disso, essa via também é responsável por conectar partes do bairro aos equipamentos de educação e outros usos institucionais localizados na porção leste do loteamento. Sendo assim, as atividades opcionais são, nesta via, impulsionadas pelos usos institucionais e pelas conexões viárias. No caso das vias localizadas nas bordas do loteamento, as atividades opcionais acontecem no trecho onde o predomínio do uso do solo ainda é residencial, porém, a existência de comércios e serviços nas outras partes da via acaba incentivando o uso ao longo de toda sua extensão, ou pelo menos, grande parte dela. Ainda, é justamente nestas vias em que o fluxo de transporte coletivo é mais intenso, o que também é determinante para a existência de pessoas nos espaços públicos e coletivos. É importante destacar que nas vias onde foram identificadas as atividades opcionais as calçadas são maiores e uma delas é a única do bairro que apresenta ciclofaixa.

As atividades sociais, por sua vez, estão concentradas próximas dos usos comerciais ou de serviços e nas áreas de lazer que oferecem alguma estrutura para o uso da população. Nos pontos 1, 3, 5 e 7 (Mapa 43), as pessoas se encontram no entorno dos comércios e serviços disponíveis tanto nos edifícios, como nos *Food Trucks*. Nestes casos, os estabelecimentos dispõem suas mesas e cadeiras nas calçadas e nas áreas gramadas, onde as pessoas podem sentar, conversar e, ao mesmo tempo, vivenciar o espaço público. Nos pontos 2, 4 e 6, as atividades ocorrem nas áreas de lazer, com destaque para o ponto 2, onde localiza-se o Gramadão. Este espaço é o mais utilizado pela população durante a semana e no final de semana. Sua disposição ao longo de uma via estrutural, em meio aos usos institucionais, com amplo espaço gramado, permite que a população se aproprie de diversas formas diferentes. Nesse espaço também ocorrem atividades programadas como show e oficinas, porém, sempre de caráter público. Outro lugar de destaque é o ponto 6, onde foram implantadas uma quadra poliesportiva e uma pista de skate e que também é apropriado pela população em diferentes dias e horários.

Quadro 25: Atividades opcionais e sociais identificadas na Vila A

Ponto	Atividades desenvolvidas
1	Pessoas sentadas nas mesas e cadeiras disponíveis nas calçadas ou espaços gramados, conversando;
2	Pessoas sentadas em cadeiras portáteis, conversando, praticando esportes, brincando, caminhando, participando de apresentações culturais, vendendo ou comprando produtos alimentícios ou artesanais (<i>Food Truck</i> e feira livre);
3	Pessoas sentadas cadeiras disponíveis nas calçadas ou espaços gramados, conversando;
4	Pessoas sentadas em cadeiras portáteis no entorno do campo de futebol (privado), conversando, fazendo churrasco em mobiliário autoproduzido;
5	Pessoas sentadas cadeiras disponíveis nas calçadas, caminhando e andando de bicicleta;
6	Pessoas brincando, conversando, sentadas em bancos ou no chão ou praticando esporte;
7	Pessoas sentadas nas cadeiras disponíveis nas calçadas ou espaços gramados, conversando;
8	Pessoas caminhando ou andando de bicicleta nas ciclofaixas;

Fonte: a autora (2019).

Mapa 43: Uso e apropriação dos espaços públicos e coletivos – Vila A



Fonte: a autora, a partir Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Mapa base - Prefeitura Municipal de Cidade do Leste (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), Levantamento de campo (2019).

Ao levantar os usos da Vila A, uma questão chama a atenção. Tanto os parques de bairro em potencial, quanto os corredores verdes, são pouco utilizados pela população. Nos diferentes dias e horários levantados foram identificadas poucas ou nenhuma pessoa nesses locais, o que demonstra a falta de apropriação por parte da população pelo modelo de desenho urbano implantado. A maioria das ruas também são, em sua maioria, pouco movimentadas e o grande fluxo se destina aos veículos, mesmo com uma boa relação entre os espaços públicos e privados já relatados.

Na Área 4 (Quadro 26), as atividades opcionais são desenvolvidas ao longo das principais vias localizadas nas bordas do loteamento (4). Nelas foram identificadas pessoas caminhando nas calçadas, também impulsionadas pela existência de equipamentos institucionais (como é o caso do Hospital Regional) e dos usos comerciais e de serviços. No entanto, o maior fluxo nestas vias ainda é o de veículos. No caso das atividades sociais, elas acontecem, sobretudo, nas áreas de lazer (1), onde foram identificados quiosques com mesas e churrasqueiras, quadras de esportes, playgrounds e áreas gramadas. Entretanto, até mesmo nas áreas que não apresentam quiosques e mobiliários adequados, as pessoas levam cadeiras e churrasqueiras portáteis e se apropriam da mesma forma. Além disso, no entorno dessas áreas de lazer foram identificadas pessoas sentadas em cadeiras em frente das edificações residenciais, conversando e tomando tererê. Apesar da maioria delas contar com iluminação noturna, não foram identificadas atividades no período da noite. Ainda, em uma dessas áreas (2) foi identificado um brechó ao ar livre, que acontece somente durante o dia nos finais de semana (Mapa 44).

Além das áreas de lazer, foram identificadas atividades sociais ao longo da avenida que corta o bairro no sentido leste-oeste (3), onde estão concentrados os restaurantes, lanchonetes e bares. Nesta via foram identificadas pessoas caminhando e sentadas em cadeiras nas calçadas, em frente aos estabelecimentos comerciais. Além disso, diferente do lado brasileiro, no lugar dos *Food Trucks* foram identificadas pequenas tendas com alimentos e bebidas (5), dispostas em diversas vias, sobre o canteiro central, com funcionamento também no período noturno. Nesses espaços as pessoas estavam tomando tererê, conversando, comprando e vendendo produtos. Por fim, assim como na Vila A, a Área 4 também dispõe de duas áreas livres que não são utilizadas pela população, embora elas apresentem características físicas para isso, como extensas áreas gramadas e uma vegetação menos densa. No entanto,

elas não contam com mobiliários ou calçadas em seu entorno, o que dificulta a apropriação por parte da população.

Quadro 26: Atividades opcionais e sociais identificadas na Área 4

Ponto	Atividades desenvolvidas
1	Pessoas sentadas nos bancos públicos ou em cadeiras portáteis, conversando, praticando esportes, brincando, caminhando, deitadas em redes particulares, utilizando os quiosques, sentadas nas calçadas em frente às edificações residenciais, entre outros;
2	Pessoas brincando, conversando, caminhando e vendendo produtos (brechó ao ar livre) e sentadas nas calçadas em frente às edificações residenciais;
3	Pessoas sentadas nas cadeiras disponíveis nas calçadas em frente aos estabelecimentos comerciais, conversando ou caminhando. Muitos estabelecimentos levam seus mobiliários e os funcionários também trabalham nas calçadas (mecânicas, lojas, restaurantes, etc.);
4	Pessoas caminhando;
5	Pessoas vendendo e comprando produtos alimentícios de pequenas tentas localizadas nos canteiros centrais das avenidas (atividade identificada em vários pontos do bairro);

Fonte: a autora (2019).

Mapa 44: Uso e apropriação dos espaços públicos e coletivos – Área 4



Fonte: a autora, a partir Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Mapa base - Prefeitura Municipal de Cidade do Leste (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), Levantamento de campo (2019).

No caso da Vila C (Quadro 27), assim como na Vila A e Área 4, as atividades opcionais estão localizadas ao longo das vias principais do bairro e com

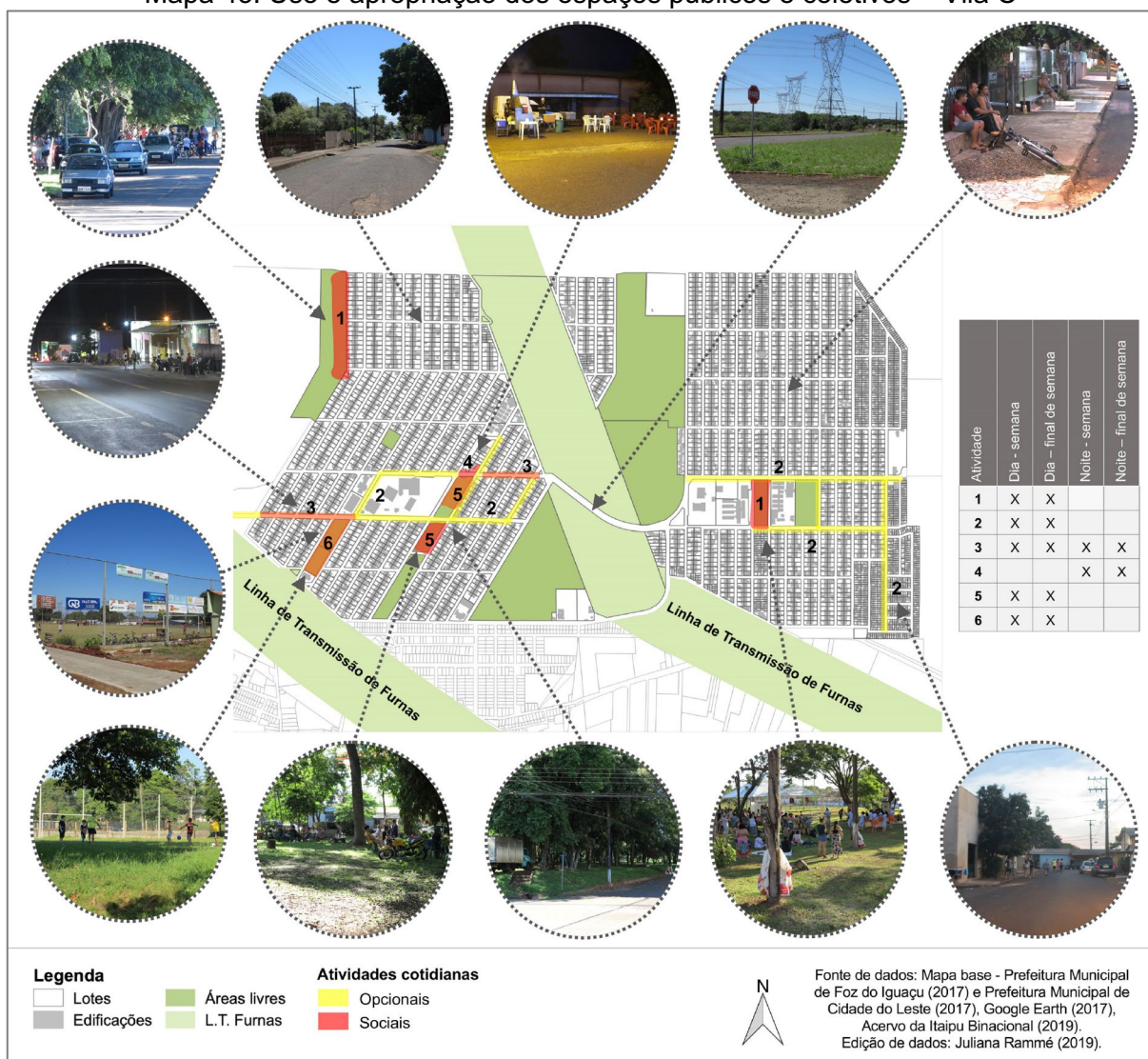
maior concentração de comércios e serviços (2). Nessas mesmas vias, nos trechos em que os estabelecimentos são abertos para a rua ou dispõe de mobiliários nas calçadas, é onde as atividades sociais também acontecem (3), embora em menor intensidade que nas demais vilas. Em apenas um ponto foi identificado um *Food Truck*, implantado sobre uma área de calçada em frente a um estabelecimento comercial. No entanto, seu funcionamento é apenas noturno, o que possibilita a flexibilidade dos usos (4). As demais atividades sociais foram identificadas nas áreas de lazer públicas. Em algumas dessas áreas as atividades sociais são impulsionadas pela existência de uma quadra de esportes, onde, em seu entorno acontecem as demais atividades como conversas, brincadeiras, jogos, entre outras (1). Em uma delas foi possível identificar que no final de semana também acontecem feiras e atividades culturais. As duas áreas que não contavam com quadras esportivas também eram apropriadas pela população, embora com menos atividades sendo desenvolvidas (5). Assim como na Área 4, apesar de elas não contarem com mobiliários adequados, nos finais de semana algumas pessoas levam churrasqueiras e cadeiras e se apropriam do espaço para passar o dia. Além disso, em algumas vias locais foram identificadas pessoas utilizando as calçadas em frente de suas residências para conversar, tomar chimarrão ou tererê. No entanto, em geral, as ruas são vazias e com poucas pessoas caminhando, exceto em horário de pico, durante a de ida ou volta do trabalho (Mapa 45).

Quadro 27: Atividades opcionais e sociais identificadas na Vila C

Ponto	Atividades desenvolvidas
1	Pessoas sentadas em cadeiras portáteis, conversando, praticando esportes, brincando, caminhando, participando de apresentações culturais, vendendo ou comprando produtos artesanais (feira livre);
2	Pessoas caminhando;
3	Pessoas sentadas nas cadeiras disponíveis nas calçadas em frente aos estabelecimentos comerciais, conversando ou caminhando;
4	Pessoas sentadas nas cadeiras disponíveis nas calçadas em frente aos estabelecimentos comerciais, conversando ou caminhando;
6	Pessoas praticando esportes e brincando;

Fonte: a autora (2019).

Mapa 45: Uso e apropriação dos espaços públicos e coletivos – Vila C



Fonte: a autora, a partir Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Mapa base - Prefeitura Municipal de Cidade do Leste (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), Levantamento de campo (2019).

Por fim, a Área 6 (Quadro 28) é a que menos conta com espaços utilizados pela população. As atividades opcionais também foram identificadas ao longo das vias que concentram os usos comerciais ou de serviços e institucionais do bairro. No entanto, as poucas áreas livres existentes são bastante utilizadas pela população, com destaque para o ponto 1, onde se localiza a Costaneira. Sua reforma aconteceu no ano de 2017 e contou com a implantação de campos para prática de esportes, ciclofaixa e largas calçadas que são utilizadas pela população durante o dia e a noite. Assim como nas demais vilas, como não existem bancos ao longo de toda área, a própria população leva cadeiras portáteis e se apropria do espaço da mesma forma. Conforme mencionado no elemento que trata da diversidade de usos, apesar das

edificações do outro lado da rua serem predominantemente residenciais, já é possível perceber pequenos comércios se instalando e o uso das calçadas com cadeiras dispostas pelos estabelecimentos.

Além da Costaneira, as atividades sociais acontecem também em um parque de bairro (3), que conta com quadras esportivas, bancos, áreas verdes, gramados e um quiosque onde são realizadas festas e encontros culturais e também em um campo de bairro (4), onde foram identificadas pessoas jogando, brincando e conversando. Assim como nas demais vilas, também foram identificadas áreas livres que não foram apropriadas pela população, mesmo aquelas sem vegetação densa, assim como o espaço da rua. Além disso, no centro do bairro encontra-se uma área de lazer particular, que de acordo com o projeto do loteamento deveria ter sido destinada para um complexo esportivo público (Mapa 46).

De modo geral, nas quatro vilas analisadas as atividades opcionais ocorrem próximas das edificações comerciais e de serviços ou institucionais. Enquanto as atividades sociais são ocorrem nas áreas de lazer e no entorno de alguns comércios que tem contato direto com a rua. Em todas elas foram identificadas áreas livres que não foram apropriadas pela população, assim como também grande parte das vias nas áreas predominantemente residenciais. As duas áreas com maior apropriação pela população encontram-se na Vila A (Gramadão) e na Área 6 (Costaneira) e estão dispostas ao longo de vias principais e nas bordas dos loteamentos. Ambas fogem do padrão das áreas de lazer comumente encontradas nas outras vilas e têm como principal característica poucas árvores e mobiliários, possibilitando que a população possa se apropriar de diferentes formas. No próximo item que trata da caracterização da urbanidade, as atividades cotidianas serão relacionadas com os demais elementos, com o objetivo de compreender de que forma elas são impulsionadas pelas características físico-espaciais da paisagem urbana.

Quadro 28: Atividades opcionais e sociais identificadas na Área 6

Ponto	Atividades desenvolvidas
1	Pessoas sentadas em cadeiras portáteis, conversando, praticando esportes, brincando, caminhando, correndo, andando de bicicleta, entre outros;
2	Pessoas caminhando;
3	Pessoas sentadas em bancos, conversando, praticando esportes, brincando, correndo, dançando, entre outros;
4	Pessoas praticando esportes, conversando e brincando;

Fonte: a autora (2019).

Mapa 46: Uso e apropriação dos espaços públicos e coletivos – Área 6



Fonte: a autora, a partir Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Mapa base - Prefeitura Municipal de Cidade do Leste (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), Levantamento de campo (2019).

6.7. CARACTERIZAÇÃO DA URBANIDADE NAS VILAS DE ITAIPU

A caracterização da urbanidade, nesta pesquisa, é identificada a partir da relação entre os seis elementos que a condicionam (Figura 183), analisados individualmente anteriormente. Cinco deles apresentam uma dimensão majoritariamente físico-espacial, enquanto o sexto conta também uma dimensão social. Sendo assim, embora todos os elementos apresentem o mesmo nível de importância dentro da caracterização da urbanidade, o levantamento e análise do uso e apropriação da população é o principal ponto de partida, pois é ele que fornece as informações sobre as diferentes formas de interações que acontecem nos e com os espaços públicos e coletivos existentes nas vilas de Itaipu.

As interações entre diferentes pessoas podem acontecer de diversas formas. Elas vão desde o contato visual até a prática de atividades conjuntas. Ou seja, não é necessário que haja um contato físico ou verbal para que haja interação. Nesse

sentido, um espaço público e coletivo que fornece o suporte para que diferentes pessoas coexistam, também está cumprindo sua função social enquanto palco para o desenvolvimento de diferentes práticas sociais e para a diminuição da intolerância com o outro. Nesse sentido, as atividades cotidianas opcionais levantadas e analisadas no item 6.6 desta pesquisa, correspondem às interações visuais e de copresença, enquanto as atividades cotidianas sociais correspondem à um leque mais amplo, que vão desde as interações visuais e de copresença, até as físicas e verbais.

Figura 183: Elementos que condicionam a urbanidade



Fonte: a autora (2019).

É importante destacar que, de acordo com Moraes (2014), nas últimas décadas houve uma ascensão de discursos envolvendo a diversidade e o respeito da pluralidade humana, assim como foram construídas estratégias concretas de luta contra o preconceito e a intolerância entre grupos que compõem a sociedade contemporânea. Sendo assim, compreender como essas interações estão se dando nos diferentes espaços públicos e coletivos das vilas de Itaipu, que apresentam características morfológicas distintas desde sua origem, pode auxiliar na construção de futuras estratégias que envolvam o desenho urbano e o planejamento das cidades

e que tenham como premissa a escala humana e a criação de espaços cada vez mais democráticos e diversos.

No caso da Vila A, sua implantação original foi claramente influenciada pelos princípios do urbanismo modernista e seu projeto se assemelha em grande parte ao da cidade de Angélica (MS), analisada por Saboya (2010). Assim como na pequena cidade de Minas Gerais, na Vila A também estavam presentes a separação de usos, o conceito da unidade de vizinhança, os edifícios institucionais isolados distribuídos em grandes áreas abertas e uma certa segregação entre o tráfego de veículos e de pedestres, devido a implantação dos corredores verdes destinados apenas para o uso peatonal e das vias locais no interior das superquadras tipo. As áreas verdes também foram conformadas de maneira contínua em cada superquadra tipo e nos miolos das quadras com vias *cul-de-sac*, além de haver uma grande área de preservação, ao sul do loteamento.

Os usos institucionais também foram os que mais fielmente obedeceram aos princípios modernistas. Implantados na área central do loteamento, formando uma espécie de centro cívico, a diretoria da Itaipu Binacional, a escola, o corpo de bombeiros e demais edificações foram inseridas em uma ampla área aberta, dispostas de forma isolada e espalhadas sobre uma superfície verde, com a clara intenção de conferir maior hierarquia a esse espaço, devido às diferentes características morfológicas atribuídas a ele (SABOYA, 2010). Com o passar dos anos esses equipamentos foram, em grande parte, privatizados e cercados e, com isso, se tornaram uma barreira aos pedestres.

No entanto, alguns pontos do projeto original da Vila A se diferenciavam, em partes, do que previa o urbanismo modernista. O primeiro ponto é o uso comercial, implantado em apenas um edifício em uma área não central do loteamento e não nas esquinas ou bordas das superquadras tipo. O segundo ponto foram as áreas residenciais, previstas em lotes isolados de baixa densidade e não em habitações multifamiliares de alta densidade. Por fim, o terceiro ponto foi a definição de um traçado ortogonal em grande parte do loteamento. No entanto, essa configuração só foi possível devido às baixas declividades encontradas na topografia local, o que permitiu a implantação do loteamento sem gerar grandes impactos no terreno natural. Além disso, conforme mencionado anteriormente, esse modelo de traçado condiz com o histórico militar presente na cidade e com os aspectos de controle criados pela Itaipu Binacional na época.

Quarenta anos depois, ao realizar o mapeamento das Regiões Morfológicas de segundo e terceiro nível, foi possível identificar que as maiores mudanças ocorreram principalmente no uso do solo, na implantação das edificações no lote (o que alterou também a relação entre os espaços públicos e privados) e nas distâncias intraurbanas (devido a privatização de alguns equipamentos institucionais). Enquanto o traçado urbano se manteve muito próximo do original. Essa configuração da paisagem urbana atual apresenta uma série de características morfológicas que influenciam diretamente nas atividades cotidianas desenvolvidas pela população nos espaços públicos e coletivos da Vila A. Sendo assim, neste momento serão analisados os espaços apropriados pela população, ou seja, aqueles capazes de acolher e, até mesmo, incentivar as interações entre diferentes pessoas, assim como também serão analisados os espaços que não foram apropriados, de modo a buscar algumas comparações que auxiliem na caracterização dos tipos de urbanidade presente nos espaços públicos e coletivos existentes no bairro atualmente. Para análise das demais vilas será seguida essa mesma lógica.

Na Vila A, o espaço que apresentou a maior diversidade de atividades sendo desenvolvidas, simultaneamente, por diferentes tipos de pessoas, foi o Gramadão. Ele está localizado na borda do loteamento, ao longo de uma via estrutural com intenso fluxo de veículos e dentro da grande área institucional que divide o bairro em duas partes, o que lhe confere uma hierarquia simbólica como principal espaço de lazer do bairro, com reflexo na cidade. Em apenas uma de suas laterais estão dispostas edificações residenciais, o que permite a realização de atividades que geram sons e ruídos. Além disso, sua configuração interna, que conta com uma ampla área gramada, e a relação direta que ela mantém com a rua, possibilita a realização de diversas atividades de maneira simultânea, como jogos, atividades culturais, brincadeiras, rodas de conversas, etc. Grande parte das pessoas vão até esta área de lazer levam suas próprias cadeiras e brinquedos, fazendo com que cada dia as atividades se organizem de maneiras diferentes. Um fator de destaque é o surgimento, nos últimos anos, de uma série de *Food Trucks* fixos, dispostos ao longo de toda via estrutural, que dão suporte às atividades realizadas e ainda funcionam como uma espécie de barreira entre a área de lazer e a pista de rolamento da rua.

Outro espaço que apresentou uma variedade significativa de interações é o Campo de Vizinhança. As atividades neste espaço estão mais voltadas para o esporte, devido a existência de quadras futebol, basquete e uma pista de skate.

Porém, foi possível identificar algumas pessoas no entorno dessas quadras sentadas, conversando e descansando. Esta área de lazer também está localizada ao longo de uma via estrutural, no trecho que apresenta maior diversidade de usos do bairro. Esta é a grande diferença entre a apropriação deste espaço e da falta de apropriação dos demais espaços similares, chamados nesta pesquisa de parques de vizinhança em potencial. Além disso, apesar de ela ter sido construída para servir como um parque de vizinhança, as atividades esportivas lhe conferem outra dinâmica e seu uso passa a ter uma importância também para as áreas residenciais localizadas para além do seu entorno imediato.

Na proposta original da Vila A, esses parques de vizinhança deveriam cumprir a função do lazer cotidiano de um número específico de unidades residenciais. No entanto, diferente do que previa o urbanismo modernista, no lugar das altas densidades construtivas foram implantados lotes com edificações isoladas que resultaram em uma densidade urbana muito baixa, o que comprometeu, desde sua criação, o uso e apropriação desses parques de vizinhança. Além do número reduzido de moradores atendidos, os lotes residenciais também apresentavam grandes porções de áreas livres, equivalente a mais de 50% do terreno, que poderiam ser utilizadas pela população para práticas de atividades de lazer e descanso cotidiano. Ou seja, a combinação da configuração das unidades de vizinhança, com as baixas densidades construídas, a falta de diversidade do uso do solo próximo a estes parques de vizinhança em potencial e as grandes distâncias intraurbanas a serem percorridas até os equipamentos públicos são os principais fatores para que eles não sejam apropriados pela população. É importante destacar que, apesar de eles se caracterizarem como áreas verde, os cuidados com a poda das árvores e o corte de grama ainda é feito periodicamente pela Itaipu Binacional.

As demais áreas que apresentaram um número significativo de interações também foram diretamente impulsionadas pela diversidade do uso do solo, pois se trata de atividades realizadas no entorno de estabelecimentos comerciais e de serviços. Grande parte desses estabelecimentos estão localizados nas vias estruturais e coletoras localizadas nas bordas do bairro, que além da diversidade de usos também apresenta um padrão diferenciado com relação ao tecido edificado, com prédios de até quatro pavimentos e sem recuo frontal. Essa configuração permite que a relação entre o espaço público e o privado aconteça de forma mais intensa, com fachadas permeáveis ao nível dos olhos. Ou seja, além das interações serem

impulsionadas pelos usos comerciais e de serviços, os outros elementos da forma urbana também conferem ao espaço público e coletivo características que incentivam seu uso.

Uma exceção foi identificada em uma pequena área comercial localizada na principal via que conecta as vias *cul-de-sac*, onde o principal elemento que incentiva as interações é o uso do solo. Essa área era a única prevista no desenho urbano original que se destinava para o comércio local. Além disso, em apenas dois casos as interações concentram-se no entorno de *Food Trucks*. Um deles ao longo de uma via coletora, em frente à um colégio e à uma faculdade particular, onde as atividades acontecem apenas no horário da aula e durante o período letivo, e outro ao longo da via estrutural, na borda de uma área livre, também classificada como parque de vizinhança em potencial. Sendo assim, o uso do solo, também representado pelos estabelecimentos móveis, como é o caso dos *Food Trucks*, se caracteriza como um elemento importante da paisagem urbana, com forte influência sobre o desenvolvimento das atividades cotidianas. Como padrão, esses dois *Food Trucks* estão localizados ao longo de vias importantes do bairro e na borda de duas áreas livres gramadas. Sendo assim, é importante destacar que, mesmo que o uso do solo seja o impulsionador das interações entre as pessoas, ele também depende de determinados arranjos dos outros elementos da paisagem urbana.

Além dos parques de vizinhança em potencial, os corredores verdes disposto ao longo das vias *cul-de-sac* e o único parque de vizinhança identificado no bairro (devido sua infraestrutura), também não foram apropriados pela população, embora sua configuração permaneça próxima da proposta original. Nesses espaços, a falta de uso também é impulsionada pelas baixas densidades, mas, sobretudo, pela falta de diversidade de uso e ocupação do solo, pelas limitadas conexões do traçado urbano, pelas grandes distâncias intraurbanas a serem percorridas até os serviços públicos de saúde e educação e pela fraca relação entre os espaços públicos e privados, que por sua vez, criam paisagens monótonas e sem atratividade para a população, tornando-as também perigosas. É importante destacar que a criação de espaços destinados exclusivamente para pedestres, em contraposição à rua tradicional, é apontada por muitos autores como uma crítica ao urbanismo modernista. Além disso, devido aos mesmos itens apontados acima, as vias das áreas exclusivamente residenciais também não foram apropriadas pela população, embora

elas apresentem uma boa relação entre o espaço público e o espaço privado, que por si só, não foi o suficiente para garantir o desenvolvimento das atividades cotidianas.

As principais características dos elementos que caracterizam a urbanidade na Vila A podem ser visualizadas no Mapa 47.

Mapa 47: Caracterização da urbanidade na Vila A



Fonte: a autora, a partir do Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), Levantamento de campo (2019).

Com relação à Área 4, localizada no Paraguai, sua proposta original também apresenta algumas influências do urbanismo modernista, como a configuração das unidades de vizinhança e a implantação dos edifícios institucionais isolados em grandes áreas abertas, no centro do loteamento. No entanto, diferente das vilas produzidas por hidrelétricas no Brasil, sua localização próxima da malha urbana existente e, com menores dimensões, permitiram que ao passar dos anos ela se integrasse com seu entorno e que mudanças em seu uso e ocupação do solo

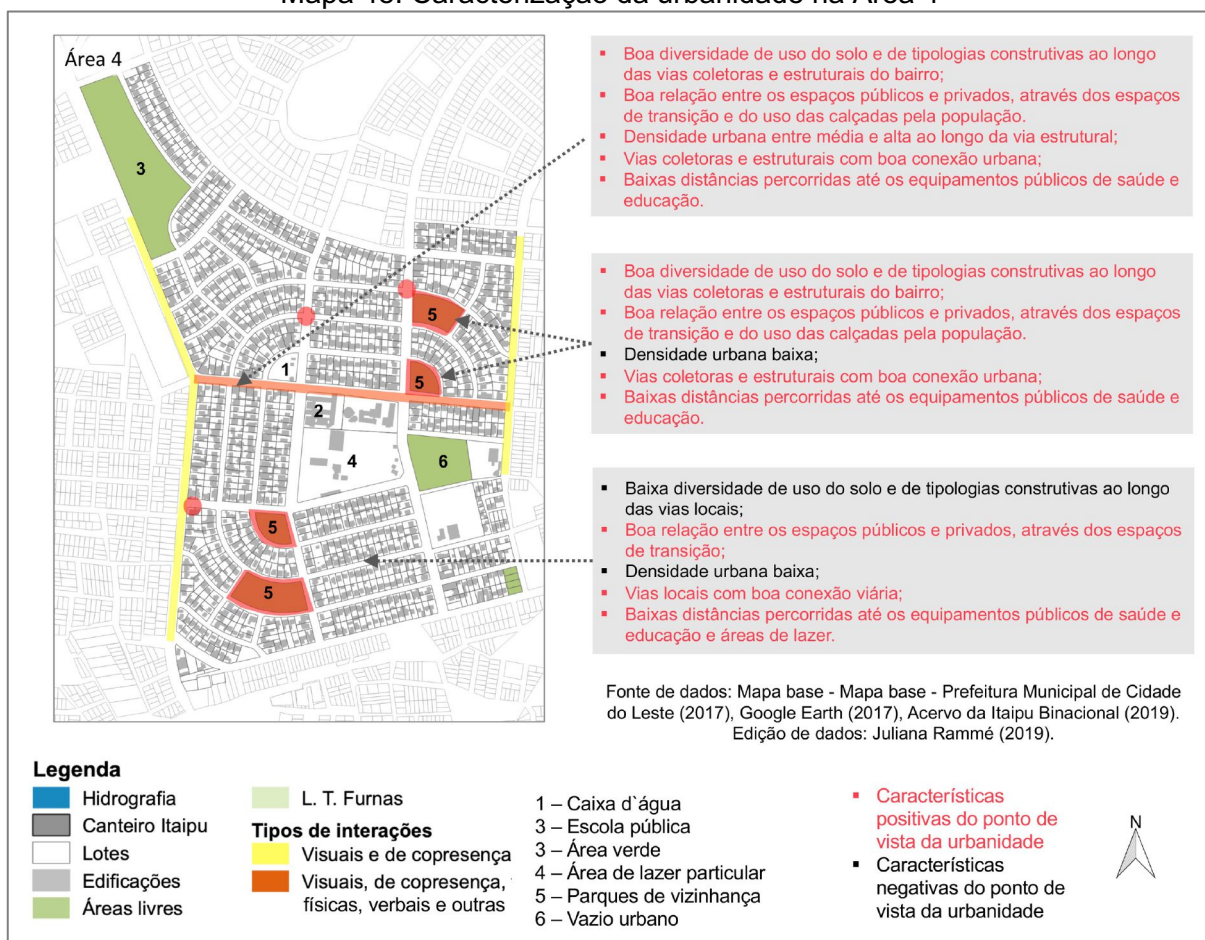
acontecessem em maior escala. Sendo assim, mesmo com baixas densidades construídas, os parques localizados no interior das unidades de vizinhança foram apropriados pela população. Os tipos de interação entre as pessoas acontecem de várias formas, seja através de jogos, brincadeiras, compra e venda de produtos, rodas de conversa, entre outros. Isso porque, das quatro vilas analisadas, a Área 4 foi a que apresentou maior diversidade de usos, menores distâncias a serem percorridas até os equipamentos públicos de saúde e educação, melhor articulação de seu traçado urbano e, por consequência, melhor relação entre seus espaços públicos e privados.

Além dos parques de vizinhança, as interações entre diferentes pessoas também acontecem nas principais vias do bairro, sobretudo naquela que corta o bairro ao meio e onde estão concentrados os equipamentos institucionais. Nesta via, além da diversidade de uso do solo e dos tipos edifícios, que permitem que as atividades aconteçam inclusive no período noturno, as interações também são impulsionadas pelas várias tendas de produtos culinários típicos que apresentam uma grande procura por parte dos moradores locais. Estas tendas também foram identificadas em outros pontos do bairro e sua existência só é possível devido aos largos canteiros centrais implantados ao longo de todas as vias estruturais e coletoras do bairro, que também se caracterizam como espaços públicos.

Contudo, a Área 4 também apresenta duas áreas livres que não foram utilizadas pela população. Uma delas apresenta uma vegetação mais densa e uma declividade relativamente acentuada, situada à norte do loteamento, enquanto a outra se caracteriza como um vazio urbano. Ambas não contam com qualquer infraestrutura para uso da população e a falta de apropriação e está diretamente ligada com a existência das demais áreas já utilizadas, que por sua vez, suprem as necessidades da população. Além disso, nas vias locais localizadas no entorno das áreas de lazer foram identificadas pessoas sentadas nas calçadas, diferente do que acontece na Vila A.

As principais características dos elementos que caracterizam a urbanidade na Área 4 podem ser visualizadas no Mapa 48.

Mapa 48: Caracterização da urbanidade na Área 4



Fonte: a autora, a partir do Mapa base - Prefeitura Municipal de Cidade do Leste (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), Levantamento de campo (2019).

Com relação à Vila C, a primeira, e talvez principal característica morfológica identificada desde sua origem é sua disposição dentro do território urbano e regional. A segregação socioespacial imposta pela Itaipu Binacional desde a construção das vilas do lado brasileiro afetou, sobretudo, os loteamentos destinados aos operários e trabalhadores em postos de serviços. Isso porque, a criação de paisagens urbanas divididas segundo critérios de classe social e estilo de vida se tornam uma barreira para a interação entre diferentes pessoas. Ou seja, embora os espaços públicos e coletivos sejam utilizados pela população, é possível que a segregação socioespacial interfira na diversidade de pessoas, pelo menos no que diz respeito à questão econômica. Conforme mencionado anteriormente, na Vila C a média salarial por domicílio em 2010 era de 3 salários mínimos, o que classifica o bairro em uma faixa só de renda. No entanto, as interações entre diferentes pessoas não dependem apenas da diversidade econômica, mas sim, de grupos com práticas

sociais distintas, por isso, um levantamento de uso e apropriação mais amplo é imprescindível.

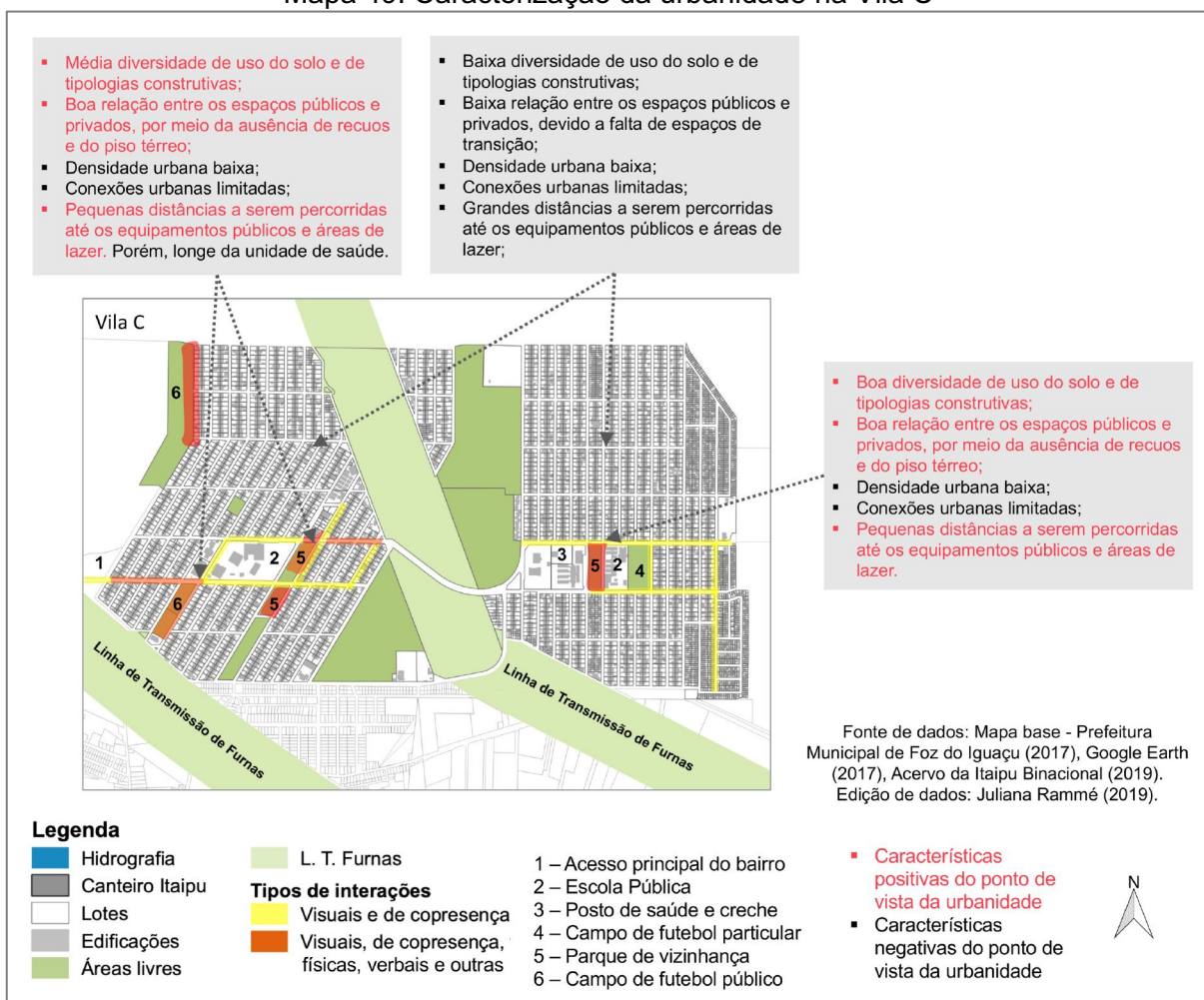
Em termos de características projetuais, conforme mencionado anteriormente, a Vila C e a Área 6 se encaixam em um modelo reproduzido por várias indústrias brasileiras, conforme apontado por Correia (2010). As decisões de traçado, estrutura fundiária e de implantação dos equipamentos institucionais seguiram os princípios de economicidade. Isso porque, a construção das vilas destinadas para os operários e trabalhadores em postos de serviços tinham a função de servir como alojamentos temporários para os funcionários da usina. No entanto, elas acabaram sendo mantidas e ao longo dos últimos quarenta anos as alterações identificadas estiveram vinculadas, sobretudo, às ampliações intralote. É importante destacar que o tamanho total das áreas de lazer públicas da Vila C representa menos de 50% das áreas destinadas para este mesmo fim na Vila A, se contar também os parques de vizinhança em potencial, embora em 2010 ela contasse com quase o dobro da população e uma densidade habitacional quatro vezes maior. Esse fator reforça ainda mais as diferenças projetuais e locacionais entre as duas vilas brasileiras e coloca os moradores da Vila C em posição menos privilegiada em relação aos moradores da Vila A no que diz respeito ao direito à cidade e ao entorno.

A partir deste contexto, as poucas áreas de lazer públicas existentes na Vila C apresentaram algum tipo de atividade sendo desenvolvida pela população, embora mais limitadas que aquelas identificadas na Vila A e na Área 4. Em termos de características morfológicas, todas elas estão dispostas ao longo das vias que apresentam maior diversidade de usos, assim como, estão localizadas próximas dos equipamentos públicos do bairro. No entanto, além de um número reduzido de espaços de lazer em comparação com a Vila A, os raios de abrangência dos parques e campos de vizinhança também não atendem a toda população do bairro. Soma-se à isso as baixas densidades urbanas, a falta de diversidade de uso e ocupação do solo, a falta de articulação do tecido urbano (que resulta na segregação socioespacial do bairro), as grandes distâncias intraurbanas a serem percorridas por uma parcela significativa da população até os equipamentos de saúde e educação e a fraca relação entre os espaços públicos e privados, devido à construção de edificações longe do alinhamento da rua ou outras edificações construídas nos espaços de transição. Todos esses fatores levam ao abandono do espaço público por parte da população e,

por consequência, a um número limitado de interações entre diferentes pessoas, seja nas áreas de lazer ou no espaço da rua.

As principais características dos elementos que caracterizam a urbanidade na Vila C podem ser visualizadas no Mapa 49.

Mapa 49: Caracterização da urbanidade na Vila C



Fonte: a autora, a partir de Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), Levantamento de campo (2019).

Por fim, a Área 6, também teve seu projeto baseado nos princípios de economicidade, embora nenhum documento afirme que a intenção seria sua demolição após a conclusão das obras da usina. De qualquer modo, apesar de ela ter sido implantada integrada à malha urbana existente, a falta de espaços destinados para a prática do lazer cotidiano, a definição de grandes porções do território destinadas estritamente para o uso residencial, as grandes distâncias a serem percorridas pela população até os equipamentos públicos e as áreas de lazer e a fraca relação entre os espaços públicos e privados, fez com que a Área 6 apresentasse

problemas semelhantes àqueles identificados na Vila C. Ou seja, o abandono do espaço público da rua e a limitação das interações entre diferentes pessoas ao longo de todo loteamento. No entanto, é importante destacar que o número de lotes habitacionais existentes na Área 6 equivalem a 25% dos lotes habitacionais da Vila C e, por isso, o bairro assume uma outra complexidade. Além disso, a falta de diversidade de usos se torna menos grave que na vila brasileira, em partes, devido à proximidade com a malha urbana existente e as conexões viárias existentes.

Além disso, na Área 6 está disposta uma das áreas de lazer que recebe a maior diversidade de pessoas das quatro vilas, assim como o Gramadão, localizado na Vila A. Requalificada no ano de 2017, as pessoas se dirigem até a Costaneira com diferentes finalidades. Seja para andar de bicicleta, caminhar, conversar, brincar, jogar, entre outros. No entanto, diferente do Gramadão, onde as atividades acontecem principalmente dentro do seu perímetro, na Costaneira elas se estendem ao longo da rua, da ciclofaixa, das calçadas e tem influenciado as alterações de uso e ocupação do solo nas edificações localizadas em seu entorno imediato. Do lado oposto, ao sul do loteamento, foram identificadas outras duas áreas de lazer que também são apropriadas pela população e dão suporte a diferentes tipos de interação entre as pessoas. Porém, essa apropriação deve, principalmente, ao fato delas serem as únicas áreas de lazer existentes no loteamento foda da Costaneira. Além disso, seus raios de abrangência também não atendem à toda população do bairro. Desta forma, grande parte da população se dirige cotidianamente até a Costaneira para prática de lazer diário, embora sua função e equipamentos estejam mais ligados à de um parque urbano, com foco para atender outra escala territorial.

As principais características dos elementos que caracterizam a urbanidade na Área 6 podem ser visualizadas no Mapa 50.

De modo geral, ao analisar as quatro vilas de Itaipu percebe-se que a maioria das interações entre as pessoas que acontecem nos espaços públicos e coletivos, são impulsionadas pela combinação dos diferentes complexos que formam a paisagem urbana. Ou seja, apesar da diversidade de uso e ocupação do solo ser um dos elementos principais que impulsionam a realização de atividades cotidianas, a organização do plano urbano e as relações entre as áreas edificadas e as áreas dos lotes também assumem importância fundamental na criação de espaços que suportem e incentivem diferentes tipos de práticas sociais.

Mapa 50: Caracterização da urbanidade na Área 6



Fonte: a autora, a partir do Mapa base - Prefeitura Municipal de Cidade do Leste (2017), Google Earth (2017), Acervo da Itaipu Binacional (2019), Levantamento de campo (2019).

7. CONCLUSÕES

Esta pesquisa buscou discutir os reflexos da forma urbana no modo como as pessoas vivenciam as cidades e interagem umas com as outras nos espaços públicos e coletivos, sobretudo nos territórios habitacionais. Essa discussão foi motivada pela intenção de se pensar em espaços urbanos mais democráticos e humanizados, especialmente nas áreas habitacionais, que auxiliem na diminuição do abismo social existente nas cidades contemporâneas brasileiras. Isso porque, diferentes estudos apontaram que os intensos processos de expansão urbana das últimas décadas alimentaram ainda mais a lógica perversa da segregação socioespacial, motivada, na maioria das vezes, por forças políticas, sociais e econômicas que dão suporte à um modo de vida, que por sua vez, corresponde a realização da esfera da vida social (indivíduo padrão), em detrimento da esfera da vida pública.

Foz do Iguaçu é exemplar de como essas forças atuaram na configuração de sua paisagem urbana, uma vez que seus processos de expansão foram impulsionados, sobretudo, pela implantação da Itaipu Binacional e de suas vilas operárias durante a década de 1970, resultando em áreas habitacionais segregadas socioespacialmente e que refletem, ainda hoje, no modo de vida da população. Sendo assim, foram selecionados como objetos de estudo desta pesquisa, inicialmente, as vilas de Itaipu implantadas no Brasil, por elas representarem um marco na construção das áreas habitacionais de Foz do Iguaçu. No entanto, como o município está localizado em uma fronteira trinacional (Brasil, Argentina e Paraguai) e sua dinâmica urbana está totalmente relacionada com essa característica, considerou-se de extrema importância estudar também as vilas de Itaipu implantadas nas cidades Paraguias, de modo a traçar alguns comparativos entre suas formas urbanas e o uso e apropriação das pessoas nos espaços públicos implantados nesses diferentes territórios habitacionais.

A partir desse contexto, o referencial teórico desta pesquisa estruturou-se em três pilares principais: Morfologia Urbana, Urbanidade e Territórios Habitacionais. Dentro da Morfologia Urbana, aprofundou-se, principalmente, na abordagem histórico-geográfica, ou Conzeniana, que busca descrever e analisar a paisagem urbana a partir de uma perspectiva histórica. Para isso, essa abordagem utiliza o conceito de Região Morfológica, que tem como objetivo principal dividir a paisagem urbana em

zonas, classificadas de acordo com os padrões de repetição encontrados no plano urbano, no tecido edificado e no uso do solo. Com isso, é possível identificar quais aspectos políticos, sociais e econômicos influenciaram na sua forma ao longo dos anos. Sendo assim, para compreender melhor esta abordagem foi desenvolvida uma revisão de literatura considerando os principais autores que pesquisam sobre o tema, sobretudo aqueles vinculados ao ISUF (*International Seminar on Urban Form*) e ao PNUM (Rede Portuguesa de Morfologia Urbana). Nesse sentido, uma das grandes contribuições desta pesquisa foi a aplicação deste conceito em uma cidade brasileira de fronteira trinacional, com algumas adaptações importantes, principalmente com relação ao recorte temporal e espacial vinculados aos objetos de estudo.

Ou seja, originalmente as Regiões Morfológicas dividem a paisagem urbana em camadas, ou níveis, de acordo com cada complexo. Ou seja, o plano urbano corresponde ao primeiro nível, o tecido edificado ao segundo nível e o uso do solo ou terceiro nível. Para a leitura do plano urbano é necessário que se tenha mapeado o traçado viário, o parcelamento do solo e a implantação das edificações dentro do lote. Para uma cidade medieval, onde a teoria foi inicialmente desenvolvida, isso é possível. No entanto, para cidades médias ou, como é o caso desta pesquisa, para uma escala regional, onde não se tem um mapa base organizado e atualizado com todas as informações necessárias, obter todas essas informações se torna muito trabalhoso e, praticamente inviável. Sendo assim, o primeiro nível foi subdividido em dois, sendo que a escala regional corresponderá às Regiões Morfológicas que identificam os padrões de repetição do traçado urbano e, posteriormente, a escala local corresponderá às Regiões Morfológicas abarcarão os demais elementos do plano urbano, como o parcelamento do solo e a implantação das edificações. Os níveis dois e três passam a ser três e quatro e, com isso, a divisão da paisagem urbana passa a ter um total de quatro níveis hierárquicos. Essa divisão pode ser aplicada para leitura e análise de outros territórios que apresentem escalas semelhantes.

A discussão sobre a Urbanidade, por sua vez, é relativamente recente no campo da arquitetura e urbanismo e seu conceito ainda está em construção. Sendo assim, dentro desse item foram apontados diferentes pontos de vista tratados por autores que abordaram esse tema em suas pesquisas, a fim de montar um panorama geral. Porém, antes de discutir o conceito de urbanidade em si, buscou-se identificar os principais processos que incidiram sobre a forma urbana das cidades brasileiras contemporâneas, com o objetivo de gerar aproximações com a área de estudo. A

partir disso, buscou-se elementos que auxiliassem no desenvolvimento do conceito de urbanidade. Para auxiliar nessa discussão também foram abordados autores que, apesar de não trazer o termo urbanidade em seus textos, trouxeram em algum nível as questões relacionadas à vida cotidiana nas cidades.

A partir dessa revisão bibliográfica, concluiu-se que a urbanidade é um atributo da paisagem urbana utilizado para qualificar as interações que acontecem entre diferentes pessoas nos espaços públicos e coletivos da cidade, a partir da relação dinâmica que se estabelece entre a estrutura físico-espacial e as atividades cotidianas que regem a vida pública. A menção ao espaço público se faz necessária na definição do conceito de urbanidade, uma vez que, parte-se do pressuposto que só é possível alcançar uma diversidade efetiva de pessoas nos espaços que são acessíveis, em algum grau, para toda população da cidade, independente de classe social, do gênero, da raça, da etnia, da idade e demais derivações e intersecções sociais. A partir dessa premissa, foram abordados também os principais conceitos que compõem os espaços públicos e que os tornam palco para a realização da esfera da vida pública, condição básica da urbanidade. Ao final do item foi apresentado um quadro síntese que buscou elencar os principais elementos que condicionam a urbanidade a partir da perspectiva dos diferentes autores abordados. O desenvolvimento desse quadro foi de extrema importância para subsidiar a elaboração do método de caracterização da urbanidade.

Além disso, buscou-se trazer para a discussão os principais conceitos relacionados aos territórios habitacionais, a partir da compreensão de que a cidade é construída por interesses conflitantes que, por sua vez, refletem as relações de poder da sociedade e influenciam no modo de morar da população. A partir da compreensão que o Estado também é um dos agentes que produz a cidade e que ele é o responsável por regular os conflitos existentes, com foco no interesse coletivo e na qualidade de vida da população, buscou-se apresentar os principais parâmetros urbanísticos previstos na legislação brasileira que incidiram diretamente nos projetos dos loteamentos dos bairros habitacionais. Por fim, foram elencadas as principais modalidades habitacionais presentes nas cidades brasileiras contemporâneas, com foco nas vilas operárias, objeto de estudo desta pesquisa.

Para alcançar o objetivo principal desta pesquisa, o Capítulo 3 consistiu no desenvolvimento de um método de leitura da urbanidade, que tinha como desafio abarcar a complexidade e a escala condizente com os territórios analisados. Para

isso, foram definidas três etapas principais, que corresponderam, portanto, aos Capítulos 4, 5 e 6 desta pesquisa. A primeira etapa estava relacionada com a compreensão dos principais processos de expansão das cidades onde foram implantadas as vilas de Itaipu e sua influência na configuração da paisagem atual; a segunda etapa, por sua vez, buscou identificar os diferentes padrões morfológicos que formaram essa paisagem, a partir da metodologia de Regionalização Morfológica; e, por fim, a terceira etapa pretendia relacionar as diferentes Regiões Morfológicas identificadas com os elementos que condicionam a urbanidade, selecionados a partir da revisão bibliográfica.

A organização deste método é uma das principais contribuições desta pesquisa, uma vez que ele se estrutura a partir da possibilidade de ler e analisar diferentes contextos urbanos, sobretudo de áreas habitacionais. A primeira etapa, que corresponde a compreensão dos processos de expansão refere-se ao levantamento e análise de dados históricos sobre a área a ser estudada, a partir de uma perspectiva mais ampla, seja ela municipal ou regional. É imprescindível que se reconheça esses processos para compreender quais elementos foram determinantes na configuração da escala local. A segunda etapa, que corresponde à identificação das Regiões Morfológicas, estabelece claramente quais são os elementos considerados dentro de cada nível hierárquico e como eles se relacionam e dividem a área de estudo em zonas com padrões morfológicos semelhantes.

É importante destacar que a compreensão da cidade a partir das Regiões Morfológicas pode servir para subsidiar outros estudos, pois elas são capazes de descrever, em detalhe, a área urbana analisada e compreender quais fatores influenciaram sua formação e transformação ao longo dos anos. Essas informações podem ser utilizadas para conservar, romper ou incentivar determinado arranjo espacial. Por fim, a terceira etapa descreve quais os elementos que condicionam a urbanidade, as variáveis consideradas e os critérios utilizados para sua análise, obtidos através de uma ampla revisão bibliográfica sobre o tema. Com isso, é possível caracterizar a urbanidade e compreender quais as principais características da paisagem urbana que incentivam ou, então, que repelem as interações das pessoas nos espaços públicos e coletivos. Destaca-se, mais uma vez, que as Regiões Morfológicas têm papel fundamental para compreensão dessas características.

Desta forma, no Capítulo 4 foi apresentado um panorama geral sobre a expansão urbana das cidades de Foz do Iguaçu, no Brasil, e de Cidade do Leste,

Hernandárias, Presidente Franco e Minga Guaçu, no Paraguai. Embora o recorte temporal desta pesquisa se detivesse aos acontecimentos ocorridos após o início da implantação da Itaipu Binacional em 1973, foi necessário compreender como esses territórios estavam organizados até então e quais as principais forças econômicas, sociais e políticas incidiram sobre eles desde sua origem. Esse esforço se fez necessário devido a identificação das Regiões Morfológicas de primeiro nível corresponder aos diferentes traçados que compõem o plano urbano e os processos históricos que os constituíram. É importante destacar que um dos principais desafios desta pesquisa foi a construção de uma base cartográfica que permitisse uma leitura histórica ampla de todo território fronteiriço, uma vez que, nem as prefeituras dos municípios estudados e nem o acervo da Itaipu Binacional contavam com dados espaciais georreferenciados e, além disso, as informações repassadas por estes órgãos estavam incompletas. Desta forma, antes de desenvolver a análise histórica sobre a expansão urbana dos municípios em questão, primeiramente foi realizado um intenso trabalho de compilação e atualização dos dados cartográficos, a partir de diferentes bases de dados.

Após a organização desses dados cartográficos, foi possível identificar que a chamada Margem Esquerda, representada pelo município de Foz do Iguaçu, se estruturou a partir de quatro períodos históricos principais. O primeiro período (1989-1974) está relacionado com a origem militar do município até a implantação da Itaipu Binacional; o segundo período (1974-1980) abarca a implantação da Itaipu Binacional, de suas vilas operárias e de uma série de novos loteamentos que caracterizaram o momento mais intenso de crescimento do município; o terceiro período (1980-2001) refere-se à consolidação da área urbana, marcado por um momento de crescimento mais lento, caracterizado pelo preenchimento dos vazios urbanos deixados pelo período anterior; e, por fim, o quarto e último período (2000-2017) está relacionado com a nova forma urbana que se inicia a partir dos anos 2000, caracterizada, principalmente, pela implantação de loteamentos nas áreas periféricas do município e pelo número significativo de condomínios fechados.

Ao contrário do Brasil, que apresentou quatro períodos distintos relacionados à sua expansão urbana, na chamada Margem Direita, definida pelas cidades paraguaias, foram identificados apenas três, sendo que o primeiro (1957-1974) se refere ao mesmo momento histórico identificado em Foz do Iguaçu, mesmo que as cidades paraguaias tenham sido fundadas apenas em meados dos anos de

1950, enquanto o segundo período (1974-1985) se caracteriza por um período mais longo e de crescimento menos intenso, reservado principalmente para expansão dos territórios no entorno das vilas de Itaipu. Por fim, o terceiro período (1985-2017), corresponde ao principal momento de expansão urbana das cidades paraguaias e condiz com a efetivação de diferentes políticas públicas nacionais de incentivo à ocupação do território, sobretudo por brasileiros, que resultou na subdivisão dos lotes rurais no preenchimento de quase toda área rural do município. É importante destacar que os diferentes traçados identificados dentro dos diferentes períodos morfológicos, tanto nas cidades paraguaia, quanto na cidade brasileira, correspondem às Regiões Morfológicas de primeiro nível desta pesquisa.

Com isso, conclui-se que, embora os municípios brasileiros e paraguaios tenham sido impulsionados por forças muito semelhantes de ocupação do território, como a origem militar e a implantação da Itaipu Binacional, a formação e a transformação de seus traçados urbanos apresentaram características distintas, influenciadas, em grande parte, pelo modo como foram implantadas as vilas de Itaipu nesses dois países. Ou seja, no Brasil a implantação segregada desses primeiros bairros habitacionais impulsionou o crescimento de novos loteamentos construídos longe da malha urbana consolidada, resultando em grandes vazios urbanos que não foram totalmente preenchidos e que causaram graves problemas para toda estrutura urbana que se encontra, ainda hoje, espacialmente fragmentada. Este modo de ocupação também implicou na concentração localizada de equipamentos urbanos em áreas mais centrais, em detrimento dos bairros periféricos carentes de serviços públicos, excessivamente horizontais e sem uma predefinição da caracterização do uso do espaço. Isto se deve tanto à incapacidade de desenvolver ações de planejamento para fazer face ao vertiginoso e incontrolado crescimento populacional do passado, especialmente pela concentração de equipamentos em determinadas áreas. No Paraguai, entretanto, as vilas de Itaipu foram construídas totalmente contínuas à malha urbana existente, fazendo com que os novos territórios implantados posteriormente seguissem a mesma lógica, pelo menos durante as primeiras décadas.

Após a identificação das Regiões Morfológicas de primeiro nível, em escala regional, foram identificadas as Regiões Morfológicas de segundo, terceiro e quarto nível. Após a identificação das Regiões Morfológicas de segundo nível foi possível concluir que os diferentes padrões utilizados desde a origem das vilas de Itaipu reforçaram ainda mais a segregação socioespacial imposta pela divisão dos seus

moradores de acordo com a função que exerciam dentro da empresa, ou seja, de acordo com sua classe social. A Vila A e a Área 4, portanto, não foram construídas a partir de padrões urbanísticos mínimos, pois ambas contavam com lotes e edificações maiores que as demais vilas, além de um sistema viário hierarquizado e conectado com demais áreas da cidade e uma série de espaços livres de lazer. Apesar de as duas vilas apresentarem diferentes diretrizes de desenho urbano, sobretudo no que diz respeito ao tipo do traçado e à destinação de suas áreas internas. Já a Vila C e a Área 6 apresentavam desenhos urbanos muito semelhantes e, mesmo com lotes e edificações com áreas superiores aos parâmetros mínimos exigidos, sua estrutura viária e fundiária fez com que ambas perdessem qualidade espacial.

Após identificar as Regiões Morfológicas segundo nível, foram identificadas também as Regiões Morfológicas de terceiro nível. Com isso, percebeu-se que em todas elas as camadas de quarto nível foram suprimidas. Ou seja, foram necessárias apenas três camadas para identificar os padrões dos três complexos da paisagem urbana. Isso porque, especificamente nesses casos, as Regiões Morfológicas de segundo nível conseguiram abarcar, em uma mesma zona, padrões específicos com relação ao plano urbano e ao tecido edificado, embora as quatro vilas analisadas apresentassem um conjunto de características muito singulares. Portanto, o uso do solo foi o fator determinante para identificação das regiões de terceiro nível.

Em relação ao tecido edificado, conclui-se que com o passar dos anos as quatro vilas de Itaipu se mantiveram horizontalizadas, com a maioria das edificações em um pavimento, mesmo no Paraguai onde a legislação não limitava a construção de mais pavimentos. Os tímidos processos de verticalização estiveram relacionados, sobretudo, a alteração no uso dos edifícios. Ou seja, as edificações que passaram a ter mais de um pavimento se tornaram, em sua maioria, de uso misto, sendo o primeiro o piso térreo destinado para o uso de comércio e serviços e os demais pavimentos para o uso residencial. Nas Vilas A e C a maioria das edificações destinadas para o uso comercial ou de serviços encontravam-se concentradas ao longo dos Eixos de Bairro, embora tenham sido identificadas pequenas aglomerações em outras áreas do bairro. Na Área 4, esses usos também se concentraram nas vias estruturais e coletoras, porém, diferente da Vila A, muitos deles também estavam distribuídos ao longo das demais vias, sem representar aglomerações significativas. A Área 6 foge desta lógica, devido à falta de vias coletoras que de fato cumprissem sua função dentro do sistema viário. Nela, os usos comerciais e de serviços estavam distribuídos

de maneira dispersa ao longo de todo bairro e foram identificadas apenas pequenas aglomerações, principalmente ao longo das vias locais que se conectavam diretamente com o restante da malha urbana da cidade.

A identificação das características que formaram as diferentes Regiões Morfológicas das vilas de Itaipu foram fundamentais para o desenvolvimento do Capítulo 6, correspondente à análise dos elementos que condicionam a urbanidade e sua caracterização. Os elementos que condicionam a urbanidade foram selecionados a partir de uma ampla revisão teórica sobre o tema. Primeiramente, cada elemento foi analisado individualmente, com o objetivo de compreender como cada uma das vilas analisadas responderam aos critérios e variáveis selecionadas e, posteriormente, eles foram analisados conjuntamente, de modo a identificar a importância de suas inter-relações no processo de caracterização da urbanidade.

A análise dos elementos que condicionam a urbanidade evidenciou dois aspectos importantes. O primeiro está relacionado com o desenho urbano das vilas de Itaipu e a influência dos preceitos do urbanismo modernista, enquanto o segundo está relacionado com a reprodução de um modelo habitacional, vinculado às hidrelétricas e grandes obras nacionais. Referente ao primeiro aspecto, as vilas construídas para os técnicos e funcionários administrativos apresentaram características importantes, como a configuração das unidades de vizinhança, da localização central e concentrada dos edifícios institucionais e uma certa separação, sobretudo na Vila A, entre o tráfego de pedestres e veículos (RAMMÉ e PINA, 2019b). O projeto original previa a implantação do que denominava superquadras, mas que, na verdade, referiam-se a um conjunto de quadras no entorno de um parque de vizinhança, modelo presente ao longo de grande parte da proposta.

Trata-se de uma releitura da unidade de vizinhança resultante da fusão de ideias norte-americanas e europeias de maneira simplificada (REGO, 2017), mas que permitiu uma maior diversidade mesmo em um plano previamente tão estratificado e segregado. Até o ano de 2017, parte desses parques haviam sido preservados, porém alguns foram loteados pela própria Itaipu Binacional para a construção de mais unidades habitacionais. Além disso, em parte da vila A também foi implantado um traçado orgânico, com vias *cul-de-sac*, cortadas por grandes áreas verdes que faziam a ligação com as duas vias estruturais que limitavam o loteamento, embora em grande parte do loteamento predominasse o traçado em grelha, influência direta do histórico militar da cidade e da necessidade de controle por parte da Itaipu Binacional. Já as

vilas destinadas para os operários e trabalhadores em postos de serviço seguiram um desenho urbano totalmente vinculado aos aspectos econômicos de baixo custo, desde o traçado viário até a implantação das edificações nos lotes.

Com relação ao segundo aspecto, foi possível identificar que as vilas de Itaipu brasileiras foram construídas a partir de uma estratégia nacional vinculada às indústrias e hidrelétricas construídas em todo território nacional desde o século XIX. Essa estratégia tinha como principal característica a construção de vilas operárias afastadas da área urbana existente, localizadas nas periferias urbanas ou, então, em áreas rurais, com o objetivo de controlar seus funcionários, incluindo seus tempos livres, revelando uma lógica de isolar os trabalhadores e submetê-los à infraestrutura e normas impostas pela empresa. Guerra, (2008) identificou esta estratégia de pensamento urbano setorizado nas diversas hidrelétricas e vilas operárias implantadas no país, inclusive nas Vilas Operárias de Furnas, nas Bacias dos Rios Grande e Parnaíba.

Com isso, estas áreas habitacionais produzidas em Foz do Iguaçu, adequadas às hierarquias entre os trabalhadores da usina, foi uma das ações de fundamental importância para concretização do Projeto Itaipu e manutenção do disciplinamento e controle dos trabalhadores, caracterizando as vilas de Itaipu como “cidades a parte”. Esse controle e segurança próprios da Região da Itaipu colaboraram com os regimes militares existentes na América Latina durante a segunda metade do século XIX, sobretudo no Brasil e no Paraguai. Ou seja, a infraestrutura das vilas de Itaipu não tinha apenas a função de agrupar os trabalhadores em locais próximos, mas sim, estabelecer modos de vida adequados à produção e controle repressivo ideológico sobre a força de trabalho. Com autonomia e total controle sobre todas as instâncias de vida de seus trabalhadores e dependentes, a Itaipu Binacional legislava e controlava os espaços e políticas e as suas necessidades (SBARDELOTTO e CASTANHO, 2017).

Nesse sentido, as vilas de Itaipu têm especificidades que as tornam únicas, mas também possuem características gerais que as assemelham a diversos outros casos de implantação de grandes projetos, afetando diretamente o cotidiano das pessoas. O momento político em que se construiu a Itaipu Binacional, sob o regime militar, associado à inexistência de uma política ambiental e à ausência de legislação nacional e internacional para a proteção dos ecossistemas, explicam a sua construção nos moldes em que foi realizada. As decisões sobre a construção e operação da Itaipu

Binacional estiveram distantes de qualquer tipo de debate público. Para o governo militar, a obra simbolizava orgulho, poder e domínio frente aos países da bacia do Prata.

Em proporção semelhante, empresários das grandes empreiteiras e do setor energético também se fortaleceram e ampliaram sua atuação, inclusive para outros continentes como o africano. A maneira como os megaprojetos, especialmente os energéticos, são implantados no país e na América Latina, parece obrigatório o compromisso com o que se denomina progresso e visão de desenvolvimento. Infelizmente, grande parte desta estratégia ainda se repete nas obras como de Tucuruí, Belo Monte e no chamado eixo do Amazonas, com duas hidrelétricas no rio Madeira, no Brasil (Jirau e Santo Antônio) e, na mesma bacia, previstas duas hidrelétricas na Bolívia e quatro no Peru, realizadas por grupo de empreiteiras que se conformou a partir da Itaipu Binacional.

De modo geral, esses dois aspectos relacionados à construção das vilas de Itaipu brasileiras e paraguaias influenciaram na configuração da paisagem urbana atual e na caracterização da urbanidade desses territórios habitacionais. Algumas características da forma urbana original foram absorvidas pela população, enquanto outras sofreram alterações ao longo dos anos. A principal delas está relacionada com o uso do solo, que levou também a modificações importantes no tecido edificado, como a alteração do recuo das edificações e a ampliação para dois ou mais pavimentos, sobretudo nas Vilas A e Área 4. Enquanto o plano urbano permaneceu muito próximo da configuração original, sobretudo no que diz respeito ao traçado viário.

No entanto, ao analisar todos os elementos que condicionam a urbanidade conjuntamente, conclui-se que a maioria das interações que acontecem nos espaços públicos e coletivos das quatro vilas de Itaipu analisadas foram impulsionados pela combinação dos diferentes complexos que formam a paisagem urbana, ou seja, pelo plano, pelo tecido edificado e pelo uso do solo. Nas quatro vilas analisadas, grande parte dos espaços que apresentavam um maior número de atividades cotidianas sendo desenvolvidas, estavam localizados ao longo de vias com maior capacidade de conexão urbana e, contavam, com uma diversidade de usos e ocupação do solo, mesmo que limitada, como é o caso dos *Food Trucks* identificados na Vila A e das tendas de alimentos, como é o caso da Área 4.

Entretanto, as áreas que apresentaram baixa diversidade de uso do solo e de tipologias construtivas, baixa relação entre os espaços públicos e privados, baixa densidade urbana, conexões urbanas limitadas e grandes distâncias a serem percorridas pela população até às áreas de lazer e aos equipamentos públicos de ensino e saúde, foram aquelas que não apresentaram o desenvolvimento de atividades cotidianas e, por consequência, não incentivaram a interação entre diferentes pessoas nos espaços públicos e coletivos. Ou seja, embora a diversidade de uso e ocupação do solo tenha sido identificada como um dos elementos que impulsionam a realização de atividades cotidianas, a organização do plano urbano e as relações entre as áreas edificadas e as áreas dos lotes também assumem importância fundamental na criação de espaços que suportem e incentivem diferentes tipos de práticas sociais.

Por fim, foi comprovada a hipótese de que as diferentes estratégias de desenho urbano adotadas para a construção das vilas de Itaipu apresentaram impacto direto na vida cotidiana da população e, por consequência, na caracterização da urbanidade. Assim como, comprovou-se também que as Regiões Morfológicas tiveram um papel fundamental na leitura e análise da estrutura físico-espacial da cidade e que seu cruzamento com os elementos que condicionam a urbanidade foram capazes de compreender quais padrões da paisagem urbana incentivam, ou então, repelem as interações entre diferentes pessoas nos espaços públicos e coletivos nas vilas de Itaipu.

Por fim, destacam-se algumas contribuições importantes desta pesquisa foram:

- a) A elaboração de um método para leitura da urbanidade em diferentes contextos urbanos, sobretudo nos territórios habitacionais;
- b) A adaptação da metodologia de Regionalização Morfológica, no que tange a divisão das camadas que possibilitam a leitura da paisagem urbana e a possibilidade de sua aplicação em diferentes recortes espaciais;
- c) Uso da cartografia em um Sistema de Informações Geográficas, que possibilitou a criação de diversos mapas e a obtenção de dados alfanuméricos que subsidiaram o desenvolvimento de todo trabalho;
- d) A elaboração de uma base cartográfica histórica dos municípios estudados, vai desde sua origem até o ano de 2017, e sua relação com as principais forças que

influenciaram as transformações ocorridas na paisagem urbana ao longo do tempo;

- e) O desenvolvimento do conceito de urbanidade e a descrição detalhada e fundamentada teoricamente dos elementos que a condicionam, assim como a definição dos atributos e variáveis utilizados para sua caracterização.

Destaca-se que o ineditismo desta pesquisa está relacionado tanto à área de estudo, caracterizada como um território de fronteira trinacional, com uma dinâmica urbana única e complexa, bem como com a abordagem multidisciplinar dos conceitos e suas inter-relações, com contribuições importantes para os três campos de estudo que se tornaram pilares centrais nesta pesquisa: a Morfologia Urbana, a urbanidade e os territórios habitacionais. Com isso espera-se que esta pesquisa possa contribuir na busca por cidades mais humanizadas, democráticas e acessíveis para diferentes tipos de pessoas, de diferentes contextos sociais. No entanto, ela não se esgota em si, mas apresenta um leque de possibilidades, como sua aplicação nas demais vilas de Itaipu paraguaias, de modo a aprimorar ainda mais a sua hipótese, assim como, em outras cidades onde os territórios habitacionais produzidos por empresas privadas e estatais tenham influenciado na configuração da paisagem urbana atual e no modo de vida de seus moradores.

Além disso, os dados aqui levantados e analisados também servem como alerta para a atuação e construção de grandes hidrelétricas no país, onde infelizmente ainda vigora o mesmo modelo segregador e controlador das vilas residenciais, com graves repercussões na estrutura urbana das cidades e na vida cotidiana dos moradores. Além disso, a adaptação da metodologia de regionalização morfológica para leitura de territórios com escalas territoriais diversas possibilita sua aplicação em outras áreas de conhecimento, pela sua capacidade de relacionar aspectos históricos, constituídos a partir de forças sociais, econômicas e políticas, que refletem na formação e transformação das paisagens urbanas e seus reflexos na vida cotidiana das pessoas, permitindo, com isso, subsidiar a criação e revisão de diferentes políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, C.; DAVIDSON, F. **Densidade urbana: um instrumento de planejamento e gestão urbana**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. Disponível em <https://issuu.com/joseflamarqueg/docs/densidade_urbana_acioly>. Acesso em 20 de maio. 2019.

AGUIAR, D. O papel da caminhada na arquitetura. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 22, n. 31, p. 97-114, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/P.2316-1752.2015v22n31p96/10676>>. Acesso em: 25 de fevereiro. 2019.

AGUIAR, D. Urbanidade e a qualidade da cidade. In: AGUIAR, D.; NETTO, V. M. (Org). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012. p. 61-80.

AGUIAR, D. Urbanidade e estrutura espacial. **Cadernos do PROARQ** - Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, n. 15, p. 57-67, dez, 2010. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/72106>> Acesso em: 10 de janeiro. 2017.

AGUIAR, D. V. Qualidade espacial: configuração e percepção. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 4, n. 1, p. 8-29, jan/jul, 2016. Disponível em: <<http://periodico.revistappc.com/index.php/RPPC/article/view/25>> Acesso em: 10 de janeiro. 2018.

ALBUQUERQUE, J. L. C. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos "brasiguaios" entre os limites nacionais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, vol. 15, n. 31, junho 2009. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832009000100006>>. Acesso em 20 de setembro. 2019. ISSN 1806-9983.

ANTONUCCI, D. Morfologia urbana e legislação urbanística. Como a utilização da análise tipo-morfológica pode auxiliar na aplicação da legislação urbanística em diferentes setores da cidade de São Paulo. **Revista de Morfologia Urbanam**, v. 4, n. 2, p. 107-21, 2016. Disponível em: <<https://pnum.fe.up.pt/en-gb/journals/2016-volume-4.2>> Acesso em: 10 jan. 2018.

ARANHA, R. M. **De conjuntos habitacionais à bairros: a construção e o desmonte das vilas de Itaipu (1974-2012)**. 2013. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

ARAUJO SOUZA, A. **Itaipu e a urbanização da zona de fronteira do Iguaçu: cidade e conjuntos habitacionais da usina hidrelétrica**. 2011. 192 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2011.

ARAÚJO, S. M. **Condomínios urbanísticos**. Câmara dos Deputados: Consultoria legislativa. Abril, 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/259332763_Condominios_urbanisticos/download>. Acessado em 20 de setembro de 2017.

BONDUKI, N. G. **Origens da habitação popular no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade, 1994a.

BONDUKI, N. G. Origens da habitação popular no Brasil. **Análise Social**, Lisboa, v. 24, n. 127, p. 111-732, 1994b. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377539C9uKS3pp5Cc74XT8.pdf>> Acesso em: 15 de jun. 2018.

BORGES, M. V. **O zoneamento na cidade do Rio de Janeiro: gênese, evolução e aplicação**. 2007. 226 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 de out, 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 15 de jun. 2018.

BRASIL. Decreto Lei nº 58 de 10 de dezembro de 1937. **Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 13 dez, 1937**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del058.htm>. Acesso em: 20 de setembro. 2017.

BRASIL. Lei nº 10.267 de 10 de julho de 2001. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 julho, 2001**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 20 de setembro. 2017.

BRASIL. Lei nº 4.380 de 21 de agosto de 1964. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 set, 1964**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4380.htm>. Acesso em: 20 de setembro. 2017.

BRASIL. Lei nº 4.591 de 16 de dezembro de 1964. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez, 1964**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4591.htm>. Acesso em: 20 de setembro. 2017.

BRASIL. Lei nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 fev, 1999**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm>. Acesso em: 03 de setembro. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.785 de 29 de janeiro de 1999. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez, 1979**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9785.htm>. Acesso em: 23 de outubro. 2019.

BRASIL. Decreto nº 1.035 de 1939. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan, 1939**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1035-10-janeiro-1939-372797-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 de outubro. 2019.

CARDOSO, A. L. Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos. In: MORAIS, M. P.; KRAUSE, C.; NETO, V. C. L. **Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros**. Brasília: Ipea, 2016. Cap. 1, p. 29-52. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/160718_caracterizacao_tipologia.pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2018.

CASTELLO, I. R. **Bairros, Loteamentos e Condomínios - Elementos para o Projeto de Novos Territórios Habitacionais**. 1ª. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. 206p.

CASTRO, A. Espaços públicos, coexistência social e civilidade: contributos para uma reflexão sobre os espaços públicos urbanos. **Cidades-Comunidades e Territórios**, v. 5, p. 53-67, Dez, 2002. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9164>> Acesso em: 12 de mai. 2018.

CAVATORTA, M. G.; CALDANA, N. F. S.; CAMPANHA, T. G. Relações fronteiriças entre foz do Iguazu, Ciudad del Este e Puerto Iguazu: aspectos políticos, econômicos e sociais que promovem a integração. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 3, n. 1, p. 220-233, 2017. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/31851>> Acesso em: 12 de mai. 2018.

CAUSARANO, M. **Paraguay: Regiones metropolitanas fronterizas. Una puesta al día**. Reunión de Expertos sobre: Población Territorio Y Desarrollo Sostenible. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Santiago, 16-17 de Agosto, 2011.

CENTURIÃO, L. R. M. A cidade na América Espanhola aos tempos da conquista e colonização. **BIBLOS: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, vol. 10, agosto 1998. Disponível em <<https://periodicos.furg.br/biblos/issue/view/76>>. Acesso em 20 de setembro. 2019. ISSN 1806-9983.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

COCOZZA, G. Desafios para a urbanidade em cidades médias: o desempenho da forma urbana em unidades morfológicas em Palmas e Uberlândia. In: 4ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA REDE LUSÓFONA DE MORFOLOGIA URBANA, 2015, Brasília. **Configuração Urbana e os desafios da urbanidade**. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.fau.unb.br/noticias/57-pnum-2015>>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

COCOZZA, G. P. **Paisagem e Urbanidade: Os limites do projeto urbano na conformação de lugares em Palmas**. 2007. 255 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

COELHO, A. B. **Entre casa e cidade, a humanização do habitar**. Porto: Dafne editora, 2009.

COLODEL, J. A. **Cinco séculos de história in Mesorregião Oeste do Paraná: Diagnóstico e Perspectivas**. UNIOESTE- Universidade Estadual do Oeste do Paraná: Cascavel, 2002.

CONTE, C. H. A evolução do setor terciário em Foz do Iguaçu-PR: apontamentos sobre o papel da Usina Hidrelétrica de Itaipu neste processo. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 8, n. 1, p. 21-32, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/view/17328>> Acesso em: 12 de mai. 2018.

CONTE, C. H. Compreendendo o papel de Foz do Iguaçu/PR na rede de cidades com base nos deslocamentos pendulares. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 61-78, jan/jun, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/view/3505>> Acesso em: 12 de mai. 2018.

CONZEN, M. R. G. **Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis**. London: Institute of British geographers, 1960.

CORREIA, T. B. Patrimônio Industrial e Agroindustrial no Brasil: a forma e a arquitetura dos conjuntos residenciais. In: SEGUNDO SEMINÁRIO DE PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL, 2010, São Carlos. **Lugares de memória**. São Carlos: SAP/EESC/USP, 2010. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/sspa/arquivos/palestras/Telma_de_Barros_Correia.pdf>. Acesso em: 25 de março. 2019.

CORREIA, T. B.; GHOUBAR, K.; MAUTNER, Y. Brasil, suas fábricas e vilas operárias. **Revista do Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUSP**, n. 20, p. 10-32, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43483>>. Acesso em: 25 de março. 2019.

COSTA, S. A. P.; MACIEL, M. C.; COSTA, P. S. G.; TEIXEIRA, H. V. L.; MELO, T. P. Instrumentos para análise das transformações urbanas recentes por meio dos elementos morfológicos. In: 4ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA REDE LUSÓFONA DE MORFOLOGIA URBANA, 2015, Brasília. **Configuração Urbana e os desafios da urbanidade**. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.fau.unb.br/noticias/57-pnum-2015>>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

COSTA, S. A. P.; NETTO, M. M. G. **Fundamentos da Morfologia Urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

COSTA, S. A. P.; TEIXEIRA, M. C. V. The study of urban form in Brazil. **Urban Morphology**, v. 18, n. 2, p. 119-127, 2014. Disponível em: <<http://www.urbanform.org/pdf/costa-teixeira2014.pdf>> Acesso em: 12 de mai. 2018.

CURY, M. J. F.; FRAGA, N. C. Conurbação Transfronteiriça e o Turismo na Tríplice Fronteira: Foz Do Iguaçu (Br), Ciudad Del Este (Py) e Puerto Iguazú(Ar). **Revista Rosa dos Ventos**, v. 5, n. 3, p. 460-475, jul-set, 2013. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/2253>> Acesso em: 12 de mai. 2018.

- CUNHA, L. F. Itaipu: uma entidade sui generis. **Universitas: Relações Internacionais**, v. 9, n. 1, jan./jun., 2011. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/1378>>. Acesso em 11 de abr. 2020.
- CULLEN, G. **Paisagem urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1983 (edição original em inglês de 1961).
- DEL RIO, V.; GALO, H. O legado do urbanismo moderno no Brasil: paradigma realizado ou projeto inacabado? **Vitruvius**, ano 01, n. 006.05, nov. 2002. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.006/958>>. Acesso em: 21 de dezembro. 2019.
- DGEEC. Dirección General de Estadística, Encuesta y Censo. **Atlas Censal del Paraguay 2002: Departamento de Alto Paraná**. Disponível em: <<https://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/Atlas%20Censal%20del%20Paraguay/13%20Atlas%20Alto%20Parana%20censo.pdf>>. Acesso em 19 de maio. 2019.
- DGEEC. Dirección General de Estadística, Encuesta y Censo. **Atlas Demografico del Paraguay, 2012a**. Disponível em: <<https://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/atlas-demografico/Atlas%20Demografico%20del%20Paraguay,%202012.pdf>>. Acesso em 20 de julho. 2019.
- DGEEC. Dirección General de Estadística, Encuesta y Censo. **Atlas Cartografico del Paraguay. 2012b**. Disponível em: <<https://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/atlas-demografico/Atlas%20Demografico%20del%20Paraguay,%202012.pdf>>. Acesso em 20 de julho. 2019.
- DGEEC. Dirección General de Estadística, Encuesta y Censo. **Proyección de la población por sexo y edad, según distrito, 2000-2025. Revisión 2015**. Disponível em: <<https://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/proyeccion%20nacional/Proyeccion%20Distrital.pdf>>. Acesso em 20 de julho. 2019.
- ELIAS, S.; BEIRÃO, J. N. As relações determinantes entre Forma Urbana e Urbanidade. In: XXI Congreso de la Sociedad Ibero-americana de Gráfica Digital - SIGRAD, Concepción - Chile, 2017. **Anais do SIGRAD Resilience Design**. Concepción: Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Geografía de la Universidad de Concepción, 2017. Disponível em: <http://papers.cumincad.org/data/works/att/sigradi2017_088.pdf> Acesso em: 12 de mai. 2018.
- ESRI. **Mapa Base de Paraguay**. 2012. Disponível em: <<https://www.arcgis.com/home/item.html?id=9348c637952b497b920c4ab5d727194>>. Acesso em 16 de maio. 2019.
- FAINSTEIN, S. S. Cities and diversity should we want it? Can we plan for it? **Urban Affairs Review**, v. 41, n. 1, p. 3-19, September, 2005. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1078087405278968>> Acesso em: 12 de mai. 2018.

FELDMAN, S. Avanços e limites na historiografia da legislação urbanística no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos urbanos e regionais**, v. 4, p. 33-47, maio, 2001. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/55/39>> Acesso em: 12 de mai. 2018.

FELDMAN, S. O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU): avanços, limites e ambiguidades (1964-1975). In: I ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - ENANPARQ, 2010, Rio de Janeiro. **Anais do I ENANPARQ, Arquitetura, Cidade, Paisagem e Território: percursos e prospectivas**. Rio de Janeiro: ANPARQ - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2010. Disponível em: <<http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios.htm>>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. **Land Research Action Network**, 2008. Disponível em: <<http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/ruralidade/sobre-a-tipologia-de-territorios.pdf/view>> Acesso em: 12 de mai. 2018.

FERRARI JUNIOR, J. C. Limites e potencialidades do planejamento urbano: uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 2, n. 1, p. 15-28, junho, 2004. Disponível em: <http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/especializacao/planejamento/arquivos/ferrari_junior_jose_carlos.pdf> Acesso em: 12 de mai. 2018.

FERREIRA, J. S. W. (Org.) **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos**. São Paulo: LABHAB, FUPAM, 2012.

FERRO DE LIMA, F. R. **Desenvolvimento Regional na fronteira Foz do Iguaçu/BR - Ciudad Del Este/PY**. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná. 2011. 165 p.

FIGUEIREDO, L. Desurbanismo: um manual rápido de destruição das cidades. In: AGUIAR, D.; NETTO, V. M. (Org). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012. p. 209-234.

FOGEL, Ramón. La región de la triple frontera: territorios de integración y desintegración. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, vol. 20, dezembro 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222008000200012>. Acesso em 27 de setembro. 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONTES, N. e SHIMBO, I. Análise de indicadores para a gestão e planejamento de espaços livres públicos de lazer: município de Jaboticabal. In: **Encontro Nacional da Anpur**, X, Anais..., p. 1-17, 2003.

FOZ DO IGUAÇU. Inventário técnico de estatísticas turísticas. **Secretaria Municipal de Turismo Diretoria de Desenvolvimento de Turismo Divisão de Planejamento**

e Estudos Turísticos de Foz do Iguaçu, PR, jan. 2017. Disponível em <<http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=102566>>. Acesso em: 21 de setembro. 2018.

FOZ DO IGUAÇU. Lei nº 124, de 20 de julho de 2007. **Gabinete do Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, PR, 20, jul. 2007.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-complementar/2007/12/124/lei-complementar-n-124-2007-dispoe-sobre-o-zoneamento-de-uso-e-ocupacao-do-solo-do-municipio-de-foz-do-iguacu-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 20 de setembro. 2017.

FOZ DO IGUAÇU. Lei nº 3.385, de 29 de outubro de 2007. **Gabinete do Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, PR, 29, ago. 2007.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2007/338/3385/lei-ordinaria-n-3385-2007-dispoe-sobre-diretrizes-de-arruamento-para-a-implantacao-do-sistema-viario-basico-constante-do-plano-diretor-municipal-pdmfoz>>. Acesso em: 20 de setembro. 2017.

FOZ DO IGUAÇU. Lei nº 170, de 1 de junho de 2011. **Gabinete do Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, PR, 1 junho, 2011.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-complementar/2011/17/170/lei-complementar-n-170-2011-dispoe-sobre-o-parcelamento-do-solo-para-fins-urbanos-no-municipio-de-foz-do-iguacu-e-fixa-normas-para-o-arruamento-loteamento-subdivisao-e-unificacao-de-terrenos-no-municipio>>. Acesso em: 20 de setembro. 2017.

FOZ DO IGUAÇU. Lei nº 5, de 25 de outubro de 1991. **Gabinete do Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, PR, 25, out. 1991.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-complementar/1991/0/5/lei-complementar-n-5-1991-dispoe-sobre-o-parcelamento-do-solo-para-fins-urbanos-no-municipio-de-foz-do-iguacu-revoga-as-leis-n-850-75-1452-89-e-1483-90-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 20 de setembro. 2017.

FOZ DO IGUAÇU. Lei nº 9, de 18 de dezembro de 1991. **Gabinete do Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, PR, 18, dez. 1991.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-complementar/1991/1/9/lei-complementar-n-9-1991-dispoe-sobre-o-zoneamento-de-uso-e-ocupacao-do-solo-do-municipio-de-foz-do-iguacu-revoga-a-lei-n-1265-85-e-da-outras-providencias-1991-12-18-versao-original>>. Acesso em: 20 de setembro. 2017.

FOZ DO IGUAÇU. Lei nº 1.596, de 26 de agosto de 1991. **Gabinete do Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, PR, 26, ago. 1991.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a2/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/1991/159/1596/lei-ordinaria-n-1596-1991-dispoe-sobre-diretrizes-de-arruamento-para-implantacao-do-sistema-viario-basico-constante-do-plano-diretor-de-desenvolvimento-integrado-de-foz-do-iguacu-pddi-foz>>. Acesso em: 20 de setembro. 2017.

FOZ DO IGUAÇU. Plano municipal de assistência social do município de Foz do Iguaçu quadriênio 2018 – 2021. **Diário Oficial nº 3.414 de Foz do Iguaçu, PR, 23, ago. 2018.** Disponível em: <<http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br/ArquivosDB;jsessionid=907c54084b1e5aeb1c765e4e9b26?idMidia=105459>>. Acesso em: 20 de outubro. 2018.

FREITAS, E. L. H. **Loteamentos fechados**. 2008. 206 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GADE, D. W. Paraguay 1975: Thinking Back on the Fieldwork Moment. **Journal of Latin American Geography**, Volume 5, Number 1, 2006, pp. 31-49. DOI: <https://doi.org/10.1353/lag.2006.0005>.

GEHL, J. A vida entre edifícios. **Piseagrama**, Belo Horizonte, n. 7, p. 14-21, 2015. Disponível em: <<https://piseagrama.org/a-vida-entre-edificios/>>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. Tradução Anita Di Marco. 2. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GEHL, J.; KAEFER, L. J.; REIGSTAD, S. Encontros imediatos com prédios. In: KARSSENBERG, H. et al. **A cidade ao nível dos olhos: lições para os PLINTHS**. Dados eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. 340p.

GEHL, J.; SVARRE, B. **A vida na cidade: como estudar**. Tradução Anita Di Marco. 1. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GERHARDT T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONÇALVES, A. R. Urbanidade e as novas configurações urbanas. In: I ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - ENANPARQ, 2010, Rio de Janeiro. **Anais do I ENANPARQ, Arquitetura, Cidade, Paisagem e Território: percursos e prospectivas**. Rio de Janeiro: ANPARQ - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2010. Disponível em: <<http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/artigos.htm>>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

GOUVÊA, L. A. **Cidade Vida: curso de desenho ambiental urbano**. São Paulo: Nobel, 2008.

GUERRA, M. E. A. **Vilas operadoras de Furnas nas Bacias dos Rios Grande e Parnaíba – da concepção à atualidade**. 2008. 571 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialização. **Boletim Gaúcho**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 11-24, 2003. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/2624>>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 95-120.

HAHN, C. T. **Produção e consumo do espaço urbano em Foz do Iguaçu-PR**. 2006. 215 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Mato Grosso, Aquidauana.

HILLIER, B.; HANSON, J.; PEPONIS, J.; HUDSON, J.; BURDETT, R. **Space Syntax: a different urban perspective**. Architecture Journal, London, 1983.

HOLZ, S.; MONTEIRO, T. V. A. Política de habitação social e o direito a moradia no Brasil. In: X COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 2008, Barcelona. **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica: diez años de cambios en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales, 1999-2008**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/158.htm>>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

IBGE Cidades. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População estimada: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2018**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br>>, acessado em 06 de outubro de 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1950/2010**. Até 1991, dados extraídos de Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1994, Vol. 54, 1994. Disponível em: <<https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=CD77&t=populacao-presente-residente-sexo-dados-universo>>. Acesso em: 23 de julho. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_evolucao.shtm>, acessado em 26 de fevereiro de 2018.

IBIPIANA, B. G. **Parâmetros da Dinâmica Urbana e Atributos Físicos que promovem urbanidade: urbanismo na escala humana**. 2016. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo.

INNERARITY, D. **O novo espaço público**. 1 Ed. Lisboa: Editorial Teorema, 2006.

INSTITUTO PÓLIS. **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. Brasília, 2001.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Oeste paranaense - O 3º Espaço Relevante: especificidades e diversidades**. Curitiba, 2008.

ITAIPU BINACIONAL. **Coletânea de plantas e fotos dos Conjuntos Habitacionais "A" e "B" da Itaipu Binacional**. Arquivo Técnico da Itaipu Binacional, 1986.

ITAIPU BINACIONAL. **Regimento Interno Itaipu Binacional de 1994**. Disponível em <<https://www.itaipu.gov.br/sites/default/files/u5/Regimento%20Interno.pdf>>. Acesso em 15 de maio de 2019.

ITAIPU BINACIONAL. **Relatório anual de 1974**. Disponível em <https://www.itaipu.gov.br/sites/default/files/af_df/RelAnual-1974.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2019.

ITAIPU BINACIONAL. **Relatório anual de 1991**. Disponível em <https://www.itaipu.gov.br/sites/default/files/af_df/RelAnual-1991.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2019.

ITAIPU BINACIONAL. **Vila Residencial de Itaipu: Plano de Urbanização**. Arquivo Técnico da Itaipu Binacional, 1975.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000 (edição original em inglês de 1961).

KARSSENBERG, H.; LAVEN, J. A cidade ao nível dos olhos. In: KARSSENBERG, H. et al. **A cidade ao nível dos olhos: lições para os PLINTHS**. Dados eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. 340p.

KLEINKE, M. L.; CARDOSO, N. A.; ULTRAMARI, C.; MOURA, R. O paraíso dos outros. **Revista Paraná em Desenvolvimento**, Curitiba, n. 88, p. 23-36, maio/ago, 1996.

KRAFTA, R. Impressões digitais da urbanidade. In: AGUIAR, D.; NETTO, V. M. (Org). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012. p. 115-134.

KROPF, K. Ambiguity in the definition of built form. **Urban Morphology**, v. 18, n. 1, p. 41-57, 2014. Disponível em: <http://www.urbanform.org/online_public/2014_1.shtml>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

KROPF, K. Aspects of urban form. **Urban Morphology**, v. 13, n. 2, p. 105-120, 2009. Disponível em: <http://www.urbanform.org/online_public/2013_2.shtml>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

LARKHAM, P. J; MORTON, N. Drawing lines on maps: morphological regions and planning practices. **Urban Morphology**, v. 15, n. 2, p. 133-151, 2011. Disponível em: <http://www.urbanform.org/online_public/2015_2.shtml>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

LEMES, M. C. S. (Org.) **Urbanismo no Brasil: 1985 - 1965**. São Paulo: Studio Nobel, FAUUSP, FUPAM, 1999.

LEONELLI, G. C. V. **A construção da lei federal de parcelamento do solo urbano 6.766: debates e propostas do início do séc. XX a 1979**. 2010. 208 f. Tese (Doutorado) - Engenharia de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Carlos.

LOBODA, C. R. Espaço público e periferia na cidade contemporânea: entre as necessidades e as possibilidades. **Revista Ra'e Ga**, v. 37, p. 37-63, Ago, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/40382>>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1980 (edição original em inglês de 1960).

MACEDO, S. **Paisagismo Brasileiro na Virada do Século 1990-2010**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

MACEDO, S. S.; CUSTODIO, V. Os Sistemas de Espaços Livres da Cidade Contemporânea Brasileira e a Esfera de Vida Pública: Considerações Preliminares. In: 12o ENCÚENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 2009, Montevideo. **Anais do 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina: Caminado por una América Latina en Transformación**. Montevideo: Universidad de la República, 2009. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/sites/default/files/documentos/5156_custodio_vanderli.doc> . Acesso em: 07 de julho. 2018.

MACEDO, S.; QUEIROGA, E. A forma urbana da cidade brasileira contemporânea: resultados de uma pesquisa em rede. In: 4ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA REDE LUSÓFONA DE MORFOLOGIA URBANA, 2015, Brasília. **Configuração Urbana e os desafios da urbanidade**. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.fau.unb.br/noticias/57-pnum-2015>>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

MACHADO, L. O. Estado, territorialidade, redes. Cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, M.L. (Org.). **Continente em chamás. Globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 242-284. Disponível em: <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/pesquisa/limites-e-fronteiras-internacionais/estado-territorialidade-redes-cidades-gemeas-na-zona-de-fronteira-sul-americana/#.W9FQO5NKhPZ>>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2011.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço e identidade. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 217-228.

MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 296-306, 2007. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/10926>>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

MENDONÇA, E. M. S. Morfologia urbana pela estética, justiça social e sustentabilidade. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 4, v. 2, p. 107-121, 2016. Disponível em: <https://pnum.fe.up.pt/en-gb/assets/pdf/rmu/4-rmu-4-2_perspetivas.pdf>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

MEYER, R. Pensando a urbanidade. **Vitruvius**, ano 01, n. 001.18, jan. 2002. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/01.001/3261>>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

MISKIW, A. M. **Colonos, Posseiros e Grileiros: Conflitos de terra no oeste paranaense (1961/66)**. 2002. 201 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense e Universidade do Oeste do Paraná, Niterói, 2002. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/nra/textos/Myskiw.pdf>>. Acesso em 20 de maio. 2019.

MIYAZAKI, V. K.; **Estruturação da cidade e morfologia urbana: um estudo sobre cidades de porte médio da rede urbana paulista**. 2013. 307 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MONTEIRO, E. Z. **A tipologia dos traçados urbanos como indicador de poderes concentrados ou dispersos**. *Revista de Morfologia Urbana*. v. 5, n. 1, p. 27-29, 2017.

MORAES, I. A.; VIEIRA, F. A. C. Capitalismo agrário e movimentos camponeses no Paraguai. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 28, n. 56, dezembro 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862015000200363>. Acesso em 24 de setembro. 2019. ISSN 2178-1494.

MORAES, L. M. **Intolerância, direitos humanos e socialização no ambiente escolar**. *Revista Interdisciplinar de direitos humanos*, v.2, n.2, 2014. Disponível em <<https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/203/102>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2020.

MOREIRA, E. V.; HESPANHOL, R. A. M. O lugar como uma construção social. **Revista Formação**, v. 14, n. 2. P. 48-60, 2007. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/6_moreira_e_hespanhol.pdf>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

MOTTA, M. F. **Espaço Vivido / Espaço Pensado: o lugar e o caminho**. 2003. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MOUDON, A. V. Morfologia urbana como um campo interdisciplinar emergente. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 3, n. 1, p. 41-49, 2015. Disponível em: <https://pnum.fe.up.pt/en-gb/assets/pdf/rmu/rmu-3-1_neves.pdf>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

MOURÃO, J. A oferta globalizada de solo urbanizável e de habitação como subversão do urbanismo. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 1, p. 53-58, 2013. Disponível em: <<https://pnum.fe.up.pt/en-gb/assets/pdf/rmu/perspetivas.pdf>>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

NARCISO, C. A. F. Espaço público: ação política e práticas de apropriação. Conceito e procedências. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 265-291, 2009. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v9n2/artigos/pdf/v9n2a02.pdf>>. Acesso em: 13 de agosto. 2018.

NASCIMENTO, A.; SARAIVA, A.; FERREIRA, A. Leitura de uma parte da rua Costa Cabral no Porto, segundo Conzen. In: OLIVEIRA, V.; MONTEIRO, C. **Diferentes abordagens do estudo da forma urbana**. Cidade do Porto: FEUP Edições, 2015. p. 35-40.

NETO, V. P.; VILAC, M. I. Habitação de Interesse Social (HIS) como instrumento de construção da cidade e inclusão social. **Arquitextos**, São Paulo, v. 14, n. 162.03, nov, 2013. Disponível em:

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.162/4964>>. Acesso em: 13 de agosto. 2018.

OLIVEIRA, C. Políticas governamentais do Brasil e do Paraguai: imigração brasileira em direção ao Paraguai. **I Seminário Internacional dos Espaços de Fronteira e III Seminário Regional sobre Território, Fronteira e Cultura**, Marechal Cândido Rondon. 2011. Disponível em: <<http://cac.php.unioeste.br/eventos/geofronteira/anais2011/Arquivos/Artigos/TERRITORIOS/Artigo135.pdf>>. Acessado em 24 de setembro. 2019.

OLIVEIRA, L. A. P; OLIVEIRA, A. T. R. (Org.) **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Estudos e Análises: Informação Demográfica e Socioeconômica. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2011. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49781.pdf> >. Acesso em: 07 de novembro. 2018.

OLIVEIRA, V. Diferentes abordagens no estudo da forma urbana. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 2, n. 1, p. 3-4, 2014. Disponível em: <<https://pnum.fe.up.pt/en-gb/assets/pdf/rmu/rmu-2-1-editorial.pdf>>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

OLIVEIRA, V. Introdução à abordagem histórico-geográfica e ao conceito de Região Morfológica. In: OLIVEIRA, V.; MONTEIRO, C. **Diferentes abordagens do estudo da forma urbana**. Cidade do Porto: FEUP Edições, 2015. p. 15-20.

OLIVEIRA, V. Morfologia urbana: diferentes abordagens. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 4, n. 2, p. 65-84, 2016. Disponível em: <https://pnum.fe.up.pt/en-gb/assets/pdf/rmu/2-rmu-4-2_artigo-1.pdf>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

OLIVEIRA, V. Regulação da forma urbana e regulação do uso do solo. **Revista de morfologia urbana**, v. 5, n. 1, p. 3-4, 2017, Disponível em: <https://pnum.fe.up.pt/en-gb/assets/pdf/rmu/1-rmu-5-1_editorial.pdf>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

OLIVEIRA, V.; MONTEIRO, C. Regiões morfológicas: a aplicabilidade de um conceito da morfologia urbana na prática de planeamento municipal. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 2, n. 2, p. 105-108, 2014. Disponível em: <<https://pnum.fe.up.pt/en-gb/assets/pdf/rmu/rmu-2-2-perspetivas.pdf>>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

OLIVEIRA, V.; MONTEIRO, C.; PARTANEN, J. A comparative study of urban form. **Urban Morphology**, v. 19, n. 1, p. 73-92, 2015. Disponível em: <http://www.urbanform.org/online_public/2015_1.shtml>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

OLIVEIRA, V.; QUEIROGA, E. Sistema de espaços livres e urbanidade em uma cidade média brasileira: Araguari, Minas Gerais. In: 5ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA REDE LUSÓFONA DE MORFOLOGIA URBANA, 2016, Guimarães. **Os Espaços da Morfologia Urbana**. Guimarães: Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, Lab2PT Laboratório de Paisagens, Património e Território, 2016. p. 751-760.

OLIVEIRA, V.; SILVA, M. Morpho: investigação morfológica e prática de planejamento. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 1, p. 31-44, 2013. Disponível em: <<https://pnum.fe.up.pt/en-gb/assets/pdf/rmu/oliveira-e-silva-2013.pdf>>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

PAOLI, D. **O valor do desenho urbano na construção de bairros habitacionais e comunidades**. 2014. 279 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PARAGUAI. **Lei nº 1.264 de 26 de maio de 1998**. Disponível em: <<http://www.bacn.gov.py/leyes-paraguayas/3766/ley-n-1264-general-de-educacion>>. Acesso em: 23 de outubro. 2019.

PELLI, V. S. **Habitar, participar, pertencere: acceder a la vivienda: incluirse en la sociedade**. Buenos Aires: Nobuko, 2006.

PESSATTI, M. P. **Intercessão arquitetura e saúde: Múltiplas vozes na composição de territórios habitacionais**. 2014. 205 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PINTO, T. G. **Itaipu. Integração em concreto ou uma pedra no caminho**. Barueri: Manole, 2009.

RABOSSI, F. **Nas ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira**. 2004. 334 f. Tese (Doutorado) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/262950/mod_resource/content/1/Rabossi.Nas%20ruas%20de%20Ciudad%20del%20Este.pdf>. Acesso em 27 de setembro. 2019.

RAMMÉ, J.; PINA, S. A. M. G. Zoneamento tipo-morfológico: discussões preliminares nos territórios habitacionais de Foz do Iguaçu - PR – Brasil. In: **Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído**, XVII, Anais..., p. 3.939-3.947, 2018a. Disponível em: <<https://www.antac.org.br/anais-c1pyf>>. Acesso em: 01 de novembro. 2019.

RAMMÉ, J.; PINA, S. A. M. G. A forma urbana nos territórios habitacionais em cidades de fronteira – O caso de Foz de Iguaçu, Paraná - Brasil. In: **Conferência Internacional da Rede Lusófona de Morfologia Urbana**, VII, Anais, p. 1.598-1.613, 2018b. Disponível em: <https://pnum.arq.up.pt/wp-content/uploads/docs/PNUM2018_ACTAS_v3.13.pdf>. Acesso em: 21 de novembro. 2019.

RAMMÉ, J.; PINA, S. A. M. G. As vilas de Itaipu: padrão morfológico e evolução urbana. **Revista de Morfologia Urbana**, v.7, n.2, p. 102-117, 2019. Disponível em: <<http://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/issue/view/13>>. Acesso em: 10 de janeiro. 2020.

REGO, R. L. Unidade de Vizinhança: um estudo de caso das transformações de uma ideia urbanística. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v.9, n.3, p. 401-413, 2017. Disponível em <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/Urbe/article/view/22102>>. Acesso em: 21 de dezembro. 2019.

REIS, J. **Zoneamento e forma urbana: ausências e demandas na regulação do uso e ocupação do solo**. 2014. 299 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RESENDE, S. C. P.; ZÁRATE, H. V. Discursos de formas urbanas contemporâneas: aspectos morfológicos e socioterritoriais. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 2015, Belo Horizonte. **Espaço, planejamento e insurgências**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015. Disponível em <<http://xvienanpur.com.br/anais>>. Acesso em 03 de maio de 2018.

RHEINGANTZ, P. A. Narrativas ou tradução de urbanidade. In: AGUIAR, D.; NETTO, V. M. (Org). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012. p. 135-162.

RIBEIRO, D. G. **Metamorfoses na cidade: tensões e contradições na produção e apropriação do espaço urbano em Foz do Iguaçu**. 2015. 266 f. Dissertação (Mestrado) Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual do Paraná, Toledo.

RITT, E. **A colônia militar de Foz Do Iguaçu – PR: um projeto de consolidação de uma fronteira: 1880 – 1920**. 2011. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

RODRIGUES, L. L. Estatuto da Cidade: quinze anos se passaram, mas o Brasil urbano continua desigual e excludente. **Archdaily**, abril, 2016. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/785520/estatuto-da-cidade-quinze-anos-se-passaram-mas-o-brasil-urbano-continua-desigual-e-excludente-lessandro-lessa-rodrigues>>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

ROLNIK, R. Regulação urbanística no Brasil conquistas e desafios de um modelo em construção. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL GESTÃO DA TERRA URBANA E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, 2000, Campinas. Anais... Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2000.

ROLNIK, R. **10 anos de Estatuto da Cidade**. 2011. Disponível em: <<http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/07/10-anos-do-estatuto-da-cidade.pdf>>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

ROSA, V. C. A ilegalidade dos “condomínios fechados”: uma afronta ao desenho da cidade e a mobilidade urbana. In: 4º COLÓQUIO BRASIL - PORTUGAL, São Paulo, 2016. **Estratégias de projeto e intervenção nas Metrôpoles Contemporâneas: Experiências e Perspectivas**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2016. Disponível em: <https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/PUBLIC/SITES/PORTAL/IV_COLOQUIO_BRASIL-PORTUGAL/19.pdf>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

ROSEIRA, A. M. **Foz do Iguaçu: Cidade Rede Sul-Americana**. 2006. 170 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18062007->

152226/publico/TESE_ANTONIO_MARCOS_ROSEIRA.pdf>. Acesso em 29 de setembro. 2019.

RUBIM, B.; LEITÃO, S. O plano de mobilidade urbana e o futuro das cidades. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 55-66, 2013. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142013000300005>>. Acesso em: 22 de julho. 2018.

SABOYA, R.; NETTO, V. M.; VARGAS, J. C. B. Fatores morfológicos da vitalidade urbana: uma investigação sobre o tipo arquitetônico e seus efeitos. **Arquitextos**, São Paulo, v. 15, n.180.02, maio, 2015. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.180/5554>>. Acesso em: 22 de julho. 2018.

SABOYA, R. T. Permanência e Renovação da Morfologia Urbana Modernista um Estudo de Caso sobre Angélica – MS. **Arquitextos**, São Paulo, ano 11, n. 121.05, Vitruvius, jun. 2010. Disponível em <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.121/3448>>. Acesso em 20 de maio. 2019.

SANABRA, J. B. **São Paulo: Urbanidade, Projeto e Oportunidade**. 2015. 272 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, C. N. F.; VOGEL, A. **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. 3 ed. São Paulo: Projeto FINEP/IBAM, 1985.

SANTOS, M. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. 2 Ed. SILVA, E.; GERVÁSIO, R. N.; MARTINS, L. B. (Org.) Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2013.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 95-120.

SBARDELOTTO, D. L.; CASTANHO, S. E. M. **“Estado à parte” em Itaipu: a autonomia das vilas habitacionais brasileiras**. Argumentos Pró-Educação, Pouso Alegre, v. 2, n. 4, p. 112-138. 2017. Disponível em: <<http://ojs.univas.edu.br/index.php/argumentosproeducacao/article/view/138>>. Acesso em: 28 de julho. 2019.

SHIMBO, L. Z. **Habitação Social, Habitação de Mercado a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. 2010. 363 f. Tese (Doutorado) - Escola de Engenharia, Universidade de São Carlos, São Carlos.

SILVA, G. J. A.; SILVA, S. E.; NOME, C. A. Densidade, dispersão e forma urbana: dimensões e limites da sustentabilidade habitacional. **Arquitextos**, São Paulo, ano 16, n. 189.07, Vitruvius, fev. 2016. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.189/5957>>. Acesso em 20 de maio. 2019.

SILVA, R. F. **Caracterização de vila inserida no contexto urbano**. 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

SILVA, S. E.; BEIRÃO, J. N.; COELHO, C. D. As relações determinantes entre urbanidade e forma urbana. In: 5ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA REDE LUSÓFONA DE MORFOLOGIA URBANA, 2016, Guimarães. **Os Espaços da Morfologia Urbana**. Guimarães: Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, Lab2PT Laboratório de Paisagens, Património e Território, 2016. p. 579-588.

SOLÀ-MORALES, M. **La urbanitat de l'arquitectura**. 2009. Disponível em: <<https://upcommons.upc.edu/handle/2099.2/1236>>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

SOLÀ-MORALES, M. **Territórios**. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

SOTUYO, P. C. G. **Segregação Urbana: estudo de caso das vilas de Itaipu**. 1998. 150 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SOUZA, E. B. C. **A Região do Lado de Itaipu: as políticas públicas a partir dos governos militares e a busca da construção de um espaço regional**. 1998. 193 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SPRANDEL, M. A. Brasileiros na fronteira com o Paraguai. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 20, n. 57, agosto 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200011>. Acesso em 26 de setembro. 2019.

TAVARES, A.; DIAS, S.; BRITO, S.; PEGO, V. As regiões morfológicas de M. R. G. Conzen: ensaio de aplicação à Rua Costa Cabral, no Porto. In: OLIVEIRA, V.; MONTEIRO, C. **Diferentes abordagens do estudo da forma urbana**. Cidade do Porto: FEUP Edições, 2015. p. 21-34.

TOMIELLO, F.; BOTECHIA, F.; POLIDORI, M.; TEMUDO, S. Rua Costa Cabral: leitura morfológica segundo a abordagem histórico-geográfica Conzeniana. In: OLIVEIRA, V.; MONTEIRO, C. **Diferentes abordagens do estudo da forma urbana**. Cidade do Porto: FEUP Edições, 2015. p. 41-52.

TRIGUEIRO, M. Pacificação da cidade: a urbanidade legitimada. Urbanidade e a qualidade da cidade. In: AGUIAR, D.; NETTO, V. M. (Org). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012. p. 81-114.

TSAY, S.; GOLD, R. (Org.). **A Mayor's Guide to Public Life**. New York: Gehl Institute, 2017. Disponível em <<https://mayorsguide.gehlinsitute.org/>> Acesso em 07 de julho de 2018.

UFPR. Universidade Federal do Paraná. **Plano de Desenvolvimento Urbano de Foz do Iguaçu**. Secretaria de Planejamento. Governo do Estado do Paraná. 1974.

VALDERRAMA, B. B.; OLIVEIRA, M. R. S. Novos usos e significados das vilas operárias da antiga fábrica Brasital. **Revista CPC**, n. 5, p. 53-75, 2008. Disponível em

<http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/conteudo_revista_arti_arquivo_pdf/revista_cpc_05_patrimonio_cultural_04.pdf>. Acesso em: 26 de março. 2019.

VIANNA, M. P. O desmonte e a conversão dos núcleos residenciais operários construídos pela CESP. **Risco - Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo**, v. 4, n. 2, p. 21-35, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44671/48293>>. Acesso em: 14 de maio. 2019.

VILLAÇA, F. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

WHITEHAND, J. Conzenian research and urban landscape management. In: 21st INTERNATIONAL SEMINAR ON URBAN FORM, 2014, Porto. Our common future in urban morphology. Porto: Universidade do Porto, 2014.

WHITEHAND, J. W. & BIRKHAMSHAW, A. J. Conzenian urban morphology and the character areas of planners and residents. **Urban Design International**, v. 17, p. 4-17, 2012. Disponível em: <<https://link.springer.com/journal/41289/17/1/page/1>>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

WHITEHAND, J. W. R. Morfologia urbana Britânica: a tradição Conzeniana. **Revista de Morfologia**, v. 1, p. 45-52, 2013. Disponível em: <<https://pnum.fe.up.pt/en-gb/assets/pdf/rmu/whitehand-2013.pdf>>. Acesso em: 07 de julho. 2018.

WHITEHAND, J. W. R. The structure of urban landscapes: strengthening research and practice. **Urban Morphology**, v. 13, n. 1, p. 5-27, 2009. Disponível em: <http://www.urbanform.org/online_public/403.shtml>. Acesso em: 07 de julho. 2018.